MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP Nº 10.2024.DTIC.1412472.2024.019531

1. ESTUDO TÉCNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS DE CERTIFICADOS DIGITAIS E TOKENS CRIPTOGRÁFICOS

1.1 Objetivo do Estudo

1.1.1 Este estudo tem como objetivo fornecer as informações necessárias para subsidiar o processo de **formação de registro de preços para a futura aquisição de certificados digitais e tokens criptográficos**. A aquisição deverá incluir garantia e assistência técnica, a fim de assegurar a certificação digital dos membros e servidores que utilizam sistemas eletrônicos que exigem tal certificação. Este processo é essencial para atender às demandas dos órgãos integrantes do **Ministério Público do Estado do Amazonas** e da **Procuradoria-Geral de Justiça**, garantindo a segurança e a integridade das transações eletrônicas e documentos digitais.

1.2 Unidade Requisitante

1.2.1 A unidade requisitante por esse estudo é o **SETOR DE INFRAESTRUTURA E TELECOMUNICAÇÕES,** da **DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO.** Esta unidade está localizada no edifício anexo administrativo, situado à Avenida Coronel Teixeira, 7.995, Nova Esperança, Manaus, Amazonas, CEP 69037-473. Para quaisquer dúvidas ou informações adicionais, o contato pode ser feito pelo telefone (92) 3655-0670 ou pelo email siet@mpam.mp.br.

2. OBJETIVO DO DOCUMENTO

2.1 A adoção de certificados digitais e tokens criptográficos é fundamental para garantir a segurança e a autenticidade das operações eletrônicas no âmbito do **Ministério Público do Estado do Amazonas**. Este estudo visa garantir que o processo de registro de preços seja conduzido de maneira eficiente, transparente e que atenda plenamente às necessidades dos órgãos envolvidos, assegurando a viabilidade da contratação, mensurando os riscos, determinando uma estratégia de contratação e fornecendo os subsídios para elaboração do Projeto Básico ou do Termo de Referência, bem como definir eventual plano de sustentação para contratação.

2.2. Este documento constitui peça integrante e inseparável do procedimento de contratação, tendo sido elaborado com base na Lei n.º 14.133/2021, contendo os elementos básicos fixados na legislação, descritos de forma a subsidiar a formação de registro de preços.

3. DIRETRIZES QUE NORTEIAM O ESTUDO DE VIABILIDADE

3.1 Os serviços a serem contratados são disciplinados pelo seguintes normativos:

a. **Lei Federal n.º 14.133/2021**, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

4. DIRETRIZES DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

4.1 A iniciativa de investir na formação de registro de preços para eventual aquisição de equipamentos de telecomunicações encontra assento no Plano Estratégico 2017/2027, por meio dos seguintes objetivos e iniciativas estratégicas:

Quadro 1: Alinhamento Estratégico

Objetivo Estratégico	Iniciativa Estratégica
3.01: Modernizar e expandir a infraestrutura física.	• Promover a conservação da infraestrutura;

4.2. A sugerida aquisição trata de certificados e tokens criptográficos necessários para assegurar acesso certificado aos sistemas eletrônicos judiciais, administrativos, utilizados pelo **MPAM**, bem como certificados de sistemas da Procuradoria-Geral de Justiça.

4.3. A pretensa contratação está inclusa na reserva orçamentária do exercício financeiro em curso administrada pela **DIRETORIA DE PLANEJAMENTO** da **PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, PGJ**.

5. EQUIPE DE PLANEJAMENTO

5.1 Integram a equipe de planejamento desta contratação os servidores:

5.1.1 **CARLOS ALEXANDRE DOS SANTOS NOGUEIRA**, Chefe do Setor de Infraestrutura e Telecomunicações;

5.1.2 **WALESKA GRACIEME ANDRADE MARQUES DE OLIVEIRA**, Agente Técnico - Analista de Banco de Dados.

6. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

6.1 O presente estudo propõe a formação de registro de preços que permita a aquisição de certificados digitais e tokens criptográficos, necessários para que membros e servidores possam alimentar a plataforma com dados, arrolar documentações, assinar, entre outros feitos, dependem diretamente da utilização de certificados digitais e tokens, de sistemas utilizados pelo **MPAM** e **PGJ**.

6.2 Dispor de tais recursos significa assegurar aos membros a utilização do **SISTEMA DE AUTOMAÇÃO JUDICIAL - SAJ** e outros do ecossistema utilizado pelas instituições de justiça. Adicionalmente a isso, há outros sistemas eletrônicos onde uma parcela dos servidores desempenham suas atividades onde existe a necessidade de acesso e emissão de documentos mediante uso de certificados digitais.

6.3 Manter registro de preço vigente assegura a disponibilização dos serviços aos usuários, e garante infraestrutura eficiência nos processos de renovação de certificados, necessários às atividades institucionais.

6.4 Considerando que o uso de certificado digital é necessário para o acesso aos sistemas da Justiça, a **PGJ-AM** busca com este instrumento a aquisição de certificados digitais para uso da Instituição, membros e servidores, que atuam com sistemas que façam uso obrigatório de certificação digital como método de autenticação.

6.5 A adoção do Sistema de Registro de Preços, por ser o instrumento regulamentado para as hipóteses em que as características do bem ou serviço enseja a necessidade de contratações frequentes e quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas, ou mesmo quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

6.5.1. Os pedidos de abastecimento ocorrerão preferencialmente por semestre ou a critério da **PGJ**, considerando a demanda das unidades pelos materiais e a disponibilidades orçamentária.

6.6 Justificativa do parcelamento

6.6.1 O objeto da contratação não é composto por itens divisíveis. Dessa forma, o parcelamento da solução não é aplicável.

6.7 Do agrupamento em lotes

6.7.1 Nesta contratação será necessário o agrupamento de todos os itens em um lote, de modo que a seleção do fornecedor seja realizada pelo critério de menor preço global, considerando que multiplas contratações prejudicam a plena execução do objeto, considerando a dependência entre os itens.

6.8 Da adesão à ata de registro de preços

6.8.1 Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os requisitos a serem definidos no Edital do certame.

6.9 Da validade da ata de registro de preços

6.9.1 A validade da ata de registro de preços será de **um ano**, contado a partir da data de sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

6.10 Da subcontratação

6.10.1 É vedada a subcontratação ou transferência total ou parcial do objeto da contratação.

7. DA ESPECIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VOLUME DE BENS E SERVIÇOS

7.1 As especificações dos itens e suas respectivas estimativas a serem adquiridas constam no Anexo 1 deste **ETP**.

7.2. A demanda apresentada considerou a necessidade de recursos na Capital e Interior.

8. LEVANTAMENTO DE MERCADO

8.1. A proposta de aquisição do presente estudo se constitui, no atual cenário, em **bens comuns** com frequente aquisição por órgãos públicos em todas as suas esferas. Sendo assim, verifica-se a ampla disponibilidade no mercado de empresas aptas ao fornecimento dos materiais a serem adquiridos, conforme os requisitos estabelecidos neste documento.

9. CLASSIFICAÇÃO CONTÁBIL E ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O produto possui padrão de desempenho e de qualidade definidos por meio de especificações usuais de mercado, portanto, trata-se de **bens e serviços comuns** previsto no inciso XIII, art. 6º da Lei nº 14.133/2021.

9.2. A classificação orçamentária da despesa será no elemento 339040 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação- Pessoa Jurídica.

9.3. O valor total preliminarmente estimado a ser contratado é de R$ 193.852,50 (cento e noventa e três mil oitocentos e cinquenta e dois reais e cinquenta centavos), conforme Anexo II deste ETP, doc nº 1416745.

10. RESULTADOS A SEREM ALCANÇADOS

10.1 Com a formação de registro de preços, espera-se alçancar os seguintes resultados:

a. Garantir a qualidade dos serviços realizados pelo **MPAM**;

b. Promover a satisfação dos cidadãos beneficiários dos serviços institucionais;

c. Prolongar a vida útil dos equipamentos que compõem o parque computacional;

11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE PARA A CONTRATAÇÃO

11.1 Não se aplica.

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E INTERDEPENDENTES

12.1 Não se aplica.

13. DESCRIÇÃO DOS POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

13.1. Os resíduos provenientes dos materiais adquiridos, serão descartados na lixeira de lixo eletrônico disponível no edifício-sede da PGJ, para descarte correto, conforme fluxo gerenciado pelo **SETOR DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO PATRIMONIAL**.

13.2. Os produtos deverão observar os critérios de sustentabilidade ambiental decorrentes de sua fabricação.

13.3. Conscientizar aos usuários quanto ao uso e guarda consciente dos materiais, evitando perdas desnecessárias.

14. DOS RISCOS DA CONTRATAÇÃO

	ID RISCO	DETALHAMENTO	
RISCO 1	**IDENTIFICAÇÃO**	**PROBLEMAS NO PROCESSO DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO I**	
	Probabilidade	Alta	
	Id.	**Dano**	**Impacto**
	1	Atraso no processo de contratação	Alto
	Id.	**Ação Preventiva**	**Responsável**
	1	Cumprimento dos prazos para contratação, revisar e acompanhar as mudanças nos documentos de planejamento da contratação que influenciam no descumprimento do cronograma.	Equipe de Pla
	2	Elaborar os documentos de planejamento da contratação com estrita observância à legislação e normativos complementares.	Equipe de Pla

	ID RISCO	DETALHAMENTO	
	Id.	**Ação de Contingência**	**Responsável**
	1	Dedicação exclusiva da equipe de planejamento para minimizar os impactos.	Equipe de Pla
RISCO 2	**IDENTIFICAÇÃO**	**CONTINGENCIAMENTO ORÇAMENTÁRIO**	
	Probabilidade	Baixa	
	Id.	**Dano**	**Impacto**
	1.	Parte do parque computacional ficará sem garantia de manutenção	Médio
	Id.	**Ação Preventiva**	**Responsável**
	1.	Realizar outras possibilidades de orçamento para realizar a contratação	Integrante Re
	Id.	**Ação de Contingência**	**Responsável**
	1.	Demonstrar claramente à alta gestão quanto a importância da contratação	Equipe de Pla
RISCO 3	**IDENTIFICAÇÃO**	**FALHA NA CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO**	
	Probabilidade	Baixa	
	Id.	**Dano**	**Impacto**
	1.	Não atendimento das necessidades da contratação.	Alto
	2.	Descontinuidade dos serviços.	Alto
	Id.	**Ação Preventiva**	**Responsável**
	1.	Definir requisitos técnicos alinhados às necessidades do negócio e aos objetivos da contratação.	Integrante Té
	2.	Revisar os artefatos de planejamento da contratação para avaliar se atendem às necessidades e aos objetivos propostos.	Integrante Re
	Id.	**Ação de Contingência**	**Responsável**
	1.	Corrigir os artefatos de planejamento da contratação para resolver as falhas identificadas.	Equipe de Pla
	2.	Aperfeiçoar a elaboração dos documentos de planejamento da contratação detalhando minuciosamente as características do objeto da contratação.	Equipe de Pla
RISCO 4	**IDENTIFICAÇÃO**	**FALHA NA JUSTIFICATIVA PARA ESCOLHA DA SOLUÇÃO**	
	Probabilidade	Baixa	
	Id.	**Dano**	**Impacto**
	1.	Não atendimento ao princípio da motivação dos atos administrativos.	Alto
	2.	Impossibilidade ou atraso na contratação.	Alto
	Id.	**Ação Preventiva**	**Responsável**
	1.	Justificar a necessidade dos requisitos técnicos exigidos, alinhando-se às necessidades da contratação, principalmente quando implicarem em redução da competitividade do processo seleção do fornecedor.	Integrante Té
	2.	Avaliar se os requisitos exigidos são os estritamente necessários e justificáveis para o atendimento das expectativas da contratação proposta.	Integrante Re
	Id.	**Ação de Contingência**	**Responsável**
	1.	Caso seja negada a continuidade da contratação, instituir nova equipe de planejamento da contratação e promover uma nova contratação.	Chefia da Inf
	2.	Aperfeiçoar a elaboração dos documentos de planejamento da contratação exigindo apenas os requisitos estritamente necessários e justificáveis para o atendimento das expectativas da contratação proposta.	Equipe de Pla
RISCO 5	**IDENTIFICAÇÃO**	**RESTRIÇÃO À COMPETITIVIDADE**	
	Probabilidade	Baixa	
	Id.	**Dano**	**Impacto**
	1.	Elevação do preço da contratação.	Alto
	2.	Suspensão da contratação.	Alto
	3.	Direcionamento indevido do objeto.	Alto
	Id.	**Ação Preventiva**	**Responsável**
	1.	Evitar a inclusão de requisitos excessivos e que restringem a competitividade, se atentando apenas aos requisitos estritamente necessários para atender o objetivo da contratação.	Integrante Té

	ID RISCO	DETALHAMENTO	
	2.	Avaliar se os requisitos exigidos são os estritamente necessários e justificáveis para o atendimento das expectativas da contratação proposta.	Integrante Re
	Id.	**Ação de Contingência**	**Responsável**
	1.	Supressão dos critérios restritivos.	Equipe de Pla
	2.	Aperfeiçoar a elaboração dos documentos de planejamento da contratação exigindo apenas os requisitos estritamente necessários e justificáveis para o atendimento das expectativas da contratação proposta.	Equipe de Pla
RISCO 6	**IDENTIFICAÇÃO**	**FALHA NA PESQUISA DE PREÇOS**	
	Probabilidade	Média	
	Id.	**Dano**	**Impacto**
	1.	Elevação dos preços ou inexequibilidade das propostas.	Alto
	2.	Impossibilidade de contratação.	Alto
	Id.	**Ação Preventiva**	**Responsável**
	1.	Seguir os procedimentos para a realização de pesquisa de preços de acordo com a IN 05/2014 do MP e Instrução Normativa N° 03, de 20 de abril de 2017 do MP	Integrante Ad
	2.	Ampliar a pesquisa de preços, não se restringindo a apenas três propostas.	Integrante Ad
	3.	Avaliar se os procedimentos adotados estão de acordo com os requisitos normativos.	Integrante Ad
	4.	Levar em consideração os questionamentos das empresas concorrentes.	Equipe de Pla
	Id.	**Ação de Contingência**	**Responsável**
	1.	Refazer a pesquisa de preços seguindo os procedimentos de acordo com a IN 05/2014 do MP, e posterior alteração pela IN03/204 do MP.	Integrante Ad
RISCO 7	**IDENTIFICAÇÃO**	**IMPUGNAÇÕES OU INTERPOSIÇÃO DE RECURSO**	
	Probabilidade	Média	
	Id.	**Dano**	**Impacto**
	1.	Atraso no processo de contratação	Médio
	2.	Suspensão da contratação	Alto
	3.	Impossibilidade de contratação.	Alto
	Id.	**Ação Preventiva**	**Responsável**
	1.	Elaborar e revisar criteriosamente os artefatos de planejamento da contratação de acordo com os normativos vigentes.	Equipe de Pla
	2.	Avaliar e realizar os ajustes recomendados pela Consultoria Jurídica para sanar inconformidades dos documentos de planejamento da contratação com a legislação vigente.	Equipe de Pla
	Id.	**Ação de Contingência**	**Responsável**
	1.	Empenhar-se no atendimento aos pedidos de esclarecimento buscando nos repositórios legais e jurisprudenciais os elementos de sustentação das opções adotadas para a contratação.	Equipe de Pla
	2.	Caso seja negada a continuidade da contratação, instituir nova equipe de planejamento da contratação e promover uma nova contratação.	Chefia da Inf
	3.	Aperfeiçoar a elaboração dos documentos de planejamento da contratação com estrita observância à legislação e normativos complementares.	Equipe de Pla
RISCO 8	**IDENTIFICAÇÃO**	**DESCUMPRIMENTO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS PELA CONTRATADA**	
	Probabilidade	Alta	
	Id.	**Dano**	**Impacto**
	1.	Não entrega dos serviços	Alto
	2.	Atraso na entrega dos serviços	Médio
	3.	Baixa qualidade dos serviços entregues	Alto
	4.	Descontinuidade dos serviços	Alto
	5.	Falta de efetividade da contratação	Alto
	Id.	**Ação Preventiva**	**Responsável**
	1.	Acompanhar a execução dos serviços aferindo se os requisitos exigidos no contrato estão sento cumpridos de acordo com a qualidade exigida.	Fiscal Técnic

	ID RISCO	DETALHAMENTO	
	2.	Avaliar se os serviços prestados estão atendendo as expectativas da contratação.	Fiscal Requis
	3.	Dimensionamento adequado do corpo de fiscalização e gestão contratual.	Chefia da Inf
	4.	Capacitação de equipe de fiscalização e gestão contratual.	Chefia da Inf
	5.	Intensificação no processo de fiscalização e gestão contratual.	Fiscal Técnic
	Id.	**Ação de Contingência**	**Responsável**
	1.	Notificar formalmente a Contratada quando cláusulas do contrato forem descumpridas.	Fiscal Admin Contrato
	2.	Aplicar glosas e penalidades previstas no instrumento convocatório, de forma a coibir a reincidência.	Fiscal Admin Contrato
	3.	Instituir nova equipe de planejamento da contratação e promover uma nova contratação para evitar o comprometimento da continuidade dos serviços do **MPAM**, em caso de dificuldade de resolução das inconformidades.	Diretoria de
RISCO 9	**IDENTIFICAÇÃO**	**INTERRUPÇÃO DA EXECUÇÃO OU RESCISÃO DO CONTRATO**	
	Probabilidade	Baixa	
	Id.	**Dano**	**Impacto**
	1.	Descontinuidade dos serviços de suporte técnico e manutenção dos equipamentos.	Alto
	2.	Comprometimento dos serviços prestados pelo MPAM.	Alto
	Id.	**Ação Preventiva**	**Responsável**
	1.	Acompanhar a execução dos serviços aferindo criteriosamente se os requisitos estão sento cumpridos de acordo com a qualidade exigida, buscando identificar qualquer problema de execução em sua origem para não permitir maiores impactos no contrato.	Fiscal Admin Contrato
	2.	Avaliar se os serviços prestados estão atendendo as expectativas da contratação.	Fiscal Requis
	3.	Garantir que o conhecimento seja repassado continuamente para a equipe de fiscalização técnica.	Fiscal Técnic
	Id.	**Ação de Contingência**	**Responsável**
	1.	Iniciar novo processo de contratação, utilizando os artefatos de planejamento produzidos, com as atualizações baseadas na Infraestrutura e experiência adquirida no processo de gestão e fiscalização	Chefia da Inf
RISCO 10	**IDENTIFICAÇÃO**	**FALTA DE PESSOA TÉCNICO COMPETENTE PARA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**	
	Probabilidade	Baixa	
	Id.	**Dano**	**Impacto**
	1.	Deficiência na fiscalização do contrato com comprometimento na aferição dos níveis de serviço.	Alto.
	2.	Baixa qualidade nas entregas dos serviços.	Alto
	3.	Não atendimento das expectativas da contratação.	Alto
	4.	Atrasos no pagamento, pagamento indevido e sem o devido desconto das glosas.	Alto
	5.	Inexecução parcial ou total do contrato.	Alto
	Id.	**Ação Preventiva**	**Responsável**
	1.	Definir indicadores de fácil mensuração e que podem ser monitorados por meio da ferramenta de gestão de serviços de TIC.	Equipe de Pla
	2.	Elaborar Plano de Fiscalização prevendo como deverá ser realizada a fiscalização dos contratos, incluindo modelos de planilhas de aferição e listas de verificação.	Equipe de Pla
	3.	Identificar se existem servidores com habilidades e competências em TIC adequadas e em quantidade suficiente para a atuação na fiscalização dos serviços contratados e mensuração sistemática dos indicadores e da qualidade dos serviços.	Equipe de Pla
	4.	Promover o recrutamento de servidores públicos, de outras áreas do MPAM ou outros órgãos, que possuam habilidades e competências em TIC adequadas para a aferição sistemática da qualidade das entregas dos serviços contratados.	Diretoria de
	5.	Propor processo de seleção de servidores públicos, afim de alocar servidores que possuem competências técnicas adequadas para a aferição sistemática das entregas dos serviços contratados.	Diretoria de
	Id.	**Ação de Contingência**	**Responsável**
	1.	Primar pela demanda de atividades críticas, que envolvam a disponibilidade do ambiente tecnológico.	Equipe de Ge
	2.	Propor processo seletivo simplificado para contratação de servidores temporários com habilidades e competências em TIC adequadas para a aferição sistemática da qualidade das entregas dos serviços contratados.	Diretoria de

	ID RISCO	DETALHAMENTO	
RISCO 11	**IDENTFICAÇÃO**	**NÃO ATENDIMENTO DOS NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO**	
	Probabilidade	Média	
	Id.	**Dano**	**Impacto**
	1.	Não atendimento aos requisitos de negócio	Alto
	2.	Ineficiência e não efetividade da contratação.	Alto
	Id.	**Ação Preventiva**	**Responsável**
	1.	Prever sanções pelo descumprimento dos Níveis Mínimos de Serviços.	Equipe de Pla
	2.	Estabelecer meios de monitoração e controle proativos da qualidade dos serviços.	Equipe de Pla
	3.	Atuar proativamente e continuamente na aferição da qualidade dos serviços executados intervindo nos desvios de qualidade.	Fiscal Técnic
	Id.	**Ação de Contingência**	**Responsável**
	1.	Realizar as intervenções que forem necessárias para o reestabelecimento imediato do atendimento e dos serviços.	Chefia de Inf de Contrato
	2.	Notificar formalmente a Contratada quando cláusulas do contrato forem descumpridas ou violadas.	Fiscal Admin Contrato
	3.	Aplicar glosas e penalidades previstas no instrumento convocatório, de forma a coibir a reincidência.	Fiscal Admin Contrato

15. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

15.1. A **PGJ** visa alcançar, sob os aspectos da economicidade, eficácia, eficiência e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, inclusive do ponto de vista da sustentabilidade ambiental, os benefícios a seguir:

15.1.1. Atender à demanda institucional de certificados digitais, propiciando identidade eletrônica a um membro ou servidor, ou mesmo de uma empresa. O que confere segurança e integridade dos dados, sob o prisma da autenticidade, confidencialidade, integridade de dados, assinatura digital, conformidade legal e confiança e reputação.

15.1.2. Cumprir seu dever institucional com eficiência e eficácia, oferecendo um serviço de qualidade reconhecida, com o melhor aproveitamento possível dos recursos humanos e observando as políticas de responsabilidade ambiental vigentes.

15.2. Considerando que o presente estudo trata de **bem comum**, assim como as aquisições deste serviço historicamente efetuadas por esta **PGJ**, são efetuadas por **registro de preço**, o que vem sendo uma ferramenta de gerenciamento de abastecimento de acordo com a demanda que se apresenta na **PGJ**, é recomendável que se mantenha tal procedimento de aquisição.

15.3 O presente **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**, elaborado pelos integrantes **TÉCNICO** e **REQUISITANTE** em harmonia com o disposto no art. 11 da Instrução Normativa n° 01/2019/SGD, considerando a análise das alternativas de atendimento das necessidades elencadas pela área requisitante e os demais aspectos normativos, conclui pela **VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO** - uma vez considerados os seus potenciais benefícios em termos de eficácia, eficiência, efetividade e economicidade. Em complemento, os requisitos listados atendem adequadamente às demandas formuladas, os custos previstos são compatíveis e os riscos identificados são administráveis, pelo que **REQUISITAMOS** o prosseguimento da pretensão contratual, sendo necessário levar as informações para a Autoridade Competente, para definição dos quantitativos a de equipamentos a serem registrado e prosseguimento do feito.

WALESKA GRACIEME ANDRADE MARQUES DE OLIVEIRA
Agente Técnico - Analista de Banco de Dados

Documento assinado eletronicamente por **Waleska Gracieme Andrade Marques de Oliveira**, **Agente Técnico - Analista de Banco de Dados**, em 16/09/2024, às 16:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1412472** e o código CRC **C165F7A6**.

ANEXO Nº 1412478.2024.DTIC.1412478.2024.019531

ANEXO I DO

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP Nº 10.2024.DTIC.1412472.2024.019531

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

MATERIAIS DE CONSUMO

Item	Descrição	Qtde.	Unidade de Medida
1	**EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL PARA PESSOA FÍSICA DO TIPO A3 (e-CPF)** 1. Emitido por autoridade certificadora credenciada pela ICP-Brasil; 2. Certificado nível A3, tipo e-CPF; 3. Validade de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da emissão; 4. Deve ser compatível para utilização em assinatura de documentos eletrônicos, e-mails, acesso a aplicações, logon de rede, entre outras destinações; 5. Certificado aderente padrão do Comitê Gestor da ICP Brasil; 6. O item engloba o respectivo serviço de autoridade de registro.	500	Unidade
2	**EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL PARA PESSOA JURÍDICA TIPO A3 (e-CNPJ)** 1. Emitido por autoridade certificadora credenciada pela ICP-Brasil; 2. Tipo e-CNPJ A3; 3. Validade de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da emissão; 4. Ser compatível para utilização em assinatura de documentos eletrônicos, e-mails, acesso a aplicações, logon de rede, entre outras destinações; 5. Certificado aderente padrão do Comitê Gestor da ICP Brasil; 6. O item engloba o respectivo serviço de autoridade de registro.	10	Unidade
3	**EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL SSL WILDCARD PARA SISTEMAS WEB** 1. Certificado digital para servidor web, do tipo SSL; 2. Proteger qualquer subdomínio, mesmo os adicionados posteriormente, com um único certificado SSL; 3. Prazo de validade de 12 (doze) meses; 4. Certificação em plena compatibilidade com os principais navegadores de internet e dispositivos móveis, sem a necessidade de instalação de certificado AC raiz; 5. Permitir a utilização de criptografia simétrica com chaves de no mínimo 256 bits; 6. Utilizar chaves para criptografia assimétrica RSA, de no mínimo 2048 bits; 7. Emissão do certificado em até 72 (setenta e duas) horas; 8. Reemissão ilimitadas dentro do período de validade; 9. Instalação em número ilimitado de servidores; 10. A **CONTRATANTE** poderá solicitar à **CONTRATADA**, num período de sete dias após a emissão inicial de um certificado, a sua re-emissão ou a substituição quantas vezes forem necessárias; 11. Suporte em português via atendimento online, telefone e e-mail ou website para solicitação, instalação e utilizaão do certificado SSL, bem como prestação de esclarecimentos e dúvidas técnicas e cadastrais.	10	Unidade
4	**EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL PARA PESSOA JURÍDICA TIPO A1 (e-CNPJ), NO PADRÃO ICP-BRASIL.** 1. Emitido por autoridade certificadora credenciada pela ICP-Brasil; 2. Certificado nível A1, tipo e-CNPJ; 3. Validade de 12 (doze) meses, contados a partir da emissão; 4. Ser aderente às normas do Comitê Gestor da ICP-Brasil; 5. Ser compatível para armazenamento no computador.	04	Unidade

Item	Descrição	Qtde.	Unidade de Medida
5	**VISITA EXTERNA PARA VALIDAÇÃO E EMISSÃO DE CERTIFICADOS DIGITAIS** 1. Compreende a realização de visita técnica nas dependências da **CONTRATANTE** com o objetivo de realizar a validação e emissão dos certificados digitais tipo A1, para sistemas/aplicações, e tipo A3, para pessoa física e pessoa jurídica; 2. As visitas para validação e emissão de certificado se darão na sede da **CONTRATANTE**, a qual ocorrerá em dias úteis, no horário das 8h às 17h, no seguinte endereço: **Av. Coronel Teixeira, n.º 7.995, Nova Esperança, CEP. 69037-473, Manaus, Amazonas**; 3. Poderão ser emitidos até oito certificados digitais por visita, no caso de emissões de certificados para pessoa física e para pessoa jurídica; 4. A visita para emissão de certificados para sistemas/aplicações em caso de necessidade, poderão ser realizados individualmente; 5. A **CONTRATANTE** fornecerá a infraestrutura de mobiliário e acesso á internet para a validação, sendo os demais equipamentos e serviços fornecidos pela **CONTRATADA**; 6. Na impossibilidade da emissão dos certificados pela **CONTRATADA**, no período programado para emissão dos certificados, o serviço de visita local não será considerado como prestado, devendo ser reagendado com a **CONTRATANTE**.	25	Unidade
6	**FORNECIMENTO DE MÍDIA CRIPTOGRÁFICA TIPO TOKEN USB** 1. Token criptográfico USB capaz de armazenar cert2048ificados, chaves e cadeias de certificados aderentes às normas do Comitê Gestor da ICP-Brasil; 2. Compatível para armazenamento de certificados digitais A3, em conformidade com a ICP-Brasil; 3. Fornecer solução de gerenciamento em português com funções básicas de gestão do PIN e PUK, compatível com Windows 10 ou superior e Mac Os; 4. Possuir capacidade de no mínimo 64Kb de memória; 5. Deverá possuir chassi em plástico rígido e resistente a água; 6. Possuir driver compatível e disponível para o sistema operacional Microsoft Windows 10 ou superior e Mac OS; 7. Deverá ter conectividade compatível com USB tipo A 2.0 (ou superior compatível com 2.0); 8. Permitir conexão direta na porta USB, sem necessidade de interface intermediária para leitura; 9. Suporte à tecnologia de chaves pública/privada (PKI), com geração on-board do par de chaves RSA de, no mínimo, 2048 bits; 10. Permitir a criação de senha de acesso ao dispositivo de no mínimo seis caracteres, ou de acordo com os critérios do **CONTRATANTE**; 11. Permitir criação de senhas com caracteres alfanuméricos; 12. Permitir a geração de chaves, protegidas por PINs (Personal Identification Number); 13. Permitir a inicialização e reinicialização do *token* mediante a utilização de PUK (Pin Unlock Key); 14. Suporte aos principais navegadores de mercado, entre os quais: Internet Explorer, Mozilla Firefox e Google Chrome; 15. O software de gerenciamento do dispositivo deverá ser disponibilizado pela **CONTRATADA** e estar no idioma Português do Brasil, devendo ser compatível com o cliente do **SafeNet Authenticator Client**, permitindo: - Gerenciamento do dispositivo; - Exportação de certificados armazenados no dispositivo; - Importação de certificados em formato PKCS#7 para área de armazenamento do dispositivo, de acordo com a RFC 2315; - Importação de certificados em formato PKCS#12 para área de armazenamento do dispositivo; - Visualização de certificados armazenados no dispositivo; - Remoção de chaves e outros dados contidos no dispositivo após autenticação do titular; - Reutilização de dispositivos bloqueados, por meio de remoção total dos dados armazenados e geração de nova senha de acesso; 16. Garantia mínima de 1 (um) ano, contado a partir do aceite definitivo dos *tokens*; 17. Caso o *token* necessite ser substituído ou apresente erro que comprometa o funcionamento do certificado ali armazenado, um novo *token* deverá ser fornecido, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data da notificação feita pelo CONTRATANTE. 18. **Modelo de referência**: Token Criptográfico Safenet eToken 5110.	500	Unidade

Documento assinado eletronicamente por **Waleska Gracieme Andrade Marques de Oliveira**, **Agente Técnico - Analista de Banco de Dados**, em 16/09/2024, às 16:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1412478** e o código CRC **D8116188**.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	**CERTIFICADO DIGITAL PARA PESSOA FÍSICA DO TIPO A3 (eCPF)**	**500**	**240,00**	**120.000,00**
	VISATTO GESTAO EMPRESARIAL LTDA, cnpj 30.722.213/0001-98		56,98	
	SOLUTI (www.soluti.com.br)		240,00	
	https://www.digitalsigncertificadora.com.br		260,00	
2	**CERTIFICADO DIGITAL PARA PESSOA JURÍDICA TIPO A3 (eCNPJ)**	**10**	**399,00**	**3.990,00**
	https://www.soluti.com.br		340,00	
	https://validcertificadora.com.br		399,00	
	https://loja.certisign.com.br		464,90	
3	**CERTIFICADO DIGITAL SSL WILDCARD PARA SISTEMAS WEB**	**10**	**599,00**	**5.990,00**
	https://loja.certisign.com.br		599,00	
	https://www.soluti.com.br		596,22	
	https://rapidssl.com.br		690,00	
4	**CERTIFICADO DIGITAL PARA PESSOA JURÍDICA TIPO A1 (eCNPJ)**	**4**	**235,00**	**940,00**
	https://www.soluti.com.br		235,00	
	https://loja.certisign.com.br/		249,00	
	https://validcertificadora.com.br/		232,00	
5	**VISITA EXTERNA PARA VALIDAÇÃO E EMISSÃO DE CERTIFICADOS DIGITAIS**	**25**	**257,50**	**6.437,50**
	Pregão eletrônico 23114903770202248		65,00	
	https://certificadodigital.prodesp.sp.gov.br/certificados-digitais/gov/valida-externa		450,00	
6	**MÍDIA CRIPTOGRÁFICA TIPO TOKEN USB**	**500**	**112,99**	**56.495,00**
	loja.digitalsecurity.com.br		116,90	
	https://tokenmania.com.br/		89,99	
	https://loja.guiadoprocessoeletronico.com.br		112,99	
			Valor total:	**193.852,50**

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

OFÍCIO Nº 73.2024.DTIC.1412460.2024.019531

A Sua Excelência a Senhora

Doutora **LÍLIAN MARIA PIRES STONE**

Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

Assunto: Apresentar o Termo de Referência Nº 12.2024.DTIC.1415338.2024.019531 e anexos, a fim de atender às necessidades da **PGJ-AM**.

Excelentíssima Senhora Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos,

Honrado em cumprimentar Vossa Excelência, oportunidade em que **submeto** à aprovação, o Termo de Referência Nº 12.2024.DTIC.1415338.2024.019531 e anexos, que trata de formação de registro de preços para eventual fornecimento de **certificados digitais e tokens criptográficos**, objetivando assegurar a certificação digital de membros e servidores que utilizam sistemas eletrônicos que exigem tal certificação, e assim atender as demandas dos órgãos integrantes do **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, por um período de 12 (doze) meses**,** conforme especificações, quantitativos e prazos contidos no documento.

Para identificação nas necessidades, foi realizado o Estudo Técnico Preliminar - ETP Nº 10.2024.DTIC.1412472.2024.019531, considerando a necessidade de dispor de tais insumos para assegurar a disponibilidade do serviços aos usuários finais existentes no **MPAM**.

A contratação está alinhada ao planejamento Estratégico 2017-2027:

- Objetivo 3.02: Aprimorar a infraestrutura gestão e governança de tecnologia da informação;
- Iniciativa Estratégica: Elaborar e implementar programa de renovação contínua do parque computacional.

Ante o exposto, solicito vossa aprovação do sobredito termo de referência. Caso seja aprovado, os autos devem ser encaminhados ao **SETOR DE COMPRAS E SERVIÇOS**, para realização da pesquisa de mercado.

Respeitosamente,

TADEU AZEVEDO DE MEDEIROS
Diretor de Tecnologia da Informação e Telecomunicação

Documento assinado eletronicamente por **Tadeu Azevedo de Medeiros**, **Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (DTIC)**, em 17/09/2024, às 11:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1412460** e o código CRC **C82FDA97**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 12.2024.DTIC.1415338.2024.019531

DESCRIÇÃO DO OBJETO

Registro de preços para futura e eventual aquisição de **serviço emissão e renovação de certificados digitais padrão ICP-Brasil e fornecimento de token criptográficos USB**, visando atender às necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas por 12 (doze) meses.

1. JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO

1.1 A adoção dos sistemas eletrônicos no âmbito da justiça, culminando na implementação de sistemas eletrônicos diversos como **SISTEMA DE AUTOMAÇÃO JUDICIAL - SAJ**, a implementação do **SISTEMA ELETRÔNICO DE EXECUÇÃO UNIFICADO - SEEU** entre outros, exige que os membros, como parte integrante das instituições de justiça, para efetuarem suas tramitações diárias nos processos judiciais, alimentar a plataforma com dados, arrolar documentações, assinar, entre outros feitos, dependem diretamente da utilização de certificados digitais e tokens, assegurando a integridade dos documentos emitidos. Adicionamente a isso, há outros sistemas eletrônicos onde uma parcela dos servidores desempenham suas atividades onde existe a necessidade de acesso e emissão de documentos mediante uso de certificados digitais.

1.2 Desta feita, há a necessidade de aquisição de tokens e certificados digitais para atender aos membros e servidores, assegurando o atendimento à demanda contínua de emissão e renovação de certificados digitais, sem os quais impediriam que o **MPAM** desempenhe suas competências dentro dos sistemas eletrônicos.

1.3 A **PGJ-AM** busca com este instrumento a prestação do serviço de emissão de certificados digitais, com ou sem o fornecimeno de token criptográfico, para uso da Instituição, membros e servidores, que atuam com sistemas que façam uso obrigatório de certificação digital como método de autenticação.

1.4 A necessidade de validação presencial visa garantir maior agilidade na emissão dos certificados, possibilitando que o procedimento ocorra sem prejuízo às atribuições cotidianas.

2. DETALHAMENTO DO OBJETO

2.1 O objeto deste termo de referência é o registro de preços para contratação de empresa, selecionada sob o **critério de menor preço por lote**, para fornecimento e emissão de certificados digitais, incluindo visitas externas para sua emissão, bem como o fornecimento de dispositivos criptográficos (*tokens)* USB para armazenamento, conforme especificações descritas no **ANEXO I** (1417558) deste termo.

2.2 Todos os itens deste termo de referência poderão serão solicitados conforme demanda por meio de ordens de fornecimento.

2.3 Os certificados digitais (e-CPF e e-CNPJ) deverão ser no padrão ICP-Brasil.

2.4 A **CONTRATADA** deverá possuir no mínimo um posto de atendimento para emissão de certificados digitais presenciais na cidade de Manaus-AM, durante toda a vigência da ata de registro de preços.

2.5 A **CONTRATADA** deverá oferecer atendimento nas formas virtual e presencial, a escolha da **CONTRATANTE**, para emissão e gravação dos certificados digitais tipo eCPF A3, estando obrigada a cumprir, no ato do atendimento, todas as etapas até que o certificado esteja instalado no token.

2.5.1 A **CONTRATADA** deverá assegurar, até o final do atendimento, que o titular do certificado tenha gravado no token sua própria senha, pessoal e intransferível.

2.6 A **CONTRATADA** deverá disponibilizar à **CONTRATANTE** uma platorma de sistema para agendamento e gerenciamento de emissões dos certificados contratados, possuindo as seguintes características:

2.6.1 Acessível pela internet por meio de login e senha para os gestores do contrato da **CONTRATANTE**;

2.6.2 Que permita que a **CONTRATANTE** possa agendar o atendimento para emissão e gravação de certificado em dia e hora disponíveis, atrelado a um número de voucher gerado pelo sistema.

2.6.3 Que o cadastro do beneficiário do certificado tenha no mínimo: nome completo e CPF;

2.6.4 Que exiba a data de alocação de autorização/código e a data/hora de emissão do certificado digital;

2.6.5 Que tais informações sejam atualizadas no máximo a cada 30 (trinta) dias;

2.6.6 Que exiba relatório contendo data de alocação de autorização/código e a data/hora de emissão do certificado digital.

2.7 A **CONTRATADA** deverá disponibilizar o sistema em até 15 (quinze) dias corridos a partir da emissão da Ordem de Fornecimento, junto com as seguintes informações: link de acesso, login e senha, manual de utilização.

2.8 A emissão fica autorizada apenas mediante cadastro prévio no sistema de vouchers.

2.9 O token deverá ser gerenciável pelo software **SafeNet Authenticator Client**. Justificando-se pelo fato de ser esta a única ferramenta compatível com os tokens já utilizados pelo **MPAM** e que, por este motivo, já é pré-instalada em todos os computadores institucionais, com a qual se podem realizar as operações de desbloqueio, alteração de senha, etc, e evitar conflitos com outros gerenciadoes e drivers existentes.

3. DO SUPORTE TÉCNICO

3.1 A **CONTRATADA** deverá fornecer suporte técnico, durante todo o ciclo de validade do produto.

3.2 O **SUPORTE TÉCNICO** poderá ser realizado por telefone, e-mail, chat ou mesmo abertura de chamados on-line, em horário comercial das 8h às 17h, em língua portuguesa do Brasil.

3.3 As mensagens enviadas sábados, domingos e feriados serão analisadas no primeiro dia útil subsequente.

3.4 Deverá ser disponibilizado um serviço de *service desk* para abertura, controle e acompanhamento dos chamados.

3.5 Quando da abertura do **CHAMADO TÉCNICO**, a **FISCALIZAÇÃO** será informada do **NUMERO DO CHAMADO** (número sequencial único) que identificará toda a evolução do chamado até seu encerramento.

3.6 Não poderá existir qualquer tipo de limitação de horas para a prestação do suporte técnico, durante a vigência desta contratação.

3.7 A **CONTRATADA** deverá refazer e/ou corrigir, em até 48 (quarenta e oito) horas após registrada a ordem de serviço e sem ônus adicionais para a **CONTRATANTE**, erros sistêmicos e outros que eventualmente possam surgir após a instalação dos respectivos certificados.

4. DA GARANTIA

4.1 Itens 1 e 2 – Certificados de pessoa física (e-CPF A3) e pessoa jurídica (e-CNPJ A3).

4.1.1 A **CONTRATADA** deverá prover garantia de correção e atualização motivadas por falhas técnicas e mudanças originadas de diretrizes oriundas da ICP-Brasil, pelo período mínimo de 36 (trinta e seis) meses para o certificado do tipo A3, contados a partir da data de emissão do certificado;

4.1.2 Caso a correção ou atualização exija novo certificado, a empresa contratada deverá efetuar a nova emissão, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de notificação, sem ônus adicional para o **CONTRATANTE**.

4.2 Item 3 – Certificado digital SSL WILDCARD para sistemas web

4.2.1 A **CONTRATADA** deverá prover garantia de correção e atualização motivadas por falhas técnicas, pelo período mínimo de 12 (doze) meses para o certificado SSL WILDCARD, contados a partir da data de emissão do mesmo.

4.2.2 Caso a correção ou atualização exija novo certificado, a empresa contratada deverá efetuar a nova emissão, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de notificação, sem ônus adicional para o **CONTRATANTE**.

4.3 Item 4 – Certificados de pessoa jurídica (e-CNPJ A1).

4.3.1 A **CONTRATADA** deverá prover garantia de correção e atualização motivadas por falhas técnicas e mudanças originadas de diretrizes oriundas da ICP-Brasil, pelo período mínimo de 12 (doze) meses para o certificado do tipo A1, contados a partir da data de emissão do certificado;

4.3.2 Caso a correção ou atualização exija novo certificado, a empresa contratada deverá efetuar a nova emissão, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de notificação, sem ônus adicional para o **CONTRATANTE**.

4.4 Item 6 – Mídia criptográfica do tipo Token

4.4.1 A **CONTRATADA** deverá prover garantia mínima de 12 (doze) meses, contado a partir da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

4.4.2 Os tokens fornecidos deverão ser novos e de "primeiro uso", não podendo ser recondicionados.

4.4.3 Não estão contemplados nessa garantia os casos de roubo, perda do dispositivo e mau uso do usuário.

4.4.4 Caso o token necessite ser substituído ou apresente erro que comprometa o funcionamento do certificado ali armazenado, um novo token e uma nova emissão de certificado deverá ser realizada, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da notificação feita pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**.

5. DOS CRITÉRIOS PARA FORMULAÇÃO DA PROPOSTA

5.1 Os interessados em participar do certame objeto desta contratação, serão selecionados pelo critério de **menor preço global**, elaborando sua proposta comercial em conformidade com a planilha de formação de preços, apresentada a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	U.M.	VALOR UNITÁRIO (R$)	TOTAL (R$)
1	EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL PARA PESSOA FÍSICA DO TIPO A3 (e-CPF)	500	Und		
2	EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL PARA PESSOA JURÍDICA TIPO A3 (e-CNPJ)	10	Und		
3	EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL SSL WILDCARD PARA SISTEMAS WEB	10	Und		
4	EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL PARA PESSOA JURÍDICA TIPO A1 (e-CNPJ)	4	Und		
5	VISITA TÉCNICA PARA VALIDAÇÃO E EMISSÃO DE CERTIFICADOS DIGITAIS	25	Und		
6	FORNECIMENTO DE MÍDIA CRIPTOGRÁFICA TIPO TOKEN USB	500	Und		
				VALOR TOTAL (R$)	

5.2 O pretenso licitante deverá observar, quando da apresentação da proposta, os respectivos prazos estabelecidos neste Termo.

6. DOS PRAZOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA

6.1 A **CONTRATADA** deverá disponibilizar os certificados, visitas e *tokens*, nos termos descritos neste Termo, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos da data de recebimento da autorização de fornecimento pela **CONTRATADA**.

6.1.1 Os certificados e visitas serão consideradas entregues quando disponíveis para agendamento no sistema de gerenciamento de emissões;

6.1.2 A entrega dos dispositivos criptográficos tipo token USB, deverá ser realizada em até 30 (trinta) dias após o recebimento pela **CONTRATADA** da Autorização de Fornecimento emitida pelo **CONTRATANTE**.

6.2 A execução dos serviços e a entrega do objeto contratado deverá ser realizada na sede da **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, a qual ocorrerá em dias úteis, no horário das 8h às 17h, no seguinte endereço:

Av. Coronel Teixeira, n.º 7.995, Nova Esperança, Ponta Negra

CEP. 69037-473, Manaus, Amazonas

6.3 O prazo de vigência do contrato decorrente desta licitação dar-se-á a partir da data de sua assinatura, por um período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado na forma da Lei nº. 14.133/21.

6.4 O serviço de emissão de certificados será considerado terminado quando o voucher gerado no sistema de gerenciamento de emissões estiver indicando que o mesmo foi emitido e instalado.

6.5 Caberá à **FISCALIZAÇÃO** comunicar à **CONTRATADA** os dados necessários para emissão dos certificados que são objeto desta contratação, bem como as datas de agenda para execução das visitas externas necessárias a emissão dos Certificados.

7. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1 O recebimento dos produtos será realizado pela **FISCALIZAÇÃO**, na forma prevista na Lei n.º 14.133/21, e ocorrerá a cada Autorização de Fornecimento, seguinte forma:

7.1.1 **PROVISORIAMENTE**: Quando da efetiva entrega dos Certificados e/ou Tokens, devidamente acompanhado da nota fiscal, constituindo-se na inspeção quantitativa, para posterior verificação da conformidade com as especificações.

7.1.2 **DEFINITIVAMENTE**: No prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento provisório, após a verificação da conformidade dos referidos produtos com as condições, especificações e obrigações contratuais, cabendo à **CONTRATADA** o dever de substituir os itens que não estejam de acordo com as especificações, observando-se o disposto no pertinente diploma lega.

7.1.2.1 Para avaliação da qualidade, após o recebimento provisório, o Fiscal Técnico da **CONTRATANTE** submeterá os produtos recebidos a testes de aceitação, de todos os componentes disponíveis na solução, através de procedimentos próprios, findo o qual será elaborado relatório técnico com a análise dos resultados.

7.2 Os testes de aceitação serão desenvolvidos de acordo com os eventos e atividades descritos a seguir:

7.2.1 Conferência de entrega: oportunidade em que se procederá a identificação e conferência da solução entregue.

7.2.2 Testes de instalação: configuração das funcionalidades do objeto contratado.

7.2.3 Testes de ativação: operacionalização da solução, com a verificação de suas características, de suas funcionalidades e de sua compatibilidade.

7.3 Com o processo de recebimento, realizar-se-á a verificação detalhada do cumprimento de todas obrigações da contratada, bem como a conformidade do objeto com as condições e especificações constantes no instrumento compromissório.

7.4 Cumpridos os requisitos editalícios do objeto e contratuais e, por conseguinte, seja constatada a viabilidade do recebimento, a equipe de **FISCALIZAÇÃO** e **GESTÃO** expedirá **Termo de Recebimento Definitivo** que será assinada pela equipe e pelos representantes da **CONTRATADA**.

7.5 Na eventualidade de serem encontradas restrições para recebimento do objeto, a **FISCALIZAÇÃO** fará constar, em seu relatório técnico, as pendências encontradas, comunicando-as à **CONTRATADA**.

7.5.1 A **CONTRATADA** deverá sanar as pendências no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, observando-se o disposto na Lei n.º 14.133/21.

7.5.2 A **CONTRATADA** deverá efetuar as devidas correções, sem qualquer ônus para a **CONTRATANTE**.

7.6 O **Recebimento Definitivo** do objeto não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela perfeita execução do objeto deste Termo.

7.7 A **CONTRATADA** deverá corrigir, sem ônus adicionais, qualquer erro ou defeito no produto entregue e aceito pela **CONTRATANTE** que não estiver de acordo com os requisitos acordados, durante o período de vigência da garantia.

7.8 No caso de substituição, o novo produto que vier a ser oferecido deverá conter, necessariamente, todas as funcionalidades e prover todos os serviços daquele que substituiu.

7.9 Se, a qualquer tempo, vier a ser constatado que o produto fornecido o foi em desacordo com as especificações e, em decorrência desse fato, observar-se qualquer tipo de dano ao equipamento onde está sendo utilizado, o reparo do equipamento ou, se for o caso, a sua substituição, será de inteira responsabilidade da **CONTRATADA**, nos termos da lei pertinente.

7.10 Nenhum pagamento será efetivado sem que a área de solicitante, emita o **Termo de Recebimento Definitivo** e ateste que o objeto contratado está integralmente sendo entregue/disponibilizado pela **CONTRATADA**.

8. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1 O pagamento devido à **CONTRATADA** será creditado em conta-corrente por meio de ordem bancária, efetuado mediante apresentação de nota fiscal/fatura atestada e visada pelos órgãos de fiscalização e acompanhamento do fornecimento do material, no prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados a partir do atesto da Administração na fatura apresentada.

8.2 A respectiva nota fiscal/fatura dos produtos, emitidas em conformidade com o Protocolo ICMS 42/2009 (NF-e), deverá estar devidamente discriminada, em nome da **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, CNPJ n.º 04.153.748/0001-85, e acompanhada das respectivas Certidões Negativas de Débito para com a Seguridade Social, para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, e ainda, Certidão Negativa de Débito Trabalhista, Certidão de regularidade junto a Fazenda Federal, Estadual e Municipal.

8.3 Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

8.4 Qualquer atraso ocorrido na apresentação da nota fiscal/fatura, ou dos documentos exigidos como condição de pagamento por parte da **CONTRATADA**, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do **CONTRATANTE**.

8.5 Nenhum pagamento isentará o fornecedor das responsabilidades atinentes ao produto, nem tampouco implicará a aprovação definitiva da entrega, total ou parcialmente.

8.6 Somente serão considerados efetivamente executados os serviços entregues em sua totalidade até a data de emissão da respectiva fatura.

8.7 Nenhum pagamento será efetivado sem que a área solicitante, emita o **Termo de Recebimento Definitivo** e ateste que o objeto contratado está integralmente sendo entregue/disponibilizado pela **CONTRATADA**.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 Além das condições já previstas, especificadamente, nos itens que cuidam da entrega das licenças e da garantia técnica, constituem, igualmente, obrigações da futura contratada a condições descritas neste item.

9.2 Designar, em até cindo dias corridos, após assinatura do contrato, **PREPOSTO** para representar administrativamente a **CONTRATADA** ao longo da execução contratual.

9.2.1 Ao apresentar o **PREPOSTO**, a **CONTRATADA** deverá indicar canais de comunicação direta como representante, sem intermediação de canais de atendimento e afins.

9.2.2 Em caso de afastamento do **PREPOSTO** indicado, a **CONTRATADA** contará com o prazo de cinco dias corridos para indicação de novo representante.

9.3 Manter garantia contra bugs (falhas de programação), durante todo o ciclo de validade do produto.

9.4 Observar os prazos estabelecidos neste Termo e no contrato.

9.5 Efetuar a entrega do objeto contratado, dentro do prazo e de acordo com as especificações constantes deste Termo, observando estreitamente as prescrições e as recomendações do fabricante, a legislação estadual ou municipal, se houver, bem como outras normas correlatas, ainda que não estejam explicitamente citadas neste documento e seus anexos.

9.6 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste Termo, sem prévia e expressa anuência da **CONTRATANTE**.

9.6.1 A **CONTRATANTE** não aceitará, sob pretexto algum, a transferência de responsabilidade da **CONTRATADA** para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, subempreiteiros ou quaisquer outros.

9.7 Comunicar imediatamente à **CONTRATANTE**, por escrito, toda e qualquer anormalidade que dificulte ou impossibilite a execução do objeto deste Termo e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

9.8 Aceitar todas as decisões, métodos de inspeção, verificação e controle, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos e explicações que a **CONTRATANTE** julgar necessário.

9.8.1 A ação de fiscalização não exonera a **CONTRATADA** de suas responsabilidades contratuais.

9.9 Substituir, reparar, corrigir, remover, refazer ou reconstituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste Termo que não atenda às especificações exigidas, em que se verifiquem imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções ou rejeitados pela fiscalização.

9.10 Apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, e de impedimento de execução por fato ou ato de terceiro reconhecido pela **CONTRATANTE** em documento contemporâneo a sua ocorrência, quando não puder cumprir os prazos estipulados para a execução, total ou parcial, do objeto deste Termo.

9.11 Responsabilizar-se por todos os encargos e obrigações concernentes às legislações sociais, trabalhistas, tributárias, fiscais, comerciais, securitárias e previdenciárias, bem como por todas as despesas decorrentes da execução de eventuais trabalhos em horários extraordinários (diurno e noturno), e, em suma, todos os gastos e encargos com material e mão de obra necessários à completa realização dos serviços.

9.11.1 A inadimplência da **CONTRATADA** com referência a tais encargos não transfere à **CONTRATANTE** a responsabilidade por seu pagamento.

9.12 Além dos encargos pertinentes, ser responsável pelo ônus de indenizar todo e qualquer prejuízo pessoal ou material causado à **PGJ-AM** ou a terceiros que possa advir, direta ou indiretamente, da execução do objeto deste Termo.

9.13 A inobservância das especificações constantes deste Termo de Referência implicará a não aceitação parcial ou total dos serviços, devendo a **CONTRATADA** refazer as partes recusadas sem direito a indenização.

9.14 No que diz respeito ao atendimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados – Lei n.º 13.709/2018 (LGPD), a **CONTRATADA** ficará obrigada a:

9.14.1 cumprir as solicitações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);

9.14.2 cumprir com o estabelecido pelo **CONTRATANTE** para o tratamento de dados e dentro das finalidades necessárias ao cumprimento do objeto contratado;

9.14.3 guardar o mais absoluto sigilo sobre os dados pessoais que lhes forem confiados por força da execução do contrato, estendendo tal obrigação a eventuais empregados, assumindo a responsabilidade e as consequências advindas da sua divulgação não autorizada ou utilização indevida, inclusive cível e penal;

9.14.4 não utilizar os dados obtidos por meio desse ajuste para finalidade diversa;

9.14.5 notificar o **CONTRATANTE** em caso de vazamento de dados que conduza à destruição, perda, alteração ou divulgação não autorizada de dados, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contadas da descoberta da referida violação;

9.14.6 fornecer informações úteis ao **CONTRATANTE** sobre a natureza e âmbito dos Dados Pessoais possivelmente afetados e as medidas corretivas tomadas ou planejadas;

9.14.7 implementar medidas corretivas a fim de impedir violações e a fim de limitar o seu impacto sobre os titulares de dados, na medida do possível.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1 Realizar a gestão do consumo dos itens ata de registro de preços através do **SETOR DE INFRAESTRUTURA E TELECOMUNICAÇÕES**.

10.2 Fornecer à **CONTRATADA** as informações necessárias à fiel execução do contrato.

10.3 Acompanhar e fiscalizar, como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse, o exato cumprimento das obrigações previstas neste Termo de Referência.

10.4 Exercer a **FISCALIZAÇÃO** e supervisão dos serviços/fornecimentos executados, por meio de servidores especialmente designados, como segue:

a) **GESTÃO** realizada pelo Diretor da área de TI, ou por servidor por este designado;

b) **FISCALIZAÇÃO TÉCNICA** realizada por servidores da área de TI.

10.5 Anotar em registro próprio e notificar a **CONTRATADA**, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições, defeitos de fabricação e avarias nos softwares fornecidos, exigindo as medidas reparadoras devidas.

10.6 Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue em desacordo com a disciplina estabelecida neste instrumento e no contrato futuro.

10.7 Efetuar regularmente o pagamento da **CONTRATADA**, dentro dos critérios estabelecidos neste Termo de Referência e no contrato, após o cumprimento das formalidades legais, por meio de Ordem Bancária, após o atesto das notas fiscais/faturas.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o **ESTADO DO AMAZONAS**, podendo ser descredenciado no **SICAF**, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores correlatos, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste instrumento e no contrato e das demais cominações legais.

11.1.1 As sanções serão aplicadas pelo Procurador-Geral de Justiça, em processo regular que assegure ao acusado o direito prévio da citação, do contraditório e da ampla defesa, com os recursos a ela inerentes.

11.1.2 Será aplicada multa de até 30% (trinta por cento) do valor estimado para a contratação à licitante que, **sem justificativa aceita pela Administração**:

a) cometer fraude fiscal;

b) apresentar documento falso;

c) apresentar declaração falsa;

d) comportar-se de modo inidôneo;

e) não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido;

f) não assinar a Nota de Empenho, a Ordem de Execução de Serviço ou o contrato no prazo estabelecido;

g) deixar de entregar a documentação exigida no certame;

h) não mantiver a proposta.

11.1.3 Para os fins da subcondição da alínea “d”, reputar-se-ão inidôneos atos como:

a) agir em conluio ou em desconfirmidade com a lei;

b) induzir deliberadamente a erro no julgamento;

c) apresentar amostrar falsa ou deteriorada;

d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

11.2 **A falta de regularização da documentação** no prazo previsto sujeitará a licitante à aplicação das sanções previstas neste edital.

11.3 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

11.4 **Pela inexecução total ou parcial do compromisso assumido,** o **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA** poderá aplicar ao fornecedor as seguintes sanções:

I. **Advertência**;

II. **Multas percentuais**, nos termos estabelecidos neste Edital;

III. **Suspensão temporária** de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos;

IV. **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior;

V. **Impedimento de licitar e contratar com o Estado do Amazonas** pelo prazo de até 5 (cinco) anos;

11.5 Se a **CONTRATADA**, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir preceitos legais, serão aplicadas, segundo a gravidade da falta, as seguintes multas:

Item	Infração	Penalidade	Limite de Multas para Inexecução
1	Atraso na entrega do objeto	Multa de mora diária de 1% (um por cento) sobre o valor total da Nota de Empenho.	15%
2	Não cumprimento dos prazos estebelecidos no Edital	Multa de mora diária de 1% (um por cento) sobre o valor total da Nota de Empenho.	20%
3	Recusa em substituir o produto defeituoso ou na execução dos serviços, que vier a ser rejeitado	Multa de mora diária de 1% (um por cento) sobre o valor total da Nota de Empenho.	20%
4	Não providenciar o devido cadastramento junto ao Sistema de Administração Financeira e Contabilidade – Cadastramento de Credores da **SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO D AMAZONAS – SEFAZ-AM**, na forma prevista no Edital.	Multa de 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) sobre o valor total da proposta.	-
5	Inexecução parcial do objeto contratado	Multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor da Nota de Empenho, sem prejuízo das demais sanções previstas.	-
6	Inexecução total do objeto.	Multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total homologado em favor do contratado, sem prejuízo das demais sanções previstas.	-
7	Deixar de atender qualquer um dos prazos de execução da garantia e assistência técnica	Multa diária de 1% (dois por centro) sobre o valor total homologado em favor do contratado	30%

11.5.1 Quando as multas apuradas alcançarem os limites de multa de mora diária a serem aplicadas, a obrigação será considerada não executada, parcial ou totalmente, sendo possível a rescisão unilateral do contrato pela Administração e a sujeição da **CONTRATADA** às sanções correlatas.

11.6 As multas de que tratam os subitens acima serão entendidas como independentes e cumulativas.

11.7 Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a **CONTRATADA** pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

11.8 As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação, impedimento de contratar com a Administração e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à **CONTRATADA** cumulativamente **as de multa**, as quais, por sua vez, **poderão ser descontadas dos pagamentos a serem efetuados.**

11.9 A aplicação de quaisquer penalidades previstas neste instrumento será precedida de regular processo administrativo, onde se garantirá o contraditório e a ampla defesa."

12. DA ELABORAÇÃO

O presente Termo de Referência foi elaborado pela **DIRETORIA DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO**, em conformidade com as atribuições legais e regimentais, estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis, com a necessidade, interesse e conveniência da Administração, sendo parte integrante do procedimento interno respectivo.

13. DECLARAÇÃO DO SOLICITANTE

Declaro que este Termo de Referência está de acordo com a Lei nº 14.133/21 e alterações.

WALESKA GRACIEME ANDRADE MARQUES DE OLIVEIRA

Coordenadora da Área de Suporte de TI

CARLOS ALEXANDRE DOS SANTOS NOGUEIRA

Chefe do Setor de Infraestrutura e Telecomunicações

13. APROVAÇÃO

Solicitamos aprovação.

TADEU AZEVEDO DE MEDEIROS

Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação

Documento assinado eletronicamente por **Waleska Gracieme Andrade Marques de Oliveira**, **Agente Técnico - Analista de Banco de Dados**, em 17/09/2024, às 08:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Carlos Alexandre dos Santos Nogueira**, **Chefe do Setor de Infraestrutura e Telecomunicação - SIET**, em 17/09/2024, às 11:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Tadeu Azevedo de Medeiros**, **Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (DTIC)**, em 17/09/2024, às 11:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1415338** e o código CRC **99B6AF90**.

ANEXO Nº 1417558.2024.DTIC.1417558.2024.019531

ANEXO I DO

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 12.2024.DTIC.1415338.2024.019531

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

MATERIAIS DE CONSUMO

Item	Descrição	Qtde.	Unidade de Medida
1	**EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL PARA PESSOA FÍSICA DO TIPO A3 (e-CPF)** 1. Emitido por autoridade certificadora credenciada pela ICP-Brasil; 2. Certificado nível A3, tipo e-CPF; 3. Validade de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da emissão; 4. Deve ser compatível para utilização em assinatura de documentos eletrônicos, e-mails, acesso a aplicações, logon de rede, entre outras destinações; 5. Certificado aderente padrão do Comitê Gestor da ICP Brasil; 6. O item engloba o respectivo serviço de autoridade de registro.	500	Unidade
2	**EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL PARA PESSOA JURÍDICA TIPO A3 (e-CNPJ)** 1. Emitido por autoridade certificadora credenciada pela ICP-Brasil; 2. Tipo e-CNPJ A3; 3. Validade de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da emissão; 4. Ser compatível para utilização em assinatura de documentos eletrônicos, e-mails, acesso a aplicações, logon de rede, entre outras destinações; 5. Certificado aderente padrão do Comitê Gestor da ICP Brasil; 6. O item engloba o respectivo serviço de autoridade de registro.	10	Unidade
3	**EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL SSL WILDCARD PARA SISTEMAS WEB** 1. Certificado digital para servidor web, do tipo SSL; 2. Proteger qualquer subdomínio, mesmo os adicionados posteriormente, com um único certificado SSL; 3. Prazo de validade de 12 (doze) meses; 4. Certificação em plena compatibilidade com os principais navegadores de internet e dispositivos móveis, sem a necessidade de instalação de certificado AC raiz; 5. Permitir a utilização de criptografia simétrica com chaves de no mínimo 256 bits; 6. Utilizar chaves para criptografia assimétrica RSA, de no mínimo 2048 bits; 7. Emissão do certificado em até 72 (setenta e duas) horas; 8. Reemissão ilimitadas dentro do período de validade; 9. Instalação em número ilimitado de servidores; 10. A **CONTRATANTE** poderá solicitar à **CONTRATADA**, num período de sete dias após a emissão inicial de um certificado, a sua re-emissão ou a substituição quantas vezes forem necessárias; 11. Suporte em português via atendimento online, telefone e e-mail ou website para solicitação, instalação e utilizaão do certificado SSL, bem como prestação de esclarecimentos e dúvidas técnicas e cadastrais.	10	Unidade
4	**EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL PARA PESSOA JURÍDICA TIPO A1 (e-CNPJ), NO PADRÃO ICP-BRASIL.** 1. Emitido por autoridade certificadora credenciada pela ICP-Brasil; 2. Certificado nível A1, tipo e-CNPJ; 3. Validade de 12 (doze) meses, contados a partir da emissão; 4. Ser aderente às normas do Comitê Gestor da ICP-Brasil; 5. Ser compatível para armazenamento no computador.	04	Unidade

Item	Descrição	Qtde.	Unidade de Medida
5	**VISITA EXTERNA PARA VALIDAÇÃO E EMISSÃO DE CERTIFICADOS DIGITAIS** 1. Compreende a realização de visita técnica nas dependências da **CONTRATANTE** com o objetivo de realizar a validação e emissão dos certificados digitais tipo A1, para sistemas/aplicações, e tipo A3, para pessoa física e pessoa jurídica; 2. As visitas para validação e emissão de certificado se darão na sede da **CONTRATANTE**, a qual ocorrerá em dias úteis, no horário das 8h às 17h, no seguinte endereço: **Av. Coronel Teixeira, n.º 7.995, Nova Esperança, CEP. 69037-473, Manaus, Amazonas**; 3. Poderão ser emitidos até oito certificados digitais por visita, no caso de emissões de certificados para pessoa física e para pessoa jurídica; 4. A visita para emissão de certificados para sistemas/aplicações em caso de necessidade, poderão ser realizados individualmente; 5. A **CONTRATANTE** fornecerá a infraestrutura de mobiliário e acesso á internet para a validação, sendo os demais equipamentos e serviços fornecidos pela **CONTRATADA**; 6. Na impossibilidade da emissão dos certificados pela **CONTRATADA**, no período programado para emissão dos certificados, o serviço de visita local não será considerado como prestado, devendo ser reagendado com a **CONTRATANTE**.	25	Unidade
6	**FORNECIMENTO DE MÍDIA CRIPTOGRÁFICA TIPO TOKEN USB** 1. Token criptográfico USB capaz de armazenar cert2048ificados, chaves e cadeias de certificados aderentes às normas do Comitê Gestor da ICP-Brasil; 2. Compatível para armazenamento de certificados digitais A3, em conformidade com a ICP-Brasil; 3. Fornecer solução de gerenciamento em português com funções básicas de gestão do PIN e PUK, compatível com Windows 10 ou superior e Mac Os; 4. Possuir capacidade de no mínimo 64Kb de memória; 5. Deverá possuir chassi em plástico rígido e resistente a água; 6. Possuir driver compatível e disponível para o sistema operacional Microsoft Windows 10 ou superior e Mac OS; 7. Deverá ter conectividade compatível com USB tipo A 2.0 (ou superior compatível com 2.0); 8. Permitir conexão direta na porta USB, sem necessidade de interface intermediária para leitura; 9. Suporte à tecnologia de chaves pública/privada (PKI), com geração on-board do par de chaves RSA de, no mínimo, 2048 bits; 10. Permitir a criação de senha de acesso ao dispositivo de no mínimo seis caracteres, ou de acordo com os critérios do **CONTRATANTE**; 11. Permitir criação de senhas com caracteres alfanuméricos; 12. Permitir a geração de chaves, protegidas por PINs (Personal Identification Number); 13. Permitir a inicialização e reinicialização do *token* mediante a utilização de PUK (Pin Unlock Key); 14. Suporte aos principais navegadores de mercado, entre os quais: Internet Explorer, Mozilla Firefox e Google Chrome; 15. O software de gerenciamento do dispositivo deverá ser disponibilizado pela **CONTRATADA** e estar no idioma Português do Brasil, devendo ser compatível com o cliente do **SafeNet Authenticator Client**, permitindo: - Gerenciamento do dispositivo; - Exportação de certificados armazenados no dispositivo; - Importação de certificados em formato PKCS#7 para área de armazenamento do dispositivo, de acordo com a RFC 2315; - Importação de certificados em formato PKCS#12 para área de armazenamento do dispositivo; - Visualização de certificados armazenados no dispositivo; - Remoção de chaves e outros dados contidos no dispositivo após autenticação do titular; - Reutilização de dispositivos bloqueados, por meio de remoção total dos dados armazenados e geração de nova senha de acesso; 16. Garantia mínima de 1 (um) ano, contado a partir do aceite definitivo dos *tokens*; 17. Caso o *token* necessite ser substituído ou apresente erro que comprometa o funcionamento do certificado ali armazenado, um novo *token* deverá ser fornecido, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data da notificação feita pelo CONTRATANTE. 18. **Modelo de referência**: Token Criptográfico Safenet eToken 5110.	500	Unidade

Documento assinado eletronicamente por **Waleska Gracieme Andrade Marques de Oliveira**, **Agente Técnico - Analista de Banco de Dados**, em 16/09/2024, às 16:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Carlos Alexandre dos Santos Nogueira**, **Chefe do Setor de Infraestrutura e Telecomunicação - SIET**, em 17/09/2024, às 11:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1417558** e o código CRC **12D4B782**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

DESPACHO Nº 1201.2024.01AJ-SUBADM.1430209.2024.019531

PROCESSO N° 2024.019531

ASSUNTO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE SERVIÇO EMISSÃO E RENOVAÇÃO DE CERTIFICADOS DIGITAIS PADRÃO ICP-BRASIL E FORNECIMENTO DE TOKEN CRIPTOGRÁFICOS USB, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS POR 12 (DOZE) MESES.

Trata-se de procedimento administrativo iniciado através do **OFÍCIO Nº 73.2024.DTIC** (1412460), de lavra do Sr. Tadeu Azevedo de Medeiros, Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (DTIC), por meio do qual encaminhou o **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP Nº 10.2024.DTIC** (1412472) e o **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 12.2024.DTIC** (1415338), que tem como objeto a futura e eventual aquisição de **serviço emissão e renovação de certificados digitais padrão ICP-Brasil e fornecimento de token criptográficos USB**, visando atender às necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas por 12 (doze) meses.

Em consulta ao **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP Nº 10.2024.DTIC** (1412472), verifica-se que o Demandante apresenta as seguintes justificativas para a presente contratação:

6. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

6.1 O presente estudo propõe a formação de registro de preços que permita a aquisição de certificados digitais e tokens criptográficos, necessários para que membros e servidores possam alimentar a plataforma com dados, arrolar documentações, assinar, entre outros feitos, dependem diretamente da utilização de certificados digitais e tokens, de sistemas utilizados pelo **MPAM** e **PGJ**.

6.2 Dispor de tais recursos significa assegurar aos membros a utilização do **SISTEMA DE AUTOMAÇÃO JUDICIAL - SAJ** e outros do ecossistema utilizado pelas instituições de justiça. Adicionalmente a isso, há outros sistemas eletrônicos onde uma parcela dos servidores desempenham suas atividades onde existe a necessidade de acesso e emissão de documentos mediante uso de certificados digitais.

6.3 Manter registro de preço vigente assegura a disponibilização dos serviços aos usuários, e garante infraestrutura eficiência nos processos de renovação de certificados, necessários às atividades institucionais.

6.4 Considerando que o uso de certificado digital é necessário para o acesso aos sistemas da Justiça, a **PGJ-AM** busca com este instrumento a aquisição de certificados digitais para uso da Instituição, membros e servidores, que atuam com sistemas que façam uso obrigatório de certificação digital como método de autenticação.

6.5 A adoção do Sistema de Registro de Preços, por ser o instrumento regulamentado para as hipóteses em que as características do bem ou serviço enseja a necessidade de contratações frequentes e quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas, ou mesmo quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

6.5.1. Os pedidos de abastecimento ocorrerão preferencialmente por semestre ou a critério da **PGJ**, considerando a demanda das unidades pelos materiais e a disponibilidades orçamentária.

6.6 Justificativa do parcelamento

6.6.1 O objeto da contratação não é composto por itens divisíveis. Dessa forma, o parcelamento da solução não é aplicável.

6.7 Do agrupamento em lotes

6.7.1 Nesta contratação será necessário o agrupamento de todos os itens em um lote, de modo que a seleção do fornecedor seja realizada pelo critério de menor preço global, considerando que multiplas contratações prejudicam a plena execução do objeto, considerando a dependência entre os itens.

6.8 Da adesão à ata de registro de preços

6.8.1 Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os requisitos a serem definidos no Edital do certame.

6.9 Da validade da ata de registro de preços

6.9.1 A validade da ata de registro de preços será de **um ano**, contado a partir da data de sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

6.10 Da subcontratação

6.10.1 É vedada a subcontratação ou transferência total ou parcial do objeto da contratação.

De igual forma, fora anexado o **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 12.2024.DTIC** (1415338) contendo o seguinte objeto e justificativa:

DESCRIÇÃO DO OBJETO

Registro de preços para futura e eventual aquisição de **serviço emissão e renovação de certificados digitais padrão ICP-Brasil e fornecimento de token criptográficos USB**, visando atender às necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas por 12 (doze) meses.

1. JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO

1.1 A adoção dos sistemas eletrônicos no âmbito da justiça, culminando na implementação de sistemas eletrônicos diversos como **SISTEMA DE AUTOMAÇÃO JUDICIAL - SAJ**, a implementação do **SISTEMA ELETRÔNICO DE EXECUÇÃO UNIFICADO - SEEU** entre outros, exige que os membros, como parte integrante das instituições de justiça, para efetuarem suas tramitações diárias nos processos judiciais, alimentar a plataforma com dados, arrolar documentações, assinar, entre outros feitos, dependem diretamente da utilização de certificados digitais e tokens, assegurando a integridade dos documentos emitidos. Adicionamente a isso, há outros sistemas eletrônicos onde uma parcela dos servidores desempenham suas atividades onde existe a necessidade de acesso e emissão de documentos mediante uso de certificados digitais.

1.2 Desta feita, há a necessidade de aquisição de tokens e certificados digitais para atender aos membros e servidores, assegurando o atendimento à demanda contínua de emissão e renovação de certificados digitais, sem os quais impediriam que o **MPAM** desempenhe suas competências dentro dos sistemas eletrônicos.

1.3 A **PGJ-AM** busca com este instrumento a prestação do serviço de emissão de certificados digitais, com ou sem o fornecimeno de token criptográfico, para uso da Instituição, membros e servidores, que atuam com sistemas que façam uso obrigatório de certificação digital como método de autenticação.

1.4 A necessidade de validação presencial visa garantir maior agilidade na emissão dos certificados, possibilitando que o procedimento ocorra sem prejuízo às atribuições cotidianas.

2. DETALHAMENTO DO OBJETO

2.1 O objeto deste termo de referência é o registro de preços para contratação de empresa, selecionada sob o **critério de menor preço por lote**, para fornecimento e emissão de certificados digitais, incluindo visitas externas para sua emissão, bem como o fornecimento de dispositivos criptográficos (*tokens)* USB para armazenamento, conforme especificações descritas no **ANEXO I** (1417558) deste termo.

2.2 Todos os itens deste termo de referência poderão serão solicitados conforme demanda por meio de ordens de fornecimento.

2.3 Os certificados digitais (e-CPF e e-CNPJ) deverão ser no padrão ICP-Brasil.

2.4 A **CONTRATADA** deverá possuir no mínimo um posto de atendimento para emissão de certificados digitais presenciais na cidade de Manaus-AM, durante toda a vigência da ata de registro de preços.

2.5 A **CONTRATADA** deverá oferecer atendimento nas formas virtual e presencial, a escolha da **CONTRATANTE**, para emissão e gravação dos certificados digitais tipo eCPF A3, estando obrigada a cumprir, no ato do atendimento, todas as etapas até que o certificado esteja instalado no token.

2.5.1 A **CONTRATADA** deverá assegurar, até o final do atendimento, que o titular do certificado tenha gravado no token sua própria senha, pessoal e intransferível.

2.6 A **CONTRATADA** deverá disponibilizar à **CONTRATANTE** uma platorma de sistema para agendamento e gerenciamento de emissões dos certificados contratados, possuindo as seguintes características:

2.6.1 Acessível pela internet por meio de login e senha para os gestores do contrato da **CONTRATANTE**;

2.6.2 Que permita que a **CONTRATANTE** possa agendar o atendimento para emissão e gravação de certificado em dia e hora disponíveis, atrelado a um número de voucher gerado pelo sistema.

2.6.3 Que o cadastro do beneficiário do certificado tenha no mínimo: nome completo e CPF;

2.6.4 Que exiba a data de alocação de autorização/código e a data/hora de emissão do certificado digital;

2.6.5 Que tais informações sejam atualizadas no máximo a cada 30 (trinta) dias;

2.6.6 Que exiba relatório contendo data de alocação de autorização/código e a data/hora de emissão do certificado digital.

2.7 A **CONTRATADA** deverá disponibilizar o sistema em até 15 (quinze) dias corridos a partir da emissão da Ordem de Fornecimento, junto com as seguintes informações: link de acesso, login e senha, manual de utilização.

2.8 A emissão fica autorizada apenas mediante cadastro prévio no sistema de vouchers.

2.9 O token deverá ser gerenciável pelo software **SafeNet Authenticator Client**. Justificando-se pelo fato de ser esta a única ferramenta compatível com os tokens já utilizados pelo **MPAM** e que, por este motivo, já é pré-instalada em todos os computadores institucionais, com a qual se podem realizar as operações de desbloqueio, alteração de senha, etc, e evitar conflitos com outros gerenciadoes e drivers existentes.

Isto posto, notadamente quanto ao papel da Assessoria Jurídica na Lei nº 14.133/2021, o referido diploma legal traz novos contornos quanto às competências do órgão consultivo jurídico, conforme se oberva a seguir:

> **Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação**.
>
> **§ 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:**
>
> **I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;**
>
> **II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica;**
>
> III - (VETADO).
>
> § 2º (VETADO).
>
> § 3º Encerrada a instrução do processo sob os aspectos técnico e jurídico, a autoridade determinará a divulgação do edital de licitação conforme disposto no art. 54.
>
> § 4º Na forma deste artigo, o órgão de assessoramento jurídico da Administração também realizará controle prévio de legalidade de contratações diretas, acordos, termos de cooperação, convênios, ajustes, adesões a atas de registro de preços, outros instrumentos congêneres e de seus termos aditivos.
>
> § 5º É dispensável a análise jurídica nas hipóteses previamente definidas em ato da autoridade jurídica máxima competente, que deverá considerar o baixo valor, a baixa complexidade da contratação, a entrega imediata do bem ou a utilização de minutas de editais e instrumentos de contrato, convênio ou outros ajustes previamente padronizados pelo órgão de assessoramento jurídico.
>
> § 6º (VETADO). (*grifo*)

Outrossim, a Lei nº 14.133/2021 estabeleceu que a fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do *caput* do art. 12 da referida lei e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação.

O artigo 18 do referido diploma legal elenca providências e documentos que devem instruir a fase de planejamento, conforme abaixo transcrito:

> **Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório** é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do **caput** do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como **abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos**:
>
> I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em **estudo técnico preliminar** que caracterize o interesse público envolvido;
>
> II - a **definição do objeto** para o atendimento da necessidade, por meio de **termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo**, conforme o caso;
>
> III - a definição das **condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento**;
>
> IV - o **orçamento estimado**, com as composições dos preços utilizados para sua formação;
>
> V - a **elaboração do edital de licitação**;
>
> VI - a **elaboração de minuta de contrato**, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;
>
> VII - o **regime de fornecimento de bens**, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;
>
> VIII - a **modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros**, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;
>
> IX - a m**otivação circunstanciada das condições do edital,** tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;
>
> X - a **análise dos riscos** que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;
>
> XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o art. 24 desta Lei.
>
> § 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do **caput** deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:
>
> I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;
>
> II - demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;
>
> III - requisitos da contratação;
>
> IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

> V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;
>
> VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;
>
> VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;
>
> VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação;
>
> IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;
>
> X - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;
>
> XI - contratações correlatas e/ou interdependentes;
>
> XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;
>
> XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.
>
> § 2º O estudo técnico preliminar deverá conter ao menos os elementos previstos nos incisos I, IV, VI, VIII e XIII do § 1º deste artigo e, quando não contemplar os demais elementos previstos no referido parágrafo, apresentar as devidas justificativas.
>
> § 3º Em se tratando de estudo técnico preliminar para contratação de obras e serviços comuns de engenharia, se demonstrada a inexistência de prejuízo para a aferição dos padrões de desempenho e qualidade almejados, a especificação do objeto poderá ser realizada apenas em termo de referência ou em projeto básico, dispensada a elaboração de projetos. (*grifo*)

De uma forma bem abrangente, o planejamento da contratação pressupõe que a própria necessidade administrativa seja investigada, a fim de se compreender o que fundamenta a requisição administrativa. Uma vez identificada a necessidade que antecede o pedido realizado, pode-se então buscar soluções disponíveis no mercado para atender a referida demanda. Encontrada a melhor solução, caso disponível mais de uma, aí sim inicia-se a etapa de estudá-la, para o fim de definir o objeto licitatório e todos os seus contornos. Em linhas gerais, a instrução do processo licitatório deve revelar esse encadeamento lógico.

Portanto, depreende-se que o processo licitatório tem como objetivo garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, de maneira a assegurar oportunidade igual a todos os interessados e possibilitar o comparecimento ao certame do maior número possível de concorrentes.

Diante do exposto, entendo que a contratação pretendida justifica-se na medida em quese faz necessária a formação de registro de preços que permita a aquisição de certificados digitais e tokens criptográficos para que membros e servidores possam alimentar a plataforma com dados, arrolar documentações, assinar, entre outros feitos, os quais dependem diretamente da utilização de certificados digitais e tokens, de sistemas utilizados pelo MPAM e PGJ.

Isto posto, notadamente quanto ao Estudo Técnico Preliminar - ETP, nos termos da Lei n° 14.133/21, trata-se de documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de contratação, servindo para caracterizar o interesse público envolvido e a sua melhor solução. Além disso, ele serve como base ao anteprojeto da licitação, seja do termo de referência ou do projeto básico, os quais apenas serão elaborados em caso de viabilidade da contratação.

O referido documento deve conter, de forma fundamentada, a descrição da necessidade da contratação, com especial atenção à demonstração do interesse público envolvido. Também é preciso que sejam abordadas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, em atenção ao previsto nos incisos I, IV, VI, VIII e XIII, do artigo 18, § 1º, da Lei nº 14.133/2021. Em análise sumária ao **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP Nº 10.2024.DTIC** (1412472), verifica-se que o Demandante elaborou o documento contendo as previsões necessárias, devendo, quando da elaboração da minuta de edital, ter item específico acerca do parcelamento ou não da contratação.

No que tange ao objeto contido no citado Termo de Referência, tem-se que o Ministério Público do Estado do Amazonas pretende realizar "*Registro de preços para futura e eventual aquisição de **serviço emissão e renovação de certificados digitais padrão ICP-Brasil e fornecimento de token criptográficos USB**, visando atender às necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas por 12 (doze) meses.*".

Verifica-se, assim, que a pretensão contratual do órgão público, no caso, é a aquisição de bens comuns, nos termos do inciso XIII do art. 6° da Lei n° 14.133/2021.

> Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:
>
> XIII - **bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado**; (*grifo*)

Segundo Marçal JUSTEN FILHO (Pregão: nova modalidade de licitação. Revista de Direito Administrativo, Rio de Janeiro. v. 221, jul/set 2000. pp.12-13) : "*Bem ou serviço comum é aquele que pode ser adquirido, de modo satisfatório, através de um procedimento de seleção destituído de sofisticação ou minúcia. Em última análise, "comum" não é o bem destituído de sofisticação, mas aquele para cuja aquisição satisfatória não se fazem necessárias investigações ou cláusulas mais profundas.*".

Sendo comum o objeto, determina-se que a Administração Pública se utilize o pregão como modalidade licitatória cabível, diante das suas vantagens procedimentais que culminam numa maior eficiência e eficácia pública, de acordo com o inciso XLI do art. 6º da Lei n° 14.133/2021:

> Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:
>
> XLI - **pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto**; (*grifo*)

Fundamentado, pois, o pregão como modalidade licitatória cabível diante da necessidade contratual da administração pública exposta no Termo de Referência já destacado, imperioso se faz verificar se os elementos constitutivos daquele Termo encontram-se todos presentes. De acordo com a orientação de Joel de Menezes Niebuhr (Pregão presencial e eletrônico.Curitiba:Zenite, 2008, p.30):

> Faz-se necessário, no Termo de Referência, em primeiro lugar, especificar o objeto a ser licitado, ainda que possa haver alguma complementação posterior. Deve-se no mínimo definir o que a Administração Pública necessita o que pretende com a futura contratação. E, também, já se deve determinar como o objeto da licitação deve ser executado, com a definição de métodos, estratégias de suprimentos e prazo de execução." Ressalto ainda que além de obrigatória sua elaboração, também é obrigatório sua aprovação, assim é a redação dada pelo inciso II do artigo 9 do decreto 5.450 de 2005. Assim do transcrito acima podemos concluir que não é suficiente a aprovação, é necessário que o ato de aprovação acompanhe a respectiva motivação, princípio corolário da Administração Pública.

Nesse sentido, cumpre destacar que de acordo com a Nova Lei de Licitações (Lei n° 14.133/2021), o Termo de Referência é documento necessário para a contratação de bens e serviços, devendo conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos:

a) definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação;

b) fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas;

c) descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

d) requisitos da contratação;

e) modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento;

f) modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade;

g) critérios de medição e de pagamento;

h) forma e critérios de seleção do fornecedor;

i) estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado;

j) adequação orçamentária.

Isso posto, vê-se que o Termo de Referência corresponde à fase preparatória, portanto interna da licitação, haja vista que ele expõe, de um lado a precisa necessidade da administração e, de outro, as condições para contratar.

Segundo Jair Eduardo Santana (Coleção 10 anos de Pregão. Curitiba: Negócios Públicos, 2008, p. 11), "*o termo de referência contém os códigos genéticos da licitação e do contrato a que vier a ser lavrado.*".

O Termo de Referência escora, dessarte, tanto os elementos fáticos motivadores da contratação quanto as balizas objetivas que irão nortear o certame licitatório.

Neste sentido, após análise sumária dos elementos constantes no **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 12.2024.DTIC** (1415338), verifica-se o preenchimento dos requisitos básicos para a sequência do pretenso procedimento de contratação. Ressalta-se que o item acerca da adequação orçamentária será incluída Diretoria de Orçamento e Finanças, saneando a ausência no documento referencial.

Assim sendo, pelos fatos e fundamentos carreados aos presentes autos, **DETERMINO** o prosseguimento do feito, devendo o Setor de Compras e Serviços - SCOMS proceder à pesquisa de mercado e, logo após, o processo seguirá à Diretoria de Orçamento e Finanças – DOF e à Comissão Permanente de Licitação – CPL, para as providências de estilo.

Após, ao final da fase preparatória do processo licitatório, retorne os autos a esta Assessoria Jurídica, nos termos do art. 53 da Lei nº 14.133/2021.

Cumpra-se

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, em Manaus, na data de assinatura digital.

LILIAN MARIA PIRES STONE
Promotora de Justiça de Entrância Final
Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos



Documento assinado eletronicamente por **Lílian Maria Pires Stone**, **Subprocurador(a)-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos**, em 18/09/2024, às 10:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1430209** e o código CRC **9C8EF33A**.

CERTIFICAÇÃO DIGITAL

Lista de Fornecedores - PI 2024.019531

N°	CNPJ	Razão Social	E-mail	E-mail encaminhado dia 19/09/2024
1	24.871.569/0001-90	ALESSANDRO RODRIGUES SOARES 73386200168	alessandro@dfinformatica.com.br	
2	27.489.125/0001-83	AR MINEIRA CERTIFICACAO DIGITAL LTDA	gabriel.lucio@wclick.agr.br	
3	21.308.480/0001-22	AR RP CERTIFICACAO DIGITAL EIRELI	licitacoes@rpcd.com.br	
4	00.000.000/0001-91	BANCO DO BRASIL SA	age0183@bb.com.br	
5	24.398.727/0001-37	C.CAMP CERTIFICADO DIGITAL EIRELI	leandro.victor@assertivasolucoes.com.br	
6	83.829.820/0001-18	CAMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE SAO MIGUEL DO OESTE/SC	rudinei@rudinei.cnt.br	
7	26.306.021/0001-23	CERTIMINAS CERTIFICACAO DIGITAL LTDA	comercial@3rcertificadora.com.br	
8	45.353.747/0001-61	CERTINS LTDA	colinas@certins.com.br	
9	01.554.285/0001-75	CERTISIGN CERTIFICADORA DIGITAL S.A	cadastros@certisign.com.br	
10	13.645.308/0001-36	CONNECTION - ADVISORY, OUTSOURCING AND SERVICES LTDA	rh.legalizacao.mep@gmail.com	
11	15.304.440/0001-00	E-SAFER CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA	fenixcontabil@picture.com.br	**FALHA**
12	19.963.579/0001-16	F. GARCIA DE OLIVEIRA EIRELI	contato@garciacertificadora.com	**FALHA**
13	43.690.572/0001-52	GLOBALSEC TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA	rafael@globalsec.com.br	
14	26.219.888/0001-41	HALL SYSTEM SOLUCOES EMPRESARIAIS LTDA	rafael@hallsystem.com.br	
15	19.385.437/0001-19	IRANEIDE VIEIRA DOS SANTOS 00070657440	iraneidevsantos@hotmail.com	
16	31.927.243/0001-01	L SANTOS DE ALMEIDA	leonardo@almeidacontabil.com	
17	19.034.261/0001-50	LIMACORP TECNOLOGIA E SOLUCOES LTDA	comercial@limacorp.com.br	
18	22.428.026/0001-78	META CERTIFICADO DIGITAL EIRELI	contato@metacertificadodigital.com.br	
19	38.038.006/0001-20	MULT TECNOLOGIA EIRELI	atendimentocliente@armult.com.br	
20	11.735.236/0001-92	OBJECTTI SOLUCOES LTDA	licitacoes@objectti.com.br	
21	31.057.526/0001-31	PLATANO CERTIFICACAO DIGITAL LTDA	certificacaodigitalgramado@gmail.com	
22	44.629.478/0001-50	RAFAEL SILVA OLIVEIRA 08481451606	rafael.licitagov@gmail.com	
23	26.581.064/0001-17	RG DIGITAL COMERCIO E SERVICOS EM INFORMATICA EIRELI	gerencial@arrgdigital.com.br	
24	06.043.786/0001-00	RNL TRADE AND FACILITIES LTDA	distribuidora.rnl@gmail.com	
25	19.520.630/0001-15	SENHA DIGITAL SOLUCOES DIGITAIS EIRELI	contabilfolador@hotmail.com	

26	33.683.111/0001-07	SERVICO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO)	secretaria.diretoria@serpro.gov.br	
27	18.178.945/0001-63	SIC CERTIFICACAO DIGITAL LTDA	carina.santos@ipem.es.gov.br	
28	28.445.453/0001-40	SIGNIT CERTIFICADORA DIGITAL LTDA	matheusronsani@hotmail.com	
29	91.988.758/0001-35	SINDICONTABIL URUGUAIANA	luizmanoel@lumatri.com.br	
30	09.461.647/0001-95	SOLUTI - SOLUCOES EM NEGOCIOS INTELIGENTES S/A	adriana.silva@soluti.com.br filial.manaus@soluti.com.br	
31	21.612.003/0001-56	V & G CERTIFICACAO DIGITAL LTDA	christina@jjg.com.br	**FALHA**
32	31.269.896/0001-32	VALE CERTIFICADORA DIGITAL EIRELI	ideal_contabil@brturbo.com.br	**FALHA**
33	14.121.957/0001-09	VALID CERTIFICADORA DIGITAL LTDA.	marcio.nunes@vali.com.br	**FALHA**
34	12.517.704/0001-15	VCS CERTIFICACAO E SERVICOS LTDA	carloscarauta@gmail.com	
35	30.722.213/0001-98	VISATTO GESTAO EMPRESARIAL LTDA	paula@visatto.com.br	
36	38.597.881/0001-42	X.DIGITAL BRASIL SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA	contato@xdigitalbrasil.com.br	

Outlook

PGJ/AM - Contratação de empresa especializada na emissão de certificados digitais

De Setor de Compras e Servicos <compras@mpam.mp.br>

Data Qui, 19/09/2024 09:23

Cco alessandro@dfinformatica.com.br <alessandro@dfinformatica.com.br>; gabriel.lucio@wclick.agr.br <gabriel.lucio@wclick.agr.br>; licitacoes@rpcd.com.br <licitacoes@rpcd.com.br>; age0183@bb.com.br <age0183@bb.com.br>; leandro.victor@assertivasolucoes.com.br <leandro.victor@assertivasolucoes.com.br>; rudinei@rudinei.cnt.br <rudinei@rudinei.cnt.br>; comercial@3rcertificadora.com.br <comercial@3rcertificadora.com.br>; colinas@certins.com.br <colinas@certins.com.br>; cadastros@certisign.com.br <cadastros@certisign.com.br>; rh.legalizacao.mep@gmail.com <rh.legalizacao.mep@gmail.com>; fenixcontabil@picture.com.br <fenixcontabil@picture.com.br>; contato@garciacertificadora.com <contato@garciacertificadora.com>; rafael@globalsec.com.br <rafael@globalsec.com.br>; rafael@hallsystem.com.br <rafael@hallsystem.com.br>; iraneidevsantos@hotmail.com <iraneidevsantos@hotmail.com>; leonardo@almeidacontabil.com <leonardo@almeidacontabil.com>; comercial@limacorp.com.br <comercial@limacorp.com.br>; contato@metacertificadodigital.com.br <contato@metacertificadodigital.com.br>; atendimentocliente@armult.com.br <atendimentocliente@armult.com.br>; licitacoes@objectti.com.br <licitacoes@objectti.com.br>

2 anexos (600 KB)

SEI_MPAM - 1415338 - Termo de Referência.pdf; SEI_MPAM - 1417558 - Anexo.pdf;

PREZADO FORNECEDOR.

Considerando o PI-2024.019531, que trata do *registro de preços para futura e eventual aquisição de serviço emissão e renovação de certificados digitais padrão ICP-Brasil e fornecimento de token criptográficos USB, visando atender às necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas por 12 (doze) meses*, solicitamos a gentileza de encaminhar proposta formal de preços, considerando as seguintes observações:

1) A proposta deverá apresentar informações gerais da empresa, tais como: timbre; razão social; CNPJ; endereço, telefones; e-mail; pessoa de contato; dados bancários; data; e assinatura do responsável, bem como os valores unitário e total da contratação.

2) A proposta deverá ter validade mínima de 60 (noventa) dias.

3) O fornecedor deverá observar atentamente as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência em anexo, de forma que a proposta atenda aos requisitos mínimos exigidos.

Aceitaremos propostas até o dia 22 de setembro de 2024.

Desde já, agradecemos a parceria e o rápido retorno.
Por favor, confirme o recebimento desta mensagem.

Atenciosamente,

CARLOS EDUARDO ALFAIA DE AZEVEDO
Estagiário de Adminitração
Setor de Compras & Serviços
Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça

Telefone: (92) 3655-0763
Whatsapp: (92) 99180-0363
E-mail: compras@mpam.mp.br
CNPJ: 04.153.748/0001-85

O conteúdo deste e-mail é confidencial e destinado apenas ao destinatário especificado na mensagem. É estritamente proibido compartilhar qualquer parte desta mensagem com terceiros, sem o consentimento por escrito do remetente. Se você recebeu esta mensagem por engano, responda a esta mensagem e prossiga com sua exclusão, para que possamos garantir que tal erro não ocorra no futuro.

Outlook

PGJ/AM - Contratação de empresa especializada na emissão de certificados digitais

De Setor de Compras e Servicos <compras@mpam.mp.br>
Data Qua, 25/09/2024 10:12
Para filial.manaus@soluti.com.br <filial.manaus@soluti.com.br>

2 anexos (600 KB)
SEI_MPAM - 1415338 - Termo de Referência.pdf; SEI_MPAM - 1417558 - Anexo.pdf;

PREZADO FORNECEDOR.

Considerando o PI-2024.019531, que trata do *registro de preços para futura e eventual aquisição de serviço emissão e renovação de certificados digitais padrão ICP-Brasil e fornecimento de token criptográficos USB, visando atender às necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas por 12 (doze) meses*, solicitamos a gentileza de encaminhar proposta formal de preços, considerando as seguintes observações:

1) A proposta deverá apresentar informações gerais da empresa, tais como: timbre; razão social; CNPJ; endereço, telefones; e-mail; pessoa de contato; dados bancários; data; e assinatura do responsável, bem como os valores unitário e total da contratação.

2) A proposta deverá ter validade mínima de 60 (noventa) dias.

3) O fornecedor deverá observar atentamente as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência em anexo, de forma que a proposta atenda aos requisitos mínimos exigidos.

Aceitaremos propostas até o dia 27 de setembro de 2024.

Desde já, agradecemos a parceria e o rápido retorno.
Por favor, confirme o recebimento desta mensagem.

Atenciosamente,

CARLOS EDUARDO ALFAIA DE AZEVEDO
Estagiário de Administração
Setor de Compras & Serviços
Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça

Telefone: (92) 3655-0763
Whatsapp: (92) 99180-0363
E-mail: compras@mpam.mp.br
CNPJ: 04.153.748/0001-85

O conteúdo deste e-mail é confidencial e destinado apenas ao destinatário especificado na mensagem. É estritamente proibido compartilhar qualquer parte desta mensagem com terceiros, sem o consentimento por escrito do

remetente. Se você recebeu esta mensagem por engano, responda a esta mensagem e prossiga com sua exclusão, para que possamos garantir que tal erro não ocorra no futuro.

Certificado Digital e-CPF



CARACTERÍSTICAS

O e-CPF é um certificado digital ICP-Brasil que identifica seu titular, pessoa física, de forma inequívoca, e permite a realização de transações eletrônicas seguras nos meios virtuais.

» Documentos Necessários
» Indicações e uso do Certificado Digital
» O que é o DS Cloud? Saiba mais clicando aqui NOVO

Utilizar Código Promocional

Não tem um código promocional? Saiba como obter um aqui

A1 - Software | ds Cloud NOVO | A3 - Certificado Sem Mídia | A3 - Certificado + Leitor | A3 - Cartão | A3 - Cartão + Leitor | A3 - Token

03 Meses | 12 Meses | 24 Meses | 36 Meses

	VALIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	
Token	36 Meses	1	R$ 476,00	

Este site utiliza cookies.
Ao navegar no site está a consentir a sua utilização.
Saiba mais sobre o uso de cookies.
Aceito

Precisando de ajuda?



e-CPF A3

Escolha o armazenamento e a validade do seu Certificado Digital.

Escolha o armazenamento

Token

Escolha a validade em meses:

12 | 36

R$374,90

em 12x R$ 31,24

Comprar agora

O que é e-CPF?

O **e-CPF** é um certificado digital que funciona como uma identidade digital para pessoas físicas. É como se fosse o seu CPF no mundo digital.

O certificado digital **e-CPF** pode ser usado para acessar sistemas e serviços da Receita e de outros órgãos do governo e assinar documentos - com validade jurídica.

Prefere comprar por telefone?

Capitais/reg metropolitanas: **011 4020-2430***

V/Cert

Pesquisar

CARRINHO DE COMPRAS

CERTIFICADOS RENOVAÇÃO SUPORTE AGENDAMENTO CERTIFICADOS SSL PARCERIAS BLOG POLÍTICAS



Início / Obtenha o e-CPF A3 em token

e-CPF A3 em token

Validade

1 ano | 3 anos | 2 anos

Preço

R$ 439,00

Formato: Token

Emita via videoconferência

Assinatura Digital de Documentos

Adicionar ao Carrinho de Compras

Essa Oferta encerra em

00 : 05 : 32

Compre com PIX, Cartões e Boleto Bancário

Descrição

Próximos Passos

Bata um papo com a gente

Vendas: 4020-2430 (capitais/regiões metropolitanas) ou 0800-025-1501 (outros locais/telefone fixo)

Certisign

O que você quer procurar hoje?

Fale com um especialista

A Certisign | Certificados | Assinaturas | Identificação | Soluções Corporativas | Certisign Club | Blog | Ajuda | Renovação de Certificado

Monte seu certificado | Compra Fácil | Compre por tipo de uso

1 - Selecione o tipo da **Empresa**

Pessoa Jurídica e-CNPJ

Pequenas empresas e-CNPJ

2 - Escolha onde será instalado o seu **certificado**

TIPO A1

A1 Mobile

A1 no Computador

TIPO A3

A3 Cartão

A3 Cartão + Leitora

A3 na Nuvem

A3 Somente Certificado

A3 Token

3 - Validade em **(Meses)**

12 | 18 | 24 | **36**

e-CNPJ

Certificado: **e-CNPJ**

Empresa: **Pessoa Jurídica**

Mídia: **Token**

Validade: **36 MESES**

Quantidade: − 1 +

12x **R$ 38,74** sem juros*

R$ 464,90 à vista

ADICIONAR AO CARRINHO

Certisign Comprar por telefone: (Exceto feriados nacionais) **4020-2430** (capitais/reg. metropolitanas) **0800-025-1501** (outros locais - telefone fixo)



e-CNPJ A3 em Token

Validade

1 ano | 2 anos | 3 anos

Preço

R$ 539,00

Formato: Token

Emita via videoconferência

Assinatura Digital de Documentos

Adicionar ao Carrinho de Compras

Compre com PIX, Cartões e Boleto Bancário

Descrição

Próximos Passos

Documentos Necessários

Bata um papo com a gente

Certificado Digital e-CNPJ



CARACTERÍSTICAS

O e-CNPJ é um certificado digital ICP-Brasil que identifica uma pessoa jurídica, de forma unívoca, e permite a realização de transações eletrônicas seguras nos meios virtuais.

» Documentos Necessários
» Indicações e uso do Certificado Digital
» O que é o DS Cloud? Saiba mais clicando aqui Novo

Utilizar Código Promocional

Não tem um código promocional? Saiba como obter um aqui

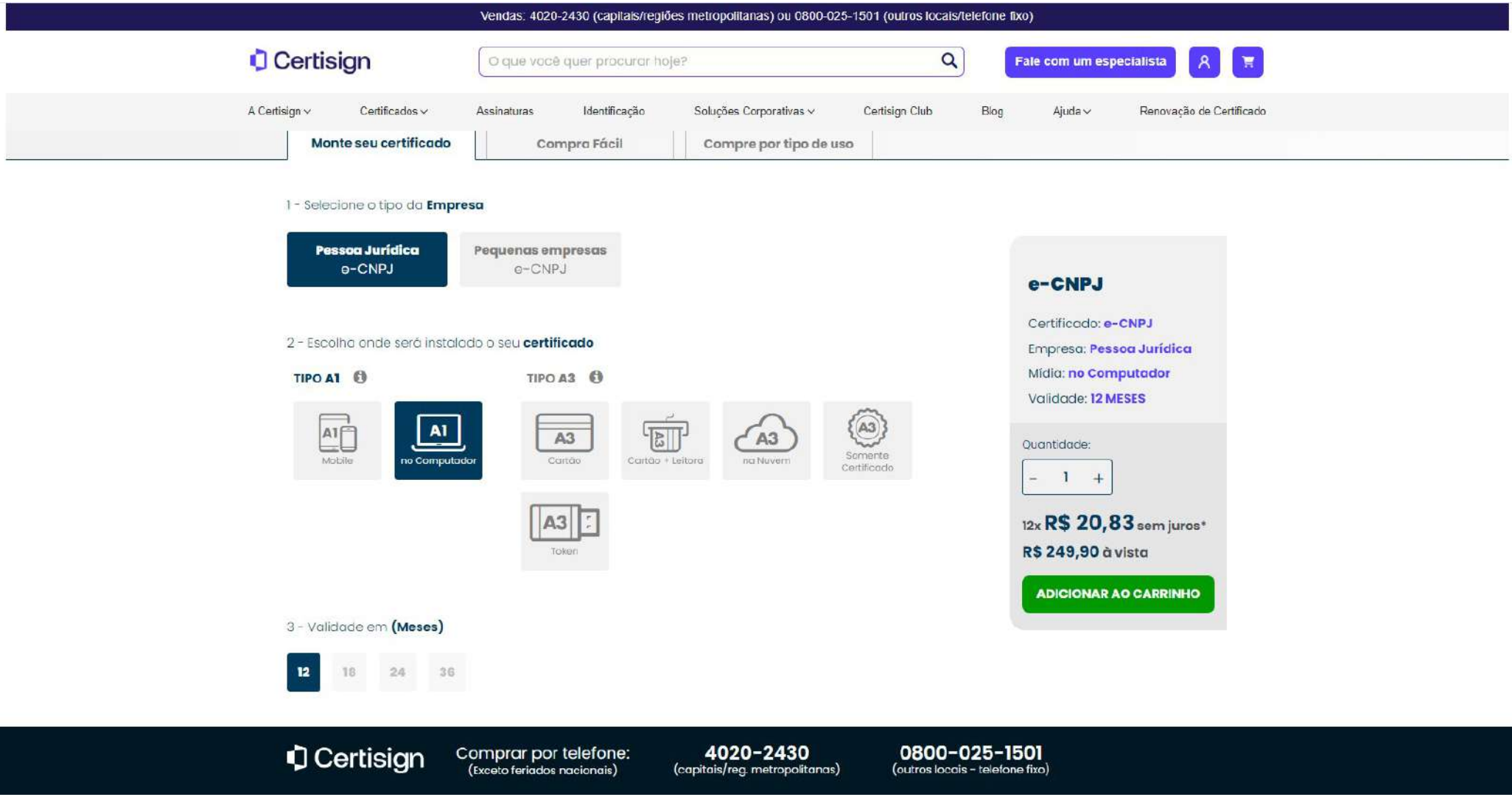
A1 - Software | ds Cloud (Novo) | A3 - Certificado Sem Mídia | A3 - Cartão | A3 - Cartão + Leitor | A3 - Token

03 Meses | 12 Meses | 24 Meses | 36 Meses

	VALIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	
Token	36 Meses	1	R$ 595,00	

Este site utiliza cookies.
Ao navegar no site está a consentir a sua utilização.
Saiba mais sobre o uso de cookies.
Aceito

Precisando de ajuda?


Vendas: 4020-2430 (capitais/regiões metropolitanas) ou 0800-025-1501 (outros locais/telefone fixo)
Certisign
O que você quer procurar hoje?
Fale com um especialista
A Certisign
Certificados
Assinaturas
Identificação
Soluções Corporativas
Certisign Club
Blog
Ajuda
Renovação de Certificado
Monte seu certificado
Compra Fácil
Compre por tipo de uso
1 - Selecione o tipo da Empresa
Pessoa Jurídica
e-CNPJ
Pequenas empresas
e-CNPJ
2 - Escolha onde será instalado o seu certificado
TIPO A1
TIPO A3
Mobile
no Computador
Cartão
Cartão + Leitora
na Nuvem
Somente Certificado
Token
3 - Validade em (Meses)
12
18
24
36
e-CNPJ
Certificado: e-CNPJ
Empresa: Pessoa Jurídica
Mídia: no Computador
Validade: 12 MESES
Quantidade:
1
12x R$ 20,83 sem juros*
R$ 249,90 à vista
ADICIONAR AO CARRINHO
Certisign
Comprar por telefone:
(Exceto feriados nacionais)
4020-2430
(capitais/reg. metropolitanas)
0800-025-1501
(outros locais - telefone fixo)

Certificado Digital e-CNPJ



CARACTERÍSTICAS

O e-CNPJ é um certificado digital ICP-Brasil que identifica uma pessoa jurídica, de forma unívoca, e permite a realização de transações eletrônicas seguras nos meios virtuais.

» Documentos Necessários
» Indicações e uso do Certificado Digital
» O que é o DS Cloud? Saiba mais clicando aqui. Novo

Utilizar Código Promocional

Não tem um código promocional? Saiba como obter um aqui

A1 - Software | ds Cloud (NOVO!) | A3 - Certificado Sem Mídia | A3 - Cartão | A3 - Cartão + Leitor | A3 - Token

03 Meses | 12 Meses | 24 Meses | 36 Meses

	VALIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	
Software	12 Meses	1	R$ 268,00	

Este site utiliza cookies.
Ao navegar no site está a consentir a sua utilização.
Saiba mais sobre o uso de cookies.
Aceito

Precisando de ajuda?

e-CNPJ A1 | Arquivo

Identifique sua empresa eletronicamente e garanta mais segurança nas transações online. Assine documentos digitalmente, emita notas fiscais e conecte-se com órgãos governamentais sem sair de casa.





Certificado PJ A1

Você está comprando Certificado PJ A1

Por apenas
R$ 235,00

Compre agora

Saiba mais sobre o e-CNPJ A1 | Arquivo

O certificado e-CNPJ A1 (arquivo) é instalado em seu computador e se destaca por sua validade estendida de 12 meses, a partir da data de emissão. Vale lembrar que as distinções entre os certificados estão associadas principalmente ao formato e ao processo de instalação.

Uma validação, para nunca mais!

Somente na Soluti, você tem mais inovação, menos perda de tempo e menos burocracia.



Fale conosco !



*Imagem meramente ilustrativa.

Token (somente a mídia)

Escolha o armazenamento e a validade do seu Certificado Digital.

Escolha o armazenamento

Token

R$224,00

em 12x R$ 18,67

Comprar agora

Prefere comprar por telefone?

Capitais/reg metropolitanas: **011 4020-2430***

Outros locais - telefone fixo: **0800-025-1501***

*Atendimento por telefone, das 9h às 18h (em dias úteis. Exceto feriados nacionais).

O que é token?

O **token** comercializado aqui no site da CertiSign é um dispositivo eletrônico criptografado no qual é possível armazenar o certificado digital.

Ele guarda de forma segura o certificado digital de uma pessoa (e-CPF) ou de uma empresa (e-CNPJ), garantindo a privacidade das informações contidas nele.

Como funciona o token?















Token para Certificado Digital Safenet 5110 - Homologado (cores no preto e no branco)

Código: DSB-0010

(25)

de R$ 164,90

por **R$ 116,90**

até **2x** de **R$ 58,45** sem juros
Mais formas de pagamento

R$ 113,39 à vista
Economize: **R$ 3,51**

1 + -

Comprar

Estoque: **Disponível**

Calcule o frete

CEP

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
Relatório de Cotação do Sistema Banco de Preços

CNPJ: 04.153.748/0001-85
Telefone: (92) 3655-0763
Departamento: Setor de Compras e Serviços

Relatório de Cotação: Certificação Digital MPAM

Pesquisa realizada entre 23/09/2024 09:39:40 e 26/09/2024 10:18:06

Relatório gerado no dia 26/09/2024 10:28:49 (IP: 179.48.97.222)

Em conformidade com a Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133).

Método Matemático Aplicado: Média Aritmética dos preços obtidos - Preço calculado com base na média aritmética de todos os preços selecionados pelo usuário para aquele determinado Item.
Conforme Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133), no Artigo 3º, "A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá: INC V-Método matemático aplicado para a definição do valor estimado."

Item	Preços	Quantidade	Preço Estimado	Percentual	Preço Estimado Calculado	Total
1) EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL SSL WILDCARD PARA SISTEMAS WEB	3	1 Unidade	R$ 852,73 (un)	-	R$ 852,73	R$ 852,73
2) VISITA TÉCNICA PARA VALIDAÇÃO E EMISSÃO DE CERTIFICADOS DIGITAIS	3	1 Unidade	R$ 68,92 (un)	-	R$ 68,92	R$ 68,92
3) FORNECIMENTO DE MÍDIA CRIPTOGRÁFICA TIPO TOKEN USB	1	1 Unidade	R$ 202,00 (un)	-	R$ 202,00	R$ 202,00

Valor Global: **R$ 1.123,65**

Detalhamento dos Itens

Item 1: EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL SSL WILDCARD PARA SISTEMAS WEB

Preço Estimado: R$ 852,73 (un) **Percentual:** - **Preço Estimado Calculado:** R$ 852,73 **Média dos Preços Obtidos:** R$ 852,73

Quantidade	Descrição	Observação
1 Unidade	EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL SSL WILDCARD PARA SISTEMAS WEB	

Preço (Compras Governamentais) 1: Média Saneada das Propostas Finais (TCU) **R$ 742,33**

Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE LONDRINA

Objeto: Registro de preço para aquisição de Certificados Digitais.

Descrição: **Emissão de outros tipos de certificados com token -** CERTIFICADO DIGITAL SSL WILDCARD, PADRÃO INTERNACIONAL PARA SERVIDORES WEB

CatSer: **27243 -** Emissão de Outros Tipos de Certificados com Token

Data: 15/02/2024 08:00

Modalidade: Pregão Eletrônico

SRP: SIM

Identificação: NºPregão:900402024 / UASG:987667

Lote/Item: /7

Ata: N/A

Homologação: 08/03/2024 17:14

Fonte: www.gov.br/compras/pt-br

Quantidade: 3

Unidade: UNIDADE

UF: PR

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
34.026.298/0001-20 *VENCEDOR*	CODESA SOFTWARE LTDA	R$ 699,00
Descrição: Descrição não informada		
50.506.800/0001-57	DOCS CONSULTORIA ESPECIALIZADA LTDA	R$ 750,00
Descrição: Descrição não informada		
38.597.881/0001-42	X.DIGITAL BRASIL SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA	R$ 754,00
Descrição: Descrição não informada		
26.768.764/0001-15	CONFIANCA EMPREENDIMENTOS DIGITAL LTDA	R$ 754,00
Descrição: Descrição não informada		
43.690.572/0001-52	GLOBALSEC TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA	R$ 754,63
Descrição: Descrição não informada		
21.308.480/0001-22	AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA	R$ 1.544,50
Descrição: Descrição não informada		
32.170.309/0001-16	VERSATIL SOFTWARES E CERTIFICACAO DIGITAL LTDA	R$ 1.800,00
Descrição: Descrição não informada		

Preço (Outros Entes Públicos) 1: Média Saneada das Propostas Finais (TCU) **R$ 875,86**

Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

Órgão: JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO TOCANTINS

Objeto: Contratação de empresa especializada em emissão, validação e gavacao de certificados padrão digitais ICP-BRASIL para pessoas físicas (e-CPF A3 com Token e A1) e jurídicas (e-CNPJ A1), além do fornecimento Certificado digital A1 SSL, wildcard, para atender para atender demanda da Junta Comercial do Estado do Tocantins JUCETINS.

Descrição: **Certificados digitais A1 SSL, padrão ICP-Brasil wildcard, com validade de 12 (doze) meses -** Certificados digitais A1 SSL, padrão ICP-Brasil wildcard, com validade de 12 (doze) meses

Data: 06/08/2024 18:00
Modalidade: Dispensa
SRP: NÃO
Identificação: 25053158000150-1-000018/2024
Lote/Item: 1/19156
Ata: N/A
Homologação: 08/08/2024 00:00
Fonte: https://www.gov.br/pncp/pt-br
Quantidade: 1
Unidade: 1 - Serviço
UF: TO

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
06.015.659/0001-06 *VENCEDOR*	R/C CARTUCHOS, INFORMATICA E PAPELARIA LTDA	R$ 875,86

Descrição: Descrição não informada

Nome de Contato: Renato da Silva Barreto Junior
Telefone: (63) 3215-5533
Email: renato@reciclepalmas.com.br

Preço (Outros Entes Públicos) 2: Média Saneada das Propostas Finais (TCU) **R$ 940,00**

Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

Órgão: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Objeto: Aquisição de 02 (dois) Certificados Digital SSL/TLS para garantir a autenticidade, privacidade e integridade de todos os endereços (subdomínios) MPC e do TCEMG, com validade de 12 (doze meses).

Descrição: **CERTIFICADO DIGITAL SSL/TLS WILDCARD** - - CERTIFICADO DIGITAL SSL/TLS WILDCARD -

Data: 25/06/2024 09:00
Modalidade: Dispensa
SRP: NÃO
Identificação: 21154877000107-1-000044/2024
Lote/Item: 1/1
Ata: N/A
Homologação: 28/06/2024 00:00
Fonte: https://www.gov.br/pncp/pt-br
Quantidade: 1
Unidade: 1,00 UNIDADE
UF: MG

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
00.603.139/0001-20 *VENCEDOR*	STILLE TECNOLOGIA & INOVACAO LTDA	R$ 940,00

Descrição: Descrição não informada

Item 2: VISITA TÉCNICA PARA VALIDAÇÃO E EMISSÃO DE CERTIFICADOS DIGITAIS

Preço Estimado: R$ 68,92 (un) **Percentual:** - **Preço Estimado Calculado:** R$ 68,92 **Média dos Preços Obtidos:** R$ 68,92

Quantidade	Descrição	Observação
1 Unidade	VISITA TÉCNICA PARA VALIDAÇÃO E EMISSÃO DE CERTIFICADOS DIGITAIS	

Preço (Compras Governamentais) 1: Média Saneada das Propostas Finais (TCU) **R$ 58,35**

Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

Órgão: PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Superior do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 16ª Região

Objeto: Registro de Preço para eventual prestação de serviço continuado de validação, emissão e/ou gravação de certificado digital, bem como serviço de visita técnica local nas unidades da Justiça do Trabalho dos Tribunais Regionais partícipes deste certame, e aquisição de mídias criptográficas do tipo token USB, de acordo com as condições, quantidades e especificações constantes no Termo de Referência (Anexo I), parte integrante do Edital.

Descrição: **Serviço de Vistoria / Validação / Certificação** - Visita Técnica às unidades localizadas nas cidade(s) localizadas no INTERIOR do ESTADO da CONTRATANTE para validação da documentação, emissão, gravação de certificado digital.

CatSer: **25470** - Serviço de Vistoria / Validação / Certificação

Data: 17/04/2024 08:00
Modalidade: Pregão Eletrônico
SRP: SIM
Identificação: NºPregão:900032024 / UASG:080018
Lote/Item: /65
Ata: N/A
Homologação: 04/06/2024 09:09
Fonte: www.gov.br/compras/pt-br
Quantidade: 110
Unidade: UNIDADE
UF: MA

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
09.461.647/0001-95 *VENCEDOR*	SOLUTI - SOLUCOES EM NEGOCIOS INTELIGENTES S/A	R$ 50,00
Descrição: Descrição não informada		
30.722.213/0001-98	VISATTO CERTIFICADORA E SOLUCOES DIGITAIS LTDA	R$ 60,00
Descrição: Descrição não informada		
37.007.414/0001-52	INFINITY STORE COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	R$ 60,59
Descrição: Descrição não informada		
01.554.285/0001-75	CERTISIGN CERTIFICADORA DIGITAL S.A	R$ 60,59
Descrição: Descrição não informada		
43.690.572/0001-52	GLOBALSEC TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA	R$ 60,59
Descrição: Descrição não informada		
32.170.309/0001-16	VERSATIL SOFTWARES E CERTIFICACAO DIGITAL LTDA	R$ 450,00
Descrição: Descrição não informada		
51.835.693/0001-73	51.835.693 ODAILSON NOGUEIRA DOS SANTOS	R$ 2.500,00
Descrição: Descrição não informada		

Preço (Compras Governamentais) 2: Média Saneada das Propostas Finais (TCU) **R$ 98,40**

Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

Órgão: JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTANCIA NO ESTADO DO CEARA

Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de certificações digitais, visitas técnicas e tokens.

Descrição: **Serviço de Vistoria / Validação / Certificação** - Serviço de Vistoria / Validação / Certificação - Visita técnica para validação e emissão de certificados digitais. (CATSER 25470).

CatSer: **25470** - Serviço de Vistoria / Validação / Certificação

Data: 01/11/2023 09:00

Modalidade: Pregão Eletrônico

SRP: SIM

Identificação: NºPregão:262023 / UASG:090006

Lote/Item: /7

Ata: N/A

Homologação: 24/11/2023 15:24

Fonte: www.gov.br/compras/pt-br

Quantidade: 480

Unidade: UNIDADE

UF: CE

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
11.735.236/0001-92	OBJECTTI SOLUCOES LTDA	R$ 20,00
Descrição: Descrição não informada		
01.554.285/0001-75 *VENCEDOR*	CERTISIGN CERTIFICADORA DIGITAL S.A	R$ 35,00
Descrição: Descrição não informada		
26.306.021/0001-23	CERTIMINAS CERTIFICACAO DIGITAL LTDA	R$ 90,00
Descrição: Descrição não informada		
44.864.058/0001-59	LOPES CERTIFICACAO DIGITAL LTDA	R$ 100,00
Descrição: Descrição não informada		
26.768.764/0001-15	CONFIANCA EMPREENDIMENTOS DIGITAL LTDA	R$ 100,00
Descrição: Descrição não informada		
31.269.896/0001-32	VALE CERTIFICADORA DIGITAL LTDA	R$ 100,00
Descrição: Descrição não informada		
27.489.125/0001-83	AR MINEIRA CERTIFICACAO DIGITAL LTDA	R$ 102,00
Descrição: Descrição não informada		
38.597.881/0001-42	X.DIGITAL BRASIL SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA	R$ 180,00
Descrição: Descrição não informada		

Preço (Outros Entes Públicos) 1: Média Saneada das Propostas Finais (TCU) **R$ 50,00**

Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

CNPJ: 13.270.478/0001-83

Órgão: SECRETARIA DE CULTURA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Objeto: Contratação do Serviço de Acesso e Utilização - Certificado Digital E-CPF E CNPJ TIPO A3

Descrição: **(3624323) - SERVICO DE ACESSO E UTILIZACAO - VISITA TECNICA,PARA VALIDACAO PRESENCIAL E EMISSAO DOS CERTIFICADOS NO RECIFE** - (3624323) - SERVICO DE ACESSO E UTILIZACAO - VISITA TECNICA,PARA VALIDACAO PRESENCIAL E EMISSAO DOS CERTIFICADOS NO RECIFE

Data: 11/10/2023 19:37

Modalidade: Compra direta

SRP: NÃO

Identificação: 120596-Compra direta

Lote/Item: 1/3

Ata: N/A

Fonte: www.peintegrado.pe.gov.br/Default.aspx

Quantidade: 2

Unidade: UNIDADE

UF: PE

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
22.677.427/0001-61 *VENCEDOR*	CERTIPE SERVICOS EM INFORMATICA LTDA	R$ 50,00

Descrição: Descrição não informada

Item 3: FORNECIMENTO DE MÍDIA CRIPTOGRÁFICA TIPO TOKEN USB

Preço Estimado: R$ 202,00 (un) **Percentual:** - **Preço Estimado Calculado:** R$ 202,00 **Média dos Preços Obtidos:** R$ 202,00

Quantidade	Descrição	Observação
1 Unidade	FORNECIMENTO DE MÍDIA CRIPTOGRÁFICA TIPO TOKEN USB	

Preço (Compras Governamentais) 1: Média Saneada das Propostas Finais (TCU) **R$ 202,00**

Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

Órgão: Prefeitura Municipal de Turvo

Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de certificados digitais para melhoria da segurança, eficiência e acessibilidade dos serviços públicos.

Descrição: **Módulo Eletrônico** - Módulo Eletrônico Tipo: Token, Capacidade: 512kb , Modelo: Chip Criptográfico , Uso: Usb , Aplicação: Armazenamento De Certificado Digital , Características Adicionais: Homologado Para Chaves: Tipo Rsa 2048 E 4096 Bits

CatMat: **484744** - Módulo Eletrônico - Tipo: Token, Capacidade: 512kb | Modelo: Chip Criptográfico | Uso: Usb | Aplicação: Armazenamento De Certificado Digital | Características Adicionais: Homologado Para Chaves: Tipo Rsa 2048 E 4096 Bits

Data: 22/03/2024 16:41

Modalidade: Dispensa

SRP: NÃO

Identificação: Dispensa de Licitação Nº 90016/2024 / UASG: 988453

Lote/Item: /1

Ata: N/A

Homologação: 29/04/2024 11:51

Fonte: www.gov.br/compras/pt-br

Quantidade: 2

Unidade: Unidade

UF: PR

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
06.043.786/0001-00 *VENCEDOR*	RNL TRADE AND FACILITIES LTDA	R$ 190,00
Descrição: Módulo Eletrônico Tipo: Token, Capacidade: 512kb , Modelo: Chip Criptográfico , Uso: Usb , Aplicação: Armazenamento De Certificado Digital , Características Adicionais: Homologado Para Chaves: Tipo Rsa 2048 E 4096 Bits		
38.597.881/0001-42	X.DIGITAL BRASIL SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA	R$ 193,00
Descrição: Token USB		
52.640.784/0001-16	52.640.784 DANIELLE PERRENOUD MARQUES	R$ 194,00
Descrição: Certificado digital para pessoa jurídica, tipo A1, 12 MESES		
51.475.492/0001-02	UNITY SOLUCOES E SERVICOS LTDA	R$ 198,00
Descrição: Módulo Eletrônico Tipo: Token, Capacidade: 512kb , Modelo: Chip Criptográfico , Uso: Usb , Aplicação: Armazenamento De Certificado Digital , Características Adicionais: Homologado Para Chaves: Tipo Rsa 2048 E 4096 Bits		
21.308.480/0001-22	AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA	R$ 235,00
Descrição: CERTIFICADO DIGITAL E-CNPJ - Certificado digital para pessoa - jurídica, tipo A1, emitido diretamente no computador. Padrão ICP-Brasil - Validade 12 meses.		

Extrato de fontes utilizadas neste relatório

ATENÇÃO - O Banco de Preços é uma solução tecnológica que atende aos parâmetros de pesquisa dispostos em Leis vigentes, Instruções Normativas, Acórdãos, Regulamentos, Decretos e Portarias. Sendo assim, por reunir diversas fontes governamentais, complementares e sites de domínio amplo, o sistema não é considerado uma fonte e, sim, um meio para que as pesquisas sejam realizadas de forma segura, ágil e eficaz.

Fontes utilizadas nesta cotação:

1 - Compras.gov.br — ***Data: 26/09/2024 10:02:21***
www.gov.br/compras/pt-br — **Acessar a fonte aqui**

2 - PE Integrado — ***Data:***
www.peintegrado.pe.gov.br/Default.aspx — **Acessar a fonte aqui**

3 - Portal Nacional de Contratações Públicas — ***Data: 23/09/2024 10:26:16***
https://www.gov.br/pncp/pt-br — **Acessar a fonte aqui**

Outlook

Cotação de Preços- CERTIMINAS

De licitacao@3rcertificadora.com.br <licitacao@3rcertificadora.com.br>
Data Qui, 26/09/2024 14:35
Para Setor de Compras e Servicos <compras@mpam.mp.br>

1 anexos (3 MB)
PROPOSTA COMERCIAL- AM.pdf;

Prezados, boa tarde.

A 3R Certificadora tem vasta experiência na prestação de serviços de certificação e está apta a atender às exigências estabelecidas no termo de referência, assegurando a qualidade, eficiência e cumprimento dos prazos estabelecidos.

Agradecemos a oportunidade de participar desta seleção. Estamos dispostos a negociar e estamos à disposição para esclarecer qualquer dúvida adicional que surgir.

Atenciosamente,



3R Certificadora
Certificação Digital

PROPOSTA COMERCIAL

À

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
COMPRA DIRETA

PROPONENTE: **CERTIMINAS CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA**
CNPJ: 26.306.021/0001-23
Endereço: Rua dos Guajajaras, 910 sala 821 Centro – Belo Horizonte/MG
Contato: (31) 3024-2444 e (31) 98860-1519
e-mail licitacao@3rcertificadora.com.br
Inscrição Estadual: 0 0 3446569.0 0 -37
Banco: **Sicoob** 756 Agência 4027-4 Conta Corrente 40.005820-0

Itens Propostos:

ITEM	DESCRIÇÃO	QDE	VR UNIT	VR TOTAL
01	EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL PARA PESSOA FÍSICA DO TIPO A3 (e-CPF) - 36 MESES	500	R$ 184,00	R$ 92.000,00
02	EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL PARA PESSOA JURÍDICA TIPO A3 (e-CNPJ) - 36 MESES	10	R$ 239,20	R$2.392,00
03	EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL SSL WILDCARD PARA SISTEMAS WEB - 12 MESES	10	R$ 1.300,00	R$ 13.000,00
04	EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL PARA PESSOA JURÍDICA TIPO A1 (e-CNPJ) - 12 MESES	4	R$ 175,20	R$ 700,80
05	VISITA TÉCNICA PARA VALIDAÇÃO E EMISSÃO DE CERTIFICADOS DIGITAIS	25	R$ 100,00	R$ 2.500,00
06	FORNECIMENTO DE MÍDIA CRIPTOGRÁFICA TIPO TOKEN USB	500	R$ 60,00	R$ 30.000,00

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA: R$ 140.592,80 R$ (Cento e Quarenta Mil e Quinhentos e Noventa e Dois Reais e Oitenta Centavos).

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 DIAS

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.

Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguros, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos. Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemos a assinar o Contrato no prazo determinado no documento de convocação.

Belo Horizonte, 26 de setembro 2024.

LARISSA BORGES RODRIGUES:12379973644

Assinado de forma digital por LARISSA BORGES RODRIGUES:12379973644
Dados: 2024.09.26 15:28:27 -03'00'

Representante Legal - LARISSA BORGES RODRIGUES
CPF 123.799.736-44 – RG MG18.122.053

Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Setor de Compras e Serviços

MAPA DEMONSTRATIVO DE PREÇOS — PI SEI 2024.019531

RESUMO DESCRITIVO DO OBJETO

Formação de ata de registro de preços para futura e eventual aquisição de serviço emissão e renovação de certificados digitais padrão ICP-Brasil e fornecimento de tokens criptográficos USB, visando atender às necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas / Ministério Público, pelo período de 12 (doze) meses.

Responsável pela pesquisa: Carlos Eduardo Alfaia de Azevedo. **Período da cotação:** 19 a 27 de setembro de 2024. **Lista de Fornecedores:** doc. 1437676. **Pedido de Proposta:** doc. 1431242 e 1436223.	**Critérios estatísticos aplicados:** Foi utilizado o critério da média aritmética simples para definição dos valores estimados da contratação. Os valores unitários foram arredondados para cima, no limite de 2 (duas) casas decimais. Os valores totais foram calculados em função do valor unitário já arredondado.

FONTES DE PREÇO CONSULTADAS

A	PESQUISA EM SITES ESPECIALIZADOS NA INTERNET	25.09.2024	doc. 1437687
B	SISTEMA BANCO DE PREÇOS https://www.bancodeprecos.com.br/	26.09.2024	doc. 1437678
C	CERTIMINAS CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA. CNPJ: 26.306.021/0001-23	26.09.2024	doc. 1438672

PESQUISA DE MERCADO

ITEM 1 — EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL PARA PESSOA FÍSICA DO TIPO A3 (e-CPF).		**UNIDADE**	**QUANTIDADE**
		Unidade	**500**
FONTES DE PREÇO		**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
A	DIGITALSIGN CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA. CNPJ: 16.894.782/0001-90 Sítio eletrônico: https://www.digitalsigncertificadora.com.br/	R$ 476,00	R$ 238.000,00
A	CERTISIGN CERTIFICADORA DIGITAL S.A. CNPJ: 01.554.285/0001-75 Sítio eletrônico: https://loja.certisign.com.br/	R$ 374,90	R$ 187.450,00
A	VALID CERTIFICADORA DIGITAL LTDA. CNPJ:14.121.957/0001-09 Sítio eletrônico: https://validcertificadora.com.br/	R$ 439,00	R$ 219.500,00
C	CERTIMINAS CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA	R$ 184,00	R$ 92.000,00
VALORES MÉDIOS ESTIMADOS PARA O ITEM 1		**R$ 368,48**	**R$ 184.240,00**

ITEM 2 — EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL PARA PESSOA JURÍDICA TIPO A3 (e-CNPJ).		**UNIDADE**	**QUANTIDADE**
		Unidade	**10**
FONTES DE PREÇO		**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
A	CERTISIGN CERTIFICADORA DIGITAL S.A. CNPJ: 01.554.285/0001-75 Sítio eletrônico: https://loja.certisign.com.br/	R$ 464,90	R$ 4.649,00
A	VALID CERTIFICADORA DIGITAL LTDA. CNPJ:14.121.957/0001-09 Sítio eletrônico: https://validcertificadora.com.br/	R$ 539,00	R$ 5.390,00
A	DIGITALSIGN CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA. CNPJ: 16.894.782/0001-90 Sítio eletrônico: https://www.digitalsigncertificadora.com.br/	R$ 595,00	R$ 5.950,00
C	CERTIMINAS CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA	R$ 239,20	R$ 2.392,00
VALORES MÉDIOS ESTIMADOS PARA O ITEM 2		**R$ 459,53**	**R$ 4.595,30**

ITEM 3 — EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL SSL WILDCARD PARA SISTEMAS WEB.		**UNIDADE**	**QUANTIDADE**
		Unidade	**10**
FONTES DE PREÇO		**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
B	JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO TOCANTINS / TO Sistema Banco de Preços / Dispensa: 25053158000150-1-000018/2024 / Data: 06.08.2024 Média Saneada das Propostas Finais (TCU)	R$ 875,86	R$ 8.758,60

B	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS / MG Sistema Banco de Preços / Dispensa: 21154877000107-1-000044/2024 / Data: 25.06.2024 Média Saneada das Propostas Finais (TCU)	R$ 940,00	R$ 9.400,00
B	PREFEITURA MUNICIPAL DE LONDRINA / PR Sistema Banco de Preços / Pregão: 900402024 / UASG: 987667 / Data: 15.02.2024 Média Saneada das Propostas Finais (TCU)	R$ 742,33	R$ 7.423,30
C	CERTIMINAS CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA	R$ 1.300,00	R$ 13.000,00
VALORES MÉDIOS ESTIMADOS PARA O ITEM 3		**R$ 964,55**	**R$ 9.645,50**

ITEM 4 — EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL PARA PESSOA JURÍDICA TIPO A1 (e-CNPJ).		**UNIDADE**	**QUANTIDADE**
		Unidade	**4**
FONTES DE PREÇO		**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
A	CERTISIGN CERTIFICADORA DIGITAL S.A. CNPJ: 01.554.285/0001-75 Sítio eletrônico: https://loja.certisign.com.br/	R$ 249,90	R$ 999,60
A	DIGITALSIGN CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA. CNPJ: 16.894.782/0001-90 Sítio eletrônico: https://www.digitalsigncertificadora.com.br/	R$ 268,00	R$ 1.072,00
A	SOLUTI SOLUCOES EM NEGOCIOS INTELIGENTES SA. CNPJ: 09.461.647/0001-95 Sítio eletrônico: https://www.soluti.com.br/	R$ 235,00	R$ 940,00
C	CERTIMINAS CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA	R$ 175,20	R$ 700,80
VALORES MÉDIOS ESTIMADOS PARA O ITEM 4		**R$ 232,03**	**R$ 928,12**

ITEM 5 — VISITA TÉCNICA PARA VALIDAÇÃO E EMISSÃO DE CERTIFICADOS DIGITAIS.		**UNIDADE**	**QUANTIDADE**
		Unidade	**25**
FONTES DE PREÇO		**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
B	SECRETARIA DE CULTURA DO ESTADO DE PERNAMBUCO / PE Sistema Banco de Preços / Compra Direta: 120596 / Data: 11.10.2023 Média Saneada das Propostas Finais (TCU)	R$ 50,00	R$ 1.250,00
B	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 16ª REGIÃO / MA Sistema Banco de Preços / Pregão: 900032024 / UASG: 080018 / Data: 17.04.2024 Média Saneada das Propostas Finais (TCU)	R$ 58,35	R$ 1.458,75
B	JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA DO ESTADO DO CEARÁ / CE Sistema Banco de Preços / Pregão Eletrônica: 262023 / UASG: 090006 / Data: 01.11.2023 Média Saneada das Propostas Finais (TCU)	R$ 98,40	R$ 2.460,00
C	CERTIMINAS CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA	R$ 100,00	R$ 2.500,00
VALORES MÉDIOS ESTIMADOS PARA O ITEM 5		**R$ 76,69**	**R$ 1.917,25**

ITEM 6 — FORNECIMENTO DE MÍDIA CRIPTOGRÁFICA TIPO TOKEN USB.		**UNIDADE**	**QUANTIDADE**
		Unidade	**500**
FONTES DE PREÇO		**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
A	CERTISIGN CERTIFICADORA DIGITAL S.A. CNPJ: 01.554.285/0001-75 Sítio eletrônico: https://loja.certisign.com.br/	R$ 224,00	R$ 112.000,00
A	DIGITAL SECURITY DO BRASIL ECOMMERCE LTDA. CNPJ: 31.535.157/0001-45 Sítio eletrônico: https://loja.digitalsecurity.com.br/	R$ 116,90	R$ 58.450,00
B	PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO / PR Sistema Banco de Preços / Dispensa: 90016/2024 / UASG:988453 / Data: 22.03.2024 Média Saneada das Propostas Finais (TCU)	R$ 202,00	R$ 101.000,00
C	CERTIMINAS CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA	R$ 60,00	R$ 30.000,00
VALORES MÉDIOS ESTIMADOS PARA O ITEM 5		**R$ 150,73**	**R$ 75.365,00**

ASSINATURA

FELIPE BEIRAGRANDE DA COSTA:79429491253

Assinado de forma digital por FELIPE BEIRAGRANDE DA COSTA:79429491253
Dados: 2024.09.30 09:50:28 -04'00'

SETOR DE COMPRAS E SERVIÇOS

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

QUADRO-RESUMO DO PROCESSO DE COMPRA Nº 332.2024.SCOMS.1437698.2024.019531

IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR
INDEFINIDO **A LICITAR**

RESUMO DESCRITIVO DO OBJETO
Formação de ata de registro de preços para futura e eventual aquisição de serviço emissão e renovação de certificados digitais padrão ICP-Brasil e fornecimento de *tokens* criptográficos USB, visando atender às necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas / Ministério Público, pelo período de 12 (doze) meses.

DETALHAMENTO DO OBJETO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTD	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL PARA PESSOA FÍSICA DO TIPO A3 (e-CPF).	Unidade	500	R$ 368,48	R$ 184.240,00
2	EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL PARA PESSOA JURÍDICA TIPO A3 (e-CNPJ).	Unidade	10	R$ 459,53	R$ 4.595,30
3	EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL SSL WILDCARD PARA SISTEMAS WEB.	Unidade	10	R$ 964,55	R$ 9.645,50

4	EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL PARA PESSOA JURÍDICA TIPO A1 (e-CNPJ).	Unidade	04	R$ 232,03	R$ 928,12
5	VISITA TÉCNICA PARA VALIDAÇÃO E EMISSÃO DE CERTIFICADOS DIGITAIS.	Unidade	25	R$ 76,69	R$ 1.917,25
6	FORNECIMENTO DE MÍDIA CRIPTOGRÁFICA TIPO TOKEN USB.	Unidade	500	R$ 150,73	R$ 75.365,00
VALOR TOTAL ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO					**R$ 276.691,17**

	MODALIDADE SUGERIDA DE CONTRATAÇÃO	FUNDAMENTO LEGAL
	DISPENSA DE LICITAÇÃO	
	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO	
	SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS	
	PRORROGAÇÃO DE CONTRATO	
X	**A LICITAR**	LEI 14.133/2021

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
— Valores informados de acordo com o Mapa Demonstrativo de Preços (doc. 1440071). — Encaminhe-se à DOF para providências.

Documento assinado eletronicamente por **Felipe Beiragrande da Costa**, **Chefe do Setor de Compras e Serviços - SCOMS**, em 30/09/2024, às 09:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1437698** e o código CRC **D2AF9B8A**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Av. Coronel Teixeira,nº 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

NOTA DE AUTORIZAÇÃO DE DESPESAS / ADJUDICAÇÃO -NAD Nº 468.2024.DOF - ORÇAMENTO.1469850.2024.019531

1 - INFORMAÇÕES DA NOTA DE AUTORIZAÇÃO DE DESPESAS E ADJUDICAÇÃO

Procedimento Interno: 2024.019531 **Processo de Compra:** 332.2024.SCOMS.1437698.2024.019531 **Interessado:** Waleska Gracieme Andrade Marques de Oliveira, Agente Técnico - Analista de Banco de Dados	**Modalidade:** Ordinário **Origem:** Indefinido - A licitar **Credor:** Indefinido - A licitar

2 - DESCRIÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Unidade Orçamentária: 03.101 - Procuradoria-Geral de Justiça do Amazonas **Fonte de Recurso:** 1.500.100 - Recursos não Vinculados de Impostos **Programa de Trabalho:** 03.122.0001.2001.0001 - Administração da Unidade	**Elemento:** 3390.40 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação- Pessoa Jurídica **Subelemento:** 3390.40.13 - Emissão de Certificados Digitais

3 - CONTROLE ORÇAMENTÁRIO

SALDO ATUAL	DEDUÇÃO PREVISTA	SALDO APÓS DESPESA
R$ 376.812,43	R$ 0,00	R$ 376.812,43

4 - ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

Formação de ata de registro de preços para futura e eventual aquisição de serviço emissão e renovação de certificados digitais padrão ICP-Brasil e fornecimento de *to*
criptográficos USB, visando atender às necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas / Ministério Público, pelo período de 12 (doze) mes

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTD	VALOR UNITÁRIO (R$)	VALOR TOT (R$)
1	EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL PARA PESSOA FÍSICA DO TIPO A3 (e-CPF).	Unidade	500	R$ 368,48	R$ 184.240,
2	EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL PARA PESSOA JURÍDICA TIPO A3 (e-CNPJ).	Unidade	10	R$ 459,53	R$ 4.595,3
3	EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL SSL WILDCARD PARA SISTEMAS WEB.	Unidade	10	R$ 964,55	R$ 9.645,5
4	EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL PARA PESSOA JURÍDICA TIPO A1 (e-CNPJ).	Unidade	04	R$ 232,03	R$ 928,12
5	VISITA TÉCNICA PARA VALIDAÇÃO E EMISSÃO DE CERTIFICADOS DIGITAIS.	Unidade	25	R$ 76,69	R$ 1.917,2
6	FORNECIMENTO DE MÍDIA CRIPTOGRÁFICA TIPO TOKEN USB.	Unidade	500	R$ 150,73	R$ 75.365,(
TOTAL (R$)					**R$ 276.691,**

5 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
JULHO	**AGOSTO**	**SETEMBRO**	**OUTUBRO**	**NOVEMBRO**	**DEZEMBRO**
R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00

6 - DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS

( ) Encaminhe-se à Divisão de Contratos e Convênios.
(**X**) Encaminhe-se à Comissão Permanente de Licitação.
( ) Autorizo a despesa. Encaminhe-se à Assessoria Jurídica para manifestação acerca da forma da contratação.
( ) Autorizo a despesa. Adjudico em favor da empresa. Empenhe-se.

Documento assinado eletronicamente por **Marcos André Abensur**, **Diretor(a) de Orçamento e Finanças - DOF**, em 07/11/2024, às 08:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **André Virgílio Belota Seffair**, **Subprocurador(a)-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos**, em 08/11/2024, às 10:04, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1469850** e o código CRC **A22896EB**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

OFÍCIO Nº 16.2025.CPL.1522018.2024.019531

Ao Senhor
ADENILSON ROBERTO DE OLIVEIRA FILHO
Chefe da Divisão de Contratos e Convênios

Assunto: Diligência à DCCON com encaminhamento dos autos do **Processo SEI n.º 2024.019531** para elaboração da Minuta Contratual.

Senhor Chefe,

Cumprimentando-o com o presente, informamos que tramita nesta Comissão Permanente de Licitação o **Processo SEI n.º 2024.019531**, cujo objeto é a *futura e eventual aquisição de* ***serviço de emissão e renovação de certificados digitais padrão ICP-Brasil e fornecimento de token criptográficos USB****, no sistema de Registro de Preços, objetivando atender as necessidades de utilização da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, pelo período de 12 (doze) meses.*

Isto posto, considerando o Item 4 do TERMO DE REFERÊNCIA Nº 12.2024.DTIC.1415338.2024.019531, **encaminhamos os autos** em epígrafe à **Divisão de Contratos e Convênios – DCCON** para analisar a necessidade de elaboração de minuta do termo contratual ou instrumento correlato, nos termos do art. 18, VI, da Lei nº. 14.133/2021.

Por derradeiro, **retornem** os autos a esta Comissão para que seja dado prosseguimento regular ao feito.

Atenciosamente,

Manaus, 15 de janeiro de 2025.

Sarah Madalena B. Côrtes de Melo
Presidente da Comissão Permanente de Licitação
Ato PGJ n.º 496/2024 - DOMPE, Ed. 2957, de 15.07.2024

Documento assinado eletronicamente por **Sarah Madalena Barbosa Santos Cortes**, **Presidente da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 15/01/2025, às 11:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1522018** e o código CRC **4DCE44FB**.

MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 1.2025.DCCON - CONTRATOS.1522384.2024.019531

*** MINUTA DE DOCUMENTO**

Termo de Contrato Administrativo que entre si celebram o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS (MPAM)** e a empresa _____, visando à aquisição de serviço de emissão e renovação de certificados digitais padrão ICP-Brasil, bem como o fornecimento de token criptográficos USB.

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, por intermédio de sua **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, órgão de sua Administração Superior, com sede na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, na Avenida Coronel Teixeira, 7.995, Nova Esperança, 69.037-473, inscrito no CNPJ (MF) sob o n.º 04.153.748/0001-85, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada por seu Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Exmo. Sr. **André Virgílio Belota Seffair**, residente e domiciliado em Manaus/AM, portador do RG nº ******09 SESEP/AM e inscrito no CPF sob o nº ***.***.772-**, e a empresa _____, doravante denominada **CONTRATADA**, com endereço em _____, neste ato representada pelo (a) _____, portador (a) do RG n.º _____ e inscrito (a) no CPF (MF) sob o n.º _____, tendo em vista o que consta no Processo n.º **2024.019531**, doravante referido por **PROCESSO** e, em consequência do **Pregão Eletrônico nº** _____, resolvem firmar o presente **TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA**, nos termos da Lei n.º 14.133/2021 e mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

O objeto deste ajuste é a formação de Ata de Registro de Preços para futura e eventual aquisição de **serviço emissão e renovação de certificados digitais (padrão ICP-Brasil) e fornecimento de token criptográficos USB**, visando atender às necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, por 12 (doze) meses.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO DETALHAMENTO DO OBJETO:

O objeto deste contrato consiste na celebração de Ata de Registro de Preços para contratação de empresa, que será selecionada sob o **critério de menor preço do lote**, aspirando ao fornecimento e emissão de certificados digitais, incluindo visitas externas para sua emissão, bem como o fornecimento de dispositivos criptográficos (*tokens)* USB para armazenamento, conforme especificações descritas **no Anexo Único** deste instrumento.

Parágrafo primeiro. Todos os itens deste contrato poderão serão solicitados conforme demanda por meio de ordens de fornecimento.

Parágrafo segundo. Os certificados digitais (e-CPF e e-CNPJ) deverão ser no padrão ICP-Brasil.

Parágrafo terceiro. A **CONTRATADA** deverá possuir, no mínimo, um posto de atendimento para emissão de certificados digitais presenciais na cidade de Manaus-AM, durante toda a vigência da ata de registro de preços.

Parágrafo quarto. A **CONTRATADA** deverá oferecer atendimento nas formas virtual e presencial, à escolha da **CONTRATANTE**, para emissão e gravação dos certificados digitais tipo eCPF A3, estando obrigada a cumprir, no ato do atendimento, todas as etapas até que o certificado esteja instalado no token.

1. A **CONTRATADA** deverá assegurar, até o final do atendimento, que o titular do certificado tenha gravado no token sua própria senha, pessoal e intransferível.

Parágrafo quinto. A **CONTRATADA** deverá disponibilizar à **CONTRATANTE** uma platorma de sistema para agendamento e gerenciamento de emissões dos certificados contratados, possuindo as seguintes características:

1. Que seja acessível pela internet, por meio de login e senha, aos gestores do contrato da **CONTRATANTE**;
2. Que permita que a **CONTRATANTE** possa agendar o atendimento para emissão e gravação de certificado em dia e hora disponíveis, atrelado a um número de voucher gerado pelo sistema.
3. Que o cadastro do beneficiário do certificado tenha no mínimo: nome completo e CPF;
4. Que exiba a data de alocação de autorização/código e a data/hora de emissão do certificado digital;
5. Que tais informações sejam atualizadas no máximo a cada 30 (trinta) dias;
6. Que exiba relatório contendo data de alocação de autorização/código e a data/hora de emissão do certificado digital.

Parágrafo sexto. A **CONTRATADA** deverá disponibilizar o sistema em até 15 (quinze) dias corridos a partir da emissão da Ordem de Fornecimento, junto com as seguintes informações: link de acesso, login e senha, manual de utilização.

Parágrafo sétimo. A emissão fica autorizada apenas mediante cadastro prévio no sistema de vouchers.

Parágrafo oitavo. O token deverá ser gerenciável pelo software **SafeNet Authenticator Client,** devido ao fato de ser essa a única ferramenta compatível com os tokens já utilizados pelo **MPAM** e que, por tal motivo, já é pré-instalada em todos os computadores institucionais, com a qual se podem realizar as operações de desbloqueio, alteração de senha, etc, e evitar conflitos com outros gerenciadoes e drivers existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DA CONTRATAÇÃO:

O presente contrato foi firmado mediante **pregão eletrônico**, fundamentando-se nas seguintes normas: o art. 6º, incisos XLI e XLV, combinado com os arts. 28, I, e 82 a 86, todos da Lei n.º 14.133/2021; a Lei n.º 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor; a Lei n.º 10.406/2002 - Código Civil; a Lei n.º 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD); a Medida Provisória n.º 2200-2/2001 e o Ato n.º 008/2024/PGJ, o qual define os procedimentos administrativos para contratação de bens e serviços no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas, e as demais legislações correlatas, conforme o **Pregão Eletrônico nº** _____.

CLÁUSULA QUARTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO:

Nos termos do art. 6º, XXIX, da Lei nº 14.133/2021, o regime de execução deste contrato é o da **empreitada por preço global**, modalidade em que a contratação do serviço se dá por preço certo e total.

CLÁUSULA QUINTA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES:

MINUTA

Para melhor caracterizar o presente contrato, integram também este instrumento, como se nele estivessem transcritos, obedecidos os termos da legislação sobre contratos públicos, os seguintes documentos:

1. O Estudo Técnico Preliminar **(**ETP) nº 10.2024.DTIC.1412472.2024.019531 e o Termo de Referência (TR) nº 12.2024.DTIC.1415338.2024.019531, constantes do **PROCESSO;**

2. O Edital de Licitação nº _____;

3. O Pregão Eletrônico nº _____;

4. A Proposta Comercial nº _____, encaminhada pela **CONTRATADA**, no dia _____, contendo os valores unitário e total; e

5. O Anexo Único deste contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO:

Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, será (ão) designado (s) representante (s) da **CONTRATANTE,** doravante denominado(s) **FISCALIZAÇÃO**, subdividida em **GESTÃO** e **FISCALIZAÇÃO TÉCNICA**, para acompanhar e fiscalizar a realização dos serviços, anotando em registro todas as ocorrências relacionadas à execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

Parágrafo primeiro. A **GESTÃO** deste contrato recairá sobre o Diretor da área de Tecnologia da Informação (TI), ou por servidor por ele designado.

Parágrafo segundo. A **FISCALIZAÇÃO TÉCNICA** deste contrato recairá sobre servidor público efetivo da **CONTRATANTE** que atue na área de TI.

Parágrafo terceiro. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

Parágrafo quarto. A **FISCALIZAÇÃO** anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

Parágrafo quinto. A **FISCALIZAÇÃO** cumprirá os demais atos e exigências que se fizerem necessários ao fiel cumprimento do contrato e, em especial:

1. Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, realizando diretamente toda e qualquer comunicação com a **CONTRATADA**;

2. Atestar o documento fiscal emitido corretamente pela **CONTRATADA**, para a efetivação do pagamento correspondente;

3. Solicitar e referendar, quando for o caso, os seguintes documentos da **CONTRATADA**, para instrução do processo de liquidação e pagamento: requerimento de pagamento, Nota Fiscal e documentação de regularidade fiscal e trabalhista;

4. Indicar as ocorrências verificadas, determinando o que for necessário à regularização das faltas observadas, nos termos deste instrumento e seus anexos;

5. Informar, com a antecedência necessária, à Administração Superior, o término do contrato, para fins de providências necessárias;

6. Encaminhar à Administração Superior toda e qualquer modificação que se faça necessária e envolva acréscimo ou supressão de despesa e dilatação de prazos, para fins das providências administrativas indispensáveis;

7. Comunicar à Administração, de forma imediata, a ocorrência de fatos passíveis de aplicação de penalidades administrativas;

8. Solicitar a documentação atualizada, necessária à comprovação da manutenção das condições de habilitação da **CONTRATADA**;

9.Prestar as informações e os esclarecimentos necessários ao desenvolvimento das tarefas;

10. Praticar todos os demais atos e exigências que se fizerem necessários ao fiel cumprimento do presente contrato.

Parágrafo sexto. A **FISCALIZAÇÃO** será exercida no interesse da **CONTRATANTE** e não exclui nem reduz as responsabilidades contratuais da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

Parágrafo sétimo. Quaisquer exigências da **FISCALIZAÇÃO**, inerentes ao fiel cumprimento do objeto desta carta, deverão ser prontamente atendidas pela **CONTRATADA**.

Parágrafo oitavo. As comunicações e notificações feitas pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, a serem realizadas sob o âmbito do presente termo, serão feitas por meio de ofícios, *e-mails* ou telefone.

Parágrafo nono. A **CONTRATADA** deverá manter **PREPOSTO**, aceito pela Administração da **CONTRATANTE**, durante o período de vigência do contrato pertinente, para representá-la sempre que for necessário.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRANTE:

São obrigações da **CONTRATANTE**:

1. Realizar a gestão do consumo dos itens ata de registro de preços por meio do **SETOR DE INFRAESTRUTURA E TELECOMUNICAÇÕES - SIET**.

2. Fornecer à **CONTRATADA** as informações necessárias à fiel execução do contrato.

3. Acompanhar e fiscalizar, como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse, o exato cumprimento das obrigações previstas neste Termo de Referência.

4. Exercer a **FISCALIZAÇÃO** e supervisão dos serviços/fornecimentos executados, por meio de servidores especialmente designados, como segue:

   4.1 **GESTÃO** realizada pelo Diretor da área de TI, ou por servidor por este designado;

   4.2 **FISCALIZAÇÃO TÉCNICA** realizada por servidores da área de TI.

5. Anotar em registro próprio e notificar a **CONTRATADA**, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições, defeitos de fabricação e avarias nos softwares fornecidos, exigindo as medidas reparadoras devidas.

6. Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue em desacordo com a disciplina estabelecida neste instrumento e no contrato futuro.

7. Efetuar regularmente o pagamento da **CONTRATADA**, dentro dos critérios estabelecidos neste contrato, após o cumprimento das formalidades legais, por meio de Ordem Bancária, após o atesto das notas fiscais/faturas.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Além das obrigações referentes à entrega das licenças e ao fornecimento da garantia técnica, constituem igualmente deveres da **CONTRATADA**:

1. Designar, em até cindo dias corridos, após assinatura do contrato, **PREPOSTO** para representar administrativamente a **CONTRATADA** ao longo da execução contratual.

   1.1 Ao apresentar o **PREPOSTO**, a **CONTRATADA** deverá indicar canais de comunicação direta como representante, sem intermediação de canais de atendimento e afins.

   1.2 Em caso de afastamento do **PREPOSTO** indicado, a **CONTRATADA** contará com o prazo de cinco dias corridos para indicação de novo representante.

MINUTA

2. Manter garantia contra *bugs* (falhas de programação), durante todo o ciclo de validade do produto.

3. Observar os prazos estabelecidos neste instrumento.

4. Efetuar a entrega do objeto contratado, dentro do prazo e de acordo com as especificações constantes deste contrato, observando estreitamente as prescrições e as recomendações do fabricante, a legislação estadual ou municipal, se houver, bem como outras normas correlatas, ainda que não estejam explicitamente citadas neste documento e seus anexos.

5. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, sem prévia e expressa anuência da **CONTRATANTE**.

5.1 A **CONTRATANTE** não aceitará, sob pretexto algum, a transferência de responsabilidade da **CONTRATADA** para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, subempreiteiros ou quaisquer outros.

6. Comunicar imediatamente à **CONTRATANTE**, por escrito, toda e qualquer anormalidade que dificulte ou impossibilite a execução do objeto contratual, e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

7. Aceitar todas as decisões, métodos de inspeção, verificação e controle, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos e explicações que a **CONTRATANTE** julgar necessário.

8. Substituir, reparar, corrigir, remover, refazer ou reconstituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste contrato que não atenda às especificações exigidas, em que se verifiquem imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções ou rejeitados pela fiscalização.

9. Apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, e de impedimento de execução por fato ou ato de terceiro reconhecido pela **CONTRATANTE** em documento contemporâneo a sua ocorrência, quando não puder cumprir os prazos estipulados para a execução, total ou parcial, do objeto deste instrumento.

10. Responsabilizar-se por todos os encargos e obrigações concernentes às legislações sociais, trabalhistas, tributárias, fiscais, comerciais, securitárias e previdenciárias, bem como por todas as despesas decorrentes da execução de eventuais trabalhos em horários extraordinários (diurno e noturno), e, em suma, todos os gastos e encargos com material e mão de obra necessários à completa realização dos serviços.

10.1 Nos modes do art. 121, *caput* e §1º, da Lei n.º 14.133/2021, a inadimplência da **CONTRATADA** com referência a tais encargos não transfere à **CONTRATANTE** a responsabilidade por seu pagamento.

11. Além dos encargos pertinentes, ser responsável pelo ônus de indenizar todo e qualquer prejuízo pessoal ou material causado à **PGJ-AM** ou a terceiros que possa advir, direta ou indiretamente, da execução do objeto deste Termo.

12. A inobservância das especificações constantes deste Termo de Referência implicará a não aceitação parcial ou total dos serviços, devendo a **CONTRATADA** refazer as partes recusadas sem direito a indenização.

13. No que diz respeito ao atendimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados – Lei n.º 13.709/2018 (LGPD), a **CONTRATADA** ficará obrigada a:

13.1 Cumprir as solicitações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);

13.2 Cumprir com o estabelecido pelo **CONTRATANTE** para o tratamento de dados e dentro das finalidades necessárias ao cumprimento do objeto contratado;

13.3 Guardar o mais absoluto sigilo sobre os dados pessoais que lhes forem confiados por força da execução do contrato, estendendo tal obrigação a eventuais empregados, assumindo a responsabilidade e as consequências advindas da sua divulgação não autorizada ou utilização indevida, inclusive cível e penal;

13.4 Não utilizar os dados obtidos, por meio desse ajuste, para finalidade diversa;

13.5 Notificar o **CONTRATANTE** em caso de vazamento de dados que conduza à destruição, perda, alteração ou divulgação não autorizada de dados, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contadas da descoberta da referida violação;

13.6 Fornecer informações úteis ao **CONTRATANTE** sobre a natureza e âmbito dos Dados Pessoais possivelmente afetados e as medidas corretivas tomadas ou planejadas;

13.7 Implementar medidas corretivas a fim de impedir violações e a fim de limitar o seu impacto sobre os titulares de dados, na medida do possível.

Parágrafo primeiro. Nos termos do art. 92, XVI, da Lei n.º 14.133/2021, a **CONTRATADA** manterá, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação no pregão.

Parágrafo segundo. Consoante o art. 92, XVII, da Lei n.º 14.133/2021, a **CONTRATADA** cumprirá as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

Parágrafo terceiro. É vedado à **CONTRATADA** subcontratar o objeto deste instrumento.

CLÁUSULA NONA – DO SUPORTE TÉCNICO:

A **CONTRATADA** deverá fornecer suporte técnico, durante todo o ciclo de validade do produto.

Parágrafo primeiro. O **SUPORTE TÉCNICO** poderá ser realizado por telefone, e-mail, chat ou mesmo abertura de chamados on-line, em horário comercial das 8h às 17h, em língua portuguesa do Brasil.

Parágrafo segundo. As mensagens enviadas aos sábados, domingos e feriados serão analisadas no primeiro dia útil subsequente.

Parágrafo terceiro. Deverá ser disponibilizado um serviço de *service desk* para abertura, controle e acompanhamento dos chamados.

Parágrafo quarto. Quando houver a abertura de **CHAMADO TÉCNICO**, a **FISCALIZAÇÃO** será informada do **NUMERO DO CHAMADO** (número sequencial único) que identificará toda a evolução do chamado até seu encerramento.

Parágrafo quinto. Não poderá existir qualquer tipo de limitação de horas para a prestação do suporte técnico, durante a vigência desta contratação.

Parágrafo sexto. A **CONTRATADA** deverá refazer e/ou corrigir, em até 48 (quarenta e oito) horas após registrada a ordem de serviço e sem ônus adicionais para a **CONTRATANTE**, erros sistêmicos e outros que eventualmente possam surgir após a instalação dos respectivos certificados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA TÉCNICA:

A **CONTRATADA** providenciará garantia técnica dos produtos adquiridos pela **CONTRATANTE**, conforme a seguinte disposição:

1. Itens 1 e 2 do Anexo Único – Certificados de pessoa física (e-CPF A3) e pessoa jurídica (e-CNPJ A3).

1.1 A **CONTRATADA** deverá prover garantia de correção e atualização motivadas por falhas técnicas e mudanças originadas de diretrizes oriundas da ICP-Brasil, pelo período mínimo de 36 (trinta e seis) meses para o certificado do tipo A3, contados a partir da data de emissão do certificado;

1.2 Caso a correção ou atualização exija novo certificado, a empresa contratada deverá efetuar a nova emissão, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de notificação, sem ônus adicional para o **CONTRATANTE**.

2. Item 3 do Anexo Único – Certificado digital SSL WILDCARD para sistemas web.

2.1 A **CONTRATADA** deverá prover garantia de correção e atualização motivadas por falhas técnicas, pelo período mínimo de 12 (doze) meses, para o certificado SSL WILDCARD, contados a partir da data de emissão dele.

2.2 Caso a correção ou atualização exija novo certificado, a empresa contratada deverá efetuar a nova emissão, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de notificação, sem ônus adicional para o **CONTRATANTE**.

MINUTA

3. Item 4 do Anexo Único – Certificados de pessoa jurídica (e-CNPJ A1).

3.1 A **CONTRATADA** deverá prover garantia de correção e atualização motivadas por falhas técnicas e mudanças originadas de diretrizes oriundas da ICP-Brasil, pelo período mínimo de 12 (doze) meses para o certificado do tipo A1, contados a partir da data de emissão do certificado;

3.2 Caso a correção ou atualização exija novo certificado, a empresa contratada deverá efetuar a nova emissão, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de notificação, sem ônus adicional para o **CONTRATANTE**.

4. Item 6 do Anexo Único – Mídia criptográfica do tipo Token

4.1 A **CONTRATADA** deverá prover garantia mínima de 12 (doze) meses, contado a partir da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

4.2 Os tokens fornecidos deverão ser novos e de "primeiro uso", não podendo ser recondicionados.

4.3 Não estão contemplados nessa garantia os casos de roubo, perda do dispositivo e mau uso do usuário.

4.4 Caso o token necessite ser substituído ou apresente erro que comprometa o funcionamento do certificado ali armazenado, um novo token e uma nova emissão de certificado deverá ser realizada, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da notificação feita pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS PRAZOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA:

A **CONTRATADA** deverá disponibilizar os certificados, visitas e *tokens*, nos termos descritos neste Termo, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos da data de recebimento da autorização de fornecimento pela **CONTRATADA**.

1. Os certificados e visitas serão consideradas entregues quando disponíveis para agendamento no sistema de gerenciamento de emissões;

2. A entrega dos dispositivos criptográficos tipo token USB deverá ser realizada em até 30 (trinta) dias após o recebimento pela **CONTRATADA** da Autorização de Fornecimento emitida pelo **CONTRATANTE**.

3. A execução dos serviços e a entrega do objeto contratado deverá ser realizada na sede da **CONTRATANTE**, a qual ocorrerá em dias úteis, no horário das 8h às 17h, no seguinte endereço:

Av. Coronel Teixeira, n.º 7.995, Nova Esperança, Ponta Negra

CEP. 69037-473, Manaus, Amazonas

4. O prazo de vigência do contrato dar-se-á a partir da data de sua assinatura, por um período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por termo aditivo, nos moldes do art. 106, *caput*, da Lei n.º 14.133/2021.

5. O serviço de emissão de certificados será considerado terminado quando o voucher gerado no sistema de gerenciamento de emissões estiver indicando que o mesmo foi emitido e instalado.

6. Caberá à **FISCALIZAÇÃO** comunicar à **CONTRATADA** os dados necessários para emissão dos certificados que são objeto desta contratação, bem como as datas de agenda para execução das visitas externas necessárias a emissão dos Certificados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

O pagamento devido à **CONTRATADA** será creditado em conta-corrente, por meio de ordem bancária, efetuado mediante apresentação de nota fiscal/fatura atestada e visada pelos órgãos de fiscalização e acompanhamento do fornecimento do material, no prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados a partir do atesto da Administração na fatura apresentada.

Parágrafo primeiro. A respectiva nota fiscal/fatura dos produtos, emitidas em conformidade com o Protocolo ICMS 42/2009 (NF-e), deverá estar devidamente discriminada, em nome da **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, CNPJ n.º 04.153.748/0001-85, e acompanhada das respectivas Certidões Negativas de Débito para com a Seguridade Social, para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, e ainda, Certidão Negativa de Débito Trabalhista, Certidão de regularidade junto a Fazenda Federal, Estadual e Municipal.

Parágrafo segundo. Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

Parágrafo terceiro. Qualquer atraso ocorrido na apresentação da nota fiscal/fatura, ou dos documentos exigidos como condição de pagamento por parte da **CONTRATADA**, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do **CONTRATANTE**.

Parágrafo quarta. Nenhum pagamento isentará o fornecedor das responsabilidades atinentes ao produto, tampouco implicará a aprovação definitiva da entrega, total ou parcialmente.

Parágrafo quinta. Somente serão considerados efetivamente executados os serviços entregues em sua totalidade até a data de emissão da respectiva fatura.

Parágrafo sexto. Nenhum pagamento será efetivado sem que a área solicitante emita o **Termo de Recebimento Definitivo** e ateste que o objeto contratado está integralmente sendo entregue/disponibilizado pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO VALOR:

O valor global e estimado deste contrato é de **R$ 276.691,17 (duzentos e setenta e seis mil seiscentos e noventa e um reais e dezessete centavos)**, consoante explicita o quadro abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTD	VALOR UNITÁRIO (R$)	VALOR TO
1	EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL PARA PESSOA FÍSICA DO TIPO A3 (e-CPF).	Unidade	500	R$ 368,48	R$ 184.2
2	EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL PARA PESSOA JURÍDICA TIPO A3 (e-CNPJ).	Unidade	10	R$ 459,53	R$ 4.59
3	EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL SSL WILDCARD PARA SISTEMAS WEB.	Unidade	10	R$ 964,55	R$ 9.64
4	EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL PARA PESSOA JURÍDICA TIPO A1 (e-CNPJ).	Unidade	04	R$ 232,03	R$ 92
5	VISITA TÉCNICA PARA VALIDAÇÃO E EMISSÃO DE CERTIFICADOS DIGITAIS.	Unidade	25	R$ 76,69	R$ 1.91
6	FORNECIMENTO DE MÍDIA CRIPTOGRÁFICA TIPO TOKEN USB.	Unidade	500	R$ 150,73	R$ 75.3

MINUTA

TOTAL (R$)	R$ 276.0

Parágrafo único. No preço contratado já estão incluídos todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, despesas administrativas, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, frete, embalagens, lucro, e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas oriundas deste contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Unidade Orçamentária: 03101 – Procuradoria Geral de Justiça; **Programa de Trabalho**: 03.122.0001.2001.0001 **-** Administração da Unidade; **Fonte**: _____; **Natureza da Despesa:** _____, tendo sido emitida, pela **CONTRATANTE**, em _____, a Nota de Empenho n.º _____, no valor global de **R$** _____.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

Nos termos dos art. 155 da Lei n.º 14.133/2021, a **CONTRATADA** será responsabilizada administrativamente pelas seguintes condutas:

1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;
2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
3. Dar causa à inexecução total do contrato;
4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

Parágrafo primeiro. Pela inexecução total ou parcial do compromisso assumido, o Procurador-Geral de Justiça poderá aplicar ao fornecedor as seguintes sanções:

1. Advertência;
2. Multas percentuais, nos termos estabelecidos neste contrato;
3. Impedimento de licitar e contratar com o **ESTADO DO AMAZONAS** devido às infrações previstas nos itens 2, 3, 4, 5, 6 e 7 do *caput* desta cláusula, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, haendo possibilidade de reabilitação da **CONTRATADA** após o decurso de 1 (um) ano;
4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com toda a Administração Pública brasileira devido às condutas prescritas nos itens 8, 9, 10, 11 e 12 do *caput* desta cláusula, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a **CONTRATADA** ressarcir a **CONTRATANTE** pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de 3 (três) anos;

Parágrafo segundo. As sanções serão aplicadas pelo Procurador-Geral de Justiça, em processo regular que assegure ao acusado o direitos prévios da citação, do contraditório e da ampla defesa, com os recursos a eles inerentes.

Parágrafo terceiro. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastro Único de Fornecedores - SICAF.

Parágrafo quarto. Se a **CONTRATADA**, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir preceitos legais, serão aplicadas, segundo a gravidade da falta, as seguintes multas:

Item	Infração	Penalidade	Limite de Multas para Inexecução
1	Atraso na entrega do objeto	Multa de mora diária de 1% (um por cento) sobre o valor total da Nota de Empenho.	15%
2	Não cumprimento dos prazos estebelecidos no Edital	Multa de mora diária de 1% (um por cento) sobre o valor total da Nota de Empenho.	20%
3	Recusa em substituir o produto defeituoso ou na execução dos serviços, que vier a ser rejeitado	Multa de mora diária de 1% (um por cento) sobre o valor total da Nota de Empenho.	20%
4	Não providenciar o devido cadastramento junto ao Sistema de Administração Financeira e Contabilidade – Cadastramento de Credores da **SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO D AMAZONAS – SEFAZ-AM**, na forma prevista no Edital.	Multa de 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) sobre o valor total da proposta.	-
5	Inexecução parcial do objeto contratado	Multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor da Nota de Empenho, sem prejuízo das demais sanções previstas.	-
6	Inexecução total do objeto.	Multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total homologado em favor do contratado, sem prejuízo das demais sanções previstas.	-
7	Deixar de atender qualquer um dos prazos de execução da garantia e assistência técnica	Multa diária de 1% (dois por centro) sobre o valor total homologado em favor do contratado	30%

MINUTA

1. Quando as multas apuradas alcançarem os limites de multa de mora diária a serem aplicadas, a obrigação será considerada não executada, parcial ou totalmente, sendo possível a rescisão unilateral do contrato pela Administração e a sujeição da **CONTRATADA** às sanções correlatas.

2. As multas de que tratam os subitens da tabela acima serão entendidas como independentes e cumulativas.

3. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a **CONTRATADA** pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

4. As sanções de advertência, de impedimento de contratar com o **ESTADO DO AMAZONAS** e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública brasileira poderão ser aplicadas à **CONTRATADA** cumulativamente com **as de multa**, as quais, por sua vez, **poderão ser descontadas dos pagamentos a serem efetuados.**

5. A aplicação de quaisquer penalidades previstas neste instrumento será precedida de regular processo administrativo, em que serão garantidos o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS:

Nos termos do art. 83, caput, do Ato n.º 008/2024/PGJ, os preços inicialmente contratados poderão ser reajustados, por requerimento da **CONTRATADA**, desde que observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, de acordo com a variação do Índice de Custo da Tecnologia da Informação (ICTI), computado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), ou outro que venha substituí-lo, na forma e periodicidade regulamentadas.

Parágrafo primeiro. Caberá à **CONTRATADA** efetuar os cálculos relativos ao reajustamento e demais documentos comprobatórios, submetendo-os à apreciação da **FISCALIZAÇÃO**.

Parágrafo segundo. O interregno mínimo de 1 (um) ano para o primeiro reajustamento será contado a partir da data do orçamento estimado pela **CONTRATANTE** a que a proposta se referir.

Parágrafo terceiro. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno de 1 (um) ano será contado a partir da data de início dos efeitos financeiros do último reajustamento ocorrido.

Parágrafo quarto. O prazo para a **FISCALIZAÇÃO** responder ao pedido de reajustamento será de 1 (um) mês, contado do recebimento do pedido.

Parágrafo quinto. Caso a **CONTRATADA** não requeira tempestivamente o reajustamento e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.

Parágrafo sexto. A **CONTRATANTE** poderá restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do ajuste em seu favor, visando à adequação dos preços contratuais, quando se verificar que houve redução dos preços dos serviços no mercado, observando-se o disposto no art. 124 da Lei n.º 14.133/2021.

Parágrafo sétimo. A **FISCALIZAÇÃO** poderá solicitar à **CONTRATADA**, durante a vigência deste contrato, a revisão dos preços e dos percentuais de desconto contratados quando o contrato mostrar-se desvantajoso para a Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA:

O presente contrato tem vigência de **12 (doze) meses**, contados da data de sua assinatura, nos termos dos arts. 107 e 113 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogado por comum acordo entre as partes, mediante termo aditivo.

Parágrafo primeiro. A vigência a que se refere o *caput* desta cláusula terá eficácia a partir da publicação do extrato contratual no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Amazonas.

Parágrafo segundo. Consoante dispõe o art. 105, *caput*, da Lei nº 14.133/2021, o presente ajuste tem duração máxima de 5 (cinco) anos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO:

O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

Parágrafo primeiro. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para a **CONTRATANTE**, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

1. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

2. Caso a notificação da não continuidade do contrato de que trata este parágrafo ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

Parágrafo segundo. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/21, bem como consensualmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

1. Nessas hipóteses, aplicam-se os arts. 138 e 139 da mesma Lei.

2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

Parágrafo terceiro. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de:

1. Indenizações e multas.

2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

3. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos.

Parágrafo quarto. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório, nos termos do art. 131, *caput*, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PUBLICAÇÃO:

O presente contrato será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, e sob a forma de extrato, no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Amazonas, após a sua assinatura, correndo as despesas por conta da **CONTRATANTE**, nos termos do art. 88, §2º, XV, do Ato nº 008/2024/PGJ.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS NORMAS APLICÁVEIS:

O presente contrato deverá respeitar as seguintes leis e atos infralegais:

1. Lei n.º 14.133/2021 – Licitações e Contratos;

2. Lei n.º 10.406/02 – Código Civil Brasileiro;

3. Lei nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor;

4. Lei n.º 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD);

5. Medida Provisória – n.º 2200-2/2001;

MINUTA

6. Ato n.º 008/2024/PGJ; e

7. Demais legislações correlatas, de forma suplementar e à luz da legislação específica vigente.

Parágrafo único. A **CONTRATADA** declara conhecer todas essas normas e concorda em sujeitar-se às estipulações, sistemas de penalidades e demais regras delas constantes, mesmo que não expressamente transcritas no presente instrumento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

A **CONTRATADA**, em cumprimento à Resolução n.º 37/2009 do Conselho Nacional do Ministério Público e ao art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021, declara que não possui cônjuge, companheira ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas.

Parágrafo primeiro. A **CONTRATADA** e seus representantes legais apresentaram neste ato os documentos comprobatórios de suas condições jurídico-pessoais indispensáveis à lavratura do presente, inclusive a Certificação de Regularidade dos órgãos fiscais previdenciários públicos, a que estiver vinculada.

Parágrafo segundo. Os casos omissos neste contrato serão resolvidos pela Administração Superior da **CONTRATANTE**, baseados na legislação vigente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DO FORO CONTRATUAL:

As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na justiça estadual, no foro de Manaus/AM, com expressa renúncia da **CONTRATADA** a qualquer outro que tenha ou venha a ter, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de acordo, foi o presente termo de contrato, depois de lido e anuído, assinado digitalmente pelas partes e por duas testemunhas.

Manaus, data da última assinatura eletrônica.

(assinado eletronicamente)
ANDRÉ VIRGÍLIO BELOTA SEFFAIR
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos
Ministério Público do Estado do Amazonas

(assinado eletronicamente)
_____
Representante Legal da Contratada
Empresa _____

MINUTA

ANEXO ÚNICO

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

MATERIAIS DE CONSUMO

Item	Descrição	Qtde.	Unidade de Medida
1	**EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL PARA PESSOA FÍSICA DO TIPO A3 (e-CPF)** 1. Emitido por autoridade certificadora credenciada pela ICP-Brasil; 2. Certificado nível A3, tipo e-CPF; 3. Validade de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da emissão; 4. Deve ser compatível para utilização em assinatura de documentos eletrônicos, e-mails, acesso a aplicações, logon de rede, entre outras destinações; 5. Certificado aderente padrão do Comitê Gestor da ICP Brasil; 6. O item engloba o respectivo serviço de autoridade de registro.	500	Unidade
2	**EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL PARA PESSOA JURÍDICA TIPO A3 (e-CNPJ)** 1. Emitido por autoridade certificadora credenciada pela ICP-Brasil; 2. Tipo e-CNPJ A3; 3. Validade de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da emissão;	10	Unidade

Item	Descrição	Qtde.	Unidade de Medida
	4. Ser compatível para utilização em assinatura de documentos eletrônicos, e-mails, acesso a aplicações, logon de rede, entre outras destinações; 5. Certificado aderente padrão do Comitê Gestor da ICP Brasil; 6. O item engloba o respectivo serviço de autoridade de registro.		
3	**EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL SSL WILDCARD PARA SISTEMAS WEB** 1. Certificado digital para servidor web, do tipo SSL; 2. Proteger qualquer subdomínio, mesmo os adicionados posteriormente, com um único certificado SSL; 3. Prazo de validade de 12 (doze) meses; 4. Certificação em plena compatibilidade com os principais navegadores de internet e dispositivos móveis, sem a necessidade de instalação de certificado AC raiz; 5. Permitir a utilização de criptografia simétrica com chaves de no mínimo 256 bits; 6. Utilizar chaves para criptografia assimétrica RSA, de no mínimo 2048 bits; 7. Emissão do certificado em até 72 (setenta e duas) horas; 8. Reemissão ilimitadas dentro do período de validade; 9. Instalação em número ilimitado de servidores; 10. A **CONTRATANTE** poderá solicitar à **CONTRATADA**, num período de sete dias após a emissão inicial de um certificado, a sua re-emissão ou a substituição quantas vezes forem necessárias; 11. Suporte em português via atendimento online, telefone e e-mail ou website para solicitação, instalação e utilizaão do certificado SSL, bem como prestação de esclarecimentos e dúvidas técnicas e cadastrais.	10	Unidade
4	**EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL PARA PESSOA JURÍDICA TIPO A1 (e-CNPJ), NO PADRÃO ICP-BRASIL.** 1. Emitido por autoridade certificadora credenciada pela ICP-Brasil; 2. Certificado nível A1, tipo e-CNPJ; 3. Validade de 12 (doze) meses, contados a partir da emissão; 4. Ser aderente às normas do Comitê Gestor da ICP-Brasil; 5. Ser compatível para armazenamento no computador.	04	Unidade
5	**VISITA EXTERNA PARA VALIDAÇÃO E EMISSÃO DE CERTIFICADOS DIGITAIS** 1. Compreende a realização de visita técnica nas dependências da **CONTRATANTE** com o objetivo de realizar a validação e emissão dos certificados digitais tipo A1, para sistemas/aplicações, e tipo A3, para pessoa física e pessoa jurídica; 2. As visitas para validação e emissão de certificado se darão na sede da **CONTRATANTE**, a qual ocorrerá em dias úteis, no horário das 8h às 17h, no seguinte endereço: **Av. Coronel Teixeira, n.º 7.995, Nova Esperança, CEP. 69037-473, Manaus, Amazonas**; 3. Poderão ser emitidos até oito certificados digitais por visita, no caso de emissões de certificados para pessoa física e para pessoa jurídica; 4. A visita para emissão de certificados para sistemas/aplicações em caso de necessidade, poderão ser realizados individualmente; 5. A **CONTRATANTE** fornecerá a infraestrutura de mobiliário e acesso á internet para a validação, sendo os demais equipamentos e serviços fornecidos pela **CONTRATADA**; 6. Na impossibilidade da emissão dos certificados pela **CONTRATADA**, no período programado para emissão dos certificados, o serviço de visita local não será considerado como prestado, devendo ser reagendado com a **CONTRATANTE**.	25	Unidade
6	**FORNECIMENTO DE MÍDIA CRIPTOGRÁFICA TIPO TOKEN USB** 1. Token criptográfico USB capaz de armazenar cert2048ificados, chaves e cadeias de certificados aderentes às normas do Comitê Gestor da ICP-Brasil; 2. Compatível para armazenamento de certificados digitais A3, em conformidade com a ICP-Brasil; 3. Fornecer solução de gerenciamento em português com funções básicas de gestão do PIN e PUK, compatível com Windows 10 ou superior e Mac Os; 4. Possuir capacidade de no mínimo 64Kb de memória; 5. Deverá possuir chassi em plástico rígido e resistente a água; 6. Possuir driver compatível e disponível para o sistema operacional Microsoft Windows 10 ou superior e Mac OS; 7. Deverá ter conectividade compatível com USB tipo A 2.0 (ou superior compatível com 2.0); 8. Permitir conexão direta na porta USB, sem necessidade de interface intermediária para leitura; 9. Suporte à tecnologia de chaves pública/privada (PKI), com geração on-board do par de chaves RSA de, no mínimo, 2048 bits; 10. Permitir a criação de senha de acesso ao dispositivo de no mínimo seis caracteres, ou de acordo com os critérios do **CONTRATANTE**; 11. Permitir criação de senhas com caracteres alfanuméricos; 12. Permitir a geração de chaves, protegidas por PINs (Personal Identification Number);	500	Unidade

MINUTA

Item	Descrição	Qtde.	Unidade de Medida
	13. Permitir a inicialização e reinicialização do *token* mediante a utilização de PUK (Pin Unlock Key); 14. Suporte aos principais navegadores de mercado, entre os quais: Internet Explorer, Mozilla Firefox e Google Chrome; 15. O software de gerenciamento do dispositivo deverá ser disponibilizado pela **CONTRATADA** e estar no idioma Português do Brasil, devendo ser compatível com o cliente do **SafeNet Authenticator Client**, permitindo: - Gerenciamento do dispositivo; - Exportação de certificados armazenados no dispositivo; - Importação de certificados em formato PKCS#7 para área de armazenamento do dispositivo, de acordo com a RFC 2315; - Importação de certificados em formato PKCS#12 para área de armazenamento do dispositivo; - Visualização de certificados armazenados no dispositivo; - Remoção de chaves e outros dados contidos no dispositivo após autenticação do titular; - Reutilização de dispositivos bloqueados, por meio de remoção total dos dados armazenados e geração de nova senha de acesso; 16. Garantia mínima de 1 (um) ano, contado a partir do aceite definitivo dos *tokens*; 17. Caso o *token* necessite ser substituído ou apresente erro que comprometa o funcionamento do certificado ali armazenado, um novo *token* deverá ser fornecido, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data da notificação feita pelo CONTRATANTE. 18. **Modelo de referência**: Token Criptográfico Safenet eToken 5110.		

Documento assinado eletronicamente por **Adenilson Roberto de Oliveira Filho**, **Chefe da Divisão de Contratos e Convênios - DCCON**, em 20/01/2025, às 08:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1522384** e o código CRC **5805C959**.

MINUTA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Av. Coronel Teixeira,nº 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MEMORANDO Nº 17.2025.DCCON - CONTRATOS.1524684.2024.019531

Manaus, [data da assinatura eletrônica].

À Senhora
Sarah Madalena Barbosa Côrtes de Melo
Presidente da Comissão Permanente de Licitação - CPL

Assunto: Elaboração de minuta contratual.

Senhora Presidente,

Em cumprimento ao Ofício nº 16.2025.CPL (1522018), esta Divisão de Contratos e Convênios (DCCON) informa que elaborou a Minuta de Contrato Administrativo nº 1.2025.DCCON - CONTRATOS (1522384), cujo objeto é a formação de Ata de Registro de Preços para futura e eventual aquisição de **serviço emissão e renovação de certificados digitais (padrão ICP-Brasil) e fornecimento de token criptográficos USB**, visando atender às necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, por 12 (doze) meses.

Ademais, a DCCON comunica que, a despeito de o Termo de Referência nº 12.2024.DTIC (1415338) não conter o regime de execução, é possível inferir que se trata da **empreitada por preço global**, uma vez que os preços e quantidades totais dos objetos podem ser mensurados acuradamente. Por fim, a DCCON incluiu no esboço contratual uma cláusula de reajustamento de preços, pois esse dispositivo é uma exigência do art. 92, V, da Lei n.º 14.133/2021.

Atenciosamente,

[*assinado eletronicamente*]
ADENILSON ROBERTO DE OLIVEIRA FILHO
Chefe da Divisão de Contratos e Convênios
Ministério Público do Estado do Amazonas

Documento assinado eletronicamente por **Adenilson Roberto de Oliveira Filho**, **Chefe da Divisão de Contratos e Convênios - DCCON**, em 20/01/2025, às 08:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1524684** e o código CRC **42F0CF75**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MINUTA DE EDITAL Nº 1.2025.CPL.1520943.2024.019531

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

UASG 925849

OBJETO

Registro de preços para futura e eventual aquisição de **serviço de emissão e renovação de certificados digitais padrão ICP-Brasil e fornecimento de token criptográficos USB**, objetivando atender às necessidades de utilização da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, pelo período de 12 (doze) meses.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

Valor Sigiloso.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **XX/XX/2025** às **10h (horário de Brasília)**

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

[X] MENOR PREÇO / **[__]** MAIOR DESCONTO por **[__] ITEM** / [_] POR GRUPO / **[_X_]** GLOBAL

MODO DE DISPUTA:

[X] ABERTO / **[__]** ABERTO E FECHADO / **[__]** FECHADO E ABERTO

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

[__] SIM / [_X_] NÃO

SUMÁRIO

1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

2. DO OBJETO

3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4. DO CREDENCIAMENTO

5. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

6. DO ENVIO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

9. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10. DA FASE DE JULGAMENTO

11. DA HABILITAÇÃO

12. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

13. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

14. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

15. DOS PRAZOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

16. DOS PRAZOS E CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

17. DA VALIDADE, CONTROLE E CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

18. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

21. DO PAGAMENTO

22. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

23. DA REPACTUAÇÃO, REAJUSTE E REVISÃO DE PREÇO

24. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

25. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

ANEXO I -TERMO DE REFERÊNCIA Nº 12.2024.DTIC.141538.2024.019531 e ANEXO

ANEXO II - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO III - MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES

ANEXO V - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

ANEXO VI - MODELO DE SOLICITAÇÃO DE CADASTRAMENTO NA SEFAZ/AM

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 940XX/2025/CPL/PGJ

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** pelo presente edital e por intermédio da **PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**, cadastrada no CNPJ sob o n.º 04.153.748/0001-85, tendo em vista o que consta do **Processo SEI n.º 2024.019531**, através da **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL**, designada pelo Ato PGJ n.º 183/2023 e alterações, de lavra do Procurador-Geral de Justiça, torna público que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para REGISTRO DE PREÇOS, com critério de julgamento MENOR PREÇO GLOBAL**, com modo de disputa "**ABERTO"**, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021 e do ATO PGJ 008/2024, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

O contrato correspondente, ou o instrumento que vier a substituí-lo, será regido pela Lei nº 14.133, de 2021 e suas alterações.

PROCESSO SEI	**2024.019531**
Recebimento das propostas	a partir da data de publicação do aviso no PNCP
Abertura das propostas	às 10h do dia **XX/XX/2025** (horário de Brasília)
Licitação exclusiva para ME/EPP	**( ) SIM (X) NÃO**
Endereço eletrônico	https://www.gov.br/compras/pt-br
Código UASG	925849

1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. O pregão será realizado em sessão pública, por meio da utilização de recursos da tecnologia da informação – *internet*, utilizando-se, para tanto, de métodos de autenticação de acesso e recursos de criptografia, garantindo segurança em todas as fases do certame.

1.2. Os trabalhos serão conduzidos por servidor público integrante da **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO** deste Órgão, por ato interno, denominado(a) PREGOEIRO(A), e membros da equipe de apoio, previamente credenciados no aplicativo https://www.gov.br/compras/pt-br.

1.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública, observarão rigorosamente o horário de **Brasília – DF**, e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

2. DO OBJETO

2.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a ***formação de ata de registro de preços futura e eventual aquisição de serviço emissão e renovação de certificados digitais padrão ICP-Brasil e fornecimento de token criptográficos USB, objetivando atender às necessidades de utilização da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, pelo período de 12 (doze) meses.***

2.2. O objeto corresponde aos itens constantes na tabela constante do **Termo de Referência nº 12.2024.DTIC.1415338.2024.019531** que compõe o **Anexo I** deste Edital, contendo as especificações mínimas, abaixo transcritas:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE
1	**01**	**EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL PARA PESSOA FÍSICA DO TIPO A3 (e-CPF)** 1. Emitido por autoridade certificadora credenciada pela ICP-Brasil;	Und	**500**

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE
		2. Certificado nível A3, tipo e-CPF; 3. Validade de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da emissão; 4. Deve ser compatível para utilização em assinatura de documentos eletrônicos, e-mails, acesso a aplicações, logon de rede, entre outras destinações; 5. Certificado aderente padrão do Comitê Gestor da ICP Brasil; 6. O item engloba o respectivo serviço de autoridade de registro.		
	02	**EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL PARA PESSOA JURÍDICA TIPO A3 (e-CNPJ)** 1. Emitido por autoridade certificadora credenciada pela ICP-Brasil; 2. Tipo e-CNPJ A3; 3. Validade de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da emissão; 4. Ser compatível para utilização em assinatura de documentos eletrônicos, e-mails, acesso a aplicações, logon de rede, entre outras destinações; 5. Certificado aderente padrão do Comitê Gestor da ICP Brasil; 6. O item engloba o respectivo serviço de autoridade de registro.	Und	**10**
	03	**EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL SSL WILDCARD PARA SISTEMAS WEB** 1. Certificado digital para servidor web, do tipo SSL; 2. Proteger qualquer subdomínio, mesmo os adicionados posteriormente, com um único certificado SSL; 3. Prazo de validade de 12 (doze) meses; 4. Certificação em plena compatibilidade com os principais navegadores de internet e dispositivos móveis, sem a necessidade de instalação de certificado AC raiz; 5. Permitir a utilização de criptografia simétrica com chaves de no mínimo 256 bits; 6. Utilizar chaves para criptografia assimétrica RSA, de no mínimo 2048 bits; 7. Emissão do certificado em até 72 (setenta e duas) horas; 8. Reemissão ilimitadas dentro do período de validade; 9. Instalação em número ilimitado de servidores; 10. A **CONTRATANTE** poderá solicitar à **CONTRATADA**, num período de sete dias após a emissão inicial de um certificado, a sua re-emissão ou a substituição quantas vezes forem necessárias;	Und	**10**

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE
		11. Suporte em português via atendimento online, telefone e e-mail ou website para solicitação, instalação e utilizaão do certificado SSL, bem como prestação de esclarecimentos e dúvidas técnicas e cadastrais.		
	04	**EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL PARA PESSOA JURÍDICA TIPO A1 (e-CNPJ), NO PADRÃO ICP-BRASIL.** 1. Emitido por autoridade certificadora credenciada pela ICP-Brasil; 2. Certificado nível A1, tipo e-CNPJ; 3. Validade de 12 (doze) meses, contados a partir da emissão; 4. Ser aderente às normas do Comitê Gestor da ICP-Brasil; 5. Ser compatível para armazenamento no computador.	Und	**04**
	05	**VISITA EXTERNA PARA VALIDAÇÃO E EMISSÃO DE CERTIFICADOS DIGITAIS** 1. Compreende a realização de visita técnica nas dependências da **CONTRATANTE** com o objetivo de realizar a validação e emissão dos certificados digitais tipo A1, para sistemas/aplicações, e tipo A3, para pessoa física e pessoa jurídica; 2. As visitas para validação e emissão de certificado se darão na sede da **CONTRATANTE**, a qual ocorrerá em dias úteis, no horário das 8h às 17h, no seguinte endereço: **Av. Coronel Teixeira, n.º 7.995, Nova Esperança, CEP. 69037-473, Manaus, Amazonas**; 3. Poderão ser emitidos até oito certificados digitais por visita, no caso de emissões de certificados para pessoa física e para pessoa jurídica; 4. A visita para emissão de certificados para sistemas/aplicações em caso de necessidade, poderão ser realizados individualmente; 5. A **CONTRATANTE** fornecerá a infraestrutura de mobiliário e acesso á internet para a validação, sendo os demais equipamentos e serviços fornecidos pela **CONTRATADA**; 6. Na impossibilidade da emissão dos certificados pela **CONTRATADA**, no período programado para emissão dos certificados, o serviço de visita local não será considerado como prestado, devendo ser reagendado com a **CONTRATANTE**.	Und	**25**
	06	**FORNECIMENTO DE MÍDIA CRIPTOGRÁFICA TIPO TOKEN USB**	Pacote	**500**

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE
		1. Token criptográfico USB capaz de armazenar cert2048ificados, chaves e cadeias de certificados aderentes às normas do Comitê Gestor da ICP-Brasil; 2. Compatível para armazenamento de certificados digitais A3, em conformidade com a ICP-Brasil; 3. Fornecer solução de gerenciamento em português com funções básicas de gestão do PIN e PUK, compatível com Windows 10 ou superior e Mac Os; 4. Possuir capacidade de no mínimo 64Kb de memória; 5. Deverá possuir chassi em plástico rígido e resistente a água; 6. Possuir driver compatível e disponível para o sistema operacional Microsoft Windows 10 ou superior e Mac OS; 7. Deverá ter conectividade compatível com USB tipo A 2.0 (ou superior compatível com 2.0); 8. Permitir conexão direta na porta USB, sem necessidade de interface intermediária para leitura; 9. Suporte à tecnologia de chaves pública/privada (PKI), com geração on-board do par de chaves RSA de, no mínimo, 2048 bits; 10. Permitir a criação de senha de acesso ao dispositivo de no mínimo seis caracteres, ou de acordo com os critérios do **CONTRATANTE**; 11. Permitir criação de senhas com caracteres alfanuméricos; 12. Permitir a geração de chaves, protegidas por PINs (Personal Identification Number); 13. Permitir a inicialização e reinicialização do *token* mediante a utilização de PUK (Pin Unlock Key); 14. Suporte aos principais navegadores de mercado, entre os quais: Internet Explorer, Mozilla Firefox e Google Chrome; 15. O software de gerenciamento do dispositivo deverá ser disponibilizado pela **CONTRATADA** e estar no idioma Português do Brasil, devendo ser compatível com o cliente do **SafeNet Authenticator Client**, permitindo: - Gerenciamento do dispositivo; - Exportação de certificados armazenados no dispositivo; - Importação de certificados em formato PKCS#7 para área de armazenamento do dispositivo, de acordo com a RFC 2315; - Importação de certificados em formato PKCS#12 para área de armazenamento do dispositivo; - Visualização de certificados armazenados no dispositivo; - Remoção de chaves e outros dados contidos no dispositivo após autenticação do titular; - Reutilização de dispositivos bloqueados, por meio de remoção total dos dados armazenados e geração de nova senha de acesso; 16. Garantia mínima de 1 (um) ano, contado a partir do aceite definitivo dos *tokens*;		

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE
		17. Caso o *token* necessite ser substituído ou apresente erro que comprometa o funcionamento do certificado ali armazenado, um novo *token* deverá ser fornecido, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data da notificação feita pelo CONTRATANTE. 18. **Modelo de referência**: Token Criptográfico Safenet eToken 5110.		

2.3. No presente certame **não haverá** itens com participação exclusiva à microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2.3.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior, caso aplicável, fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.3.2. Nos termos do **art. 122, I, do Ato nº 008/2024/PGJ**, **a prioridade de contratação do item 2.3. será dada às microempresas, às empresas de pequeno porte ou aos microempreendedores individuais sediados regionalmente**, assim entendidos os que possuem matriz ou sede de filial no Estado do Amazonas, quando comparecerem ao certame ao menos 3 (três) licitantes enquadrados em tal requisito;

2.3.3. Não cumprida a exigência do subitem 2.3.2., a disputa ocorrerá normalmente entre todas as ofertas apresentadas pelos demais ME's, EPP's ou MEI's;

2.3.4. Ainda que cumprido o requisito do subitem 2.3.2., o Ministério Público não poderá contratar com ME, EPP ou MEI sediado regionalmente se o preço final por ele ofertado for superior a 10% (dez por cento) do melhor lance apresentado na disputa;

2.3.5. a verificação a que se refere o subitem 2.3.2. será efetuada após a etapa de lances do certame, mediante diligência empreendida pelo Pregoeiro, a fim de constatar o local da sede dos participantes que se declararam como ME, EPP ou MEI;

2.4. O critério de julgamento adotado será o **menor preço GLOBAL** observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2.4.1. Na fase de aceitação da proposta, serão observados, como critério de aceitabilidade, os preços unitários máximos estimados para os itens.

2.5. O objeto da futura contratação compreenderá, sobretudo, as especificações constantes do **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 12.2024.DTIC.1415338.2024.019531** (Anexo I deste Edital), sem prejuízo das demais prescrições figuradas no mencionado documento, bem assim na **Minuta de Ata de Registro de Preços (**Anexo II do Edital).

2.6. **As quantidades informadas representam uma estimativa máxima de aquisição**, para fornecimento durante 12 (doze) meses, a partir da data de publicação do extrato da Ata de Registro no PNCP e no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Amazonas – DOMPE, no endereço diario.mpam.mp.br, de acordo com as necessidades desta Procuradoria-Geral de Justiça/AM, podendo ocorrer de forma parcelada.

2.6.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços poderá ser prorrogado, por igual período de 12 (doze) meses, desde que comprovado o preço vantajoso

2.7. As quantidades de que trata o item anterior poderão sofrer acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial constante da Ata de Registro de Preços, Anexo II deste Edital.

2.8. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participante, bem como a eventuais adesões são as que constam neste Edital e na minuta de Ata de Registro de Preços, Anexo II deste Edital.

2.9. Os valores apresentados nos orçamentos e/ou propostas de preço deverão considerar inclusas todas as despesas relativas a frete, taxas, análises, amostras, impostos, licenças, encargos sociais, ou outras que

possam influir direta ou indiretamente nos custos.

2.10. Integra a presente licitação, como parte indissolúvel deste Edital:

a) Anexo I — Termo de Referência nº 12.2024.DTIC.1415338.2024.019531;

b) Anexo II — Minuta da Ata de Registro de Preços;

c) Anexo III — Minuta de Termo de Garantia e Assistência Técnica;

d) Anexo IV — Modelo de Declarações Complementares;

e) Anexo V — Modelo de Proposta de Preços; e

f) Anexo VI — Modelo de Solicitação de Cadastramento – SEFAZ/AM

2.11. Os prazos de garantia e a descrição dos serviços de assistência técnica deverão ser prestados em conformidade com o **Item "3" do TERMO DE REFERÊNCIA Nº 12.2024.DTIC.1415338.2024.019531,** com as disposições da **Minuta de Ata de Registro de Preços** e **Minuta do Termo de Garantia e Assistência Técnica,** Anexos I, II e III, respectivamente, deste instrumento convocatório.

3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. A despesa decorrente da contratação do objeto deste Pregão, quando efetivada, deverá recair por conta dos recursos específicos consignados no orçamento da PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, nas seguintes classificações orçamentárias:

3.1.1. Fonte de Recurso: 1.500.100 - Recursos não Vinculados de Impostos; 03.122.0001.2001.0001 - Administração da Unidade; Elemento: 3390.40 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica; **Subelemento:** 3390.40.13 - Emissão de Certificados Digitais.

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. As empresas interessadas em participar do certame deverão providenciar, previamente, o credenciamento perante o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil

4.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao SICAF, onde também deverão informar-se à respeito do seu funcionamento, regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

4.1.2. O credenciamento da licitante, bem como a sua manutenção, dependerá de registro cadastral atualizado no **SISTEMA DE CADASTRAMENTO UNIFICADO DE FORNECEDORES – SICAF**, em seu nível básico, que também será requisito obrigatório para fins de habilitação.

4.1.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

4.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou do **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** (entidade promotora da licitação) por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.3. É de responsabilidade do Cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.3.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

5. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, legalmente constituídos, desde que atendam às condições exigidas deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação exigida, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

5.1.1. **A licitante deverá declarar em campo próprio do sistema eletrônico a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte**, para os fins previstos na Lei Complementar nº. 123/06.

5.1.1.1. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.1.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

5.2. O licitante deverá estar devidamente credenciado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

5.3. O licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

5.4. Será exigida do licitante **Declaração de Elaboração Independente de Proposta**, a qual será feita no campo do sistema *Comprasnet* destinado para tanto.

5.5. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva da licitante, não sendo o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, em nenhum caso, responsável pelos mesmos, inclusive, pelas transações que forem efetuadas em nome do participante no Sistema Eletrônico ou por eventual desconexão.

5.6. **Não poderá participar, direta ou indiretamente**, desta licitação ou da execução dos serviços e do fornecimento de bens a eles necessários:

5.6.1. Os interessados que não atendam às condições deste Edital e seus anexos;

5.6.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

5.6.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

5.6.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

5.6.4.1. O impedimento de que trata o item 5.6.4. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

5.6.4.2. Nos termos do art. 42 do Ato nº 008/2024/PGJ "*É vedado ao Ministério Público contratar com pessoas físicas ou jurídicas que em regular processo administrativo foram declaradas impedidas de licitar e contratar com a administração pública direta ou indireta, nas esferas federal, estadual ou municipal, assim como com pessoas físicas ou jurídicas que*

estão impedidas de contratar com o Poder Público em decorrência de condenação judicial por atos de improbidade administrativa."

5.6.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

5.6.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

5.6.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

5.6.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

5.6.8.1. A vedação de que trata o item 5.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

5.6.8.2. É vedada a contratação, durante a vigência do contrato, da prestação de serviço por empregados de empresas fornecedoras de mão de obra que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato (art. 48, parágrafo único, da Lei de Licitações n. 14.133/2021), de membro ou de servidor do MPAM, nela compreendido o ajuste mediante o acolhimento recíproco para a prestação de serviço entre os Ministérios Públicos ou entre esses e órgãos da Administração Pública direta e indireta dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como é vedada a realização, manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que tenha entre seus empregados colocados à disposição do Ministério Público para o exercício de funções de chefia, pessoas que incidam nas vedações constantes na Resolução n. 177, de 5 de julho de 2017, do Conselho Nacional do Ministério Público. (Art. 42, §4º do Ato nº 008/2024/PGJ)

5.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

5.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

5.6.11. Interessado que se encontre em processo de Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial (conforme Lei nº. 11.101/05), salvo decisão judicial em contrário, concurso de credores, insolvência, dissolução, liquidação, fusão, cisão, incorporação, ou em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, salvo devidamente justificado;

5.6.12. Interessado(s) em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, em razão da baixa complexidade de execução do objeto.

5.6.13. Empresa estrangeira não autorizada a funcionar no País e que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

5.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 5.6.2 e 5.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

5.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

5.9. O disposto nos itens 5.6.2 e 5.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

5.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

5.11. A **declaração falsa** relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta **sujeitará o licitante às sanções** previstas neste Edital.

6. DO ENVIO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

6.1.1. Levando-se em conta as nuances do objeto, somente será admitida proposta para o quantitativo total estimado para cada item.

6.2. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 7.1.1 e 7.12.1 deste Edital.

6.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

6.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

6.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

6.3.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

6.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

6.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

6.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

6.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 6.3. ou 6.5. sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

6.7. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

6.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.9. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

6.10. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.11. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

6.12. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

6.13. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

6.14. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

6.14.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

6.14.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

6.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

6.15.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

6.15.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

6.16. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 6.14. possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

6.17. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

6.18. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos (no que couber):

7.1.1. Valor unitário e total do item;

7.1.2. Marca;

7.1.3. Fabricante;

7.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do

registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso, **sem identificação da licitante**;

7.1.4.1. Não serão aceitas propostas escritas contendo especificações que não contenham as informações necessárias à perfeita caracterização do objeto e suas especificidades, bem como especificações vagas e incompletas.

7.2. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

7.3. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.4. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

7.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7.7. O **prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

7.8. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais/estaduais, quando participarem de licitações públicas.

7.8.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 7.8.

7.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7.10. O CNPJ da proponente, empresa cadastrada no SICAF e habilitada na licitação, deverão ser o mesmo para efeito de emissão das notas fiscais e posterior pagamento.

7.11. Serão irrelevantes quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas, ou Anexos não solicitados, considerando-se que pelo preço proposto, a empresa obrigar-se-á a executar os serviços/entregar os produtos descritos neste Edital.

7.12. Para efeito de elaboração das propostas, caso haja divergência entre a especificação contida neste Edital e a no sistema SIASG, prevalecerá a descrita neste Edital.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

8.2.1. Também será desclassificada a licitante que no momento do preenchimento do campo de ***"descrição detalhada do objeto ofertado"*** no Sistema Comprasnet identifique sua empresa, o que não

se confunde com a proposta inicial juntada ao Sistema e a proposta final/reajustada após convocação pelo Pregoeiro.

8.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

8.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor **UNITÁRIO do ITEM.**

8.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.7. O licitante somente poderá oferecer lance de **valor inferior ou percentual de desconto superior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.8. **O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R$ 0,05 (cinco centavo)**.

8.9. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances (quando implementado).

8.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

8.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

8.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "**ABERTO**", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

8.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

8.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

8.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "**ABERTO E FECHADO**", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

8.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

8.13.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.13.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

8.13.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.13.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

8.14. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "**FECHADO E ABERTO**", poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

8.14.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no **item 8.14**, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

8.14.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.14.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.14.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

8.14.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

8.14.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

8.15. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

8.16. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente ao Órgão Gestor do Sistemas de Compras do Governo Federal.

8.16.1. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

8.17. **Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar**.

8.18. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados através do sistema, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada à identificação do licitante.

8.19. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.20. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.21. O **critério de julgamento adotado será o menor preço GLOBAL**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

8.22. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.23. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

8.23.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.23.2. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.23.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.23.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.24. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

8.24.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem

8.24.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

8.24.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

8.24.1.2.1. nos termos do §6º do Ato n.º 008/2024/PGJ, alterado pelo Ato n.º 204/2024/PGJ, para os fins do inciso II do art. 60 da Lei nº. 14.133/21, a avaliação do desempenho contratual prévio das licitantes será realizada por meio de consulta às ocorrências lançadas no Registro Cadastral do licitante, nos últimos 5 (cinco) anos, de acordo com a seguinte métrica:

a) as ocorrências identificadas serão somadas de acordo com a seguinte escala de pontuação: 1 (um) ponto por advertência; 10 (dez) pontos por multa; 100 (cem) pontos por impedimento/suspensão; 1000 (mil) pontos por declaração de inidoneidade;

b) o licitante que registrar a menor pontuação vence a disputa.

8.24.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento.

8.24.1.3.1. nos termos do § 6º do Ato n.º 008/2024/PGJ, alterado pelo Ato n.º 204/2024/PGJ, para os fins do inciso III do art. 60 da Lei nº. 14.133/21, o Agente de Contratação observará, no que couber, o disposto no Decreto Federal nº 11.430, de 8 de março de 2.023.

8.24.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

8.24.1.4.1. nos termos do § 6º do Ato n.º 008/2024/PGJ, alterado pelo Ato n.º 204/2024/PGJ, para os fins do inciso IV do art. 60 da Lei nº. 14.133/21, os licitantes deverão apresentar programa de integridade elaborado segundo as diretrizes dos Tribunais de Contas ou Ministério Público, que poderá ser submetido à análise da unidade de controle interno do órgão.

8.24.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

8.24.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

8.24.2.2. empresas brasileiras;

8.24.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.24.2.3.1. nos termos do § 6º do Ato n.º 008/2024/PGJ, alterado pelo Ato n.º 204/2024/PGJ, para os fins do inciso III do §1º do art. 60 da Lei n. 14.133/21, as licitantes deverão apresentar documentos que comprovem o atendimento do requisito;

8.24.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

8.24.3. Se o empate continuar após as medidas do item 8.24.2, o Pregoeiro procederá com um sorteio ao vivo.

8.24.3.1. Os licitantes empatados serão notificados do local, data e hora do sorteio por meio de chat e avisos do sistema.

8.24.3.2. A presença dos licitantes no sorteio é opcional.

8.24.3.3. O não comparecimento do licitante não impede a realização do sorteio nem invalida o resultado.

8.24.3.4. O sorteio será realizado em ato público, aberto a todos os interessados, que será gravado e transmitido ao vivo, com os seguintes métodos:

8.24.3.4.1. O sorteio será realizado utilizando um globo giratório que permita a visualização de seu interior contendo bolas numeradas correspondentes aos licitantes empatados.

8.24.3.4.2. A cada licitante será atribuída uma bola numerada que será inserida no globo giratório.

8.24.3.4.3. O globo giratório será girado manualmente por um membro da Comissão de Licitação para garantir a aleatoriedade do sorteio.

8.24.3.4.4. Após a rotação adequada, uma bola será selecionada aleatoriamente do globo giratório.

8.24.3.4.5. O número na bola selecionada corresponderá ao licitante vencedor do desempate.

8.24.3.4.6. O resultado será documentado em ata, assinado pelos licitantes presentes e pela Comissão de Licitação, e anexado ao processo para consulta de todos os interessados.

8.25. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

8.25.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

8.25.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.26. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

9.1. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, **no prazo máximo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada**, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

9.1.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo

9.2. Na proposta vencedora a ser enviada posteriormente deverá constar, conforme modelo do **Anexo V**:

a) Os os valores, os preços e os custos utilizados terão como expressão monetária a moeda corrente nacional (art. 13º, I, da Lei nº 14.133/2021). Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço total, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

a.1.) Não será admitido nos preços o fracionamento de centavo que ultrapassar duas casas decimais, desprezando-se sumariamente a fração remanescente;

a.2.) No preço deverão estar incluídas todas as despesas que influam no custo, tais como: impostos, transportes, seguros, taxas e outras despesas necessárias ao fornecimento dos materiais e à execução dos serviços correspondentes;

a.3.) Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

b) **Prazo de validade da proposta de, no mínimo, 90 (noventa) dias corridos**, a contar da data;

c) Especificações claras, completas e minuciosas, com detalhes do objeto ofertado, inclusive marca, modelo, tipo e referência, no que couber, observadas as especificações mínimas e quantitativos contidos neste Edital e anexos;

d) A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação;

e) Prazo de entrega: Os **prazos para a entrega encontram-se disciplinados no "Item 6" do TERMO DE REFERÊNCIA Nº 12.2024.DTIC.1415338.2024.019531**.

f) Prazo de garantia/assistência técnica: Conforme **Item 4** do **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 12.2024.DTIC.1415338.2024.019531**.

g) Modo de envio/transporte das mercadorias/equipamentos: se por meio terrestre/rodoviário, aéreo, ou de outra forma. Quando aéreo, dizer se por encomenda normal ou expressa. E quando por outro meio, especificar claramente a forma de entrega.

h) Os seguintes dados da licitante: Razão Social, endereço, telefone/fax, número do CNPJ/MF, *e-mail*, se houver, Banco, agência, número da conta-corrente e praça de pagamento;

i) Nome, CNPJ ou CPF dos **3 (três) principais integrantes do quadro societário da licitante,** assim compreendidos aqueles que detenham maior parcela das cotas societárias ou o poder de gestão da sociedade;

j) Contato para fins de faturamento: (indicar o nome, cargo, endereço, telefone, fax, *e-mail* de contato do responsável pelo recebimento das futuras notas de empenho);

k) Quando solicitada pelo Pregoeiro, **documentação técnica (manuais, catálogos ou prospectos)**, com as características detalhadas (marca, modelo, cor, tipo de material e medidas) e imagens ilustrativas dos produtos propostos, que possibilitem a completa averiguação de

conformidade com as especificações, visando facilitar a avaliação a ser realizada por técnicos deste Órgão.

9.3. As **Declarações Complementares, referentes ao Anexo IV do Edital**, observado as exigências mínimas do Termo de Referência, deverão ser efetuadas no momento da elaboração e envio da proposta pelos fornecedores, em seu próprio conteúdo ou documento apartado, sendo elas:

a) Cumpro plenamente os requisitos de requisitos de habilitação, ciente de que respondo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

b) Em atenção **item 5.6.** e **art. 14.º e seus incisos da Lei n.º 14.133/2021**, não está impedido de participar direta ou indiretamente desta licitação, e ainda, que não possuo sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas e de sua CPL;

c) Que recebi o edital e todos os documentos que o integram, dispondo de todos os elementos e informações necessários à elaboração da proposta de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação;

d) Que os documentos e declarações apresentados são fiéis e verdadeiros;

e) Que, caso seja vencedor do certame e não cadastrado no SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE da SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ-AM, encaminhará a CONTRATANTE os documentos necessários para efetuar o referido cadastramento no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da adjudicação, sob pena de perder o direito de preferência à contratação em favor dos demais licitantes subsequentes, sem prejuízo da possibilidade de responder a procedimento administrativo de responsabilização (PAR) por eventual retardamento da licitação;

f) Que o preço inclui além do lucro, todos os custos e despesas, com tributos incidentes e encargos devidos, materiais, serviços, transporte, a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, bem como quaisquer outras despesas diretas e indiretas incidentes na prestação de serviços;

9.4. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

9.4.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

9.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

9.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na *internet*, após a homologação.

10. DA FASE DE JULGAMENTO

10.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se a licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no **item 5.6.** do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep).

10.1.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992.

10.1.2. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)

10.1.3.1.A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

10.1.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

10.1.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

10.1.3. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

10.1.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os **itens 2.2.1 e 6.5** deste edital.

10.1.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos **itens 10.4 e 10.5** deste Edital.

10.2. A proposta e documentação, se necessário, **será analisada pela equipe do Setor de Infraestrutura e Telecomunicações - SIET**, para fins de verificação do atendimento às características e exigências reclamadas no edital e anexos.

10.3. **Será desclassificada a proposta ou lance vencedor que, ressalvado o disposto no subitem 10.8. deste Edital**:

10.3.1. contiver vícios insanáveis;

10.3.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Edital e seus anexos;

10.3.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

10.3.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

10.3.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável;

10.3.6. Também será DESCLASSIFICADA a licitante que no momento do preenchimento do campo de ***"Descrição detalhada do objeto ofertado"*** no Sistema Comprasnet identifique sua empresa, o que não se confunde com a proposta inicial juntada ao Sistema e a proposta final e reajustada após convocação pelo Pregoeiro.

10.4. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

10.4.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

10.4.1 1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

10.4.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

10.5. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

10.5.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

10.5.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme

planilha anexa ao edital;

10.5.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

10.5.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

10.6. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

10.6.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

10.7. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

10.7.1. Verificada a presença de erros sanáveis na proposta de preços, o Pregoeiro ou Administração poderá realizar diligência junto à Licitante para a devida correção apenas das falhas apontadas, limitado a 3 (três) oportunidades, vedada a juntada de documento novo.

10.7.2. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

10.7.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

10.8. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **24 (vinte e quatro)** horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata, caso não seja informada na sessão a nova data de reabertura.

10.9. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, **no prazo máximo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta**.

10.9.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no "chat" pelo licitante, antes de findo o prazo.

10.9.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

10.10. **DA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS.** Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, ou quando solicitado pelo Pregoeiro, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência e Edital, sob pena de não aceitação da proposta.

10.10.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

10.10.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

10.10.3 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

10.10.4. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

10.10.5. Se o Termo de Referência não dispor sobre o trâmite da apresentação da amostra, caso seja solicitada a apresentação pelo Pregoeiro, o licitante classificado em primeiro lugar deve apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de **05 (cinco) dias úteis** contados da solicitação, observando-se:

10.10.5.1. Para avaliação da qualidade, os bens recebidos serão sujeitos à testes de aceitação. Após o qual, emitirá um relatório completo dos testes efetuados, devidamente assinado. Quando não estabelecido o procedimento no Termo de Referência, os testes serão constituídos das seguintes fases:

a) Abertura das embalagens;

b) Comprovação de que os materiais atendem às especificações mínimas exigidas ou superiores oferecidas;

c) Colocação de amostra dos bens em funcionamento; e

d) Testes funcionais de configuração e desempenho deles.

10.10.5.2. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário da realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

10.10.5.3. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

10.10.5.4. No caso de não haver entrega da amostra ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

10.10.5.5. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

10.10.5.6. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

10.10.5.7. Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser **recolhidas pelos licitantes no prazo de 10 (dez) dias corridos,** após o qual poderão ser descartadas ou incorporadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

10.10.5.8. Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

10.11. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

10.12. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

10.13. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

10.14. A apresentação da proposta implicará a plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, bem como, todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

10.15. Quando da proposta de preços não constar quaisquer das declarações complementares, os prazos previstos, quer sejam os de garantia, validade dos produtos, validade da proposta ou de entrega, entender-se-á que estão aceitos os constantes do Edital.

10.16. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

10.17. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos, podendo ser consultado acerca da manutenção dos preços ofertados.

11. DA HABILITAÇÃO

11.1. Os documentos previstos no Termo de Referência e neste Edital, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

11.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

11.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

11.3. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

11.3.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

11.4. **Todos os documentos enviados eletronicamente deverão ser enviados em original, ou por cópia autenticada, devidamente assinado(s) pelo(s) representante(s) legal(is) no dia subsequente ao do resultado da habilitação, impreterivelmente, sob pena de desclassificação**, observado o disposto no **item 25.8.** e seguintes, à Comissão Permanente de Licitação da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, Av. Coronel Teixeira, 7.995, Nova Esperança II, CEP: 69037-473.

11.4.1. Caso a autenticação do documento ou o próprio documento esteja em formato digital, com assinatura por certificado digital, padrão ICP-Brasil, ou ainda torne possível sua convalidação em sítio eletrônico de autoridade certificadora oficial e/ou cartório digital respectivo, a licitante está dispensada da obrigação do item anterior.

11.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

11.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

11.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

11.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas

assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

11.9. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

11.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

11.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

11.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

11.11. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

11.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **02 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

11.11.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

11.12. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

11.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

11.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

11.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64):

11.13.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

11.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

11.14. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro ou a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

11.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

11.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

11.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

11.18. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

11.19. Os documentos necessários à habilitação deverão estar com prazo vigente, à exceção daqueles que por sua natureza, não contenham validade, e poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por servidor da CPL, ou por publicação em órgãos da imprensa oficial, **não sendo aceitos "protocolos" ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos neste Edital**.

11.20. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

11.20.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

11.21. Ressalvado o disposto no subitem **6.3.**, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

11.22. Relativos à Habilitação Jurídica:

11.22.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

11.22.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio http://www.portaldoempreendedor.gov.br;

11.22.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

11.22.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

11.22.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

11.22.6. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

11.22.7. Os documentos relativos à Habilitação Jurídica indicados, deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

11.23. Relativo à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

11.23.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

11.23.2. Prova de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

11.23.3. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

11.23.4. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho;

11.23.5. Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme declaração do sistema;

11.23.6. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

11.23.7. A aceitação de certidões emitidas via *internet* ficará sujeita à confirmação de sua validade mediante consulta *on line* ao cadastro emissor respectivo.

11.23.8. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais/municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

11.23.9. Os documentos referidos nos subitens acima poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico (§1.º, art. 68, da Lei 14.133/21);

11.23.10. A comprovação de atendimento do disposto nos subitens 11.23.2, 11.23.3 e 11.23.11. deverá ser feita na forma da legislação específica (§2.º, art. 68, da Lei 14.133/21);

11.24. Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

11.24.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, podendo ser apresentado de acordo com o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED – Decreto Federal n.º 6.022/2007), que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

11.24.1.1. O Balanço apresentado deverá cumprir as seguintes formalidades:

a) Indicação do número das páginas e números do livro onde estão inscritos o balanço patrimonial e a DRE (Demostração do Resultado do Exercício) no Livro Diário. Além do acompanhamento do respectivo Termo de Abertura e Termo de Encerramento do mesmo;

b) Assinatura do contador e do titular ou representante legal da empresa no balanço patrimonial e DRE (pode ser feita digitalmente);

c) Prova de registro na Junta Comercial ou Cartório (devidamente carimbado, com etiqueta, chancela da Junta Comercial ou código de registro).

11.24.1.2. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);

11.24.1.3. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

11.24.1.4. Quando solicitado ou autorizado pelo Pregoeiro, será permitido apresentação de balanço intermediário, desde que se decorra de lei ou contrato social/estatuto social da Licitante.

11.24.1.5. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

11.24.2. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo 10% do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

11.24.3. Certidões Negativas de Falência e Recuperação Judicial (conforme Lei nº 11.101/05), expedida pela Central de Certidões do Tribunal de Justiça ou órgão equivalente do domicílio ou da sede do licitante, **expedida até 90 (noventa) dias antes da abertura desta licitação**, quando do documento não constar data expressa de validade;

11.24.3.1 Onde não houver **CENTRAL DE CERTIDÕES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, deverá ser apresentada Certidão emitida pela **SECRETARIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA** ou órgão equivalente do domicílio ou da sede do licitante constando a quantidade de Cartórios Oficiais de Distribuição de Pedidos de Falência e Recuperação Judicial (conforme Lei nº 11.101/05), devendo ser apresentadas Certidões expedidas na quantidade de cartórios indicadas no respectivo documento, no prazo referido no item **11.24.3.**;

11.24.3.2. Caso os prazos de validade não constem expressamente das certidões, serão considerados para esse fim, o prazo descrito no subitem **11.24.3**. deste instrumento convocatório.

11.24.4. Os documentos referidos no item **11.24. e subitens** limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos

11.25. Relativos à Qualificação Técnica

11.25.1. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme campo próprio do sistema;

11.25.2. **Apresentação Atestado de Capacidade Técnica** (Art. 67, II, da Lei 14.133/21) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) que a empresa licitante tenha executado/entregue, a contento, serviços/materiais de natureza e vulto compatíveis com o presente objeto, que permitam estabelecer, por comparação, proximidade de características funcionais técnicas, dimensionais, quantitativas e qualitativas com o objeto do presente Edital, sendo aceitável a soma de atestados para a comprovação desse quantitativo, conforme Termo de Referência.

11.25.2.1. No caso de pessoa jurídica de direito público, o(s) atestado(s) ou certidão (ões) deverá (ão) ser assinado(s) pelo responsável do setor competente do órgão;

11.25.2.2. No caso de pessoa jurídica de direito privado, o(s) atestado(s) deverá(ão) conter dados suficientes para identificação civil do declarante, com referência ao cargo/função que ocupa na empresa.

11.25.2.3. A ausência de apresentação de atestado claro, legível e idôneo, em não conformidade com este Edital, será motivo de inabilitação, a critério do Pregoeiro.

11.26. Disposições Gerais da Habilitação:

11.26.1. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado: (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

11.26.2. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, **o pregoeiro considerará o proponente inabilitado**, sendo convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim **sucessivamente**, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

11.26.3. Sob pena de inabilitação os documentos apresentados deverão estar em nome da licitante, com o nº do CNPJ e o endereço respectivo, conforme segue:

11.26.3.1. se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e

11.26.3.2. se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial.

11.11.3.3. no caso dos subitens anteriores, serão dispensados da filial aqueles documentos que COMPROVADAMENTE, forem emitidos SOMENTE em nome da matriz, e vice-versa.

11.26.4. Caso os prazos de validade não constem expressamente das certidões apresentadas, será considerado para esse fim, o prazo descrito no subitem **11.24.3**. deste instrumento convocatório.

11.27. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal para microempresas e empresas de pequeno porte, lhes será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do momento em que o licitante for declarado vencedor, prorrogáveis por igual período, a requerimento da interessada e a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

11.27.1. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

11.28. Para fins de julgamento da habilitação no certame, considerar-se-á vigente o documento com prazo de validade, pelo menos, até a data de abertura da licitação.

11.29. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

11.30. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45, da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

11.31. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

11.31.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

11.32. Atendidas as exigências habilitatórias fixadas neste Edital, o licitante será declarado **vencedor**, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame, caso não haja interposição de recursos, encaminhando-se, em seguida os autos à autoridade competente para homologação.

11.33. Da sessão pública será lavrada ata circunstanciada, que mencionará todos os licitantes, a classificação dos lances, bem como as ocorrências que interessarem ao julgamento desta licitação.

12. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

12.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

12.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

12.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

12.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

12.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

12.3.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

12.3.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **3 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.4. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.5. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de **3 (três) dias úteis**, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.6. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.7. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.8. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**, localizada na Av. Coronel Teixeira, n.º 7.995, Nova Esperança, CEP.: 69037-473, nos dias úteis, no horário das 8h às 14h (horário local).

12.8.1. Os interessados poderão solicitar cópia dos autos por meio do e-mail licitacao@mpam.mp.br

12.9. Não serão providos recursos de caráter protelatório, fundada em mera insatisfação da licitante, podendo ainda ser aplicado, supletiva e subsidiariamente, no que couberem, as regras previstas na Lei n.º 13.105/2015 (Código de Processo Civil).

12.10. A alegação de preço inexequível por parte de uma das licitantes com relação à proposta de preços de outra licitante deverá ser devidamente comprovada.

12.11. A sessão pública do pregão somente será concluída após declarado o vencedor do certame e encerrado o prazo para manifestação de intenção de interposição de recurso, cabendo aos licitantes permanecerem conectados ao sistema até o final desta etapa.

12.12. Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor.

13. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

13.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

13.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

13.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

13.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

13.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou ainda, *e-mail*, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

13.2.2. A convocação feita por *e-mail* dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

14. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

14.1. O objeto da licitação será adjudicado e homologado ao licitante declarado vencedor pela autoridade competente.

14.2. Homologado o resultado, o adjudicatário, quando convocado, terá o **prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis**, para celebrar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, devendo manter as condições de habilitação exibidas na licitação.

14.2.1. Se o vencedor do certame não apresentar situação regular no ato da assinatura do contrato (ou retirada do instrumento equivalente), ou recusar-se a assiná-lo, ou sobrevier fato impeditivo de sua celebração, a sessão será retomada e os demais licitantes chamados, procedendo-se na forma do item **10.11**., sem prejuízo das sanções cabíveis.

14.2.2. O vencedor do certame deverá apresentar ao órgão interessado, antes da assinatura do contrato (ou retirada do instrumento equivalente), nova proposta de preços escrita, com a devida recomposição dos custos unitários decorrentes da diminuição dos valores na fase de lances.

14.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15. DOS PRAZOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

15.1. As informações suficientes à execução do objeto constituem os **ITENS 6** do **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 12.2024.DTIC.1415338.2024.019531 (**Anexo I deste Edital), destacando-se que o **prazo máximo de entrega** do objeto solicitado **não será superior a 30 (trinta) dias consecutivos**, contados do primeiro dia útil subsequente ao do recebimento da respectiva Nota de Empenho e da Ordem de Serviço pela empresa FORNECEDORA.

15.1.1. A futura CONTRATADA/FORNECEDORA será responsável pelo pelo transporte dos materiais, desde o local da embalagem até a sua entrega, a qual ocorrerá em dias úteis, no seguinte endereço: Avenida Coronel Teixeira nº 7995, Bairro Nova Esperança II, CEP 69037-473, Manaus, Amazonas.

15.1.2. A entrega dos materiais permanentes deverá ser previamente agendada com o **SETOR DE PATRIMÔNIO E MATERIAL – SPAT** pelo telefone (92) 3655-0767;

15.1.3 A entrega dos materiais de consumo deverá ser encaminhada ao **SETOR DE INFRAESTRUTURA E TELECOMUNICAÇÕES – SIET**.

15.2. O recebimento dos materiais/serviços será realizado pela fiscalização da CONTRATANTE, conforme o **item 7** do **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 12.2024.DTIC.1415338.2024.019531.**

15.3. Será firmado um Termo de Garantia e Assistência Técnica (Anexos III do Edital) com vigência mínima prevista no **item 4** do **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 12.2024.DTIC.1415338.2024.019531.**

16. DOS PRAZOS E CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

16.1. Após homologação do resultado desta licitação, a PGJ, através da **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**, convocará o vencedor do certame para cumprimento das exigências pertinentes à assinatura da Ata de Registro de Preços, o que deverá, obrigatoriamente, ser atendido **no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis**, a partir da convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

16.1.1. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente justificado e aceito.

16.1.2 Para assinar a Ata de Registro de Preços, o representante legal da empresa deverá apresentar procuração e/ou contrato social e cédula de identificação.

16.1.3. Ao assinar a Ata de Registro de Preços, a empresa adjudicatária obriga-se a fornecer/executar os bens/serviços a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste Edital, em seus Anexos e também na proposta apresentada.

16.1.4. O compromisso de fornecimento será formalizado mediante a assinatura da Ata de Registro de Preços pelo fornecedor.

16.2. Na assinatura do contrato ou da Ata de Registro de Preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato e/ou da Ata de Registro de Preços (Art. 92, XVI, da Lei 14.133/21).

16.3. Se o vencedor da licitação não fizer a comprovação referida no subitem anterior, ou quando, injustificadamente, recusar-se a assinar o contrato ou a Ata de Registro de Preços, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar o contrato ou a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no contrato e das demais cominações legais.

16.4. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-as as sanções legais cabíveis.

16.5. A empresa que tenha seu preço registrado obrigar-se-á a cumprir as condições dispostas na ata de registro de preços, aplicando-o ao quantitativo solicitado pela Administração.

16.6. Na hipótese da empresa vencedora ter seu registro cancelado ou não firmar a contratação no prazo e condições estabelecidos, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições do Edital. Nessa hipótese, a Administração deverá negociar com o fornecedor convocado quanto ao preço ofertado, visando manter as condições mais vantajosas do Registro de Preços.

16.7. Nos termos do art. 6º do Decreto n º 40.674/2019, a Ata de Registro de Preços poderá ser assinada por certificação digital ou mediante assinatura eletrônica via Sistema Eletrônico de Informação - SEI, conforme disposição do ATO Nº 141/2017/PGJ.

16.8. Para fins do atendimento do disposto no item anterior, antes da assinatura da Ata de Registro de Preços – ARP, será solicitado do representante da fornecedora o preenchimento de cadastro disponível no endereço eletrônico: https://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0 e envio dos seguintes documentos:

I – Documento de identidade;

II – Cadastro de Pessoa Física – CPF;

III – Comprovante de residência atualizado;

IV – Ato constitutivo e suas alterações, devidamente registrados; e

V – Ato de nomeação ou eleição de dirigentes ou procuração, quando for o caso, devidamente registrados.

16.8.1. Será dispensado da apresentação dos documentos referidos o representante que já os tiver enviado durante a sessão pública do pregão.

16.9. O uso da senha de acesso ao Sistema Eletrônico de Informação - SEI é de inteira e exclusiva responsabilidade da licitante, incluindo qualquer acesso efetuado diretamente ou por seu representante, não cabendo ao MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS, promotora da licitação, qualquer responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

17. DA VALIDADE, CONTROLE E CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

17.1. A **Ata de Registro de Preços** terá vigência de 12 (doze) meses, contados da publicação no PNCP e Imprensa Oficial, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso**.**

17.2. Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, decorrentes das situações previstas na alínea "d", do inciso II, do art. 124, da Lei nº. 14.133/21, ou de redução dos preços praticados no mercado.

17.2.1. Ainda que comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d", do inciso II, do art. 124, da Lei nº. 14.133/21, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar novo processo licitatório.

17.2.2. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o PROPONENTE registrado será convocado pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** para a devida alteração do valor registrado na Ata.

17.3. O PROPONENTE terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurando o contraditório e a ampla defesa:

17.3.1. A pedido, quando:

17.3.1.1. Comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

17.3.1.2. O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado, dos insumos que compõem o custo das aquisições.

17.3.2. Por iniciativa do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS, quando:

17.3.2.1. O fornecedor não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

17.3.2.2. Perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

17.3.2.3. Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

17.3.2.4. Não cumprir as obrigações decorrentes da ata de registro de preços;

17.3.2.5. Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da Ata de Registro de Preços;

17.3.2.6. Caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na ata de registro de preço ou nos pedidos dela decorrentes.

17.4. Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a PROCURADORIAGERAL DE JUSTIÇA fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preço e informará aos proponentes a nova ordem de registro.

17.5. A Ata de Registro de Preço, decorrente desta licitação, será cancelada automaticamente:

17.5.1. Por decurso de prazo de vigência.

17.5.2. Quando não restarem fornecedores registrados.

17.6. Toda vez que for constatado, através de pesquisa de preços realizada pelo **SETOR DE COMPRAS E MATERIAIS – SCS**, que os valores constantes na Ata de Registro de Preços estão divergentes daqueles praticados no mercado, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** poderá:

17.6.1. Cancelar os itens com preços registrados cujos valores estejam acima dos preços praticados no mercado;

17.6.2. Promover ajustes dos preços registrados na hipótese de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos casos previstos na alínea "d", do inciso II, do art. 124, da Lei nº. 14.133/21, mediante comprovação oficial, fundamentada e aceita pelo Ministério Público do Estado do Amazonas.

17.7. Os pedidos de prorrogação de prazo de entrega de bens ou serviços, sempre por escrito, deverão ser encaminhados com **antecedência mínima de 1 (um) dia do respectivo vencimento**, com a devida documentação comprobatória dos fatos alegados, sob pena de não apreciação dos pedidos por inépcia.

17.8. Os pedidos de alteração de marca e/ou modelo do objeto registrado deverão ser protocolados **em até 5 (cinco) dias após o recebimento da Nota de Empenho**, com a devida documentação comprobatória dos fatos alegados, sob pena de não apreciação dos pedidos por inépcia.

17.9. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem, observados os seguintes requisitos:

I - apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

II - demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei 14.133/21;

III - prévias consulta e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor.

17.10. Os órgãos e entidades que não participarem do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao Órgão Gerenciador da Ata para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

17.11. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da Ata, assumidas com o Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes.

17.12. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item, observarão os seguintes limites:

I – o quantitativo, por órgão ou entidade, não poderá exceder a 50% (cinquenta por cento) do quantitativo do item registrado na ata de registro de preços; e

II – o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

17.13. Todas as comunicações com as empresas detentoras da Ata de Registro dar-se-ão por meio dos *e-mails* e dados contidos, especialmente, na Proposta de Preços em conjunto ao SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

18. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

18.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

18.1.1. O adjudicatário **terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar o instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

18.1.1.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da adjudicatária, mediante correspondência eletrônica no *e-mail* constante da proposta, para que seja assinado eletronicamente pelo Sistema SEI ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

18.1.1.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração;

18.1.1.3. Nos termos do art. 6º, do Decreto n º 40.674/2019, o termo contratual ou instrumento equivalente poderá ser assinado por certificação digital ou mediante assinatura eletrônica via Sistema Eletrônico de Informação - SEI, conforme disposição do ATO Nº 141/2017/PGJ;

18.1.1.3.1. O uso da senha de acesso ao Sistema Eletrônico de Informação - SEI é de **inteira e exclusiva responsabilidade da licitante**, incluindo qualquer acesso efetuado diretamente ou por seu representante, não cabendo ao MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS, promotora da licitação, **qualquer responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.**

18.1.1.4. Para fins do atendimento do disposto no item anterior, antes da assinatura da Ata de Registro de Preços – ARP, será solicitado do representante da fornecedora o preenchimento de cadastro disponível no endereço eletrônico: https://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0 e envio dos seguintes documentos:

I – Documento de identidade;

II – Cadastro de Pessoa Física – CPF;

III – Comprovante de residência atualizado;

IV – Ato constitutivo e suas alterações, devidamente registrados; e

V – Ato de nomeação ou eleição de dirigentes ou procuração, quando for o caso, devidamente registrados.

18.1.1.5. Será dispensado da apresentação dos documentos referidos o representante que já os tiver enviado durante a sessão pública do pregão.

18.1.1.6. Ao assinar o termo contratual ou instrumento equivalente, a empresa adjudicatária obriga-se a fornecer/executar os bens/serviços a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste Edital, em seus Anexos e também na proposta apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições do Edital;

18.2. O aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

18.2.1 A referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

18.2.2. a CONTRATADA se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital e seus Anexos;

18.2.3. a CONTRATADA reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigo 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021, e reconhece os direitos da Administração previsto no artigo 139 da mesma Lei.

18.3. Os bens/serviços objeto desta licitação, deverão contar com garantia e assistência técnica do fabricante ou pela assistência técnica autorizada, devendo atender ao prazo de garantia exigido para cada item, conforme especificado no **item 4 do TERMO DE REFERÊNCIA Nº 12.2024.DTIC.1415338.2024.019531.**

18.4. Previamente à contratação, a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

18.5. Na assinatura do contrato ou da Ata de Registro de Preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no Edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da Ata de Registro de Preços.

18.6. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no Edital ou se recusar a assinar o contrato ou a Ata de Registro de Preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a Ata de Registro de Preços.

19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

19.1. As obrigações da contratada constituem o **Item 9 do TERMO DE REFERÊNCIA N.º 12.2024.DTIC.1415338.2024.019531 (**Anexo I deste Edital).

19.2. Se a licitante vencedora não apresentar situação de regularidade documental, no ato da emissão da nota de empenho, ou recusar-se injustificadamente a receber a nota de empenho no prazo estabelecido, os demais licitantes serão convocados observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

19.2.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

19.3. A empresa deverá encaminhar, quando solicitado, via *e-mail*, os seguintes dados: Banco, agência e número da conta-corrente, endereço, telefone e representante legal da empresa, com o número do CNPJ e Inscrição Estadual ou Inscrição Municipal.

20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

20.1. As obrigações desta contratante constituem o **Item 10 do TERMO DE REFERÊNCIA N.º 12.2024.DTIC.1415338.2024.019531** (Anexo I deste Edital).

21. DO PAGAMENTO

21.1 O pagamento resultante da contratação do objeto, será efetuado de acordo com a **item 8 do TERMO DE REFERÊNCIA N.º 12.2024.DTIC.1415338.2024.019531 (**Anexo I deste Edital), em consonância, também, com a proposta de preços aceita pela Administração.

21.2. O pagamento devido à CONTRATADA/FORNECEDORA será creditado em conta-corrente por meio de ordem bancária, efetuado mediante apresentação do documento fiscal apresentado e visada pelos órgãos de fiscalização e acompanhamento do fornecimento do material, no prazo e condições previstas neste Edital e ainda no ATO Nº 008/2024/PGJ.

21.2.1. Os prazos e condições de pagamento são as estabelecidos no Art. 140 do Ato nº 008/2024/PGJ:

I - 10 (dez dias) úteis para a liquidação da despesa, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração;

II - 10 (dez dias) úteis para pagamento, a contar da liquidação da despesa.

21.2.1.1. Para os fins de liquidação, deverá ser observado o disposto no art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, certificando-se do adimplemento da obrigação do contratado nos prazos e forma previstos no contrato.

21.2.1.2. O prazo de que trata o inciso I do caput do Art. 140 do Ato nº 008/2024/PGJ poderá ser excepcionalmente prorrogado, justificadamente, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

21.2.1.3. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins de que trata o inciso I do caput e o § 2º do Art. 140 do Ato nº 008/2024/PGJ.

21.2.1.4. Na hipótese de caso fortuito ou força maior que impeça a liquidação ou o pagamento da despesa, o prazo para o pagamento será suspenso até a sua regularização, devendo ser mantida a posição da ordem cronológica que a despesa originalmente estava inscrita.

21.2.1.5. No caso de insuficiência de recursos financeiros disponíveis para quitação integral da obrigação, poderá haver pagamento parcial do crédito, permanecendo o saldo remanescente na mesma posição da ordem cronológica.

21.2.2. Os respectivos documentos fiscais (notas fiscais/faturas), emitidos em conformidade com o Protocolo ICMS 42/2009 (NF-e), deverão estar devidamente discriminadas, em nome da **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, CNPJ nº 04.153.748/0001-85**, e acompanhada das respectivas Certidões Negativas de Débito para com a Seguridade Social, para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, junto à Justiça Trabalhista e, ainda, das certidões de regularidade junto à Fazenda Federal, Estadual e Municipal, conforme descrito no link: https://www.mpam.mp.br/servicos-sp261893274/licitacoes/34-licitacoes/paginas-internas-licitacoes/2148-orientacaopagamentofornecedor;

21.2.3. Deverão constar das Notas Fiscais as especificações dos serviços ou dos materiais/equipamentos fornecidos, o número da Nota de Empenho e do instrumento contratual correspondente, conforme o caso;

21.2.4. Enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, nenhum pagamento será efetuado à Contratada, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

21.3. Qualquer atraso ocorrido na apresentação da nota fiscal/fatura, ou dos documentos exigidos como condição de pagamento por parte da FORNECEDORA, importará prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do Contratante.

21.4. Nenhum pagamento isentará o fornecedor das responsabilidades atinentes ao objeto contratual, nem tampouco implicará a aprovação definitiva da entrega, total ou parcialmente.

21.5. A nota fiscal (atestada) e os documentos exigidos no Edital e no contrato, para fins de liquidação e pagamento das despesas, deverão ser entregues, exclusivamente, no Setor de Protocolo da CONTRATANTE.

21.6. Como condição para emissão da nota de empenho, a licitante vencedora deverá manter as condições de habilitação, cuja confirmação será feita através de consulta ao SICAF ou através da internet nos respectivos sites dos órgãos emissores das certidões de regularidade fiscal.

21.7. Se a licitante vencedora não apresentar situação de regularidade documental, no ato da emissão da nota de empenho, ou se recusar injustificadamente a recebê-la no prazo estabelecido, os demais licitantes serão convocados, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

21.7.1. Como condição inafastável a que seja emitida Nota de Empenho à Fornecedora, esta deverá, também, estar cadastrada junto ao Sistema de Administração Financeira e

Contabilidade – Cadastramento de Credores – da Secretaria da Fazendo do Estado do Amazonas – SEFAZ.

21.7.1.1. Com relação ao Cadastramento de Credores, a empresa deverá providenciar o envio dos documentos abaixo elencados ao órgão promotor da licitação (MPAM), durante o certame no próprio Sistema Comprasnet na fase de envio da proposta, quando convocado pelo Pregoeiro ou posteriormente após a adjudicação para o endereço eletrônico licitacao@mpam.mp.br, sendo que naquele primeiro momento não será motivo para sua desclassificação:

a) Carta solicitando o cadastramento (conforme Anexo VII);

b) Comprovante de inscrição e de situação cadastral emitido pela Receita Federal do Brasil;

c) Cópia legível dos dados bancários (por ex: extrato, cópia reprográfica de cartão bancário etc.);

d) Comprovante de endereço, tais como: conta de água, energia, gás, serviços de internet ou contrato de aluguel.

21.7.1.2. Caso a vencedora não realize o **cadastro em até 5 (cinco) dias** após a homologação do certame, poderá responder a procedimento apuratório por eventual retardamento da execução do ajuste, com possível aplicação das sanções previstas neste Edital, bem como perda do direito de preferência à contratação em favor dos demais licitantes subsequentes:

22. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

22.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

22.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

22.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

22.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

22.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

22.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

22.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

22.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

22.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

22.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

22.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

22.1.5. fraudar a licitação

22.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

22.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

22.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

22.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

22.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

22.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

22.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

22.2.1. advertência;

22.2.2. multa;

22.2.3. impedimento de licitar e contratar e

22.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

22.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

22.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

22.3.2. as peculiaridades do caso concreto

22.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

22.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

22.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

22.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato / item licitado, recolhida no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

22.4.1. Para as infrações previstas nos itens 22.1.1., 22.1.2. e 22.1.3., a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

22.4.2. Para as infrações previstas nos itens 22.1.4., 22.1.5., 22.1.6., 22.1.7. e 22.1.8., a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

22.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

22.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

22.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 22.1.1., 22.1.2. e 22.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito do **ESTADO DO AMAZONAS**, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

22.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 22.1.4, 22.1.5, 22.1.6, 22.1.7 e 22.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 22.1.1, 22.1.2 e 22.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

22.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 22.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor da Procuradoria-Geral de Justiça.

22.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

22.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

22.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e

decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

22.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

22.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

22.15. O disposto nos itens acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente ou com justificativa recusada pela Administração Pública.

22.16. As sanções serão aplicadas pela **AUTORIDADE COMPETENTE**, em processo regular que assegure ao acusado o direito prévio da citação, do contraditório e da ampla defesa, com os recursos a ela inerentes.

22.17. As penalidades serão obrigatoriamente publicadas no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Amazonas e registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

22.18. Se a CONTRATADA, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir preceitos legais, serão aplicadas as **sanções previstas no ITEM 11** do **TERMO DE REFERÊNCIA N.º 12.2024.DTIC.1415338.2024.019531 e neste instrumento convocatório**, segundo a gravidade da falta, observando-se os limites estabelecidos no **item 22.4.**

22.19. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pelos motivos legais.

22.20. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

22.20.1. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Estado ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

22.21. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

22.22. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

22.23. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Estadual resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

22.24. O fluxo procedimental quanto ao procedimento preliminar e o processo de apuração de responsabilidade visando a aplicação das sanções administrativas no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas está disciplinado no Ato PGJ n.º 217/2024 (publicado no DOMPE, Ed. 2874, de 02.07.2024).

23. DA REPACTUAÇÃO, REAJUSTE E REVISÃO DE PREÇO

23.1. A interessada deverá protocolar o seu pedido de repactuação, reajuste e revisão de preços antes da assinatura do contrato ou, nos casos em que este vier a ser substituído por instrumento equivalente, **em até 5 (cinco) dias do recebimento da Nota de Empenho**, sob pena de não apreciação do pedido por intempestividade.

23.1.1. Deverá constar do pedido a planilha de custos e documentos comprovantes da situação superveniente, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

23.1.2. A CONTRATADA deverá demonstrar de maneira clara a composição do preço de cada item constante de sua proposta, através de Planilha de Custos contendo, por exemplo: as parcelas relativas à mão de obra direta, demais insumos, encargos em geral, lucro e participação percentual em relação ao preço final.

23.1.3. O pedido deverá vir instruído com os seguintes documentos/informações:

a) Planilha ou equivalente, contendo o custo (preço de custo, impostos, frete, lucro) de cada item constante da proposta inicial em confronto com a nova planilha atualizada, a fim de comprovar a elevação dos encargos do particular;

b) Demonstração de forma cabal que o desequilíbrio decorre de fato superveniente, isto é, ocorrência de evento posterior à apresentação da proposta;

c) Vínculo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos da empresa;

d) Comprovação de que o desequilíbrio decorre de fato, imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, apresentado, para tanto TODOS os documentos que comprovem a imprevisibilidade da ocorrência do evento (notas fiscais, cotações e etc.);

e) Memória de cálculo em conformidade com a variação pleiteada, por item;

f) Demonstração de que o desequilíbrio de fato alheio à vontade das partes.

23.2. A não-apresentação da planilha de custos impossibilitará o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** de proceder o reequilíbrio, reajuste ou revisão de preços, caso venha a empresa contratada solicitar qualquer uma dessas alterações no contrato.

23.3. A cada pedido de reequilíbrio, reajuste ou revisão de preço, deverá a contratada comprovar e justificar as alterações havidas na planilha apresentada à época da elaboração da proposta, demonstrando a nova composição do preço.

23.4. No caso do detentor do registro de preços/contratado ser revendedor ou representante comercial deverá demonstrar de maneira clara a composição do preço constante de sua proposta, com descrição das parcelas relativas ao valor de aquisição do produto com notas fiscais de fábrica/indústria, encargos em geral, lucro e participação percentual de cada item em relação ao preço final *(planilha de custos)*.

23.5. **A critério do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS, poderá ser exigido da contratada, listas de preços expedidas pelos fabricantes**, que conterão, obrigatoriamente, a data de início de sua vigência e numeração sequencial, para instrução de pedidos de revisão de preços.

23.6. Na análise do pedido de reequilíbrio, reajuste ou revisão, dentre outros critérios, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** adotará, para verificação dos preços constantes dos demonstrativos que acompanhem o pedido, pesquisa de mercado dentre empresas de reconhecido porte mercantil, produtoras e /ou comercializadoras, a ser realizada pela própria unidade ou por instituto de pesquisa, utilizando-se, também, de índices setoriais ou outros adotados pelo Governo Estadual, devendo a deliberação de deferimento ou indeferimento da alteração solicitada ser instruída com justificativa da escolha do critério e memória dos respectivos cálculos, para decisão da Administração.

23.7. O percentual de diferença entre os preços de mercado vigentes à época do julgamento da licitação, devidamente apurado, e os propostos pela CONTRATADA/Detentora do registro de preços será mantido durante toda a vigência do registro. **O percentual não poderá ser alterado de forma a configurar reajuste econômico durante a vigência deste registro**.

23.8. A repactuação, reajuste ou revisão do preço, caso deferido, somente terá validade a partir da data da publicação da deliberação na Imprensa Oficial.

23.9. É vedado à contratada interromper o fornecimento ou a prestação do serviço enquanto aguarda o trâmite do processo de reequilíbrio, reajuste ou revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas neste Edital.

23.10. A repactuação, reajuste ou revisão levará em consideração preponderantemente as normas legais federais e estaduais, que são soberanas à previsão do conteúdo exposto neste item.

24. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

24.1. **Até o dia XX/XX/2025, 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá IMPUGNAR** este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, mediante **petição**, que deverá obrigatoriamente (art. 10, caput, da Lei nº 12.527/2011) conter a identificação do Impugnante (CPF/CNPJ).

24.2. Os pedidos de **ESCLARECIMENTOS** referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, **até o dia XX/XX/2025, 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública**, até às 14h, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital, mediante **petição**, que deverá obrigatoriamente (art. 10, caput, da Lei nº 12.527/2011) conter a identificação do solicitante (CPF/CNPJ).

24.3. Os pedidos de impugnações e esclarecimentos, bem como as respectivas respostas, serão divulgados no site https://www.gov.br/compras/pt-br, na área Gestor Público/consultas/pregões/agendados (http://comprasnet.gov.br/acesso.asp?url=/livre/Pregao/lista_pregao_filtro.asp?Opc=0) e no **site oficial do MPAM**. O fornecedor, além do acesso livre, poderá visualizar também no menu principal, no link: "visualizar impugnações /esclarecimentos/avisos".

24.4. A impugnação ou pedido de esclarecimento poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail licitacao@mpam.mp.br, no horário local de expediente da Instituição, até às 14 horas (horário local) da data limite fixada ou por petição dirigida/protocolada no Prédio-Sede desta PGJ, localizado na Av. Coronel Teixeira, nº 7995 - Nova Esperança, CEP: 69037-473, endereçado à Comissão Permanente de Licitação.

24.5. Acolhida a impugnação ou determinadas as providências requeridas, será designada nova data para realização da sessão pública, salvo quando estas não afetarem a formulação das propostas.

24.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

24.6.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

24.7. As respostas aos pedidos de esclarecimentos divulgadas pelo sistema vincularão os participantes e a Administração.

25. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

25.1. A **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO** prestará todos os esclarecimentos solicitados pelos interessados nesta licitação, estando disponível para atendimento de segunda a sexta-feira, das 9 às 15 horas, na Avenida Coronel Teixeira, 7.995, Nova Esperança, Manaus – AM, pelos telefones (92) 3655-0743 ou, ainda, pelo e-mail: licitacao@mpam.mp.br.

25.2. A **Autoridade Competente** designará o pregoeiro que conduzirá esta licitação, necessariamente escolhido dentre os Pregoeiros Oficiais do **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**.

25.3. É facultada ao pregoeiro ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

25.3.1. O pregoeiro, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, deve sanear eventuais erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, sendo que a vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro. (Acórdão TCU 1211/2021 - Plenário, relator Ministro Walton Alencar Rodrigues).

25.3.2. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o subitem anterior, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

25.4. A **Autoridade Competente** para determinar a contratação poderá revogar a licitação por razões de interesse público derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para

justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

25.4.1. No caso de revogação ou anulação do procedimento licitatório, ficará assegurada oportunidade de ampla e prévia manifestação dos interessados, na forma da Lei.

25.4.2. A anulação pode ser declarada a qualquer tempo.

25.4.3. As licitantes não terão direito a indenização em decorrência de anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do FORNECEDOR de boa-fé de ser ressarcida pelos encargos que tiver suportado em eventual cumprimento da obrigação decorrente da execução do objeto deste certame.

25.5. Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

25.6. **Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro, sob pena de abertura de procedimento apuratório em face da conduta do licitante**.

25.7. Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, o Pregoeiro poderá fixar aos licitantes o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentar nova documentação ou nova proposta escoimada das causas que ensejaram a inabilitação ou desclassificação das empresas.

25.8. Em caso de licitante vencedor sediado fora da cidade de Manaus, cujo envio de documentos e demais solicitações ensejem utilização de serviços postais, será obrigatória a apresentação de cópia do comprovante de envio dos itens solicitados, como forma de confirmação do atendimento aos prazos previstos em cada subitem.

25.8.1. O comprovante poderá ser digitalizado e enviado para o e-mail: licitacao@mpam.mp.br.

25.8.2. O descumprimento dos prazos para envio dos documentos ou demais solicitações, sem apresentação de justificativa, ensejará a desclassificação da empresa licitante, sem prejuízo das sanções cabíveis.

25.8.3. Caso a autenticação do documento ou o próprio documento esteja em formato digital, com assinatura por certificado digital, padrão ICP-Brasil, ou ainda torne possível sua convalidação em sítio eletrônico de autoridade certificadora oficial e/ou cartório digital respectivo, a licitante está dispensada da obrigação do item anterior.

25.8.3.1. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

25.9. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário e local aqui estabelecidos, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

25.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente normal no **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**.

25.11. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível a verificação de suas condições de habilitação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de pregão.

25.12. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

25.13. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

25.14. Nenhuma pessoa física ou jurídica ainda que credenciada poderá representar mais de uma empresa concorrente, sob pena de não participação das empresas representadas.

25.15. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

25.16. Em substituição aos respectivos originais todos os documentos poderão ser apresentados em cópia autenticada por Cartório competente ou conferida com o original por servidor da CPL. **Neste último caso, a autenticação administrativa poderá ser feita, preferencialmente, até o dia anterior à data prevista para o recebimento dos envelopes da Proposta e da Documentação**;

25.17. Somente serão aceitos propostas e lances encaminhados pelo sistema eletrônico.

25.18. É de inteira responsabilidade do licitante o acompanhamento do processo referente a este pregão eletrônico, no endereço eletrônico https://www.gov.br/compras/pt-br.

25.19. Para as demais condições de contratação, observar-se-ão as disposições constantes dos Anexos deste Edital.

25.20. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

25.21. Este Edital e seus Anexos poderão ser examinados sem ônus para o interessado, antes da realização da licitação, no formato eletrônico, através de consulta aos sítios https://www.gov.br/compras/pt-br e www.mpam.mp.br, ou através do correio eletrônico da CPL, licitacao@mpam.mp.br.

25.20.1. O Edital e seus anexos também estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico https://www.gov.br/pncp/pt-br.

25.20.1. Poderão ser, também, adquiridos impressos mediante depósito da quantia referente ao custo reprográfico, calculado no produto de R$ 0,50 (cinquenta centavos) por página, depositado na Conta-Corrente n.º 13200-3, Agência 3736-2, do Banco Bradesco S/A (237), em nome do **FUNDO DE APOIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**.

25.22. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com base no Ato PGJ n.º 008/2024 e na Lei n.º 14.133/21 e alterações.

25.23. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da cidade de Manaus, com exclusão expressa de qualquer outro.

Manaus, 15 de janeiro de 2025.

Sarah Madalena Barbosa Côrtes de Melo

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Ato PGJ n.º 496/2024 - DOMPE, Ed. 2957, de 15.07.2024

Documento assinado eletronicamente.

Os códigos de autenticidade podem ser conferidos na última página do Edital.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS

Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 12.2024.DTIC.1415338.2024.019531

ANEXO I - DO TERMO DE REFERÊNCIA Nº 12.2024.DTIC.1415338.2024.019531

ANEXO Nº 1417558.2024.DTIC.1417558.2024.019531

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

ANEXO II

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO N.° XXXX/2025-CPL/MP/PGJ-SRP
PROCEDIMENTO INTERNO N.º 2024.019531

Pelo presente instrumento, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, órgão gerenciador deste Registro de Preços, situado na Avenida Coronel Teixeira, n.º 7995, Bairro Nova Esperança, CEP: 69037-473, representado neste ato por sua Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, **XXXXXXXX**, inscrita no CPF sob nº XXXXXXX, portadora do RG nº xxxx, residente e domiciliado nesta Capital, e as Empresas: **xxxxxxxxxxxxxxxxxxx**, inscrita no CNPJ N.º xxxxxxxxxxxx; **xxxxxxxxxxxxxxxxx**, inscrita no CNPJ N.º xxxxxxxxxxxxxx; **xxxxxxxxxxxxxxxxxx**, inscrita no CNPJ N.º xxxxxxxxxx; e **xxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ N.º xxxxxxxxxx**, DORAVANTE denominadas **Fornecedoras**, firmam a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** e as empresas vencedoras do certame licitatório referente ao **Pregão Eletrônico n.º 94.0XX/2024-CPL/MP/PGJ**, na modalidade de Sistema de Registro de Preços, cujo objeto é a possível e *eventual aquisição de* ***serviço de emissão e renovação de certificados digitais padrão ICP-Brasil e fornecimento de token criptográficos USB****, objetivando atender às necessidades de utilização da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, pelo período de 12 (doze) meses*.

I. Eis os itens registrados em favor dos Fornecedores:

XXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ N.º xxxxxxxxxxxxx

ITEM 1 - xxxxxxxxxx

Quantidade registrada: xxxxxxxxxx;

Marca/Modelo: xxxxxxxxxxxxx;

Valor Unitário do Item: R$ xxxxxxxxxxxxxxxx.

XXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ N.º xxxxxxxxxxxxx

ITEM 2 - xxxxxxxxxx

Quantidade registrada: xxxxxxxxxx;

Marca/Modelo: xxxxxxxxxxxxx;

Valor Unitário do Item: R$ xxxxxxxxxxxxxxxx.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DA ATA

A presente **Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação no PNCP e no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Amazonas - DOMPE.

Subcláusula Primeira. O prazo de vigência da ata de registro de preços poderá ser prorrogado, por igual período de 12 (doze) meses, desde que comprovado o preço vantajoso.

Subcláusula Segurnda. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preço poderá ser usada por todos os órgãos da Administração Pública, desde que autorizados pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**.

Subcláusula primeira. O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado nesta Ata.

Subcláusula segunda. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente a mesma.

Subcláusula terceira. Em cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada pelas empresas detentoras da presente Ata, as quais também a integram.

CLÁUSULA QUARTA – DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

A ordem de classificação dos licitantes observará suas propostas finais ofertadas durante o certame, conforme exposto na Ata da Sessão, para fins de formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata

CLÁUSULA QUINTA – DO FORNECIMENTO E EXECUÇÃO

A FORNECEDORA deverá efetuar a entrega do objeto contratado dentro do prazo e de acordo com as especificações constantes do Edital da licitação e deste Instrumento, observando estreitamente as prescrições e as recomendações do fabricante, a legislação estadual ou municipal, se houver, bem como outras normas correlatas, ainda que não estejam explicitamente aqui citadas.

Subcláusula Primeira. Deverá, ainda, no ato da entrega do objeto, a FORNECEDORA fornecer **TERMO DE GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA** ou documento substitutivo, informando o período do licenciamento e do serviço de suporte técnico, de acordo com as exigências constantes no Termo de Referência nº 12.2024.DTIC.1415338.2024.019531**.**

Subcláusula Segunda. Entregar os produtos embalados, de forma que não sejam danificados durante a operação de transporte, carga e descarga, assinalando na embalagem a marca e características que possibilitem a conferência.

Subcláusula Terceira. Responsabilizar-se pelo transporte dos produtos, desde o local da embalagem até a sua entrega no horário e endereço indicados pela CONTRATANTE.

Subcláusula Quarta. Apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, e de impedimento de execução por fato ou ato de terceiro reconhecido pela CONTRATANTE em documento contemporâneo a sua ocorrência, quando não puder cumprir os prazos estipulados para a execução, total ou parcial, do objeto.

Subcláusula Quinta. Aceitar todas as decisões, métodos de inspeção, verificação e controle, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos e explicações que o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS julgar necessário;

Subcláusula Sexta. Manter, durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Subcláusula Sétima. A empresa vencedora, quando da solicitação do material, deverá retirar a nota de empenho no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da comunicação efetivada, **sob pena de decair o direito à contratação.**

I - Como condição inafastável para que seja emitida Nota de Empenho à Fornecedora, esta deverá, também, estar cadastrada junto ao **SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE – CADASTRAMENTO DE CREDORES – da SECRETARIA DA FAZENDO DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ.**

II - Como condição para emissão da nota de empenho a licitante vencedora deverá manter as mesmas condições de habilitação, cuja confirmação será feita através de consulta ao SICAF ou através da internet nos respectivos sites dos órgãos emissores das certidões de regularidade fiscal.

III - O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

IV - Se a licitante vencedora não apresentar situação de regularidade documental, no ato da emissão da nota de empenho, ou recusar-se injustificadamente a receber a nota de empenho no prazo estabelecido, os demais licitantes serão convocados para celebrar o contrato, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

CLÁUSULA SEXTA – DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO

As solicitações do material serão efetuadas pelo **SETOR DE INFRAESTRUTURA E TELECOMUNICAÇÕES - SIET da Procuradoria-Geral de Justiça**, na medida das necessidades da PGJ, mediante Nota de Autorização de Fornecimento, que serão disponibilizadas e enviadas à FORNECEDORA, devendo ser assinada eletronicamente via Sistema SEI por funcionário/representante da FORNECEDORA. As autorizações de fornecimento para a prestação dos serviços objeto do contrato serão expedidas conforme necessidade da CONTRATANTE.

Subcláusula Primeira. O prazo para a entrega para todos os itens não poderá ultrapassar **30 (trinta) dias corridos**, contados do primeiro dia útil subsequente ao do recebimento, pela empresa FORNECEDORA, da Nota de Empenho e da Ordem de Serviço.

Subcláusula Segunda. O objeto será recebido da seguinte forma:

a) PROVISORIAMENTE: Quando da efetiva entrega dos Certificados e/ou Tokens, devidamente acompanhado da nota fiscal, constituindo-se na inspeção quantitativa, para posterior verificação da conformidade com as especificações.

b) DEFINITIVAMENTE: No prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento provisório, após a verificação da conformidade dos referidos produtos com as condições, especificações e obrigações contratuais, cabendo à **CONTRATADA** o dever de substituir os itens que não estejam de acordo com as especificações, observando-se o disposto no pertinente diploma legal.

b.1.) Para avaliação da qualidade, após o recebimento provisório, o Fiscal Técnico da **CONTRATANTE** submeterá os produtos recebidos a testes de aceitação, de todos os componentes disponíveis na solução, através de procedimentos próprios, findo o qual será elaborado relatório técnico com a análise dos resultados.

Subcláusula Terceira. Os testes de aceitação serão desenvolvidos de acordo com os eventos e atividades descritos a seguir:

a) Conferência de entrega: oportunidade em que se procederá a identificação e conferência da solução entregue.

b) Testes de instalação: configuração das funcionalidades do objeto contratado.

c) Testes de ativação: operacionalização da solução, com a verificação de suas características, de suas funcionalidades e de sua compatibilidade.

Subcláusula Quarta. Com o processo de recebimento, realizar-se-á a verificação detalhada do cumprimento de todas obrigações da contratada, bem como a conformidade do objeto com as condições e especificações constantes no instrumento compromissório.

Subcláusula Quinta. Cumpridos os requisitos editalícios do objeto e contratuais e, por conseguinte, seja constatada a viabilidade do recebimento, a equipe de **FISCALIZAÇÃO** e **GESTÃO** expedirá **Termo de Recebimento Definitivo** que será assinada pela equipe e pelos representantes da **CONTRATADA**.

a) Nenhum pagamento será efetivado sem que a área solicitante, emita o **Termo de Recebimento Definitivo** e ateste que o objeto contratado está integralmente sendo entregue/disponibilizado pela **CONTRATADA**.

Subcláusula Sexta. Na eventualidade de serem encontradas restrições para recebimento do objeto, a **FISCALIZAÇÃO** fará constar, em seu relatório técnico, as pendências encontradas, comunicando-as à **CONTRATADA**.

a) A **CONTRATADA** deverá sanar as pendências no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, observando-se o disposto na Lei n.º 14.133/21.

b) A **CONTRATADA** deverá efetuar as devidas correções, sem qualquer ônus para a **CONTRATANTE**.

Subcláusula Sétima. No caso de substituição, o novo produto que vier a ser oferecido deverá conter, necessariamente, todas as funcionalidades e prover todos os serviços daquele que substituiu.

Subcláusula Oitava. Quando do recebimento dos materiais fornecidos, a FORNECEDORA deverá assinar um entregar um CONTRATO ADMINISTRATIVO ou documento substitutivo, de acordo com as

exigências constantes no Edital.

Subcláusula Nona. O recebimento dos produtos será realizado por técnicos da CONTRATANTE, na forma prevista no art. 140 da Lei n.º 14.133/21.

Subcláusula Dez. O Recebimento Provisório não constitui aceitação do objeto.

Subcláusula Onze. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

Subcláusula Doze. Se, a qualquer tempo, vier a ser constatado que o produto fornecido o foi em desacordo com as especificações e, em decorrência desse fato, observar-se qualquer tipo de dano ao equipamento onde está sendo utilizado, o reparo do equipamento ou, se for o caso, a sua substituição, será de inteira responsabilidade da **CONTRATADA**, nos termos da lei pertinente.

Subcláusula Treze. A FORNECEDORA deverá corrigir, sem ônus adicionais, qualquer erro ou defeito no produto entregue e aceito pela CONTRATANTE que não estiver de acordo com os requisitos acordados, nos termos do art. 119 da Lei n.º 14.133/21, durante o período de vigência da garantia.

Subcláusula Catorze. A FORNECEDORA será responsável pelo transporte dos produtos, desde o local de sua fabricação/embalagem, conforme o caso, até o local de entrega, o qual será indicado **na Autorização de Fornecimento de Material, pelo SETOR DE PATRIMÔNIO E MATERIAL – SPAT**, mesmo em caso de susbtituição.

Subcláusula Quinze. A entrega dos equipamentos deverá ser previamente agendada com o SETOR DE INFRAESTRUTURA E TELECOMUNICAÇÕES - SIET pelos telefones nº (92) 3655-06710, em dias úteis, no horário de 08h às 14h.

Subcláusula Dezesseis. Todos os materiais/produtos deverão, no que couber, ser entregues lacrados, de forma a proteger o material da ação da luz, poeira e umidade. As embalagens que apresentarem violação de qualquer espécie deverão ser substituídas pela fornecedora, caso necessário, ainda na fase de inspeção.

Subcláusula Dezessete. A FORNECEDORA deverá atentar para que os produtos sejam reconhecidamente de primeira qualidade e de primeiro uso, novos, sem qualquer vício ou avaria, com garantia do fabricante, devendo, se for o caso, constar em suas embalagens suas respectivas especificações, sob pena de ser recusado.

Subcláusula Dezoito. A FORNECEDORA fica obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

Subcláusula Dezenove. A FORNECEDORA deverá, obrigatoriamente, entregar a totalidade do produto solicitado, não sendo admitido o parcelamento, sob pena das sanções legais cabíveis, acompanhados dos manuais correspondentes e termos de garantia.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

O pagamento devido à CONTRATADA/FORNECEDORA será creditado em conta-corrente por meio de ordem bancária, efetuado mediante apresentação do documento fiscal apresentado e visada pelos órgãos de fiscalização e acompanhamento do fornecimento do material, no prazo e condições previstas no Edital e ainda no ATO Nº 008/2024/PGJ.

> I – A respectiva nota fiscal/fatura dos mateiais/produtos, emitidas em conformidade com o Protocolo ICMS 42/2009 (NF-e), deverá estar devidamente discriminada, em nome da **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, CNPJ n.º 04.153.748/0001-85**, e acompanhada das respectivas Certidões Negativas de Débito para com a Seguridade Social, para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, e ainda, Certidão Negativa de Débito Trabalhista, Certidão de regularidade junto a Fazenda Federal, Estadual e Municipal;
>
> II – Nenhum pagamento será efetuado à FORNECEDORA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

Subcláusula Primeira. Qualquer atraso ocorrido na apresentação da nota fiscal/fatura, ou dos documentos exigidos como condição de pagamento por parte da FORNECEDORA , importará em prorrogação

automática do prazo de vencimento da obrigação do CONTRATANTE.

Subcláusula Segunda. Nenhum pagamento isentará o fornecedor das responsabilidades atinentes ao produto, nem tampouco implicará a aprovação definitiva da entrega, total ou parcialmente.

Subcláusula Terceira. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a FORNECEDORA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela CONTRATANTE, entre a data de vencimento e a do dia do efetivo pagamento da Fatura/Nota Fiscal, a serem incluídos na fatura do mês seguinte ao da ocorrência, serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{i}{365} = I = \frac{6/100}{365} = I = 0{,}00016438$$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%".

Subcláusula Quarta. Nenhum pagamento será efetivado sem que a área solicitante, emita o Termo de Recebimento Definitivo e ateste que o objeto contratado está integralmente sendo entregue/disponibilizado pela FORNECEDORA .

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

Se a FORNECEDORA, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir preceitos legais, serão aplicadas as **sanções previstas no TERMO DE REFERÊNCIA N.º 12.2024.DTIC.1415338.2024.019531 e no Edital da Licitação**, segundo a gravidade da falta, observando-se os limites estabelecidos no **item 22.4 do instrumento convocatório.**

Subcláusula Primeira. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pelos motivos legais.

Subcláusula Segunda. Caso a multa aplicada seja superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a FORNECEDORA pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

Subcláusula Terceira. O Ministério Público do Estado do Amazonas poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil, quando o valor da multa não for suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do Contratada.

Subcláusula Quarta. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

Subcláusula Quinta. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

Subcláusula Sexta. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Estadual resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

CLÁUSULA NONA – DO REEQUILÍBRIO CONTRATUAL

Subcláusula Primeira. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as necessárias negociações junto aos fornecedores ou, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados.

Subcláusula Segunda. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:

a) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado; frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;

b) convocar os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação.

Subcláusula Terceira. Quando o preço de mercado torna-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmado a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

b) convocar os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação.

Subcláusula Quarta. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA DEZ – DA IRREAJUSTABILIDADE DE PREÇOS

Os preços constantes da presente Ata de Registro de Preços não sofrerão quaisquer reajustes durante todo o tempo de sua vigência, ressalvado o previsto na cláusula nona supra.

CLÁUSULA ONZE – DA FISCALIZAÇÃO

O Ordenador de Despesas delega competência ao servidor responsável pelo **SETOR DE INFRAESTRUTURA E TELECOMUNICAÇÕES – SIET** da PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, para solicitar a aquisição do objeto ora registrado e fiscalizar a execução desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DOZE – DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES

Subcláusula Primeira. Compete ao órgão gerenciador:

a) Acompanhar e fiscalizar, como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse, na forma prevista na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que dispõe sobre a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o exato cumprimento das obrigações previstas neste Termo.

b) Designar servidor qualificado para acompanhar a(s) entrega(s) do objeto e o cumprimento dos termos contratuais, editalícios e seus anexos;

c) Registrar e notificar o fornecedor, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições, defeitos, vícios, vencimento do produto, fixando prazo para a sua substituição;

d) Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as especificações deste Termo;

e) Efetuar regularmente o pagamento à Contratada, dentro dos critérios estabelecidos neste Termo, após o cumprimento das formalidades legais, por meio de Ordem Bancária, após o "atesto" das notas fiscais, bem como da apresentação pela Contratada dos demais documentos

exigidos para tal fim (requerimento de pagamento, recibo de pagamento, certidões: Federal, Estadual, Municipal, Trabalhista e FGTS).

Subcláusula Segunda. Compete às Entidades Participantes destinatários:

a) Requisitar o fornecimento de materiais cujos preços encontram-se registrados nesta Ata.

b) Emitir Nota de Empenho a crédito do fornecedor no valor total correspondente a quantidade de material solicitado.

c) Elaborar termo contratual, quando necessário nas situações previstas em Lei.

d) Efetuar o pagamento referente a aquisição do material nos termos previstos no edital da Licitação de Registro de Preços.

Subcláusula Terceira. Compete à FORNECEDORA, além daquelas previstas no **ITEM 9** do **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 12.2024.DTIC.1415338.2024.019531** (Anexo I do Edital):

a) Fornecer durante 12 (doze) meses, a contar da publicação do extrato desta Ata no PNCP e na Imprensa Oficial, os itens relacionados na presente Ata, na forma e condições fixadas no Edital e na proposta, mediante autorização e Nota de Empenho, devidamente assinada pelo responsável, em conformidade com o Edital e demais informações constantes da Licitação de Registro de Preços.

b) Retirar a Nota de Empenho no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação para recebimento, nos termos do Edital, parte integrante desta Ata de Registro de Preços.

c) Entregar os materiais no local previsto no instrumento convocatório, de acordo com os termos do Edital.

d) Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelos órgãos e entidades referentes à forma de fornecimento dos materiais e ao cumprimento das demais obrigações assumidas nesta Ata.

e) Em havendo necessidade, assente no que preceitua o art. 124, I, c/c Art. 125 da Lei Federal nº 14.133, de 1 de abril de 2.021, aceitar os acréscimos ou supressões nos quantitativos que se fizerem indispensáveis, sempre nas mesmas condições registradas.

f) Ressarcir os prejuízos causados ao Estado do Amazonas ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometidas na execução das obrigações assumidas na presente Ata;

g) Cumprir as obrigações descritas no Edital e seus Anexos.

CLÁUSULA TREZE – DO CANCELAMENTO DA ATA E REGISTRO DE PREÇOS

Esta Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

I - Pela Administração, quando:

a) a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

b) a detentora não assinar o contrato no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

c) a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente do registro de preços;

e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

f) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

II - Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços.

Subcláusula Primeira: a solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser dirigida ao FISCAL da Ata de Registro de Preços ou à COMISSÃO PEMANENTE DE LICITAÇÃO por meio do endereço eletrônico protocolo@mpam.mp.br.

Subcláusula Segunda: a comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste documento e, a oportunização do contraditório e ampla defesa, serão feitos por correio eletrônico (preferencialmente) nos endereços de e-mails constantes da Proposta de Preços e SICAF ou por correspondência com aviso de recebimento ou, ainda, por meio de entrega pelo Setor de Transportes (no caso de empresa sediada no mesmo município da Contratante), juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.

Subcláusula Terceira: no caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na IMPRENSA OFICIAL, considerando-se cancelado o preço registrado após a publicação.

CLÁUSULA CATORZE - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DAS ORDENS DE FORNECIMENTO

As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pelo(a) Ordenador(a) de Despesas do **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS.**

Subcláusula Primeira. A emissão das autorizações de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão igualmente autorizados pelo órgão requisitante.

Subcláusula Segunda. Durante o prazo de validade do Registro de Preços, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** poderá ou não contratar o objeto deste pregão;

CLÁUSULA QUINZE – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

Subcláusula Primeira: Integram esta Ata, o Edital do **Pregão Eletrônico n.º 94.XXX/2025-CPL/MP/PGJ-SRP** e as propostas do(s) Fornecedor(es).

Subcláusula Segunda: Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços deverão ser compatíveis com a conjuntura do mercado.

Subcláusula Terceira: Os pedidos de alteração de marcas e/ou modelo do objeto registrado deverão ser protocolados em até **5 (cinco) dias do recebimento da Nota de Empenho**, com a devida documentação comprobatória dos fatos alegados, sob pena de não apreciação dos pedidos por inépcia.

Subcláusula Quarta: Fica eleito o Foro da Cidade de Manaus/AM para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Subcláusula Quinta: Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as disposições constantes do Ato n.º 008/2024/PGJ e da Lei 14.133/2021, e das demais normas legais aplicáveis.

Manaus (AM), XX de XXXXXX de 2025.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXx
SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS
Ordenadora de Despesas

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CNPJ Nº XXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CPF n.º XXXXXXXXXXX

ANEXO III

MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 1.2025.DCCON - CONTRATOS.1522384.2024.019531

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES

Declaro, sob as penas da Lei, para os devidos fins junto à Comissão Permanente de Licitação que:

a) Cumpro plenamente os requisitos de requisitos de habilitação, ciente de que respondo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

b) Em atenção **item 5.6.** e **art. 14.º e seus incisos da Lei n.º 14.133/2021**, não está impedido de participar direta ou indiretamente desta licitação, e ainda, que não possuo sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas e de sua CPL;

c) Que recebi o edital e todos os documentos que o integram, dispondo de todos os elementos e informações necessários à elaboração da proposta de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação;

d) Que os documentos e declarações apresentados são fiéis e verdadeiros;

e) Que, caso seja vencedor do certame e não cadastrado no SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE da SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ-AM, encaminhará a CONTRATANTE os documentos necessários para efetuar o referido cadastramento no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da adjudicação, sob pena de perder o direito de preferência à contratação em favor dos demais licitantes subsequentes, sem prejuízo da possibilidade de responder a procedimento administrativo de responsabilização (PAR) por eventual retardamento da licitação;

f) Que o preço inclui além do lucro, todos os custos e despesas, com tributos incidentes e encargos devidos, materiais, serviços, transporte, a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, bem como quaisquer outras despesas diretas e indiretas incidentes na prestação de serviços;

(Cidade-UF),_____ de _____ de 2025.

RAZÃO SOCIAL/CNPJ DA EMPRESA

Representante Legal

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM -
www.mpam.mp.br

ANEXO V

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

PROPOSTA DE PREÇOS

Proposta que faz a empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) nº _____, localizada _____, na cidade de _____, CEP _____, fone _____, fax _____, e-mail _____, para os objetos abaixo relacionados, de acordo com todas as especificações e condições estabelecidas no Pregão Eletrônico n.º 940XX/2025-CPL/MP/PGJ, promovido pelo Ministério Público do Estado do Amazonas / Procuradoria-Geral de Justiça:

Grupo	Item	Descrição	Qtd.	Und.	Valor Unitário R$	Valor Total/ Item R$
1	1		500			
	2		10			
	3		10			
	4		4			
	...	...	...	...	...	...

Valor total da Proposta:

A _____(nome da empresa)_____ declara que concorda com todas as especificações do Edital.

1. Prazo de validade da proposta: no mínimo 90 (noventa) dias.
2. Prazo de entrega: até 30 (trinta) dias corridos.
3. Modo de envio/transporte das mercadorias/equipamentos:

4. Prazo de garantia: (materiais permanentes/materiais de consumo)
5. Dados da licitante: Razão Social, endereço, telefone, número do CNPJ/MF, e-mail, se houver, Banco, agência, número da conta-corrente e praça de pagamento.
6. Nome, CNPJ ou CPF dos 3 (três) principais integrantes do quadro societário da licitante, assim compreendidos aqueles que detenham maior parcela das cotas societárias ou o poder de gestão da sociedade.
7. Contato para fins de faturamento: (indicar o nome, cargo, endereço, telefone, fax, e-mail de contato do responsável pelo recebimento das futuras notas de empenho).
8. Dados Bancários: (indicar o nome e número do banco, nome e número completo da agência e número da conta-corrente).

DECLARAÇÕES:

Declaro, sob as penas da Lei, para os devidos fins junto à Comissão Permanente de Licitação que:

a) Cumpro plenamente os requisitos de requisitos de habilitação, ciente de que respondo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

b) Em atenção **item 5.6.** e **art. 14.º e seus incisos da Lei n.º 14.133/2021**, não está impedido de participar direta ou indiretamente desta licitação, e ainda, que não possuo sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas e de sua CPL;

c) Que recebi o edital e todos os documentos que o integram, dispondo de todos os elementos e informações necessários à elaboração da proposta de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação;

d) Que os documentos e declarações apresentados são fiéis e verdadeiros;

e) Que, caso seja vencedor do certame e não cadastrado no SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE da SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ-AM, encaminhará a CONTRATANTE os documentos necessários para efetuar o referido cadastramento no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da adjudicação, sob pena de perder o direito de preferência à contratação em favor dos demais licitantes subsequentes, sem prejuízo da possibilidade de responder a procedimento administrativo de responsabilização (PAR) por eventual retardamento da licitação;

f) Que o preço inclui além do lucro, todos os custos e despesas, com tributos incidentes e encargos devidos, materiais, serviços, transporte, a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, bem como quaisquer outras despesas diretas e indiretas incidentes na prestação de serviços;

Local e data:

(assinatura)

(nome do representante legal pela empresa)

(CPF do representante legal)

Observação: A apresentação da proposta implicará a plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste edital e seus anexos, bem como, todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM -
www.mpam.mp.br

ANEXO VI

MODELO DE SOLICITAÇÃO DE CADASTRAMENTO NA SEFAZ/AM

(cidade), ____ de _____ de _____

À DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas

Avenida Coronel Teixeira, 7995, Nova Esperança

CEP: 69037-473 – Manaus / AM

A empresa (informar a razão social, CNPJ e endereço) solicita a esse Setor o seu cadastro no SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE, dessa **SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ**.

Assim sendo, acompanha esta carta de solicitação de cadastramento a documentação abaixo listada, exigida para a efetivação do registro:

a) Comprovante de inscrição e de situação cadastral emitido pela Receita Federal do Brasil;

b) Cópia legível do comprovante (por ex: extrato, cópia reprográfica de cartão bancário, etc.) dos seguintes dados bancários:

Banco: _____

Agência: _____

Conta: _____

Razão Social e CNPJ da empresa
Nome completo e CPF do Representante Legal

Documento assinado eletronicamente por **Sarah Madalena Barbosa Santos Cortes**, **Presidente da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 20/01/2025, às 10:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1520943** e o código CRC **F8A9A985**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

DESPACHO Nº 2.2025.CPL.1525241.2024.019531

Objeto: Formação de registro de preços para a futura e eventual aquisição de **serviço de emissão e renovação de certificados digitais padrão ICP-Brasil e fornecimento de token criptográficos USB**, no sistema de Registro de Preços, objetivando atender as necessidades de utilização da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, pelo período de 12 (doze) meses.

Trata-se dos autos do procedimento interno em epígrafe, que versa sobre o objeto de referência, instruído por solicitação formalizada, inicialmente, através do **OFÍCIO Nº 73.2024.DTIC.1412460.2024.019531**, exarado pelo Sr. Tadeu Azevedo de Medeiros, Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - DTIC, datado de 17/09/2024.

O detalhamento do objeto foi realizado por intermédio do **Termo de Referência Nº 12.2024.DTIC.1415338.2024.019531**, aprovado pela Exma. Sra. Promotora de Justiça **Lilian Maria Pires Stone**, então Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, por meio do **Despacho Nº 1201.2024.01AJ-SUBADM.1430209.2024.019531**, datado de 18/09/2024. Após a aprovação, os autos foram encaminhados ao Setor de Compras e Serviços (SCOMS) para as providências cabíveis.

Valendo-se da pesquisa de mercado realizada pela equipe de planejamento, o Setor de Compras e Serviços – SCOMS emitiu, em 21/06/2024, o **Quadro - Resumo do Processo de Compra Nº 332.2024.SCOMS.1437698.2024.019531**, e, em 30/09/2024, remeteu os autos à Diretoria de Orçamento e Finanças – DOF, na mesma data.

Nessa linha, a Diretoria de Orçamento e Finanças – DOF confeccionou a **NOTA DE AUTORIZAÇÃO DE DESPESAS / ADJUDICAÇÃO -NAD Nº 468.2024.DOF - ORÇAMENTO.1469850.2024.019531**.

Encaminhado o procedimento à Comissão Permanente de Licitação - CPL, considerando o objeto e as possíveis obrigações advindas do Termo de Referência Nº 12.2024.DTIC.1415338.2024.019531, procedeu-se ao encaminhamento dos autos à Divisão de Contratos e Convênios - DCCON, por meio do OFÍCIO Nº 16.2025.CPL.1522018.2024.019531, em 15/01/2024, para análise acerca da necessidade de confecção de Minuta de Contrato Administrativo ou Minuta de Termo de Garantia e Assistência Técnica, a fim de assegurar a adequada execução do futuro ajuste.

A DCCON, por seu turno, via MEMORANDO Nº 17.2025.DCCON - CONTRATOS.1524684.2024.019531, em 20/01/2025, emitiu a MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 1.2025.DCCON - CONTRATOS.1522384.2024.019531.

Assim, vieram os autos a esta CPL, que, considerando as nuances do caso, bem como a necessidade de assegurar a boa contratação e prover-se dos instrumentos necessários para a seleção da melhor proposta à Administração, confeccionou a **Minuta de Edital de Pregão Eletrônico Nº 1.2025.CPL.1520943.2024.019531**, cujo critério de seleção é MENOR PREÇO GLOBAL, com modo de disputa "ABERTO", nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, do ATO Nº 008/2024/PGJ e demais legislação aplicável.

Pelo exposto, encaminhem-se os autos do **Processo SEI Nº 2024.019531** à **SUBPROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, a fim de cumprir o disposto no art. 53 da Lei n.º 14.133/2021 e art. 37, *caput,* da Constituição Federal, quanto à emissão do parecer jurídico e posterior aprovação pelo Ordenador de Despesas da **MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 1.2025.DCCON - CONTRATOS.1522384.2024.019531** e da **MINUTA DE EDITAL Nº 1.2025.CPL.1520943.2024.019531.**

Manaus, *20 de janeiro de 2025.*

Sarah Madalena Barbosa Côrtes de Melo

Presidente da Comissão Permanente de Licitação
Ato PGJ n.º 496/2024 - DOMPE, Ed. 2957, de 01.11.2024

Documento assinado eletronicamente por **Sarah Madalena Barbosa Santos Cortes**, **Presidente da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 20/01/2025, às 10:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1525241** e o código CRC **FC327857**.

PARECER Nº 7.2025.01AJ-SUBADM.1536182.2024.019531

PROCESSO N° 2022.025079

ASSUNTO: Análise da MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 1.2025.DCCON - CONTRATOS.1522384.2024.019531 e da MINUTA DE EDITAL Nº 1.2025.CPL.1520943.2024.019531, que por objeto a formação de registro de preços para a futura e eventual aquisição de **serviço de emissão e renovação de certificados digitais padrão ICP-Brasil e fornecimento de token criptográficos USB**, no sistema de Registro de Preços, objetivando atender as necessidades de utilização da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, pelo período de 12 (doze) meses.

EMENTA: ADMINISTRATIVO - PARECER OBRIGATÓRIO - ARTIGO 53 DA LEI N° 14.133/2021 E ARTIGO 37, *CAPUT* , DA CRFB/88 - **ANÁLISE JURÍDICA DE TERMO DE REFERÊNCIA; MINUTA DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO; E MINUTA DE CONTRATO** - REQUISITOS LEGAIS OBSERVADOS - ELEMENTOS FORMAIS E MATERIAIS OBRIGATÓRIOS PRESENTES - **PARECER PELA APROVAÇÃO, COM RESSALVAS.**

I. RELATÓRIO

Trata-se de procedimento administrativo iniciado através do **OFÍCIO Nº 73.2024.DTIC** (1412460), de lavra da **Tadeu Azevedo de Medeiros**, **Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (DTIC)**, à época, por meio do qual encaminhou o **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP Nº 10.2024.DTIC** (1412472) e o **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 12.2024.DTIC** (1415338), referente ao registro de preços para futura e eventual aquisição de **serviço emissão e renovação de certificados digitais padrão ICP-Brasil e fornecimento de token criptográficos USB**, visando atender às necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas por 12 (doze) meses.

Isto posto, após análise sumária dos elementos constantes no referido documento, a Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos verificou o preenchimento dos requisitos necessários à sequência do pretenso procedimento de aquisição, motivo pelo qual determinou o prosseguimento do feito, consoante se verifica no **DESPACHO Nº 1201.2024.01AJ-SUBADM** (1430209).

Dando continuidade à instrução processual, o Setor de Compras e Serviços - SCOMS realizou a juntada do do **QUADRO-RESUMO DO PROCESSO DE COMPRA Nº 332.2024.SCOMS** (1437698), no valor total de **R$ 276.691,17** (duzentos e setenta e seis mil seiscentos e noventa e um reais e dezessete centavos).

Em seguida, a Diretoria de Orçamento e Finanças - DOF elaborou a **NOTA DE AUTORIZAÇÃO DE DESPESAS/ADJUDICAÇÃO -NAD Nº 468.2024.DOF - ORÇAMENTO** (1469850) e encaminhou os autos à Comissão Permanente de Licitação.

Ato contínuo, a CPL, através do **OFÍCIO Nº 16.2025.CPL** (1522018), remeteu o presente caderno processual à Divisão de Contratos e Convênios - DCCON para análise acerca da necessidade de elaboração de minuta do termo contratual ou instrumento correlato.

Em atenção ao supracitado, o setor competente, por meio do **MEMORANDO Nº 17.2025.DCCON - CONTRATOS** (1524684), informou que elaborou **MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 1.2025.DCCON - CONTRATOS** (1522384), e retornou os autos à CPL para conhecimento e adoção das medidas cabíveis.

Por sua vez, a Comissão Permanente de Licitação, através do **DESPACHO Nº** 2.2025.CPL (1525241), realizou a juntada da **MINUTA DE EDITAL Nº 24.2024.CPL** (1520943), cujo objeto é *registro de preços para futura e eventual aquisição de* ***serviço de emissão e renovação de certificados digitais padrão ICP-Brasil e fornecimento de token criptográficos USB****, objetivando atender às necessidades de utilização da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, pelo período de 12 (doze) meses*, encaminhando o processo em epígrafe para análise e aprovação desta SUBADM.

Dessa forma, vieram os autos para manifestação desta Assessoria Jurídica.

É o relatório.

Passo a opinar.

II. DA FUNDAMENTAÇÃO

1. Fundamentação Constitucional e Legal

Ab initio, é essencial destacar que, como regra geral, a aquisição de bens e serviços pela Administração Pública exige a realização de um prévio procedimento licitatório. Essa obrigatoriedade decorre expressamente do artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal e implicitamente dos princípios da isonomia, impessoalidade e moralidade administrativa. Vejamos:

> **Art. 37. A administração pública direta e indireta** de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios **obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte**:
>
> **XXI - ressalvados os casos especificados na legislação**, as obras, serviços, **compras** e alienações **serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes**, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (*grifo*)

Sobre o tema, Marçal Justen Filho traz uma interpretação relevante ao analisar a obrigatoriedade da licitação e a possibilidade de contratação direta:

> A Constituição acolheu a presunção de que **prévia licitação produz a melhor contratação – entendida como aquela que assegura a maior vantagem possível à Administração Pública, com observância do princípio da isonomia**. Mas a própria Constituição se encarregou de limitar tal presunção, facultando contratação direta (sem licitação) nos casos previstos por lei. (*grifo*)

Complementando essa análise, Celso Antônio Bandeira de Mello define licitação como:

> Licitação é um certame que as entidades governamentais devem promover e no qual abrem disputa entre os interessados em com elas travar determinadas relações de conteúdo patrimonial, para escolher a proposta mais vantajosa às conveniências públicas. Estriba-se na ideia de competição, a ser travada isonomicamente entre os que preencham os atributos e aptidões necessários ao bom cumprimento das obrigações que se propõem assumir. (MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Malheiros, 2009)

2. Princípios Norteadores da Licitação e da Administração Pública

O procedimento licitatório não apenas assegura igualdade de condições entre os concorrentes, mas também busca selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e promover o desenvolvimento nacional sustentável, conforme o artigo 5º da **Lei nº 14.133/2021**:

> **Art. 5º** Na aplicação desta Lei, **serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável**, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro). (*grifo*)

Dentre esses princípios, destaca-se o princípio da **legalidade**, amplamente abordado por Hely Lopes Meirelles:

> a legalidade, como princípio de administração, significa que o administrador público está, em toda sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei, e às exigências do bem comum, e deles não se pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se à responsabilidade disciplinar, civil e criminal, conforme o caso.

Além disso, o princípio da **impessoalidade** impõe ao administrador o dever de agir com finalidade pública, sem promover favorecimentos indevidos. Segundo Meirelles:

> O princípio da impessoalidade referido na Constituição Federal nada mais é que o clássico princípio da finalidade, o qual impõe ao administrador que só pratique o ato para seu fim legal. E o fim legal é unicamente aquele que a norma de direito indica expressa ou virtualmente com objetivo do ato de forma impessoal. (MEIRELES, Hely Lopes, 2007)

Já o princípio da **moralidade administrativa** exige que tanto a Administração quanto os particulares que com ela interagem observem padrões éticos e de boa-fé. Como ensina Maria Sylvia Zanella Di Pietro: "o princípio deve ser observado não apenas pelo administrador, mais também pelo particular que se relaciona com administração pública". (DI PIETRO, Maria Silvia, 2000).

3. Justificativa do Procedimento Licitatório

A realização da presente licitação, na modalidade de **Registro de Preços**, justifica-se pela necessidade de garantir isonomia, transparência e obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, em conformidade com os princípios regentes da Lei nº 14.133/2021.

O **Ministério Público do Estado do Amazonas (MPAM)**, no desempenho de suas atribuições institucionais — defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses individuais indisponíveis —, necessita assegurar a continuidade e segurança das suas operações eletrônicas. Para tanto, torna-se imprescindível a **futura e eventual aquisição de serviços de emissão e renovação de certificados digitais padrão ICP-Brasil, bem como o fornecimento de tokens criptográficos USB**.

Conforme justificado nos artefados de planejamento, os certificados digitais e os tokens criptográficos são essenciais para a autenticidade, integridade e segurança das transações eletrônicas, garantindo a identidade digital de membros, servidores e demais agentes envolvidos nos processos administrativos e judiciais do MPAM. Além disso, tais ferramentas viabilizam assinaturas eletrônicas qualificadas, conforme os requisitos da **Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil)**, otimizando a tramitação de documentos e processos digitais, reduzindo custos operacionais e reforçando a conformidade com a legislação vigente.

Dessa forma, o registro de preços para esses serviços visa assegurar a pronta disponibilização dos itens quando necessário, promovendo eficiência administrativa, economicidade e continuidade das atividades institucionais, alinhando-se aos preceitos da modernização, segurança da informação e boas práticas da gestão pública.

4. Do Planejamento da Contratação

A **Lei nº 14.133/2021** estabelece que a **fase preparatória do processo licitatório** deve ser caracterizada pelo planejamento, garantindo sua compatibilidade com o **Plano de Contratações Anual**, conforme disposto no **inciso VII do caput do art. 12**, e com as **leis orçamentárias**. Além disso, essa fase deve abranger todas as **considerações técnicas, mercadológicas e de gestão** que possam impactar a contratação, conforme prevê o **caput do art. 18**.

O **art. 18 da Lei nº 14.133/2021** detalha as providências e os documentos que devem compor a fase de planejamento, conforme transcrito a seguir:

> Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o **plano de contratações anual d**e que trata o inciso VII do **caput** do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as **leis orçamentárias**, bem como abordar todas as **considerações técnicas, mercadológicas e de gestão** que podem interferir na contratação, compreendidos:
>
> I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em **estudo técnico preliminar** que caracterize o interesse público envolvido;
>
> II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de **termo de referência**, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;
>
> III - a definição das **condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento**;
>
> IV - o **orçamento estimado**, com as composições dos preços utilizados para sua formação;
>
> V - a elaboração do **edital** de licitação;
>
> VI - a elaboração de **minuta de contrato**, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;
>
> VII - o **regime de fornecimento de bens**, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;
>
> VIII - a **modalidade** de licitação, o **critério de julgamento**, o **modo de disputa** e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o **ciclo de vida do objeto**;
>
> IX - a **motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio**;
>
> X - a **análise dos riscos** que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;
>
> XI - a motivação sobre o **momento da divulgação do orçamento da licitação**, observado o art. 24 desta Lei. (*grifo*)

Nos termos do **§1º do Art. 18**, que dispõe sobre os **elementos do Estudo Técnico Preliminar (ETP)**. De maneira abrangente, o planejamento da contratação exige uma análise detalhada da **necessidade administrativa**, permitindo compreender os fundamentos que justificam a requisição.

Uma vez identificada a necessidade subjacente ao pedido inicial, deve-se buscar no mercado **as soluções disponíveis**, as quais podem diferir do que foi inicialmente demandado. Após a identificação da melhor alternativa — caso haja mais de uma viável —, inicia-se a etapa de **análise e detalhamento técnico**, com o objetivo de definir o **objeto licitatório e suas especificações**.

De modo geral, a **instrução do processo licitatório** deve refletir esse **encadeamento lógico**, garantindo que cada etapa seja devidamente fundamentada e estruturada para assegurar eficiência, economicidade e alinhamento aos princípios da administração pública.

5. Da Análise da Assessoria Jurídica

No que se refere ao **papel da Assessoria Jurídica** na **Lei nº 14.133/2021**, o referido diploma legal apresenta **novos contornos** quanto às **competências do órgão consultivo jurídico**, conforme se observa a seguir:

> **Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação**.
>
> **§ 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:**
>
> **I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;**
>
> **II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica;**
>
> III - (VETADO).
>
> § 2º (VETADO).
>
> § 3º Encerrada a instrução do processo sob os aspectos técnico e jurídico, a autoridade determinará a divulgação do edital de licitação conforme disposto no art. 54.
>
> § 4º Na forma deste artigo, o órgão de assessoramento jurídico da Administração também realizará controle prévio de legalidade de contratações diretas, acordos, termos de cooperação, convênios, ajustes, adesões a atas de registro de preços, outros instrumentos congêneres e de seus termos aditivos.
>
> § 5º É dispensável a análise jurídica nas hipóteses previamente definidas em ato da autoridade jurídica máxima competente, que deverá considerar o baixo valor, a baixa complexidade da contratação, a entrega imediata do bem ou a utilização de minutas de editais e instrumentos de contrato, convênio ou outros ajustes previamente padronizados pelo órgão de assessoramento jurídico.
>
> § 6º (VETADO). (*grifo*)

Assim, conforme previsto na **Lei nº 14.133/2021**, ao término da **fase preparatória**, o processo deve ser encaminhado à **Assessoria Jurídica**, que realizará o **controle prévio de legalidade da contratação**. Essa análise envolve a verificação dos aspectos jurídicos de todos os artefatos, com base em **critérios objetivos**, utilizando **linguagem clara e acessível**, e fundamentando sua manifestação nos **pressupostos fáticos e de direito**.

Somente após a conclusão das análises **técnica e jurídica**, a autoridade competente poderá determinar a **divulgação do edital**, conforme estabelece o **§ 3º do artigo 18 da Lei nº 14.133/2021**.

6. Do Estuto Técnico Preliminar

O **Estudo Técnico Preliminar (ETP)** deve conter, de forma fundamentada, a **descrição da necessidade da contratação**, com especial atenção à **demonstração do interesse público envolvido**.

Além disso, é essencial que sejam abordadas as **considerações técnicas, mercadológicas e de gestão**, as quais podem impactar a contratação e influenciar a tomada de decisão.

O **artigo 18, § 1º, da Lei nº 14.133/2021** estabelece os **elementos essenciais** que devem ser considerados na elaboração do **ETP**, conforme apresentado a seguir:

> § 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do **caput** deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:
>
> I - **descrição da necessidade da contratação**, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;
>
> II - demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;
>
> III - requisitos da contratação;
>
> IV - **estimativas das quantidades para a contratação**, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;
>
> V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;
>
> VI - **estimativa do valor da contratação**, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;
>
> VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;
>
> VIII - **justificativas para o parcelamento ou não da contratação**;
>
> IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;
>
> X - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;
>
> XI - contratações correlatas e/ou interdependentes;
>
> XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;
>
> XIII - **posicionamento conclusivo** sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. (*grifo*)

Diante da análise do **Estudo Técnico Preliminar (ETP) nº 10/2024**, verifica-se que o documento contempla os elementos essenciais exigidos pelo **art. 18, § 1º, da Lei nº 14.133/2021**, especialmente aqueles de observância obrigatória, conforme dispõe o § 2º do mesmo artigo.

O ETP apresenta, de maneira clara e objetiva, a **descrição da necessidade da contratação (inciso I), a estimativa das quantidades e a respectiva memória de cálculo (inciso IV), a estimativa de valor da contratação (inciso VI), a justificativa para o parcelamento ou não da contratação (inciso VIII) e o posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação (inciso XIII)**.

Dessa forma, considerando que o objeto em questão não apresenta complexidade que exija detalhamentos adicionais e que o documento analisado está em conformidade com os requisitos mínimos previstos na legislação, não há óbices jurídicos à continuidade do processo licitatório, recomendando-se o prosseguimento da tramitação para a adoção das providências necessárias à formalização do certame.

7. Do Termo de Referência

O artigo 6º da Lei nº 14.133/2021 trata do **Termo de Referência**, que é um dos documentos essenciais no processo licitatório para a contratação de bens e serviços. Assimm, com base na análise do **Termo de Referência 12 (1415338)**, verifica-se se o documento atende, *a priori*, aos **parâmetros e elementos descritivos exigidos pelo art. 6º, XXIII, da Lei nº 14.133/2021**, conforme tabela abaixo:

Elemento Exigido	Constatação no Termo de Referência	Comentários
a) Definição do objeto, incluindo sua natureza, quantitativos, prazo do contrato e possibilidade de prorrogação	**Atendido**	O item **"Descrição do Objeto"** especifica que se trata de **registro de preços para futura e eventual aquisição de serviços de emissão e renovação de certificados digitais padrão ICP-Brasil e fornecimento de tokens criptográficos USB**, com prazo de **12 meses**, admitindo prorrogação.
b) Fundamentação da contratação (referência ao ETP ou extrato das partes não sigilosas)	**Atendido**	A seção **"Justificativa da Proposição"** detalha a necessidade da contratação e faz menção à utilização dos certificados em sistemas institucionais.
c) Descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto	**Atendido**	O item **"Detalhamento do Objeto"** descreve o processo de aquisição e utilização dos certificados e tokens, incluindo a emissão, armazenamento e gestão.
d) Requisitos da contratação	**Atendido**	O documento especifica os **requisitos técnicos** dos certificados digitais e tokens, incluindo **compatibilidade, segurança e funcionalidade**.
e) Modelo de execução do objeto (como o contrato deverá produzir os resultados desde o início até o encerramento)	**Atendido**	O item **"Dos Prazos e Condições de Entrega"** detalha como a contratação será operacionalizada, desde a emissão até a instalação dos certificados nos tokens.
f) Modelo de gestão do contrato (como a execução será acompanhada e fiscalizada)	**Atendido**	O documento descreve a **fiscalização e acompanhamento da execução contratual**, incluindo obrigações da contratada, suporte técnico e prazos.
g) Critérios de medição e pagamento	**Atendido**	A seção **"Das Condições de Pagamento"** estabelece critérios para pagamento, incluindo **atestação da execução dos serviços e prazo para quitação**.
h) Forma e critérios de seleção do fornecedor	**Atendido**	O item **"Critérios para Formulação da Proposta"** define que a seleção será pelo critério de **menor preço por lote**.
i) Estimativa do valor da contratação (preços unitários, memória de cálculo e parâmetros utilizados para obtenção dos preços)	**Atendido**	Embora não diretamente mencionado no documento, consta no ETP e Quadro-Resumo da Contratação.
j) Adequação orçamentária	**Atendido**	Embora não diretamente mencionado no documento, consta nos autos a informação orçamentária

De outro modo, da análise dos dispositivos **11.1 e 11.4** do Termo de Referência à luz dos artigos **155 e 156 da Lei nº 14.133/2021**, identificam-se **inconsistências que podem comprometer a legalidade das sanções aplicadas**. A seguir, são detalhados os pontos de **desconformidade** e **recomendações para ajuste:**

1) O teor da **cláusula 11.1** e o rol estabelecido do dispositivo **11.1.2.** deve considerar as infrações previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021. O percentual previsto deve observar a previsão do §3º do Art. 156.

2) O **impedimento de licitar e contratar** no Estado do Amazonas **por até 5 anos** está em desacordo com a previsão legal, pois essa penalidade possui o **prazo máximo de 3 anos (*art. 156, § 4º*).**

3) A pena para **declaração de inidoneidade** possui o prazo mínimo de **3 anos e máximo de 6 anos. (*art. 156, § 5º*). Assim, a previsão** do inciso IV do **item 11.4**, que estabalece prazo indefinido, não está em conformidade a previsão legal

5) O Termo de Referência menciona a sanção de **suspensão temporária** que não se adequada aos tipos previstos no art. 156.

Desse modo, **recomenda-se** a adequação do artefato de planejamento, visando:

1) Corrigir os prazos das penalidades conforme os limites estabelecidos nos §§ 4º e 5º do art. 156:

a. Impedimento de licitar e contratar no Estado do Amazonas: máximo de 3 anos (*§ 4º*).

b. Declaração de inidoneidade: mínimo de 3 anos e máximo de 6 anos (*§ 5º*).

2) Remover expressões que permitam aplicação indefinida da declaração de inidoneidade, garantindo que os prazos respeitem a legislação;

3) Adequar as sanções previstas ao estabelecido no art. 156: I - advertência; II - multa; III - impedimento de licitar e contratar; IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8. Da Natureza do Objeto Licitado e da Modalidade de Licitação Escolhida

A Lei Federal nº 14.133/2021, instituiu o Pregão como modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de **menor preço** ou o de **maior desconto**, conforme se verifica no art. 6°, inciso XLI, do referido diploma legal:

> Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:
>
> (...)
>
> XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;

Assim, a partir da Nova Lei de Licitações, o Pregão passa a ser obrigatório para a contratação de todo e qualquer bem ou serviço comum, a partir de dois critérios de julgamento: (i) menor preço; ou (ii) maior desconto.

A definição de **bens e serviços comuns** está prevista no iniciso XIII do artigo 6º da Lei nº 14.133/2021: "*aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado*", repetindo a definição dada pela Lei nº 10.520/2002, Lei do Pregão.

Na realidade, a norma, ao restringir o âmbito de aplicação do Pregão, objetiva viabilizar a realização de um procedimento mais simples para aquisição de bens e serviços razoavelmente padronizados, possibilitando à Administração negociar o melhor preço, sem comprometer a viabilidade da proposta.

No caso em questão, o objeto do certame refere-se à **contratação de empresa especializada para a futura e eventual aquisição de serviços de emissão e renovação de certificados digitais padrão ICP-Brasil, bem como o fornecimento de tokens criptográficos USB**.

Dessa forma, verifica-se que a solução em análise, **em regra, configura-se como um serviço comum para fins de licitação**, uma vez que possui **natureza simples**, com **condições de execução claras e padronizáveis**. Assim, é permitida a **utilização do pregão como modalidade de licitação**, conforme disposto na **Lei nº 14.133/2021**

Dessa maneira, em observância aos preceitos legais acima mencionados, reconheço como adequada a modalidade selecionada para a realização de licitação, na modalidade **PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento MENOR PREÇO GLOBAL**, com modo de disputa "**ABERTO"**, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, do Ato PGJ 008/2024 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas no Edital.

9. Dos Atos Essenciais ao Pregão

O art. 29 da Lei n° 14.133/2021 dispõe que o pregão segue o rito procedimental comum previsto no art. 17 do referido diploma legal, *in verbis*:

> Art. 17. O processo de licitação observará as seguintes fases, em sequência:
>
> I - preparatória;
>
> II - de divulgação do edital de licitação;
>
> III - de apresentação de propostas e lances, quando for o caso;
>
> IV - de julgamento;
>
> V - de habilitação;
>
> VI - recursal;
>
> VII - de homologação.

Em especial, no que se refere à **fase preparatória**, que é o objeto de análise neste momento processual, o **art. 18 da Lei nº 14.133/2021** estabelece as **providências e documentos** que devem **instruir o planejamento da contratação**. Dessa forma, constata-se a presença de todos os pressupostos necessários ao prosseguimento do feito.

10. Da Minuta de Edital

Consoante se disse alhures, o certame licitatório é um procedimento prévio de seleção por meio do qual a Administração, mediante critérios previamente estabelecidos, isonômicos, abertos ao público e fomentadores da competitividade, busca escolher a melhor alternativa para a celebração de um contrato (Ronny Charles Lopes de Torres, Lei de Licitações Públicas Comentadas. Salvador: Juspodivm. 2018. P. 44).

Desta feita, o edital é "*ato pelo qual a Administração divulga a abertura da concorrência, fixa os requisitos para participação, define o objeto e as condições básicas do contrato e convida a todos os interessados para que apresentem suas propostas*" (Maria Sylvia Zanella Di Pietro. Direito Administrativo, 2014. P. 423).

Portanto, conclui-se que o Edital é o instrumento adequado para que a Administração Pública tenha êxito em atingir os objetivos impostos pelo Regime Jurídico Administrativo, bem como trazer segurança jurídica a avença. Assim, consoante salienta José dos Santos Carvalho Filho "*o edital traduz uma verdadeira lei porque subordina administradores e administrados às regras que estabelece. Para a Administração, o edital é ato vinculado e não pode ser desrespeitado por seus agentes*".

Esse entendimento está consolidado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, como se pode aferir, *in verbis*: "*(...) o Poder Discricionário da Administração esgota-se com a elaboração do Edital de Licitação. A partir daí, nos termos do vocábulo constante da própria Lei, a Administração Pública vincula-se 'estritamente' a ele.*" (REsp. nº 421.946/DF, 1ª T., rel. Min, Francisco Falcão, j. em 7.02.2006, DJ em 6.3.2006, p. 163).

Ademais, o Edital é o instrumento convocatório do cotejo, cabendo a ele dispor acerca das condições e regras de habilitação, critérios de julgamento, bem como definir as penalidades a serem

cominadas, a forma de pagamento, dentre outros aspectos. Assim, cumpre-lhe atribuir mecanismos que assegurem e promovam a máxima competitividade e a igualdade entre os licitantes, de maneira que o resultado do certame seja o mais efetivo e legítimo aos interesses da Administração Pública.

A Lei nº 14.133/2021 estabelece diretrizes para a elaboração do edital de licitação, determinando, em seu **art. 25**, que o instrumento convocatório deve conter regras claras sobre **o objeto da licitação, a convocação dos interessados, os critérios de julgamento e habilitação, as sanções, as condições contratuais e os critérios de fiscalização e pagamento**.

Dessa forma, analisou-se a **Minuta do Edital de Licitação** à luz dos requisitos legais mencionados, conforme quadro abaixo:

Requisito Legal	Constatação no Edital	Análise de Conformidade
Objeto da licitação	O item 2.1 do edital define claramente o objeto como "registro de preços para futura e eventual aquisição de serviço de emissão e renovação de certificados digitais padrão ICP-Brasil e fornecimento de tokens criptográficos USB".	**Adequado** – O objeto está devidamente descrito e atende ao princípio da clareza e objetividade.
Regras de convocação e divulgação	O edital prevê a ampla publicidade da licitação e menciona a divulgação no site oficial do órgão.	**Adequado** – Em conformidade com o **§3º do art. 25**, que exige a publicação eletrônica dos documentos.
Critérios de julgamento e habilitação	Estabelece que a seleção será feita pelo critério de **menor preço global**, com exigências de habilitação técnica, jurídica e fiscal compatíveis com o objeto.	**Adequado** – Os critérios são objetivos e garantem competitividade.
Sanções e penalidades	O item 22 do edital prevê penalidades como advertência, multa, impedimento de contratar e declaração de inidoneidade.	**Adequado**, Em conformidade com o **art. 156 da Lei nº 14.133/2021**.
Fiscalização e gestão do contrato	O edital estabelece as responsabilidades da contratada e da contratante, incluindo regras para acompanhamento da execução.	**Adequado** – Em conformidade com o art. 25, assegurando controle sobre a execução contratual.
Condições de pagamento	O item 21 detalha os prazos e condições para pagamento.	**Adequado** – Atende ao princípio da previsibilidade contratual.
Índice de reajuste de preços	O edital menciona reajuste, mas não detalha o índice específico conforme exigido pelo §7º do art. 25.	**Recomenda-se** explicitar o **índice de reajustamento** conforme a natureza do contrato.
Uso de mão de obra local e sustentabilidade	O edital não prevê exigência específica de mão de obra local ou sustentável.	**Adequado** – Essa previsão é facultativa (§2º e §9º do art. 25).

Após análise da **Minuta do Edital de Licitação**, conclui-se que o documento **está em conformidade com os requisitos da Lei nº 14.133/2021**, atendendo **os princípios da transparência, isonomia e eficiência**.

No entanto, recomenda-se que sejam realizados **pequenos ajustes**, notadamente: a **especificação do índice de reajustamento de preços**, conforme **§7º do art. 25 da Lei nº 14.133/2021**.

11. Da Análise da Minuta da Carta Contrato

Destaca-se que a minuta do contrato a ser firmado com a interessada, que consta no bojo do presente caderno processual, deve estar em consonância com o art. 89 c/c art. 92 da Lei n° 14.133/21, vejamos:

Requisito Legal	Constatação na Minuta	Análise de Conformidade

Requisito Legal	Constatação na Minuta	Análise de Conformidade
Identificação das partes e representantes (*art. 89, §1º*)	O contrato menciona corretamente os nomes das partes contratantes, seus representantes legais e os atos que autorizam a contratação.	**Adequado** – Atende ao requisito de identificação das partes.
Objeto e suas características (*art. 92, I*)	O contrato especifica de forma clara que se trata de **serviços de emissão e renovação de certificados digitais padrão ICP-Brasil e fornecimento de tokens criptográficos USB**.	**Adequado** – O objeto é descrito com clareza.
Vinculação ao edital e à proposta vencedora (*art. 92, II*)	Há previsão expressa de que o contrato se vincula ao edital e à proposta vencedora.	**Adequado** – Garante coerência com o processo licitatório.
Legislação aplicável, inclusive para casos omissos (*art. 92, III*)	O contrato menciona expressamente a aplicação da **Lei nº 14.133/2021** e demais normas pertinentes.	**Adequado** – Garante segurança jurídica.
Regime de execução e forma de fornecimento (*art. 92, IV*)	O contrato detalha como os serviços serão prestados, incluindo os prazos de execução e entrega.	**Adequado** – Define claramente o modo de execução.
Preço, condições de pagamento e reajustamento (*art. 92, V*)	O contrato estabelece valores, condições de pagamento e critérios de reajuste, vinculando-se à data-base do orçamento estimado.	**Adequado** – Contudo, recomenda-se maior detalhamento do índice de reajuste.
Critérios de medição e prazo para liquidação e pagamento (*art. 92, VI*)	Estabelece os prazos e critérios para ateste e pagamento dos serviços prestados.	**Adequado** – Prevê prazos razoáveis para quitação.
Prazos de execução e recebimento definitivo (*art. 92, VII*)	Define os prazos para início, execução, entrega e recebimento definitivo dos serviços.	**Adequado** – Compatível com a legislação.
Crédito orçamentário (*art. 92, VIII*)	Indica a dotação orçamentária responsável pelo custeio da despesa.	**Adequado** – Cumpre exigência fiscal e contábil.
Garantias contratuais (*art. 92, XII*)	Prevê a possibilidade de exigência de garantia para assegurar a execução contratual.	**Adequado** – Alinha-se às normas contratuais da Lei nº 14.133/2021.
Sanções e penalidades (*art. 92, XIV*)	Estabelece penalidades como advertência, multa e declaração de inidoneidade.	**Considerando que o Contrato replica as informações do Termo de Referência,** Recomenda-se verificar se os prazos e limites das penalidades respeitam o **art. 156 da Lei nº 14.133/2021**.
Modelo de gestão do contrato (*art. 92, XVIII*)	Indica o modelo de fiscalização e gestão contratual.	**Adequado** – Atende ao princípio da eficiência administrativa.
Extinção contratual (*art. 92, XIX*)	O contrato detalha hipóteses de rescisão previstas na legislação.	**Adequado** – Segue o disposto na Lei nº 14.133/2021.

Embora a minuta **atenda aos requisitos da Lei nº 14.133/2021**, **algumas adequações são sugeridas para reforçar a segurança jurídica do contrato**:

> **1) Reajustamento de preços** – O contrato prevê reajuste, mas recomenda-se detalhar **os índices aplicáveis** e a **data-base do orçamento estimado** (art. 92, V e §3º).
>
> **2)** Considerando que o Contrato replica as informações do Termo de Referência**, recomenda-se** verificar se os prazos e limites das penalidades respeitam o **art. 156 da Lei nº 14.133/2021**.

Dessa forma, a análise da **Minuta de Contrato Administrativo** evidencia que o documento **está em conformidade com a Lei nº 14.133/2021**, atendendo aos **princípios da transparência, segurança jurídica e eficiência administrativa**.

Diante do exposto, **não se vislumbra óbices jurídicos à continuidade do certame**, desde que as recomendações desta Assessoria sejam observadas.

III) CONCLUSÃO

Ex positis, esta **Assessoria Jurídica OPINA** pela **APROVAÇÃO, com RESSALVAS,** da **Minuta de Edital 1 (1520943)** e da **Minuta de Contrato Administrativo 1 (1522384)** para a realização de **PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento MENOR PREÇO GLOBAL e modo de disputa "ABERTO"**, nos termos da **Lei nº 14.133/2021, do Ato PGJ 008/2024** e demais normativas aplicáveis.

O parecer fundamenta-se na **presença dos requisitos exigíveis** para a condução do certame, de acordo com a legislação vigente. Entretanto, a aprovação está condicionada à implementação das seguintes **ressalvas e adequações**:

1) Termo de Referência 12 (1415338):

a) Correção dos prazos das penalidades, conforme os limites estabelecidos nos **§§ 4º e 5º do art. 156** da Lei nº 14.133/2021::

i. Impedimento de licitar e contratar no Estado do Amazonas: máximo de 3 anos (*§ 4º*).

ii. Declaração de inidoneidade: mínimo de 3 anos e máximo de 6 anos (*§ 5º*).

b) Remover expressões que permitam a aplicação indefinida da declaração de inidoneidade, garantindo que os prazos respeitem a legislação vigente;

c) Adequar as sanções previstas ao disposto no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, incluindo exclusivamente:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

2) Minuta de Edital 1 (1520943):

a) Especificação do índice de reajustamento de preços, conforme **§ 7º do art. 25 da Lei nº 14.133/2021**, garantindo a clareza quanto à forma e periodicidade do reajuste.

3) Minuta de Contrato Administrativo 1 (1522384):

a) Reajustamento de preços – O contrato já prevê reajuste, mas recomenda-se detalhar os **índices aplicáveis** e a **data-base do orçamento estimado** (**art. 92, V e § 3º**).

b) Sanções e penalidades – Considerando que o contrato **replica as informações do Termo de Referência**, recomenda-se **verificar se os prazos e limites das penalidades respeitam o art. 156 da Lei nº 14.133/2021**.

Conforme disposto no **§ 3° do art. 53 da Lei nº 14.133/2021**, após finalizados os ajustes técnicos e jurídicos, a **autoridade competente poderá determinar a divulgação do edital**, nos termos do **art. 54 da referida legislação**.

Diante do exposto, **não há óbices jurídicos à continuidade do certame**, desde que sejam **observadas as adequações recomendadas**.

É o parecer que submento à apreciação de Vossa Excelência.

ASSESSORIA DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, Manaus, na data de assinatura.

Cleiton da Silva Alves

Assessor Jurídico de Subprocurador-Geral de Justiça

ATO nº 490/2024/PGJ - DOMPE, Ed. 2957, de 1.11.2024

Matrícula nº 000.640-8A

[1] CARVALHO, Matheus. Nova Lei de Licitações Comentada e Comparada / Matheus Carvalho, João Paulo Oliveira e Paulo Germano Rocha.-4ed. rev., atual. e ampl. - São Paulo: Editora JusPodivm, 2024.

Documento assinado eletronicamente por **Cleiton da Silva Alves**, **Assessor(a) Jurídico(a) de Subprocurador-Geral de Justiça**, em 04/02/2025, às 17:33, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1536182** e o código CRC **331521EC**.

DESPACHO Nº 77.2025.01AJ-SUBADM.1539341.2024.019531

PROCESSO N° 2024.019531

ASSUNTO: Formação de registro de preços para a futura e eventual aquisição de **serviço de emissão e renovação de certificados digitais padrão ICP-Brasil e fornecimento de token criptográficos USB**, no sistema de Registro de Preços, objetivando atender as necessidades de utilização da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, pelo período de 12 (doze) meses

INTERESSADA:

Trata-se de procedimento administrativo iniciado através do **OFÍCIO Nº 73.2024.DTIC** (1412460), de lavra da **Tadeu Azevedo de Medeiros**, **Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (DTIC)**, à época, por meio do qual encaminhou o **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP Nº 10.2024.DTIC** (1412472) e o **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 12.2024.DTIC** (1415338), referente ao registro de preços para futura e eventual aquisição de **serviço emissão e renovação de certificados digitais padrão ICP-Brasil e fornecimento de token criptográficos USB**, visando atender às necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas por 12 (doze) meses.

Após análise sumária dos elementos constantes no referido documento, a Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos determinou o prosseguimento do feito, consoante se verifica no **DESPACHO Nº 1201.2024.01AJ-SUBADM** (1430209).

De sua parte, o Setor de Compras e Serviços - SCOMS realizou a juntada do do **QUADRO-RESUMO DO PROCESSO DE COMPRA Nº 332.2024.SCOMS** (1437698), no valor total de **R$ 276.691,17** (duzentos e setenta e seis mil seiscentos e noventa e um reais e dezessete centavos).

Em seguida, a Diretoria de Orçamento e Finanças - DOF elaborou a **NOTA DE AUTORIZAÇÃO DE DESPESAS/ADJUDICAÇÃO -NAD Nº 345.2024.DOF - ORÇAMENTO** (1400150) e encaminhou os autos à Comissão Permanente de Licitação.

Na sequência, a Diretoria de Orçamento e Finanças - DOF elaborou a **NOTA DE AUTORIZAÇÃO DE DESPESAS/ADJUDICAÇÃO -NAD Nº 468.2024.DOF - ORÇAMENTO** (1469850) e encaminhou os autos à Comissão Permanente de Licitação, que por meio do **OFÍCIO Nº 16.2025.CPL** (1522018), remeteu o presente caderno processual à Divisão de Contratos e Convênios - DCCON para análise acerca da necessidade de elaboração de minuta do termo contratual ou instrumento correlato.

Em atenção, via **MEMORANDO Nº 17.2025.DCCON - CONTRATOS** (1524684), a DCCON informou que elaborou **MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 1.2025.DCCON - CONTRATOS** (1522384), e retornou os autos à CPL para conhecimento e adoção das medidas cabíveis.

Assim, a Comissão Permanente de Licitação, por meio do **DESPACHO Nº** 2.2025.CPL (1525241), realizou a juntada da **Minuta de Edital 1 (1520943)**, cujo objeto é *registro de preços para futura e eventual aquisição de* ***serviço de emissão e renovação de certificados digitais padrão ICP-Brasil e fornecimento de token criptográficos USB****, objetivando atender às necessidades de utilização da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, pelo período de 12 (doze) meses*, encaminhando o processo em epígrafe para análise e aprovação desta SUBADM.

Dando seguimento à analise da nova minuta de edital apresentada, a Assessoria Jurídica, por meio do **PARECER Nº 7.2025.01AJ-SUBADM** (1536182), concluiu da seguinte maneira:

> **III) CONCLUSÃO**
>
> *Ex positis,* esta **Assessoria Jurídica OPINA** pela **APROVAÇÃO** da **Minuta de Edital 1 (1520943)** e da **Minuta de Contrato Administrativo 1 (1522384)** para a realização de **PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento MENOR PREÇO GLOBAL e modo de disputa "ABERTO"**, nos termos da **Lei nº 14.133/2021, do Ato PGJ 008/2024** e demais normativas aplicáveis.
>
> O parecer fundamenta-se na **presença dos requisitos exigíveis** para a condução do certame, de acordo com a legislação vigente. Entretanto, a aprovação está condicionada à implementação das seguintes **ressalvas e adequações**:
>
> **1) Termo de Referência 12 (1415338):**
>
> **a**) **Correção dos prazos das penalidades**, conforme os limites estabelecidos nos **§§ 4º e 5º do art. 156** da Lei nº 14.133/2021::
>
> i. Impedimento de licitar e contratar no Estado do Amazonas: máximo de 3 anos (*§ 4º*).
>
> ii. Declaração de inidoneidade: mínimo de 3 anos e máximo de 6 anos (*§ 5º*).
>
> **b**) **Remover expressões que permitam a aplicação indefinida da declaração de inidoneidade**, garantindo que os prazos respeitem a legislação vigente;
>
> **c) Adequar as sanções previstas ao disposto no art. 156 da Lei nº 14.133/2021**, incluindo exclusivamente:
>
> I - advertência;
>
> II - multa;
>
> III - impedimento de licitar e contratar;
>
> IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
>
> **2) Minuta de Edital 1 (1520943):**
>
> **a**) **Especificação do índice de reajustamento de preços**, conforme **§ 7º do art. 25 da Lei nº 14.133/2021**, garantindo a clareza quanto à forma e periodicidade do reajuste.
>
> **3) Minuta de Contrato Administrativo 1 (1522384):**
>
> **a) Reajustamento de preços** – O contrato já prevê reajuste, mas recomenda-se detalhar os **índices aplicáveis** e a **data-base do orçamento estimado** (**art. 92, V e § 3º**).
>
> **b) Sanções e penalidades** – Considerando que o contrato **replica as informações do Termo de Referência**, recomenda-se **verificar se os prazos e limites das penalidades respeitam o art. 156 da Lei nº 14.133/2021**.
>
> Conforme disposto no **§ 3° do art. 53 da Lei nº 14.133/2021**, após finalizados os ajustes técnicos e jurídicos, a **autoridade competente poderá determinar a divulgação do edital**, nos termos do **art. 54 da referida legislação**.
>
> Diante do exposto, **não há óbices jurídicos à continuidade do certame**, desde que sejam **observadas as adequações recomendadas**.

Assim sendo, **pelos fatos e fundamentos apresentados nos autos**, **ACOLHO** integralmente a peça opinativa supracitada e, por conseguinte, **DETERMINO** a devolução dos autos às unidades administrativas competentes, para que sejam realizados os ajustes na **Minuta de Edital 1 (1520943),** e **Minuta de Contrato Administrativo 1 (1522384)**, para realização de **PREGÃO, na forma**

ELETRÔNICA, com critério de julgamento MENOR PREÇO GLOBAL, com modo de disputa "**ABERTO"**, que tem como objeto a *formação de registro de preços para a futura e eventual aquisição de **serviço de emissão e renovação de certificados digitais padrão ICP-Brasil e fornecimento de token criptográficos USB**, no sistema de Registro de Preços, objetivando atender as necessidades de utilização da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, pelo período de 12 (doze) meses.*

Dessa forma, **ENCAMINHE-SE** os autos às seguintes unidades administrativas para a implementação das adequações necessárias antes da deflagração do certame:

I) À **Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação,** para proceder aos seguintes ajustes no **Termo de Referência 12 (1415338):**

a) Correção dos prazos das penalidades, conforme os limites estabelecidos nos **§§ 4º e 5º do art. 156** da Lei nº 14.133/2021::

i. Impedimento de licitar e contratar no Estado do Amazonas: máximo de 3 anos (*§ 4º*).

ii. Declaração de inidoneidade: mínimo de 3 anos e máximo de 6 anos (*§ 5º*).

b) Remover expressões que permitam a aplicação indefinida da declaração de inidoneidade, garantindo que os prazos respeitem a legislação vigente;

c) Adequar as sanções previstas ao disposto no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, incluindo exclusivamente:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

II) À **Divisão de Contratos e Convênios,** para proceder aos seguintes ajustes na **Minuta de Contrato Administrativo 1 (1522384):**

a) Reajustamento de preços – O contrato já prevê reajuste, mas recomenda-se detalhar os **índices aplicáveis** e a **data-base do orçamento estimado** (**art. 92, V e § 3º**).

b) Sanções e penalidades – Considerando que o contrato **replica as informações do Termo de Referência**, recomenda-se **verificar se os prazos e limites das penalidades respeitam o art. 156 da Lei nº 14.133/2021**.

III) À **Comissão Permanente de Licitação**, para proceder aos seguintes ajustes na **Minuta de Edital 1 (1520943):**

a) Especificação do índice de reajustamento de preços, conforme **§ 7º do art. 25 da Lei nº 14.133/2021**, garantindo a clareza quanto à forma e periodicidade do reajuste.

Após as devidas adequações, **RETORNEM** os autos para conferência e demais providências cabíveis.

Cumpra-se.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA–GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, em Manaus, na data da assinatura digital.

ANDRÉ VIRGÍLIO BELOTA SEFFAIR
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

Documento assinado eletronicamente por **André Virgílio Belota Seffair**, **Subprocurador(a)-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos**, em 05/02/2025, às 09:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1539341** e o código CRC **7915DAD5**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 4.2025.DTIC.1540068.2024.019531

DESCRIÇÃO DO OBJETO

Registro de preços para futura e eventual aquisição de **serviço emissão e renovação de certificados digitais padrão ICP-Brasil e fornecimento de token criptográficos USB**, visando atender às necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas por 12 (doze) meses.

1. JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO

1.1 A adoção dos sistemas eletrônicos no âmbito da justiça, culminando na implementação de sistemas eletrônicos diversos como **SISTEMA DE AUTOMAÇÃO JUDICIAL - SAJ**, a implementação do **SISTEMA ELETRÔNICO DE EXECUÇÃO UNIFICADO - SEEU** entre outros, exige que os membros, como parte integrante das instituições de justiça, para efetuarem suas tramitações diárias nos processos judiciais, alimentar a plataforma com dados, arrolar documentações, assinar, entre outros feitos, dependem diretamente da utilização de certificados digitais e tokens, assegurando a integridade dos documentos emitidos. Adicionamente a isso, há outros sistemas eletrônicos onde uma parcela dos servidores desempenham suas atividades onde existe a necessidade de acesso e emissão de documentos mediante uso de certificados digitais.

1.2 Desta feita, há a necessidade de aquisição de tokens e certificados digitais para atender aos membros e servidores, assegurando o atendimento à demanda contínua de emissão e renovação de certificados digitais, sem os quais impediriam que o **MPAM** desempenhe suas competências dentro dos sistemas eletrônicos.

1.3 A **PGJ-AM** busca com este instrumento a prestação do serviço de emissão de certificados digitais, com ou sem o fornecimeno de token criptográfico, para uso da Instituição, membros e servidores, que atuam com sistemas que façam uso obrigatório de certificação digital como método de autenticação.

1.4 A necessidade de validação presencial visa garantir maior agilidade na emissão dos certificados, possibilitando que o procedimento ocorra sem prejuízo às atribuições cotidianas.

2. DETALHAMENTO DO OBJETO

2.1 O objeto deste termo de referência é o registro de preços para contratação de empresa, selecionada sob o **critério de menor preço por lote**, para fornecimento e emissão de certificados digitais, incluindo visitas externas para sua emissão, bem como o fornecimento de dispositivos criptográficos (*tokens)* USB para armazenamento, conforme especificações descritas no **ANEXO I** (1417558) deste termo.

2.2 Todos os itens deste termo de referência poderão serão solicitados conforme demanda por meio de ordens de fornecimento.

2.3 Os certificados digitais (e-CPF e e-CNPJ) deverão ser no padrão ICP-Brasil.

2.4 A **CONTRATADA** deverá possuir no mínimo um posto de atendimento para emissão de certificados digitais presenciais na cidade de Manaus-AM, durante toda a vigência da ata de registro de preços.

2.5 A **CONTRATADA** deverá oferecer atendimento nas formas virtual e presencial, a escolha da **CONTRATANTE**, para emissão e gravação dos certificados digitais tipo eCPF A3, estando obrigada a cumprir, no ato do atendimento, todas as etapas até que o certificado esteja instalado no token.

2.5.1 A **CONTRATADA** deverá assegurar, até o final do atendimento, que o titular do certificado tenha gravado no token sua própria senha, pessoal e intransferível.

2.6 A **CONTRATADA** deverá disponibilizar à **CONTRATANTE** uma platorma de sistema para agendamento e gerenciamento de emissões dos certificados contratados, possuindo as seguintes características:

2.6.1 Acessível pela internet por meio de login e senha para os gestores do contrato da **CONTRATANTE**;

2.6.2 Que permita que a **CONTRATANTE** possa agendar o atendimento para emissão e gravação de certificado em dia e hora disponíveis, atrelado a um número de voucher gerado pelo sistema.

2.6.3 Que o cadastro do beneficiário do certificado tenha no mínimo: nome completo e CPF;

2.6.4 Que exiba a data de alocação de autorização/código e a data/hora de emissão do certificado digital;

2.6.5 Que tais informações sejam atualizadas no máximo a cada 30 (trinta) dias;

2.6.6 Que exiba relatório contendo data de alocação de autorização/código e a data/hora de emissão do certificado digital.

2.7 A **CONTRATADA** deverá disponibilizar o sistema em até 15 (quinze) dias corridos a partir da emissão da Ordem de Fornecimento, junto com as seguintes informações: link de acesso, login e senha, manual de utilização.

2.8 A emissão fica autorizada apenas mediante cadastro prévio no sistema de vouchers.

2.9 O token deverá ser gerenciável pelo software **SafeNet Authenticator Client**. Justificando-se pelo fato de ser esta a única ferramenta compatível com os tokens já utilizados pelo **MPAM** e que, por este motivo, já é pré-instalada em todos os computadores institucionais, com a qual se podem realizar as operações de desbloqueio, alteração de senha, etc, e evitar conflitos com outros gerenciadoes e drivers existentes.

3. DO SUPORTE TÉCNICO

3.1 A **CONTRATADA** deverá fornecer suporte técnico, durante todo o ciclo de validade do produto.

3.2 O **SUPORTE TÉCNICO** poderá ser realizado por telefone, e-mail, chat ou mesmo abertura de chamados on-line, em horário comercial das 8h às 17h, em língua portuguesa do Brasil.

3.3 As mensagens enviadas sábados, domingos e feriados serão analisadas no primeiro dia útil subsequente.

3.4 Deverá ser disponibilizado um serviço de *service desk* para abertura, controle e acompanhamento dos chamados.

3.5 Quando da abertura do **CHAMADO TÉCNICO**, a **FISCALIZAÇÃO** será informada do **NUMERO DO CHAMADO** (número sequencial único) que identificará toda a evolução do chamado até seu encerramento.

3.6 Não poderá existir qualquer tipo de limitação de horas para a prestação do suporte técnico, durante a vigência desta contratação.

3.7 A **CONTRATADA** deverá refazer e/ou corrigir, em até 48 (quarenta e oito) horas após registrada a ordem de serviço e sem ônus adicionais para a **CONTRATANTE**, erros sistêmicos e outros que eventualmente possam surgir após a instalação dos respectivos certificados.

4. DA GARANTIA

4.1 Itens 1 e 2 – Certificados de pessoa física (e-CPF A3) e pessoa jurídica (e-CNPJ A3).

4.1.1 A **CONTRATADA** deverá prover garantia de correção e atualização motivadas por falhas técnicas e mudanças originadas de diretrizes oriundas da ICP-Brasil, pelo período mínimo de 36 (trinta e seis) meses para o certificado do tipo A3, contados a partir da data de emissão do certificado;

4.1.2 Caso a correção ou atualização exija novo certificado, a empresa contratada deverá efetuar a nova emissão, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de notificação, sem ônus adicional para o **CONTRATANTE**.

4.2 Item 3 – Certificado digital SSL WILDCARD para sistemas web

4.2.1 A **CONTRATADA** deverá prover garantia de correção e atualização motivadas por falhas técnicas, pelo período mínimo de 12 (doze) meses para o certificado SSL WILDCARD, contados a partir da data de emissão do mesmo.

4.2.2 Caso a correção ou atualização exija novo certificado, a empresa contratada deverá efetuar a nova emissão, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de notificação, sem ônus adicional para o **CONTRATANTE**.

4.3 Item 4 – Certificados de pessoa jurídica (e-CNPJ A1).

4.3.1 A **CONTRATADA** deverá prover garantia de correção e atualização motivadas por falhas técnicas e mudanças originadas de diretrizes oriundas da ICP-Brasil, pelo período mínimo de 12 (doze) meses para o certificado do tipo A1, contados a partir da data de emissão do certificado;

4.3.2 Caso a correção ou atualização exija novo certificado, a empresa contratada deverá efetuar a nova emissão, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de notificação, sem ônus adicional para o **CONTRATANTE**.

4.4 Item 6 – Mídia criptográfica do tipo Token

4.4.1 A **CONTRATADA** deverá prover garantia mínima de 12 (doze) meses, contado a partir da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

4.4.2 Os tokens fornecidos deverão ser novos e de "primeiro uso", não podendo ser recondicionados.

4.4.3 Não estão contemplados nessa garantia os casos de roubo, perda do dispositivo e mau uso do usuário.

4.4.4 Caso o token necessite ser substituído ou apresente erro que comprometa o funcionamento do certificado ali armazenado, um novo token e uma nova emissão de certificado deverá ser realizada, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da notificação feita pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**.

5. DOS CRITÉRIOS PARA FORMULAÇÃO DA PROPOSTA

5.1 Os interessados em participar do certame objeto desta contratação, serão selecionados pelo critério de **menor preço global**, elaborando sua proposta comercial em conformidade com a planilha de formação de preços, apresentada a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	U.M.	VALOR UNITÁRIO (R$)	TOTAL (R$)
1	EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL PARA PESSOA FÍSICA DO TIPO A3 (e-CPF)	500	Und		
2	EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL PARA PESSOA JURÍDICA TIPO A3 (e-CNPJ)	10	Und		
3	EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL SSL WILDCARD PARA SISTEMAS WEB	10	Und		
4	EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL PARA PESSOA JURÍDICA TIPO A1 (e-CNPJ)	4	Und		
5	VISITA TÉCNICA PARA VALIDAÇÃO E EMISSÃO DE CERTIFICADOS DIGITAIS	25	Und		
6	FORNECIMENTO DE MÍDIA CRIPTOGRÁFICA TIPO TOKEN USB	500	Und		
				VALOR TOTAL (R$)	

5.2 O pretenso licitante deverá observar, quando da apresentação da proposta, os respectivos prazos estabelecidos neste Termo.

6. DOS PRAZOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA

6.1 A **CONTRATADA** deverá disponibilizar os certificados, visitas e *tokens*, nos termos descritos neste Termo, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos da data de recebimento da autorização de fornecimento pela **CONTRATADA**.

6.1.1 Os certificados e visitas serão consideradas entregues quando disponíveis para agendamento no sistema de gerenciamento de emissões;

6.1.2 A entrega dos dispositivos criptográficos tipo token USB, deverá ser realizada em até 30 (trinta) dias após o recebimento pela **CONTRATADA** da Autorização de Fornecimento emitida pelo **CONTRATANTE**.

6.2 A execução dos serviços e a entrega do objeto contratado deverá ser realizada na sede da **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, a qual ocorrerá em dias úteis, no horário das 8h às 17h, no seguinte endereço:

Av. Coronel Teixeira, n.º 7.995, Nova Esperança, Ponta Negra

6.3 O prazo de vigência do contrato decorrente desta licitação dar-se-á a partir da data de sua assinatura, por um período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado na forma da Lei nº. 14.133/21.

6.4 O serviço de emissão de certificados será considerado terminado quando o voucher gerado no sistema de gerenciamento de emissões estiver indicando que o mesmo foi emitido e instalado.

6.5 Caberá à **FISCALIZAÇÃO** comunicar à **CONTRATADA** os dados necessários para emissão dos certificados que são objeto desta contratação, bem como as datas de agenda para execução das visitas externas necessárias a emissão dos Certificados.

7. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1 O recebimento dos produtos será realizado pela **FISCALIZAÇÃO**, na forma prevista na Lei n.º 14.133/21, e ocorrerá a cada Autorização de Fornecimento, seguinte forma:

7.1.1 **PROVISORIAMENTE**: Quando da efetiva entrega dos Certificados e/ou Tokens, devidamente acompanhado da nota fiscal, constituindo-se na inspeção quantitativa, para posterior verificação da conformidade com as especificações.

7.1.2 **DEFINITIVAMENTE**: No prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento provisório, após a verificação da conformidade dos referidos produtos com as condições, especificações e obrigações contratuais, cabendo à **CONTRATADA** o dever de substituir os itens que não estejam de acordo com as especificações, observando-se o disposto no pertinente diploma lega.

7.1.2.1 Para avaliação da qualidade, após o recebimento provisório, o Fiscal Técnico da **CONTRATANTE** submeterá os produtos recebidos a testes de aceitação, de todos os componentes disponíveis na solução, através de procedimentos próprios, findo o qual será elaborado relatório técnico com a análise dos resultados.

7.2 Os testes de aceitação serão desenvolvidos de acordo com os eventos e atividades descritos a seguir:

7.2.1 Conferência de entrega: oportunidade em que se procederá a identificação e conferência da solução entregue.

7.2.2 Testes de instalação: configuração das funcionalidades do objeto contratado.

7.2.3 Testes de ativação: operacionalização da solução, com a verificação de suas características, de suas funcionalidades e de sua compatibilidade.

7.3 Com o processo de recebimento, realizar-se-á a verificação detalhada do cumprimento de todas obrigações da contratada, bem como a conformidade do objeto com as condições e especificações constantes no instrumento compromissório.

7.4 Cumpridos os requisitos editalícios do objeto e contratuais e, por conseguinte, seja constatada a viabilidade do recebimento, a equipe de **FISCALIZAÇÃO** e **GESTÃO** expedirá **Termo de Recebimento Definitivo** que será assinada pela equipe e pelos representantes da **CONTRATADA**.

7.5 Na eventualidade de serem encontradas restrições para recebimento do objeto, a **FISCALIZAÇÃO** fará constar, em seu relatório técnico, as pendências encontradas, comunicando-as à **CONTRATADA**.

7.5.1 A **CONTRATADA** deverá sanar as pendências no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, observando-se o disposto na Lei n.º 14.133/21.

7.5.2 A **CONTRATADA** deverá efetuar as devidas correções, sem qualquer ônus para a **CONTRATANTE**.

7.6 O **Recebimento Definitivo** do objeto não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela perfeita execução do objeto deste Termo.

7.7 A **CONTRATADA** deverá corrigir, sem ônus adicionais, qualquer erro ou defeito no produto entregue e aceito pela **CONTRATANTE** que não estiver de acordo com os requisitos acordados, durante o período de vigência da garantia.

7.8 No caso de substituição, o novo produto que vier a ser oferecido deverá conter, necessariamente, todas as funcionalidades e prover todos os serviços daquele que substituiu.

7.9 Se, a qualquer tempo, vier a ser constatado que o produto fornecido o foi em desacordo com as especificações e, em decorrência desse fato, observar-se qualquer tipo de dano ao equipamento onde está sendo utilizado, o reparo do equipamento ou, se for o caso, a sua substituição, será de inteira responsabilidade da **CONTRATADA**, nos termos da lei pertinente.

7.10 Nenhum pagamento será efetivado sem que a área de solicitante, emita o **Termo de Recebimento Definitivo** e ateste que o objeto contratado está integralmente sendo entregue/disponibilizado pela **CONTRATADA**.

8. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1 O pagamento devido à **CONTRATADA** será creditado em conta-corrente por meio de ordem bancária, efetuado mediante apresentação de nota fiscal/fatura atestada e visada pelos órgãos de fiscalização e acompanhamento do fornecimento do material, no prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados a partir do atesto da Administração na fatura apresentada.

8.2 A respectiva nota fiscal/fatura dos produtos, emitidas em conformidade com o Protocolo ICMS 42/2009 (NF-e), deverá estar devidamente discriminada, em nome da **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, CNPJ n.º 04.153.748/0001-85, e acompanhada das respectivas Certidões Negativas de Débito para com a Seguridade Social, para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, e ainda, Certidão Negativa de Débito Trabalhista, Certidão de regularidade junto a Fazenda Federal, Estadual e Municipal.

8.3 Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

8.4 Qualquer atraso ocorrido na apresentação da nota fiscal/fatura, ou dos documentos exigidos como condição de pagamento por parte da **CONTRATADA**, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do **CONTRATANTE**.

8.5 Nenhum pagamento isentará o fornecedor das responsabilidades atinentes ao produto, nem tampouco implicará a aprovação definitiva da entrega, total ou parcialmente.

8.6 Somente serão considerados efetivamente executados os serviços entregues em sua totalidade até a data de emissão da respectiva fatura.

8.7 Nenhum pagamento será efetivado sem que a área solicitante, emita o **Termo de Recebimento Definitivo** e ateste que o objeto contratado está integralmente sendo entregue/disponibilizado pela **CONTRATADA**.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 Além das condições já previstas, especificadamente, nos itens que cuidam da entrega das licenças e da garantia técnica, constituem, igualmente, obrigações da futura contratada a condições descritas neste item.

9.2 Designar, em até cindo dias corridos, após assinatura do contrato, **PREPOSTO** para representar administrativamente a **CONTRATADA** ao longo da execução contratual.

9.2.1 Ao apresentar o **PREPOSTO**, a **CONTRATADA** deverá indicar canais de comunicação direta como representante, sem intermediação de canais de atendimento e afins.

9.2.2 Em caso de afastamento do **PREPOSTO** indicado, a **CONTRATADA** contará com o prazo de cinco dias corridos para indicação de novo representante.

9.3 Manter garantia contra bugs (falhas de programação), durante todo o ciclo de validade do produto.

9.4 Observar os prazos estabelecidos neste Termo e no contrato.

9.5 Efetuar a entrega do objeto contratado, dentro do prazo e de acordo com as especificações constantes deste Termo, observando estreitamente as prescrições e as recomendações do fabricante, a legislação estadual ou municipal, se houver, bem como outras normas correlatas, ainda que não estejam explicitamente citadas neste documento e seus anexos.

9.6 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste Termo, sem prévia e expressa anuência da **CONTRATANTE**.

9.6.1 A **CONTRATANTE** não aceitará, sob pretexto algum, a transferência de responsabilidade da **CONTRATADA** para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, subempreiteiros ou quaisquer outros.

9.7 Comunicar imediatamente à **CONTRATANTE**, por escrito, toda e qualquer anormalidade que dificulte ou impossibilite a execução do objeto deste Termo e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

9.8 Aceitar todas as decisões, métodos de inspeção, verificação e controle, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos e explicações que a **CONTRATANTE** julgar necessário.

9.8.1 A ação de fiscalização não exonera a **CONTRATADA** de suas responsabilidades contratuais.

9.9 Substituir, reparar, corrigir, remover, refazer ou reconstituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste Termo que não atenda às especificações exigidas, em que se verifiquem imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções ou rejeitados pela fiscalização.

9.10 Apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, e de impedimento de execução por fato ou ato de terceiro reconhecido pela **CONTRATANTE** em documento contemporâneo a sua ocorrência, quando não puder cumprir os prazos estipulados para a execução, total ou parcial, do objeto deste Termo.

9.11 Responsabilizar-se por todos os encargos e obrigações concernentes às legislações sociais, trabalhistas, tributárias, fiscais, comerciais, securitárias e previdenciárias, bem como por todas as despesas decorrentes da execução de eventuais trabalhos em horários extraordinários (diurno e noturno), e, em suma, todos os gastos e encargos com material e mão de obra necessários à completa realização dos serviços.

9.11.1 A inadimplência da **CONTRATADA** com referência a tais encargos não transfere à **CONTRATANTE** a responsabilidade por seu pagamento.

9.12 Além dos encargos pertinentes, ser responsável pelo ônus de indenizar todo e qualquer prejuízo pessoal ou material causado à **PGJ-AM** ou a terceiros que possa advir, direta ou indiretamente, da execução do objeto deste Termo.

9.13 A inobservância das especificações constantes deste Termo de Referência implicará a não aceitação parcial ou total dos serviços, devendo a **CONTRATADA** refazer as partes recusadas sem direito a indenização.

9.14 No que diz respeito ao atendimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados – Lei n.º 13.709/2018 (LGPD), a **CONTRATADA** ficará obrigada a:

9.14.1 cumprir as solicitações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);

9.14.2 cumprir com o estabelecido pelo **CONTRATANTE** para o tratamento de dados e dentro das finalidades necessárias ao cumprimento do objeto contratado;

9.14.3 guardar o mais absoluto sigilo sobre os dados pessoais que lhes forem confiados por força da execução do contrato, estendendo tal obrigação a eventuais empregados, assumindo a responsabilidade e as consequências advindas da sua divulgação não autorizada ou utilização indevida, inclusive cível e penal;

9.14.4 não utilizar os dados obtidos por meio desse ajuste para finalidade diversa;

9.14.5 notificar o **CONTRATANTE** em caso de vazamento de dados que conduza à destruição, perda, alteração ou divulgação não autorizada de dados, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contadas da descoberta da referida violação;

9.14.6 fornecer informações úteis ao **CONTRATANTE** sobre a natureza e âmbito dos Dados Pessoais possivelmente afetados e as medidas corretivas tomadas ou planejadas;

9.14.7 implementar medidas corretivas a fim de impedir violações e a fim de limitar o seu impacto sobre os titulares de dados, na medida do possível.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1 Realizar a gestão do consumo dos itens ata de registro de preços através do **SETOR DE INFRAESTRUTURA E TELECOMUNICAÇÕES**.

10.2 Fornecer à **CONTRATADA** as informações necessárias à fiel execução do contrato.

10.3 Acompanhar e fiscalizar, como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse, o exato cumprimento das obrigações previstas neste Termo de Referência.

10.4 Exercer a **FISCALIZAÇÃO** e supervisão dos serviços/fornecimentos executados, por meio de servidores especialmente designados, como segue:

a) **GESTÃO** realizada pelo Diretor da área de TI, ou por servidor por este designado;

b) **FISCALIZAÇÃO TÉCNICA** realizada por servidores da área de TI.

10.5 Anotar em registro próprio e notificar a **CONTRATADA**, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições, defeitos de fabricação e avarias nos softwares fornecidos, exigindo as medidas reparadoras devidas.

10.6 Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue em desacordo com a disciplina estabelecida neste instrumento e no contrato futuro.

10.7 Efetuar regularmente o pagamento da **CONTRATADA**, dentro dos critérios estabelecidos neste Termo de Referência e no contrato, após o cumprimento das formalidades legais, por meio de Ordem Bancária, após o atesto das notas fiscais/faturas.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 O descumprimento de quaisquer das obrigações relacionadas à prestação do serviço, salvo nos casos devidamente justificados e comprovados, a critério da **CONTRATANTE**, sujeitará a **CONTRATADA** às sanções previstas na Lei Federal n.º 14.133/2021, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, garantindo-se o direito aampla defesa e ao contraditório, quais sejam:

I. Advertência:

II. Multa, nos seguintes termos:

Item	Infração	Penalidade	Limite
1	Atraso na entrega do objeto	Multa de mora diária de 1% (um por cento) sobre o valor total da Nota de	10%, após o qual a CONTRATADA ficará sujeita à inexecução parcial ou total do objeto, sendo

Item	Infração	Penalidade	Limite
		Empenho.	possível a rescisão unilateral do contrato pela Administração e a sujeição da CONTRATADA às sanções correlatas.
2	Recusa em executar o serviço, caracterizada em 10 (dez) dias após o vencimento do prazo estipulado.	10% (dez por cento) do valor global	-
3	Não cumprimento dos prazos estebelecidos no Edital	Multa de mora diária de 1% (um por cento) sobre o valor total da Nota de Empenho.	10%, após o qual a CONTRATADA ficará sujeita à inexecução parcial ou total do objeto, sendo possível a rescisão unilateral do contrato pela Administração e a sujeição da CONTRATADA às sanções correlatas.
4	Demora em substituir ou corrigir falhas do serviço prestado, a contar do segundo dia da data da notificação da rejeição.	Multa de mora diária de 2% (um por cento) sobre o valor total da Nota de Empenho.	10%, após o qual a CONTRATADA ficará sujeita à inexecução parcial ou total do objeto, sendo possível a rescisão unilateral do contrato pela Administração e a sujeição da CONTRATADA às sanções correlatas.
5	Recusa em substituir ou corrigir falhas do serviço prestada, entendendo-se como recusa a substituição, aquela não efetivada nos 5 (cinco) dias que se seguirem à data de rejeição	10% (dez por cento) do valor global da prestação do serviço não efetivado.	-
6	Não cumprimento de qualquer condição fixada na Lei Federal n.º 14.133/21 e alterações, ou no instrumento convocatório, e não abrangida dos incisos anteriores.	Multa de 1% (um por cento) sobre o valor total da Nota de Empenho, para cada evento.	
7	Não providenciar o devido cadastramento junto ao Sistema de Administração Financeira e Contabilidade – Cadastramento de Credores da **SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO D AMAZONAS – SEFAZ-AM**, na forma prevista no Edital.	Multa de 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) sobre o valor total da proposta.	-
8	Inexecução parcial do objeto contratado	Multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor da Nota de Empenho, sem prejuízo das demais sanções previstas.	-
9	Inexecução total do objeto.	Multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total homologado em favor do contratado, sem prejuízo das demais sanções previstas.	-

III. Com fundamento no artigo 156, inciso III, da Lei n.º 14.133/2021, ficará impedido de licitar e contratar, pelo prazo de até 3 (três) anos, sem prejuízo de multa de até 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação e demais cominações legais, nos seguintes casos:

a) Apresentar documentação falsa;

b) Ensejar o retardamento da execução do objeto;

c) Comportar-se de modo inidôneo;

d) Não manter a proposta;

e) Deixar de entregar a documentação exigida no certame, e quando esta conduta caracterizar fraude à licitação pública;

f) Cometer fraude fiscal;

g) Fazer declaração falsa.

11.2. Para fins da subcondição da alínea "c" do item III, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos arts. 337-F, 337-H, 337-I, 337-J, 337-K e 337-M do Código Penal.

11.3 A sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem 11.1 também aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa deste Termo de Referência.

11.4 Serão descontados dos pagamentos porventura devidos à **CONTRATADA** as importâncias alusivas a multas, ou efetuar sua cobrança mediante inscrição na dívida ativa do Estado, ou por qualquer outra forma prevista em lei.

11.5 Caso a **CONTRATANTE** determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de trinta (30) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.7 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a **CONTRATANTE** poderá cobrar o valor remanescente judicialmente.

11.8 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

11.9 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846/2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou processo administrativo.

11.10 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846/2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

12. DA ELABORAÇÃO

O presente Termo de Referência foi elaborado pela **DIRETORIA DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO**, em conformidade com as atribuições legais e regimentais, estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis, com a necessidade, interesse e conveniência da Administração, sendo parte integrante do procedimento interno respectivo.

13. DECLARAÇÃO DO SOLICITANTE

Declaro que este Termo de Referência está de acordo com a Lei nº 14.133/21 e alterações.

WALESKA GRACIEME ANDRADE MARQUES DE OLIVEIRA
Coordenadora da Área de Suporte de TI

CARLOS ALEXANDRE DOS SANTOS NOGUEIRA
Chefe do Setor de Infraestrutura e Telecomunicações

13. APROVAÇÃO

Solicitamos aprovação.

EUDO ASSIS DE LIMA JÚNIOR
Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação

Documento assinado eletronicamente por **Carlos Alexandre dos Santos Nogueira**, **Chefe do Setor de Infraestrutura e Telecomunicação - SIET**, em 14/02/2025, às 16:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Waleska Gracieme Andrade Marques de Oliveira**, **Agente Técnico - Analista de Banco de Dados**, em 14/02/2025, às 16:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Eudo de Lima Assis Júnior**, **Diretor(a) de Tecnologia de Informação e Comunicação - DTIC**, em 17/02/2025, às 12:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1540068** e o código CRC **E5D8C354**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

OFÍCIO Nº 31.2025.DTIC.1549977.2024.019531

A Sua Excelência o Senhor

Doutor **ANDRÉ VIRGÍLIO BELOTA SEFFAIR**

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

Assunto: Apresentar o Termo de Referência com adequações conforme o despacho Nº 77.2025.01AJ-SUBADM.1539341.2024.019531

Excelentíssimo Senhor Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos,

Honrado em cumprimentar Vossa Excelência, oportunidade em que **submeto** à aprovação, o Termo de Referência Nº 4.2025.DTIC.1540068.2024.019531 atualizado com as adequações referentes ao despacho Nº 77.2025.01AJ-SUBADM.1539341.2024.019531, que trata de formação de registro de preços para eventual fornecimento de **certificados digitais e tokens criptográficos**, por um período de 12 (doze) meses**,** conforme especificações, quantitativos e prazos contidos no documento.

Respeitosamente,

EUDO ASSIS DE LIMA JÚNIOR

Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação

Documento assinado eletronicamente por **Eudo de Lima Assis Júnior**, **Diretor(a) de Tecnologia de Informação e Comunicação - DTIC**, em 17/02/2025, às 12:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1549977** e o código CRC **4157C8F6**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MINUTA DE EDITAL Nº 9.2025.CPL.1552207.2024.019531

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

UASG 925849

OBJETO

Registro de preços para futura e eventual aquisição de **serviço de emissão e renovação de certificados digitais padrão ICP-Brasil e fornecimento de token criptográficos USB**, objetivando atender às necessidades de utilização da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, pelo período de 12 (doze) meses.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

Valor Sigiloso.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **XX/XX/2025** às **10h (horário de Brasília)**

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

[X] MENOR PREÇO / **[__]** MAIOR DESCONTO por **[__] ITEM** / [_] POR GRUPO / **[_X_]** GLOBAL

MODO DE DISPUTA:

[X] ABERTO / **[__]** ABERTO E FECHADO / **[__]** FECHADO E ABERTO

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

[__] SIM / [_X_] NÃO

SUMÁRIO

1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

2. DO OBJETO

3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4. DO CREDENCIAMENTO

5. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

6. DO ENVIO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

9. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10. DA FASE DE JULGAMENTO

11. DA HABILITAÇÃO

12. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

13. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

14. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

15. DOS PRAZOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

16. DOS PRAZOS E CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

17. DA VALIDADE, CONTROLE E CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

18. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

21. DO PAGAMENTO

22. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

23. DA REPACTUAÇÃO, REAJUSTE E REVISÃO DE PREÇO

24. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

25. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

ANEXO I -TERMO DE REFERÊNCIA Nº 4.2025.DTIC.1540068.2024.019531 e ANEXO

ANEXO II - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO III - MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES

ANEXO V - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

ANEXO VI - MODELO DE SOLICITAÇÃO DE CADASTRAMENTO NA SEFAZ/AM

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 940XX/2025/CPL/PGJ

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** pelo presente edital e por intermédio da **PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**, cadastrada no CNPJ sob o n.º 04.153.748/0001-85, tendo em vista o que consta do **Processo SEI n.º 2024.019531**, através da **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL**, designada pelo Ato PGJ n.º 183/2023 e alterações, de lavra do Procurador-Geral de Justiça, torna público que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para REGISTRO DE PREÇOS, com critério de julgamento MENOR PREÇO GLOBAL**, com modo de disputa "**ABERTO"**, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021 e do ATO PGJ 008/2024, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

O contrato correspondente, ou o instrumento que vier a substituí-lo, será regido pela Lei nº 14.133, de 2021 e suas alterações.

PROCESSO SEI	**2024.019531**
Recebimento das propostas	a partir da data de publicação do aviso no PNCP
Abertura das propostas	às 10h do dia **XX/XX/2025** (horário de Brasília)
Licitação exclusiva para ME/EPP	**( ) SIM (X) NÃO**
Endereço eletrônico	https://www.gov.br/compras/pt-br
Código UASG	925849

1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. O pregão será realizado em sessão pública, por meio da utilização de recursos da tecnologia da informação – *internet*, utilizando-se, para tanto, de métodos de autenticação de acesso e recursos de criptografia, garantindo segurança em todas as fases do certame.

1.2. Os trabalhos serão conduzidos por servidor público integrante da **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO** deste Órgão, por ato interno, denominado(a) PREGOEIRO(A), e membros da equipe de apoio, previamente credenciados no aplicativo https://www.gov.br/compras/pt-br.

1.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública, observarão rigorosamente o horário de **Brasília – DF**, e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

2. DO OBJETO

2.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a ***formação de ata de registro de preços futura e eventual aquisição de serviço emissão e renovação de certificados digitais padrão ICP-Brasil e fornecimento de token criptográficos USB, objetivando atender às necessidades de utilização da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, pelo período de 12 (doze) meses.***

2.2. O objeto corresponde aos itens constantes na tabela constante do **Termo de Referência nº 4.2025.DTIC.1540068.2024.019531** que compõe o **Anexo I** deste Edital, contendo as especificações mínimas, abaixo transcritas:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE
1	**01**	**EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL PARA PESSOA FÍSICA DO TIPO A3 (e-CPF)** 1. Emitido por autoridade certificadora credenciada pela ICP-Brasil;	Und	**500**

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE
		2. Certificado nível A3, tipo e-CPF; 3. Validade de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da emissão; 4. Deve ser compatível para utilização em assinatura de documentos eletrônicos, e-mails, acesso a aplicações, logon de rede, entre outras destinações; 5. Certificado aderente padrão do Comitê Gestor da ICP Brasil; 6. O item engloba o respectivo serviço de autoridade de registro.		
	02	**EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL PARA PESSOA JURÍDICA TIPO A3 (e-CNPJ)** 1. Emitido por autoridade certificadora credenciada pela ICP-Brasil; 2. Tipo e-CNPJ A3; 3. Validade de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da emissão; 4. Ser compatível para utilização em assinatura de documentos eletrônicos, e-mails, acesso a aplicações, logon de rede, entre outras destinações; 5. Certificado aderente padrão do Comitê Gestor da ICP Brasil; 6. O item engloba o respectivo serviço de autoridade de registro.	Und	**10**
	03	**EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL SSL WILDCARD PARA SISTEMAS WEB** 1. Certificado digital para servidor web, do tipo SSL; 2. Proteger qualquer subdomínio, mesmo os adicionados posteriormente, com um único certificado SSL; 3. Prazo de validade de 12 (doze) meses; 4. Certificação em plena compatibilidade com os principais navegadores de internet e dispositivos móveis, sem a necessidade de instalação de certificado AC raiz; 5. Permitir a utilização de criptografia simétrica com chaves de no mínimo 256 bits; 6. Utilizar chaves para criptografia assimétrica RSA, de no mínimo 2048 bits; 7. Emissão do certificado em até 72 (setenta e duas) horas; 8. Reemissão ilimitadas dentro do período de validade; 9. Instalação em número ilimitado de servidores; 10. A **CONTRATANTE** poderá solicitar à **CONTRATADA**, num período de sete dias após a emissão inicial de um certificado, a sua re-emissão ou a substituição quantas vezes forem necessárias;	Und	**10**

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE
		11. Suporte em português via atendimento online, telefone e e-mail ou website para solicitação, instalação e utilizaão do certificado SSL, bem como prestação de esclarecimentos e dúvidas técnicas e cadastrais.		
	04	**EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL PARA PESSOA JURÍDICA TIPO A1 (e-CNPJ), NO PADRÃO ICP-BRASIL.** 1. Emitido por autoridade certificadora credenciada pela ICP-Brasil; 2. Certificado nível A1, tipo e-CNPJ; 3. Validade de 12 (doze) meses, contados a partir da emissão; 4. Ser aderente às normas do Comitê Gestor da ICP-Brasil; 5. Ser compatível para armazenamento no computador.	Und	**04**
	05	**VISITA EXTERNA PARA VALIDAÇÃO E EMISSÃO DE CERTIFICADOS DIGITAIS** 1. Compreende a realização de visita técnica nas dependências da **CONTRATANTE** com o objetivo de realizar a validação e emissão dos certificados digitais tipo A1, para sistemas/aplicações, e tipo A3, para pessoa física e pessoa jurídica; 2. As visitas para validação e emissão de certificado se darão na sede da **CONTRATANTE**, a qual ocorrerá em dias úteis, no horário das 8h às 17h, no seguinte endereço: **Av. Coronel Teixeira, n.º 7.995, Nova Esperança, CEP. 69037-473, Manaus, Amazonas**; 3. Poderão ser emitidos até oito certificados digitais por visita, no caso de emissões de certificados para pessoa física e para pessoa jurídica; 4. A visita para emissão de certificados para sistemas/aplicações em caso de necessidade, poderão ser realizados individualmente; 5. A **CONTRATANTE** fornecerá a infraestrutura de mobiliário e acesso á internet para a validação, sendo os demais equipamentos e serviços fornecidos pela **CONTRATADA**; 6. Na impossibilidade da emissão dos certificados pela **CONTRATADA**, no período programado para emissão dos certificados, o serviço de visita local não será considerado como prestado, devendo ser reagendado com a **CONTRATANTE**.	Und	**25**
	06	**FORNECIMENTO DE MÍDIA CRIPTOGRÁFICA TIPO TOKEN USB**	Pacote	**500**

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE
		1. Token criptográfico USB capaz de armazenar cert2048ificados, chaves e cadeias de certificados aderentes às normas do Comitê Gestor da ICP-Brasil; 2. Compatível para armazenamento de certificados digitais A3, em conformidade com a ICP-Brasil; 3. Fornecer solução de gerenciamento em português com funções básicas de gestão do PIN e PUK, compatível com Windows 10 ou superior e Mac Os; 4. Possuir capacidade de no mínimo 64Kb de memória; 5. Deverá possuir chassi em plástico rígido e resistente a água; 6. Possuir driver compatível e disponível para o sistema operacional Microsoft Windows 10 ou superior e Mac OS; 7. Deverá ter conectividade compatível com USB tipo A 2.0 (ou superior compatível com 2.0); 8. Permitir conexão direta na porta USB, sem necessidade de interface intermediária para leitura; 9. Suporte à tecnologia de chaves pública/privada (PKI), com geração on-board do par de chaves RSA de, no mínimo, 2048 bits; 10. Permitir a criação de senha de acesso ao dispositivo de no mínimo seis caracteres, ou de acordo com os critérios do **CONTRATANTE**; 11. Permitir criação de senhas com caracteres alfanuméricos; 12. Permitir a geração de chaves, protegidas por PINs (Personal Identification Number); 13. Permitir a inicialização e reinicialização do *token* mediante a utilização de PUK (Pin Unlock Key); 14. Suporte aos principais navegadores de mercado, entre os quais: Internet Explorer, Mozilla Firefox e Google Chrome; 15. O software de gerenciamento do dispositivo deverá ser disponibilizado pela **CONTRATADA** e estar no idioma Português do Brasil, devendo ser compatível com o cliente do **SafeNet Authenticator Client**, permitindo: - Gerenciamento do dispositivo; - Exportação de certificados armazenados no dispositivo; - Importação de certificados em formato PKCS#7 para área de armazenamento do dispositivo, de acordo com a RFC 2315; - Importação de certificados em formato PKCS#12 para área de armazenamento do dispositivo; - Visualização de certificados armazenados no dispositivo; - Remoção de chaves e outros dados contidos no dispositivo após autenticação do titular; - Reutilização de dispositivos bloqueados, por meio de remoção total dos dados armazenados e geração de nova senha de acesso; 16. Garantia mínima de 1 (um) ano, contado a partir do aceite definitivo dos *tokens*;		

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE
		17. Caso o *token* necessite ser substituído ou apresente erro que comprometa o funcionamento do certificado ali armazenado, um novo *token* deverá ser fornecido, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data da notificação feita pelo CONTRATANTE. 18. **Modelo de referência**: Token Criptográfico Safenet eToken 5110.		

2.3. No presente certame **não haverá** itens com participação exclusiva à microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2.3.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior, caso aplicável, fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.3.2. Nos termos do **art. 122, I, do Ato nº 008/2024/PGJ**, **a prioridade de contratação do item 2.3. será dada às microempresas, às empresas de pequeno porte ou aos microempreendedores individuais sediados regionalmente**, assim entendidos os que possuem matriz ou sede de filial no Estado do Amazonas, quando comparecerem ao certame ao menos 3 (três) licitantes enquadrados em tal requisito;

2.3.3. Não cumprida a exigência do subitem 2.3.2., a disputa ocorrerá normalmente entre todas as ofertas apresentadas pelos demais ME's, EPP's ou MEI's;

2.3.4. Ainda que cumprido o requisito do subitem 2.3.2., o Ministério Público não poderá contratar com ME, EPP ou MEI sediado regionalmente se o preço final por ele ofertado for superior a 10% (dez por cento) do melhor lance apresentado na disputa;

2.3.5. a verificação a que se refere o subitem 2.3.2. será efetuada após a etapa de lances do certame, mediante diligência empreendida pelo Pregoeiro, a fim de constatar o local da sede dos participantes que se declararam como ME, EPP ou MEI;

2.4. O critério de julgamento adotado será o **menor preço GLOBAL** observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2.4.1. Na fase de aceitação da proposta, serão observados, como critério de aceitabilidade, os preços unitários máximos estimados para os itens.

2.5. O objeto da futura contratação compreenderá, sobretudo, as especificações constantes do **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 4.2025.DTIC.1540068.2024.019531** (Anexo I deste Edital), sem prejuízo das demais prescrições figuradas no mencionado documento, bem assim na **Minuta de Ata de Registro de Preços (**Anexo II do Edital).

2.6. **As quantidades informadas representam uma estimativa máxima de aquisição**, para fornecimento durante 12 (doze) meses, a partir da data de publicação do extrato da Ata de Registro no PNCP e no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Amazonas – DOMPE, no endereço diario.mpam.mp.br, de acordo com as necessidades desta Procuradoria-Geral de Justiça/AM, podendo ocorrer de forma parcelada.

2.6.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços poderá ser prorrogado, por igual período de 12 (doze) meses, desde que comprovado o preço vantajoso

2.7. As quantidades de que trata o item anterior poderão sofrer acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial constante da Ata de Registro de Preços, Anexo II deste Edital.

2.8. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participante, bem como a eventuais adesões são as que constam neste Edital e na minuta de Ata de Registro de Preços, Anexo II deste Edital.

2.9. Os valores apresentados nos orçamentos e/ou propostas de preço deverão considerar inclusas todas as despesas relativas a frete, taxas, análises, amostras, impostos, licenças, encargos sociais, ou outras que

possam influir direta ou indiretamente nos custos.

2.10. Integra a presente licitação, como parte indissolúvel deste Edital:

a) Anexo I — Termo de Referência nº 4.2025.DTIC.1540068.2024.019531;

b) Anexo II — Minuta da Ata de Registro de Preços;

c) Anexo III — Minuta de Termo de Garantia e Assistência Técnica;

d) Anexo IV — Modelo de Declarações Complementares;

e) Anexo V — Modelo de Proposta de Preços; e

f) Anexo VI — Modelo de Solicitação de Cadastramento – SEFAZ/AM

2.11. Os prazos de garantia e a descrição dos serviços de assistência técnica deverão ser prestados em conformidade com o **Item "3" do TERMO DE REFERÊNCIA Nº 4.2025.DTIC.1540068.2024.019531,** com as disposições da **Minuta de Ata de Registro de Preços** e **Minuta do Termo de Garantia e Assistência Técnica,** Anexos I, II e III, respectivamente, deste instrumento convocatório.

3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. A despesa decorrente da contratação do objeto deste Pregão, quando efetivada, deverá recair por conta dos recursos específicos consignados no orçamento da PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, nas seguintes classificações orçamentárias:

3.1.1. Fonte de Recurso: 1.500.100 - Recursos não Vinculados de Impostos; 03.122.0001.2001.0001 - Administração da Unidade; Elemento: 3390.40 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica; **Subelemento:** 3390.40.13 - Emissão de Certificados Digitais.

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. As empresas interessadas em participar do certame deverão providenciar, previamente, o credenciamento perante o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil

4.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao SICAF, onde também deverão informar-se à respeito do seu funcionamento, regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

4.1.2. O credenciamento da licitante, bem como a sua manutenção, dependerá de registro cadastral atualizado no **SISTEMA DE CADASTRAMENTO UNIFICADO DE FORNECEDORES – SICAF**, em seu nível básico, que também será requisito obrigatório para fins de habilitação.

4.1.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

4.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou do **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** (entidade promotora da licitação) por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.3. É de responsabilidade do Cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à

correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.3.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

5. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, legalmente constituídos, desde que atendam às condições exigidas deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação exigida, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

5.1.1. **A licitante deverá declarar em campo próprio do sistema eletrônico a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte**, para os fins previstos na Lei Complementar nº. 123/06.

5.1.1.1. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.1.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

5.2. O licitante deverá estar devidamente credenciado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

5.3. O licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

5.4. Será exigida do licitante **Declaração de Elaboração Independente de Proposta**, a qual será feita no campo do sistema *Comprasnet* destinado para tanto.

5.5. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva da licitante, não sendo o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, em nenhum caso, responsável pelos mesmos, inclusive, pelas transações que forem efetuadas em nome do participante no Sistema Eletrônico ou por eventual desconexão.

5.6. **Não poderá participar, direta ou indiretamente**, desta licitação ou da execução dos serviços e do fornecimento de bens a eles necessários:

5.6.1. Os interessados que não atendam às condições deste Edital e seus anexos;

5.6.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

5.6.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

5.6.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

5.6.4.1. O impedimento de que trata o item 5.6.4. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

5.6.4.2. Nos termos do art. 42 do Ato nº 008/2024/PGJ "*É vedado ao Ministério Público contratar com pessoas físicas ou jurídicas que em regular processo administrativo foram*

declaradas impedidas de licitar e contratar com a administração pública direta ou indireta, nas esferas federal, estadual ou municipal, assim como com pessoas físicas ou jurídicas que estão impedidas de contratar com o Poder Público em decorrência de condenação judicial por atos de improbidade administrativa."

5.6.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

5.6.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

5.6.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

5.6.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

5.6.8.1. A vedação de que trata o item 5.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

5.6.8.2. É vedada a contratação, durante a vigência do contrato, da prestação de serviço por empregados de empresas fornecedoras de mão de obra que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato (art. 48, parágrafo único, da Lei de Licitações n. 14.133/2021), de membro ou de servidor do MPAM, nela compreendido o ajuste mediante o acolhimento recíproco para a prestação de serviço entre os Ministérios Públicos ou entre esses e órgãos da Administração Pública direta e indireta dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como é vedada a realização, manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que tenha entre seus empregados colocados à disposição do Ministério Público para o exercício de funções de chefia, pessoas que incidam nas vedações constantes na Resolução n. 177, de 5 de julho de 2017, do Conselho Nacional do Ministério Público. (Art. 42, §4º do Ato nº 008/2024/PGJ)

5.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

5.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

5.6.11. Interessado que se encontre em processo de Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial (conforme Lei nº. 11.101/05), salvo decisão judicial em contrário, concurso de credores, insolvência, dissolução, liquidação, fusão, cisão, incorporação, ou em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, salvo devidamente justificado;

5.6.12. Interessado(s) em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, em razão da baixa complexidade de execução do objeto.

5.6.13. Empresa estrangeira não autorizada a funcionar no País e que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

5.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 5.6.2 e 5.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

5.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

5.9. O disposto nos itens 5.6.2 e 5.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

5.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

5.11. A **declaração falsa** relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta **sujeitará o licitante às sanções** previstas neste Edital.

6. DO ENVIO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

6.1.1. Levando-se em conta as nuances do objeto, somente será admitida proposta para o quantitativo total estimado para cada item.

6.2. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 7.1.1 e 7.12.1 deste Edital.

6.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

6.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

6.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

6.3.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

6.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

6.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

6.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

6.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 6.3. ou 6.5. sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

6.7. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

6.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.9. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

6.10. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.11. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

6.12. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

6.13. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

6.14. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

6.14.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

6.14.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

6.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

6.15.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

6.15.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

6.16. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 6.14. possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

6.17. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

6.18. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos (no que couber):

7.1.1. Valor unitário e total do item;

7.1.2. Marca;

7.1.3. Fabricante;

7.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso, **sem identificação da licitante**;

7.1.4.1. Não serão aceitas propostas escritas contendo especificações que não contenham as informações necessárias à perfeita caracterização do objeto e suas especificidades, bem como especificações vagas e incompletas.

7.2. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

7.3. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.4. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

7.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7.7. O **prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

7.8. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais/estaduais, quando participarem de licitações públicas.

7.8.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 7.8.

7.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7.10. O CNPJ da proponente, empresa cadastrada no SICAF e habilitada na licitação, deverão ser o mesmo para efeito de emissão das notas fiscais e posterior pagamento.

7.11. Serão irrelevantes quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas, ou Anexos não solicitados, considerando-se que pelo preço proposto, a empresa obrigar-se-á a executar os serviços/entregar os produtos descritos neste Edital.

7.12. Para efeito de elaboração das propostas, caso haja divergência entre a especificação contida neste Edital e a no sistema SIASG, prevalecerá a descrita neste Edital.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

8.2.1. Também será desclassificada a licitante que no momento do preenchimento do campo de ***"descrição detalhada do objeto ofertado"*** no Sistema Comprasnet identifique sua empresa, o que não se confunde com a proposta inicial juntada ao Sistema e a proposta final/reajustada após convocação pelo Pregoeiro.

8.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

8.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor **UNITÁRIO do ITEM.**

8.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.7. O licitante somente poderá oferecer lance de **valor inferior ou percentual de desconto superior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.8. **O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R$ 0,05 (cinco centavo)**.

8.9. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances (quando implementado).

8.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

8.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

8.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "**ABERTO**", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

8.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

8.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

8.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "**ABERTO E FECHADO**", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

8.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

8.13.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.13.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

8.13.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.13.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

8.14. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "**FECHADO E ABERTO**", poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

8.14.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no **item 8.14**, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

8.14.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.14.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.14.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

8.14.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

8.14.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

8.15. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

8.16. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente ao Órgão Gestor do Sistemas de Compras do Governo Federal.

8.16.1. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

8.17. **Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar**.

8.18. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados através do sistema, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada à identificação do licitante.

8.19. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.20. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.21. O **critério de julgamento adotado será o menor preço GLOBAL**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

8.22. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.23. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

8.23.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.23.2. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.23.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.23.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.24. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

8.24.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem

8.24.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

8.24.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

8.24.1.2.1. nos termos do §6º do Ato n.º 008/2024/PGJ, alterado pelo Ato n.º 204/2024/PGJ, para os fins do inciso II do art. 60 da Lei nº. 14.133/21, a avaliação do desempenho contratual prévio das licitantes será realizada por meio de consulta às ocorrências lançadas no Registro Cadastral do licitante, nos últimos 5 (cinco) anos, de acordo com a seguinte métrica:

a) as ocorrências identificadas serão somadas de acordo com a seguinte escala de pontuação: 1 (um) ponto por advertência; 10 (dez) pontos por multa; 100 (cem) pontos por impedimento/suspensão; 1000 (mil) pontos por declaração de inidoneidade;

b) o licitante que registrar a menor pontuação vence a disputa.

8.24.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento.

8.24.1.3.1. nos termos do § 6º do Ato n.º 008/2024/PGJ, alterado pelo Ato n.º 204/2024/PGJ, para os fins do inciso III do art. 60 da Lei nº. 14.133/21, o Agente de Contratação observará, no que couber, o disposto no Decreto Federal nº 11.430, de 8 de março de 2.023.

8.24.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

8.24.1.4.1. nos termos do § 6º do Ato n.º 008/2024/PGJ, alterado pelo Ato n.º 204/2024/PGJ, para os fins do inciso IV do art. 60 da Lei nº. 14.133/21, os licitantes deverão apresentar programa de integridade elaborado segundo as diretrizes dos Tribunais de Contas ou Ministério Público, que poderá ser submetido à análise da unidade de controle interno do órgão.

8.24.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

8.24.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

8.24.2.2. empresas brasileiras;

8.24.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.24.2.3.1. nos termos do § 6º do Ato n.º 008/2024/PGJ, alterado pelo Ato n.º 204/2024/PGJ, para os fins do inciso III do §1º do art. 60 da Lei n. 14.133/21, as licitantes deverão apresentar documentos que comprovem o atendimento do requisito;

8.24.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

8.24.3. Se o empate continuar após as medidas do item 8.24.2, o Pregoeiro procederá com um sorteio ao vivo.

8.24.3.1. Os licitantes empatados serão notificados do local, data e hora do sorteio por meio de chat e avisos do sistema.

8.24.3.2. A presença dos licitantes no sorteio é opcional.

8.24.3.3. O não comparecimento do licitante não impede a realização do sorteio nem invalida o resultado.

8.24.3.4. O sorteio será realizado em ato público, aberto a todos os interessados, que será gravado e transmitido ao vivo, com os seguintes métodos:

8.24.3.4.1. O sorteio será realizado utilizando um globo giratório que permita a visualização de seu interior contendo bolas numeradas correspondentes aos licitantes empatados.

8.24.3.4.2. A cada licitante será atribuída uma bola numerada que será inserida no globo giratório.

8.24.3.4.3. O globo giratório será girado manualmente por um membro da Comissão de Licitação para garantir a aleatoriedade do sorteio.

8.24.3.4.4. Após a rotação adequada, uma bola será selecionada aleatoriamente do globo giratório.

8.24.3.4.5. O número na bola selecionada corresponderá ao licitante vencedor do desempate.

8.24.3.4.6. O resultado será documentado em ata, assinado pelos licitantes presentes e pela Comissão de Licitação, e anexado ao processo para consulta de todos os interessados.

8.25. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

8.25.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

8.25.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.26. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

9.1. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, **no prazo máximo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada**, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

9.1.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo

9.2. Na proposta vencedora a ser enviada posteriormente deverá constar, conforme modelo do **Anexo V**:

a) Os os valores, os preços e os custos utilizados terão como expressão monetária a moeda corrente nacional (art. 13º, I, da Lei nº 14.133/2021). Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço total, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

a.1.) Não será admitido nos preços o fracionamento de centavo que ultrapassar duas casas decimais, desprezando-se sumariamente a fração remanescente;

a.2.) No preço deverão estar incluídas todas as despesas que influam no custo, tais como: impostos, transportes, seguros, taxas e outras despesas necessárias ao fornecimento dos materiais e à execução dos serviços correspondentes;

a.3.) Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

b) **Prazo de validade da proposta de, no mínimo, 90 (noventa) dias corridos**, a contar da data;

c) Especificações claras, completas e minuciosas, com detalhes do objeto ofertado, inclusive marca, modelo, tipo e referência, no que couber, observadas as especificações mínimas e quantitativos contidos neste Edital e anexos;

d) A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação;

e) Prazo de entrega: Os **prazos para a entrega encontram-se disciplinados no "Item 6" do TERMO DE REFERÊNCIA Nº 4.2025.DTIC.1540068.2024.019531**.

f) Prazo de garantia/assistência técnica: Conforme **Item 4** do **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 4.2025.DTIC.1540068.2024.019531**.

g) Modo de envio/transporte das mercadorias/equipamentos: se por meio terrestre/rodoviário, aéreo, ou de outra forma. Quando aéreo, dizer se por encomenda normal ou expressa. E quando por outro meio, especificar claramente a forma de entrega.

h) Os seguintes dados da licitante: Razão Social, endereço, telefone/fax, número do CNPJ/MF, *e-mail*, se houver, Banco, agência, número da conta-corrente e praça de pagamento;

i) Nome, CNPJ ou CPF dos **3 (três) principais integrantes do quadro societário da licitante,** assim compreendidos aqueles que detenham maior parcela das cotas societárias ou o poder de gestão da sociedade;

j) Contato para fins de faturamento: (indicar o nome, cargo, endereço, telefone, fax, *e-mail* de contato do responsável pelo recebimento das futuras notas de empenho);

k) Quando solicitada pelo Pregoeiro, **documentação técnica (manuais, catálogos ou prospectos)**, com as características detalhadas (marca, modelo, cor, tipo de material e medidas) e imagens ilustrativas dos produtos propostos, que possibilitem a completa averiguação de conformidade com as especificações, visando facilitar a avaliação a ser realizada por técnicos deste Órgão.

9.3. As **Declarações Complementares, referentes ao Anexo IV do Edital**, observado as exigências mínimas do Termo de Referência, deverão ser efetuadas no momento da elaboração e envio da proposta pelos fornecedores, em seu próprio conteúdo ou documento apartado, sendo elas:

a) Cumpro plenamente os requisitos de requisitos de habilitação, ciente de que respondo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

b) Em atenção **item 5.6.** e **art. 14.º e seus incisos da Lei n.º 14.133/2021**, não está impedido de participar direta ou indiretamente desta licitação, e ainda, que não possuo sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas e de sua CPL;

c) Que recebi o edital e todos os documentos que o integram, dispondo de todos os elementos e informações necessários à elaboração da proposta de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação;

d) Que os documentos e declarações apresentados são fiéis e verdadeiros;

e) Que, caso seja vencedor do certame e não cadastrado no SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE da SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ-AM, encaminhará a CONTRATANTE os documentos necessários para efetuar o referido cadastramento no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da adjudicação, sob pena de perder o direito de preferência à contratação em favor dos demais licitantes subsequentes, sem prejuízo da possibilidade de responder a procedimento administrativo de responsabilização (PAR) por eventual retardamento da licitação;

f) Que o preço inclui além do lucro, todos os custos e despesas, com tributos incidentes e encargos devidos, materiais, serviços, transporte, a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, bem como quaisquer outras despesas diretas e indiretas incidentes na prestação de serviços;

9.4. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

9.4.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

9.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

9.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na *internet*, após a homologação.

10. DA FASE DE JULGAMENTO

10.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se a licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no **item 5.6.** do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep).

10.1.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992.

10.1.2. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)

10.1.3.1.A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

10.1.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

10.1.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

10.1.3. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

10.1.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os **itens 2.2.1 e 6.5** deste edital.

10.1.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos **itens 10.4 e 10.5** deste Edital.

10.2. A proposta e documentação, se necessário, **será analisada pela equipe do Setor de Infraestrutura e Telecomunicações - SIET**, para fins de verificação do atendimento às características e exigências reclamadas no edital e anexos.

10.3. **Será desclassificada a proposta ou lance vencedor que, ressalvado o disposto no subitem 10.8. deste Edital**:

10.3.1. contiver vícios insanáveis;

10.3.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Edital e seus anexos;

10.3.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

10.3.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

10.3.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável;

10.3.6. Também será DESCLASSIFICADA a licitante que no momento do preenchimento do campo de ***"Descrição detalhada do objeto ofertado"*** no Sistema Comprasnet identifique sua empresa, o que não se confunde com a proposta inicial juntada ao Sistema e a proposta final e reajustada após convocação pelo Pregoeiro.

10.4. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

10.4.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

10.4.1 1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

10.4.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

10.5. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

10.5.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

10.5.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

10.5.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

10.5.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

10.6. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

10.6.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

10.7. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

10.7.1. Verificada a presença de erros sanáveis na proposta de preços, o Pregoeiro ou Administração poderá realizar diligência junto à Licitante para a devida correção apenas das falhas apontadas, limitado a 3 (três) oportunidades, vedada a juntada de documento novo.

10.7.2. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

10.7.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

10.8. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **24 (vinte e quatro)** horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata, caso não seja informada na sessão a nova data de reabertura.

10.9. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, **no prazo máximo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta**.

10.9.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no "chat" pelo licitante, antes de findo o prazo.

10.9.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

10.10. **DA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS.** Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, ou quando solicitado pelo Pregoeiro, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência e Edital, sob pena de não aceitação da proposta.

10.10.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

10.10.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

10.10.3 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

10.10.4. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

10.10.5. Se o Termo de Referência não dispor sobre o trâmite da apresentação da amostra, caso seja solicitada a apresentação pelo Pregoeiro, o licitante classificado em primeiro lugar deve apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de **05 (cinco) dias úteis** contados da solicitação, observando-se:

10.10.5.1. Para avaliação da qualidade, os bens recebidos serão sujeitos à testes de aceitação. Após o qual, emitirá um relatório completo dos testes efetuados, devidamente assinado. Quando não estabelecido o procedimento no Termo de Referência, os testes serão constituídos das seguintes fases:

a) Abertura das embalagens;

b) Comprovação de que os materiais atendem às especificações mínimas exigidas ou superiores oferecidas;

c) Colocação de amostra dos bens em funcionamento; e

d) Testes funcionais de configuração e desempenho deles.

10.10.5.2. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário da realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

10.10.5.3. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

10.10.5.4. No caso de não haver entrega da amostra ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

10.10.5.5. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

10.10.5.6. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

10.10.5.7. Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser **recolhidas pelos licitantes no prazo de 10 (dez) dias corridos,** após o qual poderão ser descartadas ou incorporadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

10.10.5.8. Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

10.11. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

10.12. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

10.13. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação,

pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

10.14. A apresentação da proposta implicará a plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, bem como, todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

10.15. Quando da proposta de preços não constar quaisquer das declarações complementares, os prazos previstos, quer sejam os de garantia, validade dos produtos, validade da proposta ou de entrega, entender-se-á que estão aceitos os constantes do Edital.

10.16. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

10.17. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos, podendo ser consultado acerca da manutenção dos preços ofertados.

11. DA HABILITAÇÃO

11.1. Os documentos previstos no Termo de Referência e neste Edital, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

11.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

11.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

11.3. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

11.3.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

11.4. **Todos os documentos enviados eletronicamente deverão ser enviados em original, ou por cópia autenticada, devidamente assinado(s) pelo(s) representante(s) legal(is) no dia subsequente ao do resultado da habilitação, impreterivelmente, sob pena de desclassificação**, observado o disposto no **item 25.8.** e seguintes, à Comissão Permanente de Licitação da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, Av. Coronel Teixeira, 7.995, Nova Esperança II, CEP: 69037-473.

11.4.1. Caso a autenticação do documento ou o próprio documento esteja em formato digital, com assinatura por certificado digital, padrão ICP-Brasil, ou ainda torne possível sua convalidação em sítio eletrônico de autoridade certificadora oficial e/ou cartório digital respectivo, a licitante está dispensada da obrigação do item anterior.

11.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

11.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº

14.133/2021).

11.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

11.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

11.9. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

11.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

11.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

11.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

11.11. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

11.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **02 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

11.11.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

11.12. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

11.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

11.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

11.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64):

11.13.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

11.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

11.14. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro ou a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

11.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

11.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

11.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

11.18. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

11.19. Os documentos necessários à habilitação deverão estar com prazo vigente, à exceção daqueles que por sua natureza, não contenham validade, e poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por servidor da CPL, ou por publicação em órgãos da imprensa oficial, **não sendo aceitos "protocolos" ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos neste Edital**.

11.20. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

11.20.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

11.21. Ressalvado o disposto no subitem **6.3.**, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

11.22. Relativos à Habilitação Jurídica:

11.22.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

11.22.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio http://www.portaldoempreendedor.gov.br;

11.22.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

11.22.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

11.22.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

11.22.6. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

11.22.7. Os documentos relativos à Habilitação Jurídica indicados, deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

11.23. Relativo à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

11.23.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

11.23.2. Prova de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

11.23.3. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

11.23.4. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho;

11.23.5. Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme declaração do sistema;

11.23.6. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

11.23.7. A aceitação de certidões emitidas via *internet* ficará sujeita à confirmação de sua validade mediante consulta *on line* ao cadastro emissor respectivo.

11.23.8. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais/municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

11.23.9. Os documentos referidos nos subitens acima poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico (§1.º, art. 68, da Lei 14.133/21);

11.23.10. A comprovação de atendimento do disposto nos subitens 11.23.2, 11.23.3 e 11.23.11. deverá ser feita na forma da legislação específica (§2.º, art. 68, da Lei 14.133/21);

11.24. Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

11.24.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, podendo ser apresentado de acordo com o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED – Decreto Federal n.º 6.022/2007), que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

11.24.1.1. O Balanço apresentado deverá cumprir as seguintes formalidades:

a) Indicação do número das páginas e números do livro onde estão inscritos o balanço patrimonial e a DRE (Demostração do Resultado do Exercício) no Livro Diário. Além do acompanhamento do respectivo Termo de Abertura e Termo de Encerramento do mesmo;

b) Assinatura do contador e do titular ou representante legal da empresa no balanço patrimonial e DRE (pode ser feita digitalmente);

c) Prova de registro na Junta Comercial ou Cartório (devidamente carimbado, com etiqueta, chancela da Junta Comercial ou código de registro).

11.24.1.2. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);

11.24.1.3. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

11.24.1.4. Quando solicitado ou autorizado pelo Pregoeiro, será permitido apresentação de balanço intermediário, desde que se decorra de lei ou contrato social/estatuto social da Licitante.

11.24.1.5. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

11.24.2. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo 10% do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

11.24.3. Certidões Negativas de Falência e Recuperação Judicial (conforme Lei nº 11.101/05), expedida pela Central de Certidões do Tribunal de Justiça ou órgão equivalente do domicílio ou da sede do licitante, **expedida até 90 (noventa) dias antes da abertura desta licitação**, quando do documento não constar data expressa de validade;

11.24.3.1 Onde não houver **CENTRAL DE CERTIDÕES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, deverá ser apresentada Certidão emitida pela **SECRETARIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA** ou órgão equivalente do domicílio ou da sede do licitante constando a quantidade de Cartórios Oficiais de Distribuição de Pedidos de Falência e Recuperação Judicial (conforme Lei nº 11.101/05), devendo ser apresentadas Certidões expedidas na quantidade de cartórios indicadas no respectivo documento, no prazo referido no item **11.24.3.**;

11.24.3.2. Caso os prazos de validade não constem expressamente das certidões, serão considerados para esse fim, o prazo descrito no subitem **11.24.3**. deste instrumento convocatório.

11.24.4. Os documentos referidos no item **11.24. e subitens** limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos

11.25. Relativos à Qualificação Técnica

11.25.1. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme campo próprio do sistema;

11.25.2. **Apresentação Atestado de Capacidade Técnica** (Art. 67, II, da Lei 14.133/21) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) que a empresa licitante tenha executado/entregue, a contento, serviços/materiais de natureza e vulto compatíveis com o presente objeto, que permitam estabelecer, por comparação, proximidade de características funcionais técnicas, dimensionais, quantitativas e qualitativas com o objeto do presente Edital, sendo aceitável a soma de atestados para a comprovação desse quantitativo, conforme Termo de Referência.

11.25.2.1. No caso de pessoa jurídica de direito público, o(s) atestado(s) ou certidão (ões) deverá (ão) ser assinado(s) pelo responsável do setor competente do órgão;

11.25.2.2. No caso de pessoa jurídica de direito privado, o(s) atestado(s) deverá(ão) conter dados suficientes para identificação civil do declarante, com referência ao cargo/função que ocupa na empresa.

11.25.2.3. A ausência de apresentação de atestado claro, legível e idôneo, em não conformidade com este Edital, será motivo de inabilitação, a critério do Pregoeiro.

11.26. Disposições Gerais da Habilitação:

11.26.1. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado: (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

11.26.2. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, **o pregoeiro considerará o proponente inabilitado**, sendo convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim **sucessivamente**, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

11.26.3. Sob pena de inabilitação os documentos apresentados deverão estar em nome da licitante, com o nº do CNPJ e o endereço respectivo, conforme segue:

11.26.3.1. se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e

11.26.3.2. se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial.

11.11.3.3. no caso dos subitens anteriores, serão dispensados da filial aqueles documentos que COMPROVADAMENTE, forem emitidos SOMENTE em nome da matriz, e vice-versa.

11.26.4. Caso os prazos de validade não constem expressamente das certidões apresentadas, será considerado para esse fim, o prazo descrito no subitem **11.24.3**. deste instrumento convocatório.

11.27. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal para microempresas e empresas de pequeno porte, lhes será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do momento em que o licitante for declarado vencedor, prorrogáveis por igual período, a requerimento da interessada e a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

11.27.1. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

11.28. Para fins de julgamento da habilitação no certame, considerar-se-á vigente o documento com prazo de validade, pelo menos, até a data de abertura da licitação.

11.29. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

11.30. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45, da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

11.31. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

11.31.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

11.32. Atendidas as exigências habilitatórias fixadas neste Edital, o licitante será declarado **vencedor**, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame, caso não haja interposição de recursos, encaminhando-se, em seguida os autos à autoridade competente para homologação.

11.33. Da sessão pública será lavrada ata circunstanciada, que mencionará todos os licitantes, a classificação dos lances, bem como as ocorrências que interessarem ao julgamento desta licitação.

12. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

12.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

12.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

12.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

12.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

12.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

12.3.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

12.3.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **3 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.4. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.5. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de **3 (três) dias úteis**, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.6. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.7. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.8. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**, localizada na Av. Coronel Teixeira, n.º 7.995, Nova Esperança, CEP.: 69037-473, nos dias úteis, no horário das 8h às 14h (horário local).

12.8.1. Os interessados poderão solicitar cópia dos autos por meio do e-mail licitacao@mpam.mp.br

12.9. Não serão providos recursos de caráter protelatório, fundada em mera insatisfação da licitante, podendo ainda ser aplicado, supletiva e subsidiariamente, no que couberem, as regras previstas na Lei n.º 13.105/2015 (Código de Processo Civil).

12.10. A alegação de preço inexequível por parte de uma das licitantes com relação à proposta de preços de outra licitante deverá ser devidamente comprovada.

12.11. A sessão pública do pregão somente será concluída após declarado o vencedor do certame e encerrado o prazo para manifestação de intenção de interposição de recurso, cabendo aos licitantes permanecerem conectados ao sistema até o final desta etapa.

12.12. Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor.

13. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

13.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

13.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

13.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

13.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

13.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou ainda, *e-mail*, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

13.2.2. A convocação feita por *e-mail* dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

14. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

14.1. O objeto da licitação será adjudicado e homologado ao licitante declarado vencedor pela autoridade competente.

14.2. Homologado o resultado, o adjudicatário, quando convocado, terá o **prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis**, para celebrar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, devendo manter as condições de habilitação exibidas na licitação.

14.2.1. Se o vencedor do certame não apresentar situação regular no ato da assinatura do contrato (ou retirada do instrumento equivalente), ou recusar-se a assiná-lo, ou sobrevier fato impeditivo de sua celebração, a sessão será retomada e os demais licitantes chamados, procedendo-se na forma do item **10.11**., sem prejuízo das sanções cabíveis.

14.2.2. O vencedor do certame deverá apresentar ao órgão interessado, antes da assinatura do contrato (ou retirada do instrumento equivalente), nova proposta de preços escrita, com a devida recomposição dos custos unitários decorrentes da diminuição dos valores na fase de lances.

14.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15. DOS PRAZOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

15.1. As informações suficientes à execução do objeto constituem os **ITEM 6** do **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 4.2025.DTIC.1540068.2024.019531 (**Anexo I deste Edital), destacando-se que o **prazo máximo de entrega** do objeto solicitado **não será superior a 30 (trinta) dias consecutivos**, contados do primeiro dia útil subsequente ao do recebimento da respectiva Nota de Empenho e da Ordem de Serviço pela empresa FORNECEDORA.

15.1.1. A futura CONTRATADA/FORNECEDORA será responsável pelo pelo transporte dos materiais, desde o local da embalagem até a sua entrega, a qual ocorrerá em dias úteis, no seguinte endereço: Avenida Coronel Teixeira nº 7995, Bairro Nova Esperança II, CEP 69037-473, Manaus, Amazonas.

15.1.2. A entrega dos materiais permanentes deverá ser previamente agendada com o **SETOR DE PATRIMÔNIO E MATERIAL – SPAT** pelo telefone (92) 3655-0767;

15.1.3 A entrega dos materiais de consumo deverá ser encaminhada ao **SETOR DE INFRAESTRUTURA E TELECOMUNICAÇÕES – SIET**.

15.2. O recebimento dos materiais/serviços será realizado pela fiscalização da CONTRATANTE, conforme o **item 7** do **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 4.2025.DTIC.1540068.2024.019531.**

15.3. Será firmado um Termo de Garantia e Assistência Técnica (Anexos III do Edital) com vigência mínima prevista no **item 4** do **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 4.2025.DTIC.1540068.2024.019531.**

16. DOS PRAZOS E CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

16.1. Após homologação do resultado desta licitação, a PGJ, através da **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**, convocará o vencedor do certame para cumprimento das exigências pertinentes à assinatura da Ata de Registro de Preços, o que deverá, obrigatoriamente, ser atendido **no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis**, a partir da convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

16.1.1. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente justificado e aceito.

16.1.2 Para assinar a Ata de Registro de Preços, o representante legal da empresa deverá apresentar procuração e/ou contrato social e cédula de identificação.

16.1.3. Ao assinar a Ata de Registro de Preços, a empresa adjudicatária obriga-se a fornecer/executar os bens/serviços a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste Edital, em seus Anexos e também na proposta apresentada.

16.1.4. O compromisso de fornecimento será formalizado mediante a assinatura da Ata de Registro de Preços pelo fornecedor.

16.2. Na assinatura do contrato ou da Ata de Registro de Preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato e/ou da Ata de Registro de Preços (Art. 92, XVI, da Lei 14.133/21).

16.3. Se o vencedor da licitação não fizer a comprovação referida no subitem anterior, ou quando, injustificadamente, recusar-se a assinar o contrato ou a Ata de Registro de Preços, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar o contrato ou a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no contrato e das demais cominações legais.

16.4. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-as as

sanções legais cabíveis.

16.5. A empresa que tenha seu preço registrado obrigar-se-á a cumprir as condições dispostas na ata de registro de preços, aplicando-o ao quantitativo solicitado pela Administração.

16.6. Na hipótese da empresa vencedora ter seu registro cancelado ou não firmar a contratação no prazo e condições estabelecidos, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições do Edital. Nessa hipótese, a Administração deverá negociar com o fornecedor convocado quanto ao preço ofertado, visando manter as condições mais vantajosas do Registro de Preços.

16.7. Nos termos do art. 6º do Decreto n º 40.674/2019, a Ata de Registro de Preços poderá ser assinada por certificação digital ou mediante assinatura eletrônica via Sistema Eletrônico de Informação - SEI, conforme disposição do ATO Nº 141/2017/PGJ.

16.8. Para fins do atendimento do disposto no item anterior, antes da assinatura da Ata de Registro de Preços – ARP, será solicitado do representante da fornecedora o preenchimento de cadastro disponível no endereço eletrônico: https://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0 e envio dos seguintes documentos:

I – Documento de identidade;

II – Cadastro de Pessoa Física – CPF;

III – Comprovante de residência atualizado;

IV – Ato constitutivo e suas alterações, devidamente registrados; e

V – Ato de nomeação ou eleição de dirigentes ou procuração, quando for o caso, devidamente registrados.

16.8.1. Será dispensado da apresentação dos documentos referidos o representante que já os tiver enviado durante a sessão pública do pregão.

16.9. O uso da senha de acesso ao Sistema Eletrônico de Informação - SEI é de inteira e exclusiva responsabilidade da licitante, incluindo qualquer acesso efetuado diretamente ou por seu representante, não cabendo ao MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS, promotora da licitação, qualquer responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

17. DA VALIDADE, CONTROLE E CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

17.1. A **Ata de Registro de Preços** terá vigência de 12 (doze) meses, contados da publicação no PNCP e Imprensa Oficial, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso**.**

17.2. Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, decorrentes das situações previstas na alínea "d", do inciso II, do art. 124, da Lei nº. 14.133/21, ou de redução dos preços praticados no mercado.

17.2.1. Ainda que comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d", do inciso II, do art. 124, da Lei nº. 14.133/21, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar novo processo licitatório.

17.2.2. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o PROPONENTE registrado será convocado pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** para a devida alteração do valor registrado na Ata.

17.3. O PROPONENTE terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurando o contraditório e a ampla defesa:

17.3.1. A pedido, quando:

17.3.1.1. Comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

17.3.1.2. O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado, dos insumos que compõem o custo das aquisições.

17.3.2. Por iniciativa do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS, quando:

17.3.2.1. O fornecedor não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

17.3.2.2. Perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

17.3.2.3. Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

17.3.2.4. Não cumprir as obrigações decorrentes da ata de registro de preços;

17.3.2.5. Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da Ata de Registro de Preços;

17.3.2.6. Caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na ata de registro de preço ou nos pedidos dela decorrentes.

17.4. Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a PROCURADORIAGERAL DE JUSTIÇA fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preço e informará aos proponentes a nova ordem de registro.

17.5. A Ata de Registro de Preço, decorrente desta licitação, será cancelada automaticamente:

17.5.1. Por decurso de prazo de vigência.

17.5.2. Quando não restarem fornecedores registrados.

17.6. Toda vez que for constatado, através de pesquisa de preços realizada pelo **SETOR DE COMPRAS E MATERIAIS – SCS**, que os valores constantes na Ata de Registro de Preços estão divergentes daqueles praticados no mercado, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** poderá:

17.6.1. Cancelar os itens com preços registrados cujos valores estejam acima dos preços praticados no mercado;

17.6.2. Promover ajustes dos preços registrados na hipótese de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos casos previstos na alínea "d", do inciso II, do art. 124, da Lei nº. 14.133/21, mediante comprovação oficial, fundamentada e aceita pelo Ministério Público do Estado do Amazonas.

17.7. Os pedidos de prorrogação de prazo de entrega de bens ou serviços, sempre por escrito, deverão ser encaminhados com **antecedência mínima de 1 (um) dia do respectivo vencimento**, com a devida documentação comprobatória dos fatos alegados, sob pena de não apreciação dos pedidos por inépcia.

17.8. Os pedidos de alteração de marca e/ou modelo do objeto registrado deverão ser protocolados **em até 5 (cinco) dias após o recebimento da Nota de Empenho**, com a devida documentação comprobatória dos fatos alegados, sob pena de não apreciação dos pedidos por inépcia.

17.9. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem, observados os seguintes requisitos:

I - apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

II - demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei 14.133/21;

III - prévias consulta e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor.

17.10. Os órgãos e entidades que não participarem do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao Órgão Gerenciador da Ata para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

17.11. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique

as obrigações presentes e futuras decorrentes da Ata, assumidas com o Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes.

17.12. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item, observarão os seguintes limites:

I – o quantitativo, por órgão ou entidade, não poderá exceder a 50% (cinquenta por cento) do quantitativo do item registrado na ata de registro de preços; e

II – o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

17.13. Todas as comunicações com as empresas detentoras da Ata de Registro dar-se-ão por meio dos *e-mails* e dados contidos, especialmente, na Proposta de Preços em conjunto ao SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

18. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

18.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

18.1.1. O adjudicatário **terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar o instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

18.1.1.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da adjudicatária, mediante correspondência eletrônica no *e-mail* constante da proposta, para que seja assinado eletronicamente pelo Sistema SEI ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

18.1.1.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração;

18.1.1.3. Nos termos do art. 6º, do Decreto n º 40.674/2019, o termo contratual ou instrumento equivalente poderá ser assinado por certificação digital ou mediante assinatura eletrônica via Sistema Eletrônico de Informação - SEI, conforme disposição do ATO Nº 141/2017/PGJ;

18.1.1.3.1. O uso da senha de acesso ao Sistema Eletrônico de Informação - SEI é de **inteira e exclusiva responsabilidade da licitante**, incluindo qualquer acesso efetuado diretamente ou por seu representante, não cabendo ao MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS, promotora da licitação, **qualquer responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.**

18.1.1.4. Para fins do atendimento do disposto no item anterior, antes da assinatura da Ata de Registro de Preços – ARP, será solicitado do representante da fornecedora o preenchimento de cadastro disponível no endereço eletrônico: https://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0 e envio dos seguintes documentos:

I – Documento de identidade;

II – Cadastro de Pessoa Física – CPF;

III – Comprovante de residência atualizado;

IV – Ato constitutivo e suas alterações, devidamente registrados; e

V – Ato de nomeação ou eleição de dirigentes ou procuração, quando for o caso, devidamente registrados.

18.1.1.5. Será dispensado da apresentação dos documentos referidos o representante que já os tiver enviado durante a sessão pública do pregão.

18.1.1.6. Ao assinar o termo contratual ou instrumento equivalente, a empresa adjudicatária obriga-se a fornecer/executar os bens/serviços a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste Edital, em seus Anexos e também na proposta apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições do Edital;

18.2. O aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

18.2.1 A referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

18.2.2. a CONTRATADA se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital e seus Anexos;

18.2.3. a CONTRATADA reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigo 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021, e reconhece os direitos da Administração previsto no artigo 139 da mesma Lei.

18.3. Os bens/serviços objeto desta licitação, deverão contar com garantia e assistência técnica do fabricante ou pela assistência técnica autorizada, devendo atender ao prazo de garantia exigido para cada item, conforme especificado no **Item 4 do TERMO DE REFERÊNCIA Nº 4.2025.DTIC.1540068.2024.019531.**

18.4. Previamente à contratação, a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

18.5. Na assinatura do contrato ou da Ata de Registro de Preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no Edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da Ata de Registro de Preços.

18.6. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no Edital ou se recusar a assinar o contrato ou a Ata de Registro de Preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a Ata de Registro de Preços.

18.7. Para assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, fica estabelecido que os preços pactuados serão reajustados anualmente, em conformidade à CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS, da Minuta de Contrato Administrativo (doc. 1522384).

19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

19.1. As obrigações da contratada constituem o **Item 9 do TERMO DE REFERÊNCIA N.º 4.2025.DTIC.1540068.2024.019531 (**Anexo I deste Edital).

19.2. Se a licitante vencedora não apresentar situação de regularidade documental, no ato da emissão da nota de empenho, ou recusar-se injustificadamente a receber a nota de empenho no prazo estabelecido, os demais licitantes serão convocados observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

19.2.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

19.3. A empresa deverá encaminhar, quando solicitado, via *e-mail*, os seguintes dados: Banco, agência e número da conta-corrente, endereço, telefone e representante legal da empresa, com o número do CNPJ e

Inscrição Estadual ou Inscrição Municipal.

20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

20.1. As obrigações desta contratante constituem o **Item 10 do TERMO DE REFERÊNCIA N.º 4.2025.DTIC.1540068.2024.019531** (Anexo I deste Edital).

21. DO PAGAMENTO

21.1 O pagamento resultante da contratação do objeto, será efetuado de acordo com a **item 8 do TERMO DE REFERÊNCIA N.º 4.2025.DTIC.1540068.2024.019531 (**Anexo I deste Edital), em consonância, também, com a proposta de preços aceita pela Administração.

21.2. O pagamento devido à CONTRATADA/FORNECEDORA será creditado em conta-corrente por meio de ordem bancária, efetuado mediante apresentação do documento fiscal apresentado e visada pelos órgãos de fiscalização e acompanhamento do fornecimento do material, no prazo e condições previstas neste Edital e ainda no ATO Nº 008/2024/PGJ.

21.2.1. Os prazos e condições de pagamento são as estabelecidos no Art. 140 do Ato nº 008/2024/PGJ:

I - 10 (dez dias) úteis para a liquidação da despesa, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração;

II - 10 (dez dias) úteis para pagamento, a contar da liquidação da despesa.

21.2.1.1. Para os fins de liquidação, deverá ser observado o disposto no art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, certificando-se do adimplemento da obrigação do contratado nos prazos e forma previstos no contrato.

21.2.1.2. O prazo de que trata o inciso I do caput do Art. 140 do Ato nº 008/2024/PGJ poderá ser excepcionalmente prorrogado, justificadamente, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

21.2.1.3. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins de que trata o inciso I do caput e o § 2º do Art. 140 do Ato nº 008/2024/PGJ.

21.2.1.4. Na hipótese de caso fortuito ou força maior que impeça a liquidação ou o pagamento da despesa, o prazo para o pagamento será suspenso até a sua regularização, devendo ser mantida a posição da ordem cronológica que a despesa originalmente estava inscrita.

21.2.1.5. No caso de insuficiência de recursos financeiros disponíveis para quitação integral da obrigação, poderá haver pagamento parcial do crédito, permanecendo o saldo remanescente na mesma posição da ordem cronológica.

21.2.2. Os respectivos documentos fiscais (notas fiscais/faturas), emitidos em conformidade com o Protocolo ICMS 42/2009 (NF-e), deverão estar devidamente discriminadas, em nome da **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, CNPJ nº 04.153.748/0001-85**, e acompanhada das respectivas Certidões Negativas de Débito para com a Seguridade Social, para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, junto à Justiça Trabalhista e, ainda, das certidões de regularidade junto à Fazenda Federal, Estadual e Municipal, conforme descrito no link: https://www.mpam.mp.br/servicos-sp261893274/licitacoes/34-licitacoes/paginas-internas-licitacoes/2148-orientacaopagamentofornecedor;

21.2.3. Deverão constar das Notas Fiscais as especificações dos serviços ou dos materiais/equipamentos fornecidos, o número da Nota de Empenho e do instrumento contratual correspondente, conforme o caso;

21.2.4. Enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, nenhum pagamento será efetuado à Contratada, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

21.3. Qualquer atraso ocorrido na apresentação da nota fiscal/fatura, ou dos documentos exigidos como condição de pagamento por parte da FORNECEDORA, importará prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do Contratante.

21.4. Nenhum pagamento isentará o fornecedor das responsabilidades atinentes ao objeto contratual, nem tampouco implicará a aprovação definitiva da entrega, total ou parcialmente.

21.5. A nota fiscal (atestada) e os documentos exigidos no Edital e no contrato, para fins de liquidação e pagamento das despesas, deverão ser entregues, exclusivamente, no Setor de Protocolo da CONTRATANTE.

21.6. Como condição para emissão da nota de empenho, a licitante vencedora deverá manter as condições de habilitação, cuja confirmação será feita através de consulta ao SICAF ou através da internet nos respectivos sites dos órgãos emissores das certidões de regularidade fiscal.

21.7. Se a licitante vencedora não apresentar situação de regularidade documental, no ato da emissão da nota de empenho, ou se recusar injustificadamente a recebê-la no prazo estabelecido, os demais licitantes serão convocados, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

21.7.1. Como condição inafastável a que seja emitida Nota de Empenho à Fornecedora, esta deverá, também, estar cadastrada junto ao Sistema de Administração Financeira e Contabilidade – Cadastramento de Credores – da Secretaria da Fazendo do Estado do Amazonas – SEFAZ.

21.7.1.1. Com relação ao Cadastramento de Credores, a empresa deverá providenciar o envio dos documentos abaixo elencados ao órgão promotor da licitação (MPAM), durante o certame no próprio Sistema Comprasnet na fase de envio da proposta, quando convocado pelo Pregoeiro ou posteriormente após a adjudicação para o endereço eletrônico licitacao@mpam.mp.br, sendo que naquele primeiro momento não será motivo para sua desclassificação:

a) Carta solicitando o cadastramento (conforme Anexo VII);

b) Comprovante de inscrição e de situação cadastral emitido pela Receita Federal do Brasil;

c) Cópia legível dos dados bancários (por ex: extrato, cópia reprográfica de cartão bancário etc.);

d) Comprovante de endereço, tais como: conta de água, energia, gás, serviços de internet ou contrato de aluguel.

21.7.1.2. Caso a vencedora não realize o **cadastro em até 5 (cinco) dias** após a homologação do certame, poderá responder a procedimento apuratório por eventual retardamento da execução do ajuste, com possível aplicação das sanções previstas neste Edital, bem como perda do direito de preferência à contratação em favor dos demais licitantes subsequentes:

22. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

22.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

22.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

22.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

22.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

22.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

22.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

22.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

22.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

22.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

22.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

22.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

22.1.5. fraudar a licitação

22.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

22.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

22.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

22.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

22.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

22.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

22.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

22.2.1. advertência;

22.2.2. multa;

22.2.3. impedimento de licitar e contratar e

22.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

22.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

22.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

22.3.2. as peculiaridades do caso concreto

22.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

22.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

22.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

22.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato / item licitado, recolhida no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

22.4.1. Para as infrações previstas nos itens 22.1.1., 22.1.2. e 22.1.3., a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

22.4.2. Para as infrações previstas nos itens 22.1.4., 22.1.5., 22.1.6., 22.1.7. e 22.1.8., a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

22.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

22.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

22.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 22.1.1., 22.1.2. e 22.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito do **ESTADO DO AMAZONAS**, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

22.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 22.1.4, 22.1.5, 22.1.6, 22.1.7 e 22.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 22.1.1, 22.1.2 e 22.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

22.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 22.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor da Procuradoria-Geral de Justiça.

22.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

22.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

22.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

22.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

22.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

22.15. O disposto nos itens acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente ou com justificativa recusada pela Administração Pública.

22.16. As sanções serão aplicadas pela **AUTORIDADE COMPETENTE**, em processo regular que assegure ao acusado o direito prévio da citação, do contraditório e da ampla defesa, com os recursos a ela inerentes.

22.17. As penalidades serão obrigatoriamente publicadas no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Amazonas e registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

22.18. Se a CONTRATADA, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir preceitos legais, serão aplicadas as **sanções previstas no ITEM 11** do **TERMO DE REFERÊNCIA N.º 4.2025.DTIC.1540068.2024.019531 e neste instrumento convocatório**, segundo a gravidade da falta, observando-se os limites estabelecidos no **item 22.4.**

22.19. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pelos motivos legais.

22.20. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

> 22.20.1. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Estado ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

22.21. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

22.22. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

22.23. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Estadual resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

22.24. O fluxo procedimental quanto ao procedimento preliminar e o processo de apuração de responsabilidade visando a aplicação das sanções administrativas no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas está disciplinado no Ato PGJ n.º 217/2024 (publicado no DOMPE, Ed. 2874, de 02.07.2024).

23. DA REPACTUAÇÃO, REAJUSTE E REVISÃO DE PREÇO

23.1. A interessada deverá protocolar o seu pedido de repactuação, reajuste e revisão de preços antes da assinatura do contrato ou, nos casos em que este vier a ser substituído por instrumento equivalente, **em até 5 (cinco) dias do recebimento da Nota de Empenho**, sob pena de não apreciação do pedido por intempestividade.

23.1.1. Deverá constar do pedido a planilha de custos e documentos comprovantes da situação superveniente, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

23.1.2. A CONTRATADA deverá demonstrar de maneira clara a composição do preço de cada item constante de sua proposta, através de Planilha de Custos contendo, por exemplo: as parcelas relativas à mão de obra direta, demais insumos, encargos em geral, lucro e participação percentual em relação ao preço final.

23.1.3. O pedido deverá vir instruído com os seguintes documentos/informações:

a) Planilha ou equivalente, contendo o custo (preço de custo, impostos, frete, lucro) de cada item constante da proposta inicial em confronto com a nova planilha atualizada, a fim de comprovar a elevação dos encargos do particular;

b) Demonstração de forma cabal que o desequilíbrio decorre de fato superveniente, isto é, ocorrência de evento posterior à apresentação da proposta;

c) Vínculo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos da empresa;

d) Comprovação de que o desequilíbrio decorre de fato, imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, apresentado, para tanto TODOS os documentos que comprovem a imprevisibilidade da ocorrência do evento (notas fiscais, cotações e etc.);

e) Memória de cálculo em conformidade com a variação pleiteada, por item;

f) Demonstração de que o desequilíbrio de fato alheio à vontade das partes.

23.2. A não-apresentação da planilha de custos impossibilitará o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** de proceder o reequilíbrio, reajuste ou revisão de preços, caso venha a empresa contratada solicitar qualquer uma dessas alterações no contrato.

23.3. A cada pedido de reequilíbrio, reajuste ou revisão de preço, deverá a contratada comprovar e justificar as alterações havidas na planilha apresentada à época da elaboração da proposta, demonstrando a nova composição do preço.

23.4. No caso do detentor do registro de preços/contratado ser revendedor ou representante comercial deverá demonstrar de maneira clara a composição do preço constante de sua proposta, com descrição das parcelas relativas ao valor de aquisição do produto com notas fiscais de fábrica/indústria, encargos em geral, lucro e participação percentual de cada item em relação ao preço final *(planilha de custos)*.

23.5. **A critério do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS, poderá ser exigido da contratada, listas de preços expedidas pelos fabricantes**, que conterão, obrigatoriamente, a data de início de sua vigência e numeração sequencial, para instrução de pedidos de revisão de preços.

23.6. Na análise do pedido de reequilíbrio, reajuste ou revisão, dentre outros critérios, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** adotará, para verificação dos preços constantes dos

demonstrativos que acompanhem o pedido, pesquisa de mercado dentre empresas de reconhecido porte mercantil, produtoras e /ou comercializadoras, a ser realizada pela própria unidade ou por instituto de pesquisa, utilizando-se, também, de índices setoriais ou outros adotados pelo Governo Estadual, devendo a deliberação de deferimento ou indeferimento da alteração solicitada ser instruída com justificativa da escolha do critério e memória dos respectivos cálculos, para decisão da Administração.

23.7. O percentual de diferença entre os preços de mercado vigentes à época do julgamento da licitação, devidamente apurado, e os propostos pela CONTRATADA/Detentora do registro de preços será mantido durante toda a vigência do registro. **O percentual não poderá ser alterado de forma a configurar reajuste econômico durante a vigência deste registro**.

23.8. A repactuação, reajuste ou revisão do preço, caso deferido, somente terá validade a partir da data da publicação da deliberação na Imprensa Oficial.

23.9. É vedado à contratada interromper o fornecimento ou a prestação do serviço enquanto aguarda o trâmite do processo de reequilíbrio, reajuste ou revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas neste Edital.

23.10. A repactuação, reajuste ou revisão levará em consideração preponderantemente as normas legais federais e estaduais, que são soberanas à previsão do conteúdo exposto neste item.

24. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

24.1. **Até o dia XX/XX/2025, 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá IMPUGNAR** este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, mediante **petição**, que deverá obrigatoriamente (art. 10, caput, da Lei nº 12.527/2011) conter a identificação do Impugnante (CPF/CNPJ).

24.2. Os pedidos de **ESCLARECIMENTOS** referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, **até o dia XX/XX/2025, 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública**, até às 14h, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital, mediante **petição**, que deverá obrigatoriamente (art. 10, caput, da Lei nº 12.527/2011) conter a identificação do solicitante (CPF/CNPJ).

24.3. Os pedidos de impugnações e esclarecimentos, bem como as respectivas respostas, serão divulgados no site https://www.gov.br/compras/pt-br, na área Gestor Público/consultas/pregões/agendados (http://comprasnet.gov.br/acesso.asp?url=/livre/Pregao/lista_pregao_filtro.asp?Opc=0) e no **site oficial do MPAM**. O fornecedor, além do acesso livre, poderá visualizar também no menu principal, no link: "visualizar impugnações /esclarecimentos/avisos".

24.4. A impugnação ou pedido de esclarecimento poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail licitacao@mpam.mp.br, no horário local de expediente da Instituição, até às 14 horas (horário local) da data limite fixada ou por petição dirigida/protocolada no Prédio-Sede desta PGJ, localizado na Av. Coronel Teixeira, nº 7995 - Nova Esperança, CEP: 69037-473, endereçado à Comissão Permanente de Licitação.

24.5. Acolhida a impugnação ou determinadas as providências requeridas, será designada nova data para realização da sessão pública, salvo quando estas não afetarem a formulação das propostas.

24.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

24.6.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

24.7. As respostas aos pedidos de esclarecimentos divulgadas pelo sistema vincularão os participantes e a Administração.

25. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

25.1. A **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO** prestará todos os esclarecimentos solicitados pelos interessados nesta licitação, estando disponível para atendimento de segunda a sexta-feira, das 9 às 15 horas, na Avenida Coronel Teixeira, 7.995, Nova Esperança, Manaus – AM, pelos telefones (92) 3655-0743 ou, ainda, pelo e-mail: licitacao@mpam.mp.br.

25.2. A **Autoridade Competente** designará o pregoeiro que conduzirá esta licitação, necessariamente escolhido dentre os Pregoeiros Oficiais do **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**.

25.3. É facultada ao pregoeiro ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

25.3.1. O pregoeiro, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, deve sanear eventuais erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, sendo que a vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro. (Acórdão TCU 1211/2021 - Plenário, relator Ministro Walton Alencar Rodrigues).

25.3.2. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o subitem anterior, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

25.4. A **Autoridade Competente** para determinar a contratação poderá revogar a licitação por razões de interesse público derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

25.4.1. No caso de revogação ou anulação do procedimento licitatório, ficará assegurada oportunidade de ampla e prévia manifestação dos interessados, na forma da Lei.

25.4.2. A anulação pode ser declarada a qualquer tempo.

25.4.3. As licitantes não terão direito a indenização em decorrência de anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do FORNECEDOR de boa-fé de ser ressarcida pelos encargos que tiver suportado em eventual cumprimento da obrigação decorrente da execução do objeto deste certame.

25.5. Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

25.6. **Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro, sob pena de abertura de procedimento apuratório em face da conduta do licitante**.

25.7. Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, o Pregoeiro poderá fixar aos licitantes o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentar nova documentação ou nova proposta escoimada das causas que ensejaram a inabilitação ou desclassificação das empresas.

25.8. Em caso de licitante vencedor sediado fora da cidade de Manaus, cujo envio de documentos e demais solicitações ensejem utilização de serviços postais, será obrigatória a apresentação de cópia do comprovante de envio dos itens solicitados, como forma de confirmação do atendimento aos prazos previstos em cada subitem.

25.8.1. O comprovante poderá ser digitalizado e enviado para o e-mail: licitacao@mpam.mp.br.

25.8.2. O descumprimento dos prazos para envio dos documentos ou demais solicitações, sem apresentação de justificativa, ensejará a desclassificação da empresa licitante, sem prejuízo das sanções cabíveis.

25.8.3. Caso a autenticação do documento ou o próprio documento esteja em formato digital, com assinatura por certificado digital, padrão ICP-Brasil, ou ainda torne possível sua convalidação em sítio eletrônico de autoridade certificadora oficial e/ou cartório digital respectivo, a licitante está dispensada da obrigação do item anterior.

25.8.3.1. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos

signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

25.9. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário e local aqui estabelecidos, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

25.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente normal no **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**.

25.11. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível a verificação de suas condições de habilitação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de pregão.

25.12. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

25.13. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

25.14. Nenhuma pessoa física ou jurídica ainda que credenciada poderá representar mais de uma empresa concorrente, sob pena de não participação das empresas representadas.

25.15. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

25.16. Em substituição aos respectivos originais todos os documentos poderão ser apresentados em cópia autenticada por Cartório competente ou conferida com o original por servidor da CPL. **Neste último caso, a autenticação administrativa poderá ser feita, preferencialmente, até o dia anterior à data prevista para o recebimento dos envelopes da Proposta e da Documentação**;

25.17. Somente serão aceitos propostas e lances encaminhados pelo sistema eletrônico.

25.18. É de inteira responsabilidade do licitante o acompanhamento do processo referente a este pregão eletrônico, no endereço eletrônico https://www.gov.br/compras/pt-br.

25.19. Para as demais condições de contratação, observar-se-ão as disposições constantes dos Anexos deste Edital.

25.20. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

25.21. Este Edital e seus Anexos poderão ser examinados sem ônus para o interessado, antes da realização da licitação, no formato eletrônico, através de consulta aos sítios https://www.gov.br/compras/pt-br e www.mpam.mp.br, ou através do correio eletrônico da CPL, licitacao@mpam.mp.br.

25.20.1. O Edital e seus anexos também estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico https://www.gov.br/pncp/pt-br.

25.20.1. Poderão ser, também, adquiridos impressos mediante depósito da quantia referente ao custo reprográfico, calculado no produto de R$ 0,50 (cinquenta centavos) por página, depositado na Conta-Corrente n.º 13200-3, Agência 3736-2, do Banco Bradesco S/A (237), em nome do **FUNDO DE APOIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**.

25.22. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com base no Ato PGJ n.º 008/2024 e na Lei n.º 14.133/21 e alterações.

25.23. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da cidade de Manaus, com exclusão expressa de qualquer outro.

Manaus, 15 de janeiro de 2025.

Sarah Madalena Barbosa Côrtes de Melo

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Ato PGJ n.º 496/2024 - DOMPE, Ed. 2957, de 15.07.2024

Documento assinado eletronicamente.

Os códigos de autenticidade podem ser conferidos na última página do Edital.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS

Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 4.2025.DTIC.1540068.2024.019531

ANEXO I - DO TERMO DE REFERÊNCIA Nº 4.2025.DTIC.1540068.2024.019531

ANEXO Nº 1417558.2024.DTIC.1417558.2024.019531

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

ANEXO II

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO N.° XXXX/2025-CPL/MP/PGJ-SRP
PROCEDIMENTO INTERNO N.º 2024.019531

Pelo presente instrumento, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, órgão gerenciador deste Registro de Preços, situado na Avenida Coronel Teixeira, n.º 7995, Bairro Nova Esperança, CEP: 69037-473, representado neste ato por sua Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, **XXXXXXXX**, inscrita no CPF sob nº XXXXXXX, portadora do RG nº xxxx, residente e domiciliado nesta Capital, e as Empresas: **xxxxxxxxxxxxxxxxxxx**, inscrita no CNPJ N.º xxxxxxxxxxxx; **xxxxxxxxxxxxxxxxx**, inscrita no CNPJ N.º xxxxxxxxxxxxxx; **xxxxxxxxxxxxxxxxxx**, inscrita no CNPJ N.º xxxxxxxxxx; e **xxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ N.º xxxxxxxxxx**, DORAVANTE denominadas **Fornecedoras**, firmam a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** e as empresas vencedoras do certame licitatório referente ao **Pregão Eletrônico n.º 94.0XX/2024-CPL/MP/PGJ**, na modalidade de Sistema de Registro de Preços, cujo objeto é a possível e *eventual aquisição de* ***serviço de emissão e renovação de certificados digitais padrão ICP-Brasil e fornecimento de token criptográficos USB****, objetivando atender às necessidades de utilização da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, pelo período de 12 (doze) meses*.

I. Eis os itens registrados em favor dos Fornecedores:

XXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ N.º xxxxxxxxxxxxx

ITEM 1 - xxxxxxxxxx

Quantidade registrada: xxxxxxxxxx;

Marca/Modelo: xxxxxxxxxxxxx;

Valor Unitário do Item: R$ xxxxxxxxxxxxxxxx.

XXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ N.º xxxxxxxxxxxxx

ITEM 2 - xxxxxxxxxx

Quantidade registrada: xxxxxxxxxx;

Marca/Modelo: xxxxxxxxxxxxx;

Valor Unitário do Item: R$ xxxxxxxxxxxxxxxx.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DA ATA

A presente **Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação no PNCP e no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Amazonas - DOMPE.

Subcláusula Primeira. O prazo de vigência da ata de registro de preços poderá ser prorrogado, por igual período de 12 (doze) meses, desde que comprovado o preço vantajoso.

Subcláusula Segurnda. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preço poderá ser usada por todos os órgãos da Administração Pública, desde que autorizados pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**.

Subcláusula primeira. O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado nesta Ata.

Subcláusula segunda. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente a mesma.

Subcláusula terceira. Em cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada pelas empresas detentoras da presente Ata, as quais também a integram.

CLÁUSULA QUARTA – DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

A ordem de classificação dos licitantes observará suas propostas finais ofertadas durante o certame, conforme exposto na Ata da Sessão, para fins de formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata

CLÁUSULA QUINTA – DO FORNECIMENTO E EXECUÇÃO

A FORNECEDORA deverá efetuar a entrega do objeto contratado dentro do prazo e de acordo com as especificações constantes do Edital da licitação e deste Instrumento, observando estreitamente as prescrições e as recomendações do fabricante, a legislação estadual ou municipal, se houver, bem como outras normas correlatas, ainda que não estejam explicitamente aqui citadas.

Subcláusula Primeira. Deverá, ainda, no ato da entrega do objeto, a FORNECEDORA fornecer **TERMO DE GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA** ou documento substitutivo, informando o período do licenciamento e do serviço de suporte técnico, de acordo com as exigências constantes no Termo de Referência nº 4.2025.DTIC.1540068.2024.019531**.**

Subcláusula Segunda. Entregar os produtos embalados, de forma que não sejam danificados durante a operação de transporte, carga e descarga, assinalando na embalagem a marca e características que possibilitem a conferência.

Subcláusula Terceira. Responsabilizar-se pelo transporte dos produtos, desde o local da embalagem até a sua entrega no horário e endereço indicados pela CONTRATANTE.

Subcláusula Quarta. Apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, e de impedimento de execução por fato ou ato de terceiro reconhecido pela CONTRATANTE em documento contemporâneo a sua ocorrência, quando não puder cumprir os prazos estipulados para a execução, total ou parcial, do objeto.

Subcláusula Quinta. Aceitar todas as decisões, métodos de inspeção, verificação e controle, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos e explicações que o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS julgar necessário;

Subcláusula Sexta. Manter, durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Subcláusula Sétima. A empresa vencedora, quando da solicitação do material, deverá retirar a nota de empenho no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da comunicação efetivada, **sob pena de decair o direito à contratação.**

I - Como condição inafastável para que seja emitida Nota de Empenho à Fornecedora, esta deverá, também, estar cadastrada junto ao **SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE – CADASTRAMENTO DE CREDORES – da SECRETARIA DA FAZENDO DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ.**

II - Como condição para emissão da nota de empenho a licitante vencedora deverá manter as mesmas condições de habilitação, cuja confirmação será feita através de consulta ao SICAF ou através da internet nos respectivos sites dos órgãos emissores das certidões de regularidade fiscal.

III - O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

IV - Se a licitante vencedora não apresentar situação de regularidade documental, no ato da emissão da nota de empenho, ou recusar-se injustificadamente a receber a nota de empenho no prazo estabelecido, os demais licitantes serão convocados para celebrar o contrato, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

CLÁUSULA SEXTA – DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO

As solicitações do material serão efetuadas pelo **SETOR DE INFRAESTRUTURA E TELECOMUNICAÇÕES - SIET da Procuradoria-Geral de Justiça**, na medida das necessidades da PGJ, mediante Nota de Autorização de Fornecimento, que serão disponibilizadas e enviadas à FORNECEDORA, devendo ser assinada eletronicamente via Sistema SEI por funcionário/representante da FORNECEDORA. As autorizações de fornecimento para a prestação dos serviços objeto do contrato serão expedidas conforme necessidade da CONTRATANTE.

Subcláusula Primeira. O prazo para a entrega para todos os itens não poderá ultrapassar **30 (trinta) dias corridos**, contados do primeiro dia útil subsequente ao do recebimento, pela empresa FORNECEDORA, da Nota de Empenho e da Ordem de Serviço.

Subcláusula Segunda. O objeto será recebido da seguinte forma:

a) PROVISORIAMENTE: Quando da efetiva entrega dos Certificados e/ou Tokens, devidamente acompanhado da nota fiscal, constituindo-se na inspeção quantitativa, para posterior verificação da conformidade com as especificações.

b) DEFINITIVAMENTE: No prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento provisório, após a verificação da conformidade dos referidos produtos com as condições, especificações e obrigações contratuais, cabendo à **CONTRATADA** o dever de substituir os itens que não estejam de acordo com as especificações, observando-se o disposto no pertinente diploma legal.

b.1.) Para avaliação da qualidade, após o recebimento provisório, o Fiscal Técnico da **CONTRATANTE** submeterá os produtos recebidos a testes de aceitação, de todos os componentes disponíveis na solução, através de procedimentos próprios, findo o qual será elaborado relatório técnico com a análise dos resultados.

Subcláusula Terceira. Os testes de aceitação serão desenvolvidos de acordo com os eventos e atividades descritos a seguir:

a) Conferência de entrega: oportunidade em que se procederá a identificação e conferência da solução entregue.

b) Testes de instalação: configuração das funcionalidades do objeto contratado.

c) Testes de ativação: operacionalização da solução, com a verificação de suas características, de suas funcionalidades e de sua compatibilidade.

Subcláusula Quarta. Com o processo de recebimento, realizar-se-á a verificação detalhada do cumprimento de todas obrigações da contratada, bem como a conformidade do objeto com as condições e especificações constantes no instrumento compromissório.

Subcláusula Quinta. Cumpridos os requisitos editalícios do objeto e contratuais e, por conseguinte, seja constatada a viabilidade do recebimento, a equipe de **FISCALIZAÇÃO** e **GESTÃO** expedirá **Termo de Recebimento Definitivo** que será assinada pela equipe e pelos representantes da **CONTRATADA**.

a) Nenhum pagamento será efetivado sem que a área solicitante, emita o **Termo de Recebimento Definitivo** e ateste que o objeto contratado está integralmente sendo entregue/disponibilizado pela **CONTRATADA**.

Subcláusula Sexta. Na eventualidade de serem encontradas restrições para recebimento do objeto, a **FISCALIZAÇÃO** fará constar, em seu relatório técnico, as pendências encontradas, comunicando-as à **CONTRATADA**.

a) A **CONTRATADA** deverá sanar as pendências no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, observando-se o disposto na Lei n.º 14.133/21.

b) A **CONTRATADA** deverá efetuar as devidas correções, sem qualquer ônus para a **CONTRATANTE**.

Subcláusula Sétima. No caso de substituição, o novo produto que vier a ser oferecido deverá conter, necessariamente, todas as funcionalidades e prover todos os serviços daquele que substituiu.

Subcláusula Oitava. Quando do recebimento dos materiais fornecidos, a FORNECEDORA deverá assinar um entregar um CONTRATO ADMINISTRATIVO ou documento substitutivo, de acordo com as

exigências constantes no Edital.

Subcláusula Nona. O recebimento dos produtos será realizado por técnicos da CONTRATANTE, na forma prevista no art. 140 da Lei n.º 14.133/21.

Subcláusula Dez. O Recebimento Provisório não constitui aceitação do objeto.

Subcláusula Onze. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

Subcláusula Doze. Se, a qualquer tempo, vier a ser constatado que o produto fornecido o foi em desacordo com as especificações e, em decorrência desse fato, observar-se qualquer tipo de dano ao equipamento onde está sendo utilizado, o reparo do equipamento ou, se for o caso, a sua substituição, será de inteira responsabilidade da **CONTRATADA**, nos termos da lei pertinente.

Subcláusula Treze. A FORNECEDORA deverá corrigir, sem ônus adicionais, qualquer erro ou defeito no produto entregue e aceito pela CONTRATANTE que não estiver de acordo com os requisitos acordados, nos termos do art. 119 da Lei n.º 14.133/21, durante o período de vigência da garantia.

Subcláusula Catorze. A FORNECEDORA será responsável pelo transporte dos produtos, desde o local de sua fabricação/embalagem, conforme o caso, até o local de entrega, o qual será indicado **na Autorização de Fornecimento de Material, pelo SETOR DE PATRIMÔNIO E MATERIAL – SPAT**, mesmo em caso de susbtituição.

Subcláusula Quinze. A entrega dos equipamentos deverá ser previamente agendada com o SETOR DE INFRAESTRUTURA E TELECOMUNICAÇÕES - SIET pelos telefones nº (92) 3655-06710, em dias úteis, no horário de 08h às 14h.

Subcláusula Dezesseis. Todos os materiais/produtos deverão, no que couber, ser entregues lacrados, de forma a proteger o material da ação da luz, poeira e umidade. As embalagens que apresentarem violação de qualquer espécie deverão ser substituídas pela fornecedora, caso necessário, ainda na fase de inspeção.

Subcláusula Dezessete. A FORNECEDORA deverá atentar para que os produtos sejam reconhecidamente de primeira qualidade e de primeiro uso, novos, sem qualquer vício ou avaria, com garantia do fabricante, devendo, se for o caso, constar em suas embalagens suas respectivas especificações, sob pena de ser recusado.

Subcláusula Dezoito. A FORNECEDORA fica obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

Subcláusula Dezenove. A FORNECEDORA deverá, obrigatoriamente, entregar a totalidade do produto solicitado, não sendo admitido o parcelamento, sob pena das sanções legais cabíveis, acompanhados dos manuais correspondentes e termos de garantia.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

O pagamento devido à CONTRATADA/FORNECEDORA será creditado em conta-corrente por meio de ordem bancária, efetuado mediante apresentação do documento fiscal apresentado e visada pelos órgãos de fiscalização e acompanhamento do fornecimento do material, no prazo e condições previstas no Edital e ainda no ATO Nº 008/2024/PGJ.

> I – A respectiva nota fiscal/fatura dos mateiais/produtos, emitidas em conformidade com o Protocolo ICMS 42/2009 (NF-e), deverá estar devidamente discriminada, em nome da **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, CNPJ n.º 04.153.748/0001-85**, e acompanhada das respectivas Certidões Negativas de Débito para com a Seguridade Social, para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, e ainda, Certidão Negativa de Débito Trabalhista, Certidão de regularidade junto a Fazenda Federal, Estadual e Municipal;
>
> II – Nenhum pagamento será efetuado à FORNECEDORA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

Subcláusula Primeira. Qualquer atraso ocorrido na apresentação da nota fiscal/fatura, ou dos documentos exigidos como condição de pagamento por parte da FORNECEDORA , importará em prorrogação

automática do prazo de vencimento da obrigação do CONTRATANTE.

Subcláusula Segunda. Nenhum pagamento isentará o fornecedor das responsabilidades atinentes ao produto, nem tampouco implicará a aprovação definitiva da entrega, total ou parcialmente.

Subcláusula Terceira. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a FORNECEDORA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela CONTRATANTE, entre a data de vencimento e a do dia do efetivo pagamento da Fatura/Nota Fiscal, a serem incluídos na fatura do mês seguinte ao da ocorrência, serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{i}{365} = I = \frac{6/100}{365} = I = 0{,}00016438$$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%".

Subcláusula Quarta. Nenhum pagamento será efetivado sem que a área solicitante, emita o Termo de Recebimento Definitivo e ateste que o objeto contratado está integralmente sendo entregue/disponibilizado pela FORNECEDORA .

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

Se a FORNECEDORA, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir preceitos legais, serão aplicadas as **sanções previstas no TERMO DE REFERÊNCIA N.º 4.2025.DTIC.1540068.2024.019531 e no Edital da Licitação**, segundo a gravidade da falta, observando-se os limites estabelecidos no **item 22.4 do instrumento convocatório.**

Subcláusula Primeira. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pelos motivos legais.

Subcláusula Segunda. Caso a multa aplicada seja superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a FORNECEDORA pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

Subcláusula Terceira. O Ministério Público do Estado do Amazonas poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil, quando o valor da multa não for suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do Contratada.

Subcláusula Quarta. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

Subcláusula Quinta. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

Subcláusula Sexta. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Estadual resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

CLÁUSULA NONA – DO REEQUILÍBRIO CONTRATUAL

Subcláusula Primeira. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as necessárias negociações junto aos fornecedores ou, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados.

Subcláusula Segunda. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:

a) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado; frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;

b) convocar os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação.

Subcláusula Terceira. Quando o preço de mercado torna-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmado a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

b) convocar os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação.

Subcláusula Quarta. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA DEZ – DA IRREAJUSTABILIDADE DE PREÇOS

Os preços constantes da presente Ata de Registro de Preços não sofrerão quaisquer reajustes durante todo o tempo de sua vigência, ressalvado o previsto na cláusula nona supra.

CLÁUSULA ONZE – DA FISCALIZAÇÃO

O Ordenador de Despesas delega competência ao servidor responsável pelo **SETOR DE INFRAESTRUTURA E TELECOMUNICAÇÕES – SIET** da PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, para solicitar a aquisição do objeto ora registrado e fiscalizar a execução desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DOZE – DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES

Subcláusula Primeira. Compete ao órgão gerenciador:

a) Acompanhar e fiscalizar, como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse, na forma prevista na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que dispõe sobre a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o exato cumprimento das obrigações previstas neste Termo.

b) Designar servidor qualificado para acompanhar a(s) entrega(s) do objeto e o cumprimento dos termos contratuais, editalícios e seus anexos;

c) Registrar e notificar o fornecedor, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições, defeitos, vícios, vencimento do produto, fixando prazo para a sua substituição;

d) Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as especificações deste Termo;

e) Efetuar regularmente o pagamento à Contratada, dentro dos critérios estabelecidos neste Termo, após o cumprimento das formalidades legais, por meio de Ordem Bancária, após o "atesto" das notas fiscais, bem como da apresentação pela Contratada dos demais documentos

exigidos para tal fim (requerimento de pagamento, recibo de pagamento, certidões: Federal, Estadual, Municipal, Trabalhista e FGTS).

Subcláusula Segunda. Compete às Entidades Participantes destinatários:

a) Requisitar o fornecimento de materiais cujos preços encontram-se registrados nesta Ata.

b) Emitir Nota de Empenho a crédito do fornecedor no valor total correspondente a quantidade de material solicitado.

c) Elaborar termo contratual, quando necessário nas situações previstas em Lei.

d) Efetuar o pagamento referente a aquisição do material nos termos previstos no edital da Licitação de Registro de Preços.

Subcláusula Terceira. Compete à FORNECEDORA, além daquelas previstas no **ITEM 9** do **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 4.2025.DTIC.1540068.2024.019531** (Anexo I do Edital):

a) Fornecer durante 12 (doze) meses, a contar da publicação do extrato desta Ata no PNCP e na Imprensa Oficial, os itens relacionados na presente Ata, na forma e condições fixadas no Edital e na proposta, mediante autorização e Nota de Empenho, devidamente assinada pelo responsável, em conformidade com o Edital e demais informações constantes da Licitação de Registro de Preços.

b) Retirar a Nota de Empenho no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação para recebimento, nos termos do Edital, parte integrante desta Ata de Registro de Preços.

c) Entregar os materiais no local previsto no instrumento convocatório, de acordo com os termos do Edital.

d) Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelos órgãos e entidades referentes à forma de fornecimento dos materiais e ao cumprimento das demais obrigações assumidas nesta Ata.

e) Em havendo necessidade, assente no que preceitua o art. 124, I, c/c Art. 125 da Lei Federal nº 14.133, de 1 de abril de 2.021, aceitar os acréscimos ou supressões nos quantitativos que se fizerem indispensáveis, sempre nas mesmas condições registradas.

f) Ressarcir os prejuízos causados ao Estado do Amazonas ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometidas na execução das obrigações assumidas na presente Ata;

g) Cumprir as obrigações descritas no Edital e seus Anexos.

CLÁUSULA TREZE – DO CANCELAMENTO DA ATA E REGISTRO DE PREÇOS

Esta Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

I - Pela Administração, quando:

a) a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

b) a detentora não assinar o contrato no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

c) a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente do registro de preços;

e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

f) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

II - Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços.

Subcláusula Primeira: a solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser dirigida ao FISCAL da Ata de Registro de Preços ou à COMISSÃO PEMANENTE DE LICITAÇÃO por meio do endereço eletrônico protocolo@mpam.mp.br.

Subcláusula Segunda: a comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste documento e, a oportunização do contraditório e ampla defesa, serão feitos por correio eletrônico (preferencialmente) nos endereços de e-mails constantes da Proposta de Preços e SICAF ou por correspondência com aviso de recebimento ou, ainda, por meio de entrega pelo Setor de Transportes (no caso de empresa sediada no mesmo município da Contratante), juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.

Subcláusula Terceira: no caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na IMPRENSA OFICIAL, considerando-se cancelado o preço registrado após a publicação.

CLÁUSULA CATORZE - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DAS ORDENS DE FORNECIMENTO

As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pelo(a) Ordenador(a) de Despesas do **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS.**

Subcláusula Primeira. A emissão das autorizações de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão igualmente autorizados pelo órgão requisitante.

Subcláusula Segunda. Durante o prazo de validade do Registro de Preços, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** poderá ou não contratar o objeto deste pregão;

CLÁUSULA QUINZE – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

Subcláusula Primeira: Integram esta Ata, o Edital do **Pregão Eletrônico n.º 94.XXX/2025-CPL/MP/PGJ-SRP** e as propostas do(s) Fornecedor(es).

Subcláusula Segunda: Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços deverão ser compatíveis com a conjuntura do mercado.

Subcláusula Terceira: Os pedidos de alteração de marcas e/ou modelo do objeto registrado deverão ser protocolados em até **5 (cinco) dias do recebimento da Nota de Empenho**, com a devida documentação comprobatória dos fatos alegados, sob pena de não apreciação dos pedidos por inépcia.

Subcláusula Quarta: Fica eleito o Foro da Cidade de Manaus/AM para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Subcláusula Quinta: Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as disposições constantes do Ato n.º 008/2024/PGJ e da Lei 14.133/2021, e das demais normas legais aplicáveis.

Manaus (AM), XX de XXXXXX de 2025.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXx
SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS
Ordenadora de Despesas

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CNPJ Nº XXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CPF n.º XXXXXXXXXXX

ANEXO III

MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 1.2025.DCCON - CONTRATOS.1522384.2024.019531

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES

Declaro, sob as penas da Lei, para os devidos fins junto à Comissão Permanente de Licitação que:

a) Cumpro plenamente os requisitos de requisitos de habilitação, ciente de que respondo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

b) Em atenção **item 5.6.** e **art. 14.º e seus incisos da Lei n.º 14.133/2021**, não está impedido de participar direta ou indiretamente desta licitação, e ainda, que não possuo sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas e de sua CPL;

c) Que recebi o edital e todos os documentos que o integram, dispondo de todos os elementos e informações necessários à elaboração da proposta de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação;

d) Que os documentos e declarações apresentados são fiéis e verdadeiros;

e) Que, caso seja vencedor do certame e não cadastrado no SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE da SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ-AM, encaminhará a CONTRATANTE os documentos necessários para efetuar o referido cadastramento no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da adjudicação, sob pena de perder o direito de preferência à contratação em favor dos demais licitantes subsequentes, sem prejuízo da possibilidade de responder a procedimento administrativo de responsabilização (PAR) por eventual retardamento da licitação;

f) Que o preço inclui além do lucro, todos os custos e despesas, com tributos incidentes e encargos devidos, materiais, serviços, transporte, a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, bem como quaisquer outras despesas diretas e indiretas incidentes na prestação de serviços;

(Cidade-UF),_____ de _____ de 2025.

RAZÃO SOCIAL/CNPJ DA EMPRESA

Representante Legal

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM -
www.mpam.mp.br

ANEXO V

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

PROPOSTA DE PREÇOS

Proposta que faz a empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) nº _____, localizada _____, na cidade de _____, CEP _____, fone _____, fax _____, e-mail _____, para os objetos abaixo relacionados, de acordo com todas as especificações e condições estabelecidas no Pregão Eletrônico n.º 940XX/2025-CPL/MP/PGJ, promovido pelo Ministério Público do Estado do Amazonas / Procuradoria-Geral de Justiça:

Grupo	Item	Descrição	Qtd.	Und.	Valor Unitário R$	Valor Total/ Item R$
1	1		500			
	2		10			
	3		10			
	4		4			
	...	...	...	...	...	...

Valor total da Proposta:

A _____(nome da empresa)_____ declara que concorda com todas as especificações do Edital.

1. Prazo de validade da proposta: no mínimo 90 (noventa) dias.
2. Prazo de entrega: até 30 (trinta) dias corridos.
3. Modo de envio/transporte das mercadorias/equipamentos:

4. Prazo de garantia: (materiais permanentes/materiais de consumo)
5. Dados da licitante: Razão Social, endereço, telefone, número do CNPJ/MF, e-mail, se houver, Banco, agência, número da conta-corrente e praça de pagamento.
6. Nome, CNPJ ou CPF dos 3 (três) principais integrantes do quadro societário da licitante, assim compreendidos aqueles que detenham maior parcela das cotas societárias ou o poder de gestão da sociedade.
7. Contato para fins de faturamento: (indicar o nome, cargo, endereço, telefone, fax, e-mail de contato do responsável pelo recebimento das futuras notas de empenho).
8. Dados Bancários: (indicar o nome e número do banco, nome e número completo da agência e número da conta-corrente).

DECLARAÇÕES:

Declaro, sob as penas da Lei, para os devidos fins junto à Comissão Permanente de Licitação que:

a) Cumpro plenamente os requisitos de requisitos de habilitação, ciente de que respondo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

b) Em atenção **item 5.6.** e **art. 14.º e seus incisos da Lei n.º 14.133/2021**, não está impedido de participar direta ou indiretamente desta licitação, e ainda, que não possuo sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas e de sua CPL;

c) Que recebi o edital e todos os documentos que o integram, dispondo de todos os elementos e informações necessários à elaboração da proposta de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação;

d) Que os documentos e declarações apresentados são fiéis e verdadeiros;

e) Que, caso seja vencedor do certame e não cadastrado no SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE da SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ-AM, encaminhará a CONTRATANTE os documentos necessários para efetuar o referido cadastramento no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da adjudicação, sob pena de perder o direito de preferência à contratação em favor dos demais licitantes subsequentes, sem prejuízo da possibilidade de responder a procedimento administrativo de responsabilização (PAR) por eventual retardamento da licitação;

f) Que o preço inclui além do lucro, todos os custos e despesas, com tributos incidentes e encargos devidos, materiais, serviços, transporte, a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, bem como quaisquer outras despesas diretas e indiretas incidentes na prestação de serviços;

Local e data:

(assinatura)

(nome do representante legal pela empresa)

(CPF do representante legal)

Observação: A apresentação da proposta implicará a plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste edital e seus anexos, bem como, todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM -
www.mpam.mp.br

ANEXO VI

MODELO DE SOLICITAÇÃO DE CADASTRAMENTO NA SEFAZ/AM

(cidade), ____ de _____ de _____

À DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas

Avenida Coronel Teixeira, 7995, Nova Esperança

CEP: 69037-473 – Manaus / AM

A empresa (informar a razão social, CNPJ e endereço) solicita a esse Setor o seu cadastro no SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE, dessa **SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ**.

Assim sendo, acompanha esta carta de solicitação de cadastramento a documentação abaixo listada, exigida para a efetivação do registro:

a) Comprovante de inscrição e de situação cadastral emitido pela Receita Federal do Brasil;

b) Cópia legível do comprovante (por ex: extrato, cópia reprográfica de cartão bancário, etc.) dos seguintes dados bancários:

Banco: _____

Agência: _____

Conta: _____

Razão Social e CNPJ da empresa
Nome completo e CPF do Representante Legal

Documento assinado eletronicamente por **Sarah Madalena Barbosa Santos Cortes**, **Presidente da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 19/02/2025, às 13:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1552207** e o código CRC **EF8A6076**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

DESPACHO Nº 11.2025.CPL.1553396.2024.019531

Objeto: Formação de registro de preços para a futura e eventual aquisição de **serviço de emissão e renovação de certificados digitais padrão ICP-Brasil e fornecimento de token criptográficos USB**, no sistema de Registro de Preços, objetivando atender as necessidades de utilização da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, pelo período de 12 (doze) meses.

Trata-se dos autos do procedimento interno em epígrafe, que versa sobre o objeto de referência, instruído por solicitação formalizada, inicialmente, através do **OFÍCIO Nº 73.2024.DTIC.1412460.2024.019531**, exarado pelo Sr. Tadeu Azevedo de Medeiros, Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - DTIC, datado de 17/09/2024.

O detalhamento do objeto foi realizado por intermédio do **Termo de Referência Nº 12.2024.DTIC.1415338.2024.019531**, aprovado pela Exma. Sra. Promotora de Justiça **Lilian Maria Pires Stone**, então Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, por meio do **Despacho Nº 1201.2024.01AJ-SUBADM.1430209.2024.019531**, datado de 18/09/2024. Após a aprovação, os autos foram encaminhados ao Setor de Compras e Serviços (SCOMS) para as providências cabíveis.

Valendo-se da pesquisa de mercado realizada pela equipe de planejamento, o Setor de Compras e Serviços – SCOMS emitiu, em 21/06/2024, o **Quadro - Resumo do Processo de Compra Nº 332.2024.SCOMS.1437698.2024.019531**, e, em 30/09/2024, remeteu os autos à Diretoria de Orçamento e Finanças – DOF, na mesma data.

Nessa linha, a Diretoria de Orçamento e Finanças – DOF confeccionou a **NOTA DE AUTORIZAÇÃO DE DESPESAS / ADJUDICAÇÃO -NAD Nº 468.2024.DOF - ORÇAMENTO.1469850.2024.019531**.

Encaminhado o procedimento à Comissão Permanente de Licitação - CPL, considerando o objeto e as possíveis obrigações advindas do Termo de Referência Nº 12.2024.DTIC.1415338.2024.019531, procedeu-se ao encaminhamento dos autos à Divisão de Contratos e Convênios - DCCON, por meio do OFÍCIO Nº 16.2025.CPL.1522018.2024.019531, em 15/01/2024, para análise acerca da necessidade de confecção de Minuta de Contrato Administrativo ou Minuta de Termo de Garantia e Assistência Técnica, a fim de assegurar a adequada execução do futuro ajuste.

A DCCON, por seu turno, via MEMORANDO Nº 17.2025.DCCON - CONTRATOS.1524684.2024.019531, em 20/01/2025, emitiu a MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 1.2025.DCCON - CONTRATOS.1522384.2024.019531.

Assim, vieram os autos a esta CPL, que, considerando as nuances do caso, bem como a necessidade de assegurar a boa contratação e prover-se dos instrumentos necessários para a seleção da melhor proposta à Administração, confeccionou a **Minuta de Edital de Pregão Eletrônico Nº 1.2025.CPL.1520943.2024.019531**, cujo critério de seleção é MENOR PREÇO GLOBAL, com modo de disputa "ABERTO", nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, do ATO Nº 008/2024/PGJ e demais legislação aplicável.

Submetidos os autos ao crivo da Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos que, através do **DESPACHO Nº 77.2025.01AJ-SUBADM.1539341.2024.019531**, determinou providências nos documentos expostos, retornando o album processual aos setores envolvidos, em 05/02/2025. Este Comitê, com base nas informações constantes dos autos, providenciou o devido ajuste na **MINUTA DE EDITAL Nº 1.2025.CPL.1520943.2024.019531**, conforme ordenado.

Assim, encaminhem-se os autos do **Processo SEI Nº 2024.019531** à **SUBPROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, a fim de cumprir o disposto no art. 53 da Lei n.º 14.133/2021 e art. 37, *caput,* da Constituição Federal, quanto à emissão do parecer jurídico e posterior aprovação pelo Ordenador de Despesas da **MINUTA DE EDITAL Nº 1.2025.CPL.1520943.2024.019531.**

Manaus, *19 de fevereiro de 2025.*

Sarah Madalena Barbosa Côrtes de Melo

Presidente da Comissão Permanente de Licitação
Ato PGJ n.º 496/2024 - DOMPE, Ed. 2957, de 01.11.2024

Documento assinado eletronicamente por **Sarah Madalena Barbosa Santos Cortes**, **Presidente da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 19/02/2025, às 13:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1553396** e o código CRC **9276A224**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

DESPACHO Nº 145.2025.01AJ-SUBADM.1555277.2024.019531

PROCESSO N° 2024.019531

ASSUNTO: Formação de registro de preços para a futura e eventual aquisição de **serviço de emissão e renovação de certificados digitais padrão ICP-Brasil e fornecimento de token criptográficos USB**, no sistema de Registro de Preços, objetivando atender as necessidades de utilização da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, pelo período de 12 (doze) meses

INTERESSADA:

Retornam os autos por meio do **DESPACHO Nº** 2.2025.CPL (1525241), por onde a Comissão Permanente de Licitação realizou a juntada da **Minuta de Edital 9 (1552207)**, após juntada do **Termo de Referência 4 (1540068) pela DTIC.**

Consultando o teor do **Termo de Referência 4 (1540068)** e da **Minuta de Edital 9 (1552207),** verifica-se o pleno atendimento das determinações consignadas no **DESPACHO Nº 77.2025.01AJ-SUBADM.1539341.2024.019531.**

Assim sendo, **pelos fatos e fundamentos apresentados nos autos**, **APROVO** a **Minuta de Edital 9 (1552207)** e a **Minuta de Contrato Administrativo 1 (1522384)**, para realização de **PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento MENOR PREÇO GLOBAL**, com modo de disputa "**ABERTO"**, que tem como objeto a *formação de registro de preços para a futura e eventual aquisição de* ***serviço de emissão e renovação de certificados digitais padrão ICP-Brasil e fornecimento de token criptográficos USB****, no sistema de Registro de Preços, objetivando atender as necessidades de utilização da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, pelo período de 12 (doze) meses.*

Dessa forma, **ENCAMINHE-SE** à **Comissão Permanente de Licitação** para as demais providências cabíveis.

Cumpra-se.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA–GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, em Manaus, na data da assinatura digital.

ANDRÉ VIRGÍLIO BELOTA SEFFAIR
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

Documento assinado eletronicamente por **André Virgílio Belota Seffair**, **Subprocurador(a)-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos**, em 20/02/2025, às 17:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1555277** e o código CRC **0D3D2716**.

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO N.º 94.001/2025-CPL/MP/PGJ SRP

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

UASG 925849

OBJETO

Registro de preços para futura e eventual aquisição de **serviço de emissão e renovação de certificados digitais padrão ICP-Brasil e fornecimento de token criptográficos USB**, objetivando atender às necessidades de utilização da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, pelo período de 12 (doze) meses.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

Valor Sigiloso.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **13/03/2025** às **10h (horário de Brasília)**

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

[X] MENOR PREÇO / **[__]** MAIOR DESCONTO por **[__] ITEM** / [_] POR GRUPO / **[_X_]** GLOBAL

MODO DE DISPUTA:

[X] ABERTO / **[__]** ABERTO E FECHADO / **[__]** FECHADO E ABERTO

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

[__] SIM / [_X_] NÃO

SUMÁRIO

1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
2. DO OBJETO
3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
4. DO CREDENCIAMENTO
5. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO
6. DO ENVIO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA
8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES
9. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA
10. DA FASE DE JULGAMENTO
11. DA HABILITAÇÃO
12. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS
13. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA
14. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO
15. DOS PRAZOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO
16. DOS PRAZOS E CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
17. DA VALIDADE, CONTROLE E CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS
18. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE
19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE
21. DO PAGAMENTO
22. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES
23. DA REPACTUAÇÃO, REAJUSTE E REVISÃO DE PREÇO
24. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO
25. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
ANEXO I -TERMO DE REFERÊNCIA Nº 4.2025.DTIC.1540068.2024.019531 e ANEXO
ANEXO II - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ANEXO III - MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO
ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES
ANEXO V - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS
ANEXO VI - MODELO DE SOLICITAÇÃO DE CADASTRAMENTO NA SEFAZ/AM

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 94.001/2025/CPL/PGJ

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** pelo presente edital e por intermédio da **PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**, cadastrada no CNPJ sob o n.º 04.153.748/0001-85, tendo em vista o que consta do **Processo SEI n.º 2024.019531**, através da **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL**, designada pelo Ato PGJ n.º 183/2023 e alterações, de lavra do Procurador-Geral de Justiça, torna público que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para REGISTRO DE PREÇOS, com critério de julgamento MENOR PREÇO GLOBAL**, com modo de disputa "**ABERTO"**, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021 e do ATO PGJ 008/2024, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

O contrato correspondente, ou o instrumento que vier a substituí-lo, será regido pela Lei nº 14.133, de 2021 e suas alterações.

PROCESSO SEI	**2024.019531**
Recebimento das propostas	a partir da data de publicação do aviso no PNCP
Abertura das propostas	às 10h do dia **13/03/2025** (horário de Brasília)
Licitação exclusiva para ME/EPP	**( ) SIM (X) NÃO**
Endereço eletrônico	https://www.gov.br/compras/pt-br
Código UASG	925849

1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. O pregão será realizado em sessão pública, por meio da utilização de recursos da tecnologia da informação – *internet*, utilizando-se, para tanto, de métodos de autenticação de acesso e recursos de criptografia, garantindo segurança em todas as fases do certame.

1.2. Os trabalhos serão conduzidos por servidor público integrante da **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO** deste Órgão, por ato interno, denominado(a) PREGOEIRO(A), e membros da equipe de apoio, previamente credenciados no aplicativo https://www.gov.br/compras/pt-br.

1.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública, observarão rigorosamente o horário de **Brasília – DF**, e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

2. DO OBJETO

2.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a ***formação de ata de registro de preços futura e eventual aquisição de serviço emissão e renovação de certificados digitais padrão ICP-Brasil e fornecimento de token criptográficos USB, objetivando atender às necessidades de utilização da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, pelo período de 12 (doze) meses.***

2.2. O objeto corresponde aos itens constantes na tabela constante do **Termo de Referência nº 4.2025.DTIC.1540068.2024.019531** que compõe o **Anexo I** deste Edital, contendo as especificações mínimas, abaixo transcritas:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE
1	01	**EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL PARA PESSOA FÍSICA DO TIPO A3 (e-CPF)** 1. Emitido por autoridade certificadora credenciada pela ICP-Brasil; 2. Certificado nível A3, tipo e-CPF; 3. Validade de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da emissão; 4. Deve ser compatível para utilização em assinatura de documentos eletrônicos, e-mails, acesso a aplicações, logon de rede, entre outras destinações; 5. Certificado aderente padrão do Comitê Gestor da ICP Brasil; 6. O item engloba o respectivo serviço de autoridade de registro.	Und	**500**
	02	**EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL PARA PESSOA JURÍDICA TIPO A3 (e-CNPJ)** 1. Emitido por autoridade certificadora credenciada pela ICP-Brasil; 2. Tipo e-CNPJ A3; 3. Validade de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da emissão; 4. Ser compatível para utilização em assinatura de documentos eletrônicos, e-mails, acesso a aplicações, logon de rede, entre outras destinações; 5. Certificado aderente padrão do Comitê Gestor da ICP Brasil; 6. O item engloba o respectivo serviço de autoridade de registro.	Und	**10**
	03	**EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL SSL WILDCARD PARA SISTEMAS WEB** 1. Certificado digital para servidor web, do tipo SSL; 2. Proteger qualquer subdomínio, mesmo os adicionados posteriormente, com um único certificado SSL; 3. Prazo de validade de 12 (doze) meses;	Und	**10**

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE
		4. Certificação em plena compatibilidade com os principais navegadores de internet e dispositivos móveis, sem a necessidade de instalação de certificado AC raiz; 5. Permitir a utilização de criptografia simétrica com chaves de no mínimo 256 bits; 6. Utilizar chaves para criptografia assimétrica RSA, de no mínimo 2048 bits; 7. Emissão do certificado em até 72 (setenta e duas) horas; 8. Reemissão ilimitadas dentro do período de validade; 9. Instalação em número ilimitado de servidores; 10. A **CONTRATANTE** poderá solicitar à **CONTRATADA**, num período de sete dias após a emissão inicial de um certificado, a sua re-emissão ou a substituição quantas vezes forem necessárias; 11. Suporte em português via atendimento online, telefone e e-mail ou website para solicitação, instalação e utilizaão do certificado SSL, bem como prestação de esclarecimentos e dúvidas técnicas e cadastrais.		
	04	**EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL PARA PESSOA JURÍDICA TIPO A1 (e-CNPJ), NO PADRÃO ICP-BRASIL.** 1. Emitido por autoridade certificadora credenciada pela ICP-Brasil; 2. Certificado nível A1, tipo e-CNPJ; 3. Validade de 12 (doze) meses, contados a partir da emissão; 4. Ser aderente às normas do Comitê Gestor da ICP-Brasil; 5. Ser compatível para armazenamento no computador.	Und	**04**
	05	**VISITA EXTERNA PARA VALIDAÇÃO E EMISSÃO DE CERTIFICADOS DIGITAIS** 1. Compreende a realização de visita técnica nas dependências da **CONTRATANTE** com o objetivo de realizar a validação e emissão dos certificados digitais tipo A1, para sistemas/aplicações, e tipo A3, para pessoa física e pessoa jurídica; 2. As visitas para validação e emissão de certificado se darão na sede da **CONTRATANTE**, a qual ocorrerá em dias úteis, no horário das 8h às 17h, no seguinte endereço: **Av. Coronel Teixeira, n.º 7.995, Nova Esperança, CEP. 69037-473, Manaus, Amazonas**; 3. Poderão ser emitidos até oito certificados digitais por visita, no caso de emissões de certificados para pessoa física e para pessoa jurídica; 4. A visita para emissão de certificados para sistemas/aplicações em caso de necessidade, poderão ser realizados individualmente; 5. A **CONTRATANTE** fornecerá a infraestrutura de mobiliário e acesso á internet para a validação, sendo os demais equipamentos e serviços fornecidos pela **CONTRATADA**; 6. Na impossibilidade da emissão dos certificados pela **CONTRATADA**, no período programado para emissão dos certificados, o serviço de visita local não será considerado como prestado, devendo ser reagendado com a **CONTRATANTE**.	Un	**25**
	06	**FORNECIMENTO DE MÍDIA CRIPTOGRÁFICA TIPO TOKEN USB** 1. Token criptográfico USB capaz de armazenar cert2048ificados, chaves e cadeias de certificados aderentes às normas do Comitê Gestor da ICP-Brasil; 2. Compatível para armazenamento de certificados digitais A3, em conformidade com a ICP-Brasil; 3. Fornecer solução de gerenciamento em português com funções básicas de gestão do PIN e PUK, compatível com Windows 10 ou superior e Mac Os; 4. Possuir capacidade de no mínimo 64Kb de memória; 5. Deverá possuir chassi em plástico rígido e resistente a água; 6. Possuir driver compatível e disponível para o sistema operacional Microsoft Windows 10 ou superior e Mac OS; 7. Deverá ter conectividade compatível com USB tipo A 2.0 (ou superior compatível com 2.0); 8. Permitir conexão direta na porta USB, sem necessidade de interface intermediária para leitura; 9. Suporte à tecnologia de chaves pública/privada (PKI), com geração on-board do par de chaves RSA de, no mínimo, 2048 bits; 10. Permitir a criação de senha de acesso ao dispositivo de no mínimo seis caracteres, ou de acordo com os critérios do **CONTRATANTE**; 11. Permitir criação de senhas com caracteres alfanuméricos; 12. Permitir a geração de chaves, protegidas por PINs (Personal Identification Number); 13. Permitir a inicialização e reinicialização do *token* mediante a utilização de PUK (Pin Unlock Key);	Pacote	**500**

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE
		14. Suporte aos principais navegadores de mercado, entre os quais: Internet Explorer, Mozilla Firefox e Google Chrome; 15. O software de gerenciamento do dispositivo deverá ser disponibilizado pela **CONTRATADA** e estar no idioma Português do Brasil, devendo ser compatível com o cliente do **SafeNet Authenticator Client**, permitindo: - Gerenciamento do dispositivo; - Exportação de certificados armazenados no dispositivo; - Importação de certificados em formato PKCS#7 para área de armazenamento do dispositivo, de acordo com a RFC 2315; - Importação de certificados em formato PKCS#12 para área de armazenamento do dispositivo; - Visualização de certificados armazenados no dispositivo; - Remoção de chaves e outros dados contidos no dispositivo após autenticação do titular; - Reutilização de dispositivos bloqueados, por meio de remoção total dos dados armazenados e geração de nova senha de acesso; 16. Garantia mínima de 1 (um) ano, contado a partir do aceite definitivo dos *tokens*; 17. Caso o *token* necessite ser substituído ou apresente erro que comprometa o funcionamento do certificado ali armazenado, um novo *token* deverá ser fornecido, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data da notificação feita pelo CONTRATANTE. 18. **Modelo de referência**: Token Criptográfico Safenet eToken 5110.		

2.3. No presente certame **não haverá** itens com participação exclusiva à microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2.3.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior, caso aplicável, fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.3.2. Nos termos do **art. 122, I, do Ato nº 008/2024/PGJ**, **a prioridade de contratação do item 2.3. será dada às microempresas, às empresas de pequeno porte ou aos microempreendedores individuais sediados regionalmente**, assim entendidos os que possuem matriz ou sede de filial no Estado do Amazonas, quando comparecerem ao certame ao menos 3 (três) licitantes enquadrados em tal requisito;

2.3.3. Não cumprida a exigência do subitem 2.3.2., a disputa ocorrerá normalmente entre todas as ofertas apresentadas pelos demais ME's, EPP's ou MEI's;

2.3.4. Ainda que cumprido o requisito do subitem 2.3.2., o Ministério Público não poderá contratar com ME, EPP ou MEI sediado regionalmente se o preço final por ele ofertado for superior a 10% (dez por cento) do melhor lance apresentado na disputa;

2.3.5. a verificação a que se refere o subitem 2.3.2. será efetuada após a etapa de lances do certame, mediante diligência empreendida pelo Pregoeiro, a fim de constatar o local da sede dos participantes que se declararam como ME, EPP ou MEI;

2.4. O critério de julgamento adotado será o **menor preço GLOBAL** observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2.4.1. Na fase de aceitação da proposta, serão observados, como critério de aceitabilidade, os preços unitários máximos estimados para os itens.

2.5. O objeto da futura contratação compreenderá, sobretudo, as especificações constantes do **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 4.2025.DTIC.1540068.2024.019531** (Anexo I deste Edital), sem prejuízo das demais prescrições figuradas no mencionado documento, bem assim na **Minuta de Ata de Registro de Preços (**Anexo II do Edital).

2.6. **As quantidades informadas representam uma estimativa máxima de aquisição**, para fornecimento durante 12 (doze) meses, a partir da data de publicação do extrato da Ata de Registro no PNCP e no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Amazonas – DOMPE, no endereço diario.mpam.mp.br, de acordo com as necessidades desta Procuradoria-Geral de Justiça/AM, podendo ocorrer de forma parcelada.

2.6.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços poderá ser prorrogado, por igual período de 12 (doze) meses, desde que comprovado o preço vantajoso

2.7. As quantidades de que trata o item anterior poderão sofrer acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial constante da Ata de Registro de Preços, Anexo II deste Edital.

2.8. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participante, bem como a eventuais adesões são as que constam neste Edital e na minuta de Ata de Registro de Preços, Anexo II deste Edital.

2.9. Os valores apresentados nos orçamentos e/ou propostas de preço deverão considerar inclusas todas as despesas relativas a frete, taxas, análises, amostras, impostos, licenças, encargos sociais, ou outras que possam influir direta ou indiretamente nos custos.

2.10. Integra a presente licitação, como parte indissolúvel deste Edital:

a) Anexo I — Termo de Referência nº 4.2025.DTIC.1540068.2024.019531;

b) Anexo II — Minuta da Ata de Registro de Preços;

c) Anexo III — Minuta de Termo de Garantia e Assistência Técnica;

d) Anexo IV — Modelo de Declarações Complementares;

e) Anexo V — Modelo de Proposta de Preços; e

f) Anexo VI — Modelo de Solicitação de Cadastramento – SEFAZ/AM

2.11. Os prazos de garantia e a descrição dos serviços de assistência técnica deverão ser prestados em conformidade com o **Item "3" do TERMO DE REFERÊNCIA Nº 4.2025.DTIC.1540068.2024.019531,** com as disposições da **Minuta de Ata de Registro de Preços** e **Minuta do Termo de Garantia e Assistência Técnica,** Anexos I, II e III, respectivamente, deste instrumento convocatório.

3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. A despesa decorrente da contratação do objeto deste Pregão, quando efetivada, deverá recair por conta dos recursos específicos consignados no orçamento da PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, nas seguintes classificações orçamentárias:

3.1.1. Fonte de Recurso: 1.500.100 - Recursos não Vinculados de Impostos; 03.122.0001.2001.0001 - Administração da Unidade; Elemento: 3390.40 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica; **Subelemento:** 3390.40.13 - Emissão de Certificados Digitais.

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. As empresas interessadas em participar do certame deverão providenciar, previamente, o credenciamento perante o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil

4.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao SICAF, onde também deverão informar-se à respeito do seu funcionamento, regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

4.1.2. O credenciamento da licitante, bem como a sua manutenção, dependerá de registro cadastral atualizado no **SISTEMA DE CADASTRAMENTO UNIFICADO DE FORNECEDORES – SICAF**, em seu nível básico, que também será requisito obrigatório para fins de habilitação.

4.1.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

4.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou do **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** (entidade promotora da licitação) por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.3. É de responsabilidade do Cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.3.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

5. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, legalmente constituídos, desde que atendam às condições exigidas deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação exigida, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

5.1.1. **A licitante deverá declarar em campo próprio do sistema eletrônico a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte**, para os fins previstos na Lei Complementar nº. 123/06.

5.1.1.1. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.1.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

5.2. O licitante deverá estar devidamente credenciado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

5.3. O licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

5.4. Será exigida do licitante **Declaração de Elaboração Independente de Proposta**, a qual será feita no campo do sistema *Comprasnet* destinado para tanto.

5.5. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva da licitante, não sendo o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, em nenhum caso, responsável pelos mesmos, inclusive, pelas transações que forem efetuadas em nome do participante no Sistema Eletrônico ou por eventual desconexão.

5.6. **Não poderá participar, direta ou indiretamente**, desta licitação ou da execução dos serviços e do fornecimento de bens a eles necessários:

5.6.1. Os interessados que não atendam às condições deste Edital e seus anexos;

5.6.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

5.6.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

5.6.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

5.6.4.1. O impedimento de que trata o item 5.6.4. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

5.6.4.2. Nos termos do art. 42 do Ato nº 008/2024/PGJ "*É vedado ao Ministério Público contratar com pessoas físicas ou jurídicas que em regular processo administrativo foram declaradas impedidas de licitar e contratar com a administração pública direta ou indireta, nas esferas federal, estadual ou municipal, assim como com pessoas físicas ou jurídicas que estão impedidas de contratar com o Poder Público em decorrência de condenação judicial por atos de improbidade administrativa*."

5.6.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

5.6.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

5.6.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

5.6.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

5.6.8.1. A vedação de que trata o item 5.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

5.6.8.2. É vedada a contratação, durante a vigência do contrato, da prestação de serviço por empregados de empresas fornecedoras de mão de obra que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato (art. 48, parágrafo único, da Lei de Licitações n. 14.133/2021), de membro ou de servidor do MPAM, nela compreendido o ajuste mediante o acolhimento recíproco para a prestação de serviço entre os Ministérios Públicos ou entre esses e órgãos da Administração Pública direta e indireta dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como é vedada a realização, manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que tenha entre seus empregados colocados à disposição do Ministério Público para o exercício de funções de chefia, pessoas que incidam nas vedações constantes na Resolução n. 177, de 5 de julho de 2017, do Conselho Nacional do Ministério Público. (Art. 42, §4º do Ato nº 008/2024/PGJ)

5.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

5.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

5.6.11. Interessado que se encontre em processo de Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial (conforme Lei nº. 11.101/05), salvo decisão judicial em contrário, concurso de credores, insolvência, dissolução, liquidação, fusão, cisão, incorporação, ou em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, salvo devidamente justificado;

5.6.12. Interessado(s) em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, em razão da baixa complexidade de execução do objeto.

5.6.13. Empresa estrangeira não autorizada a funcionar no País e que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

5.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 5.6.2 e 5.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

5.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

5.9. O disposto nos itens 5.6.2 e 5.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

5.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

5.11. A **declaração falsa** relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta **sujeitará o licitante às sanções** previstas neste Edital.

6. DO ENVIO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

6.1.1. Levando-se em conta as nuances do objeto, somente será admitida proposta para o quantitativo total estimado para cada item.

6.2. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 7.1.1 e 7.12.1 deste Edital.

6.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

6.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

6.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

6.3.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

6.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

6.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

6.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

6.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 6.3. ou 6.5. sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

6.7. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

6.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.9. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

6.10. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.11. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

6.12. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

6.13. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

6.14. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

6.14.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

6.14.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

6.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

6.15.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

6.15.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

6.16. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 6.14. possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

6.17. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

6.18. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos (no que couber):

7.1.1. Valor unitário e total do item;

7.1.2. Marca;

7.1.3. Fabricante;

7.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso, **sem identificação da licitante**;

7.1.4.1. Não serão aceitas propostas escritas contendo especificações que não contenham as informações necessárias à perfeita caracterização do objeto e suas especificidades, bem como especificações vagas e incompletas.

7.2. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

7.3. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.4. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

7.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7.7. O **prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

7.8. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais/estaduais, quando participarem de licitações públicas.

7.8.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 7.8.

7.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7.10. O CNPJ da proponente, empresa cadastrada no SICAF e habilitada na licitação, deverão ser o mesmo para efeito de emissão das notas fiscais e posterior pagamento.

7.11. Serão irrelevantes quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas, ou Anexos não solicitados, considerando-se que pelo preço proposto, a empresa obrigar-se-á a executar os serviços/entregar os produtos descritos neste Edital.

7.12. Para efeito de elaboração das propostas, caso haja divergência entre a especificação contida neste Edital e a no sistema SIASG, prevalecerá a descrita neste Edital.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

8.2.1. Também será desclassificada a licitante que no momento do preenchimento do campo de ***"descrição detalhada do objeto ofertado"*** no Sistema Comprasnet identifique sua empresa, o que não se confunde com a proposta inicial juntada ao Sistema e a proposta final/reajustada após convocação pelo Pregoeiro.

8.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

8.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor **UNITÁRIO do ITEM.**

8.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.7. O licitante somente poderá oferecer lance de **valor inferior ou percentual de desconto superior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.8. **O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R$ 0,05 (cinco centavo)**.

8.9. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances (quando implementado).

8.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

8.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

8.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "**ABERTO**", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

8.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

8.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

8.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "**ABERTO E FECHADO**", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

8.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será

automaticamente encerrada a recepção de lances.

8.13.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.13.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

8.13.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.13.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

8.14. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "**FECHADO E ABERTO**", poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

8.14.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no **item 8.14**, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

8.14.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.14.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.14.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

8.14.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

8.14.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

8.15. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

8.16. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente ao Órgão Gestor do Sistemas de Compras do Governo Federal.

8.16.1. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

8.17. **Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar**.

8.18. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados através do sistema, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada à identificação do licitante.

8.19. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.20. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.21. O **critério de julgamento adotado será o menor preço GLOBAL**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

8.22. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.23. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

8.23.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.23.2. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.23.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.23.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.24. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

8.24.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem

8.24.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

8.24.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

8.24.1.2.1. nos termos do §6º do Ato n.º 008/2024/PGJ, alterado pelo Ato n.º 204/2024/PGJ, para os fins do inciso II do art. 60 da Lei nº. 14.133/21, a avaliação do desempenho contratual prévio das licitantes será realizada por meio de consulta às ocorrências lançadas no Registro Cadastral do licitante, nos últimos 5 (cinco) anos, de acordo com a seguinte métrica:

a) as ocorrências identificadas serão somadas de acordo com a seguinte escala de pontuação: 1 (um) ponto por advertência; 10 (dez) pontos por multa; 100 (cem) pontos por impedimento/suspensão; 1000 (mil) pontos por declaração de inidoneidade;

b) o licitante que registrar a menor pontuação vence a disputa.

8.24.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento.

8.24.1.3.1. nos termos do § 6º do Ato n.º 008/2024/PGJ, alterado pelo Ato n.º 204/2024/PGJ, para os fins do inciso III do art. 60 da Lei nº. 14.133/21, o Agente de Contratação observará, no que couber, o disposto no Decreto Federal nº 11.430, de 8 de março de 2.023.

8.24.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

8.24.1.4.1. nos termos do § 6º do Ato n.º 008/2024/PGJ, alterado pelo Ato n.º 204/2024/PGJ, para os fins do inciso IV do art. 60 da Lei nº. 14.133/21, os licitantes deverão apresentar programa de integridade elaborado segundo as diretrizes dos Tribunais de Contas ou Ministério Público, que poderá ser submetido à análise da unidade de controle interno do órgão.

8.24.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

8.24.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

8.24.2.2. empresas brasileiras;

8.24.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.24.2.3.1. nos termos do § 6º do Ato n.º 008/2024/PGJ, alterado pelo Ato n.º 204/2024/PGJ, para os fins do inciso III do §1º do art. 60 da Lei n. 14.133/21, as licitantes deverão apresentar documentos que comprovem o atendimento do requisito;

8.24.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

8.24.3. Se o empate continuar após as medidas do item 8.24.2, o Pregoeiro procederá com um sorteio ao vivo.

8.24.3.1. Os licitantes empatados serão notificados do local, data e hora do sorteio por meio de chat e avisos do sistema.

8.24.3.2. A presença dos licitantes no sorteio é opcional.

8.24.3.3. O não comparecimento do licitante não impede a realização do sorteio nem invalida o resultado.

8.24.3.4. O sorteio será realizado em ato público, aberto a todos os interessados, que será gravado e transmitido ao vivo, com os seguintes métodos:

8.24.3.4.1. O sorteio será realizado utilizando um globo giratório que permita a visualização de seu interior contendo bolas numeradas correspondentes aos licitantes empatados.

8.24.3.4.2. A cada licitante será atribuída uma bola numerada que será inserida no globo giratório.

8.24.3.4.3. O globo giratório será girado manualmente por um membro da Comissão de Licitação para garantir a aleatoriedade do sorteio.

8.24.3.4.4. Após a rotação adequada, uma bola será selecionada aleatoriamente do globo giratório.

8.24.3.4.5. O número na bola selecionada corresponderá ao licitante vencedor do desempate.

8.24.3.4.6. O resultado será documentado em ata, assinado pelos licitantes presentes e pela Comissão de Licitação, e anexado ao processo para consulta de todos os interessados.

8.25. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

8.25.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

8.25.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.26. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

9.1. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, **no prazo máximo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada**, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

9.1.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo

9.2. Na proposta vencedora a ser enviada posteriormente deverá constar, conforme modelo do **Anexo V**:

a) Os os valores, os preços e os custos utilizados terão como expressão monetária a moeda corrente nacional (art. 13º, I, da Lei nº 14.133/2021). Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço total, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

a.1.) Não será admitido nos preços o fracionamento de centavo que ultrapassar duas casas decimais, desprezando-se sumariamente a fração remanescente;

a.2.) No preço deverão estar incluídas todas as despesas que influam no custo, tais como: impostos, transportes, seguros, taxas e outras despesas necessárias ao fornecimento dos materiais e à execução dos serviços correspondentes;

a.3.) Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

b) **Prazo de validade da proposta de, no mínimo, 90 (noventa) dias corridos**, a contar da data;

c) Especificações claras, completas e minuciosas, com detalhes do objeto ofertado, inclusive marca, modelo, tipo e referência, no que couber, observadas as especificações mínimas e quantitativos contidos neste Edital e anexos;

d) A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação;

e) Prazo de entrega: Os **prazos para a entrega encontram-se disciplinados no "Item 6" do TERMO DE REFERÊNCIA Nº 4.2025.DTIC.1540068.2024.019531**.

f) Prazo de garantia/assistência técnica: Conforme **Item 4** do **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 4.2025.DTIC.1540068.2024.019531**.

g) Modo de envio/transporte das mercadorias/equipamentos: se por meio terrestre/rodoviário, aéreo, ou de outra forma. Quando aéreo, dizer se por encomenda normal ou expressa. E quando por outro meio, especificar claramente a forma de entrega.

h) Os seguintes dados da licitante: Razão Social, endereço, telefone/fax, número do CNPJ/MF, *e-mail*, se houver, Banco, agência, número da conta-corrente e praça de pagamento;

i) Nome, CNPJ ou CPF dos **3 (três) principais integrantes do quadro societário da licitante,** assim compreendidos aqueles que detenham maior parcela das cotas societárias ou o poder de gestão da sociedade;

j) Contato para fins de faturamento: (indicar o nome, cargo, endereço, telefone, fax, *e-mail* de contato do responsável pelo recebimento das futuras notas de empenho);

k) Quando solicitada pelo Pregoeiro, **documentação técnica (manuais, catálogos ou prospectos)**, com as características detalhadas (marca, modelo, cor, tipo de material e medidas) e imagens ilustrativas dos produtos propostos, que possibilitem a completa averiguação de conformidade com as especificações, visando facilitar a avaliação a ser realizada por técnicos deste Órgão.

9.3. As **Declarações Complementares, referentes ao Anexo IV do Edital**, observado as exigências mínimas do Termo de Referência, deverão ser efetuadas no momento da elaboração e envio da proposta pelos fornecedores, em seu próprio conteúdo ou documento apartado, sendo elas:

a) Cumpro plenamente os requisitos de requisitos de habilitação, ciente de que respondo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

b) Em atenção **item 5.6.** e **art. 14.º e seus incisos da Lei n.º 14.133/2021**, não está impedido de participar direta ou indiretamente desta licitação, e ainda, que não possuo sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas e de sua CPL;

c) Que recebi o edital e todos os documentos que o integram, dispondo de todos os elementos e informações necessários à elaboração da proposta de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação;

d) Que os documentos e declarações apresentados são fiéis e verdadeiros;

e) Que, caso seja vencedor do certame e não cadastrado no SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE da SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ-AM, encaminhará a CONTRATANTE os documentos necessários para efetuar o referido cadastramento no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da adjudicação, sob pena de perder o direito de preferência à contratação em favor dos demais licitantes subsequentes, sem prejuízo da possibilidade de responder a procedimento administrativo de responsabilização (PAR) por eventual retardamento da licitação;

f) Que o preço inclui além do lucro, todos os custos e despesas, com tributos incidentes e encargos devidos, materiais, serviços, transporte, a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, bem como quaisquer outras despesas diretas e indiretas incidentes na prestação de serviços;

9.4. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

9.4.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

9.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

9.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na *internet*, após a homologação.

10. DA FASE DE JULGAMENTO

10.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se a licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no **item 5.6.** do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep).

10.1.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

10.1.2. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)

10.1.3.1.A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

10.1.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

10.1.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

10.1.3. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

10.1.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os **itens 2.2.1 e 6.5** deste edital.

10.1.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos **itens 10.4 e 10.5** deste Edital.

10.2. A proposta e documentação, se necessário, **será analisada pela equipe do Setor de Infraestrutura e Telecomunicações - SIET**, para fins de verificação do atendimento às características e exigências reclamadas no edital e anexos.

10.3. **Será desclassificada a proposta ou lance vencedor que, ressalvado o disposto no subitem 10.8. deste Edital**:

10.3.1. contiver vícios insanáveis;

10.3.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Edital e seus anexos;

10.3.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

10.3.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

10.3.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável;

10.3.6. Também será DESCLASSIFICADA a licitante que no momento do preenchimento do campo de ***"Descrição detalhada do objeto ofertado"*** no Sistema Comprasnet identifique sua empresa, o que não se confunde com a proposta inicial juntada ao Sistema e a proposta final e reajustada após convocação pelo Pregoeiro.

10.4. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

10.4.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

10.4.1 1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

10.4.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

10.5. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

10.5.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

10.5.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

10.5.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

10.5.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

10.6. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

10.6.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

10.7. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

10.7.1. Verificada a presença de erros sanáveis na proposta de preços, o Pregoeiro ou Administração poderá realizar diligência junto à Licitante para a devida correção apenas das falhas apontadas, limitado a 3 (três) oportunidades, vedada a juntada de documento novo.

10.7.2. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

10.7.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

10.8. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **24 (vinte e quatro)** horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata, caso não seja informada na sessão a nova data de reabertura.

10.9. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, **no prazo máximo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta**.

10.9.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no "chat" pelo licitante, antes de findo o prazo.

10.9.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

10.10. **DA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS.** Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, ou quando solicitado pelo Pregoeiro, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência e Edital, sob pena de não aceitação da proposta.

10.10.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

10.10.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

10.10.3 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

10.10.4. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

10.10.5. Se o Termo de Referência não dispor sobre o trâmite da apresentação da amostra, caso seja solicitada a apresentação pelo Pregoeiro, o licitante classificado em primeiro lugar deve apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de **05 (cinco) dias úteis** contados da solicitação, observando-se:

10.10.5.1. Para avaliação da qualidade, os bens recebidos serão sujeitos à testes de aceitação. Após o qual, emitirá um relatório completo dos testes efetuados, devidamente assinado. Quando não estabelecido o procedimento no Termo de Referência, os testes serão constituídos das seguintes fases:

a) Abertura das embalagens;

b) Comprovação de que os materiais atendem às especificações mínimas exigidas ou superiores oferecidas;

c) Colocação de amostra dos bens em funcionamento; e

d) Testes funcionais de configuração e desempenho deles.

10.10.5.2. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário da realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

10.10.5.3. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

10.10.5.4. No caso de não haver entrega da amostra ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

10.10.5.5. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

10.10.5.6. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

10.10.5.7. Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser **recolhidas pelos licitantes no prazo de 10 (dez) dias corridos,** após o qual poderão ser descartadas ou incorporadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

10.10.5.8. Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

10.11. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

10.12. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

10.13. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

10.14. A apresentação da proposta implicará a plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, bem como, todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

10.15. Quando da proposta de preços não constar quaisquer das declarações complementares, os prazos previstos, quer sejam os de garantia, validade dos produtos, validade da proposta ou de entrega, entender-se-á que estão aceitos os constantes do Edital.

10.16. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

10.17. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos, podendo ser consultado acerca da manutenção dos preços ofertados.

11. DA HABILITAÇÃO

11.1. Os documentos previstos no Termo de Referência e neste Edital, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

11.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

11.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

11.3. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

11.3.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

11.4. **Todos os documentos enviados eletronicamente deverão ser enviados em original, ou por cópia autenticada, devidamente assinado(s) pelo(s) representante(s) legal(is) no dia subsequente ao do resultado da habilitação, impreterivelmente, sob pena de desclassificação**, observado o disposto no **item 25.8.** e seguintes, à Comissão Permanente de Licitação da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, Av. Coronel Teixeira, 7.995, Nova Esperança II, CEP: 69037-473.

11.4.1. Caso a autenticação do documento ou o próprio documento esteja em formato digital, com assinatura por certificado digital, padrão ICP-Brasil, ou ainda torne possível sua convalidação em sítio eletrônico de autoridade certificadora oficial e/ou cartório digital respectivo, a licitante está dispensada da obrigação do item anterior.

11.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

11.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

11.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

11.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

11.9. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

11.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

11.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

11.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

11.11. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

11.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **02 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

11.11.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

11.12. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

11.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

11.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

11.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64):

11.13.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

11.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

11.14. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro ou a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

11.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

11.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

11.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

11.18. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

11.19. Os documentos necessários à habilitação deverão estar com prazo vigente, à exceção daqueles que por sua natureza, não contenham validade, e poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por servidor da CPL, ou por publicação em órgãos da imprensa oficial, **não sendo aceitos "protocolos" ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos neste Edital**.

11.20. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

11.20.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

11.21. Ressalvado o disposto no subitem **6.3.**, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

11.22. Relativos à Habilitação Jurídica:

11.22.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

11.22.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio http://www.portaldoempreendedor.gov.br;

11.22.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

11.22.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

11.22.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

11.22.6. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

11.22.7. Os documentos relativos à Habilitação Jurídica indicados, deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

11.23. Relativo à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

11.23.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

11.23.2. Prova de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

11.23.3. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

11.23.4. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho;

11.23.5. Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme declaração do sistema;

11.23.6. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

11.23.7. A aceitação de certidões emitidas via *internet* ficará sujeita à confirmação de sua validade mediante consulta *on line* ao cadastro emissor respectivo.

11.23.8. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais/municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

11.23.9. Os documentos referidos nos subitens acima poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico (§1.º, art. 68, da Lei 14.133/21);

11.23.10. A comprovação de atendimento do disposto nos subitens 11.23.2, 11.23.3 e 11.23.11. deverá ser feita na forma da legislação específica (§2.º, art. 68, da Lei 14.133/21);

11.24. Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

11.24.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, podendo ser apresentado de acordo com o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED – Decreto Federal n.º 6.022/2007), que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

11.24.1.1. O Balanço apresentado deverá cumprir as seguintes formalidades:

a) Indicação do número das páginas e números do livro onde estão inscritos o balanço patrimonial e a DRE (Demostração do Resultado do Exercício) no Livro Diário. Além do acompanhamento do respectivo Termo de Abertura e Termo de Encerramento do mesmo;

b) Assinatura do contador e do titular ou representante legal da empresa no balanço patrimonial e DRE (pode ser feita digitalmente);

c) Prova de registro na Junta Comercial ou Cartório (devidamente carimbado, com etiqueta, chancela da Junta Comercial ou código de registro).

11.24.1.2. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);

11.24.1.3. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

11.24.1.4. Quando solicitado ou autorizado pelo Pregoeiro, será permitido apresentação de balanço intermediário, desde que se decorra de lei ou contrato social/estatuto social da Licitante.

11.24.1.5. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

11.24.2. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo 10% do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

11.24.3. Certidões Negativas de Falência e Recuperação Judicial (conforme Lei nº 11.101/05), expedida pela Central de Certidões do Tribunal de Justiça ou órgão equivalente do domicílio ou da sede do licitante, **expedida até 90 (noventa) dias antes da abertura desta licitação**, quando do documento não constar data expressa de validade;

11.24.3.1 Onde não houver **CENTRAL DE CERTIDÕES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, deverá ser apresentada Certidão emitida pela **SECRETARIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA** ou órgão equivalente do domicílio ou da sede do licitante constando a quantidade de Cartórios Oficiais de Distribuição de Pedidos de Falência e Recuperação Judicial (conforme Lei nº 11.101/05), devendo ser apresentadas Certidões expedidas na quantidade de cartórios indicadas no respectivo documento, no prazo referido no item **11.24.3.**;

11.24.3.2. Caso os prazos de validade não constem expressamente das certidões, serão considerados para esse fim, o prazo descrito no subitem **11.24.3**. deste instrumento convocatório.

11.24.4. Os documentos referidos no item **11.24. e subitens** limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos

11.25. Relativos à Qualificação Técnica

11.25.1. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme campo próprio do sistema;

11.25.2. **Apresentação Atestado de Capacidade Técnica** (Art. 67, II, da Lei 14.133/21) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) que a empresa licitante tenha executado/entregue, a contento, serviços/materiais de natureza e vulto compatíveis com o presente objeto, que permitam estabelecer, por comparação, proximidade de características funcionais técnicas, dimensionais, quantitativas e qualitativas com o objeto do presente Edital, sendo aceitável a soma de atestados para a comprovação desse quantitativo, conforme Termo de Referência.

11.25.2.1. No caso de pessoa jurídica de direito público, o(s) atestado(s) ou certidão (ões) deverá (ão) ser assinado(s) pelo responsável do setor competente do órgão;

11.25.2.2. No caso de pessoa jurídica de direito privado, o(s) atestado(s) deverá(ão) conter dados suficientes para identificação civil do declarante, com referência ao cargo/função que ocupa na empresa.

11.25.2.3. A ausência de apresentação de atestado claro, legível e idôneo, em não conformidade com este Edital, será motivo de inabilitação, a critério do Pregoeiro.

11.26. Disposições Gerais da Habilitação:

11.26.1. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado: (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

11.26.2. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, **o pregoeiro considerará o proponente inabilitado**, sendo convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim **sucessivamente**, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

11.26.3. Sob pena de inabilitação os documentos apresentados deverão estar em nome da licitante, com o nº do CNPJ e o endereço respectivo, conforme segue:

11.26.3.1. se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e

11.26.3.2. se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial.

11.11.3.3. no caso dos subitens anteriores, serão dispensados da filial aqueles documentos que COMPROVADAMENTE, forem emitidos SOMENTE em nome da matriz, e vice-versa.

11.26.4. Caso os prazos de validade não constem expressamente das certidões apresentadas, será considerado para esse fim, o prazo descrito no subitem **11.24.3**. deste instrumento convocatório.

11.27. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal para microempresas e empresas de pequeno porte, lhes será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do momento em que o licitante for declarado vencedor, prorrogáveis por igual período, a requerimento da interessada e a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

11.27.1. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

11.28. Para fins de julgamento da habilitação no certame, considerar-se-á vigente o documento com prazo de validade, pelo menos, até a data de abertura da licitação.

11.29. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

11.30. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45, da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

11.31. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

11.31.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

11.32. Atendidas as exigências habilitatórias fixadas neste Edital, o licitante será declarado **vencedor**, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame, caso não haja interposição de recursos, encaminhando-se, em seguida os autos à autoridade competente para homologação.

11.33. Da sessão pública será lavrada ata circunstanciada, que mencionará todos os licitantes, a classificação dos lances, bem como as ocorrências que interessarem ao julgamento desta licitação.

12. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

12.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

12.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

12.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

12.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

12.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

12.3.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

12.3.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **3 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.4. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.5. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de **3 (três) dias úteis**, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.6. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.7. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.8. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**, localizada na Av. Coronel Teixeira, n.º 7.995, Nova Esperança, CEP.: 69037-473, nos dias úteis, no horário das 8h às 14h (horário local).

12.8.1. Os interessados poderão solicitar cópia dos autos por meio do e-mail licitacao@mpam.mp.br

12.9. Não serão providos recursos de caráter protelatório, fundada em mera insatisfação da licitante, podendo ainda ser aplicado, supletiva e subsidiariamente, no que couberem, as regras previstas na Lei n.º 13.105/2015 (Código de Processo Civil).

12.10. A alegação de preço inexequível por parte de uma das licitantes com relação à proposta de preços de outra licitante deverá ser devidamente comprovada.

12.11. A sessão pública do pregão somente será concluída após declarado o vencedor do certame e encerrado o prazo para manifestação de intenção de interposição de recurso, cabendo aos licitantes permanecerem conectados ao sistema até o final desta etapa.

12.12. Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor.

13. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

13.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

13.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

13.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

13.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

13.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou ainda, *e-mail*, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

13.2.2. A convocação feita por *e-mail* dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

14. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

14.1. O objeto da licitação será adjudicado e homologado ao licitante declarado vencedor pela autoridade competente.

14.2. Homologado o resultado, o adjudicatário, quando convocado, terá o **prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis**, para celebrar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, devendo manter as condições de habilitação exibidas na licitação.

14.2.1. Se o vencedor do certame não apresentar situação regular no ato da assinatura do contrato (ou retirada do instrumento equivalente), ou recusar-se a assiná-lo, ou sobrevier fato impeditivo de sua celebração, a sessão será retomada e os demais licitantes chamados, procedendo-se na forma do item **10.11**., sem prejuízo das sanções cabíveis.

14.2.2. O vencedor do certame deverá apresentar ao órgão interessado, antes da assinatura do contrato (ou retirada do instrumento equivalente), nova proposta de preços escrita, com a devida recomposição dos custos unitários decorrentes da diminuição dos valores na fase de lances.

14.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15. DOS PRAZOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

15.1. As informações suficientes à execução do objeto constituem os **ITEM 6** do **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 4.2025.DTIC.1540068.2024.019531 (**Anexo I deste Edital), destacando-se que o **prazo máximo de entrega** do objeto solicitado **não será superior a 30 (trinta) dias consecutivos**, contados do primeiro dia útil subsequente ao do recebimento da respectiva Nota de Empenho e da Ordem de Serviço pela empresa FORNECEDORA.

15.1.1. A futura CONTRATADA/FORNECEDORA será responsável pelo pelo transporte dos materiais, desde o local da embalagem até a sua entrega, a qual ocorrerá em dias úteis, no seguinte endereço: Avenida Coronel Teixeira nº 7995, Bairro Nova Esperança II, CEP 69037-473, Manaus, Amazonas.

15.1.2. A entrega dos materiais permanentes deverá ser previamente agendada com o **SETOR DE PATRIMÔNIO E MATERIAL – SPAT** pelo telefone (92) 3655-0767;

15.1.3 A entrega dos materiais de consumo deverá ser encaminhada ao **SETOR DE INFRAESTRUTURA E TELECOMUNICAÇÕES – SIET**.

15.2. O recebimento dos materiais/serviços será realizado pela fiscalização da CONTRATANTE, conforme o **item 7** do **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 4.2025.DTIC.1540068.2024.019531.**

15.3. Será firmado um Termo de Garantia e Assistência Técnica (Anexos III do Edital) com vigência mínima prevista no **item 4** do **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 4.2025.DTIC.1540068.2024.019531.**

16. DOS PRAZOS E CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

16.1. Após homologação do resultado desta licitação, a PGJ, através da **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**, convocará o vencedor do certame para cumprimento das exigências pertinentes à assinatura da Ata de Registro de Preços, o que deverá, obrigatoriamente, ser atendido **no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis**, a partir da convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

16.1.1. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente justificado e aceito.

16.1.2 Para assinar a Ata de Registro de Preços, o representante legal da empresa deverá apresentar procuração e/ou contrato social e cédula de identificação.

16.1.3. Ao assinar a Ata de Registro de Preços, a empresa adjudicatária obriga-se a fornecer/executar os bens/serviços a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste Edital, em seus Anexos e também na proposta apresentada.

16.1.4. O compromisso de fornecimento será formalizado mediante a assinatura da Ata de Registro de Preços pelo fornecedor.

16.2. Na assinatura do contrato ou da Ata de Registro de Preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato e/ou da Ata de Registro de Preços (Art. 92, XVI, da Lei 14.133/21).

16.3. Se o vencedor da licitação não fizer a comprovação referida no subitem anterior, ou quando, injustificadamente, recusar-se a assinar o contrato ou a Ata de Registro de Preços, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar o contrato ou a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no contrato e das demais cominações legais.

16.4. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-as as sanções legais cabíveis.

16.5. A empresa que tenha seu preço registrado obrigar-se-á a cumprir as condições dispostas na ata de registro de preços, aplicando-o ao quantitativo solicitado pela Administração.

16.6. Na hipótese da empresa vencedora ter seu registro cancelado ou não firmar a contratação no prazo e condições estabelecidos, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições do Edital. Nessa hipótese, a Administração deverá negociar com o fornecedor convocado quanto ao preço ofertado, visando manter as condições mais vantajosas do Registro de Preços.

16.7. Nos termos do art. 6º do Decreto n º 40.674/2019, a Ata de Registro de Preços poderá ser assinada por certificação digital ou mediante assinatura eletrônica via Sistema Eletrônico de Informação - SEI, conforme disposição do ATO Nº 141/2017/PGJ.

16.8. Para fins do atendimento do disposto no item anterior, antes da assinatura da Ata de Registro de Preços – ARP, será solicitado do representante da fornecedora o preenchimento de cadastro disponível no endereço eletrônico: https://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0 e envio dos seguintes documentos:

I – Documento de identidade;

II – Cadastro de Pessoa Física – CPF;

III – Comprovante de residência atualizado;

IV – Ato constitutivo e suas alterações, devidamente registrados; e

V – Ato de nomeação ou eleição de dirigentes ou procuração, quando for o caso, devidamente registrados.

16.8.1. Será dispensado da apresentação dos documentos referidos o representante que já os tiver enviado durante a sessão pública do pregão.

16.9. O uso da senha de acesso ao Sistema Eletrônico de Informação - SEI é de inteira e exclusiva responsabilidade da licitante, incluindo qualquer acesso efetuado diretamente ou por seu representante, não cabendo ao MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS, promotora da licitação, qualquer responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

17. DA VALIDADE, CONTROLE E CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

17.1. A **Ata de Registro de Preços** terá vigência de 12 (doze) meses, contados da publicação no PNCP e Imprensa Oficial, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso**.**

17.2. Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, decorrentes das situações previstas na alínea "d", do inciso II, do art. 124, da Lei nº. 14.133/21, ou de redução dos preços praticados no mercado.

17.2.1. Ainda que comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d", do inciso II, do art. 124, da Lei nº. 14.133/21, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar novo processo licitatório.

17.2.2. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o PROPONENTE registrado será convocado pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** para a devida alteração do valor registrado na Ata.

17.3. O PROPONENTE terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurando o contraditório e a ampla defesa:

17.3.1. A pedido, quando:

17.3.1.1. Comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

17.3.1.2. O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado, dos insumos que compõem o custo das aquisições.

17.3.2. Por iniciativa do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS, quando:

17.3.2.1. O fornecedor não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

17.3.2.2. Perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

17.3.2.3. Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

17.3.2.4. Não cumprir as obrigações decorrentes da ata de registro de preços;

17.3.2.5. Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da Ata de Registro de Preços;

17.3.2.6. Caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na ata de registro de preço ou nos pedidos dela decorrentes.

17.4. Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a PROCURADORIAGERAL DE JUSTIÇA fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preço e informará aos proponentes a nova ordem de registro.

17.5. A Ata de Registro de Preço, decorrente desta licitação, será cancelada automaticamente:

17.5.1. Por decurso de prazo de vigência.

17.5.2. Quando não restarem fornecedores registrados.

17.6. Toda vez que for constatado, através de pesquisa de preços realizada pelo **SETOR DE COMPRAS E MATERIAIS – SCS**, que os valores constantes na Ata de Registro de Preços estão divergentes daqueles praticados no mercado, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** poderá:

17.6.1. Cancelar os itens com preços registrados cujos valores estejam acima dos preços praticados no mercado;

17.6.2. Promover ajustes dos preços registrados na hipótese de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos casos previstos na alínea “d”, do inciso II, do art. 124, da Lei nº. 14.133/21, mediante comprovação oficial, fundamentada e aceita pelo Ministério Público do Estado do Amazonas.

17.7. Os pedidos de prorrogação de prazo de entrega de bens ou serviços, sempre por escrito, deverão ser encaminhados com **antecedência mínima de 1 (um) dia do respectivo vencimento**, com a devida documentação comprobatória dos fatos alegados, sob pena de não apreciação dos pedidos por inépcia.

17.8. Os pedidos de alteração de marca e/ou modelo do objeto registrado deverão ser protocolados **em até 5 (cinco) dias após o recebimento da Nota de Empenho**, com a devida documentação comprobatória dos fatos alegados, sob pena de não apreciação dos pedidos por inépcia.

17.9. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem, observados os seguintes requisitos:

I - apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

II - demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei 14.133/21;

III - prévias consulta e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor.

17.10. Os órgãos e entidades que não participarem do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao Órgão Gerenciador da Ata para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

17.11. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da Ata, assumidas com o Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes.

17.12. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item, observarão os seguintes limites:

I – o quantitativo, por órgão ou entidade, não poderá exceder a 50% (cinquenta por cento) do quantitativo do item registrado na ata de registro de preços; e

II – o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

17.13. Todas as comunicações com as empresas detentoras da Ata de Registro dar-se-ão por meio dos *e-mails* e dados contidos, especialmente, na Proposta de Preços em conjunto ao SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

18. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

18.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

18.1.1. O adjudicatário **terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar o instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

18.1.1.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da adjudicatária, mediante correspondência eletrônica no *e-mail* constante da proposta, para que seja assinado eletronicamente pelo Sistema SEI ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

18.1.1.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração;

18.1.1.3. Nos termos do art. 6º, do Decreto n º 40.674/2019, o termo contratual ou instrumento equivalente poderá ser assinado por certificação digital ou mediante assinatura eletrônica via Sistema Eletrônico de Informação - SEI, conforme disposição do ATO Nº 141/2017/PGJ;

18.1.1.3.1. O uso da senha de acesso ao Sistema Eletrônico de Informação - SEI é de **inteira e exclusiva responsabilidade da licitante**, incluindo qualquer acesso efetuado diretamente ou por seu representante, não cabendo ao MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS, promotora da licitação, **qualquer responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.**

18.1.1.4. Para fins do atendimento do disposto no item anterior, antes da assinatura da Ata de Registro de Preços – ARP, será solicitado do representante da fornecedora o preenchimento de cadastro disponível no endereço eletrônico: https://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?_acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0 e envio dos seguintes documentos:

I – Documento de identidade;

II – Cadastro de Pessoa Física – CPF;

III – Comprovante de residência atualizado;

IV – Ato constitutivo e suas alterações, devidamente registrados; e

V – Ato de nomeação ou eleição de dirigentes ou procuração, quando for o caso, devidamente registrados.

18.1.1.5. Será dispensado da apresentação dos documentos referidos o representante que já os tiver enviado durante a sessão pública do pregão.

18.1.1.6. Ao assinar o termo contratual ou instrumento equivalente, a empresa adjudicatária obriga-se a fornecer/executar os bens/serviços a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste Edital, em seus Anexos e também na proposta apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições do Edital;

18.2. O aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

18.2.1 A referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

18.2.2. a CONTRATADA se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital e seus Anexos;

18.2.3. a CONTRATADA reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigo 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021, e reconhece os direitos da Administração previsto no artigo 139 da mesma Lei.

18.3. Os bens/serviços objeto desta licitação, deverão contar com garantia e assistência técnica do fabricante ou pela assistência técnica autorizada, devendo atender ao prazo de garantia exigido para cada item, conforme especificado no **Item 4 do TERMO DE REFERÊNCIA Nº 4.2025.DTIC.1540068.2024.019531.**

18.4. Previamente à contratação, a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

18.5. Na assinatura do contrato ou da Ata de Registro de Preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no Edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da Ata de Registro de Preços.

18.6. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no Edital ou se recusar a assinar o contrato ou a Ata de Registro de Preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a Ata de Registro de Preços.

18.7. Para assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, fica estabelecido que os preços pactuados serão reajustados anualmente, em conformidade à CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS, da Minuta de Contrato Administrativo (doc. 1522384).

19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

19.1. As obrigações da contratada constituem o **Item 9 do TERMO DE REFERÊNCIA N.º 4.2025.DTIC.1540068.2024.019531 (**Anexo I deste Edital).

19.2. Se a licitante vencedora não apresentar situação de regularidade documental, no ato da emissão da nota de empenho, ou recusar-se injustificadamente a receber a nota de empenho no prazo estabelecido, os demais licitantes serão convocados observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

19.2.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

19.3. A empresa deverá encaminhar, quando solicitado, via *e-mail*, os seguintes dados: Banco, agência e número da conta-corrente, endereço, telefone e representante legal da empresa, com o número do CNPJ e Inscrição Estadual ou Inscrição Municipal.

20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

20.1. As obrigações desta contratante constituem o **Item 10 do TERMO DE REFERÊNCIA N.º 4.2025.DTIC.1540068.2024.019531** (Anexo I deste Edital).

21. DO PAGAMENTO

21.1 O pagamento resultante da contratação do objeto, será efetuado de acordo com a **item 8 do TERMO DE REFERÊNCIA N.º 4.2025.DTIC.1540068.2024.019531 (**Anexo I deste Edital), em consonância, também, com a proposta de preços aceita pela Administração.

21.2. O pagamento devido à CONTRATADA/FORNECEDORA será creditado em conta-corrente por meio de ordem bancária, efetuado mediante apresentação do documento fiscal apresentado e visada pelos órgãos de fiscalização e acompanhamento do fornecimento do material, no prazo e condições previstas neste Edital e ainda no ATO Nº 008/2024/PGJ.

21.2.1. Os prazos e condições de pagamento são as estabelecidos no Art. 140 do Ato nº 008/2024/PGJ:

I - 10 (dez dias) úteis para a liquidação da despesa, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração;

II - 10 (dez dias) úteis para pagamento, a contar da liquidação da despesa.

21.2.1.1. Para os fins de liquidação, deverá ser observado o disposto no art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, certificando-se do adimplemento da obrigação do contratado nos prazos e forma previstos no contrato.

21.2.1.2. O prazo de que trata o inciso I do caput do Art. 140 do Ato nº 008/2024/PGJ poderá ser excepcionalmente prorrogado, justificadamente, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

21.2.1.3. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins de que trata o inciso I do caput e o § 2º do Art. 140 do Ato nº 008/2024/PGJ.

21.2.1.4. Na hipótese de caso fortuito ou força maior que impeça a liquidação ou o pagamento da despesa, o prazo para o pagamento será suspenso até a sua regularização, devendo ser mantida a posição da ordem cronológica que a despesa originalmente estava inscrita.

21.2.1.5. No caso de insuficiência de recursos financeiros disponíveis para quitação integral da obrigação, poderá haver pagamento parcial do crédito, permanecendo o saldo remanescente na mesma posição da ordem cronológica.

21.2.2. Os respectivos documentos fiscais (notas fiscais/faturas), emitidos em conformidade com o Protocolo ICMS 42/2009 (NF-e), deverão estar devidamente discriminadas, em nome da **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, CNPJ nº 04.153.748/0001-85**, e acompanhada das respectivas Certidões Negativas de Débito para com a Seguridade Social, para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, junto à Justiça Trabalhista e, ainda, das certidões de regularidade junto à Fazenda Federal, Estadual e Municipal, conforme descrito no link: https://www.mpam.mp.br/servicos-sp261893274/licitacoes/34-licitacoes/paginas-internas-licitacoes/2148-orientacaopagamentofornecedor;

21.2.3. Deverão constar das Notas Fiscais as especificações dos serviços ou dos materiais/equipamentos fornecidos, o número da Nota de Empenho e do instrumento contratual correspondente, conforme o caso;

21.2.4. Enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, nenhum pagamento será efetuado à Contratada, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

21.3. Qualquer atraso ocorrido na apresentação da nota fiscal/fatura, ou dos documentos exigidos como condição de pagamento por parte da FORNECEDORA, importará prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do Contratante.

21.4. Nenhum pagamento isentará o fornecedor das responsabilidades atinentes ao objeto contratual, nem tampouco implicará a aprovação definitiva da entrega, total ou parcialmente.

21.5. A nota fiscal (atestada) e os documentos exigidos no Edital e no contrato, para fins de liquidação e pagamento das despesas, deverão ser entregues, exclusivamente, no Setor de Protocolo da CONTRATANTE.

21.6. Como condição para emissão da nota de empenho, a licitante vencedora deverá manter as condições de habilitação, cuja confirmação será feita através de consulta ao SICAF ou através da internet nos respectivos sites dos órgãos emissores das certidões de regularidade fiscal.

21.7. Se a licitante vencedora não apresentar situação de regularidade documental, no ato da emissão da nota de empenho, ou se recusar injustificadamente a recebê-la no prazo estabelecido, os demais licitantes serão convocados, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

21.7.1. Como condição inafastável a que seja emitida Nota de Empenho à Fornecedora, esta deverá, também, estar cadastrada junto ao Sistema de Administração Financeira e Contabilidade – Cadastramento de Credores – da Secretaria da Fazendo do Estado do Amazonas – SEFAZ.

21.7.1.1. Com relação ao Cadastramento de Credores, a empresa deverá providenciar o envio dos documentos abaixo elencados ao órgão promotor da licitação (MPAM), durante o certame no próprio Sistema Comprasnet na fase de envio da proposta, quando convocado pelo Pregoeiro ou posteriormente após a adjudicação para o endereço eletrônico licitacao@mpam.mp.br, sendo que naquele primeiro momento não será motivo para sua desclassificação:

a) Carta solicitando o cadastramento (conforme Anexo VII);

b) Comprovante de inscrição e de situação cadastral emitido pela Receita Federal do Brasil;

c) Cópia legível dos dados bancários (por ex: extrato, cópia reprográfica de cartão bancário etc.);

d) Comprovante de endereço, tais como: conta de água, energia, gás, serviços de internet ou contrato de aluguel.

21.7.1.2. Caso a vencedora não realize o **cadastro em até 5 (cinco) dias** após a homologação do certame, poderá responder a procedimento apuratório por eventual retardamento da execução do ajuste, com possível aplicação das sanções previstas neste Edital, bem como perda do direito de preferência à contratação em favor dos demais licitantes subsequentes.

22. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

22.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

22.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

22.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

22.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

22.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

22.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

22.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

22.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

22.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

22.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

22.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

22.1.5. fraudar a licitação

22.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

22.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

22.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

22.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

22.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

22.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

22.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

22.2.1. advertência;

22.2.2. multa;

22.2.3. impedimento de licitar e contratar e

22.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

22.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

22.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

22.3.2. as peculiaridades do caso concreto

22.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

22.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

22.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

22.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato / item licitado, recolhida no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

22.4.1. Para as infrações previstas nos itens 22.1.1., 22.1.2. e 22.1.3., a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

22.4.2. Para as infrações previstas nos itens 22.1.4., 22.1.5., 22.1.6., 22.1.7. e 22.1.8., a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

22.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

22.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

22.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 22.1.1., 22.1.2. e 22.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito do **ESTADO DO AMAZONAS**, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

22.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 22.1.4, 22.1.5, 22.1.6, 22.1.7 e 22.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 22.1.1, 22.1.2 e 22.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

22.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 22.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor da Procuradoria-Geral de Justiça.

22.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

22.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

22.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

22.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

22.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

22.15. O disposto nos itens acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente ou com justificativa recusada pela Administração Pública.

22.16. As sanções serão aplicadas pela **AUTORIDADE COMPETENTE**, em processo regular que assegure ao acusado o direito prévio da citação, do contraditório e da ampla defesa, com os recursos a ela inerentes.

22.17. As penalidades serão obrigatoriamente publicadas no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Amazonas e registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

22.18. Se a CONTRATADA, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir preceitos legais, serão aplicadas as **sanções previstas no ITEM 11** do **TERMO DE REFERÊNCIA N.º 4.2025.DTIC.1540068.2024.019531 e neste instrumento convocatório**, segundo a gravidade da falta, observando-se os limites estabelecidos no **item 22.4.**

22.19. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pelos motivos legais.

22.20. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

22.20.1. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Estado ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

22.21. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

22.22. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

22.23. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Estadual resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

22.24. O fluxo procedimental quanto ao procedimento preliminar e o processo de apuração de responsabilidade visando a aplicação das sanções administrativas no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas está disciplinado no Ato PGJ n.º 217/2024 (publicado no DOMPE, Ed. 2874, de 02.07.2024).

23. DA REPACTUAÇÃO, REAJUSTE E REVISÃO DE PREÇO

23.1. A interessada deverá protocolar o seu pedido de repactuação, reajuste e revisão de preços antes da assinatura do contrato ou, nos casos em que este vier a ser substituído por instrumento equivalente, **em até 5 (cinco) dias do recebimento da Nota de Empenho**, sob pena de não apreciação do pedido por intempestividade.

23.1.1. Deverá constar do pedido a planilha de custos e documentos comprovantes da situação superveniente, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

23.1.2. A CONTRATADA deverá demonstrar de maneira clara a composição do preço de cada item constante de sua proposta, através de Planilha de Custos contendo, por exemplo: as parcelas relativas à mão de obra direta, demais insumos, encargos em geral, lucro e participação percentual em relação ao preço final.

23.1.3. O pedido deverá vir instruído com os seguintes documentos/informações:

a) Planilha ou equivalente, contendo o custo (preço de custo, impostos, frete, lucro) de cada item constante da proposta inicial em confronto com a nova planilha atualizada, a fim de comprovar a elevação dos encargos do particular;

b) Demonstração de forma cabal que o desequilíbrio decorre de fato superveniente, isto é, ocorrência de evento posterior à apresentação da proposta;

c) Vínculo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos da empresa;

d) Comprovação de que o desequilíbrio decorre de fato, imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, apresentado, para tanto TODOS os documentos que comprovem a imprevisibilidade da ocorrência do evento (notas fiscais, cotações e etc.);

e) Memória de cálculo em conformidade com a variação pleiteada, por item;

f) Demonstração de que o desequilíbrio de fato alheio à vontade das partes.

23.2. A não-apresentação da planilha de custos impossibilitará o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** de proceder o reequilíbrio, reajuste ou revisão de preços, caso venha a empresa contratada solicitar qualquer uma dessas alterações no contrato.

23.3. A cada pedido de reequilíbrio, reajuste ou revisão de preço, deverá a contratada comprovar e justificar as alterações havidas na planilha apresentada à época da elaboração da proposta, demonstrando a nova composição do preço.

23.4. No caso do detentor do registro de preços/contratado ser revendedor ou representante comercial deverá demonstrar de maneira clara a composição do preço constante de sua proposta, com descrição das parcelas relativas ao valor de aquisição do produto com notas fiscais de fábrica/indústria, encargos em geral, lucro e participação percentual de cada item em relação ao preço final *(planilha de custos)*.

23.5. **A critério do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS, poderá ser exigido da contratada, listas de preços expedidas pelos fabricantes**, que conterão, obrigatoriamente, a data de início de sua vigência e numeração sequencial, para instrução de pedidos de revisão de preços.

23.6. Na análise do pedido de reequilíbrio, reajuste ou revisão, dentre outros critérios, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** adotará, para verificação dos preços constantes dos demonstrativos que acompanhem o pedido, pesquisa de mercado dentre empresas de reconhecido porte mercantil, produtoras e /ou comercializadoras, a ser realizada pela própria unidade ou por instituto de pesquisa, utilizando-se, também, de índices setoriais ou outros adotados pelo Governo Estadual, devendo a deliberação de deferimento ou indeferimento da alteração solicitada ser instruída com justificativa da escolha do critério e memória dos respectivos cálculos, para decisão da Administração.

23.7. O percentual de diferença entre os preços de mercado vigentes à época do julgamento da licitação, devidamente apurado, e os propostos pela CONTRATADA/Detentora do registro de preços será mantido durante toda a vigência do registro. **O percentual não poderá ser alterado de forma a configurar reajuste econômico durante a vigência deste registro**.

23.8. A repactuação, reajuste ou revisão do preço, caso deferido, somente terá validade a partir da data da publicação da deliberação na Imprensa Oficial.

23.9. É vedado à contratada interromper o fornecimento ou a prestação do serviço enquanto aguarda o trâmite do processo de reequilíbrio, reajuste ou revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas neste Edital.

23.10. A repactuação, reajuste ou revisão levará em consideração preponderantemente as normas legais federais e estaduais, que são soberanas à previsão do conteúdo exposto neste item.

24. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

24.1. **Até o dia 07/03/2025, 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá IMPUGNAR** este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, mediante **petição**, que deverá obrigatoriamente (art. 10, caput, da Lei nº 12.527/2011) conter a identificação do Impugnante (CPF/CNPJ).

24.2. Os pedidos de **ESCLARECIMENTOS** referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, **até o dia 07/03/2025, 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública**, até às 14h, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital, mediante **petição**, que deverá obrigatoriamente (art. 10, caput, da Lei nº 12.527/2011) conter a identificação do solicitante (CPF/CNPJ).

24.3. Os pedidos de impugnações e esclarecimentos, bem como as respectivas respostas, serão divulgados no site https://www.gov.br/compras/pt-br, na área Gestor Público/consultas/pregões/agendados (http://comprasnet.gov.br/acesso.asp?url=/livre/Pregao/lista_pregao_filtro.asp?Opc=0) e no **site oficial do MPAM**. O fornecedor, além do acesso livre, poderá visualizar também no menu principal, no link: "visualizar impugnações /esclarecimentos/avisos".

24.4. A impugnação ou pedido de esclarecimento poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail licitacao@mpam.mp.br, no horário local de expediente da Instituição, até às 14 horas (horário local) da data limite fixada ou por petição dirigida/protocolada no Prédio-Sede desta PGJ, localizado na Av. Coronel Teixeira, nº 7995 - Nova Esperança, CEP: 69037-473, endereçado à Comissão Permanente de Licitação.

24.5. Acolhida a impugnação ou determinadas as providências requeridas, será designada nova data para realização da sessão pública, salvo quando estas não afetarem a formulação das propostas.

24.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

24.6.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

24.7. As respostas aos pedidos de esclarecimentos divulgadas pelo sistema vincularão os participantes e a Administração.

25. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

25.1. A **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO** prestará todos os esclarecimentos solicitados pelos interessados nesta licitação, estando disponível para atendimento de segunda a sexta-feira, das 9 às 15 horas, na Avenida Coronel Teixeira, 7.995, Nova Esperança, Manaus – AM, pelos telefones (92) 3655-0743 ou, ainda, pelo e-mail: licitacao@mpam.mp.br.

25.2. A **Autoridade Competente** designará o pregoeiro que conduzirá esta licitação, necessariamente escolhido dentre os Pregoeiros Oficiais do **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**.

25.3. É facultada ao pregoeiro ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

25.3.1. O pregoeiro, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, deve sanear eventuais erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, sendo que a vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro. (Acórdão TCU 1211/2021 - Plenário, relator Ministro Walton Alencar Rodrigues).

25.3.2. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o subitem anterior, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

25.4. A **Autoridade Competente** para determinar a contratação poderá revogar a licitação por razões de interesse público derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

25.4.1. No caso de revogação ou anulação do procedimento licitatório, ficará assegurada oportunidade de ampla e prévia manifestação dos interessados, na forma da Lei.

25.4.2. A anulação pode ser declarada a qualquer tempo.

25.4.3. As licitantes não terão direito a indenização em decorrência de anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do FORNECEDOR de boa-fé de ser ressarcida pelos encargos que tiver suportado em eventual cumprimento da obrigação decorrente da execução do objeto deste certame.

25.5. Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

25.6. **Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro, sob pena de abertura de procedimento apuratório em face da conduta do licitante**.

25.7. Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, o Pregoeiro poderá fixar aos licitantes o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentar nova documentação ou nova proposta escoimada das causas que ensejaram a inabilitação ou desclassificação das empresas.

25.8. Em caso de licitante vencedor sediado fora da cidade de Manaus, cujo envio de documentos e demais solicitações ensejem utilização de serviços postais, será obrigatória a apresentação de cópia do comprovante de envio dos itens solicitados, como forma de confirmação do atendimento aos prazos previstos em cada subitem.

25.8.1. O comprovante poderá ser digitalizado e enviado para o e-mail: licitacao@mpam.mp.br.

25.8.2. O descumprimento dos prazos para envio dos documentos ou demais solicitações, sem apresentação de justificativa, ensejará a desclassificação da empresa licitante, sem prejuízo das sanções cabíveis.

25.8.3. Caso a autenticação do documento ou o próprio documento esteja em formato digital, com assinatura por certificado digital, padrão ICP-Brasil, ou ainda torne possível sua convalidação em sítio eletrônico de autoridade certificadora oficial e/ou cartório digital respectivo, a licitante está dispensada da obrigação do item anterior.

25.8.3.1. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

25.9. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário e local aqui estabelecidos, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

25.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente normal no **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**.

25.11. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível a verificação de suas condições de habilitação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de pregão.

25.12. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

25.13. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

25.14. Nenhuma pessoa física ou jurídica ainda que credenciada poderá representar mais de uma empresa concorrente, sob pena de não participação das empresas representadas.

25.15. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

25.16. Em substituição aos respectivos originais todos os documentos poderão ser apresentados em cópia autenticada por Cartório competente ou conferida com o original por servidor da CPL. **Neste último caso, a autenticação administrativa poderá ser feita, preferencialmente, até o dia anterior à data prevista para o recebimento dos envelopes da Proposta e da Documentação**;

25.17. Somente serão aceitos propostas e lances encaminhados pelo sistema eletrônico.

25.18. É de inteira responsabilidade do licitante o acompanhamento do processo referente a este pregão eletrônico, no endereço eletrônico https://www.gov.br/compras/pt-br.

25.19. Para as demais condições de contratação, observar-se-ão as disposições constantes dos Anexos deste Edital.

25.20. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

25.21. Este Edital e seus Anexos poderão ser examinados sem ônus para o interessado, antes da realização da licitação, no formato eletrônico, através de consulta aos sítios https://www.gov.br/compras/pt-br e www.mpam.mp.br, ou através do correio eletrônico da CPL, licitacao@mpam.mp.br.

25.20.1. O Edital e seus anexos também estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico https://www.gov.br/pncp/pt-br.

25.20.1. Poderão ser, também, adquiridos impressos mediante depósito da quantia referente ao custo reprográfico, calculado no produto de R$ 0,50 (cinquenta centavos) por página, depositado na Conta-Corrente n.º 13200-3, Agência 3736-2, do Banco Bradesco S/A (237), em nome do **FUNDO DE APOIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**.

25.22. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com base no Ato PGJ n.º 008/2024 e na Lei n.º 14.133/21 e alterações.

25.23. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da cidade de Manaus, com exclusão expressa de qualquer outro.

Manaus, 24 de fevereiro de 2025.

Sarah Madalena Barbosa Côrtes de Melo

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Ato PGJ n.º 496/2024 - DOMPE, Ed. 2957, de 15.07.2024

Documento assinado eletronicamente.

Os códigos de autenticidade podem ser conferidos na última página do Edital.

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 4.2025.DTIC.1540068.2024.019531

DESCRIÇÃO DO OBJETO

Registro de preços para futura e eventual aquisição de **serviço emissão e renovação de certificados digitais padrão ICP-Brasil e fornecimento de token criptográficos USB**, visando atender às necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas por 12 (doze) meses.

1. JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO

1.1 A adoção dos sistemas eletrônicos no âmbito da justiça, culminando na implementação de sistemas eletrônicos diversos como **SISTEMA DE AUTOMAÇÃO JUDICIAL - SAJ**, a implementação do **SISTEMA ELETRÔNICO DE EXECUÇÃO UNIFICADO - SEEU** entre outros, exige que os membros, como parte integrante das instituições de justiça, para efetuarem suas tramitações diárias nos processos judiciais, alimentar a plataforma com dados, arrolar documentações, assinar, entre outros feitos, dependem diretamente da utilização de certificados digitais e tokens, assegurando a integridade dos documentos emitidos. Adicionamente a isso, há outros sistemas eletrônicos onde uma parcela dos servidores desempenham suas atividades onde existe a necessidade de acesso e emissão de documentos mediante uso de certificados digitais.

1.2 Desta feita, há a necessidade de aquisição de tokens e certificados digitais para atender aos membros e servidores, assegurando o atendimento à demanda contínua de emissão e renovação de certificados digitais, sem os quais impediriam que o **MPAM** desempenhe suas competências dentro dos sistemas eletrônicos.

1.3 A **PGJ-AM** busca com este instrumento a prestação do serviço de emissão de certificados digitais, com ou sem o fornecimeno de token criptográfico, para uso da Instituição, membros e servidores, que atuam com sistemas que façam uso obrigatório de certificação digital como método de autenticação.

1.4 A necessidade de validação presencial visa garantir maior agilidade na emissão dos certificados, possibilitando que o procedimento ocorra sem prejuízo às atribuições cotidianas.

2. DETALHAMENTO DO OBJETO

2.1 O objeto deste termo de referência é o registro de preços para contratação de empresa, selecionada sob o **critério de menor preço por lote**, para fornecimento e emissão de certificados digitais, incluindo visitas externas para sua emissão, bem como o fornecimento de dispositivos criptográficos (*tokens)* USB para armazenamento, conforme especificações descritas no **ANEXO I** (1417558) deste termo.

2.2 Todos os itens deste termo de referência poderão serão solicitados conforme demanda por meio de ordens de fornecimento.

2.3 Os certificados digitais (e-CPF e e-CNPJ) deverão ser no padrão ICP-Brasil.

2.4 A **CONTRATADA** deverá possuir no mínimo um posto de atendimento para emissão de certificados digitais presenciais na cidade de Manaus-AM, durante toda a vigência da ata de registro de preços.

2.5 A **CONTRATADA** deverá oferecer atendimento nas formas virtual e presencial, a escolha da **CONTRATANTE**, para emissão e gravação dos certificados digitais tipo eCPF A3, estando obrigada a cumprir, no ato do atendimento, todas as etapas até que o certificado esteja instalado no token.

2.5.1 A **CONTRATADA** deverá assegurar, até o final do atendimento, que o titular do certificado tenha gravado no token sua própria senha, pessoal e intransferível.

2.6 A **CONTRATADA** deverá disponibilizar à **CONTRATANTE** uma platorma de sistema para agendamento e gerenciamento de emissões dos certificados contratados, possuindo as seguintes características:

2.6.1 Acessível pela internet por meio de login e senha para os gestores do contrato da **CONTRATANTE**;

2.6.2 Que permita que a **CONTRATANTE** possa agendar o atendimento para emissão e gravação de certificado em dia e hora disponíveis, atrelado a um número de voucher gerado pelo sistema.

2.6.3 Que o cadastro do beneficiário do certificado tenha no mínimo: nome completo e CPF;

2.6.4 Que exiba a data de alocação de autorização/código e a data/hora de emissão do certificado digital;

2.6.5 Que tais informações sejam atualizadas no máximo a cada 30 (trinta) dias;

2.6.6 Que exiba relatório contendo data de alocação de autorização/código e a data/hora de emissão do certificado digital.

2.7 A **CONTRATADA** deverá disponibilizar o sistema em até 15 (quinze) dias corridos a partir da emissão da Ordem de Fornecimento, junto com as seguintes informações: link de acesso, login e senha, manual de utilização.

2.8 A emissão fica autorizada apenas mediante cadastro prévio no sistema de vouchers.

2.9 O token deverá ser gerenciável pelo software **SafeNet Authenticator Client**. Justificando-se pelo fato de ser esta a única ferramenta compatível com os tokens já utilizados pelo **MPAM** e que, por este motivo, já é pré-instalada em todos os computadores institucionais, com a qual se podem realizar as operações de desbloqueio, alteração de senha, etc, e evitar conflitos com outros gerenciadoes e drivers existentes.

3. DO SUPORTE TÉCNICO

3.1 A **CONTRATADA** deverá fornecer suporte técnico, durante todo o ciclo de validade do produto.

3.2 O **SUPORTE TÉCNICO** poderá ser realizado por telefone, e-mail, chat ou mesmo abertura de chamados on-line, em horário comercial das 8h às 17h, em língua portuguesa do Brasil.

3.3 As mensagens enviadas sábados, domingos e feriados serão analisadas no primeiro dia útil subsequente.

3.4 Deverá ser disponibilizado um serviço de *service desk* para abertura, controle e acompanhamento dos chamados.

3.5 Quando da abertura do **CHAMADO TÉCNICO**, a **FISCALIZAÇÃO** será informada do **NUMERO DO CHAMADO** (número sequencial único) que identificará toda a evolução do chamado até seu encerramento.

3.6 Não poderá existir qualquer tipo de limitação de horas para a prestação do suporte técnico, durante a vigência desta contratação.

3.7 A **CONTRATADA** deverá refazer e/ou corrigir, em até 48 (quarenta e oito) horas após registrada a ordem de serviço e sem ônus adicionais para a **CONTRATANTE**, erros sistêmicos e outros que eventualmente possam surgir após a instalação dos respectivos certificados.

4. DA GARANTIA

4.1 Itens 1 e 2 – Certificados de pessoa física (e-CPF A3) e pessoa jurídica (e-CNPJ A3).

4.1.1 A **CONTRATADA** deverá prover garantia de correção e atualização motivadas por falhas técnicas e mudanças originadas de diretrizes oriundas da ICP-Brasil, pelo período mínimo de 36 (trinta e seis) meses para o certificado do tipo A3, contados a partir da data de emissão do certificado;

4.1.2 Caso a correção ou atualização exija novo certificado, a empresa contratada deverá efetuar a nova emissão, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de notificação, sem ônus adicional para o **CONTRATANTE**.

4.2 Item 3 – Certificado digital SSL WILDCARD para sistemas web

4.2.1 A **CONTRATADA** deverá prover garantia de correção e atualização motivadas por falhas técnicas, pelo período mínimo de 12 (doze) meses para o certificado SSL WILDCARD, contados a partir da data de emissão do mesmo.

4.2.2 Caso a correção ou atualização exija novo certificado, a empresa contratada deverá efetuar a nova emissão, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de notificação, sem ônus adicional para o **CONTRATANTE**.

4.3 Item 4 – Certificados de pessoa jurídica (e-CNPJ A1).

4.3.1 A **CONTRATADA** deverá prover garantia de correção e atualização motivadas por falhas técnicas e mudanças originadas de diretrizes oriundas da ICP-Brasil, pelo período mínimo de 12 (doze) meses para o certificado do tipo A1, contados a partir da data de emissão do certificado;

4.3.2 Caso a correção ou atualização exija novo certificado, a empresa contratada deverá efetuar a nova emissão, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de notificação, sem ônus adicional para o **CONTRATANTE**.

4.4 Item 6 – Mídia criptográfica do tipo Token

4.4.1 A **CONTRATADA** deverá prover garantia mínima de 12 (doze) meses, contado a partir da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

4.4.2 Os tokens fornecidos deverão ser novos e de "primeiro uso", não podendo ser recondicionados.

4.4.3 Não estão contemplados nessa garantia os casos de roubo, perda do dispositivo e mau uso do usuário.

4.4.4 Caso o token necessite ser substituído ou apresente erro que comprometa o funcionamento do certificado ali armazenado, um novo token e uma nova emissão de certificado deverá ser realizada, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da notificação feita pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**.

5. DOS CRITÉRIOS PARA FORMULAÇÃO DA PROPOSTA

5.1 Os interessados em participar do certame objeto desta contratação, serão selecionados pelo critério de **menor preço global**, elaborando sua proposta comercial em conformidade com a planilha de formação de preços, apresentada a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	U.M.	VALOR UNITÁRIO (R$)	TOTAL (R$)
1	EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL PARA PESSOA FÍSICA DO TIPO A3 (e-CPF)	500	Und		
2	EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL PARA PESSOA JURÍDICA TIPO A3 (e-CNPJ)	10	Und		
3	EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL SSL WILDCARD PARA SISTEMAS WEB	10	Und		
4	EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL PARA PESSOA JURÍDICA TIPO A1 (e-CNPJ)	4	Und		
5	VISITA TÉCNICA PARA VALIDAÇÃO E EMISSÃO DE CERTIFICADOS DIGITAIS	25	Und		

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	U.M.	VALOR UNITÁRIO (R$)	TOTAL (R$)
6	FORNECIMENTO DE MÍDIA CRIPTOGRÁFICA TIPO TOKEN USB	500	Und		
VALOR TOTAL (R$)					

5.2 O pretenso licitante deverá observar, quando da apresentação da proposta, os respectivos prazos estabelecidos neste Termo.

6. DOS PRAZOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA

6.1 A **CONTRATADA** deverá disponibilizar os certificados, visitas e *tokens*, nos termos descritos neste Termo, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos da data de recebimento da autorização de fornecimento pela **CONTRATADA**.

6.1.1 Os certificados e visitas serão consideradas entregues quando disponíveis para agendamento no sistema de gerenciamento de emissões;

6.1.2 A entrega dos dispositivos criptográficos tipo token USB, deverá ser realizada em até 30 (trinta) dias após o recebimento pela **CONTRATADA** da Autorização de Fornecimento emitida pelo **CONTRATANTE**.

6.2 A execução dos serviços e a entrega do objeto contratado deverá ser realizada na sede da **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, a qual ocorrerá em dias úteis, no horário das 8h às 17h, no seguinte endereço:

Av. Coronel Teixeira, n.º 7.995, Nova Esperança, Ponta Negra

CEP. 69037-473, Manaus, Amazonas

6.3 O prazo de vigência do contrato decorrente desta licitação dar-se-á a partir da data de sua assinatura, por um período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado na forma da Lei nº. 14.133/21.

6.4 O serviço de emissão de certificados será considerado terminado quando o voucher gerado no sistema de gerenciamento de emissões estiver indicando que o mesmo foi emitido e instalado.

6.5 Caberá à **FISCALIZAÇÃO** comunicar à **CONTRATADA** os dados necessários para emissão dos certificados que são objeto desta contratação, bem como as datas de agenda para execução das visitas externas necessárias a emissão dos Certificados.

7. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1 O recebimento dos produtos será realizado pela **FISCALIZAÇÃO**, na forma prevista na Lei n.º 14.133/21, e ocorrerá a cada Autorização de Fornecimento, seguinte forma:

7.1.1 **PROVISORIAMENTE**: Quando da efetiva entrega dos Certificados e/ou Tokens, devidamente acompanhado da nota fiscal, constituindo-se na inspeção quantitativa, para posterior verificação da conformidade com as especificações.

7.1.2 **DEFINITIVAMENTE**: No prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento provisório, após a verificação da conformidade dos referidos produtos com as condições, especificações e obrigações contratuais, cabendo à **CONTRATADA** o dever de substituir os itens que não estejam de acordo com as especificações, observando-se o disposto no pertinente diploma lega.

7.1.2.1 Para avaliação da qualidade, após o recebimento provisório, o Fiscal Técnico da **CONTRATANTE** submeterá os produtos recebidos a testes de aceitação, de todos os componentes disponíveis na solução, através de procedimentos próprios, findo o qual será elaborado relatório técnico com a análise dos resultados.

7.2 Os testes de aceitação serão desenvolvidos de acordo com os eventos e atividades descritos a seguir:

7.2.1 Conferência de entrega: oportunidade em que se procederá a identificação e conferência da solução entregue.

7.2.2 Testes de instalação: configuração das funcionalidades do objeto contratado.

7.2.3 Testes de ativação: operacionalização da solução, com a verificação de suas características, de suas funcionalidades e de sua compatibilidade.

7.3 Com o processo de recebimento, realizar-se-á a verificação detalhada do cumprimento de todas obrigações da contratada, bem como a conformidade do objeto com as condições e especificações constantes no instrumento compromissório.

7.4 Cumpridos os requisitos editalícios do objeto e contratuais e, por conseguinte, seja constatada a viabilidade do recebimento, a equipe de **FISCALIZAÇÃO** e **GESTÃO** expedirá **Termo de Recebimento Definitivo** que será assinada pela equipe e pelos representantes da **CONTRATADA**.

7.5 Na eventualidade de serem encontradas restrições para recebimento do objeto, a **FISCALIZAÇÃO** fará constar, em seu relatório técnico, as pendências encontradas, comunicando-as à **CONTRATADA**.

7.5.1 A **CONTRATADA** deverá sanar as pendências no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, observando-se o disposto na Lei n.º 14.133/21.

7.5.2 A **CONTRATADA** deverá efetuar as devidas correções, sem qualquer ônus para a **CONTRATANTE**.

7.6 O **Recebimento Definitivo** do objeto não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela perfeita execução do objeto deste Termo.

7.7 A **CONTRATADA** deverá corrigir, sem ônus adicionais, qualquer erro ou defeito no produto entregue e aceito pela **CONTRATANTE** que não estiver de acordo com os requisitos acordados, durante o período de vigência da garantia.

7.8 No caso de substituição, o novo produto que vier a ser oferecido deverá conter, necessariamente, todas as funcionalidades e prover todos os serviços daquele que substituiu.

7.9 Se, a qualquer tempo, vier a ser constatado que o produto fornecido o foi em desacordo com as especificações e, em decorrência desse fato, observar-se qualquer tipo de dano ao equipamento onde está sendo utilizado, o reparo do equipamento ou, se for o caso, a sua substituição, será de inteira responsabilidade da **CONTRATADA**, nos termos da lei pertinente.

7.10 Nenhum pagamento será efetivado sem que a área de solicitante, emita o **Termo de Recebimento Definitivo** e ateste que o objeto contratado está integralmente sendo entregue/disponibilizado pela **CONTRATADA**.

8. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1 O pagamento devido à **CONTRATADA** será creditado em conta-corrente por meio de ordem bancária, efetuado mediante apresentação de nota fiscal/fatura atestada e visada pelos órgãos de fiscalização e acompanhamento do fornecimento do material, no prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados a partir do atesto da Administração na fatura apresentada.

8.2 A respectiva nota fiscal/fatura dos produtos, emitidas em conformidade com o Protocolo ICMS 42/2009 (NF-e), deverá estar devidamente discriminada, em nome da **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, CNPJ n.º 04.153.748/0001-85, e acompanhada das respectivas Certidões Negativas de Débito para com a Seguridade Social, para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, e ainda, Certidão Negativa de Débito Trabalhista, Certidão de regularidade junto a Fazenda Federal, Estadual e Municipal.

8.3 Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

8.4 Qualquer atraso ocorrido na apresentação da nota fiscal/fatura, ou dos documentos exigidos como condição de pagamento por parte da **CONTRATADA**, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do **CONTRATANTE**.

8.5 Nenhum pagamento isentará o fornecedor das responsabilidades atinentes ao produto, nem tampouco implicará a aprovação definitiva da entrega, total ou parcialmente.

8.6 Somente serão considerados efetivamente executados os serviços entregues em sua totalidade até a data de emissão da respectiva fatura.

8.7 Nenhum pagamento será efetivado sem que a área solicitante, emita o **Termo de Recebimento Definitivo** e ateste que o objeto contratado está integralmente sendo entregue/disponibilizado pela **CONTRATADA**.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 Além das condições já previstas, especificadamente, nos itens que cuidam da entrega das licenças e da garantia técnica, constituem, igualmente, obrigações da futura contratada a condições descritas neste item.

9.2 Designar, em até cindo dias corridos, após assinatura do contrato, **PREPOSTO** para representar administrativamente a **CONTRATADA** ao longo da execução contratual.

9.2.1 Ao apresentar o **PREPOSTO**, a **CONTRATADA** deverá indicar canais de comunicação direta como representante, sem intermediação de canais de atendimento e afins.

9.2.2 Em caso de afastamento do **PREPOSTO** indicado, a **CONTRATADA** contará com o prazo de cinco dias corridos para indicação de novo representante.

9.3 Manter garantia contra bugs (falhas de programação), durante todo o ciclo de validade do produto.

9.4 Observar os prazos estabelecidos neste Termo e no contrato.

9.5 Efetuar a entrega do objeto contratado, dentro do prazo e de acordo com as especificações constantes deste Termo, observando estreitamente as prescrições e as recomendações do fabricante, a legislação estadual ou municipal, se houver, bem como outras normas correlatas, ainda que não estejam explicitamente citadas neste documento e seus anexos.

9.6 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste Termo, sem prévia e expressa anuência da **CONTRATANTE**.

9.6.1 A **CONTRATANTE** não aceitará, sob pretexto algum, a transferência de responsabilidade da **CONTRATADA** para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, subempreiteiros ou quaisquer outros.

9.7 Comunicar imediatamente à **CONTRATANTE**, por escrito, toda e qualquer anormalidade que dificulte ou impossibilite a execução do objeto deste Termo e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

9.8 Aceitar todas as decisões, métodos de inspeção, verificação e controle, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos e explicações que a **CONTRATANTE** julgar necessário.

9.8.1 A ação de fiscalização não exonera a **CONTRATADA** de suas responsabilidades contratuais.

9.9 Substituir, reparar, corrigir, remover, refazer ou reconstituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste Termo que não atenda às especificações exigidas, em que se verifiquem imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções ou rejeitados pela fiscalização.

9.10 Apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, e de impedimento de execução por fato ou ato de terceiro reconhecido pela **CONTRATANTE** em documento contemporâneo a sua ocorrência, quando não puder cumprir os prazos estipulados para a execução, total ou parcial, do objeto deste Termo.

9.11 Responsabilizar-se por todos os encargos e obrigações concernentes às legislações sociais, trabalhistas, tributárias, fiscais, comerciais, securitárias e previdenciárias, bem como por todas as despesas decorrentes da execução de eventuais trabalhos em horários extraordinários (diurno e noturno), e, em suma, todos os gastos e encargos com material e mão de obra necessários à completa realização dos serviços.

9.11.1 A inadimplência da **CONTRATADA** com referência a tais encargos não transfere à **CONTRATANTE** a responsabilidade por seu pagamento.

9.12 Além dos encargos pertinentes, ser responsável pelo ônus de indenizar todo e qualquer prejuízo pessoal ou material causado à **PGJ-AM** ou a terceiros que possa advir, direta ou indiretamente, da execução do objeto deste Termo.

9.13 A inobservância das especificações constantes deste Termo de Referência implicará a não aceitação parcial ou total dos serviços, devendo a **CONTRATADA** refazer as partes recusadas sem direito a indenização.

9.14 No que diz respeito ao atendimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados – Lei n.º 13.709/2018 (LGPD), a **CONTRATADA** ficará obrigada a:

9.14.1 cumprir as solicitações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);

9.14.2 cumprir com o estabelecido pelo **CONTRATANTE** para o tratamento de dados e dentro das finalidades necessárias ao cumprimento do objeto contratado;

9.14.3 guardar o mais absoluto sigilo sobre os dados pessoais que lhes forem confiados por força da execução do contrato, estendendo tal obrigação a eventuais empregados, assumindo a responsabilidade e as consequências advindas da sua divulgação não autorizada ou utilização indevida, inclusive cível e penal;

9.14.4 não utilizar os dados obtidos por meio desse ajuste para finalidade diversa;

9.14.5 notificar o **CONTRATANTE** em caso de vazamento de dados que conduza à destruição, perda, alteração ou divulgação não autorizada de dados, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contadas da descoberta da referida violação;

9.14.6 fornecer informações úteis ao **CONTRATANTE** sobre a natureza e âmbito dos Dados Pessoais possivelmente afetados e as medidas corretivas tomadas ou planejadas;

9.14.7 implementar medidas corretivas a fim de impedir violações e a fim de limitar o seu impacto sobre os titulares de dados, na medida do possível.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1 Realizar a gestão do consumo dos itens ata de registro de preços através do **SETOR DE INFRAESTRUTURA E TELECOMUNICAÇÕES**.

10.2 Fornecer à **CONTRATADA** as informações necessárias à fiel execução do contrato.

10.3 Acompanhar e fiscalizar, como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse, o exato cumprimento das obrigações previstas neste Termo de Referência.

10.4 Exercer a **FISCALIZAÇÃO** e supervisão dos serviços/fornecimentos executados, por meio de servidores especialmente designados, como segue:

a) **GESTÃO** realizada pelo Diretor da área de TI, ou por servidor por este designado;

b) **FISCALIZAÇÃO TÉCNICA** realizada por servidores da área de TI.

10.5 Anotar em registro próprio e notificar a **CONTRATADA**, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições, defeitos de fabricação e avarias nos softwares fornecidos, exigindo as medidas reparadoras devidas.

10.6 Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue em desacordo com a disciplina estabelecida neste instrumento e no contrato futuro.

10.7 Efetuar regularmente o pagamento da **CONTRATADA**, dentro dos critérios estabelecidos neste Termo de Referência e no contrato, após o cumprimento das formalidades legais, por meio de Ordem Bancária, após o atesto das notas fiscais/faturas.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 O descumprimento de quaisquer das obrigações relacionadas à prestação do serviço, salvo nos casos devidamente justificados e comprovados, a critério da **CONTRATANTE**, sujeitará a **CONTRATADA** às sanções previstas na Lei Federal n.º 14.133/2021, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, garantindo-se o direito a ampla defesa e ao contraditório, quais sejam:

I. Advertência:

II. Multa, nos seguintes termos:

Item	Infração	Penalidade	Limite
1	Atraso na entrega do objeto	Multa de mora diária de 1% (um por cento) sobre o valor total da Nota de Empenho.	10%, após o qual a CONTRATADA ficará sujeita à inexecução parcial ou total do objeto, sendo possível a rescisão unilateral do contrato pela Administração e a sujeição da CONTRATADA às sanções correlatas.
2	Recusa em executar o serviço, caracterizada em 10 (dez) dias após o vencimento do prazo estipulado.	10% (dez por cento) do valor global	-
3	Não cumprimento dos prazos estebelecidos no Edital	Multa de mora diária de 1% (um por cento) sobre o valor total da Nota de Empenho.	10%, após o qual a CONTRATADA ficará sujeita à inexecução parcial ou total do objeto, sendo possível a rescisão unilateral do contrato pela Administração e a sujeição da CONTRATADA às sanções correlatas.
4	Demora em substituir ou corrigir falhas do serviço prestado, a contar do segundo dia da data da notificação da rejeição.	Multa de mora diária de 2% (um por cento) sobre o valor total da Nota de Empenho.	10%, após o qual a CONTRATADA ficará sujeita à inexecução parcial ou total do objeto, sendo possível a rescisão unilateral do contrato pela Administração e a sujeição da CONTRATADA às sanções correlatas.
5	Recusa em substituir ou corrigir falhas do serviço prestada, entendendo-se como recusa a substituição, aquela não efetivada nos 5 (cinco) dias que se seguirem à data de rejeição	10% (dez por cento) do valor global da prestação do serviço não efetivado.	-
6	Não cumprimento de qualquer condição fixada na Lei Federal n.º 14.133/21 e alterações, ou no instrumento convocatório, e não abrangida dos incisos anteriores.	Multa de 1% (um por cento) sobre o valor total da Nota de Empenho, para cada evento.	

Item	Infração	Penalidade	Limite
7	Não providenciar o devido cadastramento junto ao Sistema de Administração Financeira e Contabilidade – Cadastramento de Credores da **SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO D AMAZONAS – SEFAZ-AM**, na forma prevista no Edital.	Multa de 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) sobre o valor total da proposta.	-
8	Inexecução parcial do objeto contratado	Multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor da Nota de Empenho, sem prejuízo das demais sanções previstas.	-
9	Inexecução total do objeto.	Multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total homologado em favor do contratado, sem prejuízo das demais sanções previstas.	-

III. Com fundamento no artigo 156, inciso III, da Lei n.º 14.133/2021, ficará impedido de licitar e contratar, pelo prazo de até 3 (três) anos, sem prejuízo de multa de até 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação e demais cominações legais, nos seguintes casos:

a) Apresentar documentação falsa;

b) Ensejar o retardamento da execução do objeto;

c) Comportar-se de modo inidôneo;

d) Não manter a proposta;

e) Deixar de entregar a documentação exigida no certame, e quando esta conduta caracterizar fraude à licitação pública;

f) Cometer fraude fiscal;

g) Fazer declaração falsa.

11.2. Para fins da subcondição da alínea "c" do item III, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos arts. 337-F, 337-H, 337-I, 337-J, 337-K e 337-M do Código Penal.

11.3 A sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem 11.1 também aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa deste Termo de Referência.

11.4 Serão descontados dos pagamentos porventura devidos à **CONTRATADA** as importâncias alusivas a multas, ou efetuar sua cobrança mediante inscrição na dívida ativa do Estado, ou por qualquer outra forma prevista em lei.

11.5 Caso a **CONTRATANTE** determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de trinta (30) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.7 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a **CONTRATANTE** poderá cobrar o valor remanescente judicialmente.

11.8 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

11.9 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846/2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou processo administrativo.

11.10 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846/2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

12. DA ELABORAÇÃO

O presente Termo de Referência foi elaborado pela **DIRETORIA DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO**, em conformidade com as atribuições legais e regimentais, estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis, com a necessidade, interesse e conveniência da Administração, sendo parte integrante do procedimento interno respectivo.

13. DECLARAÇÃO DO SOLICITANTE

Declaro que este Termo de Referência está de acordo com a Lei nº 14.133/21 e alterações.

WALESKA GRACIEME ANDRADE MARQUES DE OLIVEIRA
Coordenadora da Área de Suporte de TI

CARLOS ALEXANDRE DOS SANTOS NOGUEIRA
Chefe do Setor de Infraestrutura e Telecomunicações

13. APROVAÇÃO

Solicitamos aprovação.

EUDO ASSIS DE LIMA JÚNIOR

Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação

Documento assinado eletronicamente por **Carlos Alexandre dos Santos Nogueira**, **Chefe do Setor de Infraestrutura e Telecomunicação - SIET**, em 14/02/2025, às 16:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Waleska Gracieme Andrade Marques de Oliveira**, **Agente Técnico - Analista de Banco de Dados**, em 14/02/2025, às 16:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Eudo de Lima Assis Júnior**, **Diretor(a) de Tecnologia de Informação e Comunicação - DTIC**, em 17/02/2025, às 12:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1540068** e o código CRC **E5D8C354**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

ANEXO I - DO TERMO DE REFERÊNCIA Nº 4.2025.DTIC.1540068.2024.019531

ANEXO Nº 1417558.2024.DTIC.1417558.2024.019531

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

MATERIAIS DE CONSUMO

Item	Descrição	Qtde.	Unidade de Medida
1	**EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL PARA PESSOA FÍSICA DO TIPO A3 (e-CPF)** 1. Emitido por autoridade certificadora credenciada pela ICP-Brasil; 2. Certificado nível A3, tipo e-CPF; 3. Validade de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da emissão; 4. Deve ser compatível para utilização em assinatura de documentos eletrônicos, e-mails, acesso a aplicações, logon de rede, entre outras destinações; 5. Certificado aderente padrão do Comitê Gestor da ICP Brasil; 6. O item engloba o respectivo serviço de autoridade de registro.	500	Unidade
2	**EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL PARA PESSOA JURÍDICA TIPO A3 (e-CNPJ)** 1. Emitido por autoridade certificadora credenciada pela ICP-Brasil; 2. Tipo e-CNPJ A3; 3. Validade de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da emissão; 4. Ser compatível para utilização em assinatura de documentos eletrônicos, e-mails, acesso a aplicações, logon de rede, entre outras destinações; 5. Certificado aderente padrão do Comitê Gestor da ICP Brasil; 6. O item engloba o respectivo serviço de autoridade de registro.	10	Unidade
3	**EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL SSL WILDCARD PARA SISTEMAS WEB** 1. Certificado digital para servidor web, do tipo SSL; 2. Proteger qualquer subdomínio, mesmo os adicionados posteriormente, com um único certificado SSL; 3. Prazo de validade de 12 (doze) meses; 4. Certificação em plena compatibilidade com os principais navegadores de internet e dispositivos móveis, sem a necessidade de instalação de certificado AC raiz; 5. Permitir a utilização de criptografia simétrica com chaves de no mínimo 256 bits; 6. Utilizar chaves para criptografia assimétrica RSA, de no mínimo 2048 bits; 7. Emissão do certificado em até 72 (setenta e duas) horas; 8. Reemissão ilimitadas dentro do período de validade; 9. Instalação em número ilimitado de servidores; 10. A **CONTRATANTE** poderá solicitar à **CONTRATADA**, num período de sete dias após a emissão inicial de um certificado, a sua re-emissão ou a substituição quantas vezes forem necessárias; 11. Suporte em português via atendimento online, telefone e e-mail ou website para solicitação, instalação e utilizaão do certificado SSL, bem como prestação de esclarecimentos e dúvidas técnicas e cadastrais.	10	Unidade
4	**EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL PARA PESSOA JURÍDICA TIPO A1 (e-CNPJ), NO PADRÃO ICP-BRASIL.** 1. Emitido por autoridade certificadora credenciada pela ICP-Brasil; 2. Certificado nível A1, tipo e-CNPJ; 3. Validade de 12 (doze) meses, contados a partir da emissão;	04	Unidade

Item	Descrição	Qtde.	Unidade de Medida
	4. Ser aderente às normas do Comitê Gestor da ICP-Brasil; 5. Ser compatível para armazenamento no computador.		
5	**VISITA EXTERNA PARA VALIDAÇÃO E EMISSÃO DE CERTIFICADOS DIGITAIS** 1. Compreende a realização de visita técnica nas dependências da **CONTRATANTE** com o objetivo de realizar a validação e emissão dos certificados digitais tipo A1, para sistemas/aplicações, e tipo A3, para pessoa física e pessoa jurídica; 2. As visitas para validação e emissão de certificado se darão na sede da **CONTRATANTE**, a qual ocorrerá em dias úteis, no horário das 8h às 17h, no seguinte endereço: **Av. Coronel Teixeira, n.º 7.995, Nova Esperança, CEP. 69037-473, Manaus, Amazonas**; 3. Poderão ser emitidos até oito certificados digitais por visita, no caso de emissões de certificados para pessoa física e para pessoa jurídica; 4. A visita para emissão de certificados para sistemas/aplicações em caso de necessidade, poderão ser realizados individualmente; 5. A **CONTRATANTE** fornecerá a infraestrutura de mobiliário e acesso á internet para a validação, sendo os demais equipamentos e serviços fornecidos pela **CONTRATADA**; 6. Na impossibilidade da emissão dos certificados pela **CONTRATADA**, no período programado para emissão dos certificados, o serviço de visita local não será considerado como prestado, devendo ser reagendado com a **CONTRATANTE**.	25	Unidade
6	**FORNECIMENTO DE MÍDIA CRIPTOGRÁFICA TIPO TOKEN USB** 1. Token criptográfico USB capaz de armazenar cert2048ificados, chaves e cadeias de certificados aderentes às normas do Comitê Gestor da ICP-Brasil; 2. Compatível para armazenamento de certificados digitais A3, em conformidade com a ICP-Brasil; 3. Fornecer solução de gerenciamento em português com funções básicas de gestão do PIN e PUK, compatível com Windows 10 ou superior e Mac Os; 4. Possuir capacidade de no mínimo 64Kb de memória; 5. Deverá possuir chassi em plástico rígido e resistente a água; 6. Possuir driver compatível e disponível para o sistema operacional Microsoft Windows 10 ou superior e Mac OS; 7. Deverá ter conectividade compatível com USB tipo A 2.0 (ou superior compatível com 2.0); 8. Permitir conexão direta na porta USB, sem necessidade de interface intermediária para leitura; 9. Suporte à tecnologia de chaves pública/privada (PKI), com geração on-board do par de chaves RSA de, no mínimo, 2048 bits; 10. Permitir a criação de senha de acesso ao dispositivo de no mínimo seis caracteres, ou de acordo com os critérios do **CONTRATANTE**; 11. Permitir criação de senhas com caracteres alfanuméricos; 12. Permitir a geração de chaves, protegidas por PINs (Personal Identification Number); 13. Permitir a inicialização e reinicialização do *token* mediante a utilização de PUK (Pin Unlock Key); 14. Suporte aos principais navegadores de mercado, entre os quais: Internet Explorer, Mozilla Firefox e Google Chrome; 15. O software de gerenciamento do dispositivo deverá ser disponibilizado pela **CONTRATADA** e estar no idioma Português do Brasil, devendo ser compatível com o cliente do **SafeNet Authenticator Client**, permitindo: 15.1 - Gerenciamento do dispositivo; 15.2 - Exportação de certificados armazenados no dispositivo; 15.3 - Importação de certificados em formato PKCS#7 para área de armazenamento do dispositivo, de acordo com a RFC 2315; 15.4 - Importação de certificados em formato PKCS#12 para área de armazenamento do dispositivo; 15.5 - Visualização de certificados armazenados no dispositivo; 15.6 - Remoção de chaves e outros dados contidos no dispositivo após autenticação do titular; 15.7 - Reutilização de dispositivos bloqueados, por meio de remoção total dos dados armazenados e geração de nova senha de acesso; 16. Garantia mínima de 1 (um) ano, contado a partir do aceite definitivo dos *tokens*; 17. Caso o *token* necessite ser substituído ou apresente erro que comprometa o funcionamento do certificado ali armazenado, um novo *token* deverá ser fornecido, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data da notificação feita pelo CONTRATANTE. 18. **Modelo de referência**: Token Criptográfico Safenet eToken 5110.	500	Unidade

Documento assinado eletronicamente por **Waleska Gracieme Andrade Marques de Oliveira**, **Agente Técnico - Analista de Banco de Dados**, em 16/09/2024, às 16:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Carlos Alexandre dos Santos Nogueira**, **Chefe do Setor de Infraestrutura e Telecomunicação - SIET**, em 17/09/2024, às 11:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1417558** e o código CRC **12D4B782**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

ANEXO II

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO N.° XXXX/2025-CPL/MP/PGJ-SRP
PROCEDIMENTO INTERNO N.º 2024.019531

Pelo presente instrumento, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, órgão gerenciador deste Registro de Preços, situado na Avenida Coronel Teixeira, n.º 7995, Bairro Nova Esperança, CEP: 69037-473, representado neste ato por sua Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, **XXXXXXXX**, inscrita no CPF sob nº XXXXXXX, portadora do RG nº xxxx, residente e domiciliado nesta Capital, e as Empresas: **xxxxxxxxxxxxxxxxxx**, inscrita no CNPJ N.º xxxxxxxxxxxx; **xxxxxxxxxxxxxxxxx**, inscrita no CNPJ N.º xxxxxxxxxxxxxx; **xxxxxxxxxxxxxxxxxx**, inscrita no CNPJ N.º xxxxxxxxxx; e **xxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ N.º xxxxxxxxxx**, DORAVANTE denominadas **Fornecedoras**, firmam a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** e as empresas vencedoras do certame licitatório referente ao **Pregão Eletrônico n.º 94.0XX/2024-CPL/MP/PGJ**, na modalidade de Sistema de Registro de Preços, cujo objeto é a possível e *eventual aquisição de* ***serviço de emissão e renovação de certificados digitais padrão ICP-Brasil e fornecimento de token criptográficos USB****, objetivando atender às necessidades de utilização da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, pelo período de 12 (doze) meses*.

I. Eis os itens registrados em favor dos Fornecedores:

XXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ N.º xxxxxxxxxxxxx

ITEM 1 - xxxxxxxxxx

Quantidade registrada: xxxxxxxxxx;

Marca/Modelo: xxxxxxxxxxxxx;

Valor Unitário do Item: R$ xxxxxxxxxxxxxxxx.

XXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ N.º xxxxxxxxxxxxx

ITEM 2 - xxxxxxxxxx

Quantidade registrada: xxxxxxxxxx;

Marca/Modelo: xxxxxxxxxxxx;

Valor Unitário do Item: R$ xxxxxxxxxxxxxxx.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DA ATA

A presente **Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação no PNCP e no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Amazonas - DOMPE.

Subcláusula Primeira. O prazo de vigência da ata de registro de preços poderá ser prorrogado, por igual período de 12 (doze) meses, desde que comprovado o preço vantajoso.
Subcláusula Segurnda. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preço poderá ser usada por todos os órgãos da Administração Pública, desde que autorizados pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**.

Subcláusula primeira. O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado nesta Ata.

Subcláusula segunda. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente a mesma.

Subcláusula terceira. Em cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada pelas empresas detentoras da presente Ata, as quais também a integram.

CLÁUSULA QUARTA – DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

A ordem de classificação dos licitantes observará suas propostas finais ofertadas durante o certame, conforme exposto na Ata da Sessão, para fins de formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata

CLÁUSULA QUINTA – DO FORNECIMENTO E EXECUÇÃO

A FORNECEDORA deverá efetuar a entrega do objeto contratado dentro do prazo e de acordo com as especificações constantes do Edital da licitação e deste Instrumento, observando estreitamente as prescrições e as recomendações do fabricante, a legislação estadual ou municipal, se houver, bem como outras normas correlatas, ainda que não estejam explicitamente aqui citadas.

Subcláusula Primeira. Deverá, ainda, no ato da entrega do objeto, a FORNECEDORA fornecer **TERMO DE GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA** ou documento substitutivo, informando o período do licenciamento e do serviço de suporte técnico, de acordo com as exigências constantes no Termo de Referência nº 4.2025.DTIC.1540068.2024.019531**.**

Subcláusula Segunda. Entregar os produtos embalados, de forma que não sejam danificados durante a operação de transporte, carga e descarga, assinalando na embalagem a marca e características que possibilitem a conferência.

Subcláusula Terceira. Responsabilizar-se pelo transporte dos produtos, desde o local da embalagem até a sua entrega no horário e endereço indicados pela CONTRATANTE.

Subcláusula Quarta. Apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, e de impedimento de execução por fato ou ato de terceiro reconhecido pela CONTRATANTE em documento contemporâneo a sua ocorrência, quando não puder cumprir os prazos estipulados para a execução, total ou parcial, do objeto.

Subcláusula Quinta. Aceitar todas as decisões, métodos de inspeção, verificação e controle, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos e explicações que o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS julgar necessário;

Subcláusula Sexta. Manter, durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Subcláusula Sétima. A empresa vencedora, quando da solicitação do material, deverá retirar a nota de empenho no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da comunicação efetivada, **sob pena de decair o direito à contratação.**

I - Como condição inafastável para que seja emitida Nota de Empenho à Fornecedora, esta deverá, também, estar cadastrada junto ao **SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE – CADASTRAMENTO DE CREDORES – da SECRETARIA DA FAZENDO DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ.**

II - Como condição para emissão da nota de empenho a licitante vencedora deverá manter as mesmas condições de habilitação, cuja confirmação será feita através de consulta ao SICAF ou através da internet nos respectivos sites dos órgãos emissores das certidões de regularidade fiscal.

III - O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

IV - Se a licitante vencedora não apresentar situação de regularidade documental, no ato da emissão da nota de empenho, ou recusar-se injustificadamente a receber a nota de empenho no prazo estabelecido, os demais licitantes serão convocados para celebrar o contrato, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

CLÁUSULA SEXTA – DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO

As solicitações do material serão efetuadas pelo **SETOR DE INFRAESTRUTURA E TELECOMUNICAÇÕES - SIET da Procuradoria-Geral de Justiça**, na medida das necessidades da PGJ, mediante Nota de Autorização de Fornecimento, que serão disponibilizadas e enviadas à FORNECEDORA, devendo ser assinada eletronicamente via Sistema SEI por funcionário/representante da FORNECEDORA. As autorizações de fornecimento para a prestação dos serviços objeto do contrato serão expedidas conforme necessidade da CONTRATANTE.

Subcláusula Primeira. O prazo para a entrega para todos os itens não poderá ultrapassar **30 (trinta) dias corridos**, contados do primeiro dia útil subsequente ao do recebimento, pela empresa FORNECEDORA, da Nota de Empenho e da Ordem de Serviço.

Subcláusula Segunda. O objeto será recebido da seguinte forma:

a) PROVISORIAMENTE: Quando da efetiva entrega dos Certificados e/ou Tokens, devidamente acompanhado da nota fiscal, constituindo-se na inspeção quantitativa, para posterior verificação da conformidade com as especificações.

b) DEFINITIVAMENTE: No prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento provisório, após a verificação da conformidade dos referidos produtos com as condições, especificações e obrigações contratuais, cabendo à **CONTRATADA** o dever de substituir os itens que não estejam de acordo com as especificações, observando-se o disposto no pertinente diploma legal.

b.1.) Para avaliação da qualidade, após o recebimento provisório, o Fiscal Técnico da **CONTRATANTE** submeterá os produtos recebidos a testes de aceitação, de todos os componentes disponíveis na solução, através de procedimentos próprios, findo o qual será elaborado relatório técnico com a análise dos resultados.

Subcláusula Terceira. Os testes de aceitação serão desenvolvidos de acordo com os eventos e atividades descritos a seguir:

a) Conferência de entrega: oportunidade em que se procederá a identificação e conferência da solução entregue.

b) Testes de instalação: configuração das funcionalidades do objeto contratado.

c) Testes de ativação: operacionalização da solução, com a verificação de suas características, de suas funcionalidades e de sua compatibilidade.

Subcláusula Quarta. Com o processo de recebimento, realizar-se-á a verificação detalhada do cumprimento de todas obrigações da contratada, bem como a conformidade do objeto com as condições e especificações constantes no instrumento compromissório.

Subcláusula Quinta. Cumpridos os requisitos editalícios do objeto e contratuais e, por conseguinte, seja constatada a viabilidade do recebimento, a equipe de **FISCALIZAÇÃO** e **GESTÃO** expedirá **Termo de Recebimento Definitivo** que será assinada pela equipe e pelos representantes da **CONTRATADA**.

a) Nenhum pagamento será efetivado sem que a área solicitante, emita o **Termo de Recebimento Definitivo** e ateste que o objeto contratado está integralmente sendo entregue/disponibilizado pela **CONTRATADA**.

Subcláusula Sexta. Na eventualidade de serem encontradas restrições para recebimento do objeto, a **FISCALIZAÇÃO** fará constar, em seu relatório técnico, as pendências encontradas, comunicando-as à **CONTRATADA**.

a) A **CONTRATADA** deverá sanar as pendências no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, observando-se o disposto na Lei n.º 14.133/21.

b) A **CONTRATADA** deverá efetuar as devidas correções, sem qualquer ônus para a **CONTRATANTE**.

Subcláusula Sétima. No caso de substituição, o novo produto que vier a ser oferecido deverá conter, necessariamente, todas as funcionalidades e prover todos os serviços daquele que substituiu.

Subcláusula Oitava. Quando do recebimento dos materiais fornecidos, a FORNECEDORA deverá assinar um entregar um CONTRATO ADMINISTRATIVO ou documento substitutivo, de acordo com as exigências constantes no Edital.

Subcláusula Nona. O recebimento dos produtos será realizado por técnicos da CONTRATANTE, na forma prevista no art. 140 da Lei n.º 14.133/21.

Subcláusula Dez. O Recebimento Provisório não constitui aceitação do objeto.

Subcláusula Onze. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

Subcláusula Doze. Se, a qualquer tempo, vier a ser constatado que o produto fornecido o foi em desacordo com as especificações e, em decorrência desse fato, observar-se qualquer tipo de dano ao equipamento onde está sendo utilizado, o reparo do equipamento ou, se for o caso, a sua substituição, será de inteira responsabilidade da **CONTRATADA**, nos termos da lei pertinente.

Subcláusula Treze. A FORNECEDORA deverá corrigir, sem ônus adicionais, qualquer erro ou defeito no produto entregue e aceito pela CONTRATANTE que não estiver de acordo com os requisitos acordados, nos termos do art. 119 da Lei n.º 14.133/21, durante o período de vigência da garantia.

Subcláusula Catorze. A FORNECEDORA será responsável pelo transporte dos produtos, desde o local de sua fabricação/embalagem, conforme o caso, até o local de entrega, o qual será indicado **na Autorização de Fornecimento de Material, pelo SETOR DE PATRIMÔNIO E MATERIAL – SPAT**, mesmo em caso de susbtituição.

Subcláusula Quinze. A entrega dos equipamentos deverá ser previamente agendada com o SETOR DE INFRAESTRUTURA E TELECOMUNICAÇÕES - SIET pelos telefones nº (92) 3655-06710, em dias úteis, no horário de 08h às 14h.

Subcláusula Dezesseis. Todos os materiais/produtos deverão, no que couber, ser entregues lacrados, de forma a proteger o material da ação da luz, poeira e umidade. As embalagens que apresentarem violação de qualquer espécie deverão ser substituídas pela fornecedora, caso necessário, ainda na fase de inspeção.

Subcláusula Dezessete. A FORNECEDORA deverá atentar para que os produtos sejam reconhecidamente de primeira qualidade e de primeiro uso, novos, sem qualquer vício ou avaria, com garantia do fabricante, devendo, se for o caso, constar em suas embalagens suas respectivas especificações, sob pena de ser recusado.

Subcláusula Dezoito. A FORNECEDORA fica obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

Subcláusula Dezenove. A FORNECEDORA deverá, obrigatoriamente, entregar a totalidade do produto solicitado, não sendo admitido o parcelamento, sob pena das sanções legais cabíveis, acompanhados dos manuais correspondentes e termos de garantia.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

O pagamento devido à CONTRATADA/FORNECEDORA será creditado em conta-corrente por meio de ordem bancária, efetuado mediante apresentação do documento fiscal apresentado e visada pelos órgãos de fiscalização e acompanhamento do fornecimento do material, no prazo e condições previstas no Edital e ainda no ATO Nº 008/2024/PGJ.

I – A respectiva nota fiscal/fatura dos mateiais/produtos, emitidas em conformidade com o Protocolo ICMS 42/2009 (NF-e), deverá estar devidamente discriminada, em nome da **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, CNPJ n.º 04.153.748/0001-85**, e acompanhada

das respectivas Certidões Negativas de Débito para com a Seguridade Social, para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, e ainda, Certidão Negativa de Débito Trabalhista, Certidão de regularidade junto a Fazenda Federal, Estadual e Municipal;

II – Nenhum pagamento será efetuado à FORNECEDORA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

Subcláusula Primeira. Qualquer atraso ocorrido na apresentação da nota fiscal/fatura, ou dos documentos exigidos como condição de pagamento por parte da FORNECEDORA , importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do CONTRATANTE.

Subcláusula Segunda. Nenhum pagamento isentará o fornecedor das responsabilidades atinentes ao produto, nem tampouco implicará a aprovação definitiva da entrega, total ou parcialmente.

Subcláusula Terceira. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a FORNECEDORA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela CONTRATANTE, entre a data de vencimento e a do dia do efetivo pagamento da Fatura/Nota Fiscal, a serem incluídos na fatura do mês seguinte ao da ocorrência, serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{i}{365} = I = \frac{6/100}{365} = I = 0{,}00016438$$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%".

Subcláusula Quarta. Nenhum pagamento será efetivado sem que a área solicitante, emita o Termo de Recebimento Definitivo e ateste que o objeto contratado está integralmente sendo entregue/disponibilizado pela FORNECEDORA .

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

Se a FORNECEDORA, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir preceitos legais, serão aplicadas as **sanções previstas no TERMO DE REFERÊNCIA N.º 4.2025.DTIC.1540068.2024.019531 e no Edital da Licitação**, segundo a gravidade da falta, observando-se os limites estabelecidos no **item 22.4 do instrumento convocatório.**

Subcláusula Primeira. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pelos motivos legais.

Subcláusula Segunda. Caso a multa aplicada seja superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a FORNECEDORA pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

Subcláusula Terceira. O Ministério Público do Estado do Amazonas poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil, quando o valor da multa não for suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do Contratada.

Subcláusula Quarta. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

Subcláusula Quinta. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

Subcláusula Sexta. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Estadual resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

CLÁUSULA NONA – DO REEQUILÍBRIO CONTRATUAL

Subcláusula Primeira. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as necessárias negociações junto aos fornecedores ou, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados.

Subcláusula Segunda. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:

a) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado; frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;

b) convocar os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação.

Subcláusula Terceira. Quando o preço de mercado torna-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmado a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

b) convocar os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação.

Subcláusula Quarta. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA DEZ – DO REAJUSTE DE PREÇOS

Nos termos do art. 83, caput, do Ato n.º 008/2024/PGJ, os preços inicialmente contratados poderão ser reajustados, por requerimento da **CONTRATADA**, desde que observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, de acordo com a variação do Índice de Custo da Tecnologia da Informação (ICTI), computado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), ou outro que venha substituí-lo, na forma e periodicidade regulamentadas.

Parágrafo primeiro. Caberá à **CONTRATADA** efetuar os cálculos relativos ao reajustamento e demais documentos comprobatórios, submetendo-os à apreciação da **FISCALIZAÇÃO**.

Parágrafo segundo. O interregno mínimo de 1 (um) ano para o primeiro reajustamento será contado a partir da data do orçamento estimado pela **CONTRATANTE** a que a proposta se referir.

Parágrafo terceiro. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno de 1 (um) ano será contado a partir da data de início dos efeitos financeiros do último reajustamento ocorrido.

Parágrafo quarto. O prazo para a **FISCALIZAÇÃO** responder ao pedido de reajustamento será de 1 (um) mês, contado do recebimento do pedido.

Parágrafo quinto. Caso a **CONTRATADA** não requeira tempestivamente o reajustamento e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.

Parágrafo sexto. A **CONTRATANTE** poderá restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do ajuste em seu favor, visando à adequação dos preços contratuais, quando se verificar que houve redução dos preços dos serviços no mercado, observando-se o disposto no art. 124 da Lei n.º 14.133/2021.

Parágrafo sétimo. A **FISCALIZAÇÃO** poderá solicitar à **CONTRATADA**, durante a vigência deste contrato, a revisão dos preços e dos percentuais de desconto contratados quando o contrato mostrar-se desvantajoso para a Administração.

CLÁUSULA ONZE – DA FISCALIZAÇÃO

O Ordenador de Despesas delega competência ao servidor responsável pelo **SETOR DE INFRAESTRUTURA E TELECOMUNICAÇÕES – SIET** da PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, para solicitar a aquisição do objeto ora registrado e fiscalizar a execução desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DOZE – DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES

Subcláusula Primeira. Compete ao órgão gerenciador:

a) Acompanhar e fiscalizar, como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse, na forma prevista na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que dispõe sobre a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o exato cumprimento das obrigações previstas neste Termo.

b) Designar servidor qualificado para acompanhar a(s) entrega(s) do objeto e o cumprimento dos termos contratuais, editalícios e seus anexos;

c) Registrar e notificar o fornecedor, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições, defeitos, vícios, vencimento do produto, fixando prazo para a sua substituição;

d) Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as especificações deste Termo;

e) Efetuar regularmente o pagamento à Contratada, dentro dos critérios estabelecidos neste Termo, após o cumprimento das formalidades legais, por meio de Ordem Bancária, após o "atesto" das notas fiscais, bem como da apresentação pela Contratada dos demais documentos exigidos para tal fim (requerimento de pagamento, recibo de pagamento, certidões: Federal, Estadual, Municipal, Trabalhista e FGTS).

Subcláusula Segunda. Compete às Entidades Participantes destinatários:

a) Requisitar o fornecimento de materiais cujos preços encontram-se registrados nesta Ata.

b) Emitir Nota de Empenho a crédito do fornecedor no valor total correspondente a quantidade de material solicitado.

c) Elaborar termo contratual, quando necessário nas situações previstas em Lei.

d) Efetuar o pagamento referente a aquisição do material nos termos previstos no edital da Licitação de Registro de Preços.

Subcláusula Terceira. Compete à FORNECEDORA, além daquelas previstas no **ITEM 9** do **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 4.2025.DTIC.1540068.2024.019531** (Anexo I do Edital):

a) Fornecer durante 12 (doze) meses, a contar da publicação do extrato desta Ata no PNCP e na Imprensa Oficial, os itens relacionados na presente Ata, na forma e condições fixadas no Edital e na proposta, mediante autorização e Nota de Empenho, devidamente assinada pelo responsável, em conformidade com o Edital e demais informações constantes da Licitação de Registro de Preços.

b) Retirar a Nota de Empenho no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação para recebimento, nos termos do Edital, parte integrante desta Ata de Registro de Preços.

c) Entregar os materiais no local previsto no instrumento convocatório, de acordo com os termos do Edital.

d) Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelos órgãos e entidades referentes à forma de fornecimento dos materiais e ao cumprimento das demais obrigações assumidas nesta Ata.

e) Em havendo necessidade, assente no que preceitua o art. 124, I, c/c Art. 125 da Lei Federal nº 14.133, de 1 de abril de 2.021, aceitar os acréscimos ou supressões nos quantitativos que se fizerem indispensáveis, sempre nas mesmas condições registradas.

f) Ressarcir os prejuízos causados ao Estado do Amazonas ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometidas na execução das obrigações assumidas na presente Ata;

g) Cumprir as obrigações descritas no Edital e seus Anexos.

CLÁUSULA TREZE – DO CANCELAMENTO DA ATA E REGISTRO DE PREÇOS

Esta Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

I - Pela Administração, quando:

a) a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

b) a detentora não assinar o contrato no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

c) a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente do registro de preços;

e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

f) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

II - <u>Pelas detentoras, quando,</u> mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços.

Subcláusula Primeira: a solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser dirigida ao FISCAL da Ata de Registro de Preços ou à COMISSÃO PEMANENTE DE LICITAÇÃO por meio do endereço eletrônico protocolo@mpam.mp.br.

Subcláusula Segunda: a comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste documento e, a oportunização do contraditório e ampla defesa, serão feitos por correio eletrônico (preferencialmente) nos endereços de e-mails constantes da Proposta de Preços e SICAF ou por correspondência com aviso de recebimento ou, ainda, por meio de entrega pelo Setor de Transportes (no caso de empresa sediada no mesmo município da Contratante), juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.

Subcláusula Terceira: no caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na IMPRENSA OFICIAL, considerando-se cancelado o preço registrado após a publicação.

<u>CLÁUSULA CATORZE - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DAS ORDENS DE FORNECIMENTO</u>

As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pelo(a) Ordenador(a) de Despesas do **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS.**

Subcláusula Primeira. A emissão das autorizações de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão igualmente autorizados pelo órgão requisitante.

Subcláusula Segunda. Durante o prazo de validade do Registro de Preços, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** poderá ou não contratar o objeto deste pregão;

<u>CLÁUSULA QUINZE – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO</u>

Subcláusula Primeira: Integram esta Ata, o Edital do **Pregão Eletrônico n.º 94.001/2025-CPL/MP/PGJ-SRP** e as propostas do(s) Fornecedor(es).

Subcláusula Segunda: Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços deverão ser compatíveis com a conjuntura do mercado.

Subcláusula Terceira: Os pedidos de alteração de marcas e/ou modelo do objeto registrado deverão ser protocolados em até **5 (cinco) dias do recebimento da Nota de Empenho**, com a devida documentação comprobatória dos fatos alegados, sob pena de não apreciação dos pedidos por inépcia.

Subcláusula Quarta: Fica eleito o Foro da Cidade de Manaus/AM para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Subcláusula Quinta: Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as disposições constantes do Ato n.º 008/2024/PGJ e da Lei 14.133/2021, e das demais normas legais aplicáveis.

Manaus (AM), XX de XXXXXX de 2025.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXx
SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS
Ordenadora de Despesas

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CNPJ Nº XXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CPF n.º XXXXXXXXXXX

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS

Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

ANEXO III

MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 1.2025.DCCON - CONTRATOS.1522384.2024.019531

* MINUTA DE DOCUMENTO

Termo de Contrato Administrativo que entre si celebram o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS (MPAM)** e a empresa _____, visando à aquisição de serviço de emissão e renovação de certificados digitais padrão ICP-Brasil, bem como o fornecimento de token criptográficos USB.

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, por intermédio de sua **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, órgão de sua Administração Superior, com sede na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, na Avenida Coronel Teixeira, 7.995, Nova Esperança, 69.037-473, inscrito no CNPJ (MF) sob o n.º 04.153.748/0001-85, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada por seu Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Exmo. Sr. **André Virgílio Belota Seffair**, residente e domiciliado em Manaus/AM, portador do RG nº ******09 SESEP/AM e inscrito no CPF sob o nº ***.***.772-**, e a empresa _____, doravante denominada **CONTRATADA**, com endereço em _____, neste ato representada pelo (a) _____, portador (a) do RG n.º _____ e inscrito (a) no CPF (MF) sob o n.º _____, tendo em vista o que consta no Processo n.º **2024.019531**, doravante referido por **PROCESSO** e, em consequência do **Pregão Eletrônico nº** _____, resolvem firmar o presente **TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA**, nos termos da Lei n.º 14.133/2021 e mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

O objeto deste ajuste é a formação de Ata de Registro de Preços para futura e eventual aquisição de **serviço emissão e renovação de certificados digitais (padrão ICP-Brasil) e fornecimento de token criptográficos USB**, visando atender às necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, por 12 (doze) meses.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO DETALHAMENTO DO OBJETO:

O objeto deste contrato consiste na celebração de Ata de Registro de Preços para contratação de empresa, que será selecionada sob o **critério de menor preço do lote**, aspirando ao fornecimento e emissão de certificados digitais, incluindo visitas externas para sua emissão, bem como o fornecimento de dispositivos criptográficos (*tokens)* USB para armazenamento, conforme especificações descritas **no Anexo Único** deste instrumento.

Parágrafo primeiro. Todos os itens deste contrato poderão serão solicitados conforme demanda por meio de ordens de fornecimento.

Parágrafo segundo. Os certificados digitais (e-CPF e e-CNPJ) deverão ser no padrão ICP-Brasil.

Parágrafo terceiro. A **CONTRATADA** deverá possuir, no mínimo, um posto de atendimento para emissão de certificados digitais presenciais na cidade de Manaus-AM, durante toda a vigência da ata de registro de preços.

Parágrafo quarto. A **CONTRATADA** deverá oferecer atendimento nas formas virtual e presencial, à escolha da **CONTRATANTE**, para emissão e gravação dos certificados digitais tipo eCPF A3, estando obrigada a cumprir, no ato do atendimento, todas as etapas até que o certificado esteja instalado no token.

1. A **CONTRATADA** deverá assegurar, até o final do atendimento, que o titular do certificado tenha gravado no token sua própria senha, pessoal e intransferível.

Parágrafo quinto. A **CONTRATADA** deverá disponibilizar à **CONTRATANTE** uma platorma de sistema para agendamento e gerenciamento de emissões dos certificados contratados, possuindo as seguintes características:

1. Que seja acessível pela internet, por meio de login e senha, aos gestores do contrato da **CONTRATANTE**;
2. Que permita que a **CONTRATANTE** possa agendar o atendimento para emissão e gravação de certificado em dia e hora disponíveis, atrelado a um número de voucher gerado pelo sistema.
3. Que o cadastro do beneficiário do certificado tenha no mínimo: nome completo e CPF;
4. Que exiba a data de alocação de autorização/código e a data/hora de emissão do certificado digital;
5. Que tais informações sejam atualizadas no máximo a cada 30 (trinta) dias;
6. Que exiba relatório contendo data de alocação de autorização/código e a data/hora de emissão do certificado digital.

Parágrafo sexto. A **CONTRATADA** deverá disponibilizar o sistema em até 15 (quinze) dias corridos a partir da emissão da Ordem de Fornecimento, junto com as seguintes informações: link de acesso, login e senha, manual de utilização.

Parágrafo sétimo. A emissão fica autorizada apenas mediante cadastro prévio no sistema de vouchers.

Parágrafo oitavo. O token deverá ser gerenciável pelo software **SafeNet Authenticator Client,** devido ao fato de ser essa a única ferramenta compatível com os tokens já utilizados pelo **MPAM** e que, por tal motivo, já é pré-instalada em todos os computadores institucionais, com a qual se podem realizar as operações de desbloqueio, alteração de senha, etc, e evitar conflitos com outros gerenciadoes e drivers existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DA CONTRATAÇÃO:

O presente contrato foi firmado mediante **pregão eletrônico**, fundamentando-se nas seguintes normas: o art. 6º, incisos XLI e XLV, combinado com os arts. 28, I, e 82 a 86, todos da Lei n.º 14.133/2021; a Lei n.º 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor; a Lei n.º 10.406/2002 - Código Civil; a Lei n.º 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD); a Medida Provisória n.º 2200-2/2001 e o Ato n.º 008/2024/PGJ, o qual define os procedimentos administrativos para contratação de bens e serviços no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas, e as demais legislações correlatas, conforme o **Pregão Eletrônico nº** _____.

CLÁUSULA QUARTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO:

Nos termos do art. 6º, XXIX, da Lei nº 14.133/2021, o regime de execução deste contrato é o da **empreitada por preço global**, modalidade em que a contratação do serviço se dá por preço certo e total.

CLÁUSULA QUINTA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES:

Para melhor caracterizar o presente contrato, integram também este instrumento, como se nele estivessem transcritos, obedecidos os termos da legislação sobre contratos públicos, os seguintes documentos:

1. O Estudo Técnico Preliminar **(**ETP) nº 10.2024.DTIC.1412472.2024.019531 e o Termo de Referência (TR) nº 12.2024.DTIC.1415338.2024.019531, constantes do **PROCESSO;**
2. O Edital de Licitação nº _____;
3. O Pregão Eletrônico nº _____;
4. A Proposta Comercial nº _____, encaminhada pela **CONTRATADA**, no dia _____, contendo os valores unitário e total; e
5. O Anexo Único deste contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO:

Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, será (ão) designado (s) representante (s) da **CONTRATANTE,** doravante denominado(s) **FISCALIZAÇÃO**, subdividida em **GESTÃO** e **FISCALIZAÇÃO TÉCNICA**, para acompanhar e fiscalizar a realização dos serviços, anotando em registro todas as ocorrências relacionadas à execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

Parágrafo primeiro. A **GESTÃO** deste contrato recairá sobre o Diretor da área de Tecnologia da Informação (TI), ou por servidor por ele designado.

Parágrafo segundo. A **FISCALIZAÇÃO TÉCNICA** deste contrato recairá sobre servidor público efetivo da **CONTRATANTE** que atue na área de TI.

Parágrafo terceiro. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

Parágrafo quarto. A **FISCALIZAÇÃO** anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

Parágrafo quinto. A **FISCALIZAÇÃO** cumprirá os demais atos e exigências que se fizerem necessários ao fiel cumprimento do contrato e, em especial:

1. Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, realizando diretamente toda e qualquer comunicação com a **CONTRATADA**;
2. Atestar o documento fiscal emitido corretamente pela **CONTRATADA**, para a efetivação do pagamento correspondente;
3. Solicitar e referendar, quando for o caso, os seguintes documentos da **CONTRATADA**, para instrução do processo de liquidação e pagamento: requerimento de pagamento, Nota Fiscal e documentação de regularidade fiscal e trabalhista;
4. Indicar as ocorrências verificadas, determinando o que for necessário à regularização das faltas observadas, nos termos deste instrumento e seus anexos;
5. Informar, com a antecedência necessária, à Administração Superior, o término do contrato, para fins de providências necessárias;
6. Encaminhar à Administração Superior toda e qualquer modificação que se faça necessária e envolva acréscimo ou supressão de despesa e dilatação de prazos, para fins das providências administrativas indispensáveis;
7. Comunicar à Administração, de forma imediata, a ocorrência de fatos passíveis de aplicação de penalidades administrativas;
8. Solicitar a documentação atualizada, necessária à comprovação da manutenção das condições de habilitação da **CONTRATADA**;
9. Prestar as informações e os esclarecimentos necessários ao desenvolvimento das tarefas;
10. Praticar todos os demais atos e exigências que se fizerem necessários ao fiel cumprimento do presente contrato.

Parágrafo sexto. A **FISCALIZAÇÃO** será exercida no interesse da **CONTRATANTE** e não exclui nem reduz as responsabilidades contratuais da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

Parágrafo sétimo. Quaisquer exigências da **FISCALIZAÇÃO**, inerentes ao fiel cumprimento do objeto desta carta, deverão ser prontamente atendidas pela **CONTRATADA**.

Parágrafo oitavo. As comunicações e notificações feitas pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, a serem realizadas sob o âmbito do presente termo, serão feitas por meio de ofícios, *e-mails* ou telefone.

Parágrafo nono. A **CONTRATADA** deverá manter **PREPOSTO**, aceito pela Administração da **CONTRATANTE**, durante o período de vigência do contrato pertinente, para representá-la sempre que for necessário.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRANTE:

São obrigações da **CONTRATANTE**:

1. Realizar a gestão do consumo dos itens ata de registro de preços por meio do **SETOR DE INFRAESTRUTURA E TELECOMUNICAÇÕES - SIET**.

2. Fornecer à **CONTRATADA** as informações necessárias à fiel execução do contrato.

3. Acompanhar e fiscalizar, como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse, o exato cumprimento das obrigações previstas neste Termo de Referência.

4. Exercer a **FISCALIZAÇÃO** e supervisão dos serviços/fornecimentos executados, por meio de servidores especialmente designados, como segue:

4.1 **GESTÃO** realizada pelo Diretor da área de TI, ou por servidor por este designado;

4.2 **FISCALIZAÇÃO TÉCNICA** realizada por servidores da área de TI.

5. Anotar em registro próprio e notificar a **CONTRATADA**, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições, defeitos de fabricação e avarias nos softwares fornecidos, exigindo as medidas reparadoras devidas.

6. Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue em desacordo com a disciplina estabelecida neste instrumento e no contrato futuro.

7. Efetuar regularmente o pagamento da **CONTRATADA**, dentro dos critérios estabelecidos neste contrato, após o cumprimento das formalidades legais, por meio de Ordem Bancária, após o atesto das notas fiscais/faturas.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Além das obrigações referentes à entrega das licenças e ao fornecimento da garantia técnica, constituem igualmente deveres da **CONTRATADA**:

1. Designar, em até cindo dias corridos, após assinatura do contrato, **PREPOSTO** para representar administrativamente a **CONTRATADA** ao longo da execução contratual.

1.1 Ao apresentar o **PREPOSTO**, a **CONTRATADA** deverá indicar canais de comunicação direta como representante, sem intermediação de canais de atendimento e afins.

1.2 Em caso de afastamento do **PREPOSTO** indicado, a **CONTRATADA** contará com o prazo de cinco dias corridos para indicação de novo representante.

2. Manter garantia contra *bugs* (falhas de programação), durante todo o ciclo de validade do produto.

3. Observar os prazos estabelecidos neste instrumento.

4. Efetuar a entrega do objeto contratado, dentro do prazo e de acordo com as especificações constantes deste contrato, observando estreitamente as prescrições e as recomendações do fabricante, a legislação estadual ou municipal, se houver, bem como outras normas correlatas, ainda que não estejam explicitamente citadas neste documento e seus anexos.

5. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, sem prévia e expressa anuência da **CONTRATANTE**.

5.1 A **CONTRATANTE** não aceitará, sob pretexto algum, a transferência de responsabilidade da **CONTRATADA** para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, subempreiteiros ou quaisquer outros.

6. Comunicar imediatamente à **CONTRATANTE**, por escrito, toda e qualquer anormalidade que dificulte ou impossibilite a execução do objeto contratual, e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

7. Aceitar todas as decisões, métodos de inspeção, verificação e controle, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos e explicações que a **CONTRATANTE** julgar necessário.

8. Substituir, reparar, corrigir, remover, refazer ou reconstituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste contrato que não atenda às especificações exigidas, em que se verifiquem imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções ou rejeitados pela fiscalização.

9. Apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, e de impedimento de execução por fato ou ato de terceiro reconhecido pela **CONTRATANTE** em documento contemporâneo a sua ocorrência, quando não puder cumprir os prazos estipulados para a execução, total ou parcial, do objeto deste instrumento.

10. Responsabilizar-se por todos os encargos e obrigações concernentes às legislações sociais, trabalhistas, tributárias, fiscais, comerciais, securitárias e previdenciárias, bem como por todas as despesas decorrentes da execução de eventuais trabalhos em horários extraordinários (diurno e noturno), e, em suma, todos os gastos e encargos com material e mão de obra necessários à completa realização dos serviços.

10.1 Nos modes do art. 121, *caput* e §1º, da Lei n.º 14.133/2021, a inadimplência da **CONTRATADA** com referência a tais encargos não transfere à **CONTRATANTE** a responsabilidade por seu pagamento.

11. Além dos encargos pertinentes, ser responsável pelo ônus de indenizar todo e qualquer prejuízo pessoal ou material causado à **PGJ-AM** ou a terceiros que possa advir, direta ou indiretamente, da execução do objeto deste Termo.

12. A inobservância das especificações constantes deste Termo de Referência implicará a não aceitação parcial ou total dos serviços, devendo a **CONTRATADA** refazer as partes recusadas sem direito a indenização.

13. No que diz respeito ao atendimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados – Lei n.º 13.709/2018 (LGPD), a **CONTRATADA** ficará obrigada a:

13.1 Cumprir as solicitações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);

13.2 Cumprir com o estabelecido pelo **CONTRATANTE** para o tratamento de dados e dentro das finalidades necessárias ao cumprimento do objeto contratado;

13.3 Guardar o mais absoluto sigilo sobre os dados pessoais que lhes forem confiados por força da execução do contrato, estendendo tal obrigação a eventuais empregados, assumindo a responsabilidade e as consequências advindas da sua divulgação não autorizada ou utilização indevida, inclusive cível e penal;

13.4 Não utilizar os dados obtidos, por meio desse ajuste, para finalidade diversa;

13.5 Notificar o **CONTRATANTE** em caso de vazamento de dados que conduza à destruição, perda, alteração ou divulgação não autorizada de dados, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contadas da descoberta da referida violação;

13.6 Fornecer informações úteis ao **CONTRATANTE** sobre a natureza e âmbito dos Dados Pessoais possivelmente afetados e as medidas corretivas tomadas ou planejadas;

13.7 Implementar medidas corretivas a fim de impedir violações e a fim de limitar o seu impacto sobre os titulares de dados, na medida do possível.

Parágrafo primeiro. Nos termos do art. 92, XVI, da Lei n.º 14.133/2021, a **CONTRATADA** manterá, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação no pregão.

Parágrafo segundo. Consoante o art. 92, XVII, da Lei n.º 14.133/2021, a **CONTRATADA** cumprirá as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

Parágrafo terceiro. É vedado à **CONTRATADA** subcontratar o objeto deste instrumento.

CLÁUSULA NONA – DO SUPORTE TÉCNICO:

A **CONTRATADA** deverá fornecer suporte técnico, durante todo o ciclo de validade do produto.

Parágrafo primeiro. O **SUPORTE TÉCNICO** poderá ser realizado por telefone, e-mail, chat ou mesmo abertura de chamados on-line, em horário comercial das 8h às 17h, em língua portuguesa do Brasil.

Parágrafo segundo. As mensagens enviadas aos sábados, domingos e feriados serão analisadas no primeiro dia útil subsequente.

Parágrafo terceiro. Deverá ser disponibilizado um serviço de *service desk* para abertura, controle e acompanhamento dos chamados.

Parágrafo quarto. Quando houver a abertura de **CHAMADO TÉCNICO**, a **FISCALIZAÇÃO** será informada do **NUMERO DO CHAMADO** (número sequencial único) que identificará toda a evolução do chamado até seu encerramento.

Parágrafo quinto. Não poderá existir qualquer tipo de limitação de horas para a prestação do suporte técnico, durante a vigência desta contratação.

Parágrafo sexto. A **CONTRATADA** deverá refazer e/ou corrigir, em até 48 (quarenta e oito) horas após registrada a ordem de serviço e sem ônus adicionais para a **CONTRATANTE**, erros sistêmicos e outros que eventualmente possam surgir após a instalação dos respectivos certificados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA TÉCNICA:

A **CONTRATADA** providenciará garantia técnica dos produtos adquiridos pela **CONTRATANTE**, conforme a seguinte disposição:

1. Itens 1 e 2 do Anexo Único – Certificados de pessoa física (e-CPF A3) e pessoa jurídica (e-CNPJ A3).

1.1 A **CONTRATADA** deverá prover garantia de correção e atualização motivadas por falhas técnicas e mudanças originadas de diretrizes oriundas da ICP-Brasil, pelo período mínimo de 36 (trinta e seis) meses para o certificado do tipo A3, contados a partir da data de emissão do certificado;

1.2 Caso a correção ou atualização exija novo certificado, a empresa contratada deverá efetuar a nova emissão, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de notificação, sem ônus adicional para o **CONTRATANTE**.

2. Item 3 do Anexo Único – Certificado digital SSL WILDCARD para sistemas web.

2.1 A **CONTRATADA** deverá prover garantia de correção e atualização motivadas por falhas técnicas, pelo período mínimo de 12 (doze) meses, para o certificado SSL WILDCARD, contados a partir da data de emissão dele.

2.2 Caso a correção ou atualização exija novo certificado, a empresa contratada deverá efetuar a nova emissão, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de notificação, sem ônus adicional para o **CONTRATANTE**.

3. Item 4 do Anexo Único – Certificados de pessoa jurídica (e-CNPJ A1).

3.1 A **CONTRATADA** deverá prover garantia de correção e atualização motivadas por falhas técnicas e mudanças originadas de diretrizes oriundas da ICP-Brasil, pelo período mínimo de 12 (doze) meses para o certificado do tipo A1, contados a partir da data de emissão do certificado;

3.2 Caso a correção ou atualização exija novo certificado, a empresa contratada deverá efetuar a nova emissão, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de notificação, sem ônus adicional para o **CONTRATANTE**.

4. Item 6 do Anexo Único – Mídia criptográfica do tipo Token

4.1 A **CONTRATADA** deverá prover garantia mínima de 12 (doze) meses, contado a partir da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

4.2 Os tokens fornecidos deverão ser novos e de "primeiro uso", não podendo ser recondicionados.

4.3 Não estão contemplados nessa garantia os casos de roubo, perda do dispositivo e mau uso do usuário.

4.4 Caso o token necessite ser substituído ou apresente erro que comprometa o funcionamento do certificado ali armazenado, um novo token e uma nova emissão de certificado deverá ser realizada, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da notificação feita pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS PRAZOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA:

A **CONTRATADA** deverá disponibilizar os certificados, visitas e *tokens*, nos termos descritos neste Termo, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos da data de recebimento da autorização de fornecimento pela **CONTRATADA**.

1. Os certificados e visitas serão consideradas entregues quando disponíveis para agendamento no sistema de gerenciamento de emissões;

2. A entrega dos dispositivos criptográficos tipo token USB deverá ser realizada em até 30 (trinta) dias após o recebimento pela **CONTRATADA** da Autorização de Fornecimento emitida pelo **CONTRATANTE**.

3. A execução dos serviços e a entrega do objeto contratado deverá ser realizada na sede da **CONTRATANTE**, a qual ocorrerá em dias úteis, no horário das 8h às 17h, no seguinte endereço:

Av. Coronel Teixeira, n.º 7.995, Nova Esperança, Ponta Negra

CEP. 69037-473, Manaus, Amazonas

4. O prazo de vigência do contrato dar-se-á a partir da data de sua assinatura, por um período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por termo aditivo, nos moldes do art. 106, *caput*, da Lei n.º 14.133/2021.

5. O serviço de emissão de certificados será considerado terminado quando o voucher gerado no sistema de gerenciamento de emissões estiver indicando que o mesmo foi emitido e instalado.

6. Caberá à **FISCALIZAÇÃO** comunicar à **CONTRATADA** os dados necessários para emissão dos certificados que são objeto desta contratação, bem como as datas de agenda para execução das visitas externas necessárias a emissão dos Certificados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

O pagamento devido à **CONTRATADA** será creditado em conta-corrente, por meio de ordem bancária, efetuado mediante apresentação de nota fiscal/fatura atestada e visada pelos órgãos de fiscalização e acompanhamento do fornecimento do material, no prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados a partir do atesto da Administração na fatura apresentada.

Parágrafo primeiro. A respectiva nota fiscal/fatura dos produtos, emitidas em conformidade com o Protocolo ICMS 42/2009 (NF-e), deverá estar devidamente discriminada, em nome da **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, CNPJ n.º 04.153.748/0001-85, e acompanhada das respectivas Certidões Negativas de Débito para com a Seguridade Social, para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, e ainda, Certidão Negativa de Débito Trabalhista, Certidão de regularidade junto a Fazenda Federal, Estadual e Municipal.

Parágrafo segundo. Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

Parágrafo terceiro. Qualquer atraso ocorrido na apresentação da nota fiscal/fatura, ou dos documentos exigidos como condição de pagamento por parte da **CONTRATADA**, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do **CONTRATANTE**.

Parágrafo quarta. Nenhum pagamento isentará o fornecedor das responsabilidades atinentes ao produto, tampouco implicará a aprovação definitiva da entrega, total ou parcialmente.

Parágrafo quinta. Somente serão considerados efetivamente executados os serviços entregues em sua totalidade até a data de emissão da respectiva fatura.

Parágrafo sexto. Nenhum pagamento será efetivado sem que a área solicitante emita o **Termo de Recebimento Definitivo** e ateste que o objeto contratado está integralmente sendo entregue/disponibilizado pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO VALOR:

O valor global e estimado deste contrato é de **R$ 276.691,17 (duzentos e setenta e seis mil seiscentos e noventa e um reais e dezessete centavos)**, consoante explicita o quadro abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTD	VALOR UNITÁRIO (R$)	VALOR TOTAL (R$)
1	EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL PARA PESSOA FÍSICA DO TIPO A3 (e-CPF).	Unidade	500	R$ 368,48	R$ 184.240,00
2	EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL PARA PESSOA JURÍDICA TIPO A3 (e-CNPJ).	Unidade	10	R$ 459,53	R$ 4.595,30
3	EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL SSL WILDCARD PARA SISTEMAS WEB.	Unidade	10	R$ 964,55	R$ 9.645,50
4	EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL PARA PESSOA JURÍDICA TIPO A1 (e-CNPJ).	Unidade	04	R$ 232,03	R$ 928,12
5	VISITA TÉCNICA PARA VALIDAÇÃO E EMISSÃO DE CERTIFICADOS DIGITAIS.	Unidade	25	R$ 76,69	R$ 1.917,25
6	FORNECIMENTO DE MÍDIA CRIPTOGRÁFICA TIPO TOKEN USB.	Unidade	500	R$ 150,73	R$ 75.365,00
TOTAL (R$)					**R$ 276.691,17**

Parágrafo único. No preço contratado já estão incluídos todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, despesas administrativas, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, frete, embalagens, lucro, e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas oriundas deste contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Unidade Orçamentária: 03101 – Procuradoria Geral de Justiça; **Programa de Trabalho**: 03.122.0001.2001.0001 **-** Administração da Unidade; **Fonte**: _____; **Natureza da Despesa:** _____, tendo sido emitida, pela **CONTRATANTE**, em _____, a Nota de Empenho n.º _____, no valor global de **R$** _____.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

Nos termos dos art. 155 da Lei n.º 14.133/2021, a **CONTRATADA** será responsabilizada administrativamente pelas seguintes condutas:

1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

3. Dar causa à inexecução total do contrato;

4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

Parágrafo primeiro. Pela inexecução total ou parcial do compromisso assumido, o Procurador-Geral de Justiça poderá aplicar ao fornecedor as seguintes sanções:

1. Advertência;

2. Multas percentuais, nos termos estabelecidos neste contrato;

3. Impedimento de licitar e contratar com o **ESTADO DO AMAZONAS** devido às infrações previstas nos itens 2, 3, 4, 5, 6 e 7 do *caput* desta cláusula, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, haendo possibilidade de reabilitação da **CONTRATADA** após o decurso de 1 (um) ano;

4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com toda a Administração Pública brasileira devido às condutas prescritas nos itens 8, 9, 10, 11 e 12 do *caput* desta cláusula, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a **CONTRATADA** ressarcir a **CONTRATANTE** pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de 3 (três) anos;

Parágrafo segundo. As sanções serão aplicadas pelo Procurador-Geral de Justiça, em processo regular que assegure ao acusado o direitos prévios da citação, do contraditório e da ampla defesa, com os recursos a eles inerentes.

Parágrafo terceiro. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastro Único de Fornecedores - SICAF.

Parágrafo quarto. Se a **CONTRATADA**, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir preceitos legais, serão aplicadas, segundo a gravidade da falta, as seguintes multas:

Item	Infração	Penalidade	Limite de Multas para Inexecução
1	Atraso na entrega do objeto	Multa de mora diária de 1% (um por cento) sobre o valor total da Nota de Empenho.	15%
2	Não cumprimento dos prazos estebelecidos no Edital	Multa de mora diária de 1% (um por cento) sobre o valor total da Nota de Empenho.	20%
3	Recusa em substituir o produto defeituoso ou na execução dos serviços, que vier a ser rejeitado	Multa de mora diária de 1% (um por cento) sobre o valor total da Nota de Empenho.	20%
4	Não providenciar o devido cadastramento junto ao Sistema de Administração Financeira e Contabilidade – Cadastramento de Credores da **SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO D AMAZONAS – SEFAZ-AM**, na forma prevista no Edital.	Multa de 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) sobre o valor total da proposta.	-
5	Inexecução parcial do objeto contratado	Multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor da Nota de Empenho, sem prejuízo das demais sanções previstas.	-
6	Inexecução total do objeto.	Multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total homologado em favor do contratado, sem prejuízo das demais sanções previstas.	-
7	Deixar de atender qualquer um dos prazos de execução da garantia e assistência técnica	Multa diária de 1% (dois por centro) sobre o valor total homologado em favor do contratado	30%

1. Quando as multas apuradas alcançarem os limites de multa de mora diária a serem aplicadas, a obrigação será considerada não executada, parcial ou totalmente, sendo possível a rescisão unilateral do contrato pela Administração e a sujeição da **CONTRATADA** às sanções correlatas.

2. As multas de que tratam os subitens da tabela acima serão entendidas como independentes e cumulativas.

3. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a **CONTRATADA** pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

4. As sanções de advertência, de impedimento de contratar com o **ESTADO DO AMAZONAS** e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública brasileira poderão ser aplicadas à **CONTRATADA** cumulativamente com **as de multa**, as quais, por sua vez, **poderão ser descontadas dos pagamentos a serem efetuados.**

5. A aplicação de quaisquer penalidades previstas neste instrumento será precedida de regular processo administrativo, em que serão garantidos o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS:

Nos termos do art. 83, caput, do Ato n.º 008/2024/PGJ, os preços inicialmente contratados poderão ser reajustados, por requerimento da **CONTRATADA**, desde que observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, de acordo com a variação do Índice de Custo da Tecnologia da Informação (ICTI), computado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), ou outro que venha substituí-lo, na forma e periodicidade regulamentadas.

Parágrafo primeiro. Caberá à **CONTRATADA** efetuar os cálculos relativos ao reajustamento e demais documentos comprobatórios, submetendo-os à apreciação da **FISCALIZAÇÃO**.

Parágrafo segundo. O interregno mínimo de 1 (um) ano para o primeiro reajustamento será contado a partir da data do orçamento estimado pela **CONTRATANTE** a que a proposta se referir.

Parágrafo terceiro. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno de 1 (um) ano será contado a partir da data de início dos efeitos financeiros do último reajustamento ocorrido.

Parágrafo quarto. O prazo para a **FISCALIZAÇÃO** responder ao pedido de reajustamento será de 1 (um) mês, contado do recebimento do pedido.

Parágrafo quinto. Caso a **CONTRATADA** não requeira tempestivamente o reajustamento e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.

Parágrafo sexto. A **CONTRATANTE** poderá restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do ajuste em seu favor, visando à adequação dos preços contratuais, quando se verificar que houve redução dos preços dos serviços no mercado, observando-se o disposto no art. 124 da Lei n.º 14.133/2021.

Parágrafo sétimo. A **FISCALIZAÇÃO** poderá solicitar à **CONTRATADA**, durante a vigência deste contrato, a revisão dos preços e dos percentuais de desconto contratados quando o contrato mostrar-se desvantajoso para a Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA:

O presente contrato tem vigência de **12 (doze) meses**, contados da data de sua assinatura, nos termos dos arts. 107 e 113 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogado por comum acordo entre as partes, mediante termo aditivo.

Parágrafo primeiro. A vigência a que se refere o *caput* desta cláusula terá eficácia a partir da publicação do extrato contratual no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Amazonas.

Parágrafo segundo. Consoante dispõe o art. 105, *caput*, da Lei nº 14.133/2021, o presente ajuste tem duração máxima de 5 (cinco) anos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO:

O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

Parágrafo primeiro. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para a **CONTRATANTE**, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

1. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

2. Caso a notificação da não continuidade do contrato de que trata este parágrafo ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

Parágrafo segundo. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/21, bem como consensualmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

1. Nessas hipóteses, aplicam-se os arts. 138 e 139 da mesma Lei.

2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

Parágrafo terceiro. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de:

1. Indenizações e multas.

2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

3. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos.

Parágrafo quarto. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório, nos termos do art. 131, *caput*, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PUBLICAÇÃO:

O presente contrato será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, e sob a forma de extrato, no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Amazonas, após a sua assinatura, correndo as despesas por conta da **CONTRATANTE**, nos termos do art. 88, §2º, XV, do Ato nº 008/2024/PGJ.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS NORMAS APLICÁVEIS:

O presente contrato deverá respeitar as seguintes leis e atos infralegais:

1. Lei n.º 14.133/2021 – Licitações e Contratos;
2. Lei n.º 10.406/02 – Código Civil Brasileiro;
3. Lei nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor;
4. Lei n.º 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD);
5. Medida Provisória – n.º 2200-2/2001;
6. Ato n.º 008/2024/PGJ; e
7. Demais legislações correlatas, de forma suplementar e à luz da legislação específica vigente.

Parágrafo único. A **CONTRATADA** declara conhecer todas essas normas e concorda em sujeitar-se às estipulações, sistemas de penalidades e demais regras delas constantes, mesmo que não expressamente transcritas no presente instrumento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

A **CONTRATADA**, em cumprimento à Resolução n.º 37/2009 do Conselho Nacional do Ministério Público e ao art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021, declara que não possui cônjuge, companheira ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas.

Parágrafo primeiro. A **CONTRATADA** e seus representantes legais apresentaram neste ato os documentos comprobatórios de suas condições jurídico-pessoais indispensáveis à lavratura do presente, inclusive a Certificação de Regularidade dos órgãos fiscais previdenciários públicos, a que estiver vinculada.

Parágrafo segundo. Os casos omissos neste contrato serão resolvidos pela Administração Superior da **CONTRATANTE***,* baseados na legislação vigente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DO FORO CONTRATUAL:

As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na justiça estadual, no foro de Manaus/AM, com expressa renúncia da **CONTRATADA** a qualquer outro que tenha ou venha a ter, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de acordo, foi o presente termo de contrato, depois de lido e anuído, assinado digitalmente pelas partes e por duas testemunhas.

Manaus, data da última assinatura eletrônica.

(assinado eletronicamente)
ANDRÉ VIRGÍLIO BELOTA SEFFAIR
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos
Ministério Público do Estado do Amazonas

(assinado eletronicamente)
_____
Representante Legal da Contratada
Empresa _____

ANEXO ÚNICO

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

MATERIAIS DE CONSUMO

Item	Descrição	Qtde.	Unidade de Medida
1	**EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL PARA PESSOA FÍSICA DO TIPO A3 (e-CPF)** 1. Emitido por autoridade certificadora credenciada pela ICP-Brasil; 2. Certificado nível A3, tipo e-CPF; 3. Validade de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da emissão; 4. Deve ser compatível para utilização em assinatura de documentos eletrônicos, e-mails, acesso a aplicações, logon de rede, entre outras destinações;	500	Unidade

Item	Descrição	Qtde.	Unidade de Medida
	5. Certificado aderente padrão do Comitê Gestor da ICP Brasil; 6. O item engloba o respectivo serviço de autoridade de registro.		
2	**EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL PARA PESSOA JURÍDICA TIPO A3 (e-CNPJ)** 1. Emitido por autoridade certificadora credenciada pela ICP-Brasil; 2. Tipo e-CNPJ A3; 3. Validade de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da emissão; 4. Ser compatível para utilização em assinatura de documentos eletrônicos, e-mails, acesso a aplicações, logon de rede, entre outras destinações; 5. Certificado aderente padrão do Comitê Gestor da ICP Brasil; 6. O item engloba o respectivo serviço de autoridade de registro.	10	Unidade
3	**EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL SSL WILDCARD PARA SISTEMAS WEB** 1. Certificado digital para servidor web, do tipo SSL; 2. Proteger qualquer subdomínio, mesmo os adicionados posteriormente, com um único certificado SSL; 3. Prazo de validade de 12 (doze) meses; 4. Certificação em plena compatibilidade com os principais navegadores de internet e dispositivos móveis, sem a necessidade de instalação de certificado AC raiz; 5. Permitir a utilização de criptografia simétrica com chaves de no mínimo 256 bits; 6. Utilizar chaves para criptografia assimétrica RSA, de no mínimo 2048 bits; 7. Emissão do certificado em até 72 (setenta e duas) horas; 8. Reemissão ilimitadas dentro do período de validade; 9. Instalação em número ilimitado de servidores; 10. A **CONTRATANTE** poderá solicitar à **CONTRATADA**, num período de sete dias após a emissão inicial de um certificado, a sua re-emissão ou a substituição quantas vezes forem necessárias; 11. Suporte em português via atendimento online, telefone e e-mail ou website para solicitação, instalação e utilizaão do certificado SSL, bem como prestação de esclarecimentos e dúvidas técnicas e cadastrais.	10	Unidade
4	**EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL PARA PESSOA JURÍDICA TIPO A1 (e-CNPJ), NO PADRÃO ICP-BRASIL.** 1. Emitido por autoridade certificadora credenciada pela ICP-Brasil; 2. Certificado nível A1, tipo e-CNPJ; 3. Validade de 12 (doze) meses, contados a partir da emissão; 4. Ser aderente às normas do Comitê Gestor da ICP-Brasil; 5. Ser compatível para armazenamento no computador.	04	Unidade
5	**VISITA EXTERNA PARA VALIDAÇÃO E EMISSÃO DE CERTIFICADOS DIGITAIS** 1. Compreende a realização de visita técnica nas dependências da **CONTRATANTE** com o objetivo de realizar a validação e emissão dos certificados digitais tipo A1, para sistemas/aplicações, e tipo A3, para pessoa física e pessoa jurídica; 2. As visitas para validação e emissão de certificado se darão na sede da **CONTRATANTE**, a qual ocorrerá em dias úteis, no horário das 8h às 17h, no seguinte endereço: **Av. Coronel Teixeira, n.º 7.995, Nova Esperança, CEP. 69037-473, Manaus, Amazonas**; 3. Poderão ser emitidos até oito certificados digitais por visita, no caso de emissões de certificados para pessoa física e para pessoa jurídica; 4. A visita para emissão de certificados para sistemas/aplicações em caso de necessidade, poderão ser realizados individualmente; 5. A **CONTRATANTE** fornecerá a infraestrutura de mobiliário e acesso á internet para a validação, sendo os demais equipamentos e serviços fornecidos pela **CONTRATADA**; 6. Na impossibilidade da emissão dos certificados pela **CONTRATADA**, no período programado para emissão dos certificados, o serviço de visita local não será considerado como prestado, devendo ser reagendado com a **CONTRATANTE**.	25	Unidade
6	**FORNECIMENTO DE MÍDIA CRIPTOGRÁFICA TIPO TOKEN USB** 1. Token criptográfico USB capaz de armazenar cert2048ificados, chaves e cadeias de certificados aderentes às normas do Comitê Gestor da ICP-Brasil; 2. Compatível para armazenamento de certificados digitais A3, em conformidade com a ICP-Brasil;	500	Unidade

Item	Descrição	Qtde.	Unidade de Medida
	3. Fornecer solução de gerenciamento em português com funções básicas de gestão do PIN e PUK, compatível com Windows 10 ou superior e Mac Os; 4. Possuir capacidade de no mínimo 64Kb de memória; 5. Deverá possuir chassi em plástico rígido e resistente a água; 6. Possuir driver compatível e disponível para o sistema operacional Microsoft Windows 10 ou superior e Mac OS; 7. Deverá ter conectividade compatível com USB tipo A 2.0 (ou superior compatível com 2.0); 8. Permitir conexão direta na porta USB, sem necessidade de interface intermediária para leitura; 9. Suporte à tecnologia de chaves pública/privada (PKI), com geração on-board do par de chaves RSA de, no mínimo, 2048 bits; 10. Permitir a criação de senha de acesso ao dispositivo de no mínimo seis caracteres, ou de acordo com os critérios do **CONTRATANTE**; 11. Permitir criação de senhas com caracteres alfanuméricos; 12. Permitir a geração de chaves, protegidas por PINs (Personal Identification Number); 13. Permitir a inicialização e reinicialização do *token* mediante a utilização de PUK (Pin Unlock Key); 14. Suporte aos principais navegadores de mercado, entre os quais: Internet Explorer, Mozilla Firefox e Google Chrome; 15. O software de gerenciamento do dispositivo deverá ser disponibilizado pela **CONTRATADA** e estar no idioma Português do Brasil, devendo ser compatível com o cliente do **SafeNet Authenticator Client**, permitindo: - Gerenciamento do dispositivo; - Exportação de certificados armazenados no dispositivo; - Importação de certificados em formato PKCS#7 para área de armazenamento do dispositivo, de acordo com a RFC 2315; - Importação de certificados em formato PKCS#12 para área de armazenamento do dispositivo; - Visualização de certificados armazenados no dispositivo; - Remoção de chaves e outros dados contidos no dispositivo após autenticação do titular; - Reutilização de dispositivos bloqueados, por meio de remoção total dos dados armazenados e geração de nova senha de acesso; 16. Garantia mínima de 1 (um) ano, contado a partir do aceite definitivo dos *tokens*; 17. Caso o *token* necessite ser substituído ou apresente erro que comprometa o funcionamento do certificado ali armazenado, um novo *token* deverá ser fornecido, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data da notificação feita pelo CONTRATANTE. 18. **Modelo de referência**: Token Criptográfico Safenet eToken 5110.		

Documento assinado eletronicamente por **Adenilson Roberto de Oliveira Filho**, **Chefe da Divisão de Contratos e Convênios - DCCON**, em 20/01/2025, às 08:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1522384** e o código CRC **5805C959**.

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES

Declaro, sob as penas da Lei, para os devidos fins junto à Comissão Permanente de Licitação que:

a) Cumpro plenamente os requisitos de requisitos de habilitação, ciente de que respondo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

b) Em atenção **item 5.6.** e **art. 14.º e seus incisos da Lei n.º 14.133/2021**, não está impedido de participar direta ou indiretamente desta licitação, e ainda, que não possuo sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas e de sua CPL;

c) Que recebi o edital e todos os documentos que o integram, dispondo de todos os elementos e informações necessários à elaboração da proposta de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação;

d) Que os documentos e declarações apresentados são fiéis e verdadeiros;

e) Que, caso seja vencedor do certame e não cadastrado no SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE da SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ-AM, encaminhará a CONTRATANTE os documentos necessários para efetuar o referido cadastramento no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da adjudicação, sob pena de perder o direito de preferência à contratação em favor dos demais licitantes subsequentes, sem prejuízo da possibilidade de responder a procedimento administrativo de responsabilização (PAR) por eventual retardamento da licitação;

f) Que o preço inclui além do lucro, todos os custos e despesas, com tributos incidentes e encargos devidos, materiais, serviços, transporte, a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, bem como quaisquer outras despesas diretas e indiretas incidentes na prestação de serviços;

(Cidade-UF),_____ de _____ de 2025.

RAZÃO SOCIAL/CNPJ DA EMPRESA

Representante Legal

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

ANEXO V

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

PROPOSTA DE PREÇOS

Proposta que faz a empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) nº _____, localizada _____, na cidade de _____, CEP _____, fone _____, fax _____, e-mail _____, para os objetos abaixo relacionados, de acordo com todas as especificações e condições estabelecidas no Pregão Eletrônico n.º 940XX/2025-CPL/MP/PGJ, promovido pelo Ministério Público do Estado do Amazonas / Procuradoria-Geral de Justiça:

Grupo	Item	Descrição	Qtd.	Und.	Valor Unitário R$	Valor Total/ Item R$
1	1		500			
	2		10			
	3		10			
	4		4			
	...	...	...	...	...	...

Valor total da Proposta:

A _____(nome da empresa)_____ declara que concorda com todas as especificações do Edital.

1. Prazo de validade da proposta: no mínimo 90 (noventa) dias.
2. Prazo de entrega: até 30 (trinta) dias corridos.
3. Modo de envio/transporte das mercadorias/equipamentos:
4. Prazo de garantia: (materiais permanentes/materiais de consumo)
5. Dados da licitante: Razão Social, endereço, telefone, número do CNPJ/MF, e-mail, se houver, Banco, agência, número da conta-corrente e praça de pagamento.
6. Nome, CNPJ ou CPF dos 3 (três) principais integrantes do quadro societário da licitante, assim compreendidos aqueles que detenham maior parcela das cotas societárias ou o poder de gestão da sociedade.
7. Contato para fins de faturamento: (indicar o nome, cargo, endereço, telefone, fax, e-mail de contato do responsável pelo recebimento das futuras notas de empenho).
8. Dados Bancários: (indicar o nome e número do banco, nome e número completo da agência e número da conta-corrente).

DECLARAÇÕES:

Declaro, sob as penas da Lei, para os devidos fins junto à Comissão Permanente de Licitação que:

a) Cumpro plenamente os requisitos de requisitos de habilitação, ciente de que respondo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

b) Em atenção **item 5.6.** e **art. 14.º e seus incisos da Lei n.º 14.133/2021**, não está impedido de participar direta ou indiretamente desta licitação, e ainda, que não possuo sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas e de sua CPL;

c) Que recebi o edital e todos os documentos que o integram, dispondo de todos os elementos e informações necessários à elaboração da proposta de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação;

d) Que os documentos e declarações apresentados são fiéis e verdadeiros;

e) Que, caso seja vencedor do certame e não cadastrado no SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE da SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ-AM, encaminhará a CONTRATANTE os documentos necessários para efetuar o referido cadastramento no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da adjudicação, sob pena de perder o direito de preferência à contratação em favor dos demais licitantes subsequentes, sem prejuízo da possibilidade de responder a procedimento administrativo de responsabilização (PAR) por eventual retardamento da licitação;

f) Que o preço inclui além do lucro, todos os custos e despesas, com tributos incidentes e encargos devidos, materiais, serviços, transporte, a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, bem como quaisquer outras despesas diretas e indiretas incidentes na prestação de serviços;

Local e data:

(assinatura)

(nome do representante legal pela empresa)

(CPF do representante legal)

Observação: A apresentação da proposta implicará a plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste edital e seus anexos, bem como, todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

ANEXO VI

MODELO DE SOLICITAÇÃO DE CADASTRAMENTO NA SEFAZ/AM

(cidade), ____ de _____ de _____

À DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas
Avenida Coronel Teixeira, 7995, Nova Esperança
CEP: 69037-473 – Manaus / AM

A empresa (informar a razão social, CNPJ e endereço) solicita a esse Setor o seu cadastro no SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE, dessa **SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ**.

Assim sendo, acompanha esta carta de solicitação de cadastramento a documentação abaixo listada, exigida para a efetivação do registro:

a) Comprovante de inscrição e de situação cadastral emitido pela Receita Federal do Brasil;

b) Cópia legível do comprovante (por ex: extrato, cópia reprográfica de cartão bancário, etc.) dos seguintes dados bancários:

Banco: _____

Agência: _____

Conta: _____

Razão Social e CNPJ da empresa
Nome completo e CPF do Representante Legal



Documento assinado eletronicamente por **Sarah Madalena Barbosa Santos Cortes**, **Presidente da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 24/02/2025, às 14:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1555615** e o código CRC **30341222**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

AVISO Nº 1555937 - CPL

Área de publicação:

Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 94.001/2025-CPL/MP/PGJ

PROCESSO SEI N.º 2024.019531

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de **serviço de emissão e renovação de certificados digitais padrão ICP-Brasil e fornecimento de token criptográficos USB**, objetivando atender às necessidades de utilização da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, pelo período de 12 (doze) meses.

REGIME JURÍDICO: Lei Federal n.º 14.133 de 2021.

ABERTURA: 13/03/2025 às 10h. (horário de Brasília)

ENTREGA DAS PROPOSTAS: a partir de 26/02/2025

LOCAL: no site **https://www.gov.br/compras/pt-br**

UASG: 925849 – PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA AM.

Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento deverão ser dirigidos à COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO pelo telefone **(92) 3655-0743 ou pelo e-mail licitacao@mpam.mp.br.**

Manaus, 21 de fevereiro de 2025.

Sarah Madalena Barbosa Côrtes de Melo
Presidente da Comissão Permanente de Licitação
Ato PGJ n.º 496/2024 - DOMPE, Ed. 2957, de 15.07.2024

Fim da área de publicação.

Em 21 de fevereiro de 2025.

Documento assinado eletronicamente por **Sarah Madalena Barbosa Santos Cortes**, **Presidente da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 21/02/2025, às 11:52, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1555937** e o código CRC **436A19F4**.

AVISO Nº Notícia de Fato n.º 01.2025.00000879-7 - SAJ/MP

Noticiante: Anônimo
Noticiado: Adega Bacco
Assunto: Venda ou Entrega de Bebida Alcóolica ou Outra Droga a Criança ou
Adolescente
80ª Promotoria de Justiça da Capital
DESPACHO DE ARQUIVAMENTO
Face o exposto, indefiro a notícia de fato criminal, bem como a instauração de procedimento investigatório criminal, e DETERMINO:
I – o arquivamento da Notícia de Fato no que tange à matéria criminal;
II – o encaminhamento ao CAO-CRIM para providências que entender cabíveis em relação às matérias cíveis apontadas pelo noticiante;
III - a cientificação do noticiante anônimo por publicação no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público (DOMPE) do EXTRATO ANEXO, nos termos do art. 18, §3º da Resolução 006/2015-CSMP, com a informação do art. 20 da Resolução 006/2015-CSMP, de que caberá recurso administrativo ao Conselho Superior do Ministério Público, devidamente fundamentado e com as respectivas razões, no prazo de 10 (dez) dias.
Determino ao Apoio desta Promotoria de Justiça o cumprimento dos itens II e III supra com a devida certificação nos autos e, após o decurso do prazo recursal e respectiva certificação, o arquivamento do procedimento nos termos do item I
supra.

Cumpra-se.
Manaus/AM, 5 de fevereiro de 2025.

Fabricio Santos Almeida
PROMOTOR DE JUSTIÇA

EXTRATO DE PROMOTORIA Nº Notícia de Fato 163.2025.000005

Decisão

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 94.001/2025-CPL/MP/PGJ

PROCESSO SEI N.º 2024.019531

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de serviço de emissão e renovação de certificados digitais padrão ICP-Brasil e fornecimento de token criptográficos USB, objetivando atender às necessidades de utilização da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, pelo período de 12 (doze) meses.

REGIME JURÍDICO: Lei Federal n.º 14.133 de 2021.

ABERTURA: 13/03/2025 às 10h. (horário de Brasília)

ENTREGA DAS PROPOSTAS: a partir de 26/02/2025

LOCAL: no site https://www.gov.br/compras/pt-br

UASG: 925849 – PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA AM.

Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento deverão ser dirigidos à COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO pelo telefone (92) 3655-0743 ou pelo e-mail licitacao@mpam.mp.br.

Manaus, 21 de fevereiro de 2025.

Sarah Madalena Barbosa Côrtes de Melo
Presidente da Comissão Permanente de Licitação
Ato PGJ n.º 496/2024 - DOMPE, Ed. 2957, de 15.07.2024

ATOS DA DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA Nº 19/2025/DRH

A DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS, no uso de suas atribuições, e

CONSIDERANDO a possibilidade de concessão de Licença para Casamento, a que fazem jus os servidores deste Ministério Público, que encontra amparo legal no art. 56, II, c/c o art. 114, I, todos da Lei n.º 1.762, de 14 de novembro de 1986 – Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Amazonas;

CONSIDERANDO a delegação de competência conferida pelo Despacho Nº 585.2018.01AJ-SUBADM.0251007.2018.016174, e

CONSIDERANDO o teor do Processo SEI n.º 2025.004261,

RESOLVE:

CONCEDER ao(à) servidor(a) EDSON DE PAULA RODRIGUES MENDES, Agente Técnico - Administrador, 08 (oito) dias de afastamento de suas atividades, no período de 21/02/2025 a 28/02/2025, em virtude de casamento, nos termos do art. 56, II, c/c o art. 114, I, todos da Lei n.º 1.762, de 14 de novembro de 1986 – Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Amazonas.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS, em Manaus, data da assinatura eletrônica

JHERALMY HASTEM SANTOS ARAUJO DA SILVA
Chefe da Divisão de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 124/2025/DRH/DRH ESTAGIO

O CHEFE DA DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS, no uso de suas atribuições, e CONSIDERANDO o teor do Procedimento Administrativo SEI 2024.026887;

RESOLVE:

DESIGNAR o(a) estagiário(a) de Nível Superior em Direito ANDREINA DOS SANTOS DE OLIVEIRA, para exercer suas atribuições junto à(o) Promotoria de Justiça da Comarca de Barreirinha, a contar de 17/02/2025, no horário de 08:00 às 12:00 horas.

Publique-se, registre-se, cumpra-se.

Manaus (Am.), 12 de fevereiro de 2025

JHERALMY HASTEM SANTOS ARAÚJO DA SILVA
Chefe da Divisão de Recursos Humanos
Republicado por incorreção(*)

EXTRATOS DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Procuradora-Geral de Justiça:
Leda Mara Nascimento Albuquerque
Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos e Institucionais:
Anabel Vitória Pereira Mendonça de Souza
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos:
André Virgílio Belota Seffair
Corregedora-Geral do Ministério Público:
Sílvia Abdala Tuma
Secretária-Geral do Ministério Público:
Wandete de Oliveira Netto

PROCURADORES DE JUSTIÇA

Câmaras Cíveis
Elvys de Paula Freitas
Sandra Cal Oliveira
Jussara Maria Pordeus e Silva
Mara Nóbia Albuquerque da Cunha
Suzete Maria dos Santos
Nilda Silva de Sousa
Delisa Olívia Vieiralves Ferreira
Jorge Michel Ayres Martins
Anabel Vitória Pereira Mendonça de Souza
Marco Aurélio Lisciotto

Câmaras Criminais
Carlos Lélio Lauria Ferreira
Marlene Franco da Silva
Mauro Roberto Veras Bezerra
Sarah Pirangy de Souza
Aguinelo Balbi Júnior
Liani Mônica Guedes de Freitas Rodrigues
Adelton Albuquerque Matos

Câmaras Reunidas
Karla Fregapani Leite
Públio Caio Bessa Cyrino
Sílvia Abdala Tuma
José Bernardo Ferreira Júnior
Neyde Regina Demósthenes Trindade
Silvana Nobre de Lima Cabral

CONSELHO SUPERIOR

Leda Mara Nascimento Albuquerque (Presidente)
Sílvia Abdala Tuma
Mara Nóbia Albuquerque da Cunha
Silvana Nobre de Lima Cabral
Suzete Maria dos Santos
Neyde Regina Demósthenes Trindade
Marco Aurélio Lisciotto

OUVIDORIA
Jussara Maria Pordeus e Silva

Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 94.001/2025-CPL/MP/PGJ

PROCESSO SEI N.º 2024.019531

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de **serviço de emissão e renovação de certificados digitais padrão ICP-Brasil e fornecimento de token criptográficos USB**, objetivando atender às necessidades de utilização da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, pelo período de 12 (doze) meses.

REGIME JURÍDICO: Lei Federal n.º 14.133 de 2021.

ABERTURA: 13/03/2025 às 10h. (horário de Brasília)

ENTREGA DAS PROPOSTAS: a partir de 26/02/2025

LOCAL: no site https://www.gov.br/compras/pt-br

UASG: 925849 – PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA AM.

Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento deverão ser dirigidos à COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO pelo telefone **(92) 3655-0743 ou pelo e-mail licitacao@mpam.mp.br.**

Manaus, 21 de fevereiro de 2025.

Sarah Madalena Barbosa Côrtes de Melo
Presidente da Comissão Permanente de Licitação
Ato PGJ n.º 496/2024 - DOMPE, Ed. 2957, de 15.07.2024

PREFEITURA DE SÃO SEBASTIÃO DO UATUMÃ

AVISO DE SUSPENSÃO

O Município de São Sebastião do Uatumã/AM, torna público a SUSPENSÃO do Pregão Presencial abaixo listado, para revisão dos itens constantes no Termo de Referência. Oportunamente a licitação será novamente agendada, com o edital devidamente retificado:
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 005/2025 - PMSSU, objetivando a FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PARA A SAÚDE PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DO UATUMÃ;
São Sebastião do Uatumã/AM, 21 de fevereiro de 2025.
JANDER PAES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

COMUNICADO DE ABANDONO DE EMPREGO

Solicitamos que a senhora GISELE VAZ PEREIRA , portadora da CTPS 2151628 série 0020AM funcionária da empresa G MARIA RESTAURANTES LTDA , CNPJ 39.398.612/0001-10 , situada a Rua Itarumão , 256 – Bairro Novo Aleixo, a comparecer ao nosso Departamento Pessoal no prazo de 72 horas, não comparecendo ao trabalho desde o dia 07/05/2024, sem nenhuma justificativa, já chamado ao trabalho por carta a comparecer!
Esgotado esse prazo, o caso será incursões letra "i" do artigo 482 da CLT, configurado abandono de emprego, o que importará em seu desligamento da empresa!

MANAUS COUNTRY CLUBE

Sociedade Civil Recreativa – Fundada em 06 de Março de 1984
C.N.P.J. 05.473.285/0001-00 – Manaus – Amazonas – Brasil
Rua Cachoeira da Onça, 350 – Novo Aleixo – CEP: 69098 454
Fone: 0XX 92 99983 1595/98641 5397
e-mail manauscountryclub@gmail.com

Manaus-Am, 23 de fevereiro de 2025.

EDITAL

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

CONVOCAÇÃO

A Diretoria do Manaus Country Club convoca todos os sócios proprietários a comparecerem na sede Golf, Rua Cachoeira da Onça, 350 – CEP: 69098-454 - Novo Aleixo - Manaus/Am.
Data: 16 de Março de 2025.
Horário: 1ª convocação às 11:30 horas, 2ª convocação às 12:00 horas, conforme os artigos 15º e 16º, com qualquer número de sócios para deliberarem sobre:

a) Prestação de contas de 2024;
b) Atividades realizadas em 2024;
c) Apresentação de relatório de atividades 2025;
d) Orçamento 2025;
e) Eleição Diretoria, biênio 2025, 2026;
f) Outros;

Manaus, 23 de Fevereiro de 2025.

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Novo Aripuanã, por intermédio da Comissão Permanente de Contratação - CPC, torna público que estará reunida na Sala de Reunião da Comissão, localizada na Avenida 16 de Fevereiro, nº. 73 – Centro, no Município de Novo Aripuanã/AM, para abertura da sessão dos seguintes certames:
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 013/2025 – CPC/SRP
OBJETO: Formação de Registro de Preços para Aquisição de Medicamentos da Farmácia Básica e Controlados, para atendimento da Secretaria Municipal de Saúde do município de Novo Aripuanã/AM, de acordo com o termo de referência.
Tipo: Menor Preço por Item / Modo de Execução: Empreitada por Preço Unitário
Data da abertura de envelopes: 10 de março de 2025. Hora: 08:00
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 014/2025 – CPC/SRP
OBJETO: Formação de Registro de Preços para Contratação de Empresa Especializada em Recuperação, Conserto, Manutenção Preventiva e Corretiva com troca de peças de veículos, ônibus, caminhão, trator, entre outros, para atender as necessidades do complexo administrativo da Prefeitura Municipal de Novo Aripuanã/AM, de acordo com o termo de referência.
Tipo: Menor Preço por Item / Modo de Execução: Empreitada por Preço Unitário
Data da abertura de envelopes: 11 de março de 2025. Hora: 08:00
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 015/2025 – CPC/SRP
OBJETO: Formação de registro de preços para Aquisição de Mobiliários em Geral, para atendimento do Complexo Administrativo da Prefeitura Municipal, Gabinete do Executivo, Secretarias Municipais, Órgãos Auxiliares da Administração Pública e Programas Conexos às Secretarias do município de Novo Aripuanã/AM, de acordo com o termo de referência.
Tipo: Menor Preço por Item / Modo de Execução: Empreitada por Preço Unitário
Data da abertura de envelopes: 11 de março de 2025. Hora: 15:00
Regência legal: Lei nº 14.133 de abril de 2021.
Informações: O edital e seus anexos encontram-se disponíveis na Prefeitura Municipal de Novo Aripuanã, na Sala de Reunião da Comissão Permanente de Contratação, localizada na Avenida 16 de Fevereiro, nº. 73 – Centro, no Município de Novo Aripuanã/AM no horário das 8:00hs às 14:00hs, de segunda-feira a sexta-feira ou poderão ser retirados no Portal da Transparência (transparenciamunicipalaam.org.br).
Novo Aripuanã (AM), 21 de fevereiro de 2025.
Thyego Vale de Souza
Agente de Contratação

ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TABATINGA

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

O MUNICIPIO DE TABATINGA, por meio da Comissão Especial de Contratação – CEC, constituída pela Portaria nº 101/GP-PMT de 06 de fevereiro de 2025, no uso de suas atribuições comunica que em razão da necessidade de revisão e retificação do edital, a SUSPENSÃO da Licitação do Pregão na Forma Presencial–SRP Nº 001/2025 – CEC/PMTBT, que tem como objeto a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DO SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS LEVES, SEM CONDUTOR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, DA CASA DE APOIO E DA REPRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO EM MANAUS".
Mediante o exposto, a sessão marcada para o dia 28/02/2025, será suspensa. Após a retificação do Edital e anexos, será republicada uma nova data da sessão pública, onde será informada através dos mesmos meios de divulgação utilizados anteriormente.
Tabatinga (AM), 21 de fevereiro de 2025.
Bárbara Juventino da Silva
Secretaria Municipal de Administração

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

HORE MADEIRAS S/A, inscrita no CNPJ nº 04.565.529/0001-03, e suas coligadas: COMPANHIA INDUSTRIAL DO NORTE, inscrita no CNPJ Nº 04.561.049/0001-74, COMPANHIA VALE DO AMAZONAS, inscrita no CNPJ Nº 04.563.888/0001-21, convida os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, na Praça Auxiliadora, nº04, sala 202, Centro, às 10h do dia 03/03/2025, a fim de tratarem da seguinte ordem do dia:
a) Deliberar sobre a tomada de contas dos administradores e o exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao ano de 2022 e 2023;
Manaus, 20 de fevereiro 2025.
David Pinheiro Israel

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO AMAZONAS - COSAMA

CNPJ/MF N. 04.406.195/0001-25
INSCRIÇÃO ESTADUAL Nº 04.158.270-5

AVISO AOS ACIONISTAS

Acham-se a disposição dos Senhores Acionistas, na Sede Social da COSAMA, na rua General Miranda Reis, n. 03, Conjunto Celetramazon – Adrianópolis, a partir do dia 17 de março de 2025, no horário comercial, os documentos a que se refere o artigo 133, da Lei n. 6.404, de 15/12/1976:
I - Relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findado em 31.12.2024;
II – Cópias das Demonstrações financeiras;
III – Parecer dos Auditores Independentes.
IV – Parecer do Conselho Fiscal.
Manaus 24 de fevereiro de 2025,
Denison Lopes Gama
Diretor-Presidente.

EXTRATO DO SEGUNDO APOSTILAMENTO

Espécie: Segundo Apostilamento a Ata de Registro de Preço n.º 001/2024.
Pregão Presencial: 001/2024-SRP
Processo Licitatório: 003/2024
Contratante: Prefeitura Municipal de Apuí/AM, CNPJ 22.812.960/0001-99.
Contratada: L. C. Nunes Ltda, CNPJ 05.202.182/0001-05.
Objeto: Contratação de aquisição de combustíveis, lubrificantes, filtros e graxas.
Do Reajuste: Ficam reajustados os valores dos itens 01 e 02 da cláusula terceira da ata de registro de preço 001/2024.
Item 01: gasolina comum marca shell, quantidade/litro 139917, valor unitário R$6,90;
Item 02: óleo diesel S10 marca shell, quantidade/litro 890359, valor unitário R$7,44.
Valor: R$ 599.594,36 (quinhentos e noventa e nove mil, quinhentos e noventa e quatro reais e trinta e seis centavos).
Ficam integralmente ratificadas todas as demais Cláusulas da ata de registro de preço em referência, que expressa ou implicitamente não conflitem com as disposições deste.
O termo integral encontra-se disponibilizado para consulta no setor de contratos – SEMAD.
Apuí/AM, 20 de fevereiro de 2025.
ANTÔNIO MARCOS MACIEL FERNANDES
Prefeito Municipal de Apuí/Am

ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE
COMISSÃO MUNICIPA DE LICITAÇÃO -CML

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE/AM, através da COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO - CML, torna público aos interessados que realizará os procedimentos licitatórios nas modalidades PREGÃO na forma PRESENCIAL
1. PREGÃO PRESENCIAL nº 007/2025, TIPO: Menor Valor por Item, cujo objeto contempla a AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE/AM, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2025.
Data a partir do qual o edital estará disponível: 24/02/2025.
Data da abertura da sessão e recebimento das propostas: 07/03/2025 até as 09h00min (horário local)
2. PREGÃO PRESENCIAL nº 008/2025, TIPO: Menor Valor por Item, cujo objeto contempla a AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE/AM, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2025.
Data a partir do qual o edital estará disponível: 24/02/2025.
Data da abertura da sessão e recebimento das propostas: 10/03/2025 até as 09h00min (horário local)
3. PREGÃO PRESENCIAL nº 009/2025, TIPO: Menor Valor por Item, cujo objeto contempla a AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE/AM, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2025.
Data a partir do qual o edital estará disponível: 24/02/2025.
Data da abertura da sessão e recebimento das propostas: 11/03/2025 até as 09h00min (horário local)
Local de disponibilidade de Edital: https://atalaiadonorte.am.gov.br ou https://pncp.gov.br Portal Nacional de Contratações Públicos – PNCP.
Atalaia do Norte (AM), 24 de Fevereiro de 2025.
MARCOS NATANIEL OLIVEIRA MELLO
Presidente da Comissão Municipal de Licitação - CML

COMISSÃO ELEITORAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ELEIÇÃO

O Presidente da Comissão Eleitoral do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado do Armazonas- STIU-AM, no uso de suas atribuições que lhes conferidas pela portaria 001/2025, data da publicação de 19 fevereiro de 2025 e pelo Estatuto Social do STIU-AM. Art. 44, 45 e 46, declara oficialmente aberto o Processo Eleitoral e convoca seus associados quites com suas obrigações estatutárias, a participar da eleição para a escolha dos membros da Diretoria executiva, Conselho Fiscal e seus respectivos suplentes para o quadriênio 2025/2029. O processo eleitoral ocorrerá em primeiro escrutínio no dia 17 de abril de 2025, conforme anexo único. O prazo para a inscrição de chapas será de 5 dias contados da publicação do Edital, a partir do dia 24 de fevereiro de 2025, findando no dia 28 de fevereiro de 2025. O local de inscrição de chapas será na sede do STIU-AM, na sala da comissão Eleitoral, junto aos membros da Comissão Eleitoral, localizada na Rua Barcelos, 2496 Bairro Cachoeirinha, no horário das 8h às 12h e das 14h às 17h em dias úteis. O requerimento de registro de chapa, deverá ser feito em duas vias endereçadas a Comissão Eleitoral, assinado por qualquer dos candidatos que a integrem, instruído com os seguintes documentos: a) Ficha de qualificação do candidato em duas vias assinadas; b) Comprovante de residência atualizado; c) Copias da carteira de trabalho, Carteira de identidade e CPF (ou equivalente); d) Certidão de antecedentes civil e criminal da esfera estadual; e) Comprovantes de adimplência dos últimos 6 meses, junto ao sindicato. O pleito será válido na hipótese de participarem da votação mais de 1/5 (um quinto) dos associados com capacidade de votar. Em caso não alcançar o quórum ou empate entre as Chapas mais votadas, será realizada nova eleição dentro de quinze dias, limitadas às duas Chapas mais votadas, que ocorrerá no dia 2 de maio de 2025, a qual terá a validade se dela participar mais de 50% (cinquenta porcento) dos votantes do primeiro pleito. Na hipótese de não ter sido obtido o coeficiente na segunda votação, haverá um novo pleito que será realizado e será válido se dele participar mais de 40% dos eleitores que participarem da segunda votação, o qual ocorrerá no dia 19 de maio de 2025, observada as mesmas formalidades das votações anteriores. Não sendo atingido o quórum em terceiro e último escrutínio, o presidente do sindicato deverá executar o que orienta o estatuto da entidade para a prevista situação. Casos omissos serão explicados através do regimento eleitoral que será publicado até o dia 25/03/2025 no site www.stiuam.org.br, ou através da Comissão Eleitoral. A comissão eleitoral terá a incumbência de nomear os membros das mesas coletoras de votos, bem como organizar toda a estrutura logística para o dia da votação, garantindo as melhores condições para o pleito, solicitando da entidade sindical a estrutura material para essa finalidade. A apuração dos votos será realizada na sede do STIU-AM e nos locais de votação no interior onde não for possível o deslocamento para a sede da entidade, com a participação de no mínimo duas testemunhas, e será iniciada em até 3 horas após o término da votação, o período disponibilizado para campanha será de 10 dias corridos a contar de 6 de abril de 2025, a coleta de votos ocorrerá conforme determina o Art. 50 do estatuto, as urnas serão assim distribuídas conforme anexo único abaixo:
Urna 1 – Amazonas Energia (Sede Sagrada Família) de 8h ás 17h.; Urna 2 – Amazonas Energia (Sede Sagrada Família / Almoxarifado), Norte Tech (Flores); 7:00h às 17h.; Urna 3 – Sindicato Sede, Amazonas Energia (Major Gabriel), Eletronorte (Sede) das 8h. às 17h.; Urna 4 – Itinerante – Eletronorte (SE – Lechuga), RAESA (UTE Cristiano Rocha), Energisa (SE - Manaus I) das 7:30 h. às 17h.; Urna 5 –Itinerante – Eletronorte (UTE Mauá das 6:00 h. às 9:00 h. das 15h. às 16 h. / UTE Aparecida das 10 h. às 14 h.).; Urna 6 – Itinerante – Norte Tech (Tarumã, São José).; Urna 7 – Itinerante Eletronorte e Amazonas Energia (Anori das 7:30 h. às 10 h.); (Codajás das 13 h. às 17 h.).; Urna 8 – Itinerante Eletronorte (UHE Balbina), Energisa (SE – P. Figueiredo), Amazonas Energia (agência P. Figueiredo) de 6:00 às 15h.; Urna 9 – Itinerante Amazonas Energia (Manacapuru), Oliveira Energia (Novo Airão) das 7:30h às 16h.; Urna 10 – Itinerante Amazonas Energia (agência Tefé), Aggreko (UTE Tefé) das 7:30h. às 15h.; Urna 11 - Itinerante Amazonas Energia (agência Tabatinga), Aggreko (UTE Tabatinga) das 7:30h. às 16h.; Urna 12 – Itinerante VP Flexgen (UTE Autazes 8h. as 10h.), Amazonas Energia e VP Flexgen (Nova Olinda do Norte das 13h. as 17h.).; Urna 13 – Itinerante Amazonas Energia (agência Borba), VP Flexgen (UTE Borba) das 8h às 16h.; Urna 14 – Humaitá Amazonas Energia (agência Humaitá), VP Flexgen (UTE Humaitá) das 7:30h às 16h.
As demais informações serão veiculadas no site do sindicato através da publicação do regimento eleitoral.
Sem mais para o momento.
Manaus-AM, 24 de fevereiro de 2025.
Edilon Melo de Queiroz
Presidente da Comissão Eleitoral STIU-AM – 2025.

ÁTRIO LEILÕES

EDITAL DE LEILÃO EXTRAJUDICIAL

1º LEILÃO: 12/03/2025 às 15:00 (Horário de Brasília) | 2º LEILÃO: 24/03/2025 às 15:01 (Horário de Brasília)

Ana Claudia Camargo de Oliveira, Leiloeira Oficial, matrícula JUCESP nº 1129, com escritório na Avenida Andrômeda, 885, salas 1401 e 1402, Edifício Brascan, Alphaville, Barueri, São Paulo, CEP 06473-000, FAZ SABER a todos quanto o presente **EDITAL** virem ou dele conhecimento tiver, que levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **ON-LINE EXTRAJUDICIAL**, nos termos da forma da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, artigo 27 e parágrafos, devidamente autorizada pela **VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.769.451/0001-08, nos termos do Instrumento Particular de Empréstimo com Constituição de Alienação Fiduciária em Garantia, Emissão de Cédula de Crédito Imobiliário e Outras Avenças, na forma do art. 38, da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, firmado com o devedor fiduciante Eduardo Marques Chrispim, CPF/MF sob o nº 806.841.817-20, cônjuge Juciara Severino Ribeiro Chrispim, CPF/MF sob o nº 590.525.707-87, devedores não fiduciantes Eduardo Ribeiro Chrispim, CPF/MF sob o nº 125.143.857-17, cônjuge Renata Amaro Chrispim, CPF/MF sob o nº 117.073.597-50, Francisco Felipe Ribeiro Chrispim, CPF/MF sob o nº 125.143.847-45, cônjuge Marina Gonçalves dos Santos de Oliveira Chrispim, CPF/MF sob o nº 143.550.067-94 em **PRIMEIRO LEILÃO: 12/03/2025 às 15:00** (horário de Brasília), oportunidade em que o bem será vendido pelo valor lance mínimo igual ou superior de **R$ 903.000,00 (novecentos e três mil reais) correspondente ao valor de avaliação em 08/2022,** não havendo licitantes, seguirá sem interrupção para o **SEGUNDO LEILÃO** em **24/03/2025 às 15:01** (horário de Brasília), com encerramento em **08/04/2025 às 15:00** (horário de Brasília), e lance mínimo de **R$ 225.568,67 (duzentos e vinte e cinco mil, quinhentos e sessenta e oito reais e sessenta e sete centavos).** (valores sujeitos a atualizações, conforme disposições contratuais), imóvel constituído por: "Casa Comercial localizada no Centro de Manicoré/AM, assim descrito na **MATRÍCULA Nº 808 DO REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE MANICORÉ/AM**: Um (01) lote de terras, situado nesta cidade, localizado na Rua Pedro Tinoco, Centro, com uma área total de cento e cinquenta e seis metros quadrados (156,00 m²), limitando-se ao NORTE, com terras do Patrimônio Municipal, por uma linha reta de oito metros lineares (8,00 m/l), no rumo de Leste/Oeste; ao SUL, com a Rua Pedro Tinoco, para onde faz frente, por uma linha de igual rumo e extensão; a LESTE, com Elaine Pinto da Silva, por uma linha reta de dezenove metros e cinquenta centímetros lineares (19,50 m/l), no rumo de Norte/Sul; e a OESTE, com Jandira Soares Ferreira, por uma linha de igual rumo e extensão, conforme Título Definitivo nº 003/2008, expedido em 16/01/2008, pela Prefeitura Municipal de Manicoré, através da Secretaria de Planejamento e Finanças – Instituto de Terras e Tributos – Prefeito Municipal Emerson Pedraça de França." Imóvel ocupado. Venda em caráter *ad corpus*, ou seja, no estado de conservação em que se encontra. Os interessados em participar do leilão, deverão se cadastrar no portal www.atrioleiloes.com.br, encaminhar a documentação necessária para liberação do cadastro 24 horas do início do leilão. Pagamento à vista. Comissão devida à leiloeira: 5% (cinco por cento) do valor da arrematação. Observação: gravames e demais ônus e condições, veja a íntegra deste edital no *site* www.atrioleiloes.com.br. Informações pelo telefone (11) 97363-9856 ou *e-mail* contato@atrioleiloes.com.br.

WWW.ATRIOLEILOES.COM.BR

JCAM.COM.BR
NOTÍCIAS
ARTIGOS
COLUNAS
ESPECIAIS
PODCAST
VÍDEOS
ACERVO

IPAAM

COMUNICADO

Essilor da Amazônia Indústria e Comércio Ltda., torna público que recebeu do IPAAM, a Outorga de Uso do Recurso Hídrico n.º 030/20-01, que autoriza a captação de água subterrânea por poço tubular, localizado na Rua Jutaí, N° 22, Distrito Industrial I, nas coordenadas geográficas 3°07'5,60"S e 59°58'5,00"O, Manaus-AM, com validade de 05 Anos.

Este documento foi assinado digitalmente por Jornal do Comercio LTDA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://assinaturas.certisign.com.br:443 e utilize o código F7F5-447D-170A-AC4E.
EMPRESA JORNAL DO COMERCIO LTDA:04561791000180
Assinado de forma digital por EMPRESA JORNAL DO COMERCIO LTDA:04561791000180
Dados: 2025.02.21 18:26:46 -04'00'

Licitação
Dispensa/Inexigibilidade
Pedido de Cotação Eletrônica
Eventos
Sub-
Ação
Apoio

Ambiente: PRODUÇÃO

Disponibilizar Aviso de Licitação apenas para Divulgação

24/02/2025 14:28:54

Este Aviso de Licitação será Divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP e no gov.br/compras (www.gov.br/compras) na data de 25/02/2025.

Resumo do Aviso de Licitação

Órgão: 85562 - PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTA
UASG Responsável: 925849 - PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA - AM
Modalidade de Licitação: Pregão
Nº da Licitação: 94001/2025
Característica: Registro de Preço (SR
Forma de Realização: Eletrônico
Modo de Disputa: Aberto
Nº da IRP: 00001/2025
Lei: Lei nº 14.133/2021
Critério de Julgamento: Menor Preço/Maior Desconto
Tipo de Objeto: Bens Comuns
Nº do Processo: 2024.019531
Compra Nacional: Sim
Gerenciada/Autorizada ME/SGD: Não
Validade da Ata SRP: 12 mes(es)
Quantidade de Itens: 6
Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de serviço de emissão e renovação de certificados digitais padrão ICP-Brasil e fornecimento de token criptográficos USB, objetivando atender às necessidades de utilização da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, pelo período de 12 (doze) meses.
Data da Divulgação: 25/02/2025
Data da Disponibilidade do Edital: A partir de 25/02/2025 às 08:00
Data/Hora da Abertura da Licitação: Em 13/03/2025 às 10:00

Disponibilizar apenas para Divulgação
Aviso de Licitação

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

OFÍCIO Nº 76.2025.CPL.1566494.2024.019531

Manaus, data da assinatura eletrônica

A Sua Excelência o Senhor Doutor
ANDRÉ VIRGÍLIO BELOTA SEFFAIR
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos
NESTA

Assunto: Designação de Pregoeiro, suplente e equipe de apoio - PE 94.001/2025-CPL/MP/PGJ

Exmo. Senhor Subprocurador-Geral de Justiça,

Honra-me cumprimentá-lo com o presente e, à oportunidade, solicito a designação dos servidores abaixo mencionados como Pregoeiro e suplente de Pregoeiro, bem como dos demais membros (titulares e/ou suplentes) desta Comissão Permanente de Licitação que integrarão a equipe de apoio do respectivo certame, conforme elenco a seguir:

Pregão Eletrônico n.º 94.001/2025-CPL/MP/PGJ (Serviços de emissão e renovação de certificados digitais padrão ICP-Brasil e fornecimento de token criptográficos USB)

Data: 13/03/2025
Horário: 10h. (Horário Brasília)
— KÁTIA RENATA DA SILVA SILVESTRE - Pregoeira;

Equipe de Apoio:
— IURY FECHINE RAMOS (Suplente);
— SARAH MADALENA BARBOSA SANTOS CORTES;
— MAURICIO ARAÚJO MEDEIROS;

Respeitosamente,

Sarah Madalena Barbosa Côrtes de Melo
Presidente da Comissão Permanente de Licitação
Ato PGJ n.º 496/2024 - DOMPE, Ed. 2957, de 01.11.2024

Documento assinado eletronicamente por **Sarah Madalena Barbosa Santos Cortes**, **Presidente da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 10/03/2025, às 11:09, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1566494** e o código CRC **9908F665**.

PORTARIA 251/2025/SUBADM

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o teor do Procedimento Interno n.º 2024.019531 – SEI,

CONSIDERANDO o teor do ATO PGJ N.º 389/2007, datado de 26.11.2007, que regulamenta a utilização da modalidade Pregão no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas,

RESOLVE:

I – DESIGNAR a servidora **KÁTIA RENATA DA SILVA SILVESTRE**, Agente de Apoio – Administrativo, como Pregoeira do **Pregão Eletrônico n.º 94.001/2025-CPL/MP/PGJ -** Registro de preços para futura e eventual aquisição de serviço de emissão e renovação de certificados digitais padrão ICP-Brasil e fornecimento de token criptográficos USB, objetivando atender às necessidades de utilização da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, pelo período de 12 (doze) meses, e, para auxiliá-la, bem como substituí-la em seus impedimentos ou afastamentos, o servidor **IURY FECHINE RAMOS**, Agente de Apoio – Administrativo;

II – DESIGNAR os servidores **MAURÍCIO ARAÚJO MEDEIROS** e **SARAH MADALENA BARBOSA SANTOS CORTES**, ambos Agentes de Apoio – Administrativo, membros da Comissão Permanente de Licitação desta Instituição, para compor a Equipe de Apoio do referido Pregão.

Publique-se, registre-se, cumpra-se.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, em Manaus/AM, 11 de março de 2025.

ANDRÉ VIRGÍLIO BELOTA SEFFAIR

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

Documento assinado eletronicamente por **André Virgílio Belota Seffair**, **Subprocurador(a)-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos**, em 11/03/2025, às 12:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1568068** e o código CRC **729486C2**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

CERTIDÃO Nº 223.2025.SUBADM.1568291.2024.019531

Certifico, para todos os fins, que o documento 1568068 foi inserido, nesta data, no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Amazonas – DOMPE, seguindo para publicação conforme fila do referido sistema eletrônico.

Manaus-AM, data da assinatura eletrônica.

Wilson Ribeiro Junior

Agente de Apoio - Administrativo da SUBADM

Documento assinado eletronicamente por **Wilson Ribeiro Júnior**, **Agente de Apoio - Administrativo**, em 11/03/2025, às 13:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1568291** e o código CRC **5E80D0C0**.

Outlook

Pedido de esclarecimento do PE 94.001/2025 - CPL/PGJ

De Erik Bulgarelli <supervisao@projetounicodigital.com.br>
Data Qua, 05/03/2025 14:47
Para Comissao Permanente de Licitacao <licitacao@mpam.mp.br>
Cc atendimento@projetounicodigital.com.br <atendimento@projetounicodigital.com.br>

Geralmente, você não recebe emails de supervisao@projetounicodigital.com.br. Saiba por que isso é importante

Boa tarde, senhores;

Com fulcro no item 24 do referido edital.

Solicitando informações sobre o modelo de certificado exigido no item 3 do referido lote:

Certificado SSL tem algumas particularidades que não constam do edital, dessa forma solicito a indicação do certificado conforme a lista abaixo de características para podermos montar o custo ideal para participação do Pregão Eletrônico.

ALPHA PADRÃO (Certificado de Validação de Domínio - DV): Um certificado SSL de validação de domínio padrão é o mais básico e é emitido após a verificação de que você possui o domínio. Ele fornece criptografia, mas não valida a identidade da organização.

ALPHA WILDCARD (Certificado Wildcard DV): Este certificado também é de validação de domínio, mas permite a proteção de um domínio e de todos os seus subdomínios (por exemplo, *.exemplo.com). É útil para empresas que têm múltiplos subdomínios.

DV PADRÃO (Certificado de Validação de Domínio - DV): Semelhante ao ALPHA PADRÃO, é um tipo de certificado SSL que valida apenas a propriedade do domínio. É comum para sites que não requerem informações adicionais sobre a identidade da organização.

DV WILDCARD (Certificado Wildcard DV): Este é o mesmo que o ALPHA WILDCARD, oferecendo a mesma proteção de um domínio e seus subdomínios, com a validação do domínio como único requisito.

OV PADRÃO (Certificado de Validação de Organização - OV): Este certificado não só valida a propriedade do domínio, mas também autentica a identidade da organização que o solicita. É mais confiável que um certificado DV e é indicado para sites empresariais que precisam demonstrar sua legitimidade.

OV WILDCARD (Certificado Wildcard OV): Combina a proteção para um domínio e seus subdomínios com a autenticação da identidade da organização. É a opção mais robusta, ideal para empresas que exigem validação e ampla cobertura de domínios.

EV (Certificado de Validação Estendida): Este nível máximo de validação requer uma verificação rigorosa da organização. Ele mostra o nome da empresa na barra de endereço do navegador, aumentando a confiança do usuário. Geralmente é usado por empresas que necessitam de um alto nível de segurança e credibilidade.

Desde já agradecemos e nos colocamos à disposição para eventuais esclarecimentos.


birdID
Projeto Único
CERTIFICADO DIGITAL
ERIK BULGARELLI
GESTOR
R. Rio Jutaí, 1060 - Casa 63 - Nossa Sra. das Graças, Manaus - AM, 69053-020
92 8180-5662
supervisao@projetounicodigital.com.br
https://www.projetounicodigital.com.br/

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
19.615.240/0001-29 **MATRIZ**		**29/01/2014**

NOME EMPRESARIAL
E C DE S BULGARELLI LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
PROJETO UNICO	**ME**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
82.11-3-00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo (Dispensada *)

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
47.51-2-01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática (Dispensada *)
61.10-8-03 - Serviços de comunicação multimídia - SCM
61.90-6-99 - Outras atividades de telecomunicações não especificadas anteriormente
62.03-1-00 - Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis
62.04-0-00 - Consultoria em tecnologia da informação (Dispensada *)
63.19-4-00 - Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet (Dispensada *)
66.21-5-02 - Auditoria e consultoria atuarial (Dispensada *)
69.20-6-01 - Atividades de contabilidade (Dispensada *)
69.20-6-02 - Atividades de consultoria e auditoria contábil e tributária (Dispensada *)
70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica (Dispensada *)
77.29-2-02 - Aluguel de móveis, utensílios e aparelhos de uso doméstico e pessoal; instrumentos musicais (Dispensada *)
77.39-0-99 - Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador
79.12-1-00 - Operadores turísticos (Dispensada *)
82.20-2-00 - Atividades de teleatendimento (Dispensada *)
82.91-1-00 - Atividades de cobranças e informações cadastrais (Dispensada *)
82.99-7-07 - Salas de acesso à internet (Dispensada *)
85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
AV RIO JUTAI	**1050**	**SALA A**

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
69.053-020	**NOSSA SENHORA DAS GRACAS**	**MANAUS**	**AM**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
CONTATO@PROJETOUNICO.COM.BR	**(92) 8512-5903/ (92) 8180-5662**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**29/01/2014**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

(*) *A dispensa de alvarás e licenças é direito do empreendedor que atende aos requisitos constantes na Resolução CGSIM nº 51, de 11 de junho de 2019, ou da legislação própria encaminhada ao CGSIM pelos entes federativos, não tendo a Receita Federal qualquer responsabilidade quanto às atividades dispensadas.*

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **12/03/2025** às **13:16:30** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

Outlook

PEDIDO DE ESCLARECIMENTO PE 94001/2025

De licitacoes@rpcd.com.br <licitacoes@rpcd.com.br>
Data Qui, 06/03/2025 16:43
Para Comissao Permanente de Licitacao <licitacao@mpam.mp.br>

Geralmente, você não recebe emails de licitacoes@rpcd.com.br. Saiba por que isso é importante

Olá prezados

Ficamos com algumas dúvidas após a análise do edital que gostaríamos de sanar:

1) Para os titulares que já possuam dados biométricos salvos (certificado anterior ou CNH digital), a empresa pode oferecer primeiramente o formato de atendimento remoto (online ou videoconferência)?

2) Quanto às exigências "*O software de gerenciamento do dispositivo deverá ser disponibilizado pela CONTRATADA e estar no idioma Português do Brasil, devendo ser compatível com o cliente do SafeNet Authenticator Client ,permitindo: (...) Modelo de referência: Token Criptográfico Safenet eToken 5110.*." é de ciência do órgão que a exigência que o software seja compatível, por si só, já direciona o objeto para a marca Safenet, uma vez que, ainda que outro software tenha as mesmas funcionalidades será necessário instalá-los para que tokens de outras marcas possam ser utilizados, pois que o *SafeNet Authenticator Client* possivelmente não aceita outra marca?

3) No que se refere à exigência "*A CONTRATADA deverá possuir no mínimo um posto de atendimento para emissão de certificados digitais presenciais na cidade de Manaus-AM, durante toda a vigência da ata de registro de preços.*" ainda que a empresa tenha à época da contratação um posto na rede credenciada, é possível que no decorrer do tempo a unidade venha a se descredenciar, nesse caso, como não é algo que esteja dentro das faculdades da contratada, a empresa pode oferecer visita gratuita até que a situação se regularize?

4) Quanto ao estipulado em "*2.6.2 Que permita que a CONTRATANTE possa agendar o atendimento para emissão e gravação de certificado em dia e hora disponíveis, atrelado a um número de voucher gerado pelo sistema.*", por prática mercadológica, caso o titular opte pelo atendimento presencial, este é realizado independente de agendamento, por ordem de chegada na unidade de atendimento, enquanto as emissões remotas contam com serviço de agendamento para o titular, o órgão tem ciência disso?

5) Quanto à mídia, gostaríamos de saber se elas serão requeridas em 'lotes, independente da validação dos dados biométricos do titular para que, de posse das mesmas, o servidor responsável faça o gerenciamento das mesmas entregando-as diretamente ao servidor quando for requisitado?

6) No que se refere a "*9.3 Manter garantia contra bugs (falhas de programação), durante todo o ciclo de validade do produto.*" é de ciência do órgão que se a falha ou problema foi apresentado a nível de ICP-Brasil, não será possível que a contratada possa garantir a isenção de falhas, e ainda que em seu sistema, há de convir que casos fortuitos e força maior podem ensejar problemas inevitáveis para a contratada?

7)Quanto ao certificado SSL não ficou claro pela análise se o órgão requisitará um modelo específico, sendo assim, questionamos, ele pode ser o de validação rápida ou é necessário que seja o que valida a organização?

8) Em complemento a "*6. Na impossibilidade da emissão dos certificados pela CONTRATADA, no período programado para emissão dos certificados, o serviço de visita local não será considerado como prestado, devendo ser reagendado coma CONTRATANTE*" na hipótese de a

impossibilidade ser da contratante e a comunicação à contratada não ocorrer em tempo hábil para que não haja deslocamento do AGR, o órgão tem ciência que a visita pode ser cobrada?

9) O reajuste contratual, terá como base a data da proposta ou data do orçamento estimado? Caso seja o último, pedimos a gentileza de informar a data do orçamento.

10) Quanto a discriminação de impostos na nota fiscal a Instrução Normativa RFB nº 2145, de 26 de junho de 2023 obriga os órgãos realizarem as retenções e precisamos demostrar esses percentuais/valores nas notas fiscais. Sendo assim, gostaríamos de saber se no município existe norma específica sobre percentual e discriminação de impostos nas notas fiscais, ou a norma geral será aceita em momento contratual?

11) Ainda sobre emissão de NF, com base definição de certificação digital do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação e estudo efetuado pelo departamento fiscal e jurídico, informamos que a empresa utiliza para suas notas fiscais de serviço o CNAE 6319-4/00 C/C item 1.03 (por ser uma AR). Gostaríamos de confirmar se para atender ao órgão será necessário código diverso ou poderíamos manter o mesmo, regra geral?

12) Qual o e-mail para envio das notas fiscais?

13) Podemos usar para apuração do serviço a ser faturado os vouchers utilizados em um período de 01 à 30 de determinado mês, e realizar a emissão da nota fiscal no mês seguinte?

14) Após apuração mensal do serviço, por meio de relatório, a empresa necessita aguardar devolutiva para então emitir a nota ou pode encaminhar no mesmo e-mail a nota e o relatório para o devido ateste?

Sendo só para o momento, ficamos no aguardo.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
21.308.480/0001-22 **MATRIZ**		**29/10/2014**

NOME EMPRESARIAL
AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
AR RP CERTIFICACAO DIGITAL	**EPP**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
63.19-4-00 - Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
47.51-2-01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática
62.02-3-00 - Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis
62.03-1-00 - Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
AV CENTRAL	**1133**	**QUADRA1-A LOTE 12**

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
74.465-100	**JD NOVA ESPERANCA**	**GOIANIA**	**GO**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
LICITACOES@RPCD.COM.BR	**(62) 3412-0200**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**29/10/2014**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **12/03/2025** às **13:17:49** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

Outlook

Solicitação de esclarecimentos referente ao Pregão Eletrônico n.º 94.001/2025

De Joel Prates Silveira <equipe.licitacao@certifysec.com.br>
Data Qua, 05/03/2025 13:54
Para Comissao Permanente de Licitacao <licitacao@mpam.mp.br>
Cc licitacao@certifysec.com.br <licitacao@certifysec.com.br>

Geralmente, você não recebe emails de equipe.licitacao@certifysec.com.br. Saiba por que isso é importante

Prezados Senhores(as),

Boa tarde! Tudo bem?

Meu nome é **Joel Prates**, e sou responsável pelo setor de licitações da empresa **CertifySec**. Gostaria de solicitar alguns esclarecimentos referentes ao **Pregão Eletrônico n.º 94.001/2025**.

Primeiro esclarecimento:

No **item 6 do lote**, o edital menciona uma **marca de referência** para o **token criptográfico**, mas não deixa claro se a utilização dessa marca ou do modelo específico (5110) é obrigatória. A dúvida é: **existem outros tokens criptográficos** que cumprem todas as especificações técnicas exigidas no edital e no Termo de Referência, e que, portanto, podem ser oferecidos como alternativas compatíveis. Considerando que a marca e o modelo citados são apenas uma **referência**, entendo que a licitante não é obrigada a fornecer exatamente o item de referência, mas sim um que seja **compatível e atenda às normas e especificações propostas**. Está correto esse entendimento?

Segundo esclarecimento:

A segunda dúvida refere-se à **obrigatoriedade de a licitante ser credenciada diretamente na ICP-Brasil**. Existem empresas parceiras de **Autoridades de Registro (AR)** que atuam no ramo de certificação digital e, embora não sejam credenciadas diretamente na ICP-Brasil, conseguem comprovar sua qualificação técnica por meio de **atestados de capacidade técnica**. A dúvida é: **a licitante precisa, obrigatoriamente, ser credenciada na ICP-Brasil**, ou a comprovação de qualificação técnica por meio de atestados é suficiente para atender às exigências do edital?

Desde já, agradeço pela atenção e aguardo um retorno.

Atenciosamente,

--

Joel Silveira
Equipe de Licitação

Telefone: +55 (51) 3181-0635 / +55 (51) 8187-4516
Email: equipe.licitacao@certifysec.com.br
Site: www.certifysec.com.br



Esta mensagem e seus anexos podem conter informações confidenciais e/ou privilegiadas. Se você não for o destinatário, por favor, notifique o remetente imediatamente e apague esta mensagem. É proibida a distribuição ou cópia não autorizada deste e-mail.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
39.383.509/0001-04 **MATRIZ**		**09/10/2020**

NOME EMPRESARIAL
CERTIFYSEC TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
CERTIFYSEC	**ME**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
63.11-9-00 - Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
47.51-2-01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática
62.01-5-01 - Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda
62.02-3-00 - Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis
62.03-1-00 - Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis
62.04-0-00 - Consultoria em tecnologia da informação
62.09-1-00 - Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação
63.19-4-00 - Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet
63.99-2-00 - Outras atividades de prestação de serviços de informação não especificadas anteriormente
74.90-1-04 - Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários
82.19-9-99 - Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
AV JOAO CORREA	**1111**	**SALA 44**

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
93.010-265	**CENTRO**	**SAO LEOPOLDO**	**RS**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
DEPFISCAL@CERTIFYSEC.COM.BR	**(51) 3181-0635**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**09/10/2020**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **12/03/2025** às **13:15:06** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

OFÍCIO Nº 79.2025.CPL.1566853.2024.019531

Manaus, *na data da assinatura eletrônica.*

A Sua Senhoria o Senhor

EUDO DE LIMA ASSIS JÚNIOR

Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - DTIC

Assunto: Pedidos de Esclarecimentos referentes ao PE 94.001/2025-CPL/MP/PGJ SRP - PI N.º 2024.019531.

Senhor Diretor,

Cumprimentando-o com o presente, informamos que tramita nesta Comissão Permanente de Licitação o Processo SEI n.º 2024.019531 - Pregão Eletrônico n.º 94.001/2025-CPL/MP/PGJ, cujo objeto é o *Registro de preços para futura e eventual aquisição de serviço de emissão e renovação de certificados digitais padrão ICP-Brasil e fornecimento de token criptográficos USB, objetivando atender às necessidades de utilização da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, pelo período de 12 (doze) meses.*

Isto posto, **encaminhamos os autos em epígrafe a essa Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação, para análise e manifestação quanto aos pedidos de esclarecimentos (docs. 1566591, 1566592, 1566593) referentes ao objeto da licitação em voga.**

Por derradeiro, considerando a abertura da sessão do certame no dia 13/03/2025, **solicita-se que a resposta seja devidamente encaminhada a esta Comissão, no máximo, dia 11/03/2025**, para o prosseguimento regular ao feito.

Atenciosamente,

Manaus, 10 de março de 2025.

Sarah Madalena B. Côrtes de Melo

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Ato PGJ n.º 496/2024 - DOMPE, Ed. 2957, de 01.11.2024

Documento assinado eletronicamente por **Sarah Madalena Barbosa Santos Cortes**, **Presidente da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 10/03/2025, às 13:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1566853** e o código CRC **286BCDC4**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

PARECER Nº 42.2025.DTIC.1566919.2024.019531

PROCESSO DE COMPRA 2024.019531

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de **serviço emissão e renovação de certificados digitais padrão ICP-Brasil e fornecimento de toke**

ORIGEM: Pregão Eletrônico n.º 94.001/2025-CPL/MP/PGJ SRP, Termo de Referência n.º 4.2025.DTIC.1540068.2024.019531.

1. **Relatório**

Trata-se de pedido de esclarecimentos da pretensa licitante **CERTIFYSEC**, email equipe.licitacao@certifysec.com.br, enviada à **CPL** em 5 de março de 2025 às 13h45 e recebida na **DTIC** em 10 de março de 2025, sob o documento 1566593, onde apresenta os seguintes pedidos de esclarecimentos:

> ***Primeiro esclarecimento:***
>
> *No **item 6 do lote**, o edital menciona uma **marca de referência** para o **token criptográfico**, mas não deixa claro se a utilização dessa marca ou do modelo específico (5110) é obrigatória. A dúvida é: **existem outros tokens criptográficos** que cumprem todas as especificações técnicas exigidas no edital e no Termo de Referência, e que, portanto, podem ser oferecidos como alternativas compatíveis. Considerando que a marca e o modelo citados são apenas uma **referência**, entendo que a licitante não é obrigada a fornecer exatamente o item de referência, mas sim um que seja **compatível e atenda às normas e especificações propostas**. Está correto esse entendimento?*
>
> ***Segundo esclarecimento:***
>
> *A segunda dúvida refere-se à **obrigatoriedade de a licitante ser credenciada diretamente na ICP-Brasil**. Existem empresas parceiras de **Autoridades de Registro (AR)** que atuam no ramo de certificação digital e, embora não sejam credenciadas diretamente na ICP-Brasil, conseguem comprovar sua qualificação técnica por meio de **atestados de capacidade técnica**. A dúvida é: **a licitante precisa, obrigatoriamente, ser credenciada na ICP-Brasil**, ou a comprovação de qualificação técnica por meio de atestados é suficiente para atender às exigências do edital?*

2. **Da Análise**

Em atenção ao pedido de manifestação técnica relativa ao pedido de esclarecimento recebido, temos a informar:

2.1 **Da marca de referência do token criptográfico:**

O token deve ser Safenet 5110, para atender aos requisitos de infraestrutura tecnológica do **MPAM**.

2.2 **Da exigência do credenciamento na ICP-Brasil:**

Confirme especificado no subitem 2.3 do termo de referência, os certificados digitais (e-CPF e e-CNPJ) deverão ser no padrão ICP-Brasil. Por conseguinte, os certificados deverão ser emitidos por autoridade certificadora credenciada pela ICP-Brasil.

É a informação.

Manaus, 11 de março de 2025.

WALESKA GRACIEME ANDRADE MARQUES DE OLIVEIRA
Agente Técnico - Coordenadora do Serviço de Atendimento e Suporte de TI

Documento assinado eletronicamente por **Waleska Gracieme Andrade Marques de Oliveira**, **Agente Técnico - Analista de Banco de Dados**, em 11/03/2025, às 08:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1566919** e o código CRC **A6B10D68**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

PARECER Nº 43.2025.DTIC.1566926.2024.019531

PROCESSO DE COMPRA 2024.019531

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de **serviço emissão e renovação de certificados digitais padrão ICP-Brasil e fornecimento de toke**

ORIGEM: Pregão Eletrônico n.º 94.001/2025-CPL/MP/PGJ SRP, Termo de Referência n.º 4.2025.DTIC.1540068.2024.019531.

1. **Relatório**

Trata-se de pedido de esclarecimentos da pretensa licitante **PROJETO ÚNICO CERTIFICADO DIGITAL**, email supervisao@projetounicodigital.com.br, enviada à **CPL** em 5 de março de 2025 às 14h47 e recebida na **DTIC** em 10 de março de 2025, sob o documento 1566593, onde apresenta o seguinte pedido de esclarecimento:

> *Solicitando informações sobre o modelo de certificado exigido no item 3 do referido lote:*
>
> *Certificado SSL tem algumas particularidades que não constam do edital, dessa forma solicito a indicação do certificado conforme a lista abaixo de características para podermos montar o custo ideal para participação do Pregão Eletrônico.*
>
> *ALPHA PADRÃO (Certificado de Validação de Domínio - DV): Um certificado SSL de validação de domínio padrão é o mais básico e é emitido após a verificação de que você possui o domínio. Ele fornece criptografia, mas não valida a identidade da organização.*
>
> *ALPHA WILDCARD (Certificado Wildcard DV): Este certificado também é de validação de domínio, mas permite a proteção de um domínio e de todos os seus subdomínios (por exemplo, *.exemplo.com). É útil para empresas que têm múltiplos subdomínios.*
>
> *DV PADRÃO (Certificado de Validação de Domínio - DV): Semelhante ao ALPHA PADRÃO, é um tipo de certificado SSL que valida apenas a propriedade do domínio. É comum para sites que não requerem informações adicionais sobre a identidade da organização.*
>
> *DV WILDCARD (Certificado Wildcard DV): Este é o mesmo que o ALPHA WILDCARD, oferecendo a mesma proteção de um domínio e seus subdomínios, com a validação do domínio como único requisito.*
>
> *OV PADRÃO (Certificado de Validação de Organização - OV): Este certificado não só valida a propriedade do domínio, mas também autentica a identidade da organização que o solicita. É mais confiável que um certificado DV e é indicado para sites empresariais que precisam demonstrar sua legitimidade.*
>
> *OV WILDCARD (Certificado Wildcard OV): Combina a proteção para um domínio e seus subdomínios com a autenticação da identidade da organização. É a opção mais robusta, ideal para empresas que exigem validação e ampla cobertura de domínios.*
>
> *EV (Certificado de Validação Estendida): Este nível máximo de validação requer uma verificação rigorosa da organização. Ele mostra o nome da empresa na barra de endereço do navegador, aumentando a confiança do usuário. Geralmente é usado por empresas que necessitam de um alto nível de segurança e credibilidade.*
>
> *Desde já agradecemos e nos colocamos à disposição para eventuais esclarecimentos.*

2. **Da Análise**

Em atenção ao pedido de manifestação técnica relativa ao pedido de esclarecimento da empresa **PROJETO ÚNICO CERTIFICADO DIGITAL**, temos a informar:

2.1 **Questionamento:** *Solicitando informações sobre o modelo de certificado exigido no item 3 do referido lote:*

Conforme especificado no item 3, o certificado SSL WildCard deve proteger quaisquer SUBDOMINIOS, mesmo os adicionados posteriormente, com um único certificado SSL, assim como permitir a instalação em número ilimitado de servidores, portando o mais indicado é um certificado SSL WildCard do tipo OV (Organization Validation).

É a informação.

Manaus, 11 de março de 2025

CARLOS ALEXANDRE DOS SANTOS NOGUEIRA
Chefe do Setor de Infraestrutura e Telecomunicações

Documento assinado eletronicamente por **Carlos Alexandre dos Santos Nogueira**, **Chefe do Setor de Infraestrutura e Telecomunicação - SIET**, em 11/03/2025, às 08:37, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1566926** e o código CRC **B2DB3F3F**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

PARECER Nº 44.2025.DTIC.1566930.2024.019531

PROCESSO DE COMPRA 2024.019531

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de **serviço emissão e renovação de certificados digitais padrão ICP-Brasil e fornecimento de toke**

ORIGEM: Pregão Eletrônico n.º 94.001/2025-CPL/MP/PGJ SRP, Termo de Referência n.º 4.2025.DTIC.1540068.2024.019531.

1. **Relatório**

Trata-se de pedido de esclarecimentos da pretensa licitante **RPCD**, email licitacoes@rpcd.com.br, enviada à **CPL** em 6 de março de 2025 às 16h42 e recebida na **DTIC** em 10 de março de 2025, sob o documento 1566593, onde apresenta os seguintes pedidos de esclarecimentos:

Ficamos com algumas dúvidas após a análise do edital que gostaríamos de sanar:

1) Para os titulares que já possuam dados biométricos salvos (certificado anterior ou CNH digital), a empresa pode oferecer primeiramente o formato de atendimento remoto (online ou videoconferência)?

2) Quanto às exigências "O software de gerenciamento do dispositivo deverá ser disponibilizado pela CONTRATADA e estar no idioma Português do Brasil, devendo ser compatível com o cliente do SafeNet Authenticator Client ,permitindo: (...) Modelo de referência: Token Criptográfico Safenet eToken 5110.." é de ciência do órgão que a exigência que o software seja compatível, por si só, já direciona o objeto para a marca Safenet, uma vez que, ainda que outro software tenha as mesmas funcionalidades será necessário instalá-los para que tokens de outras marcas possam ser utilizados, pois que o SafeNet Authenticator Client possivelmente não aceita outra marca?

3) No que se refere à exigência "A CONTRATADA deverá possuir no mínimo um posto de atendimento para emissão de certificados digitais presenciais na cidade de Manaus-AM, durante toda a vigência da ata de registro de preços." ainda que a empresa tenha à época da contratação um posto na rede credenciada, é possível que no decorrer do tempo a unidade venha a se descredenciar, nesse caso, como não é algo que esteja dentro das faculdades da contratada, a empresa pode oferecer visita gratuita até que a situação se regularize?

4) Quanto ao estipulado em "2.6.2 Que permita que a CONTRATANTE possa agendar o atendimento para emissão e gravação de certificado em dia e hora disponíveis, atrelado a um número de voucher gerado pelo sistema.", por prática mercadológica, caso o titular opte pelo atendimento presencial, este é realizado independente de agendamento, por ordem de chegada na unidade de atendimento, enquanto as emissões remotas contam com serviço de agendamento para o titular, o órgão tem ciência disso?

5) Quanto à mídia, gostaríamos de saber se elas serão requeridas em 'lotes, independente da validação dos dados biométricos do titular para que, de posse das mesmas, o servidor responsável faça o gerenciamento das mesmas entregando-as diretamente ao servidor quando for requisitado?

6) No que se refere a "9.3 Manter garantia contra bugs (falhas de programação), durante todo o ciclo de validade do produto." é de ciência do órgão que se a falha ou problema foi apresentado a nível de ICP-Brasil, não será possível que a contratada possa garantir a isenção de falhas, e ainda que em seu sistema, há de convir que casos fortuitos e força maior podem ensejar problemas inevitáveis para a contratada?

7)Quanto ao certificado SSL não ficou claro pela análise se o órgão requisitará um modelo específico, sendo assim, questionamos, ele pode ser o de validação rápida ou é necessário que seja o que valida a organização?

8) Em complemento a "6. Na impossibilidade da emissão dos certificados pela

CONTRATADA, no período programado para emissão dos certificados, o serviço de visita local não será considerado como prestado, devendo ser reagendado coma CONTRATANTE" na hipótese de a impossibilidade ser da contratante e a comunicação à contratada não ocorrer em tempo hábil para que não haja deslocamento do AGR, o órgão tem ciência que a visita pode ser cobrada?

9) O reajuste contratual, terá como base a data da proposta ou data do orçamento estimado? Caso seja o último, pedimos a gentileza de informar a data do orçamento.

10) Quanto a discriminação de impostos na nota fiscal a Instrução Normativa RFB nº 2145, de 26 de junho de 2023 obriga os órgãos realizarem as retenções e precisamos demostrar esses percentuais/valores nas notas fiscais. Sendo assim, gostaríamos de saber se no município existe norma específica sobre percentual e discriminação de impostos nas notas fiscais, ou a norma geral será aceita em momento contratual?

11) Ainda sobre emissão de NF, com base definição de certificação digital do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação e estudo efetuado pelo departamento fiscal e jurídico, informamos que a empresa utiliza para suas notas fiscais de serviço o CNAE 6319-4/00 C/C item 1.03 (por ser uma AR). Gostaríamos de confirmar se para atender ao órgão será necessário código diverso ou poderíamos manter o mesmo, regra geral?

12) Qual o e-mail para envio das notas fiscais?

13) Podemos usar para apuração do serviço a ser faturado os vouchers utilizados em um período de 01 à 30 de determinado mês, e realizar a emissão da nota fiscal no mês seguinte?

14) Após apuração mensal do serviço, por meio de relatório, a empresa necessita aguardar devolutiva para então emitir a nota ou pode encaminhar no mesmo e-mail a nota e o relatório para o devido ateste?

Sendo só para o momento, ficamos no aguardo.

2. **Da Análise**

Em atenção ao pedido de manifestação técnica relativa ao pedido de esclarecimento da empresa **AMAZONAS COPIADORAS LTDA**., temos a informar:

2.1 **Do atendimento remoto para titulares com dados biométricos salvos.**

A escolha da modalidade de atendimento é a critério da **CONTRATANTE**, conforme descrito no subitem 2.5 do Termo de Referência nº 4.2025.DTIC.1540068.2024.019531.

2.2 **Da exigência de software de gerenciamento do dispositivo compatível com o cliente do SafeNet Authenticator Client:**

O token Safenet 5110 é de referência. Contudo, a mídia criptográfica oferta deverá ser gerenciável pelo software **SafeNet Authenticator Client**, conforme especificado no termo de referência.

2.3 **Da possibilidade de eventualmente substituir o atendimento presencial por visita externa gratuita em caso de eventual descredenciamento de posto certificador:**

O subitem 9.10 estabele as medidas que deverão ser adotadas em casos e que ocorram fatos supervenientes, excepcionais ou imprevisíveis, estranho à vontade das partes que impeçam a execução do serviço conforme contratado, que serão avaliados pontualmente, caso a caso.

2.4 **Da ciência do atendimento presencial por ordem de chegada:**

Caberá à **CONTRATADA** assegurar que no dia e hora agendas seja realizado o atendimento presencial do titular da certificação, que deverá ser realizado mediante apresentação do correspondente voucher gerado pelo sistema de agendamnto e gerenciamento disponibilizado, conforme indicado no subitem 2.8, "*A emissão fica autorizada apenas mediante cadastro prévio no sistema de vouchers*".

2.5 **Da aquisição das mídias criptográficas**

Sim, tem sido prática do **MPAM** realizar a aquisição das mídias criptográficas em lotes.

2.6 **Da garantia contra falhas e bugs**

As exigências de garantia estão descritas nos subitems 4.1.1 e 4.1.2 do termo de referência.

> *4.1.1 A **CONTRATADA** deverá prover garantia de correção e atualização motivadas por falhas técnicas e mudanças originadas de diretrizes oriundas da ICP-Brasil, pelo período mínimo de 36 (trinta e seis) meses para o certificado do tipo A3, contados a partir da data de emissão do certificado;*
>
> *4.1.2 Caso a correção ou atualização exija novo certificado, a empresa contratada deverá efetuar a nova emissão, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de notificação, sem ônus adicional para o **CONTRATANTE**.*

2.7 **Do certificado SSL**

Conforme especificado no item 3, o certificado SSL WildCard deve proteger quaisquer SUBDOMINIOS, mesmo os adicionados posteriormente, com um único certificado SSL, assim como permitir a instalação em número ilimitado de servidores, portando o mais indicado é um certificado SSL WildCard do tipo OV (Organization Validation).

2.8 **Do reagendamento de visitas externas**

Não está previsto no termo de referência a remuneração de visitas no caso apresentado.

2.9 **Do reajuste contratual**

Trata-se que cláusula prevista no edital do certame, não cabendo à equipe técnica manifestar-se.

2.10 **Da discriminação de impostos prevista na IN RFB 2145/2023**

Não se trata de cláusula prevista no termo de referência, não cabendo à equipe técnica manifestar-se.

2.11 **Da discriminação de impostos prevista na IN RFB 2145/2023**

Não se trata de cláusula prevista no termo de referência, não cabendo à equipe técnica manifestar-se.

2.12 **Do email para envio das notas fiscais**

As informações de execução serão comunicadas ao vencedor do certame, ao longo da execução contratual.

2.13 **Do faturamento dos serviços**

A princípio sim, podendo a fiscalização ajustar o entendimento em comum acordo com a contratada.

2.14 **Do faturamento dos serviços**

Sim, envia o pré-faturamento e aguarda a devolutiva da fiscalização.

É a informação.

Manaus, 11 de março de 2025.

WALESKA GRACIEME ANDRADE MARQUES DE OLIVEIRA
Agente Técnico - Coordenadora do Serviço de Atendimento e Suporte de TI

Documento assinado eletronicamente por **Waleska Gracieme Andrade Marques de Oliveira**, **Agente Técnico - Analista de Banco de Dados**, em 11/03/2025, às 09:04, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1566930** e o código CRC **691FE054**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

OFÍCIO Nº 84.2025.CPL.1568479.2024.019531

Manaus, *na data da assinatura eletrônica.*

A Sua Senhoria, o Senhor

Marcos André Abensur

Diretor de Orçamento e Finanças - DOF

Assunto: Pedidos de Esclarecimentos referentes ao PE 94.001/2025-CPL/MP/PGJ SRP - PI N.º 2024.019531.

Senhor Diretor,

Cumprimentando-o com o presente, informamos que tramita nesta Comissão Permanente de Licitação o Processo SEI n.º 2024.019531 - Pregão Eletrônico n.º 94.001/2025-CPL/MP/PGJ, cujo objeto é o *Registro de preços para futura e eventual aquisição de serviço de emissão e renovação de certificados digitais padrão ICP-Brasil e fornecimento de token criptográficos USB, objetivando atender às necessidades de utilização da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, pelo período de 12 (doze) meses.*

Isto posto, **encaminhamos os autos em epígrafe a essa Diretoria de Orçamento e Finanças - DOF, para análise e manifestação quanto aos pedidos de esclarecimentos da empresa RPCD - AR RP CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA - CNPJ n.º 21.308.480/0001-22 - (Doc. 1566592) - itens 10 a 14, referentes ao objeto da licitação em voga, abaixo transcritos:**

RPCD - AR RP CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA - CNPJ n.º 21.308.480/0001-22

(...)

10) Quanto a discriminação de impostos na nota fiscal a Instrução Normativa RFB nº 2145, de 26 de junho de 2023 obriga os órgãos realizarem as retenções e precisamos demostrar esses percentuais/valores nas notas fiscais. Sendo assim, gostaríamos de saber se no município existe norma específica sobre percentual e discriminação de impostos nas notas fiscais, ou a norma geral será aceita em momento contratual?

11) Ainda sobre emissão de NF, com base definição de certificação digital do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação e estudo efetuado pelo

departamento fiscal e jurídico, informamos que a empresa utiliza para suas notas fiscais de serviço o CNAE 6319-4/00 C/C item 1.03 (por ser uma AR). Gostaríamos de confirmar se para atender ao órgão será necessário código diverso ou poderíamos manter o mesmo, regra geral?

12) Qual o e-mail para envio das notas fiscais?

13) Podemos usar para apuração do serviço a ser faturado os vouchers utilizados em um período de 01 à 30 de determinado mês, e realizar a emissão da nota fiscal no mês seguinte?

14) Após apuração mensal do serviço, por meio de relatório, a empresa necessita aguardar devolutiva para então emitir a nota ou pode encaminhar no mesmo e-mail a nota e o relatório para o devido ateste?

Por derradeiro, considerando a abertura da sessão do certame no dia 13/03/2025, **solicita-se que a resposta seja devidamente encaminhada a esta Comissão, no máximo, dia 12/03/2025**, para o prosseguimento regular ao feito.

Atenciosamente,

Manaus, 11 de março de 2025.

Iury Fechine Ramos

Pregoeiro suplente - PORTARIA N° 251/2025/SUBADM

Documento assinado eletronicamente por **Iury Fechine Ramos**, **Membro da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 11/03/2025, às 14:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1568479** e o código CRC **85FDBF53**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

OFÍCIO Nº 3.2025.DOF.1568639.2024.019531

Manaus-AM, na data da assinatura eletrônica.

A Comissão Permanente de Licitação - CPL

Assunto: Resposta ao Ofício Nº 84.2025.CPL.1568479.2024.019531

Em resposta à solicitação encaminhada por essa Comissão, seguem as manifestações da Diretoria de Orçamento e Finanças - DOF quanto aos pedidos de esclarecimentos da empresa RPCD - AR RP CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA - CNPJ n.º 21.308.480/0001-22, nos itens 10 a 14 do Ofício 84 (SEI nº 1568479).

10.) Compete exclusivamente à empresa a adoção da legislação tributária aplicável ao serviço por ela prestado, devendo esta adequar-se às exigências pertinentes à prestação de serviço para órgão público estadual do Amazonas no Município de Manaus;

11.) Compete exclusivamente à empresa seu registros em notas fiscais quanto aos seus CNAE utilizados. Recomenda-se, contudo, que, na emissão da nota fiscal, seja adotado o cadastro do tipo de serviço que melhor se adeque ao objeto licitado.

12.) O e-mail para envio das notas fiscais **dof@mpam.mp.br**. Entretanto, recomenda-se que as informações também sejam enviadas ao Fiscal/Gestor responsável pelo ateste do serviço, a fim de garantir a correta tramitação e conferência dos documentos na fase de ateste.

13.) Do ponto de vista do pagamento da nota fiscal, esta Diretoria não identifica impedimentos quanto a este item. Contudo, recomenda-se a manifestação do responsável pelo ateste e fiscalização da nota fiscal em vista do carácter técnico do fluxo processual e regime de conferências para atestes.

14.) É recomendável a manifestação da fiscalização técnica para analisar este fluxo processual.

Dessa forma, atendemos à solicitação dentro do prazo estabelecido e nos colocamos à disposição para eventuais esclarecimentos adicionais.

Atenciosamente,

MARCOS ANDRE ABENSUR
Diretor de Orçamento e Finanças

Documento assinado eletronicamente por **Marcos André Abensur**, **Diretor(a) de Orçamento e Finanças - DOF**, em 11/03/2025, às 17:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1568639** e o código CRC **CAAE4302**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

DECISÃO Nº 2.2025.CPL.1566914.2024.019531

PROCESSO SEI N.º 2024.019531

PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS APRESENTADOS PELAS EMPRESAS **CERTIFYSEC (CERTIFYSEC TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA - CNPJ N.º 39.383.509/0001-04); PROJETO ÚNICO (E C DE S BULGARELLI LTDA - CNPJ N.º 19.615.240/0001-29); AR RP CERTIFICACAO DIGITAL (AR RP CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA - CNPJ N.º 21.308.480/0001-22)**. PRESSUPOSTOS LEGAIS: LEGITIMIDADE E INTERESSE DE AGIR, A EXISTÊNCIA DE UM ATO ADMINISTRATIVO E FUNDAMENTAÇÃO ATENDIDOS. PEDIDOS TEMPESTIVOS. APRECIAR E REPUTAR ESCLARECIDAS. MANTER A DATA DO CERTAME.

1. DA DECISÃO

Analisados todos os pressupostos de admissibilidade e os aspectos objeto das peças dirigidas, este Pregoeiro Substituto**,** com fundamento no artigo 59, § 1º, do ATO PGJ N.º 8/2024, decide:

a) **Receber e conhecer** dos **pedidos de esclarecimentos** suscitados pelas empresas **CERTIFYSEC (CERTIFYSEC TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA - CNPJ n.º 39.383.509/0001-04); PROJETO ÚNICO (E C DE S BULGARELLI LTDA - CNPJ n.º 19.615.240/0001-29); AR RP CERTIFICACAO DIGITAL (AR RP CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA - CNPJ n.º 21.308.480/0001-22),** aos termos do Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO 94.001/2025-CPL/MP/PGJ**, cujo objeto é o *Registro de preços para futura e eventual aquisição de serviço de emissão e renovação de certificados digitais padrão ICP-Brasil e fornecimento de token criptográficos USB, objetivando atender às necessidades de utilização da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, pelo período de 12 (doze) meses.*

b) **No mérito, reputar esclarecidas** as demais solicitações, conforme discorrido na presente peça;

c) **Manter o edital e a data de realização do certame**, uma vez que não houve nenhuma alteração do objeto, em consonância com o art. 55, §1º, da Lei n.° 14.133/21.

2. DO RELATÓRIO

2.1. DAS RAZÕES DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.

Chegaram ao e-mail institucional desta Comissão Permanente de Licitação, os pedidos de esclarecimentos apresentados aos termos do Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO 94.001/2025-CPL/MP/PGJ,** pelas empresas **CERTIFYSEC (CERTIFYSEC TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA - CNPJ n.º 39.383.509/0001-04); PROJETO ÚNICO (E C DE S BULGARELLI LTDA - CNPJ n.º 19.615.240/0001-29)** em 05 de março de 2025 e **AR RP CERTIFICACAO DIGITAL (AR RP CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA - CNPJ n.º 21.308.480/0001-22)**, em 06 de março de 2025, onde questionam, em suma:

CERTIFYSEC

(...)

"1. Do item 10.10 apresentação de amostras entendemos que esse item não se aplica ao objeto desse edital, uma vez que não existe regra ou processo do Fabricante para o fornecimento de amostras. Nosso entendimento está correto? Caso negativo, solicitamos que seja informado quais licenças e quantidades deverão servir de amostra, para que isso seja contabilizado no custo do projeto."

"2. Do item 4 dos prazos e condições de entrega subitem 4.4 Entendemos que o item referente ao fornecimento de certificado de garantia não se aplica ao objeto da licitação pois a entrega das licenças e a garantia de disponibilidade das licenças serão verificados digitalmente através do painel oficial da fabricante Microsoft no qual será possível acessar a qualquer momento diversas informações como modelo, vigência, código do produto, quantidade, dentre outras. Nosso entendimento está correto? Em caso negativo pedimos esclarecimentos adicionais."

"3. Em relação ao anexo 1, item 7 e seus subitens, entendemos que o Suporte Técnico Microsoft para esta contratação será o padrão em a Serviços Online, seguindo as suas regras de níveis de serviços e atendimento (SLA) aos chamados de forma remota, não sendo o objetivo do edital a contratação de um suporte premier do fabricante ou suporte especializado da contratada. Nosso entendimento está correto?"

"4. Em relação ao “item 9 – Do encaminhamento da proposta” e seu subitem “9.2 e – prazo da prestação de serviços”, o prazo contratual será de 36 meses e entendemos que a prorrogação contratual será um acordo entre a contratada e contratante. Nosso entendimento está correto?"

"5. Trata-se de renovação de um contrato EAS? Se sim, por favor informar a data de término do contrato."

"Multa - Em relação ao “item11 – Das sanções administrativas” e seu subitem “8 - Deixar de atender qualquer um dos prazos de execução do serviço de suporte técnico", entendemos que o Suporte é será realizado pelo fabricante, não sendo de responsabilidade da contratada o atendimento e resolução do chamado. A contrata poderá apoiar e acompanhar a abertura dos chamados. Está correto nosso entendimento?"

"Pagamento - Em relação ao “item 19 - Do pagamento” e seu subitem “19.2". O pagamento será realizado anualmente, totalizando 3 parcelas durante a vigência do contrato?"

PROJETO ÚNICO

(...)

Solicita, em suma, a desconsideração da exigência que consta na cláusula 8.3, do Termo de Referência, onde se lê que "A LICITANTE deverá, obrigatoriamente, ser uma revenda autorizada Microsoft (LSP - Licensing Solution Provider) habilitada a operacionalizar contratos de licenciamento por volume, inclusive para médias e grandes organizações".

Solicita, em suma, a desconsideração da restrição que consta na cláusula 3.1.3, do Termo de Referência, onde se lê que "a contratação se dará na modalidade Enterprise Agreement Subscription (EAS)", alegando e solicitando a possibilidade de ofertar modalidade CSP, que, nas palavras da empresa solicitante, "atende todas as especificações exigidas, em todas as características solicitadas, com AS MESMAS CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS, DE SUPORTE, DE RENOVAÇÃO e DEMAIS ESPECIFICAÇÕES".

AR RP CERTIFICACAO DIGITAL

(...)

1) Para os titulares que já possuam dados biométricos salvos (certificado anterior ou CNH digital), a empresa pode oferecer primeiramente o formato de atendimento remoto (online ou videoconferência)?

2) Quanto às exigências "O software de gerenciamento do dispositivo deverá ser disponibilizado pela CONTRATADA e estar no idioma Português do Brasil, devendo ser compatível com o cliente do SafeNet Authenticator Client ,permitindo: (...) Modelo de referência: Token Criptográfico Safenet eToken 5110.." é de ciência do órgão que a exigência que o software seja compatível, por si só, já direciona o objeto para a marca Safenet, uma vez que, ainda que outro software tenha as mesmas funcionalidades será necessário instalá-los para que tokens de outras marcas possam ser utilizados, pois que o SafeNet Authenticator Client possivelmente não aceita outra marca?

3) No que se refere à exigência "A CONTRATADA deverá possuir no mínimo um posto de atendimento para emissão de certificados digitais presenciais na cidade de Manaus-AM, durante toda a vigência da ata de registro de preços." ainda que a empresa tenha à época da contratação um posto na rede credenciada, é possível que no decorrer do tempo a unidade venha a se descredenciar, nesse caso, como não é algo que esteja dentro das faculdades da contratada, a empresa pode oferecer visita gratuita até que a situação se regularize?

4) Quanto ao estipulado em "2.6.2 Que permita que a CONTRATANTE possa agendar o atendimento para emissão e gravação de certificado em dia e hora disponíveis, atrelado a um número de voucher gerado pelo sistema.", por prática mercadológica, caso o titular opte pelo atendimento presencial, este é realizado independente de agendamento, por ordem de chegada na unidade de atendimento, enquanto as emissões remotas contam com serviço de agendamento para o titular, o órgão tem ciência disso?

5) Quanto à mídia, gostaríamos de saber se elas serão requeridas em 'lotes, independente da validação dos dados biométricos do titular para que, de posse das mesmas, o servidor responsável faça o gerenciamento das mesmas entregando-as diretamente ao servidor quando for requisitado?

6) No que se refere a "9.3 Manter garantia contra bugs (falhas de programação), durante todo o ciclo de validade do produto." é de ciência do órgão que se a falha ou problema foi apresentado a nível de ICP-Brasil, não será possível que a contratada possa garantir a isenção de falhas, e ainda que em seu sistema, há de convir que casos fortuitos e força maior podem ensejar problemas inevitáveis para a contratada?

7)Quanto ao certificado SSL não ficou claro pela análise se o órgão requisitará um modelo específico, sendo assim, questionamos, ele pode ser o de validação rápida ou é necessário que seja o que valida a organização?

8) Em complemento a "6. Na impossibilidade da emissão dos certificados pela

CONTRATADA, no período programado para emissão dos certificados, o serviço de visita local não será considerado como prestado, devendo ser reagendado coma CONTRATANTE" na hipótese de a impossibilidade ser da contratante e a comunicação à contratada não ocorrer em tempo hábil para que não haja deslocamento do AGR, o órgão tem ciência que a visita pode ser cobrada?

9) O reajuste contratual, terá como base a data da proposta ou data do orçamento estimado? Caso seja o último, pedimos a gentileza de informar a data do orçamento.

10) Quanto a discriminação de impostos na nota fiscal a Instrução Normativa RFB nº 2145, de 26 de junho de 2023 obriga os órgãos realizarem as retenções e precisamos demostrar esses percentuais/valores nas notas fiscais. Sendo assim, gostaríamos de saber se no município existe norma específica sobre percentual e discriminação de impostos nas notas fiscais, ou a norma geral será aceita em momento contratual?

11) Ainda sobre emissão de NF, com base definição de certificação digital do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação e estudo efetuado pelo departamento fiscal e jurídico, informamos que a empresa utiliza para suas notas fiscais de serviço o CNAE 6319-4/00 C/C item 1.03 (por ser uma AR). Gostaríamos de confirmar se para atender ao órgão será necessário código diverso ou poderíamos manter o mesmo, regra geral?

12) Qual o e-mail para envio das notas fiscais?

13) Podemos usar para apuração do serviço a ser faturado os vouchers utilizados em um período de 01 à 30 de determinado mês, e realizar a emissão da nota fiscal no mês seguinte?

14) Após apuração mensal do serviço, por meio de relatório, a empresa necessita aguardar devolutiva para então emitir a nota ou pode encaminhar no mesmo e-mail a nota e o relatório para o devido ateste?

Passo à análise dos pressupostos legais e à exposição das razões de decidir.

3. DOS PRESSUPOSTOS LEGAIS

Ab initio, é necessário observar se os interessados atendem às exigências emanadas do repositório legal das licitações públicas, particularmente, aquelas decorrentes do texto do art. 164, *caput*, da Lei n.º 14.133/2021.

Reza esse dispositivo que *"qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos,* ***devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame"***.

Dessa regra se desdobram alguns requisitos que devem ser adimplidos quando de eventual oposição dirigida ao órgão público licitante, são eles: legitimidade, interesse, a existência de um ato administrativo, fundamentação e tempestividade.

O primeiro desses pressupostos dispensa maiores comentários ante a clarividência da norma mencionada alhures, isto é, *qualquer pessoa é parte legítima.*

Obviamente, o segundo requisito apontado decorre dessa acepção de legitimidade, pois mesmo que não se trate de pretenso licitante com interesse concreto e pontualmente direcionado às regras do cotejo, o interesse da parte legitimada pela regra sobredita pode estar revestido do mero e simples anseio de se satisfazer com o cumprimento estrito da lei.

Na verdade, cremos que a intenção do legislador foi justamente a de conferir ao procedimento licitatório o mais amplo, acessível e rigoroso sistema de fiscalização.

O terceiro ponto a ser observado decorre certamente da consequência lógica do instituto ora em estudo. É dizer, só se pode questionar, esclarecer ou impugnar algo que existe. *In casu,* um ato administrativo instrumentalizado sob a forma de um documento público.

Consequentemente, eventual objeção a um ato administrativo deve trazer consigo suas razões fundamentais específicas, mesmo que simplesmente baseada em fatos, de forma a evitar que a oposição seja genérica, vaga e imprecisa. As peças em análise preencheram, também, esse requisito ao indagarem, pontualmente, o entendimento de determinadas regras do Edital.

Por derradeiro, há o pressuposto que condiciona o exercício dessa faculdade a determinado lapso temporal, de forma que, ultrapassado o limite de tempo em que se poderia interpor os questionamentos reputados necessários, deixa de existir o direito conferido pela Lei àquela particular situação.

Com termos semelhantes dispõem, também, os subitens 24.e e seguintes do Edital do Pregão Eletrônico nº 94.001/2025-CPL/MP/PGJ, estipulando que:

> 24.1. Até o dia 07/03/2025, 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá IMPUGNAR este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, mediante petição, que deverá obrigatoriamente (art. 10, caput, da Lei nº 12.527/2011) conter a identificação do Impugnante (CPF/CNPJ).
>
> 24.2. Os pedidos de ESCLARECIMENTOS referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até o dia 07/03/2025, 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, até às 14h, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital, mediante petição, que deverá obrigatoriamente (art. 10, caput, da Lei nº 12.527/2011) conter a identificação do solicitante (CPF/CNPJ).
>
> 24.3. Os pedidos de impugnações e esclarecimentos, bem como as respectivas respostas, serão divulgados no site https://www.gov.br/compras/pt-br, na área Gestor Público/consultas/pregões/agendados (http://comprasnet.gov.br/acesso.asp?url=/livre/Pregao/lista_pregao_filtro.asp?Opc=0) e no site oficial do MPAM. O fornecedor, além do acesso livre, poderá visualizar também no menu principal, no link: “visualizar impugnações /esclarecimentos/avisos”.
>
> 24.4. A impugnação ou pedido de esclarecimento poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail licitacao@mpam.mp.br, no horário local de expediente da Instituição, até às 14 horas (horário local) da data limite fixada ou por petição dirigida/protocolada no Prédio-Sede desta PGJ, localizado na Av. Coronel Teixeira, nº 7995 - Nova Esperança, CEP: 69037-473, endereçado à Comissão Permanente de Licitação.

> 24.5. Acolhida a impugnação ou determinadas as providências requeridas, será designada nova data para realização da sessão pública, salvo quando estas não afetarem a formulação das propostas.
>
> 24.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
>
> 24.6.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
>
> 24.7. As respostas aos pedidos de esclarecimentos divulgadas pelo sistema vincularão os participantes e a Administração.

Faz-se mister, contudo, elucidar os critérios utilizados na contagem dos prazos estabelecidos no instrumento convocatório, segundo inteligência do art. 183, da Lei n.º 14.133/2021, de onde se extrai que nos "*prazos previstos nesta Lei serão contados com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento*".

Vê-se, portanto, que, a partir de uma interpretação finalística do dispositivo legal ao norte especificado, a intenção do legislador foi justamente a de disponibilizar à Administração um tempo mínimo suficiente para a apreciação de eventuais recursos, neles inclusos impugnações e/ou pedidos de esclarecimentos, sendo assinalado para cada uma das hipóteses normativas prazos razoáveis para a tomada de decisões.

Considerando o exposto, como mencionado anteriormente, as partes interessadas apresentaram suas solicitações por e-mail até a **data limite de 07/03/2025**. Portanto, as peças trazidas a esta CPL são **TEMPESTIVAS.**

Sendo assim, passemos à análise do pedido.

4. RAZÕES DE DECIDIR

Vale ressaltar, em caráter preliminar, que as disposições constantes do instrumento convocatório procuram alinhar-se, estritamente, às recomendações dos princípios e regras legais que disciplinam o procedimento licitatório, estabelecidos quer na **Lei nº. 14.133/2021,** nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, quer na **Constituição Federal de 1988,** bem como, frisa-se, seguindo-se os mais lúcidos preceitos da doutrina e da jurisprudência majoritária.

Nesse sentido, é necessário recordar que o dever administrativo de adotar critérios claros, objetivos e legais durante a análise das documentações dos concorrentes em uma licitação decorre da obrigação da Administração Pública manter plena transparência de seus atos, a fim de definir qual licitante reúne condições de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento de seus deveres, sem se desviar da observância necessária do princípio da igualdade entre os licitantes, estimulando o caráter competitivo da licitação, constante no art. 5º da Lei Nº 14.133/2021, abaixo disposto:

> Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público**,** da probidade administrativa, **da igualdade**, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, **da competitividade**, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento

nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro). (g.n.)

Em outras palavras, no que tange às contratações realizadas mediante licitação, deve a Administração Pública, em observância ao disposto no art. 5º, caput, da Lei n.º 14.133/2021, garantir a igualdade na participação dos licitantes e a selecionar a proposta mais vantajosa, sem se afastar dos princípios básicos descritos no dispositivo supra.

Estabelecidos os princípios legais, apresentamos a seguir as razões e motivações acerca dos questionamentos aventados pelas pretensas licitantes.

Da análise dos pedidos colacionados, infere-se que as objeções suscitadas se referem às disposições expressas no próprio instrumento convocatório, notadamente, às especificações do **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 04.2025.DTIC.1540068.2024.019531.**

Os autos, então, foram inicialmente encaminhados ao setor responsável pela demanda, a saber, a **DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - DTIC** deste *Parquet*, que se manifestou da seguinte forma:

a) com relação ao pedido da **CERTIFYSEC (CERTIFYSEC TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA - CNPJ n.º 39.383.509/0001-04;**

PARECER Nº 42.2025.DTIC.1566919.2024.019531

(...)

2. **Da Análise**

Em atenção ao pedido de manifestação técnica relativa ao pedido de esclarecimento recebido, temos a informar:

2.1 **Da marca de referência do token criptográfico:**

O token deve ser Safenet 5110, para atender aos requisitos de infraestrutura tecnológica do **MPAM**.

2.2 **Da exigência do credenciamento na ICP-Brasil:**

Confirme especificado no subitem 2.3 do termo de referência, os certificados digitais (e-CPF e e-CNPJ) deverão ser no padrão ICP-Brasil. Por conseguinte, os certificados deverão ser emitidos por autoridade certificadora credenciada pela ICP-Brasil.

É a informação.

Manaus, 11 de março de 2025.

WALESKA GRACIEME ANDRADE MARQUES DE OLIVEIRA

Agente Técnico - Coordenadora do Serviço de Atendimento e Suporte de TI

b) com relação ao pedido da **PROJETO ÚNICO (E C DE S BULGARELLI LTDA - CNPJ n.º 19.615.240/0001-29);**

PARECER Nº 43.2025.DTIC.1566926.2024.019531

(...)

2. **Da Análise**

Em atenção ao pedido de manifestação técnica relativa ao pedido de esclarecimento da empresa **PROJETO ÚNICO**, temos a informar:

2.1 **Questionamento:** *Solicitando informações sobre o modelo de certificado exigido no item 3 do referido lote:*

Conforme especificado no item 3, o certificado SSL WildCard deve proteger quaisquer SUBDOMINIOS, mesmo os adicionados posteriormente, com um único certificado SSL, assim como permitir a instalação em número ilimitado de servidores, portando o mais indicado é um certificado SSL WildCard do tipo OV (Organization Validation).

É a informação.

Manaus, 11 de março de 2025

CARLOS ALEXANDRE DOS SANTOS NOGUEIRA

Chefe do Setor de Infraestrutura e Telecomunicações

c) com relação ao pedido da **AR RP CERTIFICACAO DIGITAL (AR RP CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA - CNPJ n.º 21.308.480/0001-22)**,

PARECER Nº 44.2025.DTIC.1566930.2024.019531

(...)

2. **Da Análise**

Em atenção ao pedido de manifestação técnica relativa ao pedido de esclarecimento da empresa **AMAZONAS COPIADORAS LTDA**., temos a informar:

2.1 **Do atendimento remoto para titulares com dados biométricos salvos.**

A escolha da modalidade de atendimento é a critério da **CONTRATANTE**, conforme descrito no subitem 2.5 do Termo de Referência nº 4.2025.DTIC.1540068.2024.019531.

2.2 **Da exigência de software de gerenciamento do dispositivo compatível com o cliente do SafeNet Authenticator Client:**

O token Safenet 5110 é de referência. Contudo, a mídia criptográfica oferta deverá ser gerenciável pelo software **SafeNet Authenticator Client**, conforme especificado no termo de referência.

2.3 **Da possibilidade de eventualmente substituir o atendimento presencial por visita externa gratuita em caso de eventual descredenciamento de posto certificador:**

O subitem 9.10 estabele as medidas que deverão ser adotadas em casos e que ocorram fatos supervenientes, excepcionais ou imprevisíveis, estranho à vontade das partes que impeçam a execução do serviço conforme contratado, que serão avaliados pontualmente, caso a caso.

2.4 **Da ciência do atendimento presencial por ordem de chegada:**

Caberá à **CONTRATADA** assegurar que no dia e hora agendas seja realizado o atendimento presencial do titular da certificação, que deverá ser realizado mediante apresentação do correspondente voucher gerado pelo sistema de agendamnto e gerenciamento disponibilizado, conforme indicado no subitem 2.8, "*A emissão fica autorizada apenas mediante cadastro prévio no sistema de vouchers*".

2.5 **Da aquisição das mídias criptográficas**

Sim, tem sido prática do **MPAM** realizar a aquisição das mídias criptográficas em lotes.

2.6 **Da garantia contra falhas e bugs**

As exigências de garantia estão descritas nos subitems 4.1.1 e 4.1.2 do termo de referência.

*4.1.1 A **CONTRATADA** deverá prover garantia de correção e atualização motivadas por falhas técnicas e mudanças originadas de diretrizes oriundas da ICP-Brasil, pelo período mínimo de 36 (trinta e seis) meses para o certificado do tipo A3, contados a partir da data de emissão do certificado;*

*4.1.2 Caso a correção ou atualização exija novo certificado, a empresa contratada deverá efetuar a nova emissão, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de notificação, sem ônus adicional para o **CONTRATANTE**.*

2.7 **Do certificado SSL**

Conforme especificado no item 3, o certificado SSL WildCard deve proteger quaisquer SUBDOMINIOS, mesmo os adicionados posteriormente, com um único certificado SSL, assim como permitir a instalação em número ilimitado de servidores, portando o mais indicado é um certificado SSL WildCard do tipo OV (Organization Validation).

2.8 **Do reagendamento de visitas externas**

Não está previsto no termo de referência a remuneração de visitas no caso apresentado.

2.9 **Do reajuste contratual**

Trata-se que cláusula prevista no edital do certame, não cabendo à equipe técnica manifestar-se.

2.10 **Da discriminação de impostos prevista na IN RFB 2145/2023**

Não se trata de cláusula prevista no termo de referência, não cabendo à equipe técnica manifestar-se.

2.11 **Da discriminação de impostos prevista na IN RFB 2145/2023**

Não se trata de cláusula prevista no termo de referência, não cabendo à equipe técnica manifestar-se.

2.12 **Do email para envio das notas fiscais**

As informações de execução serão comunicadas ao vencedor do certame, ao longo da execução contratual.

2.13 **Do faturamento dos serviços**

A princípio sim, podendo a fiscalização ajustar o entendimento em comum acordo com a contratada.

2.14 **Do faturamento dos serviços**

Sim, envia o pré-faturamento e aguarda a devolutiva da fiscalização.

É a informação.

Manaus, 11 de março de 2025.

WALESKA GRACIEME ANDRADE MARQUES DE OLIVEIRA

Agente Técnico - Coordenadora do Serviço de Atendimento e Suporte de TI

Por conseguinte, considerando que os itens 10 a 14 do pedido de esclarecimentos formulado pela empresa **AR RP CERTIFICACAO DIGITAL (AR RP CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA - CNPJ n.º 21.308.480/0001-22)** tratam de matéria orçamentária e financeira, os presentes autos foram encaminhados à **Diretoria de Orçamento e Finanças - DOF**, solicitando seu apoio para responder os questionamentos 10 e 11 e colaborar na complementação de informações quanto aos itens 12 a 14:

AR RP CERTIFICACAO DIGITAL - AR RP CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA - CNPJ n.º 21.308.480/0001-22

(...)

10) Quanto a discriminação de impostos na nota fiscal a Instrução Normativa RFB nº 2145, de 26 de junho de 2023 obriga os órgãos realizarem as retenções e precisamos demostrar esses percentuais/valores nas notas fiscais. Sendo assim, gostaríamos de saber se no município existe norma específica sobre percentual e discriminação de impostos nas notas fiscais, ou a norma geral será aceita em momento contratual?

11) Ainda sobre emissão de NF, com base definição de certificação digital do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação e estudo efetuado pelo departamento fiscal e jurídico, informamos que a empresa utiliza para suas notas fiscais de serviço o CNAE 6319-4/00 C/C item 1.03 (por ser uma AR). Gostaríamos de confirmar se para atender ao órgão será necessário código diverso ou poderíamos manter o mesmo, regra geral?

12) Qual o e-mail para envio das notas fiscais?

13) Podemos usar para apuração do serviço a ser faturado os vouchers utilizados em um período de 01 à 30 de determinado mês, e realizar a emissão da nota fiscal no mês seguinte?

14) Após apuração mensal do serviço, por meio de relatório, a empresa necessita aguardar devolutiva para então emitir a nota ou pode encaminhar no mesmo e-mail a nota e o relatório para o devido ateste?

Em resposta, mediante o OFÍCIO Nº 3.2025.DOF.1568639.2024.019531, o Sr. Marcos André Abensur, Diretor de Orçamento e Finanças - DOF, informou:

OFÍCIO Nº 3.2025.DOF.1568639.2024.019531

(...)

Em resposta à solicitação encaminhada por essa Comissão, seguem as manifestações da Diretoria de Orçamento e Finanças - DOF quanto aos pedidos de esclarecimentos da empresa RPCD - AR RP CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA - CNPJ n.º 21.308.480/0001-22, nos itens 10 a 14 do Ofício 84 (SEI nº 1568479).

10.) Compete exclusivamente à empresa a adoção da legislação tributária aplicável ao serviço por ela prestado, devendo esta adequar-se às exigências pertinentes à prestação de serviço para órgão público estadual do Amazonas no Município de Manaus;

11.) Compete exclusivamente à empresa seu registros em notas fiscais quanto aos seus CNAE utilizados. Recomenda-se, contudo, que, na

emissão da nota fiscal, seja adotado o cadastro do tipo de serviço que melhor se adeque ao objeto licitado.

12.) O e-mail para envio das notas fiscais dof@mpam.mp.br. Entretanto, recomenda-se que as informações também sejam enviadas ao Fiscal/Gestor responsável pelo ateste do serviço, a fim de garantir a correta tramitação e conferência dos documentos na fase de ateste.

13.) Do ponto de vista do pagamento da nota fiscal, esta Diretoria não identifica impedimentos quanto a este item. Contudo, recomenda-se a manifestação do responsável pelo ateste e fiscalização da nota fiscal em vista do carácter técnico do fluxo processual e regime de conferências para atestes.

14.) É recomendável a manifestação da fiscalização técnica para analisar este fluxo processual.

Dessa forma, atendemos à solicitação dentro do prazo estabelecido e nos colocamos à disposição para eventuais esclarecimentos adicionais.

Atenciosamente,

MARCOS ANDRE ABENSUR

Diretor de Orçamento e Finanças

Por fim, compete a este pregoeiro prestar as devidas informações quanto ao "item 09" do questionamento da empresa **AR RP CERTIFICACAO DIGITAL (AR RP CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA - CNPJ n.º 21.308.480/0001-22)**, abaixo transcrito:

AR RP CERTIFICACAO DIGITAL - AR RP CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA - CNPJ n.º 21.308.480/0001-22

(...)

9) O reajuste contratual, terá como base a data da proposta ou data do orçamento estimado? Caso seja o último, pedimos a gentileza de informar a data do orçamento.

(...)

Para elucidar o questionamento supra, faz-se necessário consultar o Anexo III do Edital - Minuta de Contrato Administrativo, especificamente sua CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS, notadamente parágrafos segundo e terceiro:

ANEXO III

MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 1.2025.DCCON - CONTRATOS.1522384.2024.019531

(...)

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS:

Nos termos do art. 83, caput, do Ato n.º 008/2024/PGJ, os preços inicialmente contratados poderão ser reajustados, por requerimento da **CONTRATADA**, desde que observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, de acordo com a variação do Índice de Custo da Tecnologia da Informação (ICTI), computado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), ou outro que venha substituí-lo, na forma e periodicidade regulamentadas.

Parágrafo primeiro. Caberá à **CONTRATADA** efetuar os cálculos relativos ao reajustamento e demais documentos comprobatórios, submetendo-os à apreciação da **FISCALIZAÇÃO**.

Parágrafo segundo. O interregno mínimo de 1 (um) ano para o primeiro reajustamento será contado a partir da data do orçamento estimado pela **CONTRATANTE** a que a proposta se referir.

Parágrafo terceiro. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno de 1 (um) ano será contado a partir da data de início dos efeitos financeiros do último reajustamento ocorrido.

Parágrafo quarto. O prazo para a **FISCALIZAÇÃO** responder ao pedido de reajustamento será de 1 (um) mês, contado do recebimento do pedido.

Parágrafo quinto. Caso a **CONTRATADA** não requeira tempestivamente o reajustamento e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.

Parágrafo sexto. A **CONTRATANTE** poderá restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do ajuste em seu favor, visando à adequação dos preços contratuais, quando se verificar que houve redução dos preços dos serviços no mercado, observando-se o disposto no art. 124 da Lei n.º 14.133/2021.

Parágrafo sétimo. A **FISCALIZAÇÃO** poderá solicitar à **CONTRATADA**, durante a vigência deste contrato, a revisão dos preços e dos percentuais de desconto contratados quando o contrato mostrar-se desvantajoso para a Administração.

Assim, este Pregoeiro, em cumprimento ao **ITEM 24** do Ato convocatório, acolhe integralmente as considerações das referidas unidades técnicas e considera esclarecidas as questões, reputando, portanto, desnecessária a retificação do edital quanto aos pontos atacados, dando prosseguimento ao certame até o seu desiderato.

Feitas tais considerações, passaremos à conclusão.

5. CONCLUSÃO

Dessarte, recebemos e conhecemos das solicitações interpostas pelas empresas **CERTIFYSEC (CERTIFYSEC TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA - CNPJ n.º 39.383.509/0001-04); PROJETO ÚNICO (E C DE S BULGARELLI LTDA - CNPJ n.º 19.615.240/0001-29); AR RP CERTIFICACAO DIGITAL (AR RP CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA - CNPJ n.º 21.308.480/0001-22)**, para, no mérito, **reputar esclarecidas as solicitações.**

Considerando que o teor da presente decisão não afeta a formulação das propostas por parte das empresas interessadas, conforme preleciona o artigo 55, §1º, da Lei n.° 14.133/21, **mantém-se a realização do certame na data original, conforme publicação oficial, a fim de dar-se prosseguimento aos demais atos providenciais.**

É o que temos a esclarecer.

Manaus, 12 de março de 2025.

Iury Fechine Ramos

Pregoeiro Substituto

Portaria N° 251/2025/SUBADM

Documento assinado eletronicamente por **Iury Fechine Ramos**, **Membro da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 12/03/2025, às 14:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1566914** e o código CRC **198D5FA9**.

DIGITAL LOCK SERVIÇO DE CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA
CNPJ n°: 24.448.443/0001-08

Rua Presbitero Honorato Pereira, n° 1625 – Bairro Nova Brasilia – Ji-Paraná/RO – CEP: 76.908-396

PROPOSTA DE PREÇO

Ao
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Pregão Eletrônico Nº 94.001/2025-CPL/MP/PGJ SRP
DATA: 13/03/2025 às 10h00min
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de serviço de emissão e renovação de certificados digitais padrão ICP-Brasil e fornecimento de token criptográficos USB.

DADOS DA EMPRESA:
Razão Social: DIGITAL LOCK SERVIÇO DE CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA - CNPJ: 24.448.443/0001-08
Endereço comercial: Rua Presbitero Honorato Pereira, n° 1625 - CEP: 76.908-396
Bairro: Nova Brasilia - Telefone: (69) 3423-1838 - Município de Ji – Paraná – Rondônia

Representante legal
Wiliiam Douglas de Sá - Brasileiro - CPF: [redacted] RG: [redacted]
FIXO: [redacted]
E-mail
DADO
Banco

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	MARCA	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
01	EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL PARA PESSOA FÍSICA DO TIPO A3 (e-CPF) 1.Emitido por autoridade certificadora credenciada pela ICP-Brasil; 2.Certificado nível A3, tipo e-CPF; 3.Validade de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da emissão; 4.Deve ser compatível para utilização em assinatura de documentos eletrônicos, e-mails, acesso aaplicações, logon de rede, entre outras destinações; 5.Certificado aderente padrão do Comitê Gestor da ICP Brasil; 6.O item engloba o respectivo serviço de autoridade de registro.	**UND**	500	SERVIÇO	R$ 53,00	R$ 26.500,00

02	**EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL PARA PESSOA JURÍDICA TIPO A3 (e-CNPJ)** 1.Emitido por autoridade certificadora credenciada pela ICP-Brasil; 2.Tipo e-CNPJ A3; 3.Validade de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da emissão; 4.Ser compatível para utilização em assinatura de documentos eletrônicos, e-mails, acesso a aplicações, logon de rede,entre outras destinações; 5.Certificado aderente padrão do Comitê Gestor da ICP Brasil; 6.O item engloba o respectivo serviço de autoridade de registro.	**UND**	10	SERVIÇO	R$ 55,00	R$ 550,00
03	**EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL SSL WILDCARD PARA SISTEMAS WEB** 1. Certificado digital para servidor web, do tipo SSL; 2. Proteger qualquer subdomínio, mesmo os adicionados posteriormente, com um único certificado SSL; 3. Prazo de validade de 12 (doze) meses; 4. Certificação em plena compatibilidade com os principais navegadores de internet e dispositivos móveis,sem a necessidade de instalação de certificado AC raiz; 5.Permitir a utilização de criptografia simétrica com chaves de no mínimo 256 bits; 6. Utilizar chaves para criptografia assimétrica RSA, de no mínimo 2048 bits; 7. Emissão do certificado em até 72 (setenta e duas) horas; 8. Reemissão ilimitadas dentro do período de validade; 9. Instalação em número ilimitado de servidores; 10. A **CONTRATANTE** poderá solicitar à **CONTRATADA**, num período de sete dias após a emissãoinicial de um certificado, a sua re-emissão ou a substituição quantas vezes forem necessárias; 11. Suporte em português via atendimento online, telefone e e-mail ou website para solicitação, instalação eutilizaão do certificado SSL, bem como prestação de esclarecimentos e dúvidas técnicas e cadastrais.	**UND**	10	SERVIÇO	R$ 1.650,00	R$ 16.500,00
04	**EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL PARA PESSOA JURÍDICA TIPO A1 (e-CNPJ), NOPADRÃO ICP-BRASIL.** 1.Emitido por autoridade certificadora credenciada pela ICP-Brasil; 2.Certificado nível A1, tipo e-CNPJ; 3.Validade de 12 (doze) meses, contados a partir da emissão; 4.Ser aderente às normas do Comitê Gestor da ICP-Brasil; 5.Ser compatível para armazenamento no computador.	**UND**	04	SERVIÇO	R$ 53,00	R$ 212,00
05	**VISITA EXTERNA PARA VALIDAÇÃO E EMISSÃO DE CERTIFICADOS DIGITAIS** 1.Compreende a realização de visita técnica nas dependências da **CONTRATANTE** com o objetivo de realizar a validação e emissão dos certificados digitais tipo A1, para sistemas/aplicações, e tipo A3, parapessoa física e pessoa jurídica;	**UND**	25	SERVIÇO	R$ 280,00	R$ 7.000,00

	2.As visitas para validação e emissão de certificado se darão na sede da **CONTRATANTE**, a qualocorrerá em dias úteis, no horário das 8h às 17h, no seguinte endereço: **Av. Coronel Teixeira, n.º 7.995,Nova Esperança, CEP. 69037-473, Manaus, Amazonas**; 3.Poderão ser emitidos até oito certificados digitais por visita, no caso de emissões de certificados parapessoa física e para pessoa jurídica; 4.A visita para emissão de certificados para sistemas/aplicações em caso de necessidade, poderão serrealizados individualmente; 5.A **CONTRATANTE** fornecerá a infraestrutura de mobiliário e acesso á internet para a validação, sendoos demais equipamentos e serviços fornecidos pela **CONTRATADA**; 6.Na impossibilidade da emissão dos certificados pela **CONTRATADA**, no período programado paraemissão dos certificados, o serviço de visita local não será considerado como prestado, devendo serreagendado com a **CONTRATANTE**.					
06	**FORNECIMENTO DE MÍDIA CRIPTOGRÁFICA TIPO TOKEN USB** 1. Token criptográfico USB capaz de armazenar cert2048ificados, chaves e cadeias de certificados aderentes às normasdo Comitê Gestor da ICP-Brasil; 2. Compatível para armazenamento de certificados digitais A3, em conformidade com a ICP-Brasil; 3. Fornecer solução de gerenciamento em português com funções básicas de gestão do PIN e PUK, compatível com Windows 10 ou superior e Mac Os; 4. Possuir capacidade de no mínimo 64Kb de memória; 5. Deverá possuir chassi em plástico rígido e resistente a água; 6. Possuir driver compatível e disponível para o sistema operacional Microsoft Windows 10 ou superior e Mac OS; 7. Deverá ter conectividade compatível com USB tipo A 2.0 (ou superior compatível com 2.0); 8. Permitir conexão direta na porta USB, sem necessidade de interface intermediária para leitura; 9. Suporte à tecnologia de chaves pública/privada (PKI), com geração on-board do par de chaves RSA de, no mínimo,2048 bits; 10. Permitir a criação de senha de acesso ao dispositivo de no mínimo seis caracteres, ou de acordo com os critérios do **CONTRATANTE**; 11. Permitir criação de senhas com caracteres alfanuméricos; 12.Permitir a geração de chaves, protegidas por PINs (Personal Identification Number); 13. Permitir a inicialização e reinicialização do *token* mediante a utilização de PUK (Pin Unlock Key); 14. Suporte aos principais navegadores de mercado, entre os quais: Internet Explorer, Mozilla Firefox e Google Chrome;	**UND**	500	SERVIÇO	53,00	R$ 26.500,00

DIGITAL LOCK SERVIÇO DE CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA
CNPJ n°: 24.448.443/0001-08

Rua Presbitero Honorato Pereira, n° 1625 – Bairro Nova Brasilia – Ji-Paraná/RO – CEP: 76.908-396

	15. O software de gerenciamento do dispositivo deverá ser disponibilizado pela **CONTRATADA** e estar no idiomaPortuguês do Brasil, devendo ser compatível com o cliente do **SafeNet Authenticator Client**, permitindo: - Gerenciamento do dispositivo; - Exportação de certificados armazenados no dispositivo; - Importação de certificados em formato PKCS#7 para área de armazenamento do dispositivo, de acordo com a RFC2315; - Importação de certificados em formato PKCS#12 para área de armazenamento do dispositivo; - Visualização de certificados armazenados no dispositivo; - Remoção de chaves e outros dados contidos no dispositivo após autenticação do titular; - Reutilização de dispositivos bloqueados, por meio de remoção total dos dados armazenados e geração de nova senhade acesso; 16. Garantia mínima de 1 (um) ano, contado a partir do aceite definitivo dos *tokens*; 17. Caso o *token* necessite ser substituído ou apresente erro que comprometa o funcionamento do certificado aliarmazenado, um novo *token* deverá ser fornecido, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data da notificaçãofeita pelo CONTRATANTE. 18. **Modelo de referência**: Token Criptográfico Safenet eToken 5110.					
				VALOR TOTAL DA PROPOSTA		R$ 77.262,00

VALOR TOTAL DA PROPOSTA:R$ 77.262,00(Setenta e sete mil e duzentos e sessenta e dois reais)
VALIDADE DA PROPOSTA:. 90 (noventa) dias.
PRAZO/LOCAL DE ENTREGA/EXECUÇÃO:
6.1 A **CONTRATADA** deverá disponibilizar os certificados, visitas e *tokens*, nos termos descritos neste Termo, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos da data de recebimento da autorização de fornecimento pela **CONTRATADA**.
6.1.1 Os certificados e visitas serão consideradas entregues quando disponíveis para agendamento no sistema de gerenciamento de emissões;
6.1.2 A entrega dos dispositivos criptográficos tipo token USB, deverá ser realizada em até 30 (trinta) dias após o recebimento pela **CONTRATADA** da Autorização de Fornecimento emitida pelo **CONTRATANTE**.
6.2 A execução dos serviços e a entrega do objeto contratado deverá ser realizada na sede da **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, a qual ocorrerá em dias úteis, no horário das 8h às 17h, no seguinte endereço

2. Declaramos expressamente que, no (s) preço (s) acima ofertado (s), estão inclusos todos os custos indiretos tais como: impostos, taxas, fretes, seguros e etc.
3. Declaramos que estão inclusas no valor cotado todas as despesas com mão-de-obra e, todos os tributos e encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários e comerciais e, ainda, os gastos com transporte e acondicionamento dos produtos em embalagens adequadas.

DIGITAL LOCK SERVIÇO DE CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA
CNPJ n°: 24.448.443/0001-08

Rua Presbitero Honorato Pereira, n° 1625 – Bairro Nova Brasilia – Ji-Paraná/RO – CEP: 76.908-396

WILLIAM DOUGLAS DE SA:01509706259

Assinado de forma digital por WILLIAM DOUGLAS DE SA:01509706259
Dados: 2025.03.18 11:44:15 -03'00'

WILLIAM DOUGLAS DE SÁ
Sócio administrador

[redacted]

Ji-Paraná– RO, 18 de março de 2025.

ORÇAMENTO

A

Digital Lock Serviço de Certificação Digital LTDA
CNPJ: 24.448.443/0001-08
Ji – Paraná – Rondônia

ITEM	UNIDADE	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	V. UNIT	V. TOTAL
01	UND	CERTIFICADO DIGITAL PARA PESSOA FÍSICA DO TIPO A3 e-CPF	500	R$ 20,00	R$ 10.000,00
02	UND	CERTIFICADO DIGITAL PARA PESSOA JURÍDICA TIPO A3 e-CNPJ	10	R$ 20,00	R$ 200,00
04	UND	Certificado Digital para Pessoa Jurídica tipo A1 e-CNPJ, padrão ICP-Brasil	04	R$ 20,00	R$ 80,00
					R$ 10.280,00

VALOR TOTAL: R$ 10.280,00

ORÇAMENTO VALIDO POR: 30 (trinta) dias.

Porto Alegre, 18 de março de 2025.

ACDIGITAL AUTORIDADE CERTIFICADORA E SEGURANCA DIGITAL LTDA:00087112000121

Assinado de forma digital por ACDIGITAL AUTORIDADE CERTIFICADORA E SEGURANCA DIGITAL LTDA:00087112000121
Dados: 2025.03.18 16:24:55 -03'00'

PROPOSTA:
EMISSÃO DE SSL

TI AS A SERVICE
tecnologia no seu negócio

DIGITAL LOCK SERVIÇO DE CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA
CNPJ : 24.448.443/0001-08
Rua Presbitero Honorato Pereira, nº 1625 – Nova Brasília – Ji Paraná/RO – CEP 76908-396
Tel: 69 3423-1838
Email: william@ardigitallock.com

Nossas Qualificações

Nossa empresa é especializada na emissão de certificados SSL e temos uma ampla gama de opções para atender às suas necessidades. Nossos certificados são emitidos por autoridades certificadoras confiáveis e oferecem criptografia forte para garantir a segurança dos seus dados.
Além disso, oferecemos suporte técnico especializado para ajudá-lo a configurar e instalar o certificado SSL no seu servidor.

Especificações do certificado SSL

- Certificado digital para servidor web, do tipo SSL;
- Proteger qualquer subdomínio, mesmo os adicionados posteriormente, com um único certificado SSL;
- Prazo de validade de 12 (doze) meses;
- Certificação em plena compatibilidade com os principais navegadores de internet e dispositivos móveis,sem a necessidade de instalação de certificado AC raiz;
- Permitir a utilização de criptografia simétrica com chaves de no mínimo 256 bits;
- Utilizar chaves para criptografia assimétrica RSA, de no mínimo 2048 bits;
- Emissão do certificado em até 72 (setenta e duas) horas;
- Reemissão ilimitadas dentro do período de validade;
- Instalação em número ilimitado de servidores;

Nossa proposta

A nossa proposta de serviço de emissão de certificados SSL compreende os seguintes valores:

Valor Unitário	Quantidade	Valor Total
R$ 825,00	10	**R$ 8.250,00**

Acompanhamento no processo de emissão e suporte à instalação do certificado estão inclusos no valor.

⚠ Forma de pagamento via pix, conforme dados da nota fiscal

*Validade do orçamento de 30 dias.

Elaborado
18.03.2025

TIASASERVICE TECNOLOGIA NO SEU NEGÓCIO
CNPJ: 49.089.768/0001-72
Av. Carlos Gomes, 700 sala 606, Bairro Boa Vista, Porto Alegre/RS, CEP 90480-000
atendimento@tiasaservice.com.br
(51) 3500-8294

PROPOSTA DE FORNECIMENTO

CONFIDENCIAL

Proposta C2018-00401.02-

ESP Tecnologia



Proposta Comercial para Fornecimento de Mídias para Certificado Digital

ESP TECNOLOGIA

AV. Davino Mattos, 22, 1º Andar, Sala 118

29.200-430 – CENTRO, GUARAPARI – ES

FONE: 27 3361-0399 / 27 99826-8166 *esptecnologia.com.br*

PROPOSTA DE FORNECIMENTO

CONFIDENCIAL

Proposta C2018-00401.02-

ESP Tecnologia

OBJETIVO DA PROPOSTA :

Mídias para certificado digital

Prezado,

Conforme solicitado, apresentamos nossa proposta comercial referente o fornecimento de tokens criptográficos.

Colocamo-nos à disposição para maiores esclarecimentos.

Atenciosamente,

Luis Antônio

Representante Comercial

ESP TECNOLOGIA
AV. Davino Mattos, 22, 1º Andar, Sala 118
29.200-430 – CENTRO, GUARAPARI – ES
FONE: 27 3361-0399 / 27 99826-8166 *esptecnologia.com.br*

PROPOSTA DE FORNECIMENTO

CONFIDENCIAL

Proposta C2018-00401.02-

ESP Tecnologia

Item	Descrição	Qtd	R$ unit
01	**Token**	**500**	**25,00**

.

Faturamento para 10 dias

A ESP se disponibiliza a fazer os envios para as unidades com frete grátis a partir de 100 unidades. Abaixo disso o frete será calculado e cobrado.

Prazo de entrega

Enviado por SEDEX, após o pagamento o prazo é de 3-5 dias úteis.

Considera-se que as entregas acontecerão em até 20 (vinte) dias uteis

para cartões e tokens personalizados.

1.1. Validade da proposta

Esta proposta é válida em um prazo de 30 dias.

De acordo com a proposta comercial apresentada, pedimos a gentileza de conferir e validar, através da assinatura de confirmação pelo representante legal da empresa à que se destina esta proposta, estando ciente que, a validação realizada através desta assinatura garante a plena satisfação e aceite do todo apresentado sem exceções.

Declaramos através da assinatura abaixo, estar de pleno acordo com todas as informações oferecidas e expostas nesta proposta comercial, tendo como condição a validação e assinatura dos termos fornecidos pela **ESP TECNOLOGIA.**

Guarapari, 18 de março de 2024

ESP TECNOLOGIA
AV. Davino Mattos, 22, 1º Andar, Sala 118
29.200-430 – CENTRO, GUARAPARI – ES
FONE: 27 3361-0399 / 27 99826-8166 *esptecnologia.com.br*

CÁLCULO DO PREÇO DE VENDA

EMPRESA:	DIGITAL LOCK		RAMO DE ATIVIDADE:	CERTIFICAÇÃO DIGITAL	
PRODUTO		UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	TOTAL
ITEM 1 - CERTIFICADO A-3 - CPF		UNIDADE	1,00	R$ 20,00	R$ 20,00
A	**Custo produto (nota fiscal):**				**R$ 20,00**
B	**Custos Adicionais:**				
1	Descontos (-)				
2	Outros custos (+)				
3	ICMS Diferencial de Alíquota (+)		**Preencher Aliq.** →	**0,0%**	-
4	Fretes 5% (+)		**Preencher valor** →	**0%**	-
5	Seguros (+)				
C	**Valor para formação do Preço de Venda = Custo Contábil**				**20,00**
D	**Índice de Composição do Preço (%)**			**62,27%**	**33,00**
6	Despesas Administrativas (+)		**Preencher em %** →	**21,00%**	11,13
7	% Imposto Federal (DAS) Simples nacional		**Preencher em %** →	**5,07%**	2,69
8	% Comissões		**Preencher em %** →	**10,00%**	5,30
9	% Taxas Financeiras		**Preencher em %** →	**0,00%**	-
10	% Outros 1		**Preencher em %** →	**0,00%**	-
11	% Outros 2		**Preencher em %** →		-
E	**% LUCRO DESEJADO SOBRE A VENDA**		**Lucro em R$**	**26,20%**	**13,88**
F	**(=) Encargos s/ Venda / 100% = Coeficiente Divisor**		→		**37,74%**
G	**(=) PREÇO DE VENDA**				**53,00**

WILLIAM DOUGLAS DE SA:01509706259

Assinado de forma digital por WILLIAM DOUGLAS DE SA:01509706259
Dados: 2025.03.18 18:00:28 -03'00'

CÁLCULO DO PREÇO DE VENDA

EMPRESA:	DIGITAL LOCK		RAMO DE ATIVIDADE:	CERTIFICAÇÃO DIGITAL	
PRODUTO		UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	TOTAL
ITEM 2 - CERTIFICADO A-3 - CNPJ		UNIDADE	1,00	R$ 20,00	R$ 20,00
A	**Custo produto (nota fiscal):**				**R$ 20,00**
B	**Custos Adicionais:**				
1	Descontos (-)				
2	Outros custos (+)				
3	ICMS Diferencial de Alíquota (+)		**Preencher Aliq.** →	**14,5%**	2,90
4	Fretes 5% (+)		**Preencher valor** →	**0%**	-
5	Seguros (+)				
C	**Valor para formação do Preço de Venda = Custo Contábil**				**22,90**
D	**Índice de Composição do Preço (%)**			**58,37%**	**32,11**
6	Despesas Administrativas (+)		**Preencher em %** →	**21,00%**	11,55
7	% Imposto Federal (DAS) Simples nacional		**Preencher em %** →	**5,07%**	2,79
8	% Comissões		**Preencher em %** →	**5,00%**	2,75
9	% Taxas Financeiras		**Preencher em %** →	**0,00%**	-
10	% Outros 1		**Preencher em %** →	**0,00%**	-
11	% Outros 2		**Preencher em %** →		-
E	**% LUCRO DESEJADO SOBRE A VENDA**		**Lucro em R$**	**27,30%**	**15,02**
F	**(=) Encargos s/ Venda / 100% = Coeficiente Divisor**		→		**41,63%**
G	**(=) PREÇO DE VENDA**				**55,01**

WILLIAM DOUGLAS DE SA:01509706259

Assinado de forma digital por WILLIAM DOUGLAS DE SA:01509706259
Dados: 2025.03.18 18:00:53 -03'00'

CÁLCULO DO PREÇO DE VENDA

EMPRESA:	DIGITAL LOCK		RAMO DE ATIVIDADE:	CERTIFICAÇÃO DIGITAL	
PRODUTO		UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	TOTAL
ITEM 3 - CERTIFICADO SSL WILDCARD		UNIDADE	1,00	R$ 825,00	R$ 825,00
A	**Custo produto (nota fiscal):**				**R$ 825,00**
B	**Custos Adicionais:**				
1	Descontos (-)				
2	Outros custos (+)				
3	ICMS Diferencial de Alíquota (+)		**Preencher Aliq.** →	**0,0%**	-
4	Fretes 5% (+)		**Preencher valor** →	**0%**	-
5	Seguros (+)				
C	**Valor para formação do Preço de Venda = Custo Contábil**				**825,00**
D	**Índice de Composição do Preço (%)**			**50,00%**	**825,00**
6	Despesas Administrativas (+)		**Preencher em %** →	**21,00%**	346,50
7	% Imposto Federal (DAS) Simples nacional		**Preencher em %** →	**5,07%**	83,66
8	% Comissões		**Preencher em %** →	**10,00%**	165,00
9	% Taxas Financeiras		**Preencher em %** →	**0,00%**	-
10	% Outros 1		**Preencher em %** →	**0,00%**	-
11	% Outros 2		**Preencher em %** →		-
E	**% LUCRO DESEJADO SOBRE A VENDA**		**Lucro em R$**	**13,93%**	**229,85**
F	**(=) Encargos s/ Venda / 100% = Coeficiente Divisor**		→		**50,00%**
G	**(=) PREÇO DE VENDA**				**1.650,00**

WILLIAM DOUGLAS DE SA:01509706259

Assinado de forma digital por WILLIAM DOUGLAS DE SA:01509706259
Dados: 2025.03.18 18:01:23 -03'00'

CÁLCULO DO PREÇO DE VENDA

EMPRESA:	DIGITAL LOCK		RAMO DE ATIVIDADE:	CERTIFICAÇÃO DIGITAL	
PRODUTO		UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	TOTAL
ITEM 4 - CERTIFICADO A-1 - CNPJ		UNIDADE	1,00	R$ 20,00	R$ 20,00
A	**Custo produto (nota fiscal):**				**R$ 20,00**
B	**Custos Adicionais:**				
1	Descontos (-)				
2	Outros custos (+)				
3	ICMS Diferencial de Alíquota (+)		**Preencher Aliq.** →	**0,0%**	-
4	Fretes 5% (+)		**Preencher valor** →	**0%**	-
5	Seguros (+)				
C	**Valor para formação do Preço de Venda = Custo Contábil**				**20,00**
D	**Índice de Composição do Preço (%)**			**62,27%**	**33,00**
6	Despesas Administrativas (+)		**Preencher em %** →	**21,00%**	11,13
7	% Imposto Federal (DAS) Simples nacional		**Preencher em %** →	**5,07%**	2,69
8	% Comissões		**Preencher em %** →	**10,00%**	5,30
9	% Taxas Financeiras		**Preencher em %** →	**0,00%**	-
10	% Outros 1		**Preencher em %** →	**0,00%**	-
11	% Outros 2		**Preencher em %** →		-
E	**% LUCRO DESEJADO SOBRE A VENDA**		**Lucro em R$**	**26,20%**	**13,88**
F	**(=) Encargos s/ Venda / 100% = Coeficiente Divisor**		→		**37,74%**
G	**(=) PREÇO DE VENDA**				**53,00**

WILLIAM DOUGLAS DE SA:01509706259

Assinado de forma digital por WILLIAM DOUGLAS DE SA:01509706259
Dados: 2025.03.18 18:01:52 -03'00'

CÁLCULO DO PREÇO DE VENDA					
EMPRESA:	DIGITAL LOCK		RAMO DE ATIVIDADE:	CERTIFICAÇÃO DIGITAL	
PRODUTO		UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	TOTAL
ITEM 6 - TOKEN USB		UNIDADE	1,00	R$ 25,00	R$ 25,00
A	**Custo produto (nota fiscal):**				**R$ 25,00**
B	**Custos Adicionais:**				
1	Descontos (-)				
2	Outros custos (+)				
3	ICMS Diferencial de Alíquota (+)	**Preencher Aliq.** →		**0,0%**	-
4	Fretes 5% (+)	**Preencher valor** →		**0%**	-
5	Seguros (+)				
C	**Valor para formação do Preço de Venda = Custo Contábil**				**25,00**
D	**Índice de Composição do Preço (%)**			**52,83%**	**28,00**
6	Despesas Administrativas (+)	**Preencher em %** →		**21,00%**	11,13
7	% Imposto Federal (DAS) Simples nacional	**Preencher em %** →		**5,07%**	2,69
8	% Comissões	**Preencher em %** →		**10,00%**	5,30
9	% Taxas Financeiras	**Preencher em %** →		**0,00%**	-
10	% Outros 1	**Preencher em %** →		**0,00%**	-
11	% Outros 2	**Preencher em %** →			-
E	**% LUCRO DESEJADO SOBRE A VENDA**	**Lucro em R$**		**16,76%**	**8,88**
F	**(=) Encargos s/ Venda / 100% = Coeficiente Divisor** →				**47,17%**
G	**(=) PREÇO DE VENDA**				**53,00**

WILLIAM DOUGLAS DE SA:01509706259

Assinado de forma digital por WILLIAM DOUGLAS DE SA:01509706259
Dados: 2025.03.18 18:02:19 -03'00'

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

OFÍCIO Nº 97.2025.CPL.1576997.2024.019531

Manaus, *na data da assinatura.*

A Sua Senhoria o Senhor
EUDO DE LIMA ASSIS JÚNIOR
Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - DTIC

Assunto: Análise técnica da proposta de preço do **Pregão Eletrônico Nº 94.001/2025-CPL/MP/PGJ SRP.**

Senhor Diretor,

Cumprimentando-o com o presente, oportunamente, a fim de dar regular andamento ao PREGÃO ELETRÔNICO N.º 94.015/2024-CPL/MP/PGJ SRP, cujo objeto é o *Registro de preços para futura e eventual aquisição de serviço de emissão e renovação de certificados digitais padrão ICP-Brasil e fornecimento de token criptográficos USB, objetivando atender às necessidades de utilização da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, pelo período de 12 (doze) meses*, venho, por meio deste, **solicitar** a **manifestação técnica dessa diretoria,** com a maior brevidade possível, sobre a **proposta** apresentada pela empresa adiante destacada:

Grupo	Empresa	CNPJ Nº	Proposta de Preços
1	DIGITAL LOCK SERVIÇO DE CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA	24.448.443/0001-0	1576787

Atenciosamente,

Iury Fechine Ramos
Pregoeiro - PORTARIA N° 251/2025/SUBADM
Comissão Permanente de Licitação

Documento assinado eletronicamente por **Iury Fechine Ramos**, **Membro da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 19/03/2025, às 14:05, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1576997** e o código CRC **CF33CB50**.

DIGITAL LOCK SERVIÇO DE CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA
CNPJ n°: 24.448.443/0001-08

Rua Presbitero Honorato Pereira, n° 1625 – Bairro Nova Brasilia – Ji-Paraná/RO – CEP: 76.908-396

PROPOSTA DE PREÇO

Ao
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Pregão Eletrônico Nº 94.001/2025-CPL/MP/PGJ SRP
DATA: 13/03/2025 às 10h00min
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de serviço de emissão e renovação de certificados digitais padrão ICP-Brasil e fornecimento de token criptográficos USB.

DADOS DA EMPRESA:
Razão Social: DIGITAL LOCK SERVIÇO DE CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA - CNPJ: 24.448.443/0001-08
Endereço comercial: Rua Presbitero Honorato Pereira, n° 1625 - CEP: 76.908-396
Bairro: Nova Brasilia - Telefone: (69) 3423-1838 - Município de Ji – Paraná – Rondônia

Representante legal
Wiliiam [redacted]
FIXO: (6
E-mail:
DADOS
Banco:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	MARCA	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
01	EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL PARA PESSOA FÍSICA DO TIPO A3 (e-CPF) 1.Emitido por autoridade certificadora credenciada pela ICP-Brasil; 2.Certificado nível A3, tipo e-CPF; 3.Validade de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da emissão; 4.Deve ser compatível para utilização em assinatura de documentos eletrônicos, e-mails, acesso aaplicações, logon de rede, entre outras destinações; 5.Certificado aderente padrão do Comitê Gestor da ICP Brasil; 6.O item engloba o respectivo serviço de autoridade de registro.	**UND**	500	AC DIGITAL MULTIPLA https://acdigital.com.br/certificado-digital/pessoa-fisica/e-pf-a3.html	R$ 53,00	R$ 26.500,00

DIGITAL LOCK SERVIÇO DE CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA
CNPJ n°: 24.448.443/0001-08

Rua Presbitero Honorato Pereira, n° 1625 – Bairro Nova Brasilia – Ji-Paraná/RO – CEP: 76.908-396

02	**EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL PARA PESSOA JURÍDICA TIPO A3 (e-CNPJ)** 1.Emitido por autoridade certificadora credenciada pela ICP-Brasil; 2.Tipo e-CNPJ A3; 3.Validade de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da emissão; 4.Ser compatível para utilização em assinatura de documentos eletrônicos, e-mails, acesso a aplicações, logon de rede,entre outras destinações; 5.Certificado aderente padrão do Comitê Gestor da ICP Brasil; 6.O item engloba o respectivo serviço de autoridade de registro.	**UND**	10	AC DIGITAL MULTIPLA https://acdigital.com.br/certificado-digital/pessoa-juridica/e-pj-a3.html	R$ 55,00	R$ 550,00
03	**EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL SSL WILDCARD PARA SISTEMAS WEB** 1. Certificado digital para servidor web, do tipo SSL; 2. Proteger qualquer subdomínio, mesmo os adicionados posteriormente, com um único certificado SSL; 3. Prazo de validade de 12 (doze) meses; 4. Certificação em plena compatibilidade com os principais navegadores de internet e dispositivos móveis,sem a necessidade de instalação de certificado AC raiz; 5.Permitir a utilização de criptografia simétrica com chaves de no mínimo 256 bits; 6. Utilizar chaves para criptografia assimétrica RSA, de no mínimo 2048 bits; 7. Emissão do certificado em até 72 (setenta e duas) horas; 8. Reemissão ilimitadas dentro do período de validade; 9. Instalação em número ilimitado de servidores; 10. A **CONTRATANTE** poderá solicitar à **CONTRATADA**, num período de sete dias após a emissãoinicial de um certificado, a sua re-emissão ou a substituição quantas vezes forem necessárias; 11. Suporte em português via atendimento online, telefone e e-mail ou website para solicitação, instalação eutilizaão do certificado SSL, bem como prestação de esclarecimentos e dúvidas técnicas e cadastrais.	**UND**	10	SOLUTI https://www.soluti.com.br/certificado-digital/certificado-ssl/?utm_source=google&utm_medium=cpc&utm_campaign=remarketing_ecommerce&utm_term=&utm_campaign=%5BPmax%5D+%5BROAS%5D+Remarketing+do+site+-+BR&utm_source=adwords&utm_medium=ppc&hsa_acc=2315548252&hsa_cam=20691676468&hsa_grp=&hsa_ad=&hsa_src=x&hsa_tgt=&hsa_kw=&hsa_mt=&hsa_net=adwords&hsa_ver=3&gad_source=1&gclid=EAIaIQobChMI_7GRqbWZjAMVqpjuAR2vFTXaEAAYASAAEgIg0vD_BwE	R$ 1.650,00	R$ 16.500,00

04	**EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL PARA PESSOA JURÍDICA TIPO A1 (e-CNPJ), NOPADRÃO ICP-BRASIL.** 1.Emitido por autoridade certificadora credenciada pela ICP-Brasil; 2.Certificado nível A1, tipo e-CNPJ; 3.Validade de 12 (doze) meses, contados a partir da emissão; 4.Ser aderente às normas do Comitê Gestor da ICP-Brasil; 5.Ser compatível para armazenamento no computador.	**UND**	04	AC DIGITAL MULTIPLA https://acdigital.com.br/certificado-digital/pessoa-juridica/e-pj-a1.html	R$ 53,00	R$ 212,00
05	**VISITA EXTERNA PARA VALIDAÇÃO E EMISSÃO DE CERTIFICADOS DIGITAIS** 1.Compreende a realização de visita técnica nas dependências da **CONTRATANTE** com o objetivo de realizar a validação e emissão dos certificados digitais tipo A1, para sistemas/aplicações, e tipo A3, parapessoa física e pessoa jurídica; 2.As visitas para validação e emissão de certificado se darão na sede da **CONTRATANTE**, a qualocorrerá em dias úteis, no horário das 8h às 17h, no seguinte endereço: **Av. Coronel Teixeira, n.º 7.995,Nova Esperança, CEP. 69037-473, Manaus, Amazonas**; 3.Poderão ser emitidos até oito certificados digitais por visita, no caso de emissões de certificados parapessoa física e para pessoa jurídica; 4.A visita para emissão de certificados para sistemas/aplicações em caso de necessidade, poderão serrealizados individualmente; 5.A **CONTRATANTE** fornecerá a infraestrutura de mobiliário e acesso á internet para a validação, sendoos demais equipamentos e serviços fornecidos pela **CONTRATADA**; 6.Na impossibilidade da emissão dos certificados pela **CONTRATADA**, no período programado paraemissão dos certificados, o serviço de visita local não será considerado como prestado, devendo serreagendado com a **CONTRATANTE**.	**UND**	25	SERVIÇO	R$ 280,00	R$ 7.000,00
06	**FORNECIMENTO DE MÍDIA CRIPTOGRÁFICA TIPO TOKEN USB** 1. Token criptográfico USB capaz de armazenar cert2048ificados, chaves e cadeias de certificados aderentes às normasdo Comitê Gestor da ICP-Brasil; 2. Compatível para armazenamento de certificados digitais A3, em conformidade com a ICP-Brasil; 3. Fornecer solução de gerenciamento em português com funções básicas de gestão do PIN e PUK, compatível com Windows 10 ou superior e Mac Os; 4. Possuir capacidade de no mínimo 64Kb de memória; 5. Deverá possuir chassi em plástico rígido e resistente a água; 6. Possuir driver compatível e disponível para o sistema operacional Microsoft Windows 10 ou superior e Mac OS; 7. Deverá ter conectividade compatível com USB tipo A 2.0 (ou superior compatível com 2.0); 8. Permitir conexão direta na porta USB, sem necessidade de interface intermediária para leitura;	**UND**	500	SAFENET Modelo 5110 https://www.esptecnologia.com.br/token-safenet5110/prod-6238255/	53,00	R$ 26.500,00

	9. Suporte à tecnologia de chaves pública/privada (PKI), com geração on-board do par de chaves RSA de, no mínimo,2048 bits; 10. Permitir a criação de senha de acesso ao dispositivo de no mínimo seis caracteres, ou de acordo com os critérios do **CONTRATANTE**; 11. Permitir criação de senhas com caracteres alfanuméricos; 12.Permitir a geração de chaves, protegidas por PINs (Personal Identification Number); 13. Permitir a inicialização e reinicialização do *token* mediante a utilização de PUK (Pin Unlock Key); 14. Suporte aos principais navegadores de mercado, entre os quais: Internet Explorer, Mozilla Firefox e Google Chrome; 15. O software de gerenciamento do dispositivo deverá ser disponibilizado pela **CONTRATADA** e estar no idiomaPortuguês do Brasil, devendo ser compatível com o cliente do **SafeNet Authenticator Client**, permitindo: - Gerenciamento do dispositivo; - Exportação de certificados armazenados no dispositivo; - Importação de certificados em formato PKCS#7 para área de armazenamento do dispositivo, de acordo com a RFC2315; - Importação de certificados em formato PKCS#12 para área de armazenamento do dispositivo; - Visualização de certificados armazenados no dispositivo; - Remoção de chaves e outros dados contidos no dispositivo após autenticação do titular; - Reutilização de dispositivos bloqueados, por meio de remoção total dos dados armazenados e geração de nova senhade acesso; 16. Garantia mínima de 1 (um) ano, contado a partir do aceite definitivo dos *tokens*; 17. Caso o *token* necessite ser substituído ou apresente erro que comprometa o funcionamento do certificado aliarmazenado, um novo *token* deverá ser fornecido, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data da notificaçãofeita pelo CONTRATANTE. 18. **Modelo de referência**: Token Criptográfico Safenet eToken 5110.					
				VALOR TOTAL DA PROPOSTA		R$ 77.262,00

VALOR TOTAL DA PROPOSTA:R$ 77.262,00(Setenta e sete mil e duzentos e sessenta e dois reais)
VALIDADE DA PROPOSTA:. 90 (noventa) dias.

PRAZO/LOCAL DE ENTREGA/EXECUÇÃO:
6.1 A **CONTRATADA** deverá disponibilizar os certificados, visitas e *tokens*, nos termos descritos neste Termo, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos da data de recebimento da autorização de fornecimento pela **CONTRATADA**.

6.1.1 Os certificados e visitas serão consideradas entregues quando disponíveis para agendamento no sistema de gerenciamento de emissões;
6.1.2 A entrega dos dispositivos criptográficos tipo token USB, deverá ser realizada em até 30 (trinta) dias após o recebimento pela **CONTRATADA** da Autorização de Fornecimento emitida pelo **CONTRATANTE**.
6.2 A execução dos serviços e a entrega do objeto contratado deverá ser realizada na sede da **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, a qual ocorrerá em dias úteis, no horário das 8h às 17h, no seguinte endereço

2. Declaramos expressamente que, no (s) preço (s) acima ofertado (s), estão inclusos todos os custos indiretos tais como: impostos, taxas, fretes, seguros e etc.
3. Declaramos que estão inclusas no valor cotado todas as despesas com mão-de-obra e, todos os tributos e encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários e comerciais e, ainda, os gastos com transporte e acondicionamento dos produtos em embalagens adequadas.

WILLIAM DOUGLAS DE SA:01509706259

Assinado de forma digital por WILLIAM DOUGLAS DE SA:01509706259
Dados: 2025.03.20 16:52:35 -03'00'

Ji-Paraná– RO, 20 de março de 2025.

WILLIAM DOUGLAS DE SÁ
Sócio administrador
CPF: 015.097.062-59 - RG: 1169065 SSP/RO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

OFÍCIO Nº 98.2025.CPL.1578503.2024.019531

Manaus, *na data da assinatura.*

A Sua Senhoria o Senhor
EUDO DE LIMA ASSIS JÚNIOR
Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - DTIC

Assunto: Análise técnica da Proposta de Preço CORRIGIDA do **Pregão Eletrônico Nº 94.001/2025-CPL/MP/PGJ SRP.**

Senhor Diretor,

Cumprimentando-o com o presente, oportunamente, a fim de dar regular andamento ao PREGÃO ELETRÔNICO N.º 94.015/2024-CPL/MP/PGJ SRP, cujo objeto é o *Registro de preços para futura e eventual aquisição de serviço de emissão e renovação de certificados digitais padrão ICP-Brasil e fornecimento de token criptográficos USB, objetivando atender às necessidades de utilização da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, pelo período de 12 (doze) meses*, venho, por meio deste, **solicitar** a **manifestação técnica dessa Diretoria,** com a maior brevidade possível, sobre a **PROPOSTA CORRIGIDA** apresentada nesta data pela empresa adiante destacada, após diligência realizada por este pregoeiro em atenção ao vosso pedido:

Grupo	Empresa	CNPJ Nº	Proposta de Preços (CORRIGIDA)
1	DIGITAL LOCK SERVIÇO DE CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA	24.448.443/0001-0	1578499

Atenciosamente,

Iury Fechine Ramos
Pregoeiro - PORTARIA N° 251/2025/SUBADM
Comissão Permanente de Licitação

Documento assinado eletronicamente por **Iury Fechine Ramos**, **Membro da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 20/03/2025, às 16:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1578503** e o código CRC **7CAF7B73**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

PARECER Nº 50.2025.DTIC.1578223.2024.019531

PROCESSO DE COMPRA 2024.019531

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de **serviço emissão e renovação de certificados digitais padrão ICP-Brasil e fornecimento de toke**

ORIGEM: Pregão Eletrônico n.º 94.001/2025-CPL/MP/PGJ SRP, Termo de Referência n.º 4.2025.DTIC.1540068.2024.019531.

1. **Relatório**

Trata-se de pedido de compatibilização de proposta recebida da empresa **DIGITAL LOCK SERVIÇO DE CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA., cnpj n.º 24.448.443/0001-08**, no certame em epígrafe.

É o relatório, passamos a avaliar.

2. **Da Análise**

Item	Descrição	Qtde.	Unidade de Medida	Produto Ofertado
1	**EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL PARA PESSOA FÍSICA DO TIPO A3 (e-CPF)** 1. Emitido por autoridade certificadora credenciada pela ICP-Brasil; 2. Certificado nível A3, tipo e-CPF; 3. Validade de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da emissão; 4. Deve ser compatível para utilização em assinatura de documentos eletrônicos, e-mails, acesso a aplicações, logon de rede, entre outras destinações; 5. Certificado aderente padrão do Comitê Gestor da ICP Brasil; 6. O item engloba o respectivo serviço de autoridade de registro.	500	Unidade	AC DIGITAL MULTIPL/ https://acdigital.com.br/certifi digital/pessoa-fisica/e-pf-a3.l
2	**EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL PARA PESSOA JURÍDICA TIPO A3 (e-CNPJ)** 1. Emitido por autoridade certificadora credenciada pela ICP-Brasil; 2. Tipo e-CNPJ A3; 3. Validade de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da emissão; 4. Ser compatível para utilização em assinatura de documentos eletrônicos, e-mails, acesso a aplicações, logon de rede, entre outras destinações; 5. Certificado aderente padrão do Comitê Gestor da ICP Brasil; 6. O item engloba o respectivo serviço de autoridade de registro.	10	Unidade	AC DIGITAL MULTIPL/ https://acdigital.com.br/certifi digital/pessoa-juridica/e-pj-a3
3	**EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL SSL WILDCARD PARA SISTEMAS WEB** 1. Certificado digital para servidor web, do tipo SSL; 2. Proteger qualquer subdomínio, mesmo os adicionados posteriormente, com um único certificado SSL; 3. Prazo de validade de 12 (doze) meses; 4. Certificação em plena compatibilidade com os principais navegadores de internet e dispositivos móveis, sem a necessidade de instalação de certificado AC raiz; 5. Permitir a utilização de criptografia simétrica com chaves de no mínimo 256 bits; 6. Utilizar chaves para criptografia assimétrica RSA, de no mínimo 2048 bits; 7. Emissão do certificado em até 72 (setenta e duas) horas; 8. Reemissão ilimitadas dentro do período de validade; 9. Instalação em número ilimitado de servidores; 10. A **CONTRATANTE** poderá solicitar à **CONTRATADA**, num período de sete dias após a emissão inicial de um certificado, a sua re-emissão ou a substituição quantas vezes forem necessárias; 11. Suporte em português via atendimento online, telefone e e-mail ou website para solicitação, instalação e utilizaão do certificado SSL, bem como prestação de esclarecimentos e dúvidas técnicas e cadastrais.	10	Unidade	SOLUTI

Item	Descrição	Qtde.	Unidade de Medida	Produto Ofertado
4	**EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL PARA PESSOA JURÍDICA TIPO A1 (e-CNPJ), NO PADRÃO ICP-BRASIL.** 1. Emitido por autoridade certificadora credenciada pela ICP-Brasil; 2. Certificado nível A1, tipo e-CNPJ; 3. Validade de 12 (doze) meses, contados a partir da emissão; 4. Ser aderente às normas do Comitê Gestor da ICP-Brasil; 5. Ser compatível para armazenamento no computador.	04	Unidade	AC DIGITAL MULTIPL/ https://acdigital.com.br/certifi digital/pessoa-juridica/e-pj-a1
5	**VISITA EXTERNA PARA VALIDAÇÃO E EMISSÃO DE CERTIFICADOS DIGITAIS** 1. Compreende a realização de visita técnica nas dependências da **CONTRATANTE** com o objetivo de realizar a validação e emissão dos certificados digitais tipo A1, para sistemas/aplicações, e tipo A3, para pessoa física e pessoa jurídica; 2. As visitas para validação e emissão de certificado se darão na sede da **CONTRATANTE**, a qual ocorrerá em dias úteis, no horário das 8h às 17h, no seguinte endereço: **Av. Coronel Teixeira, n.º 7.995, Nova Esperança, CEP. 69037-473, Manaus, Amazonas**; 3. Poderão ser emitidos até oito certificados digitais por visita, no caso de emissões de certificados para pessoa física e para pessoa jurídica; 4. A visita para emissão de certificados para sistemas/aplicações em caso de necessidade, poderão ser realizados individualmente; 5. A **CONTRATANTE** fornecerá a infraestrutura de mobiliário e acesso á internet para a validação, sendo os demais equipamentos e serviços fornecidos pela **CONTRATADA**; 6. Na impossibilidade da emissão dos certificados pela **CONTRATADA**, no período programado para emissão dos certificados, o serviço de visita local não será considerado como prestado, devendo ser reagendado com a **CONTRATANTE**.	25	Unidade	
6	**FORNECIMENTO DE MÍDIA CRIPTOGRÁFICA TIPO TOKEN USB** 1. Token criptográfico USB capaz de armazenar cert2048ificados, chaves e cadeias de certificados aderentes às normas do Comitê Gestor da ICP-Brasil; 2. Compatível para armazenamento de certificados digitais A3, em conformidade com a ICP-Brasil; 3. Fornecer solução de gerenciamento em português com funções básicas de gestão do PIN e PUK, compatível com Windows 10 ou superior e Mac Os; 4. Possuir capacidade de no mínimo 64Kb de memória; 5. Deverá possuir chassi em plástico rígido e resistente a água; 6. Possuir driver compatível e disponível para o sistema operacional Microsoft Windows 10 ou superior e Mac OS; 7. Deverá ter conectividade compatível com USB tipo A 2.0 (ou superior compatível com 2.0); 8. Permitir conexão direta na porta USB, sem necessidade de interface intermediária para leitura; 9. Suporte à tecnologia de chaves pública/privada (PKI), com geração on-board do par de chaves RSA de, no mínimo, 2048 bits; 10. Permitir a criação de senha de acesso ao dispositivo de no mínimo seis caracteres, ou de acordo com os critérios do **CONTRATANTE**; 11. Permitir criação de senhas com caracteres alfanuméricos; 12. Permitir a geração de chaves, protegidas por PINs (Personal Identification Number); 13. Permitir a inicialização e reinicialização do *token* mediante a utilização de PUK (Pin Unlock Key); 14. Suporte aos principais navegadores de mercado, entre os quais: Internet Explorer, Mozilla Firefox e Google Chrome; 15. O software de gerenciamento do dispositivo deverá ser disponibilizado pela **CONTRATADA** e estar no idioma Português do Brasil, devendo ser compatível com o cliente do **SafeNet Authenticator Client**, permitindo: - Gerenciamento do dispositivo; - Exportação de certificados armazenados no dispositivo; - Importação de certificados em formato PKCS#7 para área de armazenamento do dispositivo, de acordo com a RFC 2315; - Importação de certificados em formato PKCS#12 para área de armazenamento do dispositivo; - Visualização de certificados armazenados no dispositivo; - Remoção de chaves e outros dados contidos no dispositivo após autenticação do titular; - Reutilização de dispositivos bloqueados, por meio de remoção total dos dados armazenados e geração de nova senha de acesso; 16. Garantia mínima de 1 (um) ano, contado a partir do aceite definitivo dos *tokens*; 17. Caso o *token* necessite ser substituído ou apresente erro que comprometa o funcionamento do certificado ali armazenado, um novo *token* deverá ser fornecido, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data da notificação feita pelo CONTRATANTE. 18. **Modelo de referência**: Token Criptográfico Safenet eToken 5110.	500	Unidade	SAFENET Modelo 5110 https://www.esptecnologia.com.b safenet5110/prod-623825

Diante do exposto, a área técnica **OPINA** pela necessidade de realizar diligências para os itens apontados na coluna "**PARECER**" .

É o parecer.

Manaus, 26 de março de 2025.

WALESKA GRACIEME ANDRADE MARQUES DE OLIVEIRA
Agente Técnico - Coordenadora do Serviço de Atendimento e Suporte de TI

Documento assinado eletronicamente por **Waleska Gracieme Andrade Marques de Oliveira**, **Agente Técnico - Analista de Banco de Dados**, em 26/03/2025, às 09:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1578223** e o código CRC **A21D66A4**.

DIGITAL LOCK SERVIÇO DE CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA
CNPJ n.º 24.448.443/0001-08
(69) 9.9311-1912-
e-mail: william@ardigitallock.com

RESPOSTA A DILIGÊNCIA – 28/03/2025

Ao MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 94.001/2025/CPL/PGJ
DATA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 13/03/2025 às 10h (horário de Brasília)
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de serviço de emissão e renovação de certificados digitais padrão ICP-Brasil e fornecimento de token criptográficos USB, objetivando atender às necessidades de utilização da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, pelo período de 12 (doze) meses.

A empresa DIGITAL LOCK SERVIÇO DE CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA, inscrita no CNPJ Nº 24.448.443/0001-08, sediada na Rua Presbítero Honorato Pereira, nº 1625 - CEP 76908-396 Bairro: Nova Brasília - Município de Ji-Paraná –Rondônia, Por intermédio de seu representante legal o Sr. William Douglas de Sa, portador (a) do RG n°1169065 SSP/RO e CPF N°015.097.062-59, em atendimento a diligência promovida no dia 2/03/2025, esclarece:

Questionamentos:
a) a empresa não indicou o(s) local(is) de atendimento presencial na cidade de Manaus, conforme item 2.4 do termo de referência anexo ao edital.
Resposta:
Representante na cidade de Manaus-AM
Ana Karen Coelho de Souza
CPF: [redacted]
Rua [redacted]

b) necessário a demonstração da plataforma do sistema de agendamento e gerenciamento de emissões dos certificados, conforme item 2.6 do mesmo termo de referência retromencionado.
Resposta:
Link de acesso à Plataforma de Agendamento
https://digitallock.gfsis.com.br/gestaofacil/publico/Agendamento
Suporte: Fones: (69) 3423-1838 / 9.9311-1912(WhatsApp)

Item 3 - **EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL SSL WILDCARD PARA SISTEMAS WEB - Ao clicar no link aparecem diversos certificados SSL, e a licitante não especificou qual dos certificados SSL foi ofertado. Solicito diligências, uma vez que a empresa não indicou qual dos certificados SSL WILDCARD foi ofertado para atender ao item**.

Resposta:
O Certificado é SOLUTI SSL DV GLOBALSIGN

Ji-Paraná–RO, 28 de março de 2025.

WILLIAM DOUGLAS DE SA:01509706259
Assinado de forma digital por WILLIAM DOUGLAS DE SA:01509706259
Dados: 2025.03.28 11:09:47 -04'00'

WILLIAM DOUGLAS DE SA
Sócio administrador
RG: 1169065 SSP RO - CPF: 015.097.062-59

DECLARAÇÃO DE ACEITE DA FUNÇÃO

Eu, ANA KAREN COELHO DE SOUZA, brasileira, comerciante, portadora do CPF: 021.652.862-39, com endereço à Rua Santa Doroteia, 26, bairro Cidade Nova - CEP: 69099244, município de Manaus, estado do Amazonas, DECLARO que aceito a função de prestar ATENDIMENTO PRESENCIAL, em nome da empresa DIGITAL LOCK SERVIÇO DE CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA, inscrita no CNPJ Nº 24.448.443/0001-08 na prestação de serviços ao MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS, referente ao objeto do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 94.001/2025/CPL/PGJ.

Manaus-AM, 28 de março de 2025

ANA KAREN COELHO DE SOUZA:02165286239

Assinado digitalmente por ANA KAREN COELHO DE SOUZA:02165286239
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC SOLUTI Multipla v5, OU=29056741000176, OU=Videoconferencia, OU=Certificado PF A3, CN=ANA KAREN COELHO DE SOUZA:02165286239
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2025.03.28 11:58:33-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2024.3.0

Ana Karen Coelho de Souza
CPF: 021.652.862-39

DIGITAL LOCK SERVIÇO DE CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA
CNPJ n°: 24.448.443/0001-08

Rua Presbitero Honorato Pereira, n° 1625 – Bairro Nova Brasilia – Ji-Paraná/RO – CEP: 76.908-396

PROPOSTA DE PREÇO

Ao
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Pregão Eletrônico Nº 94.001/2025-CPL/MP/PGJ SRP
DATA: 13/03/2025 às 10h00min
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de serviço de emissão e renovação de certificados digitais padrão ICP-Brasil e fornecimento de token criptográficos USB.

DADOS DA EMPRESA:
Razão Social: DIGITAL LOCK SERVIÇO DE CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA - CNPJ: 24.448.443/0001-08
Endereço comercial: Rua Presbitero Honorato Pereira, n° 1625 - CEP: 76.908-396
Bairro: Nova Brasilia - Telefone: (69) 3423-1838 - Município de Ji – Paraná – Rondônia

Representante legal
Wiliiam [redacted]
FIXO: (
E-mail:
DADOS
Banco: SICOOB Agência: 3351 Conta Corrente: 12500-0

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	MARCA	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
01	EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL PARA PESSOA FÍSICA DO TIPO A3 (e-CPF) 1.Emitido por autoridade certificadora credenciada pela ICP-Brasil; 2.Certificado nível A3, tipo e-CPF; 3.Validade de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da emissão; 4.Deve ser compatível para utilização em assinatura de documentos eletrônicos, e-mails, acesso aaplicações, logon de rede, entre outras destinações; 5.Certificado aderente padrão do Comitê Gestor da ICP Brasil; 6.O item engloba o respectivo serviço de autoridade de registro.	**UND**	500	AC DIGITAL MULTIPLA https://acdigital.com.br/certificado-digital/pessoa-fisica/e-pf-a3.html	R$ 53,00	R$ 26.500,00

02	**EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL PARA PESSOA JURÍDICA TIPO A3 (e-CNPJ)** 1.Emitido por autoridade certificadora credenciada pela ICP-Brasil; 2.Tipo e-CNPJ A3; 3.Validade de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da emissão; 4.Ser compatível para utilização em assinatura de documentos eletrônicos, e-mails, acesso a aplicações, logon de rede,entre outras destinações; 5.Certificado aderente padrão do Comitê Gestor da ICP Brasil; 6.O item engloba o respectivo serviço de autoridade de registro.	**UND**	10	AC DIGITAL MULTIPLA https://acdigital.com.br/certificado-digital/pessoa-juridica/e-pj-a3.html	R$ 55,00	R$ 550,00
03	**EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL SSL WILDCARD PARA SISTEMAS WEB** 1. Certificado digital para servidor web, do tipo SSL; 2. Proteger qualquer subdomínio, mesmo os adicionados posteriormente, com um único certificado SSL; 3. Prazo de validade de 12 (doze) meses; 4. Certificação em plena compatibilidade com os principais navegadores de internet e dispositivos móveis,sem a necessidade de instalação de certificado AC raiz; 5.Permitir a utilização de criptografia simétrica com chaves de no mínimo 256 bits; 6. Utilizar chaves para criptografia assimétrica RSA, de no mínimo 2048 bits; 7. Emissão do certificado em até 72 (setenta e duas) horas; 8. Reemissão ilimitadas dentro do período de validade; 9. Instalação em número ilimitado de servidores; 10. A **CONTRATANTE** poderá solicitar à **CONTRATADA**, num período de sete dias após a emissãoinicial de um certificado, a sua re-emissão ou a substituição quantas vezes forem necessárias; 11. Suporte em português via atendimento online, telefone e e-mail ou website para solicitação, instalação eutilizaão do certificado SSL, bem como prestação de esclarecimentos e dúvidas técnicas e cadastrais.	**UND**	10	SOLUTI SSL DV GLOBALSIGN https://www.soluti.com.br/certificado-digital/certificado-ssl/?utm_source=google&utm_medium=cpc&utm_campaign=remarketing_ecommerce&utm_term=&utm_campaign=%5BPmax%5D+%5BROAS%5D+Remarketing+do+site+-+BR&utm_source=adwords&utm_medium=ppc&hsa_acc=2315548252&hsa_cam=20691676468&hsa_grp=&hsa_ad=&hsa_src=x&hsa_tgt=&hsa_kw=&hsa_mt=&hsa_net=adwords&hsa_ver=3&gad_source=1&gclid=EAIaIQobChMI_7GRqbWZjAMVqpjuAR2vFTXaEAAYASAAEgIg0vD_BwE	R$ 1.650,00	R$ 16.500,00

DIGITAL LOCK SERVIÇO DE CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA
CNPJ n°: 24.448.443/0001-08

Rua Presbitero Honorato Pereira, n° 1625 – Bairro Nova Brasilia – Ji-Paraná/RO – CEP: 76.908-396

04	**EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL PARA PESSOA JURÍDICA TIPO A1 (e-CNPJ), NOPADRÃO ICP-BRASIL.** 1.Emitido por autoridade certificadora credenciada pela ICP-Brasil; 2.Certificado nível A1, tipo e-CNPJ; 3.Validade de 12 (doze) meses, contados a partir da emissão; 4.Ser aderente às normas do Comitê Gestor da ICP-Brasil; 5.Ser compatível para armazenamento no computador.	**UND**	04	AC DIGITAL MULTIPLA https://acdigital.com.br/certificado-digital/pessoa-juridica/e-pj-a1.html	R$ 53,00	R$ 212,00
05	**VISITA EXTERNA PARA VALIDAÇÃO E EMISSÃO DE CERTIFICADOS DIGITAIS** 1.Compreende a realização de visita técnica nas dependências da **CONTRATANTE** com o objetivo de realizar a validação e emissão dos certificados digitais tipo A1, para sistemas/aplicações, e tipo A3, parapessoa física e pessoa jurídica; 2.As visitas para validação e emissão de certificado se darão na sede da **CONTRATANTE**, a qualocorrerá em dias úteis, no horário das 8h às 17h, no seguinte endereço: **Av. Coronel Teixeira, n.º 7.995,Nova Esperança, CEP. 69037-473, Manaus, Amazonas**; 3.Poderão ser emitidos até oito certificados digitais por visita, no caso de emissões de certificados parapessoa física e para pessoa jurídica; 4.A visita para emissão de certificados para sistemas/aplicações em caso de necessidade, poderão serrealizados individualmente; 5.A **CONTRATANTE** fornecerá a infraestrutura de mobiliário e acesso á internet para a validação, sendoos demais equipamentos e serviços fornecidos pela **CONTRATADA**; 6.Na impossibilidade da emissão dos certificados pela **CONTRATADA**, no período programado paraemissão dos certificados, o serviço de visita local não será considerado como prestado, devendo serreagendado com a **CONTRATANTE**.	**UND**	25	SERVIÇO DECLARAÇÃO EM ANEXO	R$ 280,00	R$ 7.000,00
06	**FORNECIMENTO DE MÍDIA CRIPTOGRÁFICA TIPO TOKEN USB** 1. Token criptográfico USB capaz de armazenar cert2048ificados, chaves e cadeias de certificados aderentes às normasdo Comitê Gestor da ICP-Brasil; 2. Compatível para armazenamento de certificados digitais A3, em conformidade com a ICP-Brasil; 3. Fornecer solução de gerenciamento em português com funções básicas de gestão do PIN e PUK, compatível com Windows 10 ou superior e Mac Os; 4. Possuir capacidade de no mínimo 64Kb de memória; 5. Deverá possuir chassi em plástico rígido e resistente a água; 6. Possuir driver compatível e disponível para o sistema operacional Microsoft Windows 10 ou superior e Mac OS; 7. Deverá ter conectividade compatível com USB tipo A 2.0 (ou superior compatível com 2.0);	**UND**	500	SAFENET Modelo 5110 https://www.esptecnologia.com.br/token-safenet5110/prod-6238255/	53,00	R$ 26.500,00

	8. Permitir conexão direta na porta USB, sem necessidade de interface intermediária para leitura; 9. Suporte à tecnologia de chaves pública/privada (PKI), com geração on-board do par de chaves RSA de, no mínimo,2048 bits; 10. Permitir a criação de senha de acesso ao dispositivo de no mínimo seis caracteres, ou de acordo com os critérios do **CONTRATANTE**; 11. Permitir criação de senhas com caracteres alfanuméricos; 12.Permitir a geração de chaves, protegidas por PINs (Personal Identification Number); 13. Permitir a inicialização e reinicialização do *token* mediante a utilização de PUK (Pin Unlock Key); 14. Suporte aos principais navegadores de mercado, entre os quais: Internet Explorer, Mozilla Firefox e Google Chrome; 15. O software de gerenciamento do dispositivo deverá ser disponibilizado pela **CONTRATADA** e estar no idiomaPortuguês do Brasil, devendo ser compatível com o cliente do **SafeNet Authenticator Client**, permitindo: - Gerenciamento do dispositivo; - Exportação de certificados armazenados no dispositivo; - Importação de certificados em formato PKCS#7 para área de armazenamento do dispositivo, de acordo com a RFC2315; - Importação de certificados em formato PKCS#12 para área de armazenamento do dispositivo; - Visualização de certificados armazenados no dispositivo; - Remoção de chaves e outros dados contidos no dispositivo após autenticação do titular; - Reutilização de dispositivos bloqueados, por meio de remoção total dos dados armazenados e geração de nova senhade acesso; 16. Garantia mínima de 1 (um) ano, contado a partir do aceite definitivo dos *tokens*; 17. Caso o *token* necessite ser substituído ou apresente erro que comprometa o funcionamento do certificado aliarmazenado, um novo *token* deverá ser fornecido, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data da notificaçãofeita pelo CONTRATANTE. 18. **Modelo de referência**: Token Criptográfico Safenet eToken 5110.					
				VALOR TOTAL DA PROPOSTA		R$ 77.262,00

VALOR TOTAL DA PROPOSTA:R$ 77.262,00(Setenta e sete mil e duzentos e sessenta e dois reais)
VALIDADE DA PROPOSTA:. 90 (noventa) dias.

PRAZO/LOCAL DE ENTREGA/EXECUÇÃO:
6.1 A **CONTRATADA** deverá disponibilizar os certificados, visitas e *tokens*, nos termos descritos neste Termo, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos da data de recebimento da autorização de fornecimento pela **CONTRATADA**.

DIGITAL LOCK SERVIÇO DE CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA
CNPJ n°: 24.448.443/0001-08

Rua Presbitero Honorato Pereira, n° 1625 – Bairro Nova Brasilia – Ji-Paraná/RO – CEP: 76.908-396

6.1.1 Os certificados e visitas serão consideradas entregues quando disponíveis para agendamento no sistema de gerenciamento de emissões;
6.1.2 A entrega dos dispositivos criptográficos tipo token USB, deverá ser realizada em até 30 (trinta) dias após o recebimento pela **CONTRATADA** da Autorização de Fornecimento emitida pelo **CONTRATANTE**.
6.2 A execução dos serviços e a entrega do objeto contratado deverá ser realizada na sede da **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, a qual ocorrerá em dias úteis, no horário das 8h às 17h, no seguinte endereço

2. Declaramos expressamente que, no (s) preço (s) acima ofertado (s), estão inclusos todos os custos indiretos tais como: impostos, taxas, fretes, seguros e etc.
3. Declaramos que estão inclusas no valor cotado todas as despesas com mão-de-obra e, todos os tributos e encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários e comerciais e, ainda, os gastos com transporte e acondicionamento dos produtos em embalagens adequadas.

WILLIAM DOUGLAS DE SA:01509706259

Assinado de forma digital por WILLIAM DOUGLAS DE SA:01509706259
Dados: 2025.03.28 12:06:06 -03'00'

Ji-Paraná– RO, 28 de março de 2025.

WILLIAM DOUGLAS DE SÁ
Sócio administrador
CPF: 015.097.062-59 - RG: 1169065 SSP/RO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

PARECER Nº 52.2025.DTIC.1587758.2024.019531

PROCESSO DE COMPRA 2024.019531

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de **serviço emissão e renovação de certificados digitais padrão ICP-Brasil e fornecimento de toke**

ORIGEM: Pregão Eletrônico n.º 94.001/2025-CPL/MP/PGJ SRP, Termo de Referência n.º 4.2025.DTIC.1540068.2024.019531.

1. **Relatório**

Trata-se de pedido de compatibilização de proposta recebida da empresa **DIGITAL LOCK SERVIÇO DE CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA., cnpj n.º 24.448.443/0001-08**, no certame em epígrafe, considerando as respostas às diligências impostas pelo Parecer Nº 50.2025.DTIC.1578223.2024.019531.

É o relatório, passamos a avaliar.

2. **Da Análise**

Item	Descrição	Qtde.	Unidade de Medida	Produto Ofertado
1	**EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL PARA PESSOA FÍSICA DO TIPO A3 (e-CPF)** 1. Emitido por autoridade certificadora credenciada pela ICP-Brasil; 2. Certificado nível A3, tipo e-CPF; 3. Validade de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da emissão; 4. Deve ser compatível para utilização em assinatura de documentos eletrônicos, e-mails, acesso a aplicações, logon de rede, entre outras destinações; 5. Certificado aderente padrão do Comitê Gestor da ICP Brasil; 6. O item engloba o respectivo serviço de autoridade de registro.	500	Unidade	AC DIGITAL MULTIPLA https://acdigital.com.br/certificado-digital/pessoa-fisica/e-pf-a3.html
2	**EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL PARA PESSOA JURÍDICA TIPO A3 (e-CNPJ)** 1. Emitido por autoridade certificadora credenciada pela ICP-Brasil; 2. Tipo e-CNPJ A3; 3. Validade de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da emissão; 4. Ser compatível para utilização em assinatura de documentos eletrônicos, e-mails, acesso a aplicações, logon de rede, entre outras destinações; 5. Certificado aderente padrão do Comitê Gestor da ICP Brasil; 6. O item engloba o respectivo serviço de autoridade de registro.	10	Unidade	AC DIGITAL MULTIPLA https://acdigital.com.br/certificado-digital/pessoa-juridica/e-pj-a3.html
3	**EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL SSL WILDCARD PARA SISTEMAS WEB** 1. Certificado digital para servidor web, do tipo SSL; 2. Proteger qualquer subdomínio, mesmo os adicionados posteriormente, com um único certificado SSL; 3. Prazo de validade de 12 (doze) meses; 4. Certificação em plena compatibilidade com os principais navegadores de internet e dispositivos móveis, sem a necessidade de instalação de certificado AC raiz; 5. Permitir a utilização de criptografia simétrica com chaves de no mínimo 256 bits; 6. Utilizar chaves para criptografia assimétrica RSA, de no mínimo 2048 bits; 7. Emissão do certificado em até 72 (setenta e duas) horas; 8. Reemissão ilimitadas dentro do período de validade; 9. Instalação em número ilimitado de servidores; 10. A **CONTRATANTE** poderá solicitar à **CONTRATADA**, num período de sete dias após a emissão inicial de um certificado, a sua re-emissão ou a substituição quantas vezes forem necessárias; 11. Suporte em português via atendimento online, telefone e e-mail ou website para solicitação, instalação e utilizaão do certificado SSL, bem como prestação de esclarecimentos e dúvidas técnicas e cadastrais.	10	Unidade	SOLUTI

Item	Descrição	Qtde.	Unidade de Medida	Produto Ofertado
4	**EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL PARA PESSOA JURÍDICA TIPO A1 (e-CNPJ), NO PADRÃO ICP-BRASIL.** 1. Emitido por autoridade certificadora credenciada pela ICP-Brasil; 2. Certificado nível A1, tipo e-CNPJ; 3. Validade de 12 (doze) meses, contados a partir da emissão; 4. Ser aderente às normas do Comitê Gestor da ICP-Brasil; 5. Ser compatível para armazenamento no computador.	04	Unidade	AC DIGITAL MULTIPLA https://acdigital.com.br/certificado-digital/pessoa-juridica/e-pj-a1.html
5	**VISITA EXTERNA PARA VALIDAÇÃO E EMISSÃO DE CERTIFICADOS DIGITAIS** 1. Compreende a realização de visita técnica nas dependências da **CONTRATANTE** com o objetivo de realizar a validação e emissão dos certificados digitais tipo A1, para sistemas/aplicações, e tipo A3, para pessoa física e pessoa jurídica; 2. As visitas para validação e emissão de certificado se darão na sede da **CONTRATANTE**, a qual ocorrerá em dias úteis, no horário das 8h às 17h, no seguinte endereço: **Av. Coronel Teixeira, n.º 7.995, Nova Esperança, CEP. 69037-473, Manaus, Amazonas**; 3. Poderão ser emitidos até oito certificados digitais por visita, no caso de emissões de certificados para pessoa física e para pessoa jurídica; 4. A visita para emissão de certificados para sistemas/aplicações em caso de necessidade, poderão ser realizados individualmente; 5. A **CONTRATANTE** fornecerá a infraestrutura de mobiliário e acesso á internet para a validação, sendo os demais equipamentos e serviços fornecidos pela **CONTRATADA**; 6. Na impossibilidade da emissão dos certificados pela **CONTRATADA**, no período programado para emissão dos certificados, o serviço de visita local não será considerado como prestado, devendo ser reagendado com a **CONTRATANTE**.	25	Unidade	
6	**FORNECIMENTO DE MÍDIA CRIPTOGRÁFICA TIPO TOKEN USB** 1. Token criptográfico USB capaz de armazenar cert2048ificados, chaves e cadeias de certificados aderentes às normas do Comitê Gestor da ICP-Brasil; 2. Compatível para armazenamento de certificados digitais A3, em conformidade com a ICP-Brasil; 3. Fornecer solução de gerenciamento em português com funções básicas de gestão do PIN e PUK, compatível com Windows 10 ou superior e Mac Os; 4. Possuir capacidade de no mínimo 64Kb de memória; 5. Deverá possuir chassi em plástico rígido e resistente a água; 6. Possuir driver compatível e disponível para o sistema operacional Microsoft Windows 10 ou superior e Mac OS; 7. Deverá ter conectividade compatível com USB tipo A 2.0 (ou superior compatível com 2.0); 8. Permitir conexão direta na porta USB, sem necessidade de interface intermediária para leitura; 9. Suporte à tecnologia de chaves pública/privada (PKI), com geração on-board do par de chaves RSA de, no mínimo, 2048 bits; 10. Permitir a criação de senha de acesso ao dispositivo de no mínimo seis caracteres, ou de acordo com os critérios do **CONTRATANTE**; 11. Permitir criação de senhas com caracteres alfanuméricos; 12. Permitir a geração de chaves, protegidas por PINs (Personal Identification Number); 13. Permitir a inicialização e reinicialização do *token* mediante a utilização de PUK (Pin Unlock Key); 14. Suporte aos principais navegadores de mercado, entre os quais: Internet Explorer, Mozilla Firefox e Google Chrome; 15. O software de gerenciamento do dispositivo deverá ser disponibilizado pela **CONTRATADA** e estar no idioma Português do Brasil, devendo ser compatível com o cliente do **SafeNet Authenticator Client**, permitindo: - Gerenciamento do dispositivo; - Exportação de certificados armazenados no dispositivo; - Importação de certificados em formato PKCS#7 para área de armazenamento do dispositivo, de acordo com a RFC 2315; - Importação de certificados em formato PKCS#12 para área de armazenamento do dispositivo; - Visualização de certificados armazenados no dispositivo; - Remoção de chaves e outros dados contidos no dispositivo após autenticação do titular; - Reutilização de dispositivos bloqueados, por meio de remoção total dos dados armazenados e geração de nova senha de acesso; 16. Garantia mínima de 1 (um) ano, contado a partir do aceite definitivo dos *tokens*; 17. Caso o *token* necessite ser substituído ou apresente erro que comprometa o funcionamento do certificado ali armazenado, um novo *token* deverá ser fornecido, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data da notificação feita pelo CONTRATANTE. 18. **Modelo de referência**: Token Criptográfico Safenet eToken 5110.	500	Unidade	SAFENET Modelo 5110 https://www.esptecnologia.com.br/tok safenet5110/prod-6238255/

É o parecer.

Manaus, 31 de março de 2025.

WALESKA GRACIEME ANDRADE MARQUES DE OLIVEIRA
Agente Técnico - Coordenadora do Serviço de Atendimento e Suporte de TI

Documento assinado eletronicamente por **Waleska Gracieme Andrade Marques de Oliveira**, **Agente Técnico - Analista de Banco de Dados**, em 31/03/2025, às 15:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1587758** e o código CRC **515369B7**.

AO,

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS

REFERENTE:
Pregão Eletrônico: 94001/2025
Processo: SEI n.º 2024.019531
Modalidade: MENOR PREÇO
Data da negociação: 13/03/2025 às 10:30h
ID: 34032537389

RAZÃO SOCIAL: AR RP CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA
IE: 797.089.188.110 **CNPJ:** 21.308.480/0001-22
Ins. Municipal: 20026631 **Ins. Estadual:** 797.089.188.110
Endereço: Rua Marechal Rondon, N° 401, Sala 03, Setor Jardim América, Ribeirão Preto - SP, Cep: 14.020-220
Fone: 11 3504-8750 **E-mail:** licitacoes@rpcd.com.br
Banco: Caixa Econômica Federal **Agência nº** 4520 **OP**: **Conta Corrente nº** 587-0
Banco: Bradesco **Agência nº** 03351-0 **Conta Corrente nº** 15601-9
Banco: Banco do Brasil **Agência nº** 3388 **Conta Corrente nº** 7505-1
Contato: Nikely Gomes Figueiredo

PROPOSTA COMERCIAL

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de serviço de emissão e renovação de certificados digitais padrão ICP-Brasil e fornecimento de token criptográficos USB, objetivando atender às necessidades de utilização da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, pelo período de 12 (doze) meses.

LOTE 1						
Item	**Descrição**	**SKU**	**UN.**	**Qtde.**	**V. Unit. Anual**	**V. Total 5 anos**
01	EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL PARA PESSOA FÍSICA DO TIPO A3 (e-CPF). **Link detalhes do produto abaixo***	11	UN.	500	R$ 66,60	R$ 33.300,00
02	EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL PARA	12	UN.	10	R$ 72,00	R$ 720,00

	PESSOA JURÍDICA TIPO A3 (e-CNPJ).					
03	EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL SSL WILDCARD PARA SISTEMAS WEB	742	UN.	10	R$964,55	R$9.645,50
04	EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL PARA PESSOA JURÍDICA TIPO A1 (e-CNPJ), NOPADRÃO ICP-BRASIL.	10	UN.	04	R$70,00	R$ 280,00
05	VISITA EXTERNA PARA VALIDAÇÃO E EMISSÃO DE CERTIFICADOS DIGITAIS.	831	UN.	25	R$5,00	R$ 125,00
06	FORNECIMENTO DE MÍDIA CRIPTOGRÁFICA TIPO TOKEN USB.		UN.	500	R$86,00	R$ 43.000,00
Valor total: Oitenta e sete mil e setenta reais e cinquenta centavos.						**R$ 87.070,50**

Marca do certificado: AC Soluti; **https://www.soluti.com.br/produtos/e-cpf-a3-sem-midia/?sku=11**
Marca/Modelo do Token: Safenet 5110;

A **AR RP CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA**, declara inteira submissão aos preceitos legais em vigor, especialmente ao da Lei nº 14.133, e às cláusulas e condições **94001/2025 MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, O valor do preço unitário e o valor total estão detalhados nesta proposta de preço, nos quais estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas, inclusive impostos, taxas de qualquer natureza, contribuições, alvarás, mão

de obra, salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas, embalagens, transportes, seguros, peças de reposição, materiais utilizados na manutenção e quaisquer outras despesas necessárias que incidam ou venham a incidir sobre a execução do objeto desta licitação, propondo sua execução pelo valor global de **R$ 87.070,50 (Oitenta e sete mil setenta reais e cinquenta centavos)** observados os valores unitários cotados na planilha acima.

CONDIÇÕES COMERCIAIS:

- **Prazo de Validade da Proposta:** 90 (noventa) dias, a contar da data da sessão pública.
- **Prazo de entrega:** A **CONTRATADA** deverá disponibilizar os certificados, visitas e *tokens*, nos termos descritos neste Termo, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos da data de recebimento da autorização de fornecimento pela **CONTRATADA**. Especificamente para o certificado SSL, o prazo de emissão será até 72 horas após solicitado.
- **Local de Entrega:** As visitas para validação e emissão de certificado se darão na sede da CONTRATANTE, a qual ocorrerá em dias úteis, no horário das 8h às 17h, no seguinte endereço: Av. Coronel Teixeira, n.º 7.995, Nova Esperança, CEP. 69037-473, Manaus, Amazonas.
- A CONTRATADA deverá oferecer atendimento nas formas virtual e presencial, a escolha da CONTRATANTE, para emissão e gravação dos certificados digitais tipo e-CPF A3, estando obrigada a cumprir, no ato do atendimento, todas as etapas até que o certificado esteja instalado no token.
- **Manaus:** a empresa informa que realizará os atendimentos presenciais através da unidade de atendimento da AC Soluti, situada na Av. Djalma Batista, n° 946, Sala 05, Nossa Senhora das Graças, Manaus/AM, pela qual somos credenciados desde dezembro de 2015, conforme DOU anexa a proposta, sendo de **entendimento pacífico que a relação entre AC e AR credenciada não configura subcontratação.** Desta feita a unidade de Manaus consta da lista disponibilizada pela mesma no endereço eletrônico https://www.soluti.com.br/lojas/?srsltid=AfmBOop22J444-NtogVGQRtGNf2sQdMUZGEPVNrrD_0-boCeKsYxIt5z.
- Plataforma de gestão de certificados: Será disponibilizada nos termos do TR para gerenciamento dos certificados o sistema Sdeal https://sdeal.com.br/GVS/open.do?sys=GVS.

➢ **Garantia:** Certificado: A CONTRATADA deverá prover garantia de correção e atualização motivadas por falhas técnicas e mudanças originadas de diretrizes oriundas da ICP-Brasil, pelo período mínimo de 36 (trinta e seis) meses para o certificado do tipo A3, contados a partir da data de emissão do certificado; Token: 12 meses, após a conclusão do serviço para o token, já o certificado possui garantia pelo seu prazo de validade.

➢ Caso a correção ou atualização exija novo certificado, a empresa contratada deverá efetuar a nova emissão, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de notificação, sem ônus adicional para o CONTRATANTE.

➢ Caso o token necessite ser substituído ou apresente erro que comprometa o funcionamento do certificado ali armazenado, um novo token e uma nova emissão de certificado deverá ser realizada, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da notificação feita pela CONTRATANTE à CONTRATADA.

➢ **Suporte:** A **CONTRATADA** deverá refazer e/ou corrigir, em até 48 (quarenta e oito) horas após registrada a ordem de serviço e sem ônus adicionais para a **CONTRATANTE**, erros sistêmicos e outros que eventualmente possam surgir após a instalação dos respectivos certificados.

➢ **Prazo de Pagamento:** O pagamento devido à **CONTRATADA** será creditado em conta corrente por meio de ordem bancária, efetuado mediante apresentação de nota fiscal/fatura atestada e visada pelos órgãos de fiscalização e acompanhamento do fornecimento do material, no prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados a partir do atesto da Administração na fatura apresentada.

Declarações:

a) Cumpro plenamente os requisitos de requisitos de habilitação, ciente de que respondo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;
b) Em atenção item 5.6. e art. 14.º e seus incisos da Lei n.º 14.133/2021, não está impedido de participar direta ou indiretamente desta licitação, e ainda, que não possuo sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas e de sua CPL;
c) Que recebi o edital e todos os documentos que o integram, dispondo de todos os elementos e informações necessários à elaboração da proposta de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação;
d) Que os documentos e declarações apresentados são fiéis e verdadeiros;

e) Que, caso seja vencedor do certame e não cadastrado no SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE da SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ-AM, encaminhará a CONTRATANTE os documentos necessários para efetuar o referido cadastramento no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da adjudicação, sob pena de perder o direito de preferência à contratação em favor dos demais licitantes subsequentes, sem prejuízo da possibilidade de responder a procedimento administrativo de responsabilização (PAR) por eventual retardamento da licitação;
f) Que o preço inclui além do lucro, todos os custos e despesas, com tributos incidentes e encargos devidos, materiais, serviços, transporte, a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, bem como quaisquer outras despesas diretas e indiretas incidentes na prestação de serviços;

Dados da Autoridade competente que assinará o Contrato:
Nome: NIKELY GOMES FIGUEIREDO
Cargo: Procuradora
Documento de Identidade: nº 950320
CPF nº 033.159.391-28
Residente e domiciliado em: Goiânia-GO

Goiânia, 04 de abril de 2.025

Atenciosamente,

21.308.480/0001-22
AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA
AV CENTRAL, nº 1133 – QD.1-A Lt. 12 - JD NOVA ESPERANCA CEP 74.465-100 GOIÂNIA/GO

Nikely Gomes Figueiredo

Nikely Gomes Figueiredo
Procuradora



PRODUCT BRIEF

SafeNet eToken 5110

To protect identities and critical business applications in today's digital business environment, organizations need to ensure access to online and network resources is always secure, while maintaining compliance with security and privacy regulations. SafeNet eToken 5110 offers two-factor authentication for secure remote and network access, as well as certificate-based support for advanced security applications, including digital signature and pre-boot authentication.

Two-Factor Authentication you can Trust

SafeNet eToken 5110 is a portable two-factor USB authenticator with advanced smart card technology. Certificate-based technology generates and stores credentials-such as private keys, passwords, and digital certificates inside the protected environment of the smart card chip. To authenticate, users must supply both their personal SafeNet eToken authenticator and password, providing a critical second level of security beyond simple passwords to protect valuable digital business resources.

Future-Proofed and Scalable with Centralized Management Control

SafeNet eToken 5110 is based on the advanced Gemalto IDCore platform, and integrates seamlessly with third-party applications through SafeNet Authentication development tools, supports SafeNet PKI and password management applications and software development tools, and allows customization of applications and extension of functionality through on-board Java applets. SafeNet eToken 5110 is supported by SafeNet Authentication Manager (excluding SafeNet eToken 5110 CC), which reduces IT overhead by streamlining all authentication operations, including deployment, provisioning, enrollment, and ongoing maintenance, as well as offering support for lost tokens. SafeNet eToken 5110 is also supported by SafeNet Authentication Client for full local admin and support for advanced token management, events and deployment

Benefits

- Improves productivity by allowing employees and partners to securely access corporate resources
- Enables advanced certificate-based applications, such as digital signature and pre-boot authentication
- Portable USB token: no special reader needed
- Simple and easy to use – no training or technical know-how needed
- Expand security applications through on-board Java applets
- Enhance marketing and branding initiatives with private labeling and color options.

Technical Specifications			
Supported operating systems	Windows Server 2008/R2, Windows Server 2012 and 2012 R2, Windows 7, Mac OS, Linux, Windows 8, Windows 10		
API & standards support	PKCS#11, Microsoft CAPI, PC/SC, X.509 v3 certificate storage, SSL v3, IPSec/IKE, MS minidriver, CNG		
Memory size	80K		
Dimensions	5110–16.4mm*8.5mm*40.2mm		
ISO specification support	Support for ISO 7816-1 to 4 specifications		
Operating temperature	0° C to 70° C (32° F to 158° F)		
Storage temperature	-40° C to 85° C (-40° F to 185° F)		
Humidity rating	0-100% without condensation		
Water resistance certification	IP X7 – IEC 60529		
USB connector	USB type A; supports USB 1.1 and 2.0 (full speed and high speed)		
Casing	Hard molded plastic, tamper evident		
Memory data retention	At least 10 years		
Memory cell rewrites	At least 500,000		
	SafeNet eToken 5110 FIPS	**SafeNet eToken 5110 CC**	**SafeNet eToken 5110**
On-board security algorithms	> Symmetric: AES, 3DES (Triple DES) 128/192/256 bit > Hash: SHA-256 > RSA: 2048-bit, > Elliptic curves: P-256, P-384	> Symmetric: 3DES (ECB, CBC), AES (128, 192, 256 bits) > Hash: SHA-1, SHA-256, SHA-384, SHA-512 > RSA: up to RSA 2048 bits (and optionally up to 4096 bits) > RSA OAEP & RSA PSS > Elliptic curves: P-256, P-384, P-521 bits, ECDSA, ECDH > On-card asymmetric key pair generation (RSA up to RSA2048 & Elliptic curves)	> Symmetric: 3DES (Triple DES), AES 128/192/256 bit > Hash: SHA1, SHA256 > RSA 1024-bit / 2048-bit > Elliptic curves: P-256, P-384
Security certifications	FIPS 140-2 level 3	CC EAL5+	FIPS 140-2 level 3(SC chip and OS)
Smart Card Platform	Gemalto IDCore 30 (rev B) and eToken applet	IDPrime MD 840	Gemalto IDCore 30 and eToken applet

Gemalto's SafeNet Family of Authentication Solutions

Offering flexible management platforms, the broadest range of strong authentication methodologies and form factors, and transaction verification capabilities, as well as identity federation and Single Sign-on, SafeNet solutions create a future-ready security foundation that allows organizations to adopt a modular, forward-looking identity management strategy, ensuring that their security needs are met as new threats, devices, and use cases evolve. To learn more about the complete SafeNet portfolio of authentication solutions, please visit our website at www.gemalto.com/identity.

Supported Applications

- Secure remote access to VPNs and Web portals and Cloud Services
- Secure network logon
- Digital signing
- Pre-boot authentication

Contact Us: For all office locations and contact information, please visit safenet.gemalto.com

Follow Us: blog.gemalto.com/security

GEMALTO.COM

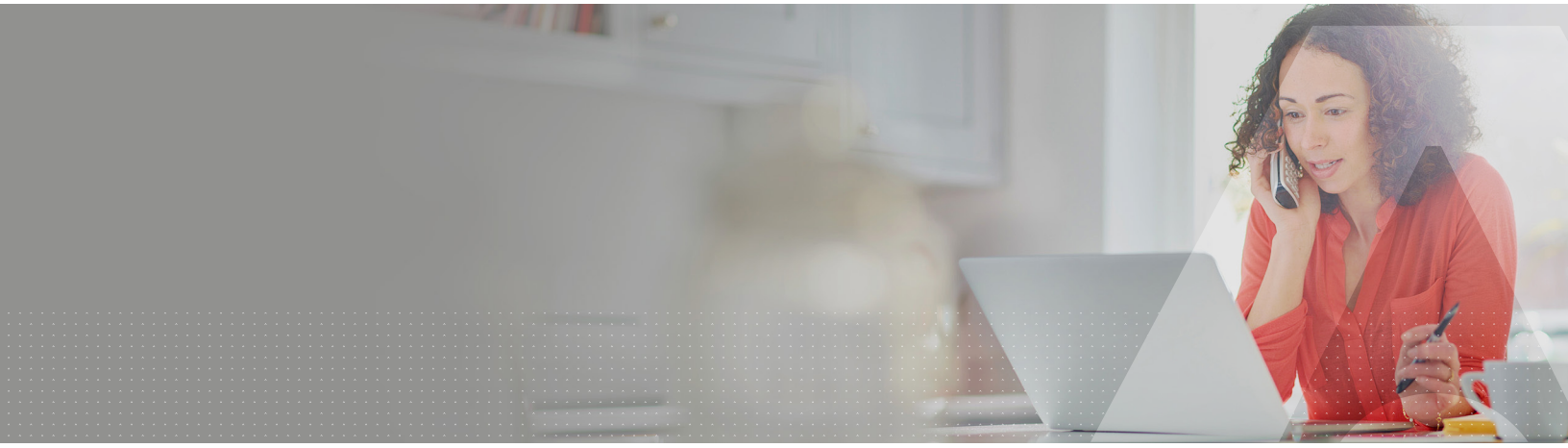
gemalto
security to be free

©Gemalto 2016. All rights reserved. Gemalto, the Gemalto logo, are trademarks and service marks of Gemalto and are registered in certain countries. WP (EN)-Oct.14.2016 - Design: FR

cpl.thalesgroup.com

THALES
Building a future we can all trust

SafeNet eToken 5110 series



To protect identities and critical business applications in today's digital business environment, organizations need to ensure access to online and network resources is always secure, while maintaining compliance with security and privacy regulations. SafeNet eToken 5110 offers two-factor authentication for secure remote and network access, as well as certificate-based support for advanced security applications, including digital signature and pre-boot authentication.

Two-Factor Authentication you can Trust

SafeNet eToken 5110 is a portable two-factor USB authenticator with advanced smart card technology. Certificate-based technology generates and stores credentials-such as private keys, passwords, and digital certificates inside the protected environment of the smart card chip. To authenticate, users must supply both their personal SafeNet eToken authenticator and password, providing a critical second level of security beyond simple passwords to protect valuable digital business resources.



Benefits

- Improves productivity by allowing employees and partners to securely access corporate resources
- Enables advanced certificate-based applications, such as digital signature and pre-boot authentication
- Portable USB token: no special reader needed
- Simple and easy to use – no training or technical know-how needed
- Enhance marketing and branding initiatives with private labeling and color options.

Supported Applications

- Strong two-factor authentication (phishing - resistant)
- Secure remote access to VPNs and Web portals
- Secure network logon
- Email encryption
- Digital signing
- Pre-boot authentication

Technical Specifications

	SafeNet eToken 5110+ FIPS	SafeNet eToken 5110+ CC	SafeNet eToken 5110+
API & standards support	• BaseCSP minidriver (SafeNet minidriver) • Global Platform 2.2.1 • Java Card 3.05 • ISO 7816	• BaseCSP minidriver (SafeNet minidriver) • Global Platform 2.2.1 • Java Card 3.04 • ISO 7816	• BaseCSP minidriver (SafeNet minidriver) • Global Platform 2.2.1 • Java Card 3.04 • ISO 7816
Memory size	78KB	73KB	80KB
Supported operating systems	Windows, MAC, Linux		
Dimensions	5110– 16.4mm*8.5mm*40.2mm		
ISO specification support	Support for ISO 7816-1 to 4 specifications		
Operating temperature	0º C to 70º C (32º F to 158º F)		
Storage temperature	-40º C to 85º C (-40º F to 185º F)		
Humidity rating	0-100% without condensation		
Water resistance certification	IP X7 – IEC 60529		
USB connector	USB type A; supports USB 1.1 and 2.0 (full speed and high speed)		
Casing	Hard molded plastic, tamper evident		
Memory data retention	At least 10 years		
Memory cell rewrites	At least 500,000		
On-board security algorithms	• Symmetric: AES—For secure messaging and 3DES for Microsoft Challenge/Response only • Hash: SHA-1, SHA-256, SHA-384, SHA-512. • RSA: up to RSA 4096 bits • RSA OAEP & RSA PSS • P-256 bits ECDSA, ECDH. P-384 & P-521bits ECDSA, ECDH • On-card asymmetric key pair generation (RSA up to 4096 bits & Elliptic curves up to 521 bits)	• Symmetric: AES—For secure messaging and 3DES for Microsoft Challenge/Response only • Hash: SHA-1, SHA-256, SHA-384, SHA-512 • RSA: up to RSA 4096 bits • RSA OAEP & RSA PSS • P-256 bits ECDSA, ECDH. P-384 & P-521bits ECDSA, ECDH are available via a custom configuration • On-card asymmetric key pair generation (RSA up to 4096 bits & Elliptic curves up to 521 bits)	• Symmetric: 3DES (Triple DES), AES 128/192/256 bit • Hash: SHA1, SHA256 • RSA: up to RSA 2048 bits • Elliptic curves: P-256, P-384, ECDH
Security certifications	FIPS 140-2 (pending for NIST review)	CC EAL5+ / PP QSCD, eIDAS qualified for both eSignature and eSeal, and qualified by the French ANSSI	CC EAL6+ SC Chip certified
Smart Card Platform	IDPrime 930	IDPrime 940	Thales IDCore 30 and eToken applet

© Thales - July 2022 • DBV26



soluti

LIBERDADE DIGITAL

Autoridade Certificadora

SOLUTI MULTIPLA

Política de Certificado A3

(PC A3 da AC SOLUTI MULTIPLA)

OID 2.16.76.1.2.3.37

Versão 5.3 de 23 de janeiro de 2023

Classificação: Ostensivo

www.soluti.com.br

Sumário

Controle de Versão....4
1 INTRODUÇÃO....5
1.1. Visão Geral....5
1.2 Nome do documento e identificação....5
1.3 Participantes da ICP-Brasil....5
1.3.1 Autoridades Certificadoras....5
1.3.2 Autoridades de Registro....5
1.3.3 Titulares de Certificado....6
1.3.4 Partes Confiáveis....6
1.3.5 Outros participantes....6
1.4 Usabilidade do Certificado....6
1.4.1 Uso apropriado do Certificado....6
1.4.2 Uso proibitivo do certificado....6
1.5 Política de Administração....6
1.5.1 Organização administrativa do documento....6
1.5.2 Contatos....6
1.5.3 Pessoa a que determina a adequabilidade da DPC com a PC....7
1.5.4 Procedimentos de aprovação da PC....7
1.6 Definições e Acrônimos....7
2 RESPONSABILIDADES DE PUBLICAÇÃO E REPOSITÓRIO....9
3 IDENTIFICAÇÃO E AUTENTICAÇÃO....9
4 REQUISITOS OPERACIONAIS DO CICLO DE VIDA DO CERTIFICADO....9
5 CONTROLES OPERACIONAIS, GERENCIAMENTO E DE INSTALAÇÕES....11
6 CONTROLES TÉCNICOS DE SEGURANÇA....12
6.1 Geração e Instalação do Par de Chaves....12
6.1.1 Geração do par de chaves....12
6.1.2 Entrega da chave privada à entidade....13
6.1.3 Entrega da chave pública para o emissor de certificado....13
6.1.4 Entrega de chave pública da AC às terceiras partes....13
6.1.5 Tamanhos de chave....14
6.1.6 Geração de parâmetros de chaves assimétricas e verificação da qualidade dos parâmetros 14
6.1.7 Propósitos de uso de chave (conforme o campo “key usage” na X.509 v3)....14
6.2 Proteção da Chave Privada e controle de engenharia do módulo criptográfico....14
6.2.1 Padrões para módulo criptográfico....14
6.2.2 Controle “n de m” para chave privada....14
6.2.3 Custódia (escrow) de chave privada....14
6.2.4 Cópia de segurança (backup) de chave privada....14
6.2.5 Arquivamento de chave privada....14
6.2.6 Inserção de chave privada em módulo criptográfico....15
6.2.7 Armazenamento de chave privada em módulo criptográfico....15
6.2.8 Método de ativação de chave privada....15
6.2.9 Método de desativação de chave privada....15
6.2.10 Método de destruição de chave privada....15
6.3 Outros Aspectos do Gerenciamento do Par de Chaves....15
6.3.1 Arquivamento de chave pública....15
6.3.2 Períodos de operação do certificado e períodos de uso para as chaves pública e privada....15
6.4 Dados de Ativação....15
6.4.1 Geração e instalação dos dados de ativação....15
6.4.2 Proteção dos dados de ativação....15
6.4.3 Outros aspectos dos dados de ativação....16
6.5 Controles de Segurança Computacional....16
6.5.1 Requisitos técnicos específicos de segurança computacional....16
6.5.2 Classificação da segurança computacional....16

6.6 Controles Técnicos do Ciclo de Vida....16
6.6.1 Controles de desenvolvimento de sistema....16
6.6.2 Controles de gerenciamento de segurança....16
6.6.3 Classificações de segurança de ciclo de vida....16
6.6.4 Controles na Geração de LCR....16
6.7 Controles de Segurança de Rede....16
6.8 Carimbo de Tempo....16
7 PERFIS DE CERTIFICADO, LCR E OCSP....16
7.1 Perfil do Certificado....16
7.1.1 Número de versão....16
7.1.2 Extensões de certificado....16
7.1.3 Identificadores de algoritmo....18
7.1.4 Formatos de nome....18
7.1.5 Restrições de nome....19
7.1.6 OID (Object Identifier) de Política de Certificado....19
7.1.7 Uso da extensão “Policy Constraints”....20
7.1.8 Sintaxe e semântica dos qualificadores de política....20
7.1.9 Semântica de processamento para as extensões críticas da PC....20
7.2 Perfil de LCR....20
7.2.1 Número de versão....20
7.2.2 Extensões de LCR e de suas entradas....20
7.3 Perfil OCSP....20
7.3.1 Número(s) de versão....20
7.3.2 Extensões OCSP....20
8 AUDITORIA DE CONFORMIDADE E OUTRAS AVALIAÇÕES....20
9 OUTROS NEGÓCIOS E ASSUNTOS JURÍDICOS....20
10 DOCUMENTOS REFERENCIADOS....22
11 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS....22

Controle de Versão

Versão	Data	Descrição
5.3	23/01/2023	Criação de links G2
5.2	07/07/2022	Atualização do item 7.1.2.3 a.4 e item 7.1.2.7
5.1	10/03/2022	Adequação para emissão de certificados de equipamento ou aplicação, itens 7.1.2.3 e 7.1.4.1.
5.0	26/01/2022	Adequação à versão 8.1 do DOC-ICP-04.
4.1	18/05/2021	Inclusão de instruções para certificado de pessoa jurídica de assinatura *OpenBanking Brasil* no item 7.1.4.1.
4.0	22/12/2020	Adequação à versão 8.0 do DOC-ICP-04.
3.0	01/10/2020	Adequação à versão 7.2 do DOC-ICP-04 (itens modificados: 7.1.4.1).
2.0	26/03/2020	Adequação à versão 7.1 do DOC-ICP-04 (itens modificados: 1.2.2, 6.3.2.3, 6.4, 7.1.2.3, 7.1.2.7, 7.3).
1.2	01/03/2019	Adequação à Resolução 150
1.1	11/12/2018	Adequação à versão 6.7 do DOC-ICP-04 (itens modificados: 1.1.8, 1.3.5.7, 1.3.3A, 6.1.1.1.1, 7.1.2.7, 7.1.2.8, 7.2.3). Inclusão da informação do PSC, item 1.3.3A. Inclusão do campo opcional UPN para certificados de pessoa física (item 7.1.2.3-a alínea iii). Utilização da extensão SubjectAlternativeName (item 7.1.2.6). Utilização da extensão ExtendedKeyUsage (item 7.1.2.9 e 7.1.2.9.1). Remoção da extensão AIA na LCR (item 7.2.2). Alteração no tamanho do campo “órgão expedidor” (itens 7.1.2.3 e 7.1.2.4). Dados de contato (item 1.4). Inclusão de chaves de curva elíptica (item 6.1.5.1). Alterada alínea (c) do item 7.1.2.4, removendo a instrução de deixar em branco os campos Seção e Zona Eleitoral, nos casos em que o Título de Eleitor não for informado. Alterado item 7.1.4.1 para incluir no DN do certificado o campo “OU = Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2”, atendendo ao disposto no DOC-ICP-01 versão 4.2 item 7.2.4. Acrescida nota de rodapé 1 ao item 7.1.4.1 explicitando o uso do CNPJ/CPF do titular no DN como forma de garantir a não ambiguidade na identificação do titular do certificado digital, conforme item 3.1.5 da nossa DPC. Adequação à cadeia v5, item 7.1.4
1.0	01/11/2012	Versão inicial, a partir do DOC-ICP-04 versão 5.1.

1 INTRODUÇÃO

1.1. Visão Geral

1.1.1

Este documento descreve as políticas a serem obrigatoriamente observadas pela AC SOLUTI MULTIPLA, integrante da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, na emissão de certificados de assinatura digital do tipo A3.

1.1.2

A PC AC SOLUTI MULTIPLA A3 elaborada no âmbito da ICP-Brasil adota obrigatoriamente a estrutura dos REQUISITOS MÍNIMOS PARA AS POLÍTICAS DE CERTIFICADO NA ICP-BRASIL[1].

1.1.3

A estrutura desta PC está baseada na RFC 3647.

1.1.4

Este documento compõe o conjunto da ICP-Brasil e nele são referenciados outros regulamentos dispostos nas demais normas da ICP-Brasil, conforme especificado no item 10.

1.1.5

Esta PC se refere ao Certificado de Assinatura Digital Tipo A3.

1.1.6

Não se aplica.

1.1.7

Certificados do tipo A3, de assinatura, podem, conforme a necessidade, ser emitidos pela AC SOLUTI MULTIPLA para pessoas físicas e pessoas jurídicas.

1.1.8

Não se aplica.

1.1.9

Não se aplica.

1.1.10

Não se aplica.

1.1.11

Não se aplica.

1.1.12

Não se aplica.

1.2 Nome do documento e identificação

1.2.1

Este documento é chamado Política de Certificado de Assinatura Digital, Tipo A3, da AC SOLUTI MULTIPLA, ou simplesmente **PC A3 da AC SOLUTI MULTIPLA**. O Identificador de Objeto (OID) desta PC, atribuído pela AC Raiz, é 2.16.76.1.2.3.37.

1.2.2

O OID desta PC é 2.16.76.1.2.3.37.

1.3 Participantes da ICP-Brasil

1.3.1 Autoridades Certificadoras

1.3.1.1

Esta PC se refere unicamente à AC SOLUTI MULTIPLA, integrante da ICP-Brasil.

1.3.1.2

As práticas de certificação da AC SOLUTI MULTIPLA estão descritas na DPC AC SOLUTI MULTIPLA.

1.3.2 Autoridades de Registro

1.3.2.1

O endereço da página web (URL) da AC SOLUTI MULTIPLA é **http://ccd.acsoluti.com.br**, onde estarão publicados os dados abaixo, referentes às Autoridades de Registro, responsáveis pelos processos de recebimento, validação e encaminhamento de solicitação de emissão ou de revogação de certificados digitais, e de identificação de seus solicitantes:

a) relação de todas as AR credenciadas; e

b) relação de AR que tenham se descredenciado da cadeia da AC, com respectiva data do descredenciamento.

1.3.3 Titulares de Certificado

Os Titulares de Certificados desta PC A3 da AC SOLUTI MULTIPLA são pessoas físicas ou jurídicas autorizadas pela AR vinculada a receber um certificado digital para sua própria utilização.

Em sendo o Titular do Certificado pessoa jurídica, será designado pessoa física como responsável pelo certificado, que será a detentora da chave privada. Preferencialmente será designado como responsável pelo certificado o representante legal da pessoa jurídica ou um de seus representantes legais.

1.3.4 Partes Confiáveis

Considera-se terceira parte, a parte que confia no teor, validade e aplicabilidade do certificado digital e chaves emitidas pela ICP-Brasil.

1.3.5 Outros participantes

A relação de todos os Prestadores de Serviço de Confiança – PSC, vinculados diretamente à AC SOLUTI MULTIPLA é publicado em sua página web (**http://ccd.acsoluti.com.br**).

1.4 Usabilidade do Certificado

1.4.1 Uso apropriado do Certificado

1.4.1.1

Esses certificados se destinam exclusivamente à utilização em assinatura digital, não repúdio, garantia de integridade de informação e autenticação de seu titular.

1.4.1.2

As aplicações e demais programas que admitirem o uso de certificado digital de um determinado tipo contemplado pela ICP-Brasil devem aceitar qualquer certificado de mesmo tipo, ou superior, emitido por qualquer AC credenciada pela AC Raiz.

1.4.1.3

A AC SOLUTI MULTIPLA leva em conta o nível de segurança previsto para o certificado definido por esta PC na definição das aplicações para o certificado. Esse nível de segurança é caracterizado pelos requisitos definidos para aspectos como: tamanho da chave criptográfica, mídia armazenadora da chave, processo de geração do par de chaves, procedimentos de identificação do titular de certificado, frequência de emissão da correspondente Lista de Certificados Revogados – LCR e extensão do período de validade do certificado.

1.4.1.4

Os certificados de tipo A3 são utilizados em aplicações como confirmação de identidade e assinatura de documentos eletrônicos com verificação da integridade de suas informações.

1.4.1.5

Não se aplica.

1.4.1.6

Não se aplica.

1.4.1.7

Não se aplica.

1.4.1.8

Não se aplica.

1.4.2 Uso proibitivo do certificado

A SOLUTI MULTIPLA não impõe restrições para o uso dos certificados emitidos sob esta PC.

1.5 Política de Administração

1.5.1 Organização administrativa do documento

Autoridade Certificadora SOLUTI MULTIPLA

1.5.2 Contatos

Endereço: Avenida 136, nº 797, Edifício New York Square, Sala 1901-B, Setor Sul, 74.093-250 – Goiânia – Goiás
Telefones: (62) 3412-0200 / 3999-6000
E-mail: acsoluti@acsoluti.com.br
Pagina web: www.soluti.com.br

1.5.3 Pessoa a que determina a adequabilidade da DPC com a PC

Nome: Vinicius Vieira de Sousa
Telefones: (62) 3412-0200 / 3999-6000
E-mail: acsoluti@acsoluti.com.br

1.5.4 Procedimentos de aprovação da PC

Esta PC é aprovada pelo ITI. Os procedimentos de aprovação da PC da AC são estabelecidos a critério do CG da ICP-Brasil.

1.6 Definições e Acrônimos

SIGLA	DESCRIÇÃO
AC	Autoridade Certificadora
ACME	Automatic Certificate Management Environment
AC Raiz	Autoridade Certificadora Raiz da ICP-Brasil
ACT	Autoridade de Carimbo do Tempo
AGR	Agente de Registro
AR	Autoridade de Registro
CEI	Cadastro Específico do INSS
CF-e	Cupom Fiscal Eletrônico
CG	Comitê Gestor
CMM – SEI	Capability Maturity Model do Software Engineering Institute
CMVP	Cryptographic Module Validation Program
CN	Common Name
CNE	Carteira Nacional de Estrangeiro
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
COBIT	Control Objectives for Information and related Technology
COSO	Comitee of Sponsoring Organizations

SIGLA	DESCRIÇÃO
CPF	Cadastro de Pessoas Físicas
CS	Code Signing
DMZ	Zona Desmilitarizada
DN	Distinguished Name
DPC	Declaração de Práticas de Certificação
IEC	International Eletrotechnical Commission
EV	Extended Validation (WebTrust for Certification Authorities)
ICP-BRASIL	Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira
IDS	Instrusion Detection System
INMETRO	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
ISO	International Organization for Standardization
ITSEC	European Information Technology Security Evaluation Criteria
ITU	International Telecummunications Union
LCR	Lista de Certificados Revogados
NBR	Norma Brasileira
NIS	Número de Identificação Social
NIST	National Institutute of Satandards and Technology
OCSP	On-line Certificate Status Protocol
OID	Object Identifer
OU	Organization Unit
PASEP	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PC	Política de Certificado
PCN	Plano de Continuidade de Negócio
PIS	Programa de Integração Social
POP	Proof of Pessession
PS	Política de Segurança
PSBio	Prestador de Serviço Biométrico
PSC	Prestador de Serviço de Confiança
PSS	Prestadores de Serviço de Suporte

SIGLA	DESCRIÇÃO
RIC	Registro de Identificação Civil
RFC	Request For Comments
RG	Registro Geral
SAT	Sistema Autenticador e Transmissor
SINRIC	Sistema Nacional de Registro de Identificação Civil
SNMP	Simpe Network Management Protocol
SSL	Secure Socket Layer
TCSEC	Trusted System Evaluation Criteria
TSDM	Trusted Software Development Methodology
UF	Unidade da Federação
URL	Uniform Resource Locator

2 RESPONSABILIDADES DE PUBLICAÇÃO E REPOSITÓRIO

Nos itens seguintes são referidos os itens correspondentes da DPC AC SOLUTI MULTIPLA. Apenas aspectos específicos desta PC serão descritos, quando for o caso.

- **2.1 Repositórios**
- **2.2 Publicação de informações dos certificados**
- **2.3 Tempo ou Frequência de Publicação**
- **2.4 Controle de Acesso aos Repositórios**

3 IDENTIFICAÇÃO E AUTENTICAÇÃO

Nos itens seguintes são referidos os itens correspondentes da DPC AC SOLUTI MULTIPLA. Apenas aspectos específicos desta PC serão descritos, quando for o caso.

- **3.1 Nomeação**
- **3.1.1 Tipos de nomes**
- **3.1.2 Necessidade de nomes serem significativos**
- **3.1.3 Anonimato ou Pseudônimo dos Titulares do Certificado**
- **3.1.4 Regras para interpretação de vários tipos de nomes**
- **3.1.5 Unicidade de nomes**
- **3.1.6 Procedimentos para resolver disputa de nomes**
- **3.1.7 Reconhecimento, autenticação e papel de marcas registradas**
- **3.2 Validação inicial de identidade**
- **3.2.1 Método para comprovar a posse de chave privada**
- **3.2.2 Autenticação da identificação da organização**

- **3.2.3 Autenticação da identidade de equipamento ou aplicação**
- **3.2.4 Autenticação da identidade de um indivíduo**
- **3.2.5 Informações não verificadas do titular do certificado**
- **3.2.6 Validação das autoridades**
- **3.2.7 Critérios para interoperação**
- **3.3 Identificação e autenticação para pedidos de novas chaves**
- **3.3.1 Identificação e autenticação para rotina de novas chaves**
- **3.3.2 Identificação e autenticação para novas chaves após revogação**
- **3.4 Identificação e Autenticação para solicitação de revogação**

4 REQUISITOS OPERACIONAIS DO CICLO DE VIDA DO CERTIFICADO

Nos itens seguintes são referidos os itens correspondentes da DPC AC SOLUTI MULTIPLA. Apenas aspectos específicos desta PC serão descritos, quando for o caso.

- **4.1 Solicitação do certificado**
- **4.1.1 Quem pode submeter uma solicitação de certificado**
- **4.1.2 Processo de registro e responsabilidades**
- **4.2 Processamento de Solicitação de Certificado**
- **4.2.1 Execução das funções de identificação e autenticação**
- **4.2.2 Aprovação ou rejeição de pedidos de certificado**
- **4.2.3 Tempo para processar a solicitação de certificado**
- **4.3 Emissão de Certificadora**
- **4.3.1 Ações da AC durante a emissão de um certificado**
- **4.3.2 Notificação para o titular do certificado pela AC na emissão do certificado**
- **4.4 Aceitação de Certificado**
- **4.4.1 Conduta sobre a aceitação do certificado**
- **4.4.2 Publicação do certificado pela AC**
- **4.4.3 Notificação de emissão do certificado pela AC Raiz para outras entidades**
- **4.5 Usabilidade do par de chaves e do certificado**
- **4.5.1 Usabilidade da Chave privada e do certificado do titular**
- **4.5.2 Usabilidade da chave pública e do certificado das partes confiáveis**
- **4.6 Renovação de Certificados**
- **4.6.1 Circunstâncias para renovação de certificados**
- **4.6.2 Quem pode solicitar a renovação**
- **4.6.3 Processamento de requisição para renovação de certificado**
- **4.6.4 Notificação para nova emissão de certificado para o titular**
- **4.6.5 Conduta constituindo a aceitação de uma renovação de certificado**

- **4.6.6 Publicação de uma renovação de um certificado pela AC**
- **4.6.7 Notificação de emissão de certificados pela AC para outras entidades**
- **4.7 Nova chave de certificado**
- **4.7.1 Circunstâncias para nova chave de certificado**
- **4.7.2 Quem pode requisitar a certificação de uma nova chave pública**
- **4.7.3 Processamento de requisição de novas chaves de certificado**
- **4.7.4 Notificação de emissão de novo certificado para o titular**
- **4.7.5 Conduta constituindo a aceitação de uma nova chave certificada**
- **4.7.6 Publicação de uma nova chave certificada pela AC**
- **4.7.7 Notificação de uma emissão de certificado pela AC para outras entidades**
- **4.8 Modificação de certificado**
- **4.8.1 Circunstâncias para modificação de certificado**
- **4.8.2 Quem pode requisitar a modificação de certificado**
- **4.8.3 Processamento de requisição de modificação de certificado**
- **4.8.4 Notificação de emissão de novo certificado para o titular**
- **4.8.5 Conduta constituindo a aceitação de uma modificação de certificado**
- **4.8.6 Publicação de uma modificação de certificado pela AC**
- **4.8.7 Notificação de uma emissão de certificado pela AC para outras entidades**
- **4.9 Suspensão e Revogação de Certificado**
- **4.9.1 Circunstâncias para revogação**
- **4.9.2 Quem pode solicitar revogação**
- **4.9.3 Procedimento para solicitação de revogação**
- **4.9.4 Prazo para solicitação de revogação**
- **4.9.5 Tempo que a AC deve processar o pedido de revogação**
- **4.9.6 Requisitos de verificação de revogação para as partes confiáveis**
- **4.9.7 Frequência de emissão de LCR**
- **4.9.8 Latência máxima para a LCR**
- **4.9.9 Disponibilidade para revogação/verificação de status on-line**
- **4.9.10 Requisitos para verificação de revogação on-line**
- **4.9.11 Outras formas disponíveis para divulgação de revogação**
- **4.9.12 Requisitos especiais para o caso de comprometimento de chave**
- **4.9.13 Circunstâncias para suspensão**
- **4.9.14 Quem pode solicitar suspensão**

- **4.9.15 Procedimentos para solicitação de suspensão**
- **4.9.16 Limites no período de suspensão**
- **4.10 Serviços de status de certificado**
- **4.10.1 Características operacionais**
- **4.10.2 Disponibilidade de serviços**
- **4.10.3 Funcionalidades operacionais**
- **4.11 Encerramento de atividades**
- **4.12 Custódia e recuperação de chave**
- **4.12.1 Política e práticas de custódia e recuperação de chave**
- **4.12.2 Política e práticas de encapsulamento e recuperação de chave de sessão**

5 CONTROLES OPERACIONAIS, GERENCIAMENTO E DE INSTALAÇÕES

Nos itens seguintes são referidos os itens correspondentes da DPC AC SOLUTI MULTIPLA. Apenas aspectos específicos desta PC serão descritos, quando for o caso.

- **5.1 Controles físicos**
- **5.1.1 Construção e localização das instalações de AC**
- **5.1.2 Acesso físico**
- **5.1.3 Energia e ar-condicionado**
- **5.1.4 Exposição à água**
- **5.1.5 Prevenção e proteção contra incêndio**
- **5.1.6 Armazenamento de mídia**
- **5.1.7 Destruição de lixo**
- **5.1.8 Instalações de segurança (backup) externas (off-site) para AC SOLUTI MULTIPLA**
- **5.2 Controles Procedimentais**
- **5.2.1 Perfis qualificados**
- **5.2.2 Número de pessoas necessário por tarefa**
- **5.2.3 Identificação e autenticação para cada perfil**
- **5.2.4 Funções que requerem separação de deveres**
- **5.3 Controles de Pessoal**
- **5.3.1 Antecedentes, qualificação, experiência e requisitos de idoneidade**
- **5.3.2 Procedimentos de Verificação de Antecedentes**
- **5.3.3 Requisitos de treinamento**
- **5.3.4 Frequência e requisitos para reciclagem técnica**
- **5.3.5 Frequência e sequência de rodízios de cargos**
- **5.3.6 Sanções para ações não autorizadas**

- **5.3.7 Requisitos para contratação de pessoal**
- **5.3.8 Documentação fornecida ao pessoal**
- **5.4 Procedimentos de Log de Auditoria**
- **5.4.1 Tipos de eventos registrados**
- **5.4.2 Frequência de auditoria de registros**
- **5.4.3 Período de retenção para registros de auditoria**
- **5.4.4 Proteção de registros de auditoria**
- **5.4.5 Procedimentos para cópia de segurança (Backup) de registros de auditoria**
- **5.4.6 Sistema de coleta de dados de auditoria (interno ou externo)**
- **5.4.7 Notificação de agentes causadores de eventos**
- **5.4.8 Avaliações de vulnerabilidade**
- **5.5 Arquivamento de Registros**
- **5.5.1 Tipos de registros arquivados**
- **5.5.2 Período de retenção para arquivo**
- **5.5.3 Proteção de arquivo**
- **5.5.4 Procedimentos de cópia de arquivo**
- **5.5.5 Requisitos para datação de registros**
- **5.5.6 Sistema de coleta de dados de arquivo (interno e externo)**
- **5.5.7 Procedimentos para obter e verificar informação de arquivo**
- **5.6 Troca de chave**
- **5.7 Comprometimento e Recuperação de Desastre**
- **5.7.1 Procedimentos gerenciamento de incidente e comprometimento**
- **5.7.2 Recursos computacionais, software, e/ou dados corrompidos**
- **5.7.3 Procedimentos no caso de comprometimento de chave privada de entidade**
- **5.7.4 Capacidade de continuidade de negócio após desastre**
- **5.8 Extinção da AC**

6 CONTROLES TÉCNICOS DE SEGURANÇA

Nos itens seguintes, estão definidas as medidas de segurança necessárias para proteger as chaves criptográficas dos titulares de certificados emitidos segundo a PC. Também estão definidos outros controles técnicos de segurança utilizados pela AC e pelas ARs vinculadas na execução de suas funções operacionais.

6.1 Geração e Instalação do Par de Chaves

6.1.1 Geração do par de chaves

6.1.1.1

Quando o titular de certificado for uma pessoa física, esta será responsável pela geração do

par de chaves criptográficas. Quando o titular de certificado for uma pessoa jurídica, esta indicará, por seu(s) representante(s) legal(is), a pessoa responsável pela geração do par de chaves criptográficas e pelo uso do Certificado.

6.1.1.1.1

Não se aplica.

6.1.1.1.2

Não se aplica.

6.1.1.2

O par de chaves criptográficos relativos aos certificados estabelecidos por esta PC é gerado pelo próprio Titular do Certificado, respeitando os seguintes critérios:

a) A geração da chave privada ocorre em cartão inteligente ou token, protegido por senha, com capacidade de geração de chave homologado junto à ICP-Brasil ou com certificação INMETRO.

b) A entrega do certificado somente ocorre ao detentor da chave privada correspondente à chave pública constante do certificado.

6.1.1.3

O algoritmo a ser utilizado para as chaves criptográficas de titulares de certificados está definido no item 6.1.5.1, de acordo com os padrões e algoritmos criptográficos da ICP-Brasil.

6.1.1.4

Ao ser gerada, a chave privada da entidade titular deverá ser gravada cifrada, por algoritmo simétrico aprovado em regulamento editado por instrução normativa da AC Raiz que defina os padrões e algoritmos criptográficos da ICP-Brasil, no meio de armazenamento definido para cada tipo de certificado previsto pela ICP-Brasil.

6.1.1.5

A chave privada trafega cifrada, empregando os mesmos algoritmos citados no parágrafo anterior, entre o dispositivo gerador e a mídia utilizada para o seu armazenamento.

6.1.1.6

A mídia de armazenamento de chave privada utilizado pela AC SOLUTI MULTIPLA assegura, por meios técnicos e procedimentais adequados, no mínimo, que:

a) a chave privada é única e seu sigilo é suficientemente assegurado;

b) a chave privada não pode, com uma segurança razoável, ser deduzida e deve estar protegida contra falsificações realizadas através das tecnologias atualmente disponíveis; e

c) a chave privada pode ser eficazmente protegida pelo legítimo titular contra a utilização por terceiros.

6.1.1.7

A mídia de armazenamento da chave privada não modifica os dados a serem assinados, nem impede que esses dados sejam apresentados ao signatário antes do processo de assinatura. Seu repositório é protegido por senha e/ou identificação biométrica, cifrado por hardware criptográfico homologado junto à ICP-Brasil ou com certificação INMETRO.

6.1.1.8

O armazenamento de chaves privadas de terceiros em hardware criptográfico só poderá ser realizada por entidade credenciada como PSC, nos termos do DOC-ICP-17 [2], ou no caso de soluções corporativas de armazenamento de chaves privadas de funcionários, em HSM de propriedade da instituição, mediante o conhecimento e concordância expressa do titular do certificado com a DPC da AC, que atendam as aplicações demandadas das organizações, com acesso exclusivo por meio da rede interna.

O tipo de certificado emitido pela AC SOLUTI MULTIPLA e descrito nesta PC é o A3.

6.1.2 Entrega da chave privada à entidade

Item não aplicável.

6.1.3 Entrega da chave pública para o emissor de certificado

Chaves públicas são entregues à AC SOLUTI MULTIPLA por meio de uma troca on-line utilizando funções automáticas do software de certificação da AC SOLUTI MULTIPLA. A

mensagem de solicitação de certificado obedece ao formato PKCS#10, que inclui, na própria mensagem, a assinatura digital da mesma, realizada com a chave privada correspondente à chave pública contida na solicitação, onde é adotado formato definido em regulamento editado por instrução normativa da AC Raiz que define os padrões e algoritmos criptográficos da ICP-Brasil.

6.1.4 Entrega de chave pública da AC às terceiras partes

As formas para a disponibilização dos certificados da cadeia de certificação para os usuários da AC SOLUTI MULTIPLA, compreendem:

a) no momento da disponibilização de um certificado para seu titular será usado formato definido em regulamento editado por instrução normativa da AC Raiz que defina os padrões e algoritmos criptográficos da ICP-Brasil;

b) diretório;

c) Página web da AC SOLUTI MULTIPLA (http://ccd.acsoluti.com.br); e

d) Outros meios seguros aprovados pelo CG da ICP-Brasil.

6.1.5 Tamanhos de chave

6.1.5.1

O tamanho das chaves criptográficas associadas aos certificados emitidos por esta PC podem ser:

1. RSA 2048 bits; ou
2. brainpoolP256r1

6.1.5.2

Os algoritmos e os tamanhos de chaves utilizados nos diferentes tipos de certificados da ICP-Brasil estão definidos em regulamento editado por instrução normativa da AC Raiz que define os padrões e algoritmos criptográficos da ICP-Brasil.

6.1.6 Geração de parâmetros de chaves assimétricas e verificação da qualidade dos parâmetros

Os parâmetros de geração de chaves assimétricas dos Titulares de certificado adotam o padrão estabelecido em regulamento editado por instrução normativa da AC Raiz que define os padrões e algoritmos criptográficos da ICP-Brasil.

6.1.7 Propósitos de uso de chave (conforme o campo “key usage” na X.509 v3)

As chaves privadas dos Titulares de Certificados emitidos pela AC SOLUTI MULTIPLA serão utilizadas conforme descrito no item 7.1.2.7, não sendo aplicáveis restrições para a sua utilização.

6.2 Proteção da Chave Privada e controle de engenharia do módulo criptográfico

Esta PC define os requisitos para a proteção das chaves privadas dos titulares de certificados emitidos segundo esta PC A3.

6.2.1 Padrões para módulo criptográfico

6.2.1.1

Os módulos de geração de chaves criptográficas devem suportar padrões RSA ou ECC-Brainpool (conforme RFC 5639), conforme definidos em regulamento editado por instrução normativa da AC Raiz que defina os padrões e algoritmos criptográficos da ICP-Brasil.

6.2.1.2

Os módulos de armazenamento da chave privada da entidade titular de certificado, deverão ser homologados pela ICP-Brasil ou com certificação INMETRO, conforme definidos em regulamento editado por instrução normativa da AC Raiz que defina os padrões e algoritmos criptográficos da ICP-Brasil.

6.2.2 Controle “n de m” para chave privada

Item não aplicável.

6.2.3 Custódia (escrow) de chave privada

Não é permitida, no âmbito da ICP-Brasil, a recuperação (escrow) de chaves privadas, isto é,

não se permite que terceiros possam legalmente obter uma chave privada sem o consentimento de seu titular.

6.2.4 Cópia de segurança (backup) de chave privada

6.2.4.1

O titular do certificado poderá, a seu critério, manter cópia de segurança de sua chave privada.

6.2.4.2

A AC SOLUTI MULTIPLA, responsável por essa PC, não mantém cópia de segurança de chave privada de titular.

6.2.4.3

A cópia de segurança deverá ser armazenada cifrada por algoritmo simétrico aprovado em regulamento editado por instrução normativa da AC Raiz que defina os padrões e algoritmos criptográficos da ICP-Brasil e protegida com um nível de segurança não inferior àquele definido para a chave original.

6.2.4.4

A cópia de segurança deverá ser protegida por “senha”.

6.2.5 Arquivamento de chave privada

6.2.5.1

Item não aplicável, uma vez que a ICP-Brasil não admite o arquivamento de chaves privadas de assinatura digital.

6.2.5.2

Define-se arquivamento como o armazenamento da chave privada para seu uso futuro, após o período de validade do certificado correspondente.

6.2.6 Inserção de chave privada em módulo criptográfico

Não se aplica.

6.2.7 Armazenamento de chave privada em módulo criptográfico

Ver item 6.1.

6.2.8 Método de ativação de chave privada

O titular pode definir procedimentos necessários para ativação de sua chave privada, utilizando para isso senha e/ou biometria.

6.2.9 Método de desativação de chave privada

O titular é o responsável pelos procedimentos necessários para desativação de sua chave privada, podendo terminar a sessão aberta para a ativação da chave privada, através da opção de logout ou similar mediante software utilizado para o efeito.

6.2.10 Método de destruição de chave privada

O titular de certificado é responsável pelos procedimentos necessários para destruição de sua chave privada. A chave privada pode ser acessada no módulo criptográfico através de um processo de autenticação utilizando senha, biometria ou token para autenticação e remoção da chave privada associada. As opções de remoção/destruição variam do software utilizado para o efeito.

6.3 Outros Aspectos do Gerenciamento do Par de Chaves

6.3.1 Arquivamento de chave pública

A AC SOLUTI MULTIPLA prevê que as chaves públicas de titulares dos certificados de assinatura digital e as LCRs serão armazenadas pela SOLUTI, após a expiração dos certificados correspondentes, permanentemente, para verificação de assinaturas geradas durante seu período de validade.

6.3.2 Períodos de operação do certificado e períodos de uso para as chaves pública e privada

6.3.2.1

As chaves privadas dos respectivos Titulares são utilizadas apenas durante o período de validade dos certificados correspondentes. As correspondentes chaves públicas poderão ser utilizadas durante todo o período de tempo determinado pela legislação aplicável, para verificação de assinaturas geradas durante o prazo de validade dos respectivos certificados.

6.3.2.2

Não se aplica.

6.3.2.3

Certificados do tipo A3 previstos nesta PC têm validade máxima de **5 (cinco) anos**.

6.3.2.4

Não se aplica.

6.3.2.5

Não se aplica.

6.4 Dados de Ativação

6.4.1 Geração e instalação dos dados de ativação

Os certificados de tipo A3 utilizam, para armazenamento do par de chaves e certificado, cartão inteligente ou token, ambos com capacidade de geração de chave, ativados e protegidos por senha, sendo recomendável a criação de forma aleatória, observando procedimentos básicos de segurança, como:

a) Não fornecer a senha a terceiros;

b) Definir senhas com comprimento de 08 caracteres ou mais composta por letras, números e símbolos;

c) Memorizá-la, de forma a não escrevê-la em qualquer material de anotação.

6.4.2 Proteção dos dados de ativação

Para a proteção dos dados de ativação da chave privada do titular do certificado recomenda-se:

a) Não fornecer a senha a terceiros;

b) Definir senhas com comprimento de 08 caracteres ou mais composta por letras, números e símbolos;

c) Memorizá-la, de forma a não escrevê-la em qualquer material de anotação.

6.4.3 Outros aspectos dos dados de ativação

Item não aplicável.

6.5 Controles de Segurança Computacional

6.5.1 Requisitos técnicos específicos de segurança computacional

É responsabilidade do Titular do Certificado garantir que os equipamentos onde são gerados os pares de chaves criptográficas dispõem de mecanismos mínimos que garantam a segurança computacional, como, por exemplo, proteção do equipamento com senha, proteção antivírus e criptografia para armazenamento da chave privada.

6.5.2 Classificação da segurança computacional

Item não aplicável.

6.6 Controles Técnicos do Ciclo de Vida

6.6.1 Controles de desenvolvimento de sistema

Como descrito no item correspondente da DPC AC SOLUTI MULTIPLA.

6.6.2 Controles de gerenciamento de segurança

Como descrito no item correspondente da DPC AC SOLUTI MULTIPLA.

6.6.3 Classificações de segurança de ciclo de vida

Como descrito no item correspondente da DPC AC SOLUTI MULTIPLA.

6.6.4 Controles na Geração de LCR

Como descrito no item correspondente da DPC AC SOLUTI MULTIPLA.

6.7 Controles de Segurança de Rede

Item não aplicável.

6.8 Carimbo de Tempo

Item não aplicável.

7 PERFIS DE CERTIFICADO, LCR E OCSP

7.1 Perfil do Certificado

Todos os certificados emitidos pela AC SOLUTI MULTIPLA, segundo esta PC, estão em conformidade com o formato definido pelo padrão ITU X.509 ou ISO/IEC 9594-8, especificado pelo CG da ICP-Brasil.

7.1.1 Número de versão

Todos os certificados emitidos pela AC SOLUTI MULTIPLA, segundo esta PC, implementam a versão 3 de certificado definida no padrão ITU X.509, de acordo com o perfil estabelecido na RFC 5280.

7.1.2 Extensões de certificado

7.1.2.1

Neste item, a PC descreve todas as extensões de certificado utilizadas e sua criticalidade.

7.1.2.2

Os certificados emitidos sob esta PC apresentam obrigatoriamente as seguintes extensões:

a) **Authority Key Identifier**, não crítica: o campo **keyIdentifier** contém o hash SHA-1 da chave pública da AC SOLUTI MULTIPLA;

b) **Key Usage**, **crítica,** conforme disposto no item 7.1.2.7 deste documento;

c) **Certificate Policies**, não crítica:

1. o campo **policyIdentifier** contém o OID desta PC: 2.16.76.1.2.3.37; e
2. o campo **policyQualifiers** contém o endereço Web da DPC da AC SOLUTI MULTIPLA: **http://ccd.acsoluti.com.br/docs/dpc-ac-soluti-multipla.pdf**

d) **CRL Distribution Points**, não crítica: contém o endereço Web onde se obtém a LCR da AC SOLUTI MULTIPLA:

1. Para certificados na hierarquia da Autoridade Certificadora Raiz Brasileira V5:

   Para G1:

   http://ccd.acsoluti.com.br/lcr/ac-soluti-multipla-v5.crl

   http://ccd2.acsoluti.com.br/lcr/ac-soluti-multipla-v5.crl

   Para G2:

   http://ccd.acsoluti.com.br/lcr/ac-soluti-multipla-v5-g2.crl

   http://ccd2.acsoluti.com.br/lcr/ac-soluti-multipla-v5-g2.crl

e) **Authority Information Access**, não crítica:

1. Para certificados na hierarquia da Autoridade Certificadora Raiz Brasileira V5:

   I. uma entrada contendo o método de acesso **id-ad-caIssuer**, contendo o URL para a recuperação da cadeia de certificação:

   Para G1:

   http://ccd.acsoluti.com.br/lcr/ac-soluti-multipla-v5.p7b

   Para G2:

   http://ccd.acsoluti.com.br/lcr/ac-soluti-multipla-v5-g2.p7b

7.1.2.3

A ICP-Brasil também define como obrigatória a extensão “Subject Alternative Name”, não crítica, e com os seguintes formatos:

a) Para certificado de pessoa física:

a.1) Três campos otherName, obrigatórios, contendo:

1. OID = 2.16.76.1.3.1, e conteúdo = nas primeiras 8 (oito) posições, a data de nascimento do titular, no formato ddmmaaaa; nas 11 (onze) posições subsequentes, o Cadastro de Pessoa Física (CPF) do titular; nas 11 (onze) posições subsequentes, o Número de Identificação Social – NIS (PIS, PASEP ou CI); nas 15 (quinze) posições subsequentes, o número do Registro Geral – RG do titular; nas 10 (dez) posições subsequentes, as siglas do órgão expedidor do RG e respectiva UF.
2. OID = 2.16.76.1.3.6, e conteúdo = nas 12 (doze) posições o número do Cadastro Especifico do INSS (CEI) da pessoa física titular do certificado.
3. OID = 2.16.76.1.3.5, e conteúdo = nas primeiras 12 (doze) posições, o número de inscrição do Título de Eleitor; nas 3 (três) posições subsequentes, a Zona Eleitoral; nas 4 (quatro) posições seguintes, a Seção; nas 22 (vinte e duas) posições subsequentes, o município e a UF do Título de Eleitor.

a.2) 1 (um) Campo otherName, obrigatório para certificados digitais cujas titularidades foram validadas pela AR dos conselhos de classes profissionais regulamentados por lei específica, contendo:

1. OID = 2.16.76.1.4.2.n**,** e conteúdo = de tamanho variável correspondente ao número de identificação profissional emitido por conselho de classe profissional e outras informações, se necessário.

a.3) 1 (um) Campo otherName, obrigatório para certificados vinculados ao Documento RIC, contendo:

1. OID = 2.16.76.1.3.9**,** e conteúdo = nas primeiras 11 (onze) posições, o número de Registro de identificação Civil.

a.4) 1 (um) campo otherName, obrigatório para certificados digitais emitidos para servidor público e militar, contendo:

OID = 2.16.76.1.3.11 e conteúdo = nas primeiras 10 (dez) posições, o cadastro único do servidor público da ativa e militares da União constante no Sistema de Gestão de Pessoal (SIGEPE) mantido pelo Ministério do Planejamento ou nos sistemas correlatos, no âmbito da esfera estadual e do Distrito Federal, e nos Sistemas de Gestão de Pessoal das Forças Armadas.

b) Para certificado de pessoa jurídica, 4 (quatro) campos otherName, obrigatórios, contendo:

1. OID = 2.16.76.1.3.4, e conteúdo = nas primeiras 8 (oito) posições, a data de nascimento do responsável pelo certificado, no formato ddmmaaaa; nas 11 (onze) posições subsequentes, o Cadastro de Pessoa Física (CPF) do responsável; nas 11 (onze) posições subsequentes, o número de Identificação Social – NIS (PIS, PASEP ou CI); nas 15 (quinze) posições subsequentes, o número do RG do responsável; nas 10 (dez) posições subsequentes, as siglas do órgão expedidor do RG e respectiva UF;
2. OID = 2.16.76.1.3.2, e conteúdo = nome do responsável pelo certificado;
3. OID = 2.16.76.1.3.3, e conteúdo = nas 14 (quatorze) posições o número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) da pessoa jurídica titular do certificado;
4. OID = 2.16.76.1.3.7, e conteúdo = nas 12 (doze) posições o número do Cadastro Especifico do INSS (CEI) da pessoa jurídica titular do certificado.

c) Para certificado de equipamento ou aplicação:

c.1) Não se aplica.

c.2) Para os demais tipos de certificado de equipamento ou aplicação, 4 (quatro) campos otherName, obrigatórios, contendo, nesta ordem:

OID = 2.16.76.1.3.8 e conteúdo = nome empresarial constante do CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica), sem abreviações, se o certificado for de pessoa jurídica;

OID = 2.16.76.1.3.3 e conteúdo = nas 14 (quatorze) posições o número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), se o certificado for de pessoa jurídica;

OID = 2.16.76.1.3.2 e conteúdo = nome do responsável pelo certificado;

OID = 2.16.76.1.3.4 e conteúdo = nas primeiras 8 (oito) posições, a data de nascimento do responsável pelo certificado, no formato ddmmaaaa; nas 11 (onze) posições subsequentes, o Cadastro de Pessoa Física (CPF) do responsável; nas 11 (onze) posições subsequentes, o número de Identificação Social – NIS (PIS, PASEP ou CI); nas 15 (quinze) posições subsequentes, o número do RG do responsável; nas 10 (dez) posições subsequentes, as siglas do órgão expedidor do RG e respectiva UF.

d) Não se aplica.

e) Não se aplica.

7.1.2.4

Os campos otherName definidos como obrigatórios pela ICP-Brasil estão de acordo com as seguintes especificações:

a) O conjunto de informações definido em cada campo otherName deve ser armazenado como uma cadeia de caracteres do tipo ASN.1 OCTET STRING ou PRINTABLE STRING;

b) Quando os números de CPF, NIS (PIS, PASEP ou CI), RG, CNPJ, CEI, ou Título de Eleitor não estiverem disponíveis, os campos correspondentes devem ser integralmente preenchidos com caracteres “zero”;

c) Se o número do RG não estiver disponível, não se deve preencher o campo de órgão emissor e UF. O mesmo ocorre para o campo de município e UF, se não houver número de inscrição do Título de Eleitor;

d) Quando a identificação profissional não estiver disponível, não deverá ser inserido o campo (OID) correspondente, exceto nos casos de certificação digital cuja titularidade foi validada pela AR de conselho de classe profissional;

e) Todas informações de tamanho variável referentes a números, tais como RG ou Título de Eleitor, devem ser preenchidas com caracteres “zero” a sua esquerda para que seja completado seu máximo tamanho possível;

f) As 10 (dez) posições das informações sobre órgão emissor do RG e UF referem-se ao tamanho máximo, devendo ser utilizadas apenas as posições necessárias ao seu armazenamento, da esquerda para a direita. O mesmo se aplica às 22 (vinte e duas) posições das informações sobre município e UF do Título de Eleitor;

g) Apenas os caracteres de A a Z e de 0 a 9, observado o disposto no item 7.1.5.2, poderão ser utilizados, não sendo permitidos os demais caracteres especiais.

h) Não se aplica.

7.1.2.5

Não se aplica.

7.1.2.6

Os outros campos que compõem a extensão "Subject Alternative Name" poderão ser utilizados, na forma e com os propósitos definidos na RFC 5280

7.1.2.7

A AC SOLUTI MULTIPLA implementa a extensão **“Key Usage” crítica**, e a extensão “**Extended-key-usage**”, **não crítica**, definida como **obrigatório** pela ICP-Brasil, com os seguintes propósitos:

a) Não se aplica.

b) Não se aplica.

c) Não se aplica.

d) Não se aplica.

e) Não se aplica.

f) Cerificados de Assinatura e/ou Proteção de e-mail:

i. **“Key Usage”, critica:** somente os bits **digitalSignature**, **nonRepudiation** e **keyEncipherment** estão ativados;

ii. **“Extended-key-usage”**, **não crítica**:

1. “client authentication” OID = 1.3.6.1.5.5.7.3.2;
2. “E-mail protection” OID = 1.3.6.1.5.5.7.3.4;
3. “Smart Card Logon” OID = 1.3.6.1.4.1.311.20.2.2 (opcional);
4. “Server authentication” OID = 1.3.6.1.5.5.7.3.1 (opcional).

7.1.3 Identificadores de algoritmo

O OID (Object Identifier) do algoritmo criptográfico utilizado para assinatura do certificado, pela AC SOLUTI MULTIPLA, RSA com SHA-256, OID = 1.2.840.113549.1.1.11 é admitido no âmbito da ICP-Brasil conforme regulamento editado por instrução normativa da AC Raiz que defina os padrões e algoritmos criptográficos da ICP-Brasil.

7.1.4 Formatos de nome

7.1.4.1

O nome do titular do certificado, constante do campo “Subject”, adota o “Distinguished Name” (DN) do padrão ITU X.500/ISO 9594, das seguintes formas[1]:

1. Para certificados na hierarquia da Autoridade Certificadora Raiz Brasileira V5:

a) Para certificado de pessoa física:

```
C = BR
O = ICP-Brasil
OU = AC SOLUTI MULTIPLA v5 G2
OU = <CNPJ da AR que realizou a identificação>
OU = Tipo de identificação utilizada (presencial, videoconferência ou
     certificado digital)
OU = Certificado PF A3
CN = <Nome do titular do certificado>
```

b) Para certificado de pessoa jurídica:

```
C = BR
O = ICP-Brasil
ST = <Sigla da unidade da federação>
L = <Cidade/Município>
OU = AC SOLUTI MULTIPLA v5 G2
OU = <CNPJ da AR que realizou a identificação>
OU = Tipo de identificação utilizada (presencial, videoconferência ou
     certificado digital)
OU = Certificado PJ A3
CN = <Nome empresarial constante no cartão CNPJ>
```

c) Para certificado de pessoa jurídica de assinatura *OpenBanking Brasil[6]*:

```
UID = <Código de Participante associado ao CNPJ listado no Serviço de
Diretório do OpenBanking Brasil>
C = BR
O = ICP-Brasil
ST = <Sigla da unidade da federação>
L = <Cidade/Município>
OU = AC SOLUTI MULTIPLA v5 G2
OU = <<CNPJ da AR que realizou a identificação>>
OU = Tipo de identificação utilizada (presencial, videoconferência ou
certificado digital)
OU = Certificado PJ A3
CN = <Razão Social cadastrado no Serviço de Diretório do OpenBanking
Brasil e pertencente ao CNPJ e Código de Participante>
```

1 O tamanho máximo de cada componente do “Distinguished Name” (DN) é de 64 caracteres.

d) Para certificados de equipamento ou aplicação:
C = BR
O = ICP-Brasil
ST = <Sigla da unidade da federação>
L = <Cidade/Município>
OU = AC SOLUTI MULTIPLA v5 G2
OU = <<CNPJ da AR que realizou a identificação>>
OU = Tipo de identificação utilizada (presencial, videoconferência ou certificado digital)
CN = O common name é composto pelo Nome da Aplicação (ou equipamento) ou host+domínio de internet registrado pela instituição.

No exemplo: srv01.if.com.br, o "srv01" é o host, "if.com.br" é o dominio.

NOTA 1: Para todos os casos, será escrito o nome até o limite do tamanho do campo disponível, vedada a abreviatura.

NOTA 2: Para garantir que os nomes no campo DN sejam únicos e não ambíguos para cada titular de certificado no âmbito da AC SOLUTI MULTIPLA, o CN poderá ser acrescido do CNPJ ou CPF do titular antecedido pelo símbolo ":" (dois pontos), atendendo ao disposto na DPC, item 3.1.5.

NOTA 3: O campo DN pode apresentar campos "OU" adicionais.

NOTA 4: Em um certificado de aplicação ou equipamento, o identificador CN poderá conter a URL ou o nome correspondente.

7.1.4.2

Não se aplica.

7.1.4.3

Não se aplica.

7.1.4.4

Não se aplica.

7.1.5 Restrições de nome

7.1.5.1

Neste item estão descritas as restrições aplicáveis para os nomes dos titulares dos certificados.

7.1.5.2

As restrições aplicáveis para os nomes dos titulares de certificado emitidos pela AC SOLUTI MULTIPLA são as seguintes:

a) Não são admitidos sinais de acentuação, trema ou cedilhas;
   i. caracteres acentuados devem ser substituídos por seu correspondente sem acento;
   ii. o cedilha deve ser substituído pelo caractere 'c';
b) Apenas são admitidos sinais alfanuméricos e os caracteres especiais descritos na tabela abaixo:

Caractere	Cód. NBR9611 (hexadecimal)	Caractere	Cód. NBR9611 (hexadecimal)	Caractere	Cód. NBR9611 (hexadecimal)
(branco)	20	(	28	:	3A
!	21	)	29	;	3B

“	22	*	2A	=	3D
#	23	+	2B	?	3F
$	24	,	2C	@	40
%	25	-	2D	\	5C
&	26	.	2E		
'	27	/	2F		

7.1.6 OID (Object Identifier) de Política de Certificado

O OID atribuído a esta Política de Certificado é: 2.16.76.1.2.3.37.

7.1.7 Uso da extensão “Policy Constraints”

Item não aplicável.

7.1.8 Sintaxe e semântica dos qualificadores de política

Nos certificados emitidos segundo esta PC, o campo policyQualifiers da extensão “Certificate Policies” cotém o seguinte endereço da página Web (URL), que aponta para a DPC da AC SOLUTI MULTIPLA: **http://ccd.acsoluti.com.br/docs/dpc-ac-soluti-multipla.pdf**

7.1.9 Semântica de processamento para as extensões críticas da PC

Extensões críticas devem ser interpretadas conforme a RFC 5280.

7.2 Perfil de LCR

7.2.1 Número de versão

As LCR geradas pela AC SOLUTI MULTIPLA, segundo esta PC, implementam a versão 2 de LCR definida no padrão ITU X.509, de acordo com o perfil estabelecido na RFC 5280.

7.2.2 Extensões de LCR e de suas entradas

A AC SOLUTI MULTIPLA adota as seguintes extensões de LCR definidas como obrigatórias pela ICP-Brasil:

a) “Authority Key Identifier”, não crítica: contém o resumo SHA-1 da chave pública da AC SOLUTI MULTIPLA;

b) “CRL Number”, não crítica: contém número sequencial para cada LCR emitida.

7.3 Perfil OCSP

7.3.1 Número(s) de versão

Não se aplica.

7.3.2 Extensões OCSP

Não se aplica.

8 AUDITORIA DE CONFORMIDADE E OUTRAS AVALIAÇÕES

Nos itens seguintes estão referidos os itens correspondentes da DPC da AC SOLUTI MULTIPLA, ou detalhados aspectos específicos para a PC, se houver.

- **8.1 Frequência e circunstâncias das avaliações**
- **8.2 Identificação/Qualificação do avaliador**
- **8.3 Relação do avaliador com a entidade avaliada**
- **8.4 Tópicos cobertos pela avaliação**
- **8.5 Ações tomadas como resultado de uma deficiência**
- **8.6 Comunicação dos resultados**

9 OUTROS NEGÓCIOS E ASSUNTOS JURÍDICOS

Nos itens seguintes estão referidos os itens correspondentes da DPC da AC SOLUTI MULTIPLA, ou detalhados aspectos específicos para a PC, se houver

9.1. Tarifas

9.1.1 Tarifas de emissão e renovação de certificados

9.1.2 Tarifas de acesso ao certificado

9.1.3 Tarifas de revogação ou de acesso à informação de status

9.1.4 Tarifas para outros serviços

9.1.5 Política de reembolso

9.2. Responsabilidade Financeira

9.2.1 Cobertura do seguro

9.2.2 Outros ativos

9.2.3 Cobertura de seguros ou garantia para entidades finais

9.3. Confidencialidade da informação do negócio

9.3.1 Escopo de informações confidenciais

9.3.2 Informações fora do escopo de informações confidenciais

9.3.3 Responsabilidade em proteger a informação confidencial

9.4. Privacidade da informação pessoal

9.4.1 Plano de privacidade

9.4.2 Tratamento de informação como privadas

9.4.3 Informações não consideradas privadas

9.4.4 Responsabilidade para proteger a informação privadas

9.4.5 Aviso e consentimento para usar informações privadas

9.4.6 Divulgação em processo judicial ou administrativo

9.4.7 Outras circunstâncias de divulgação de informação

9.5. Direitos de Propriedade Intelectual

9.6. Declarações e Garantias

9.6.1 Declaração e Garantias da AC

9.6.2 Declarações e Garantias da AR

9.6.3 Declarações e garantias do titular

9.6.4 Declarações e garantias das terceiras partes

9.6.5 Representações e garantias de outros participantes

9.7. Isenção de garantias

9.8. Limitações de responsabilidades

9.9. Indenizações

9.10. Prazo e Rescisão

9.10.1 Prazo

9.10.2 Término

9.10.3 Efeito da rescisão e sobrevivência

9.11. Avisos individuais e comunicações com os participantes

9.12. Alterações

9.12.1 Procedimento para emendas

As alterações nas especificações desta PC são realizadas pela AC SOLUTI MULTIPLA. Quaisquer modificações são submetidas à aprovação da AC SOLUTI, que as submeterá ao CG da ICP-Brasil.

9.12.2 Mecanismos de notificação e períodos

Esta PC após aprovada é publicada em repositório público conforme descrito em sua DPC.

9.12.3 Circunstâncias na qual o OID deve ser alterado

9.13. Solução de conflitos

9.14. Lei aplicável

9.15. Conformidade com a Lei aplicável

9.16. Disposições Diversas

9.16.1 Acordo completo

Esta PC representa as obrigações e deveres aplicáveis à AC e AR e outras entidades citadas. Havendo conflito entre esta PC e outras resoluções do CG da ICP-Brasil, prevalecerá sempre a última editada.

9.16.2 Cessão

9.16.3 Independência de disposições

9.16.4 Execução (honorários dos advogados e renúncia de direitos

9.17. Outras provisões

Esta PC foi submetida à aprovação da AC SOLUTI, que por sua vez submeteu ao CG da ICP-Brasil, durante o processo de credenciamento da AC SOLUTI MULTIPLA, conforme o estabelecido no documento CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA CREDENCIAMENTO DAS ENTIDADES INTEGRANTES DA ICP-BRASIL[3]. Como parte desse processo, além da conformidade com os documentos definidos pela ICP-Brasil, deverá ser verificada a compatibilidade entre esta PC e a DPC da AC SOLUTI MULTIPLA.

10 DOCUMENTOS REFERENCIADOS

10.1

Os documentos abaixo são aprovados por Resoluções do Comitê Gestor da ICP-Brasil, podendo ser alterados, quando necessário, pelo mesmo tipo de dispositivo legal. O sítio **http://www.iti.gov.br/** publica a versão mais atualizada desses documentos e as Resoluções que os aprovaram.

Ref.	Nome do documento	Código
[1]	REQUISITOS MÍNIMOS PARA POLITICAS DE CERTIFICADOS NA ICP-BRASIL	DOC-ICP-04

	Aprovado pela Resolução no 179, de 20 de outubro de 2020	
[2]	REQUISITOS MÍNIMOS PARA AS DECLARAÇÕES DE PRÁTICAS DOS PRESTADORES DE SERVIÇO DE CONFIANÇA DA ICP-BRASIL Aprovado pela Resolução no 132, de 10 de novembro de 2017	DOC-ICP-17
[3]	CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA CREDENCIAMENTO DAS ENTIDADES INTEGRANTES DA ICP-BRASIL Aprovado pela Resolução no 06, de 22 de novembro de 2001	DOC-ICP-03
[6]	OpenBanking – Procedimento de Validação de Atributos Ofício Circular nº 2/2021/GABIN/PRESIDÊNCIA-ITI - Anexo	0487856

11 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

RFC 3647, IETF - Internet X.509 Public Key Infrastructure Certificate Policy and Certification Practices Framework, november 2003.

RFC 5280, IETF - Internet X.509 Public Key Infrastructure Certificate and Certificate Revocation List (CRL) Profile, may 2008.

Entidade: AR CCN MA, vinculada à AC VALID BRASIL e AC VALID RFB
Processo nº: 00100.000248/2015-37 e 00100.000258/2015-72

Nos termos do Parecer CGAF/DAFN/ITI-99/2015 e consoante Pareceres nºs 191/2015/APG/PFE-ITI/PGF/AGU e 187/2015/APG/PFE-ITI/PGF/AGU, DEFIRO o pedido de credenciamento da AR CCN MA, vinculada à AC VALID BRASIL e AC VALID RFB, com instalação técnica situada na Av. Deputado Luis Eduardo Magalhães, 500, loja 19, Calhau-MA para as Políticas de Certificados já credenciadas.

Entidade: AR CERTIFICADO DIGITAL DO BRASIL, vinculada à AC VALID RFB e AC VALID BRASIL
Processo nº: 00100.00000100.000257/2015-28 e 00100.000246/2015-48

Nos termos do Parecer CGAF/DAFN/ITI-101/2015 e consoante Pareceres nºs 189/2015/APG/PFE-ITI/PGF/AGU e 179/2015/APG/PFE-ITI/PGF/AGU, DEFIRO o pedido de credenciamento da AR CERTIFICADO DIGITAL DO BRASIL, vinculada à AC VALID RFB e AC VALID BRASIL, com instalação técnica situada na Rua Senador Souza Naves, 626, 4° andar, sala 46, Centro, Londrina-PR para as Políticas de Certificados já credenciadas.

Entidade: AR ELOISEG, vinculada à AC SINCOR RFB
Processo nº:00100.000268/2015-16

Nos termos do Parecer CGAF/DAFN/ITI-90/2015 e consoante Parecer nº 193/2015/APG/PFE-ITI/PGF/AGU, DEFIRO o pedido de credenciamento da AR ELOISEG, vinculada à AC SINCOR RFB, com instalação técnica situada na Rua Dr, Armando Sales de Oliveira, 519, sl. 2, Taquaral, Campinas-SP para as Políticas de Certificados já credenciadas.

Entidade: AR CONECTSIGN, vinculada à AC VALID BRASIL e AC VALID RFB
Processo nº: 00100.000264/2015-20 e 00100.000269/2015-52

Nos termos do Parecer CGAF/DAFN/ITI-93/2015 e consoante Pareceres nºs 197/2015/APG/PFE-ITI/PGF/AGU e 198/2015/APG/PFE-ITI/PGF/AGU, DEFIRO o pedido de credenciamento da AR CONECTSIGN, vinculada à AC VALID BRASIL e AC VALID RFB, com instalação técnica situada na Av. Multirão 1906, Bloco C, Setor Bueno, Goiânia-GO para as Políticas de Certificados já credenciadas.

Entidade: AR RP CERTIFICAÇÃO DIGITAL, vinculada à AC SOLUTI MÚLTIPLA
Processo nº:00100.000256/2015-83

Nos termos do Parecer CGAF/DAFN/ITI-96/2015 e consoante Parecer nº 184/2015/APG/PFE-ITI/PGF/AGU, DEFIRO o pedido de credenciamento da AR RP CERTIFICAÇÃO DIGITAL, vinculada à AC SOLUTI MÚLTIPLA, com instalação técnica situada na Rua Marechal Rondon, 401, sala 03, Jardim América, Ribeirão Preto - SP para as Políticas de Certificados já credenciadas.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

DILMA VANA ROUSSEFF
Presidenta da República

JAQUES WAGNER
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

JOSÉ VIVALDO SOUZA DE MENDONÇA FILHO
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos

SEÇÃO 2
Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal

SEÇÃO 3
Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

EIMAR BAZILIO VAZ FILHO
Coordenador de Produção

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: 0800 725 6787

Entidade: AR META CERTIFICADORA DIGITAL LTDA, vinculada à AC CERTISIGN MÚLTIPLA e CERTISIGN RFB
Processo nº: 00100.000226/2015-77 e 00100.000230/2015-35

Nos termos do Parecer CGAF/DAFN/ITI-100/2015 e consoante Pareceres nºs 180/2015/APG/PFE-ITI/PGF/AGU e 183/2015/APG/PFE-ITI/PGF/AGU, DEFIRO o pedido de credenciamento da AR META CERTIFICADORA DIGITAL LTDA, vinculada à AC CERTISIGN MÚLTIPLA e CERTISIGN RFB, com instalação técnica situada na Rua C211, Qd. 516 Lt. 09, Jardim América-GO para as Políticas de Certificados já credenciadas.

MAURÍCIO AUGUSTO COELHO
Substituto

SECRETARIA DE PORTOS
AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

RESOLUÇÃO Nº 4.520, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2015

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS-ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50301.000542/2014-71 e o que foi deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 395ª Reunião Ordinária, realizada em 3 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Aplicar as penalidades de advertência e multa pecuniária no montante de R$ 78.750,00 (setenta e oito mil, setecentos e cinquenta reais), em face da empresa TEG - Terminal Exportador do Guarujá Ltda., CNPJ nº 09.079.434/0001-01, na forma do art. 78-A, incisos I e II da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, pela prática das infrações capituladas nos incisos I e XXXVIII, respectivamente, do art. 32 da norma aprovada pela Resolução n° 3.274-ANTAQ, de 6 de fevereiro de 2014, consubstanciadas na recepção de veículos em seu terminal portuário sem agendamento prévio, bem como sem a correspondente passagem pelo pátio regulador (triagem).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÁRIO POVIA

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DAS UNIDADES REGIONAIS
GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DA NAVEGAÇÃO

DESPACHO DO GERENTE
Em 1º de dezembro de 2015

Processo nº 50305.000280/2015-94.
Nº 96 - Empresa penalizada: Rodonave Navegação Ltda., CNPJ nº 06.169.194/00001-30. Objeto e Fundamento Legal: Por não conhecer o recurso interposto, dado que intempestivo, mantendo-se a aplicação de penalidade de multa pecuniária no valor total de R$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais), pela prática das infrações tipificadas nos incisos III, V, VII, XV, XVI, XVII, XVIII, XXIII, XXXIII e XL do art. 23 da norma aprovada pela Resolução nº 1.274-ANTAQ, de 3 de fevereiro de 2009.

ALEXANDRE GOMES DE MOURA

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGAS

DESPACHO DO PRESIDENTE
Em 11 de dezembro de 2015

O PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso das atribuições conferidas pela Portaria ANTAQ nº 162, de 15 de outubro de 2015, e pela legislação de regência, e considerando o que consta dos Processos nos 50300.002128/2015-96, 50300.002129/2015-31 e 50300.002130/2015-65, informa que foi disponibilizada, no sítio eletrônico da ANTAQ, a ata de julgamento relativa à análise dos Documentos de Habilitação das Proponentes vencedoras, bem como o cronograma referente ao prazo recursal.

LUIZ OSMAR SCARDUELLI JUNIOR

SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL
AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

PORTARIA Nº 3.302, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2015

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 41 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 110, de 15 de setembro de 2009, tendo em vista o disposto na Resolução nº 63, de 26 de novembro de 2008, que trata do Programa Nacional de Instrução em Segurança da Aviação Civil (PNIAVSEC), e considerando o que consta do processo nº 00058.104860/2014-60, resolve:

Art. 1º Alterar o Art. 1º da Portaria nº 3.247, de 7 de dezembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 8 dezembro de 2015, Seção 1, página 27, que passa a ter a seguinte redação:

.....

Art. 1º Autorizar o Centro de Instrução Infinity Serviços Auxiliares de Transporte Aéreo Ltda. - ME, CNPJ nº 21.207.712/0001-56, a ministrar o curso AVSEC Segurança no Atendimento ao Passageiro, Carga e Operações de Solo, na modalidade de ensino presencial.

.....

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO FLÓRIO MOSER

GERÊNCIA DE SEGURANÇA DA AVIAÇÃO CIVIL CONTRA ATOS DE INTERFERÊNCIA ILÍCITA

PORTARIA Nº 3.303, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2015

O GERENTE DE SEGURANÇA DA AVIAÇÃO CIVIL CONTRA ATOS DE INTERFERÊNCIA ILÍCITA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 3º da Portaria nº 1751/SIA, de 6 de julho de 2015, tendo em vista o disposto no parágrafo 108.255(a) do Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 108 (RBAC nº 108), com fundamento na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, e no Decreto nº 7.168, de 5 de maio de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Segurança da Aviação Civil (PNAVSEC), e considerando o que consta do processo nº 00058.070701/2013-73, resolve:

Art. 1º Aprovar o Programa de Segurança de Operador Aéreo (PSOA) da Aerovias de Mexico S/A de C V AEROMEXICO.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO BOSZCZOWSKI

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 28, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2015

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA SUBSTITUTO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 13 e 45 do Anexo I do Decreto nº 8.492, de 13 de julho de 2015, tendo em vista o disposto no Decreto nº 24.114, de 12 de abril de 1934, no Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, no Decreto nº 5.759, de 17 de abril de 2006, na Instrução Normativa nº 23, de 2 de agosto de 2004, na Instrução Normativa nº 6, de 16 de maio de 2005, considerando o resultado da Análise de Risco de Pragas, e o que consta do Processo nº 21000.008989/2014-83, resolve:

Art. 1º Ficam aprovados os requisitos fitossanitários para a importação de grãos de Chia (*Salvia hispanica*) in natura produzidos no Peru.

Art. 2º Os grãos de Chia devem estar acondicionados em embalagens novas, de primeiro uso, e livres de material de solo e resíduos vegetais.

Art. 3º O envio especificado no art. 1º desta Instrução Normativa deve estar acompanhado de Certificado Fitossanitário - CF, emitido pela Organização Nacional de Proteção Fitossanitária - ONPF do Peru, com as seguintes Declarações Adicionais: DA2 + DA1: "O envio foi tratado com (especificar: dose ou concentração, temperatura, tempo de exposição) para o controle dos insetos *Pagiocerus frontalis*, *Sitophilus granarius* e *Lophocateres pusillus*, sob supervisão oficial e se encontra livre de *Pagiocerus frontalis, Sitophilus granarius* e *Lophocateres pusillus*".

Art. 4º As partidas serão inspecionadas no ponto de ingresso (Inspeção Fitossanitária - IF), podendo ser coletadas amostras para análise fitossanitária em laboratórios oficiais ou credenciados.

Parágrafo único. Havendo coleta de amostras, os custos do envio e das análises serão com ônus para o interessado, que ficará depositário da partida até a conclusão dos exames e emissão dos respectivos laudos de liberação.

Art. 5º No caso de interceptação de pragas quarentenárias ou sem registro de ocorrência no Brasil, a partida será destruída ou rechaçada e a ONPF do país de origem notificada, podendo a ONPF do Brasil suspender as importações de grãos de Chia até a revisão da Análise de Risco de Pragas.

AO,

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS

REFERENTE:
Pregão Eletrônico: 94001/2025
Processo: SEI n.º 2024.019531
Modalidade: MENOR PREÇO
Data da negociação: 13/03/2025 às 10:30h
ID: 34032537389

PLANILHA DE CUSTOS: ITEM 01 – CERTIFICADO DIGITAL PARA PESSOA FÍSICA DO TIPO A3

DESCRIÇÃO	PERCENTUAL SOBRE OVALOR DA PROPOSTA	VALOR UNITÁRIO À SER CONTRATADO: R$ 66,60	
I. Mão de obra especializada;	58,20%	R$ 38,76	VALOR TOTAL
II. Produtos e outros materiais necessários;	0%	R$ 00,00	VALOR TOTAL
III. Ferramentas e equipamentos;	0%	R$ 00,00	VALOR TOTAL
IV. Outros insumos (uniforme, transporte, seguro, etc);	2%	R$ 1,33	VALOR TOTAL
V. Despesas Administrativa (gastos gerais que não estão ligados diretamente a produção - exemplo: telephone, energia, água, recepção, limpeza, dep.jurídico, etc.);	2%	R$ 1,33	VALOR TOTAL
VI. Tributos: Federal, Estadual, Municipal, Simples Nacional, FAE - Fundo de Apoio ao Empreendedorismo;	19,5%	R$ 12,99	VALOR TOTAL
VII. Lucro;	18,3%	R$ 12,19	VALOR TOTAL

Goiânia, 08 de abril de 2.025

Atenciosamente,

21.308.480/0001-22
AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA
AV CENTRAL, nº 1133 – QD.1-A Lt. 12 - JD NOVA ESPERANCA CEP 74.465-100 GOIÂNIA/GO

Nikely Gomes Figueiredo

Nikely Gomes Figueiredo
Procuradora

AO,

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS

REFERENTE:
Pregão Eletrônico: 94001/2025
Processo: SEI n.º 2024.019531
Modalidade: MENOR PREÇO
Data da negociação: 13/03/2025 às 10:30h
ID: 34032537389

PLANILHA DE CUSTOS: ITEM 02 – CERTIFICADO DIGITAL PARA PESSOA JURÍDICA DO TIPO A3

DESCRIÇÃO	PERCENTUAL SOBRE OVALOR DA PROPOSTA	VALOR UNITÁRIO À SER CONTRATADO: R$ 72,00	
I. Mão de obra especializada;	58,20%	R$ 41,90	VALOR TOTAL
II. Produtos e outros materiais necessários;	0%	R$ 00,00	VALOR TOTAL
III. Ferramentas e equipamentos;	0%	R$ 00,00	VALOR TOTAL
IV. Outros insumos (uniforme, transporte, seguro, etc);	2%	R$ 1,44	VALOR TOTAL
V. Despesas Administrativa (gastos gerais que não estão ligados diretamente a produção - exemplo: telephone, energia, água, recepção, limpeza, dep.jurídico, etc.);	2%	R$ 1,44	VALOR TOTAL
VI. Tributos: Federal, Estadual, Municipal, Simples Nacional, FAE - Fundo de Apoio ao Empreendedorismo;	19,5%	R$ 14,04	VALOR TOTAL
VII. Lucro;	18,3%	R$ 13,18	VALOR TOTAL

Goiânia, 08 de abril de 2.025

Atenciosamente,

21.308.480/0001-22
AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA
AV CENTRAL, nº 1133 – QD.1-A Lt. 12 - JD NOVA ESPERANCA CEP 74.465-100 GOIÂNIA/GO

Nikely Gomes Figueiredo

Nikely Gomes Figueiredo
Procuradora

AO,

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS

REFERENTE:
Pregão Eletrônico: 94001/2025
Processo: SEI n.º 2024.019531
Modalidade: MENOR PREÇO
Data da negociação: 13/03/2025 às 10:30h
ID: 34032537389

PLANILHA DE CUSTOS: ITEM 03 CERTIFICADO SSL WILDCARD

DESCRIÇÃO	PERCENTUAL SOBRE OVALOR DA PROPOSTA	VALOR UNITÁRIO À SER CONTRATADO: R$ 964,55	
I. Mão de obra especializada;	58,20%	R$ 561,37	VALOR TOTAL
II. Produtos e outros materiais necessários;	0%	R$ 00,00	VALOR TOTAL
III. Ferramentas e equipamentos;	0%	R$ 00,00	VALOR TOTAL
IV. Outros insumos (uniforme, transporte, seguro, etc);	2%	R$ 19,29	VALOR TOTAL
V. Despesas Administrativa (gastos gerais que não estão ligados diretamente a produção - exemplo: telephone, energia, água, recepção, limpeza, dep.jurídico, etc.);	2%	R$ 19,29	VALOR TOTAL
VI. Tributos: Federal, Estadual, Municipal, Simples Nacional, FAE - Fundo de Apoio ao Empreendedorismo;	19,5%	R$ 188,09	VALOR TOTAL
VII. Lucro;	18,3%	R$ 176,51	VALOR TOTAL

Goiânia, 08 de abril de 2.025

Atenciosamente,

Nikely Gomes Figueiredo

Nikely Gomes Figueiredo
Procuradora

21.308.480/0001-22
AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA
AV CENTRAL, nº 1133 – QD.1-A Lt. 12 - JD NOVA ESPERANCA CEP 74.465-100 GOIÂNIA/GO

AO,

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS

REFERENTE:
Pregão Eletrônico: 94001/2025
Processo: SEI n.º 2024.019531
Modalidade: MENOR PREÇO
Data da negociação: 13/03/2025 às 10:30h
ID: 34032537389

PLANILHA DE CUSTOS: ITEM 04 – CERTIFICADO DIGITAL DO TIPO A1 PARA PESSOA JURÍDICA

DESCRIÇÃO	PERCENTUAL SOBRE OVALOR DA PROPOSTA	VALOR UNITÁRIO À SER CONTRATADO: R$ 70,00	
I. Mão de obra especializada;	58,20%	R$ 40,74	VALOR TOTAL
II. Produtos e outros materiais necessários;	0%	R$ 00,00	VALOR TOTAL
III. Ferramentas e equipamentos;	0%	R$ 00,00	VALOR TOTAL
IV. Outros insumos (uniforme, transporte, seguro, etc);	2%	R$ 1,40	VALOR TOTAL
V. Despesas Administrativa (gastos gerais que não estão ligados diretamente a produção - exemplo: telephone, energia, água, recepção, limpeza, dep.jurídico, etc.);	2%	R$ 1,40	VALOR TOTAL
VI. Tributos: Federal, Estadual, Municipal, Simples Nacional, FAE - Fundo de Apoio ao Empreendedorismo;	19,5%	R$ 13,65	VALOR TOTAL
VII. Lucro;	18,3%	R$ 12,81	VALOR TOTAL

Goiânia, 08 de abril de 2.025

Atenciosamente,

21.308.480/0001-22
AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA
AV CENTRAL, nº 1133 – QD.1-A Lt. 12 - JD NOVA ESPERANCA CEP 74.465-100 GOIÂNIA/GO

Nikely Gomes Figueiredo

Nikely Gomes Figueiredo
Procuradora

AO,

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS

REFERENTE:
Pregão Eletrônico: 94001/2025
Processo: SEI n.º 2024.019531
Modalidade: MENOR PREÇO
Data da negociação: 13/03/2025 às 10:30h
ID: 34032537389

PLANILHA DE CUSTOS: ITEM 05 - VISITA

DESCRIÇÃO	PERCENTUAL SOBRE OVALOR DA PROPOSTA	VALOR UNITÁRIO À SER CONTRATADO: R$ 5,00	
I. Mão de obra especializada;	58,20%	R$ 2,91	VALOR TOTAL
II. Produtos e outros materiais necessários;	0%	R$ 00,00	VALOR TOTAL
III. Ferramentas e equipamentos;	0%	R$ 00,00	VALOR TOTAL
IV. Outros insumos (uniforme, transporte, seguro, etc);	2%	R$ 0,10	VALOR TOTAL
V. Despesas Administrativa (gastos gerais que não estão ligados diretamente a produção - exemplo: telephone, energia, água, recepção, limpeza, dep.jurídico, etc.);	2%	R$ 0,10	VALOR TOTAL
VI. Tributos: Federal, Estadual, Municipal, Simples Nacional, FAE - Fundo de Apoio ao Empreendedorismo;	19,5%	R$ 0,97	VALOR TOTAL
VII. Lucro;	18,3%	R$ 0,92	VALOR TOTAL

Goiânia, 08 de abril de 2.025

Atenciosamente,

Nikely Gomes Figueiredo

Nikely Gomes Figueiredo
Procuradora

21.308.480/0001-22
AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA
AV CENTRAL, nº 1133 – QD.1-A Lt. 12 - JD NOVA ESPERANCA CEP 74.465-100 GOIÂNIA/GO

AO,

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS

REFERENTE:
Pregão Eletrônico: 94001/2025
Processo: SEI n.º 2024.019531
Modalidade: MENOR PREÇO
Data da negociação: 13/03/2025 às 10:30h
ID: 34032537389

PLANILHA DE CUSTOS: ITEM 06 – TOKEN SAFENET

DESCRIÇÃO	PERCENTUAL SOBRE OVALOR DA PROPOSTA	VALOR UNITÁRIO À SER CONTRATADO: R$ 86,00	
I. Mão de obra especializada;	0%	R$ 00,00	VALOR TOTAL
II. Produtos e outros materiais necessários;	60%	R$ 51,60	VALOR TOTAL
III. Ferramentas e equipamentos;	0%	R$ 00,00	VALOR TOTAL
IV. Outros insumos (uniforme, transporte, seguro, etc);	0%	R$	VALOR TOTAL
V. Despesas Administrativa (gastos gerais que não estão ligados diretamente a produção - exemplo: logística, conta telefônica, energia, água, recepção, limpeza, dep.jurídico, etc.);	4%	R$ 3,44	VALOR TOTAL
VI. Tributos: Federal, Estadual, Municipal, Simples Nacional, FAE - Fundo de Apoio ao Empreendedorismo;	28%	R$ 24,08	VALOR TOTAL
VII. Lucro;	8%	R$ 6,88	VALOR TOTAL

Goiânia, 08 de abril de 2.025

Atenciosamente,

21.308.480/0001-22
AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA
AV CENTRAL, nº 1133 – QD.1-A Lt. 12 - JD NOVA ESPERANCA CEP 74.465-100 GOIÂNIA/GO

Nikely Gomes Figueiredo

Nikely Gomes Figueiredo
Procuradora

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

OFÍCIO Nº 115.2025.CPL.1592638.2024.019531

Manaus, *na data da assinatura.*

A Sua Senhoria o Senhor
EUDO DE LIMA ASSIS JÚNIOR
Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - DTIC

Assunto: Análise técnica de proposta de preço do **Pregão Eletrônico Nº 94.001/2025-CPL/MP/PGJ SRP.**

Senhor Diretor,

Cumprimentando-o com o presente, oportunamente, a fim de promover o regular andamento ao PREGÃO ELETRÔNICO N.º 94.015/2024-CPL/MP/PGJ SRP, cujo objeto é o *Registro de preços para futura e eventual aquisição de serviço de emissão e renovação de certificados digitais padrão ICP-Brasil e fornecimento de token criptográficos USB, objetivando atender às necessidades de utilização da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, pelo período de 12 (doze) meses*, venho **solicitar manifestação técnica dessa diretoria,** com a maior brevidade possível, sobre a **proposta** apresentada pela empresa adiante destacada:

Grupo	Empresa	CNPJ Nº	Proposta de Preços
1	AR RP CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA	21.308.480/0001-22	1592594

Atenciosamente,

Iury Fechine Ramos
Pregoeiro - PORTARIA N° 251/2025/SUBADM
Comissão Permanente de Licitação

Documento assinado eletronicamente por **Iury Fechine Ramos**, **Membro da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 04/04/2025, às 15:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1592638** e o código CRC **81C64EB6**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

PARECER Nº 54.2025.DTIC.1593095.2024.019531

PROCESSO DE COMPRA 2024.019531

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de **serviço emissão e renovação de certificados digitais padrão ICP-Brasil e fornecimento de toke**

ORIGEM: Pregão Eletrônico n.º 94.001/2025-CPL/MP/PGJ SRP, Termo de Referência n.º 4.2025.DTIC.1540068.2024.019531.

1. **Relatório**

Trata-se de pedido de compatibilização de proposta recebida da empresa **AR RP CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA., cnpj n.º 21.308.480/0001-22**, no certame em epígrafe.

É o relatório, passamos a avaliar.

2. **Da Análise**

Item	Descrição	Qtde.	Unidade de Medida	Produto Ofertado	
1	**EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL PARA PESSOA FÍSICA DO TIPO A3 (e-CPF)** 1. Emitido por autoridade certificadora credenciada pela ICP-Brasil; 2. Certificado nível A3, tipo e-CPF; 3. Validade de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da emissão; 4. Deve ser compatível para utilização em assinatura de documentos eletrônicos, e-mails, acesso a aplicações, logon de rede, entre outras destinações; 5. Certificado aderente padrão do Comitê Gestor da ICP Brasil; 6. O item engloba o respectivo serviço de autoridade de registro.	500	Unidade	**SOLUTI**  https://www.soluti.com.br/produtos/e-cnpj-a3-sem-midia/?sku=11	Ate
2	**EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL PARA PESSOA JURÍDICA TIPO A3 (e-CNPJ)** 1. Emitido por autoridade certificadora credenciada pela ICP-Brasil; 2. Tipo e-CNPJ A3; 3. Validade de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da emissão; 4. Ser compatível para utilização em assinatura de documentos eletrônicos, e-mails, acesso a aplicações, logon de rede, entre outras destinações; 5. Certificado aderente padrão do Comitê Gestor da ICP Brasil; 6. O item engloba o respectivo serviço de autoridade de registro.	10	Unidade	**SOLUTI**  https://www.soluti.com.br/produtos/e-cnpj-a3-sem-midia/?sku=12	Ate
3	**EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL SSL WILDCARD PARA SISTEMAS WEB** 1. Certificado digital para servidor web, do tipo SSL; 2. Proteger qualquer subdomínio, mesmo os adicionados posteriormente, com um único certificado SSL; 3. Prazo de validade de 12 (doze) meses; 4. Certificação em plena compatibilidade com os principais navegadores de internet e dispositivos móveis, sem a necessidade de instalação de certificado AC raiz; 5. Permitir a utilização de criptografia simétrica com chaves de no mínimo 256 bits; 6. Utilizar chaves para criptografia assimétrica RSA, de no mínimo 2048 bits; 7. Emissão do certificado em até 72 (setenta e duas) horas; 8. Reemissão ilimitadas dentro do período de validade; 9. Instalação em número ilimitado de servidores; 10. A **CONTRATANTE** poderá solicitar à **CONTRATADA**, num período de sete dias após a emissão inicial de um certificado, a sua re-emissão ou a substituição quantas vezes forem necessárias; 11. Suporte em português via atendimento online, telefone e e-mail ou website para solicitação, instalação e utilizaão do certificado SSL, bem como prestação de esclarecimentos e dúvidas técnicas e cadastrais.	10	Unidade	**SOLUTI**  https://www.soluti.com.br/produtos/e-cnpj-a3-sem-midia/?sku=742	Ate
4	**EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL PARA PESSOA JURÍDICA TIPO A1 (e-CNPJ), NO PADRÃO ICP-BRASIL.**	04	Unidade	**SOLUTI**	Ne

Item	Descrição	Qtde.	Unidade de Medida	Produto Ofertado	
	1. Emitido por autoridade certificadora credenciada pela ICP-Brasil; 2. Certificado nível A1, tipo e-CNPJ; 3. Validade de 12 (doze) meses, contados a partir da emissão; 4. Ser aderente às normas do Comitê Gestor da ICP-Brasil; 5. Ser compatível para armazenamento no computador.			Não encontrado.	O apa site ofe htt cnp
5	**VISITA EXTERNA PARA VALIDAÇÃO E EMISSÃO DE CERTIFICADOS DIGITAIS** 1. Compreende a realização de visita técnica nas dependências da **CONTRATANTE** com o objetivo de realizar a validação e emissão dos certificados digitais tipo A1, para sistemas/aplicações, e tipo A3, para pessoa física e pessoa jurídica; 2. As visitas para validação e emissão de certificado se darão na sede da **CONTRATANTE**, a qual ocorrerá em dias úteis, no horário das 8h às 17h, no seguinte endereço: **Av. Coronel Teixeira, n.º 7.995, Nova Esperança, CEP. 69037-473, Manaus, Amazonas**; 3. Poderão ser emitidos até oito certificados digitais por visita, no caso de emissões de certificados para pessoa física e para pessoa jurídica; 4. A visita para emissão de certificados para sistemas/aplicações em caso de necessidade, poderão ser realizados individualmente; 5. A **CONTRATANTE** fornecerá a infraestrutura de mobiliário e acesso á internet para a validação, sendo os demais equipamentos e serviços fornecidos pela **CONTRATADA**; 6. Na impossibilidade da emissão dos certificados pela **CONTRATADA**, no período programado para emissão dos certificados, o serviço de visita local não será considerado como prestado, devendo ser reagendado com a **CONTRATANTE**.	25	Unidade		Até
6	**FORNECIMENTO DE MÍDIA CRIPTOGRÁFICA TIPO TOKEN USB** 1. Token criptográfico USB capaz de armazenar cert2048ificados, chaves e cadeias de certificados aderentes às normas do Comitê Gestor da ICP-Brasil; 2. Compatível para armazenamento de certificados digitais A3, em conformidade com a ICP-Brasil; 3. Fornecer solução de gerenciamento em português com funções básicas de gestão do PIN e PUK, compatível com Windows 10 ou superior e Mac Os; 4. Possuir capacidade de no mínimo 64Kb de memória; 5. Deverá possuir chassi em plástico rígido e resistente a água; 6. Possuir driver compatível e disponível para o sistema operacional Microsoft Windows 10 ou superior e Mac OS; 7. Deverá ter conectividade compatível com USB tipo A 2.0 (ou superior compatível com 2.0); 8. Permitir conexão direta na porta USB, sem necessidade de interface intermediária para leitura; 9. Suporte à tecnologia de chaves pública/privada (PKI), com geração on-board do par de chaves RSA de, no mínimo, 2048 bits; 10. Permitir a criação de senha de acesso ao dispositivo de no mínimo seis caracteres, ou de acordo com os critérios do **CONTRATANTE**; 11. Permitir criação de senhas com caracteres alfanuméricos; 12. Permitir a geração de chaves, protegidas por PINs (Personal Identification Number); 13. Permitir a inicialização e reinicialização do *token* mediante a utilização de PUK (Pin Unlock Key); 14. Suporte aos principais navegadores de mercado, entre os quais: Internet Explorer, Mozilla Firefox e Google Chrome; 15. O software de gerenciamento do dispositivo deverá ser disponibilizado pela **CONTRATADA** e estar no idioma Português do Brasil, devendo ser compatível com o cliente do **SafeNet Authenticator Client**, permitindo: - Gerenciamento do dispositivo; - Exportação de certificados armazenados no dispositivo; - Importação de certificados em formato PKCS#7 para área de armazenamento do dispositivo, de acordo com a RFC 2315; - Importação de certificados em formato PKCS#12 para área de armazenamento do dispositivo; - Visualização de certificados armazenados no dispositivo; - Remoção de chaves e outros dados contidos no dispositivo após autenticação do titular; - Reutilização de dispositivos bloqueados, por meio de remoção total dos dados armazenados e geração de nova senha de acesso; 16. Garantia mínima de 1 (um) ano, contado a partir do aceite definitivo dos *tokens*; 17. Caso o *token* necessite ser substituído ou apresente erro que comprometa o funcionamento do certificado ali armazenado, um novo *token* deverá ser fornecido, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data da notificação feita pelo CONTRATANTE. 18. **Modelo de referência**: Token Criptográfico Safenet eToken 5110.	500	Unidade	SAFENET Modelo 5110	Até

É o parecer.

Manaus,7 de abril de 2025.

WALESKA GRACIEME ANDRADE MARQUES DE OLIVEIRA
Agente Técnico - Coordenadora do Serviço de Atendimento e Suporte de TI



Documento assinado eletronicamente por **Waleska Gracieme Andrade Marques de Oliveira**, **Agente Técnico - Analista de Banco de Dados**, em 07/04/2025, às 10:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1593095** e o código CRC **EAC92071**.

AO,

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS

REFERENTE:
Pregão Eletrônico: 94001/2025
Processo: SEI n.º 2024.019531
Modalidade: MENOR PREÇO
Data da negociação: 13/03/2025 às 10:30h
ID: 34032537389

RAZÃO SOCIAL: AR RP CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA
IE: 797.089.188.110 **CNPJ:** 21.308.480/0001-22
Ins. Municipal: 20026631 **Ins. Estadual:** 797.089.188.110
Endereço: Rua Marechal Rondon, N° 401, Sala 03, Setor Jardim América, Ribeirão Preto - SP, Cep: 14.020-220
Fone: 11 3504-8750 **E-mail:** licitacoes@rpcd.com.br
Banco: Caixa Econômica Federal **Agência nº** 4520 **OP**: **Conta Corrente nº** 587-0
Banco: Bradesco **Agência nº** 03351-0 **Conta Corrente nº** 15601-9
Banco: Banco do Brasil **Agência nº** 3388 **Conta Corrente nº** 7505-1
Contato: Nikely Gomes Figueiredo

PROPOSTA COMERCIAL

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de serviço de emissão e renovação de certificados digitais padrão ICP-Brasil e fornecimento de token criptográficos USB, objetivando atender às necessidades de utilização da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, pelo período de 12 (doze) meses.

LOTE 1						
Item	**Descrição**	**SKU**	**UN.**	**Qtde.**	**V. Unit. Anual**	**V. Total 5 anos**
01	EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL PARA PESSOA FÍSICA DO TIPO A3 (e-CPF). **Link detalhes do produto abaixo***	11	UN.	500	R$ 66,60	R$ 33.300,00
02	EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL PARA	12	UN.	10	R$ 72,00	R$ 720,00

	PESSOA JURÍDICA TIPO A3 (e-CNPJ). https://www.soluti.com.br/produtos/e-cnpj-a3-sem-midia/?sku=12					
03	EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL SSL WILDCARD PARA SISTEMAS WEB https://www.soluti.com.br/certificado-digital/certificado-ssl/	742	UN.	10	R$964,55	R$9.645,50
04	EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL PARA PESSOA JURÍDICA TIPO A1 (e-CNPJ), NOPADRÃO ICP-BRASIL. https://www.soluti.com.br/produtos/e-cnpj-a1-arquivo/?sku=20436.	10	UN.	04	R$70,00	R$ 280,00
05	VISITA EXTERNA PARA VALIDAÇÃO E EMISSÃO DE CERTIFICADOS DIGITAIS.	831	UN.	25	R$5,00	R$ 125,00
06	FORNECIMENTO DE MÍDIA CRIPTOGRÁFICA TIPO TOKEN USB.		UN.	500	R$86,00	R$ 43.000,00
Valor total: Oitenta e sete mil e setenta reais e cinquenta centavos.						**R$ 87.070,50**

Marca do certificado: AC Soluti;
https://www.soluti.com.br/produtos/e-cpf-a3-sem-midia/?sku=11
https://www.soluti.com.br/produtos/e-cnpj-a3-sem-midia/?sku=12
https://www.soluti.com.br/produtos/e-cnpj-a1-arquivo/?sku=20436.

Marca/Modelo do Token: Safenet 5110;

A **AR RP CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA**, declara inteira submissão aos preceitos legais em vigor, especialmente ao da Lei nº 14.133, e às cláusulas e condições **94001/2025 MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, O valor do preço unitário e o valor total estão detalhados nesta proposta de preço, nos quais estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas, inclusive impostos, taxas de qualquer natureza, contribuições, alvarás, mão de obra, salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas, embalagens, transportes, seguros, peças de reposição, materiais utilizados na manutenção e quaisquer outras despesas necessárias que incidam ou venham a incidir sobre a execução do objeto desta licitação, propondo sua execução pelo valor global de **R$ 87.070,50 (Oitenta e sete mil setenta reais e cinquenta centavos)** observados os valores unitários cotados na planilha acima.

CONDIÇÕES COMERCIAIS:

- **Prazo de Validade da Proposta:** 90 (noventa) dias, a contar da data da sessão pública.
- **Prazo de entrega:** A **CONTRATADA** deverá disponibilizar os certificados, visitas e *tokens*, nos termos descritos neste Termo, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos da data de recebimento da autorização de fornecimento pela **CONTRATADA**. Especificamente para o certificado SSL, o prazo de emissão será até 72 horas após solicitado.
- **Local de Entrega:** As visitas para validação e emissão de certificado se darão na sede da CONTRATANTE, a qual ocorrerá em dias úteis, no horário das 8h às 17h, no seguinte endereço: Av. Coronel Teixeira, n.º 7.995, Nova Esperança, CEP. 69037-473, Manaus, Amazonas.
- A CONTRATADA deverá oferecer atendimento nas formas virtual e presencial, a escolha da CONTRATANTE, para emissão e gravação dos certificados digitais tipo e-CPF A3, estando obrigada a cumprir, no ato do atendimento, todas as etapas até que o certificado esteja instalado no token.

➢ **Manaus:** a empresa informa que realizará os atendimentos presenciais através da unidade de atendimento da AC Soluti, situada na Av. Djalma Batista, n° 946, Sala 05, Nossa Senhora das Graças, Manaus/AM, pela qual somos credenciados desde dezembro de 2015, conforme DOU anexa a proposta, sendo de **entendimento pacífico que a relação entre AC e AR credenciada não configura subcontratação.** Desta feita a unidade de Manaus consta da lista disponibilizada pela mesma no endereço eletrônico https://www.soluti.com.br/lojas/?srsltid=AfmBOop22J444-NtogVGQRtGNf2sQdMUZGEPVNrrD_0-boCeKsYxIt5z.

➢ Plataforma de gestão de certificados: Será disponibilizada nos termos do TR para gerenciamento dos certificados o sistema Sdeal https://sdeal.com.br/GVS/open.do?sys=GVS.

➢ **Garantia:** Certificado: A CONTRATADA deverá prover garantia de correção e atualização motivadas por falhas técnicas e mudanças originadas de diretrizes oriundas da ICP-Brasil, pelo período mínimo de 36 (trinta e seis) meses para o certificado do tipo A3, contados a partir da data de emissão do certificado; Token: 12 meses, após a conclusão do serviço para o token, já o certificado possui garantia pelo seu prazo de validade.

➢ Caso a correção ou atualização exija novo certificado, a empresa contratada deverá efetuar a nova emissão, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de notificação, sem ônus adicional para o CONTRATANTE.

➢ Caso o token necessite ser substituído ou apresente erro que comprometa o funcionamento do certificado ali armazenado, um novo token e uma nova emissão de certificado deverá ser realizada, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da notificação feita pela CONTRATANTE à CONTRATADA.

➢ **Suporte:** A **CONTRATADA** deverá refazer e/ou corrigir, em até 48 (quarenta e oito) horas após registrada a ordem de serviço e sem ônus adicionais para a **CONTRATANTE**, erros sistêmicos e outros que eventualmente possam surgir após a instalação dos respectivos certificados.

➢ **Prazo de Pagamento:** O pagamento devido à **CONTRATADA** será creditado em conta corrente por meio de ordem bancária, efetuado mediante apresentação de nota fiscal/fatura atestada e visada pelos órgãos de fiscalização e acompanhamento do fornecimento do material, no prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados a partir do atesto da Administração na fatura apresentada.

Declarações:

a) Cumpro plenamente os requisitos de requisitos de habilitação, ciente de que respondo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;
b) Em atenção item 5.6. e art. 14.º e seus incisos da Lei n.º 14.133/2021, não está impedido de participar direta ou indiretamente desta licitação, e ainda, que não possuo sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas e de sua CPL;
c) Que recebi o edital e todos os documentos que o integram, dispondo de todos os elementos e informações necessários à elaboração da proposta de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação;
d) Que os documentos e declarações apresentados são fiéis e verdadeiros;
e) Que, caso seja vencedor do certame e não cadastrado no SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE da SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ-AM, encaminhará a CONTRATANTE os documentos necessários para efetuar o referido cadastramento no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da adjudicação, sob pena de perder o direito de preferência à contratação em favor dos demais licitantes subsequentes, sem prejuízo da possibilidade de responder a procedimento administrativo de responsabilização (PAR) por eventual retardamento da licitação;
f) Que o preço inclui além do lucro, todos os custos e despesas, com tributos incidentes e encargos devidos, materiais, serviços, transporte, a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, bem como quaisquer outras despesas diretas e indiretas incidentes na prestação de serviços;

Dados da Autoridade competente que assinará o Contrato:
Nome: NIKELY GOMES FIGUEIREDO
Cargo: Procuradora
Documento de Identidade: nº 950320
CPF nº 033.159.391-28
Residente e domiciliado em: Goiânia-GO

Goiânia, 08 de abril de 2.025

Atenciosamente,

RP certificação digital

21.308.480/0001-22
AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA
AV CENTRAL, nº 1133 – QD.1-A Lt. 12 - JD NOVA ESPERANCA CEP 74.465-100 GOIÂNIA/GO

Nikely Gomes Figueiredo

Nikely Gomes Figueiredo
Procuradora

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**21.308.480/0001-22**	DUNS®:	**937025718**
Razão Social:	**AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA**		
Nome Fantasia:	**AR RP CERTIFICACAO DIGITAL**		
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**09/02/2026**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Empresa de Pequeno**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Nada Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN		Validade:	**23/07/2025**	**Automática**
FGTS		Validade:	**14/04/2025**	**Automática**
Trabalhista	**(http://www.tst.jus.br/certidao)**	Validade:	**20/09/2025**	**Automática**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**24/04/2025**
Receita Municipal	Validade:	**21/06/2025**

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **31/05/2025**

CPF: 033.XXX.XXX-28 Nome: IURY FECHINE RAMOS

Ass: _____

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Certificado de Registro Cadastral - CRC

(Emissão conforme art. 17 da Instrução Normativa nº 03, de 26 abril de 2018)

CNPJ: **21.308.480/0001-22**

Razão Social: **AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA**

Atividade Econômica Principal:

6319-4/00 - PORTAIS, PROVEDORES DE CONTEÚDO E OUTROS SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO NA INTERNET

Endereço:

AVENIDA CENTRAL, 1133 - QUADRA1-A LOTE 12 - JD NOVA ESPERANCA - 74.465-100 - Goiânia / Goiás

Observações:

A veracidade das informações poderá ser verificada no endereço https://comprasnet.gov.br.

Este certificado não substitui os documentos exigidos em lei.

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Credenciamento

Dados do Fornecedor

CNPJ: **21.308.480/0001-22** DUNS®: **937025718**
Razão Social: **AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA**
Nome Fantasia: **AR RP CERTIFICACAO DIGITAL**
Situação do Fornecedor: **Credenciado** Data de Vencimento do Cadastro: **09/02/2026**

Dados do Nível

Situação do Nível: **Cadastrado**

Dados do Fornecedor

Porte da Empresa: **Empresa de Pequeno Porte**
Natureza Jurídica: **SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA** MEI: **Não**
Capital Social: **R$ 110.000,00** Data de Abertura da Empresa: **29/10/2014**
CNAE Primário: **6319-4/00 - PORTAIS, PROVEDORES DE CONTEÚDO E OUTROS SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO NA INTERNET**

CNAE Secundário 1: **4751-2/01 - COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS**
CNAE Secundário 2: **6202-3/00 - DESENVOLVIMENTO E LICENCIAMENTO DE PROGRAMAS**
CNAE Secundário 3: **6203-1/00 - DESENVOLVIMENTO E LICENCIAMENTO DE PROGRAMAS**

Dados para Contato

CEP: **74.465-100**
Endereço: **AVENIDA CENTRAL, 1133 - QUADRA1-A LOTE 12 - JD NOVA ESPERANCA**
Município / UF: **Goiânia / Goiás**
Telefone: **(62) 34120200**
E-mail: **LICITACOES@RPCD.COM.BR**

Dados do Responsável Legal

CPF: **700.230.441-01**
Nome: **LARA GIOVANNA MARQUES VIEIRA**

Dados do Responsável pelo Cadastro

CPF: **033.159.391-28**
Nome: **NIKELY GOMES FIGUEIREDO**
E-mail: **licitacao@rpcd.com.br**

Relatório de Credenciamento

Sócios / Administradores

Dados do Sócio/Administrador 1

CPF:	**700.230.441-01**	Participação Societária:	**100,00%**
Nome:	**LARA GIOVANNA MARQUES VIEIRA**		
Número do Documento:	**07877744949**	Órgão Expedidor:	**SENATRAN**
Data de Expedição:	**26/07/2023**	Data de Nascimento:	**31/01/2004**
Filiação Materna:	**ELIZANGELA NUNES MARQUES VIEIRA**		
Estado Civil:	**Solteiro(a)**		
CEP:	**74.650-330**		
Endereço:	**RUA 401 - BLOCO 02 LT H 1 - NEGRAO DE LIMA**		
Município / UF:	**Goiânia / Goiás**		
Telefone:	**(62) 36618570**		
E-mail:	**licitacoes@objectti.com.br**		

Linhas Fornecimento

Serviços

27146 - Emissão de Certificado Digital A1 para Pessoa Física

27154 - Emissão de Certificado Digital A1 Mobile para Pessoa Física

27162 - Emissão de Certificado Digital A1 para Pessoa Jurídica

27170 - Emissão de Certificado Digital A1 para Equipamento Servidor

27189 - Emissão de Certificado Digital A3, com Token Pessoa Física

27197 - Emissão de Certificado Digital A3, com Token Pessoa Jurídica

27200 - Emissão de Certificado Digital A3, com Token para Equipamento Servidor

27219 - Emissão de Certificado Digital A3, sem Token Pessoa Física

27227 - Emissão de Certificado Digital A3, sem Token Pessoa Jurídica

27235 - Emissão de Certificado Digital A3, sem Token para Equipamento Servidor

27243 - Emissão de Outros Tipos de Certificados com Token

27251 - Emissão de Outros Tipos de Certificados sem Token

RE-RATIFICAÇÃO DA 3ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL

AR RP CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA

NIRE 35600746401 CNPJ 21.308.480/0001-22

Por este instrumento particular, LARA GIOVANNA MARQUES VIEIRA, brasileira, natural de Goiânia, GO, solteira, nascida em 31/01/2004, empresária, portadora da Cédula de Identidade nº 7288012, expedida por PC-GO, CPF nº 700.230.441-01, residente e domiciliada à Rua 56, s/n, Bloco 1, Apto 2203, bairro Jardim Goiás, CEP 74.810-240, em Goiânia, GO, única sócia componente da Sociedade Limitada Unipessoal: AR RP CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA, com sede à Av Central, nº 1133, Quadra 1-A, Lote 12, bairro Jardim Nova Esperança, CEP 74.465-100, Goiânia/GO, com Contrato Social devidamente registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo, na data 29/10/2014, sob o NIRE: 35600746401, inscrita no CNPJ nº 21.308.480/0001-22, resolve, assim re-ratificar a 3ª Alteração Contratual e o faz da seguinte forma:

Neste ato pretende-se re-ratificar o registro nº 353936248 de 26/09/2024 registrado na Junta Comercial de São Paulo, na cláusula I – ALTERAÇÃO DE ENDEREÇO onde se lê:

Neste ato altera-se o endereço da sociedade para: Avenida Central, s/n, Quadra 1-A Lote 12, CEP: 74.465-100, Jardim Nova Esperança, Goiânia/GO.

Na realidade leia-se:

Neste ato altera-se o endereço da sociedade para: Avenida Central, nº 1133, Quadra 1-A, Lote 12, CEP: 74.465-100, Jardim Nova Esperança, Goiânia/GO.

Após re-ratificação acima, consolida-se o contrato social, com a seguinte redação:

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

CLÁUSULA PRIMEIRA – NATUREZA JURÍDICA E DENOMINAÇÃO:

A sociedade, caracterizada como Sociedade Limitada Unipessoal, terá a denominação social de **AR RP CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA.** Nome fantasia: **AR RP CERTIFICAÇÃO DIGITAL.**

CLÁUSULA SEGUNDA – SEDE E FORO:

A Sociedade tem sua sede social na Avenida Central, 1133, Quadra 1-A Lote 12, CEP: 74.465-100, Jardim Nova Esperança, Goiânia/GO. A sociedade elege o foro da comarca de Ribeirão Preto no estado de São Paulo.

CLÁUSULA TERCEIRA – OBJETO SOCIAL:

O objeto social é: Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação. Portais provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet, desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis e não customizáveis, comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática.

CLÁUSULA QUARTA - CAPITAL:

O capital social é de R$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), divididos em 110.000 (cento e dez mil) quotas, no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada, totalmente integralizadas em moeda corrente nacional e assim distribuídas entre os sócios:

NOME	QUOTAS	VALOR	%	TOTAL
LARA GIOVANNA M. VIEIRA	110.000	R$ 1,00	100,0%	R$ 110.000,00
TOTAL	**110.000**		**100%**	**R$ 110.000,00**

PARÁGRAFO ÚNICO: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA QUINTA - INÍCIO DE ATIVIDADES E PRAZO DE DURAÇÃO:

A sociedade teve início de suas atividades em 29/10/2014, e seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

CLÁUSULA SEXTA – ADMINISTRAÇÃO:
A administração da sociedade é exercida pela sócia: **Lara Giovanna Marques Vieira**, já qualificada anteriormente, a qual deve praticar todos os atos que se fizerem necessários ao bom funcionamento da empresa, representando a ativa ou passivamente, em juízo ou fora dele, podendo nomear procurador para representá-la.

Parágrafo Único - Declara-se sob as penas da lei, que a administradora não

está impedida, por lei especial, ou encontra-se sob efeitos da condenação, que a proíba de exercer a administração.

CLÁUSULA SÉTIMA – USO DA DENOMINAÇÃO:
Somente a administradora **Lara Giovanna Marques Vieira**, faz uso da denominação, **assinando isoladamente,** frente aos Órgãos Federais, Estaduais, Municipais e Instituições Bancárias, **exclusivamente** para fins que estejam diretamente ligados ao objetivo empresarial, estando vedado o uso do nome empresarial em atividades estranhas ao interesse da empresa ou para assumir obrigações em seu favor ou ainda de terceiros.

CLÁUSULA OITAVA – PRAZO DO MANDATADO:
O mandato do administrador tem prazo indeterminado.

Parágrafo Único - O mandato do administrador poderá cessar por renúncia ou por destituição aprovada por sócios representantes da maioria do capital social.

CLÁUSULA NONA - DELIBERAÇÕES SOCIAIS:
As deliberações que dizem respeito à sociedade serão tomadas em reunião dos sócios, presididas e secretariadas pelos sócios presentes, que lavrarão uma ATA de reunião levada posteriormente a registro em órgão competente, ficando a sociedade dispensada da manutenção e lavratura de livro de ATA.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A convocação para a reunião de sócios será feita mediante aviso por escrito contra recibo, contendo a ordem do dia, hora, dia e local, com antecedência mínima de 21 dias da data da reunião, dispensando-se estas formalidades de convocação quando todos os sócios comparecerem ou se declararem, por escrito, cientes do local, data, hora e ordem do dia.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A reunião dos sócios ocorrerá, nos termos previstos em lei, ordinariamente, nos quatro primeiros meses depois de findo o exercício social, e extraordinariamente, sempre que os interesses sociais exigirem o pronunciamento dos sócios.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A reunião dos sócios instala-se com a presença, em primeira convocação, de titulares de no mínimo ¾ (três quartos) do capital social e em seguida com qualquer número.

PARÁGRAFO QUARTO: Nas reuniões, o sócio poderá ser representado por outro sócio, ou por advogado devidamente constituído para este fim específico, devendo o instrumento ser levado a registro, juntamente com a ATA.

PARÁGRAFO QUINTO: Dispensam-se as reuniões quando os sócios decidirem por escrito, sobre a matéria que seria objeto delas.

PARÁGRAFO SEXTO: Os sócios deliberarão em reuniões as seguintes matérias, ressalvadas o disposto no parágrafo anterior:

I– Aprovação de contas da administração;

II– Designação dos administradores, quando feita em ato separado; III - Destituição dos administradores;
IV - Fixação da remuneração dos administradores; V– Modificação do contrato social;
VI– Incorporação, fusão e dissolução da sociedade, ou a cessação o estado de liquidação;

VII– Nomeação e destituição dos liquidantes e julgamento de suas contas; VIII– Pedido de concordata;
IX - Tratar de qualquer outro assunto constante da ordem do dia.

PARÁGRAFO SÉTIMO: As deliberações dos sócios serão tomadas, observando os quoruns mínimos a seguir:

I – pelos votos correspondentes, no mínimo a ¾ (três quartos) do capital social, nos casos previstos nos incisos V e VI do parágrafo anterior;
II – pelos votos correspondentes a mais da metade do capital social, nos casos previstos nos incisos II, III, IV e VIII do parágrafo anterior e nos casos omissos;
III – pela maioria dos presentes, nos demais casos previstos em lei e neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA – PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS ADMINISTRADORES:

O exercício social da sociedade coincidirá com o ano civil. Ao término do exercício, compete ao administrador prestar contas de sua administração, elaborando as demonstrações financeiras exigidas legalmente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os resultados porventura apurados serão submetidos à reunião de sócios, que decidirá sobre a sua destinação.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Mediante deliberação dos sócios na forma preconizada no presente contrato social, poderá haver a distribuição de resultados em período diferente do encerramento do exercício social, de acordo com balancetes mensais apurados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – CESSÃO DE QUOTAS:
As quotas de capital são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, o direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente, observando o seguinte:

I – O sócio deverá ser comunicado por escrito para se manifestar a respeito da preferência no prazo de 60(sessenta) dias.

II – Findo o prazo para o exercício da preferência, sem que o sócio se manifeste ou havendo sobras, poderão as quotas ser cedidas a terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE:
A sociedade será liquidada pela vontade dos sócios ou nos casos previstos em lei. A morte, incapacidade, insolvência, exclusão, dissidência ou retirada de qualquer sócio não implicarão em dissolução da sociedade, a menos que o sócio remanescente, sucessores e possíveis herdeiros assim o deliberem.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Adotada a resolução de continuar a sociedade, será realizada uma avaliação da sociedade, apurando-se o valor real do capital social e das quotas, sendo

que a forma de pagamento será livremente pactuada pelos interessados, assegurando o direito ao sócio retirante de receber as parcelas acrescidas de juros e atualização monetária.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Não ocorrendo continuidade, a sociedade será dissolvida, processando-se os trâmites de sua liquidação e nomeando-se um liquidante dentre os sócios ou terceiro, que será indicado pela maioria absoluta do capital social.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – EXCLUSÃO DE SÓCIOS:
Quando a maioria dos sócios, representativa de mais da metade do capital social, entender que um sócio está pondo em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos de inegável gravidade, poderá excluí-lo da sociedade.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A exclusão de sócios dependerá de deliberação social com quorum especializado em reunião especialmente convocada para a finalidade, com ciência prévia do acusado, observando o princípio constitucional da ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DECLARAÇÃO:
Os sócios declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - CASOS OMISSOS:
Os casos omissos no presente instrumento serão aplicados supletivamente a Lei 6.404/76 e Lei 11.638/2007.

Goiânia, 11 de outubro de 2024

Assina digitalmente o presente ato:

Lara Giovanna Marques Vieira - Sócia Administradora

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
70023044101	LARA GIOVANNA MARQUES VIEIRA

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração

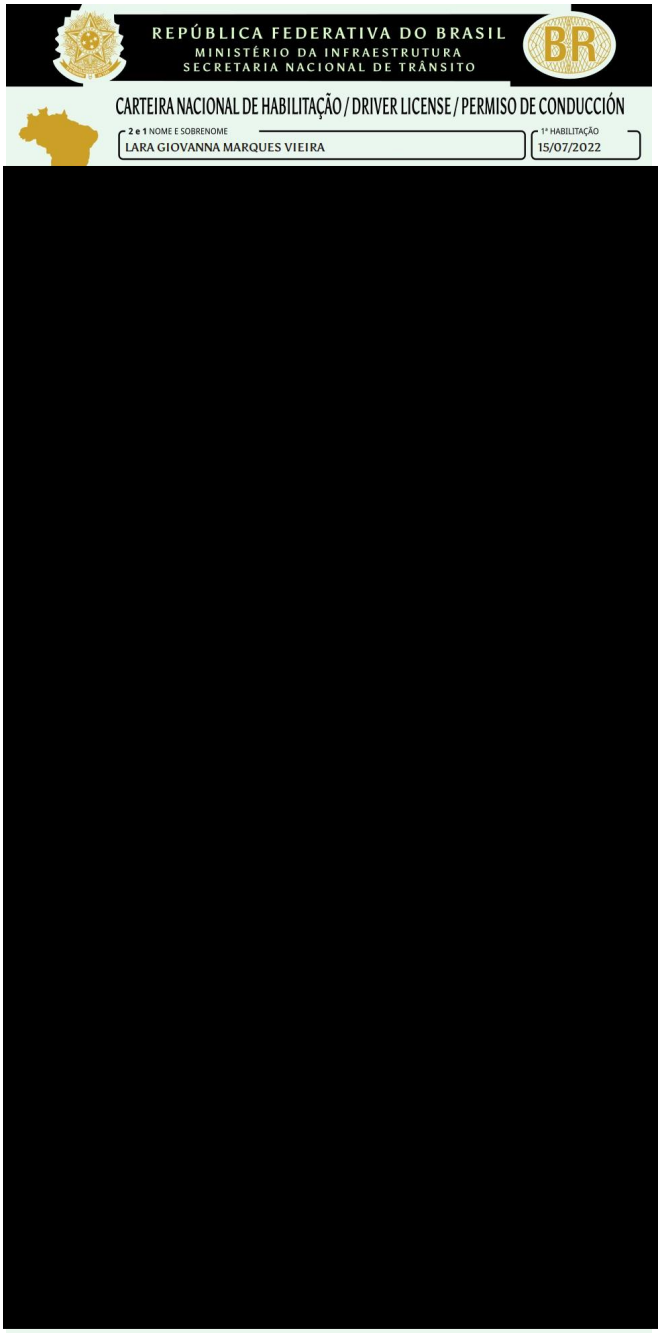
AUTENTICAÇÃO DO REGISTRO DIGITAL

A Junta Comercial do Estado de Goiás certifica que, em 18/10/2024, foi realizado o registro para a empresa AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 21.308.480/0001-22.

CERTIFICO O REGISTRO EM 18/10/2024 09:42 SOB Nº 20243553072.
PROTOCOLO: 243553072 DE 11/10/2024.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12414869497. CNPJ DA SEDE: 21308480000122.
NIRE: 52206731844. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 18/10/2024.
AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA

SUZANA FONTES BORGES FILETI
SECRETÁRIA-GERAL
www.portaldoempreendedorgoiano.go.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.



QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: https://www.serpro.gov.br/assinador-digital.

SERPRO / SENATRAN

1º Traslado 001

INSTRUMENTO PÚBLICO DE MANDATO
que outorga
AR RP CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA
em favor de
NIKELY GOMES FIGUEIREDO
conforme abaixo se declara:

Saibam quantos esta pública procuração bastante virem, aos vinte e três dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e quatro **(23/10/2024)** neste **4º TABELIONATO DE NOTAS da Comarca de Goiânia**, **Estado de Goiás - CARTÓRIO INDIO ARTIAGA**, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº 02.884.484/0001-04, instalado à Rua 9, nº 1.155, Edifício Aton Business Style, Setor Oeste, perante mim, Kamila Lemes Jorge da Silveira, Escrevente autorizada pelo Tabelião, compareceu como Outorgante, a pessoa jurídica de direito privado com a denominação social de **AR RP CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA**, com sede e foro Avenida Central, 1133, QD. 1-A LT. 12 CEP 74.465-100, Jardim Nova Esperança – Goiânia/GO, devidamente inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o número 21.308.480/0001-22, neste ato representada por LARA GIOVANNA MARQUES VIEIRA, brasileira, solteira, portadora da Carteira de Identidade nº 7288012 PC/GO e do CPF nº 700.230.441-01, residente e domiciliado em Goiânia-GO pessoa reconhecida como a própria de que trato, de cuja identidade e capacidade jurídica, à vista de seus documentos pessoais, dou fé. Então, pela outorgante me foi dito que, por este instrumento e na melhor forma da lei, nomeia e constitui sua bastante procuradora, **NIKELY GOMES FIGUEIREDO**, brasileira, casada, analista de licitação, portadora da Cédula de Identidade nº 950.320-SSP/TO, inscrita no CPF/MF sob o nº 033.159.391-28, residente e domiciliada na Rua Jav 5, Quadra 01/32, Residencial Flamboyant, Casa 17-B, Jardim Gardênia, nesta Capital; ***a quem confere os seguintes poderes***: amplos poderes, perante todos os órgãos da Administração Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, para praticar todos os atos relativos aos procedimentos licitatórios, tais como apresentar proposta de preços, formular ofertas e lances, interpor recursos e desistir deles, contra-arrazoar, assinar contratos e declarações, negociar preços e demais condições, confessar, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame. **NÃO podendo substabelecer**. O presente mandato é outorgado por **prazo determinado de 01 (um) ano,** a contar desta data. **Os dados contidos neste Instrumento foram fornecidos por declaração e conferidos pela outorgante, ficando ela responsável por sua veracidade, bem como por qualquer incorreção, isentando expressamente estas Notas de quaisquer responsabilidades, agora e sempre por tais informações.** Realizada consulta na base de dados da central nacional de indisponibilidade de bens - CNIB, foi verificado que constam as seguintes informações: Nome: AR RP CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA, CPF/CNPJ: 21308480000122, Data: 23/10/2024, Hora: 08:48:00, Hash: 0735.5720.2436.1e15.b89e.f4f5.60ef.5008.45a2.b829, Status: negativo, Motivo: Nada consta; **POLÍTICA DE TRATAMENTO DE DADOS:** As partes declaram, ainda, que concordam com o tratamento e backup (armazenamento seguro) de seus dados pessoais para finalidade específica da Lei 13.709/18 – LGPD, cientes de que o presente instrumento poderá ser reproduzido a pedido de qualquer interessado independente de autorização expressa das partes, bem como demonstração de dados, ambos dentro do limite legal, por se tratar de instrumento público nos termos do Artigo 16 da Lei 6.015/73. E de como assim o disse, do que dou fé, redigi este instrumento **SOB MINUTA**, que lhe sendo lido, aceita, outorga e assina. Nos

Esse documento foi assinado por KAMILA LEMES JORGE DA SILVEIRA.
Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinatura.e-notariado.org.br/validate e informe o código Z4U5H-933S7-Y3BGN-YEEAF

1º Traslado 002

termos do Provimento nº 149, de 30 de agosto de 2023, expedido pela Corregedoria Nacional de Justiça (CNJ), a manifestação de vontade de **LARA GIOVANNA MARQUES VIEIRA** foi devidamente colhida mediante videoconferência, com contato visual e sonoro, através do programa Zoom, disponibilizado pelo Colégio Notarial do Brasil na plataforma E-Notariado (https://www.e-notariado.org.br/notary). **(a.a.) LARA GIOVANNA MARQUES VIEIRA. Trasladada em seguida. De tudo, dou fé.** Eu, Kamila Lemes Jorge da Silveira, Escrevente, a escrevi, dou fé e assino. Custo total de lavratura: R$ 125,56; Emolumentos: R$ 84,96, Taxa Judiciária: R$ 18,29, Funemp: R$ 2,55, Funcomp: R$ 2,55, Funproge: R$ 1,70, Fundepeg: R$ 1,06, Adv Dativos: R$ 1,70, Iss: R$ 4,25, Fundesp: R$ 8,50, paga conforme guia de recolhimento expedida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, emitida via rede mundial de computadores (internet), na data seguinte a lavratura deste ato. Selo eletrônico nº **00772410222874123480015**, consulte: http://extrajudicial.tjgo.jus.br. Hora da lavratura: **08:54**.

Assinado digitalmente por:
KAMILA LEMES JORGE DA SILVEIRA
CPF: 028.301.731-71
Certificado emitido por AC VALID RFB v5
Data: 23/10/2024 16:00:53 -03:00

Colégio Notarial do Brasil CONSELHO FEDERAL

Kamila Lemes Jorge da Silveira
Escrevente

Esse documento foi assinado por KAMILA LEMES JORGE DA SILVEIRA.
Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinatura.e-notariado.org.br/validate e informe o código Z4U5H-933S7-Y3BGN-YEEAF

MANIFESTO DE ASSINATURAS

Código de validação: Z4U5H-933S7-Y3BGN-YEEAF

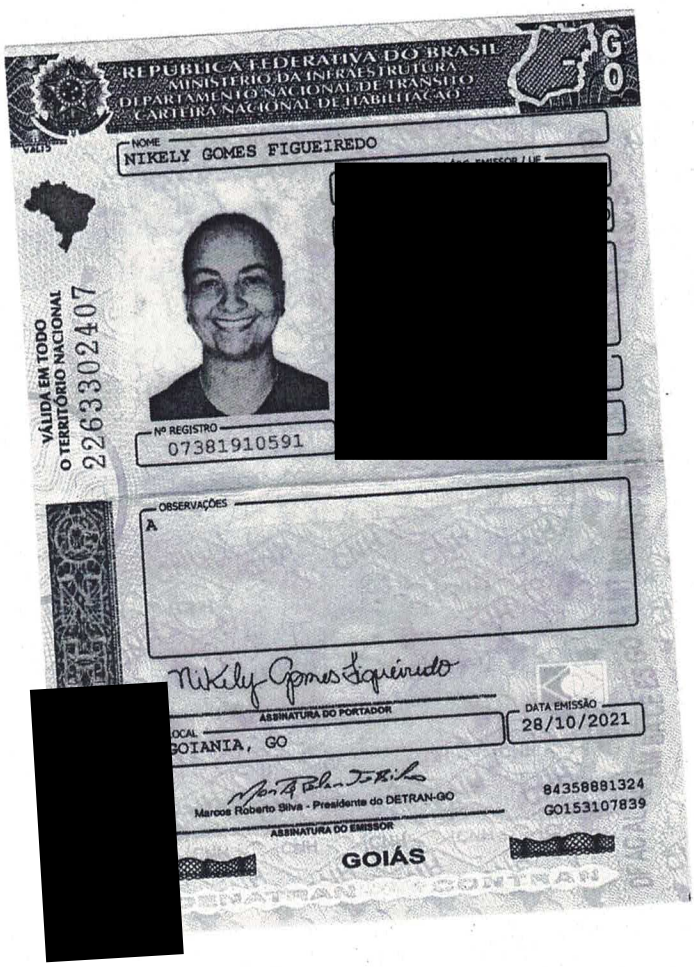
Matrícula Notarial Eletrônica: 027417.2024.10.23.00009832-44

Este documento foi assinado pelos seguintes signatários nas datas indicadas (Fuso horário de Brasília):

- KAMILA LEMES JORGE DA SILVEIRA (CPF 028.301.731-71) em 23/10/2024 16:00

Para verificar as assinaturas acesse https://assinatura.e-notariado.org.br/validate e informe o código de validação ou siga o link a abaixo:

https://assinatura.e-notariado.org.br/validate/Z4U5H-933S7-Y3BGN-YEEAF



4º Tabelionato de Notas Tabelionato e Oficialato
de Registro de Contratos Marítimos
CARTÓRIO ÍNDIO ARTIAGA

AUTENTICAÇÃO

CERTIFICO que esta cópia é reprodução fiel do original. DOU FÉ.
Goiânia, 16 de Maio de 2022
ROBSON FERREIRA RAMOS - ESCREVENTE.
Selo Digital nº 00772205130012224330739
"https://see.tjgo.jus.br/buscas"

Praça do Sol, Rua 9 esq. c/ Rua João de Abreu, 1155, Ed. Aton, St. Oeste, Goiânia-GO, CEP 74120-100, Fone: 62 3096.9999 I www.cartorioindioartiaga.com.br

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
21.308.480/0001-22 **MATRIZ**		**29/10/2014**

NOME EMPRESARIAL
AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
AR RP CERTIFICACAO DIGITAL	**EPP**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
63.19-4-00 - Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
47.51-2-01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática
62.02-3-00 - Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis
62.03-1-00 - Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
AV CENTRAL	**1133**	**QUADRA1-A LOTE 12**

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
74.465-100	**JD NOVA ESPERANCA**	**GOIANIA**	**GO**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
LICITACOES@RPCD.COM.BR	**(62) 3412-0200**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**29/10/2014**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **09/04/2025** às **12:32:01** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:
21.308.480/0001-22
NOME EMPRESARIAL:
AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA
CAPITAL SOCIAL:
R$110.000,00 (Cento e dez mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:
LARA GIOVANNA MARQUES VIEIRA
Qualificação:
49-Sócio-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia **09/04/2025** às **16:33** (data e hora de Brasília).

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA
CNPJ: 21.308.480/0001-22

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 10:30:34 do dia 23/01/2025 <hora e data de Brasília>.
Válida até 22/07/2025.
Código de controle da certidão: **0C20.BB56.C4AC.6BAA**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

ESTADO DE GOIAS
SECRETARIA DE ESTADO DA ECONOMIA
SUBSECRETARIA DA RECEITA ESTADUAL
SUPERINTENDENCIA DE RECUPERACAO DE CREDITO

CERTIDAO DE DEBITO INSCRITO EM DIVIDA ATIVA - NEGATIVA

NR. CERTIDÃO: Nº 50863939

IDENTIFICAÇÃO:

NOME: **AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA**

CNPJ **21.308.480/0001-22**

DESPACHO (Certidao valida para a matriz e suas filiais):

NAO CONSTA DEBITO

FUNDAMENTO LEGAL:

Esta certidao e expedida nos termos do Paragrafo 2 do artigo 1, combinado com a alinea 'b' do inciso II do artigo 2, ambos da IN nr. 405/1999-GSF, de 16 de de dezembro de 1999, alterada pela IN nr. 828/2006-GSF, de 13 de novembro de 2006 e constitui documento habil para comprovar a regularidade fiscal perante a Fazenda Publica Estadual, nos termos do inciso III do art. 68 da Leinr. 14.133, de 01 de abril de 2021.

SEGURANÇA:

Certidao VALIDA POR 60 DIAS.
A autenticidade pode ser verificada pela INTERNET, no endereco:
https://goias.gov.br/economia/
Fica ressalvado o direito de a Fazenda Publica Estadual inscrever na divida ativa e COBRAR EVENTUAIS DEBITOS QUE VIEREM A SER APURADOS.

VALIDADOR: 5.555.462.258.463 **EMITIDA VIA INTERNET**

SGTI-SEFAZ: **LOCAL E DATA:** GOIANIA, 6 MARCO DE 2025 **HORA:** 14:31:44:8

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

CERTIDÃO CONJUNTA DE REGULARIDADE FISCAL NEGATIVA DE DÉBITOS DE QUALQUER NATUREZA PESSOA JURÍDICA NÚMERO DA CERTIDÃO: 642.368-6

Prazo de Validade: até 21/06/2025

CNPJ: 21.308.480/0001-22

Certifica-se que até a presente data **NÃO CONSTA DÉBITO VENCIDO OU A VENCER** referente a débitos de qualquer natureza administrados pela Prefeitura Municipal de Goiânia para este CPF ou CNPJ, nos termos dos artigos 156 e 158, inciso I do caput, parágrafo 1º, inciso I, e parágrafo 2º, e os artigos 159 e 160 da Lei Complementar Municipal nº 344 de 30/09/2021 (Código Tributário Municipal).

Esta CERTIDÃO abrange todos os débitos de créditos de natureza tributária e não tributária, nos termos do artigo 159 da Lei Municipal Complementar nº 344 de 30/09/2021 (Código Tributário Municipal).

A CERTIDÃO ora fornecida não exclui o direito da Fazenda Pública Municipal cobrar, em qualquer tempo, os débitos que venham a ser apurados pela autoridade administrativa, nos termos do artigo 160 da Lei Municipal Complementar nº 344 de 30/09/2021 (Código Tributário Municipal).

A validade desta Certidão é estabelecida no artigo 162 da Lei Municipal Complementar nº 344 de 30/09/2021 (Código Tributário Municipal).

GOIANIA(GO), 24 DE MARCO DE 2025

ESTA CERTIDÃO É GRATUITA E EMITIDA ELETRONICAMENTE, E DEVERÁ SER VALIDADA PARA CONFIRMAÇÃO DA SUA AUTENTICIDADE, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO *www.goiania.go.gov.br*. Qualquer Rasura ou emenda invalidará este documento.

Voltar Imprimir

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 21.308.480/0001-22

Razão Social: AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA

Endereço: - AV CENTRAL 1133 QUADRA1 A LT 12 / JARDIM NOVA ESPERAN / GOIANIA / GO / 74465-100

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:16/03/2025 a 14/04/2025

Certificação Número: 2025031603342221038328

Informação obtida em 24/03/2025 12:27:36

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 21.308.480/0001-22
Certidão nº: 10826863/2025
Expedição: 24/02/2025, às 13:56:29
Validade: 23/08/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **21.308.480/0001-22**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.° 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

1. RELATÓRIO DE DECLARAÇÕES

i. Condições de participação

Manifesto ciência em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos, concordo com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

Declaro que minha proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo.

ii. Declarações para fins de habilitação

Atendo aos requisitos de habilitação previstos em lei e no instrumento convocatório.

Inexiste impedimento à minha habilitação e comunicarei a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade contratante.

Cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Manifesto ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

Cumpro o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

iii. Declarações de cumprimento à legislação trabalhista

Observo os incisos III e IV do art. 1º e cumpro o disposto no inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano ou degradante.

Cumpro a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.

iv. Profissionais organizados sob a forma de cooperativa (1)

Participo da licitação sob a forma de cooperativa, que atende ao disposto no art. 16 da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

(1) Declaração válida apenas para cooperativas

v. Relação de fornecedores que declararam que cumprem e estão cientes de todas as declarações acima:

Fornecedor	Data declaração	Outras declarações (2)
13.459.067/0001-30 - 13.459.067 EDVAN SOUZA SILVA Porte Empresa: ME ou EPP	09/03/2025 20:18	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim Programa de Integridade: Sim
57.983.065/0001-11 - 57.983.065 CARLOS VINICIUS DA SILVA SANTOS Porte Empresa: ME ou EPP	12/03/2025 20:45	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim Programa de Integridade: Não
21.308.480/0001-22 - AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA Porte Empresa: ME ou EPP	06/03/2025 17:50	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim Programa de Integridade: Não

(2) Declarações referentes ao art. 3ª da lei complementar nª 123/2006 e no Decreto nª 12.304/2024 respectivamente

Copyright Compras.gov.br

v. Relação de fornecedores que declararam que cumprem e estão cientes de todas as declarações acima:

Fornecedor	Data declaração	Outras declarações (2)
52.046.008/0001-92 - ARMANDO SEMEGHINI NETO Porte Empresa: ME ou EPP	25/02/2025 10:09	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim Programa de Integridade: Sim
43.794.816/0001-47 - ARS COMERCIO E SERVICOS DE TECNOLOGIA LTDA Porte Empresa: ME ou EPP	25/02/2025 11:27	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim Programa de Integridade: Sim
04.468.603/0001-73 - ASAS TECNOLOGIA SERVICOS E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA Porte Empresa: ME ou EPP	13/03/2025 08:56	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim Programa de Integridade: Sim
39.383.509/0001-04 - CERTIFYSEC TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA Porte Empresa: ME ou EPP	05/03/2025 14:47	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim Programa de Integridade: Sim
22.087.251/0001-98 - CERTISEG SOFTWARE E CERTIFICACAO DIGITAL LTDA. Porte Empresa: ME ou EPP	11/03/2025 17:44	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim Programa de Integridade: Sim
26.768.764/0001-15 - CONFIANCA EMPREENDIMENTOS DIGITAL LTDA Porte Empresa: ME ou EPP	07/03/2025 12:57	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim Programa de Integridade: Não
24.448.443/0001-08 - DIGITAL LOCK SERVICO DE CERTIFICACAO DIGITAL LTDA Porte Empresa: ME ou EPP	12/03/2025 18:45	Tratamento diferenciado ME/EPP: Não Programa de Integridade: Não
19.615.240/0001-29 - E C DE S BULGARELLI LTDA Porte Empresa: ME ou EPP	05/03/2025 14:42	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim Programa de Integridade: Sim
56.150.801/0001-98 - FRANCINEIDE GOMES SANTOS PAMPONET LTDA Porte Empresa: ME ou EPP	12/03/2025 22:40	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim Programa de Integridade: Sim
39.532.571/0001-02 - GIUSEPPE ANTONIO FOGACA GERBALDO Porte Empresa: ME ou EPP	13/03/2025 04:25	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim Programa de Integridade: Sim
42.066.156/0001-15 - GOTAS DA AMAZONIA LTDA Porte Empresa: ME ou EPP	06/03/2025 09:55	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim Programa de Integridade: Sim
31.250.328/0001-90 - H S DISTRIBUIDORA LTDA Porte Empresa: ME ou EPP	06/03/2025 10:03	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim Programa de Integridade: Sim
53.874.039/0001-02 - HVD COMERCIO E REPRESENTACAO DE SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA Porte Empresa: ME ou EPP	12/03/2025 01:20	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim Programa de Integridade: Sim
57.794.545/0001-34 - IMPERIO CERTIFICADO DIGITAL LTDA Porte Empresa: ME ou EPP	12/03/2025 09:02	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim Programa de Integridade: Sim
49.300.396/0001-81 - LEIDE CRISTINA RODRIGUES DA ENCARNACAO Porte Empresa: ME ou EPP	12/03/2025 18:46	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim Programa de Integridade: Não
27.879.263/0001-79 - MANAU CERTIFICADORA DIGITAL LTDA Porte Empresa: ME ou EPP	28/02/2025 11:00	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim Programa de Integridade: Sim

(2) Declarações referentes ao art. 3ª da lei complementar nª 123/2006 e no Decreto nª 12.304/2024 respectivamente

Copyright Compras.gov.br

v. Relação de fornecedores que declararam que cumprem e estão cientes de todas as declarações acima:

Fornecedor	Data declaração	Outras declarações (2)
55.153.071/0001-16 - MANAUS ELETRO LTDA Porte Empresa: ME ou EPP	12/03/2025 20:32	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim Programa de Integridade: Sim
40.829.740/0001-50 - N R SERVICOS DE CERTIFICACAO DIGITAL LTDA Porte Empresa: ME ou EPP	28/02/2025 10:45	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim Programa de Integridade: Sim
14.848.278/0001-28 - OLIVEIRA E SANTOS CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA Porte Empresa: ME ou EPP	27/02/2025 11:54	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim Programa de Integridade: Sim
42.857.843/0001-59 - QUALIZEN CORRETORA DE SEGUROS LTDA. Porte Empresa: ME ou EPP	11/03/2025 09:14	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim Programa de Integridade: Sim
15.655.026/0001-45 - RNL TRADE AND FACILITIES LTDA Porte Empresa: ME ou EPP	03/03/2025 21:30	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim Programa de Integridade: Sim
34.158.836/0001-30 - TECH MINAS DIGITAL LTDA Porte Empresa: ME ou EPP	25/02/2025 16:15	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim Programa de Integridade: Sim

(2) Declarações referentes ao art. 3ª da lei complementar nª 123/2006 e no Decreto nª 12.304/2024 respectivamente

Copyright Compras.gov.br

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – Sped Versão: 10.1.3

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE	CNPJ	
35600746401	21.308.480/0001-22	

NOME EMPRESARIAL
AR RP CERTIFICACAO DIGITAL EIRELI

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO
Livro Diário (Completo - sem escrituração Auxiliar)	01/01/2022 a 31/12/2022
NATUREZA DO LIVRO	**NÚMERO DO LIVRO**
DIARIO GERAL	9

IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH)
1A.BF.6B.52.30.97.33.9A.33.1F.AF.F9.5B.FD.DE.B3.4B.69.AF.57

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTES CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Pessoa Jurídica (e-CNPJ ou e-PJ)	21308480000122	AR RP CERTIFICACAO DIGITAL EIRELI:21308480000122	128750396588447004 2	15/09/2022 a 15/09/2023	Sim
Contador	25684640893	DANIEL AUGUSTO NEGRI:25684640893	128750395722319652 3	11/07/2022 a 11/07/2025	Não
Contador/Contabilista Responsável Pelo Termo de Verificação para Fins de Substituição da ECD	16761319811	RODNEY LEANDRO GUARDIA:16761319811	128750400057969486 5	01/12/2022 a 01/12/2025	-

NÚMERO DO RECIBO:

1A.BF.6B.52.30.97.33.9A.33.1F.AF.F9.
5B.FD.DE.B3.4B.69.AF.57-0

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 02/05/2023 às 19:06:35

F7.9E.CF.ED.81.CD.3C.01
95.A8.EB.E5.C5.83.D7.3D

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO

Entidade:	AR RP CERTIFICACAO DIGITAL EIRELI		
Período da Escrituração:	01/01/2022 a 31/12/2022	CNPJ:	21.308.480/0001-22
Número de Ordem do Livro:	9		

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial	AR RP CERTIFICACAO DIGITAL EIRELI
NIRE	35600746401
CNPJ	21.308.480/0001-22
Número de Ordem	9
Natureza do Livro	DIARIO GERAL
Município	RIBEIRAO PRETO
Data do arquivamento dos atos constitutivos	01/01/2022
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária	
Data de encerramento do exercício social	31/12/2022
Quantidade total de linhas do arquivo digital	68485

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial	AR RP CERTIFICACAO DIGITAL EIRELI
Natureza do Livro	DIARIO GERAL
Número de ordem	9
Quantidade total de linhas do arquivo digital	68485
Data de inicio	01/01/2022
Data de término	31/12/2022

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 1A.BF.6B.52.30.97.33.9A.33.1F.AF.F9.5B.FD.DE.B3.4B.69.AF.57-0, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.1.3 do Visualizador

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade:	AR RP CERTIFICACAO DIGITAL EIRELI		
Período da Escrituração:	01/01/2022 a 31/12/2022	CNPJ:	21.308.480/0001-22
Número de Ordem do Livro:	9		
Período Selecionado:	01 de Janeiro de 2022 a 31 de Dezembro de 2022		

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
Ativo		R$ 731.537,57	R$ 1.610.839,04
Circulante		R$ 730.034,32	R$ 1.609.598,47
Caixa e Equivalentes de Caixa		R$ 332.616,95	R$ 953.636,85
Contas a Receber		R$ 113.706,37	R$ 256.993,17
Outros Créditos		R$ 259.001,54	R$ 376.842,75
Estoques		R$ 1.489,00	R$ 570,09
Impostos a Recuperar		R$ 162,56	R$ 4.372,73
Despesas Antecipadas		R$ 23.057,90	R$ 17.182,88
Não Circulante		R$ 1.503,25	R$ 1.240,57
Imobilizado Liquido		R$ 1.503,25	R$ 1.240,57
Passivo		R$ 731.537,57	R$ 1.610.839,04
Circulante		R$ 297.410,72	R$ 159.960,08
Fornecedores		R$ 3.523,78	R$ 2.353,92
Obrigações Trabalhistas		R$ 101.935,08	R$ 99.790,67
Obrigações Tributárias		R$ 21.026,90	R$ 32.761,01
Outras Contas a Pagar		R$ 24.144,53	R$ 22.768,70
Débitos Diversos		R$ 146.780,43	R$ 2.285,78
Não Circulante		R$ 8.860,70	R$ 5.315,18
Obrigações Tributárias		R$ 8.860,70	R$ 5.315,18
Patrimônio Líquido		R$ 425.266,15	R$ 1.445.563,78
Capital Social		R$ 110.000,00	R$ 110.000,00
(-) Lucros / Prejuízos Acumulados		R$ (13.423,83)	R$ 424.340,75
Lucro ou Prejuízo Líquido		R$ 328.689,98	R$ 911.223,03

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 1A.BF.6B.52.30.97.33.9A.33.1F.AF.F9.5B.FD.DE.B3.4B.69.AF.57-0, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.1.3 do Visualizador

AR RP CERTIFICACAO DIGITAL EIRELI

CNPJ : 21.308.480/0001-22

Balanço para o Período de 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2022 (Em Reais)

Ativo	12/2022	12/2021	Passivo	12/2022	12/2021
Circulante			**Circulante**		
Caixa e Equivalentes de Caixa	953.636,85	332.616,95	Fornecedores	2.353,92	3.523,78
Contas a Receber	256.993,17	113.706,37	Obrigações Trabalhistas	99.790,67	101.935,08
Estoques	570,09	1.489,00	Obrigações Tributárias	32.761,01	21.026,90
Outros Créditos	376.842,75	259.001,54	Outras Contas a Pagar	22.768,70	24.144,53
Impostos a recuperar	4.372,73	162,56	Débitos Diversos	2.285,78	146.780,43
Despesas Antecipadas	17.182,88	23.057,90		159.960,08	297.410,72
	1.609.598,47	730.034,32			
Não Circulante	**12/2022**	**12/2021**	**Não Circulante**	**12/2022**	**12/2021**
Imobilizado Líquido	1.240,57	1.503,25	Obrigações Tributárias	5.315,18	8.860,70
	1.240,57	1.503,25		5.315,18	8.860,70
			Patrimônio Líquido	**12/2022**	**12/2021**
			Capital Social	110.000,00	110.000,00
			Lucros / Prejuízos acumulados	424.340,75	-13.423,83
			Lucro ou Prejuízo líquido	911.223,03	328.689,98
				1.445.563,78	425.266,15
Total do Ativo	1.610.839,04	731.537,57	**Total do Passivo e do PL**	1.610.839,04	731.537,57

Este documento está assinado digitalmente por
DANIEL AUGUSTO NEGRI:25684640893
Data:28/04/2023 18:10:55 Localização: Brasil

DANIEL NEGRI
CPF: 256.846.408-93 | CRC: 217467

PAULO CESAR RIBEIRO VIEIRA:29505771134
Assinado de forma digital por PAULO CESAR RIBEIRO VIEIRA:29505771134
Dados: 2023.05.02 17:40:03 -03'00'

PAULO CESAR RIBEIRO VIEIRA
CPF: 295.057.711-34

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade:	AR RP CERTIFICACAO DIGITAL EIRELI		
Período da Escrituração:	01/01/2022 a 31/12/2022	CNPJ:	21.308.480/0001-22
Número de Ordem do Livro:	9		
Período Selecionado:	01 de Janeiro de 2022 a 31 de Dezembro de 2022		

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
Receita Operacional		R$ 819.729,76	R$ 1.529.918,16
Receita Bruta		R$ 952.728,87	R$ 1.844.515,67
(-) Deduções da Receita Bruta		R$ (132.999,11)	R$ (1.385,00)
(-) Imp. Incidentes Sobre Receita		R$ (130.169,10)	R$ (313.212,51)
(-) Custos		R$ (424.274,71)	R$ (215.665,63)
(-) Custo Sobre Receita		R$ (421.912,80)	R$ (215.665,63)
(-) Despesas / Receitas Operacionais		R$ (424.274,71)	R$ (483.797,81)
(-) Despesas Comerciais		R$ (388,10)	R$ (235.898,50)
(-) Despesas com pessoal		R$ (332.797,27)	R$ (107.386,91)
(-) Despesas administrativas		R$ (45.202,74)	R$ (93.323,43)
(-) Despesas com Ocupação		R$ (43.650,11)	R$ (45.115,57)
(-) Despesas com depreciação		R$ (262,68)	R$ (262,68)
(-) Despesas tributárias		R$ (1.973,81)	R$ (1.810,72)
Resultado Financeiro		R$ (26.389,86)	R$ 80.790,24
Receita Financeira		R$ 319,28	R$ 93.899,41
(-) Despesa Financeira		R$ (26.709,14)	R$ (13.109,17)
(-) IR e CSLL		R$ (39,74)	R$ (21,93)
(-) Imposto de renda		R$ (39,74)	R$ (21,93)
RESULTADO DO EXERCICIO		R$ 328.689,98	R$ 911.223,03

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 1A.BF.6B.52.30.97.33.9A.33.1F.AF.F9.5B.FD.DE.B3.4B.69.AF.57-0, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.1.3 do Visualizador

AR RP CERTIFICACAO DIGITAL EIRELI
CNPJ : 21.308.480/0001-22
Demonstrações de Resultado para o Período de 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2022 (Em Reais)

Descrição	12/2022	12/2021
Receita bruta	1.844.515,67	952.728,87
Deduções da Receita Bruta	-1.385,00	-2.830,01
Imp. Incidentes Sobre Receita	-313.212,51	-130.169,10
Receita operacional líquida	1.529.918,16	819.729,76
Imp. Incidentes Sobre Receita	-17,0%	-13,7%
Custo sobre Receita	-215.665,63	-40.335,47
Lucro bruto	1.314.252,53	779.394,29
%	85,9%	95,1%
Despesas / receitas Operacionais	**12/2022**	**12/2021**
Despesas comerciais	-196.496,66	-388,10
Despesas com pessoal (Salários/ordenados)	-149.706,80	-282.555,65
Despesas com pessoal (Benefícios)	-24.974,41	-30.539,99
Despesas com pessoal (Impostos)	-9.131,30	-19.701,63
Despesas administrativas	-52.213,97	-42.662,06
Despesas com Ocupação	-49.201,27	-46.190,79
Despesas com depreciação	-262,68	-262,68
Despesas tributárias	-1.810,72	-1.973,81
Tot. Desp. Operacionais	-483.797,81	-424.274,71
%	-31,6%	-51,8%
LO antes do res. financeiro	830.454,72	355.119,58
%	54,3%	43,3%
Receita financeira	93.899,41	319,28
Despesa financeira	-13.109,17	-26.709,14
LO antes do IR e CSLL	911.244,96	328.729,72
%	59,6%	40,1%
Imposto de Renda	-21,93	-39,74
Lucro ou Prejuízo líquido	911.223,03	328.689,98
%	59,6%	40,1%
Lucro ou Prejuízo líq. - PDD e AVP	911.223,03	328.689,98
%	59,6%	40,1%
Quantidade de ações no fim do exercício	110.000,00	110.000,00
Lucro líquido por ação	8,28	2,99

Este documento está assinado digitalmente por
DANIEL AUGUSTO NEGRI:25684640893
Data:28/04/2023 18:10:55 Localização: Brasil

DANIEL NEGRI
CPF: 256.846.408-93 | CRC: 217467

PAULO CESAR RIBEIRO VIEIRA:29505771134
Assinado de forma digital por PAULO CESAR RIBEIRO VIEIRA:29505771134
Dados: 2023.05.02 17:41:28 -03'00'

PAULO CESAR RIBEIRO VIEIRA
CPF: 295.057.711-34

AR RP CERTIFICACAO DIGITAL EIRELI

CNPJ : 21.308.480/0001-22

Demonstração dos Fluxos de Caixa para o Período de 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2022 (Em Reais)

Descrição	12/2022	12/2021
Lucro ou Prejuízo líquido	911.223,03	328.689,98
Depreciação e amortização	262,68	262,68
	262,68	262,68
+/- Contas a Receber	-143.286,80	-111.329,41
+/- Outros Créditos	-117.841,21	357.345,19
+/- Impostos a Recuperar	-4.210,17	1.018,52
+/- Estoques	918,91	193,00
+/- Despesas antecipadas	5.875,02	-23.057,90
+/- Fornecedores	-1.169,86	-1.207,84
+/- Obrigações trabalhistas	-2.144,41	19.193,50
+/- Obrigações tributárias	8.188,59	572,84
+/- Outras Contas a Pagar	-145.870,48	25.661,66
Caixa líquido das ativ. op.	-399.540,41	268.389,56
Caixa líquido das ativ. de invest.	0,00	0,00
+/- Empréstimos	0,00	-8.307,00
Distribuição de lucros/ajustes anos anteriores	109.074,60	-615.249,65
Caixa líquido das ativ. de financ.	109.074,60	-623.556,65
+/- líquido de caixa	621.019,90	-26.214,43
Caixa no início do exercício	332.616,95	358.831,38
Caixa no final do exercício	953.636,85	332.616,95
+/- líquido de caixa	621.019,90	-26.214,43

Este documento está assinado digitalmente por
DANIEL AUGUSTO NEGRI:25684640893
Data:28/04/2023 18:10:55 Localização: Brasil

DANIEL NEGRI
CPF: 256.846.408-93 | CRC: 217467

PAULO CESAR RIBEIRO VIEIRA:29505771134

Assinado de forma digital por PAULO CESAR RIBEIRO VIEIRA:29505771134
Dados: 2023.05.02 17:40:25 -03'00'

PAULO CESAR RIBEIRO VIEIRA
CPF: 295.057.711-34

AR RP Certificação Digital Eireli - ME

Demonstrativo dos Índices Financeiros

Em reais

Quoeficientes de Liquidez		31/12/22		
Liquidez Imediata (R$) = (Representa quanto a empresa possui em caixa e equivalentes para cada real de dívidas de curto prazo, em linhas gerais, quanto maior, melhor).	Disponível + Aplicações Temporárias / Passivo Circulante	953.637 / 159.960	=	5,96
Liquidez Corrente (R$) = (Representa quanto a empresa possui em caixa, equivalentes de caixa e bens e direitos de curto prazo para cada real de dívidas de curto prazo, em linhas gerais, quanto maior, melhor).	Ativo Circulante / Passivo Circulante	1.609.598 / 159.960	=	10,06
Liquidez Seca (R$) = (Representa quanto a empresa possui em caixa, equivalentes de caixa e bens e direitos de curto prazo, exceto estoques, para cada real de dívidas de curto prazo).	Ativo Circulante - Estoques / Passivo Circulante	1.609.028 / 159.960	=	10,06
Liquidez Geral (R$) = (É quanto a empresa possui no curto e longo prazo, em caixa, equivalentes, bens e direitos, para cada real de dívidas também no curto e longo prazo).	Ativo Circulante + Realizável L. Prazo / Passivo Circulante + Exigível L. Prazo	1.609.598 / 165.275	=	9,74
Solvência Geral (R$) = (Expressa o grau de garantia que a empresa dispõe em Ativos (totais), para pagamento do total de suas dívidas).	Ativo Total / Passivo Circulante + Passivo Não Circulante	1.610.839 / 165.275	=	9,75
Quoeficientes de Endividamento				
Participação de Capital de Terceiros sobre o Patrimônio Líquido (%) (Equivale ao percentual de dividas de curto e longo prazo frente ao patrimonio liquido, via de regra, quanto menor, melhor).	Exigível Total / Patrimônio Líquido	165.275 / 1.445.564	=	11,43
Participação de Capital de Terceiros sobre os Recursos Totais (%)	Exigível Total / Exigível Total + Patrimônio Líquido	165.275 / 1.610.839	=	10,26
Participação de Dívida de Curto Prazo sobre o Endividamento Total (%) (Percentual das dívidas de curto prazo em relação à divida total).	Passivo Circulante / Exigível Total	159.960 / 165.275	=	96,78
Quoeficientes de Rentabilidade				
Giro do Ativo (%) (Esse índice apresenta o percentual da geração de receita sobre o total do	Receita Operacional Bruta / Ativo Total	1.843.131 / 1.610.839	=	114,42
Margem Líquida (%) (Percentual do resultado do período frente à receita liquida dos tributos e	Resultado Líquido / Receita Operacional Líquida	911.223 / 1.529.918	=	59,56
ROE (%) (Percentual do retorno sobre o patrimônio líquido da entidade).	Resultado Líquido / Patrimônio Líquido	911.223 / 1.445.564		63,04
Quoeficientes de Estrutura de Capital				
Nível de Imobilização (%) (Esse indice indica percentualmente quanto dos recursos próprios a empresa tem imobilizado).	Ativo Permanente / Patrimônio Líquido	- / 1.445.564	=	0,00
Quoeficientes de Realização Financeira				
Prazo Médio de Recebimento (dias) - Quanto Maior, pior	Saldo Médio de Clientes / Receita Operacional Bruta	185.350 / 1.844.516	=	36,18
Prazo Médio de Pagamento (dias) - Quanto Maior, melhor	Saldo Médio de Fornecedores / Compras	2.939 / 214.747	=	4,93
Prazo Médio de Estoques (dias) - Quanto Maior, pior	Saldo Médio de Estoque / Custos	1.030 / 134.226	=	2,76

PAULO CESAR RIBEIRO VIEIRA:29505771134 — Assinado de forma digital por PAULO CESAR RIBEIRO VIEIRA:29505771134 Dados: 2023.05.02 17:38:43 -03'00'

AR RP Certificação Digital Eireli - ME
CNPJ: 21.308.480/0001-22
Paulo César Ribeiro Vieira
CPF: 295.057.711-34

DANIEL AUGUSTO NEGRI:25684640893 — Assinado de forma digital por DANIEL AUGUSTO NEGRI:25684640893 Dados: 2023.05.02 17:00:20 -03'00'

Mapah Contadores Goiânia I SS EPP
CNPJ: 07.576.047/0001-47
Daniel Augusto Negri
CRC-SP: 217.467/O-6 T-GO

SITUAÇÃO DO ARQUIVO DA ESCRITURAÇÃO

Nome Empresarial:	AR RP CERTIFICACAO DIGITAL EIRELI				
CNPJ:	21.308.480/0001-22	Nire:	35600746401	Scp:	
Período da Escrituração:	01/01/2022 a 31/12/2022				
Forma de Escrituração Contábil:	Livro Diário (Completo - sem escrituração Auxiliar)				
Natureza do Livro:	DIARIO GERAL				
Identificação do arquivo(hash):	1A.BF.6B.52.30.97.33.9A.33.1F.AF.F9.5B.FD.DE.B3.4B.69.AF.57-				

Consulta Realizada em: 02/05/2023 16:18:36

Resultado da Verificação

A escrituração visualizada é a mesma que se encontra na base de dados do SPED.

Situação Atual

Escrituração com NIRE AUTENTICADA

A escrituração encontra-se na base de dados do Sped e considera-se autenticada nos termos do Decreto nº 1.800/1996, com a alteração dada pelo Decreto nº 8.683/2016. O recibo de entrega constitui a comprovação da autenticação, nos termos do art. 39-B da Lei nº 8.934/1994, sendo dispensada qualquer outra autenticação (art.39-A da Lei nº 8.934/1994).

AR RP Certificação Digital Eireli - ME
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Em reais

Descrição	Capital Social	Reserva de Lucros	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
MOVIMENTO DO ANO ATÉ 12/2021				
Saldo inicial	110.000	-	233.521	343.522
Distribuição de Lucros	-	-	(246.945)	(246.945)
Lucros Líquido do Exercício	-	-	328.690	328.690
Constituição de Reserva	-	-	-	-
	110.000	**-**	**315.266**	**425.267**
MOVIMENTO DO ANO ATÉ 12/2022				
Aumento de Capital Social	-	-	-	-
Distribuição de Lucros	-	-	(19.000)	(19.000)
Lucros Líquido do Exercício	-	-	911.223	911.223
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-	128.075	128.075
Reversão de Reservas	-	-		-
Destinação dos Lucros				-
Constituição de Reserva	-	-	-	-
	110.000	**-**	**1.335.564**	**1.445.564**

Signed by:
LARA GIOVANNA MARQUES VIEIRA
lara.vieira@soluti.com.br
(Brasília) 28/02/2025 16:28:14

AR RP Certificação Digital Eireli - ME
CNPJ: 21.308.480/0001-22
Lara Giovanna Marques Vieira
CPF: 700.230.441-01

MANOEL ESTEVAM DE FARIAS FILHO
Assinado de forma digital por MANOEL ESTEVAM DE FARIAS FILHO
Dados: 2025.02.28 15:47:10 -03'00'

Manoel Estevam de Farias Filho
Contador
CPF: 699.398.611-68
CRC: 014095/O-3

BJZNEERRUGRGQ-JRYDQ4CYJJDXK-24WQOYUVU6V6M

AO,
ORGÃO LICITANTE.

REFERENTE: LICITAÇÃO

ÍNDICES CONTÁBEIS: EXERCÍCIO 2022

A empresa **AR RP CERTIFICAÇÃO DIGITAL EIRELI**, inscrita no CNPJ nº 21.308.480/0001-22, sediada à Avenida Central N 1133, Quadra 1-A Lote 12, Jardim Nova Esperança, Goiâna – GO, Cep: 74.465-100, por intermédio da sua representante legal a Sra. **NIKELY GOMES FIGUEIREDO**, portadora do RG nº 950320/SSP/TO e do CPF nº 033.159.391-28, **DECLARA,** para fins legais, sob as penas da lei, que possui os seguintes índices contábeis:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo}}$$

$$LG = \frac{1.609.598,47}{165.275,26}$$

LG = 9,74

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo}}$$

$$SG = \frac{1.610.839,04}{165.275,26}$$

SG = 9,75

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

$$LC = \frac{1.609.598,47}{159.960,08}$$

LC = 10,06

Por ser a expressão da verdade, firma a presente.

Goiânia, 28 de fevereiro de 2025.

Signed by:
Nikely Gomes Figueiredo

nikely.figueiredo@soluti.com.br
(Brasília) 05/03/2025 09:00:31

Nikely Gomes Figueiredo
Procuradora

MANOEL ESTEVAM DE FARIAS FILHO
Assinado de forma digital por MANOEL ESTEVAM DE FARIAS FILHO
Dados: 2025.02.28 17:48:05 -03'00'

Manoel Estevam de Farias Filho
Contador
CPF: 699.398.611-68
CRC: 014095/O-3

2NVGUYWKNHBSQ-LAYGW22IONFTG-GOIA7JS47BBBI

AO,
ORGÃO LICITANTE.

REFERENTE: LICITAÇÃO

ÍNDICES CONTÁBEIS: EXERCÍCIO 2022

A empresa **AR RP CERTIFICAÇÃO DIGITAL EIRELI**, inscrita no CNPJ nº 21.308.480/0001-22, sediada à Avenida Central N 1133, Quadra 1-A Lote 12, Jardim Nova Esperança, Goiâna – GO, Cep: 74.465-100, por intermédio da sua representante legal a Sra. **NIKELY GOMES FIGUEIREDO**, portadora do RG nº 950320/SSP/TO e do CPF nº 033.159.391-28, **DECLARA,** para fins legais, sob as penas da lei, que possui os seguintes índices contábeis:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo}}$$

$$LG = \frac{1.609.598,47}{165.275,26}$$

LG = 9,74

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo}}$$

$$SG = \frac{1.610.839,04}{165.275,26}$$

SG = 9,75

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

$$LC = \frac{1.609.598,47}{159.960,08}$$

LC = 10,06

Por ser a expressão da verdade, firma a presente.

Goiânia, 28 de fevereiro de 2025.

Signed by:
Nikely Gomes Figueiredo

nikely.figueiredo@soluti.com.br
(Brasília) 05/03/2025 09:00:31

Nikely Gomes Figueiredo
Procuradora

MANOEL ESTEVAM DE FARIAS FILHO
Assinado de forma digital por MANOEL ESTEVAM DE FARIAS FILHO
Dados: 2025.02.28 17:48:05 -03'00'

Manoel Estevam de Farias Filho
Contador
CPF: 699.398.611-68
CRC: 014095/O-3

2NVGUYWKNHBSQ-LAYGW22IONFTG-GOIA7JS47BBBI

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – Sped **Versão: 10.2.0**

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE	CNPJ	
35600746401	21.308.480/0001-22	

NOME EMPRESARIAL
AR RP CERTIFICACAO DIGITAL EIRELI

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO
Livro Diário (Completo - sem escrituração Auxiliar)	01/01/2023 a 31/12/2023
NATUREZA DO LIVRO	**NÚMERO DO LIVRO**
DIARIO GERAL	10

IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH)
CB.0D.88.17.B8.1D.8A.89.C7.22.51.AC.D1.9D.00.83.49.96.9D.B7

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTES CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Pessoa Jurídica (e-CNPJ ou e-PJ)	21308480000122	AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA: 21308480000122	128750509941859728 0	01/11/2023 a 31/10/2024	Sim
Contador	69939861168	MANOEL ESTEVAM DE FARIAS FILHO: 69939861168	128750506102985900 9	11/08/2023 a 11/08/2026	Não

NÚMERO DO RECIBO:

CB.0D.88.17.B8.1D.8A.89.C7.22.51.AC.
D1.9D.00.83.49.96.9D.B7-5

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 03/05/2024 às 11:38:13

36.D3.04.19.EA.6C.2F.17
8E.5C.88.DE.9D.2E.90.5A

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO

Entidade:	AR RP CERTIFICACAO DIGITAL EIRELI		
Período da Escrituração:	01/01/2023 a 31/12/2023	CNPJ:	21.308.480/0001-22
Número de Ordem do Livro:	10		
Período Selecionado:	01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023		

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial	AR RP CERTIFICACAO DIGITAL EIRELI
NIRE	35600746401
CNPJ	21.308.480/0001-22
Número de Ordem	10
Natureza do Livro	DIARIO GERAL
Município	RIBEIRAO PRETO
Data do arquivamento dos atos constitutivos	01/01/2023
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária	
Data de encerramento do exercício social	31/12/2023
Quantidade total de linhas do arquivo digital	26260

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial	AR RP CERTIFICACAO DIGITAL EIRELI
Natureza do Livro	DIARIO GERAL
Número de ordem	10
Quantidade total de linhas do arquivo digital	26260
Data de inicio	01/01/2023
Data de término	31/12/2023

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número CB.0D.88.17.B8.1D.8A.89.C7.22.51.AC.D1.9D.00.83.49.96.9D.B7-5, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade:	AR RP CERTIFICACAO DIGITAL EIRELI		
Período da Escrituração:	01/01/2023 a 31/12/2023	CNPJ:	21.308.480/0001-22
Número de Ordem do Livro:	10		
Período Selecionado:	01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023		

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
Ativo		R$ 1.610.839,04	R$ 2.525.569,30
Circulante		R$ 1.609.598,47	R$ 2.524.591,41
Caixa e Equivalentes de Caixa		R$ 953.636,85	R$ 29.719,90
Contas a Receber		R$ 256.993,17	R$ 204.013,35
Outros Créditos		R$ 376.842,75	R$ 2.283.969,58
Estoques		R$ 570,09	R$ 6.888,58
Impostos a Recuperar		R$ 4.372,73	R$ 0,00
Despesas Antecipadas		R$ 17.182,88	R$ 0,00
Não Circulante		R$ 1.240,57	R$ 977,89
Imobilizado Liquido		R$ 1.240,57	R$ 977,89
Passivo		R$ 1.610.839,04	R$ 2.525.569,30
Circulante		R$ 159.960,08	R$ 205.500,13
Fornecedores		R$ 2.353,92	R$ 3.820,73
Obrigações Trabalhistas		R$ 99.790,67	R$ 114.162,76
Obrigações Tributárias		R$ 32.761,01	R$ 54.858,41
Outras Contas a Pagar		R$ 22.768,70	R$ (0,00)
Débitos Diversos		R$ 2.285,78	R$ 32.658,23
Não Circulante		R$ 5.315,18	R$ 131.214,64
Obrigações Tributárias		R$ 5.315,18	R$ 131.214,64
Patrimônio Líquido		R$ 1.445.563,78	R$ 2.188.854,53
Capital Social		R$ 110.000,00	R$ 110.000,00
Lucros / Prejuízos Acumulados		R$ 424.340,75	R$ 1.417.281,92
Lucro ou Prejuízo Líquido		R$ 911.223,03	R$ 661.572,61

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número CB.0D.88.17.B8.1D.8A.89.C7.22.51.AC.D1.9D.00.83.49.96.9D.B7-5, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.2.0 do Visualizador

AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA
CNPJ : 21.308.480/0001-22
Balanço para o Período de 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2023 (Em Reais)

Ativo	12/2023	12/2022	Passivo	12/2023	12/2022
Circulante	2.524.591	1.609.598	**Circulante**	205.500	159.960
Caixa e Equivalentes de Caixa	29.720	953.637	Fornecedores	3.821	2.354
Contas a Receber	204.013	256.993	Obrigações Trabalhistas	114.163	99.791
Estoques	6.889	570	Obrigações Tributárias	54.858	32.761
Outros Créditos	2.283.970	376.843	Outras Contas a Pagar	-	22.769
Impostos a recuperar	-	4.373	Débitos Diversos	32.658	2.286
Despesas Antecipadas	-	17.183			
	12/2023	**12/2022**		**12/2023**	**12/2022**
Não Circulante	978	1.241	**Não Circulante**	131.215	5.315
Imobilizado Líquido	978	1.241	Obrigações Tributárias	131.215	5.315
				12/2023	**12/2022**
			Patrimônio Líquido	2.188.855	1.445.564
			Capital Social	110.000	110.000
			Lucros / Prejuízos acumulados	1.417.282	424.341
			Lucro ou Prejuízo líquido	661.573	911.223
Total do Ativo	2.525.569	1.610.839	**Total do Passivo e do PL**	2.525.569	1.610.839

JONATAS TORRES VIEIRA:03809408174

Assinado de forma digital por JONATAS TORRES VIEIRA:03809408174
Dados: 2024.04.09 13:54:44 -03'00'

JONATAS TORRES VIEIRA
CPF: 038.094.081-74

MANOEL ESTEVAM DE FARIAS FILHO:69939861168

Assinado de forma digital por MANOEL ESTEVAM DE FARIAS FILHO:69939861168
Dados: 2024.04.09 13:17:16 -03'00'

MANOEL ESTEVAM DE FARIAS FILHO
CPF: 699.398.611-68
CRC: 014095/O-3

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade:	AR RP CERTIFICACAO DIGITAL EIRELI		
Período da Escrituração:	01/01/2023 a 31/12/2023	CNPJ:	21.308.480/0001-22
Número de Ordem do Livro:	10		
Período Selecionado:	01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023		

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
Receita Operacional		R$ 1.529.918,16	R$ 1.142.233,73
Receita Bruta		R$ 1.844.515,67	R$ 1.435.347,95
(-) Deduções da Receita Bruta		R$ (1.385,00)	R$ (24.290,89)
(-) Imp. Incidentes Sobre Receita		R$ (313.212,51)	R$ (268.823,33)
(-) Custos		R$ (215.665,63)	R$ (183.237,58)
(-) Custo Sobre Receita		R$ (215.665,63)	R$ (183.237,58)
(-) Despesas / Receitas Operacionais		R$ (483.797,81)	R$ (272.685,89)
(-) Despesas Comerciais		R$ (235.898,50)	R$ (107.712,59)
(-) Despesas com pessoal		R$ (107.386,91)	R$ (25.490,44)
(-) Despesas administrativas		R$ (93.323,43)	R$ (92.428,29)
(-) Despesas com Ocupação		R$ (45.115,57)	R$ (43.047,77)
(-) Despesas com depreciação		R$ (262,68)	R$ (262,68)
(-) Despesas tributárias		R$ (1.810,72)	R$ (3.744,12)
(-) Resultado Financeiro		R$ 80.790,24	R$ (24.737,65)
Receita Financeira		R$ 93.899,41	R$ 19.826,81
(-) Despesa Financeira		R$ (13.109,17)	R$ (44.564,46)
(-) IR e CSLL		R$ (21,93)	R$ (0,00)
(-) Imposto de renda		R$ (21,93)	R$ (0,00)
RESULTADO DO EXERCICIO		R$ 911.223,03	R$ 661.572,61

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número CB.0D.88.17.B8.1D.8A.89.C7.22.51.AC.D1.9D.00.83.49.96.9D.B7-5, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.2.0 do Visualizador

AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA
CNPJ : 21.308.480/0001-22
DRE - 01 de dezembro de 2022 - 31 de dezembro de 2023

Descrição	12/2023	12/2022
Receita bruta	1.435.348	1.844.516
(-) Deduções da Receita Bruta	-24.291	-1.385
(-) Imp. Incidentes Sobre Receita	-268.823	-313.213
(=) Receita operacional líquida	1.142.234	1.529.918
% Imp. Incidentes Sobre Receita	-18,73%	-16,98%
(-) Custo sobre Receita	-183.238	-215.666
(=) Lucro bruto	958.996	1.314.253
%	83,96%	85,90%
(+/-) Despesas / receitas Operacionais		
Despesas comerciais	-38.723	-196.497
Despesas com pessoal (Salários/ordenados)	-84.625	-149.707
Despesas com pessoal (Benefícios)	-22.000	-24.974
Despesas com pessoal (Impostos)	-5.355	-9.131
Despesas administrativas	-67.047	-51.979
Despesas com Ocupação	-45.763	-49.201
Despesas com depreciação	-263	-263
Despesas tributárias	-3.744	-1.811
Outras despesas operacionais	-5.166	-235
(=) Tot. Desp. Operacionais	-272.686	-483.798
%	-23,87%	-31,62%
(+/-) Despesas / receitas Não Operacionais		
(=) Tot. Desp. Não Operacionais		
(=) LO antes do res. financeiro	686.310	830.455
%	60,08%	54,28%
Receita financeira	19.827	93.899
Despesa financeira	-44.564	-13.109
(=) LO antes do IR e CSLL	661.573	911.245
%	57,92%	59,56%
(-) Imposto de Renda		-22
(=) Lucro ou Prejuízo líquido	661.573	911.223
%	57,92%	59,56%
(=) Lucro ou Prejuízo líq. - PDD e AVP	661.573	911.223
%	57,92%	59,56%
Lucro líquido por ação	661.573	911.223

JONATAS TORRES VIEIRA:03809408174

Assinado de forma digital por JONATAS TORRES VIEIRA:03809408174
Dados: 2024.04.09 13:54:26 -03'00'

JONATAS TORRES VIEIRA
CPF: 038.094.081-74

MANOEL ESTEVAM DE FARIAS FILHO:69939861168

Assinado de forma digital por MANOEL ESTEVAM DE FARIAS FILHO:69939861168
Dados: 2024.04.09 13:17:32 -03'00'

MANOEL ESTEVAM DE FARIAS FILHO
CPF: 699.398.611-68
CRC: 014095/O-3

AR RP CERTIFICACAO DIGITAL EIRELI
CNPJ : 21.308.480/0001-22
Demonstração dos Fluxos de Caixa para o Período de 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2023 (Em Reais)

Descrição	**12/2023**	**12/2022**
Lucro ou Prejuízo líquido	661.574	911.223
Itens que não afetam o caixa operacional	**12/2023**	**12/2022**
Depreciação e amortização	264	264
	263	263
Aum. e dim. das contas de ativo e passivo	**12/2023**	**12/2022**
+/- Contas a Receber	52.980	-143.286
+/- Outros Créditos	-1.907.127	-117.841
+/- Impostos a Recuperar	4.373	-4.212
+/- Estoques	-6.318	919
+/- Despesas antecipadas	17.184	5.874
+/- Fornecedores	1.467	-1.170
+/- Obrigações trabalhistas	14.371	-2.145
+/- Obrigações tributárias	147.999	8.187
+/- Outras Contas a Pagar	7.604	-145.870
Caixa líquido das ativ. op.	-1.667.470	-399.540
Fluxo de caixa das ativ. de investimentos	**12/2023**	**12/2022**
Caixa líquido das ativ. de invest.		
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	**12/2023**	**12/2022**
Distribuição de lucros/ajustes anos anteriores	81.718	109.074
Caixa líquido das ativ. de financ.	81.718	109.075
+/- líquido de caixa	-923.917	621.020
Caixa no início do exercício	953.637	332.617
Caixa no final do exercício	29.720	953.637
+/- líquido de caixa	-923.917	621.020

JONATAS TORRES VIEIRA:03809408174
Assinado de forma digital por JONATAS TORRES VIEIRA:03809408174
Dados: 2024.04.26 18:06:14 -03'00'

JONATAS TORRES VIEIRA
CPF: 038.094.081-74

MANOEL ESTEVAM DE FARIAS FILHO:69939861168
Assinado de forma digital por MANOEL ESTEVAM DE FARIAS FILHO:69939861168
Dados: 2024.04.26 09:47:50 -03'00'

MANOEL ESTEVAM DE FARIAS FILHO
CPF: 699.398.611-68
CRC: 014095/O-3

AR RP Certificação Digital Ltda

Demonstrativo dos Índices Financeiros

Em reais

Quoeficientes de Liquidez		31/12/23		
Liquidez Imediata (R$) = (Representa quanto a empresa possui em caixa e equivalentes para cada real de dívidas de curto prazo, em linhas gerais, quanto maior, melhor).	Disponível + Aplicações Temporárias / Passivo Circulante	29.720 / 205.500	=	0,14
Liquidez Corrente (R$) = (Representa quanto a empresa possui em caixa, equivalentes de caixa e bens e direitos de curto prazo para cada real de dívidas de curto prazo, em linhas gerais, quanto maior, melhor).	Ativo Circulante / Passivo Circulante	2.524.591 / 205.500	=	12,29
Liquidez Seca (R$) = (Representa quanto a empresa possui em caixa, equivalentes de caixa e bens e direitos de curto prazo, exceto estoques, para cada real de dívidas de curto prazo).	Ativo Circulante - Estoques / Passivo Circulante	2.517.702 / 205.500	=	12,25
Liquidez Geral (R$) = (É quanto a empresa possui no curto e longo prazo, em caixa, equivalentes, bens e direitos, para cada real de dívidas também no curto e longo prazo).	Ativo Circulante + Realizável L. Prazo / Passivo Circulante + Exigível L. Prazo	2.524.591 / 336.715	=	7,50
Solvência Geral (R$) = (Expressa o grau de garantia que a empresa dispõe em Ativos (totais), para pagamento do total de suas dívidas).	Ativo Total / Passivo Circulante + Passivo Não Circulante	2.525.569 / 336.715	=	7,50
Quoeficientes de Endividamento				
Participação de Capital de Terceiros sobre o Patrimônio Líquido (%) (Equivale ao percentual de dividas de curto e longo prazo frente ao patrimonio liquido, via de regra, quanto menor, melhor).	Exigível Total / Patrimônio Líquido	336.715 / 2.188.854	=	15,38
Participação de Capital de Terceiros sobre os Recursos Totais (%)	Exigível Total / Exigível Total + Patrimônio Líquido	336.715 / 2.525.569	=	13,33
Participação de Dívida de Curto Prazo sobre o Endividamento Total (%) (Percentual das dívidas de curto prazo em relação à divida total).	Passivo Circulante / Exigível Total	205.500 / 336.715	=	61,03
Quoeficientes de Rentabilidade				
Giro do Ativo (%) (Esse índice apresenta o percentual da geração de receita sobre o total do	Receita Operacional Bruta / Ativo Total	1.411.057 / 2.525.569	=	55,87
Margem Líquida (%) (Percentual do resultado do período frente à receita liquida dos tributos e	Resultado Líquido / Receita Operacional Líquida	661.573 / 1.142.234	=	57,92
ROE (%) (Percentual do retorno sobre o patrimônio líquido da entidade).	Resultado Líquido / Patrimônio Líquido	661.573 / 2.188.854		30,22
Quoeficientes de Estrutura de Capital				
Nível de Imobilização (%) (Esse indice indica percentualmente quanto dos recursos próprios a empresa tem imobilizado).	Ativo Permanente / Patrimônio Líquido	- / 2.188.854	=	0,00
Quoeficientes de Realização Financeira				
Prazo Médio de Recebimento (dias) - Quanto Maior, pior	Saldo Médio de Clientes / Receita Operacional Bruta	230.503 / 1.435.348	=	57,81
Prazo Médio de Pagamento (dias) - Quanto Maior, melhor	Saldo Médio de Fornecedores / Compras	3.087 / 189.557	=	5,86
Prazo Médio de Estoques (dias) - Quanto Maior, pior	Saldo Médio de Estoque / Custos	3.730 / 131.996	=	10,17

Demontrações preparadas pelo Grupo Mapah

JONATAS TORRES VIEIRA:03809408174

Assinado de forma digital por JONATAS TORRES VIEIRA:03809408174
Dados: 2024.05.10 14:39:38 -03'00'

AR RP Certificação Digital Ltda
CNPJ: 21.308.480/0001-22
Jonatas Torres Vieira
CPF: 038.094.081-74

MANOEL ESTEVAM DE FARIAS FILHO:69939861168

Assinado de forma digital por MANOEL ESTEVAM DE FARIAS FILHO:69939861168
Dados: 2024.05.10 12:32:08 -03'00'

Manoel Estevam de Farias Filho
CRC: 014095/O-3

SITUAÇÃO DO ARQUIVO DA ESCRITURAÇÃO

Nome Empresarial: AR RP CERTIFICACAO DIGITAL EIRELI

CNPJ: 21.308.480/0001-22 **Nire:** 35600746401 **Scp:**

Período da Escrituração: 01/01/2023 a 31/12/2023

Forma de Escrituração Contábil: Livro Diário (Completo - sem escrituração Auxiliar)

Natureza do Livro: DIARIO GERAL

Identificação do arquivo(hash): CB.0D.88.17.B8.1D.8A.89.C7.22.51.AC.D1.9D.00.83.49.96.9D.B7-

Consulta Realizada em: 03/05/2024 08:40:52

Resultado da Verificação

A escrituração visualizada é a mesma que se encontra na base de dados do SPED.

Situação Atual

Escrituração com NIRE AUTENTICADA

A escrituração encontra-se na base de dados do Sped e considera-se autenticada nos termos do Decreto nº 1.800/1996, com a alteração dada pelo Decreto nº 8.683/2016. O recibo de entrega constitui a comprovação da autenticação, nos termos do art. 39-B da Lei nº 8.934/1994, sendo dispensada qualquer outra autenticação (art.39-A da Lei nº 8.934/1994).

AO,
ÓRGÃO LICITANTE

ÍNDICES CONTÁBEIS: EXERCÍCIO 2023

A empresa **AR RP CERTIFICAÇÃO DIGITAL EIRELI**, inscrita no CNPJ nº 21.308.480/0001-22, sediada à Avenida Central N 1133, Quadra 1-A Lote 12, Jardim Nova Esperança, Goiâna – GO, Cep: 74.465-100, por intermédio da sua representante legal a Sra. **NIKELY GOMES FIGUEIREDO**, portadora do RG nº 950320/SSP/TO e do CPF nº 033.159.391-28, **DECLARA,** para fins legais, sob as penas da lei, que possui os seguintes índices contábeis:

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

$$LC = \frac{2.524.591}{205.500}$$

LC = 12,29

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo}}$$

$$LG = \frac{2.524.591 + 978}{205.500 + 131.214}$$

LG = 7,50

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo}}$$

$$SG = \frac{2.525.569}{205.500 + 131.214}$$

SG = 7,50

Por ser verdade, assino a presente declaração:

Goiânia (GO), 28 de Fevereiro de 2025

Atenciosamente, Signed by: Nikely Gomes Figueiredo

nikely.figueiredo@soluti.com.br
(Brasília) 28/02/2025 17:21:06

MANOEL ESTEVAM DE FARIAS FILHO
Assinado de forma digital por MANOEL ESTEVAM DE FARIAS FILHO
Dados: 2025.02.28 15:44:48 -03'00'

Nikely Gomes Figueiredo
Procuradora

Manoel Estevam de Farias Filho
Contador
CPF: 699.398.611-68
CRC: 014095/O-3

9NI4DKVKKM5CA-KBBVA5LYNQ2XI-QOIJYLMTIPVHP

AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA
CNPJ : 21.308.480/0001-22
DMPL - Demonstração das Mutações do Patrimômio líquido

SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	Capital Social	Adto. p/ Aumento de Capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Reservas	Distribuição de Dividendos	Lucros / Prejuízos acumulados	TOTAL
	110.000,00	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**-19.000,00**	**1.354.563,78**	**1.445.563,78**
Capital Social	0,00						0,00
Adto. p/ Aumento de Capital		0,00					0,00
Ajuste de avaliação patrimonial			0,00			81.717,75	81.717,75
Reservas				0,00	0,00		0,00
Distribuição de Dividendos							0,00
Lucros / Prejuízos acumulados						661.573,00	661.573,00
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	**110.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**-19.000,00**	**2.097.854,53**	**2.188.854,53**

JONATAS TORRES VIEIRA:03809408174
Assinado de forma digital por JONATAS TORRES VIEIRA:03809408174
Dados: 2024.04.26 18:06:31 -03'00'

JONATAS TORRES VIEIRA
CPF: 038.094.081-74

MANOEL ESTEVAM DE FARIAS FILHO:69939861168
Assinado de forma digital por MANOEL ESTEVAM DE FARIAS FILHO:69939861168
Dados: 2024.04.26 09:48:06 -03'00'

MANOEL ESTEVAM DE FARIAS FILHO
CPF: 699.398.611-68

AO,
ÓRGÃO LICITANTE

ÍNDICES CONTÁBEIS: EXERCÍCIO 2023

A empresa **AR RP CERTIFICAÇÃO DIGITAL EIRELI**, inscrita no CNPJ nº 21.308.480/0001-22, sediada à Avenida Central N 1133, Quadra 1-A Lote 12, Jardim Nova Esperança, Goiâna – GO, Cep: 74.465-100, por intermédio da sua representante legal a Sra. **NIKELY GOMES FIGUEIREDO**, portadora do RG nº 950320/SSP/TO e do CPF nº 033.159.391-28, **DECLARA,** para fins legais, sob as penas da lei, que possui os seguintes índices contábeis:

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

$$LC = \frac{2.524.591}{205.500}$$

LC = 12,29

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo}}$$

$$LG = \frac{2.524.591 + 978}{205.500 + 131.214}$$

LG = 7,50

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo}}$$

$$SG = \frac{2.525.569}{205.500 + 131.214}$$

SG = 7,50

Por ser verdade, assino a presente declaração:

Goiânia (GO), 28 de Fevereiro de 2025

Atenciosamente, Signed by: Nikely Gomes Figueiredo

nikely.figueiredo@soluti.com.br
(Brasília) 28/02/2025 17:21:06

MANOEL ESTEVAM DE FARIAS FILHO
Assinado de forma digital por MANOEL ESTEVAM DE FARIAS FILHO
Dados: 2025.02.28 15:44:48 -03'00'

Nikely Gomes Figueiredo
Procuradora

Manoel Estevam de Farias Filho
Contador
CPF: 699.398.611-68
CRC: 014095/O-3

9NI4DKVKKM5CA-KBBVA5LYNQ2XI-QOIJYLMTIPVHP

Estado de Goiás
Poder Judiciário
COMARCA DE GOIÂNIA
CARTÓRIO DISTRIBUIDOR CÍVEL

12 de março de 2025
Luis Silva
Escrivão

ESTADO DE GOIÁS
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE GOIÂNIA

CARTÓRIO DISTRIBUIDOR

O Bel. **LUIS SILVA,** Distribuidor Judicial Cível do Termo e Comarca de Goiânia, Capital Estado de Goiás, na forma da lei, etc.

CERTIDÃO PARA LICITAÇÃO PÚBLICA

CERTIFICA, atendendo a requerimento da parte interessada, que revendo nesta serventia o seu banco de dados informatizado, os livros, fichas, papéis e demais assentamentos e também os sistemas e dados do Poder Judiciário Estadual, verificou dos mesmos **INEXISTIR**, em desfavor de:

Identificação:

Requerente : **AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA**

Profissão : **PESSOA JURIDICA**

CPF/CNPJ : **21.308.480/0001-22**

Domicílio : **NESTA CAPITAL**

Quaisquer distribuições de ações de **Falência e Concordata**, até a presente data, ressalvada a existência de ações cíveis de outra natureza.

CERTIFICA mais que a presente certidão abrange todas as Comarcas do Estado de Goiás.

NADA MAIS. Era tudo o que foi pedido para certificar, do que se reporta e dá fé.

Dada e passada nesta Cidade e Comarca de Goiânia, Capital do Estado de Goiás em 12 de março de 2025 **(12/03/2025).**

Cartório Distribuidor Cível
Luis Silva
Escrivão

Valor da certidão.....:55,08
Valor da Taxa Judiciária.....:19,17
Total.....:74,25
Data Receita.....:12/03/2025
Taxa Judiciária recolhida através da Guia de número: 752426215

Esta Certidão tem valor Transitório - so e valido com o nome COMPLETO do(a) Certificado(a)

Assinado digitalmente por: LUIS SILVA, ESCRIVÃO, em 12/03/2025 às 16:40:37
Para validar este documento informe o código 4000 0257 5242 6215 5000 no endereço http://cdcivel.com.br/validar-certidao

Estado de Goiás
Poder Judiciário
COMARCA DE GOIÂNIA
CARTÓRIO DISTRIBUIDOR CÍVEL

12 de março de 2025
Luis Silva
Escrivão

ESTADO DE GOIÁS
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE GOIÂNIA

CARTÓRIO DISTRIBUIDOR

O Bel. **LUIS SILVA,** Distribuidor Judicial Cível do Termo e Comarca de Goiânia, Capital Estado de Goiás, na forma da lei, etc.

CERTIDÃO PARA LICITAÇÃO PÚBLICA

CERTIFICA, atendendo a requerimento da parte interessada, que revendo nesta serventia o seu banco de dados informatizado, os livros, fichas, papéis e demais assentamentos e também os sistemas e dados do Poder Judiciário Estadual, verificou dos mesmos **INEXISTIR**, em desfavor de:

Identificação:

Requerente : **AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA**

Profissão : **PESSOA JURIDICA**

CPF/CNPJ : **21.308.480/0001-22**

Domicílio : **NESTA CAPITAL**

Quaisquer distribuições de ações de **Recuperação Judicial**, até a presente data, ressalvada a existência de ações cíveis de outra natureza.

CERTIFICA mais que a presente certidão abrange todas as Comarcas do Estado de Goiás.

NADA MAIS. Era tudo o que foi pedido para certificar, do que se reporta e dá fé.

Dada e passada nesta Cidade e Comarca de Goiânia, Capital do Estado de Goiás em 12 de março de 2025 **(12/03/2025).**

Cartório Distribuidor Cível
Luis Silva
Escrivão

Valor da certidão.....:55,08
Valor da Taxa Judiciária.....:19,17
Total.....:74,25
Data Receita.....:12/03/2025
Taxa Judiciária recolhida através da Guia de número: 752427025

Esta Certidão tem valor Transitório - so e valido com o nome COMPLETO do(a) Certificado(a)

Assinado digitalmente por: LUIS SILVA, ESCRIVÃO, em 12/03/2025 às 16:41:16
Para validar este documento informe o código 4000 0257 5242 7025 9486 no endereço http://cdcivel.com.br/validar-certidao

AO,

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS

REFERENTE:
Pregão Eletrônico: 94001/2025
Processo: SEI n.º 2024.019531
Modalidade: MENOR PREÇO
Data da negociação: 13/03/2025 às 10:30h
ID: 34032537389

DECLARAÇÕES UNIFICADAS

AR RP CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA, com sede na AV. Central, nº 1133, Qd. 1-A, Lt. 12, Jardim Nova Esperança, Goiânia-GO, CEP: 74.465-100, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.308.480/0001-22, vem, por intermédio de seu representante legal, a **Sra. NIKELY GOMES FIGUEIREDO**, portadora do RG nº 950320 – SSP-GO e do CPF nº 033.159.391-28, **DECLARA**, que:

a) Cumpro plenamente os requisitos de requisitos de habilitação, ciente de que respondo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

b) Em atenção **item 5.6.** e **art. 14.º e seus incisos da Lei n.º 14.133/2021**, não está impedido de participar direta ou indiretamente desta licitação, e ainda, que não possuo sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas e de sua CPL;

c) Que recebi o edital e todos os documentos que o integram, dispondo de todos os elementos e informações necessários à elaboração da proposta de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação;

d) Que os documentos e declarações apresentados são fiéis e verdadeiros;

e) Que, caso seja vencedor do certame e não cadastrado no SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA ECONTABILIDADE da SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ-AM, encaminhará a CONTRATANTE os documentos necessários para efetuar o referido cadastramento no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da adjudicação, sob pena de perder o direito de preferência à contratação em favor dos demais licitantes subsequentes, sem prejuízo da possibilidade de responder a procedimento administrativo de responsabilização (PAR) por eventual retardamento da licitação;

f) Que o preço inclui além do lucro, todos os custos e despesas, com tributos incidentes e encargos devidos, materiais, serviços, transporte, a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, bem como quaisquer outras despesas diretas e indiretas incidentes na prestação de serviços;

Goiânia, 08 de abril de 2.025

Atenciosamente,

21.308.480/0001-22
AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA
AV CENTRAL, nº 1133 – QD.1-A Lt. 12 - JD NOVA ESPERANCA CEP 74.465-100 GOIÂNIA/GO

Nikely Gomes Figueiredo
Procuradora

AO,

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS

REFERENTE:
Pregão Eletrônico: 94001/2025
Processo: SEI n.º 2024.019531
Modalidade: MENOR PREÇO
Data da negociação: 13/03/2025 às 10:30h
ID: 34032537389

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO

AR RP CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA, com sede na AV. Central, nº 1133, Qd. 1-A, Lt. 12, Jardim Nova Esperança, Goiânia-GO, CEP: 74.465-100, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.308.480/0001-22, vem, por intermédio de seu representante legal, a **Sra. NIKELY GOMES FIGUEIREDO**, portadora do RG nº 950320 – SSP-GO e do CPF nº 033.159.391-28, **DECLARA**, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

( ) MICROEMPRESA, conforme inciso I do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006.
(X) EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme inciso II do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006.
( ) COOPERATIVA, receita bruta até o limite de 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), gozarão dos benefícios previstos nos art. 42 à 45 da Lei Complementar nº 123/2006;

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006.

Goiânia, 08 de abril de 2.025

Atenciosamente,

21.308.480/0001-22
AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA
AV CENTRAL, nº 1133 – QD.1-A Lt. 12 - JD NOVA ESPERANCA CEP 74.465-100 GOIÂNIA/GO

Nikely Gomes Figueiredo
Procuradora

TRT-16ª REGIÃO
Coord. de Tecnologia da Informação e Comunicações

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Declaramos que a empresa **AR RP CERTIFICAÇÃO DIGITAL EIRELI, CNPJ n° 21.308.480/0001-22**, estabelecida **Rua Marechal Rondon, 401, sala 03 – Jardim América – Ribeirão Preto – SP – CEP: 14.020-220**, presta serviço de validação, emissão e gravação de certificado digital por meio do Contrato TRT16 Nº 24/2021, assinado em 03 de dezembro de 2021, emitindo até 31 de março de 2022, os seguintes quantitativos e produtos:

Qtde.	PRODUTOS/SERVIÇOS
151	CERT-JUS INSTITUCIONAL A3
1	CERTIFICADO PJ A1
1	CERTIFICADO PJ A3 3 ANOS
1	SSL INT OV WILDCARD
1	VISITA TECNICA LOCAL À SEDE DO TRIBUNAL REIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO

Com relação aos serviços/produtos prestados/entregues, os profissionais da empresa **AR RP CERTIFICAÇÃO DIGITAL EIRELI** apresentaram excelente nível técnico e de capacitação para realizar trabalhos desta natureza.

Declaramos ainda, que os compromissos assumidos foram cumpridos satisfatoriamente, atendidos os prazos determinados em contrato, nada constando em nossos registros, até a presente data, que a desabone comercialmente ou tecnicamente.

O Contrato está disponível para download no endereço: https://www.trt16.jus.br/transparencia/contas-publicas/contratos-e-aditivos.

É vedado o uso para fins de propaganda.

São Luís- MA, datado e assinado digitalmente.

TRT-16ª REGIÃO Maranhão
Assinado de forma digital por RAFAEL ROBINSON DE SOUSA NETO:308161473
Dados: 2022.04.11 08:51:57 -03'00'

RAFAEL ROBINSON DE SOUSA NETO
Gestor do Contrato
Portaria GP Nº 419/2021
98 2109 9566
rafaelrneto@trt16.jus.br

TRT-16ª REGIÃO Maranhão
Assinado de forma digital por STANLEY ARAUJO DE SOUSA:308161860
Dados: 2022.04.11 08:49:08 -03'00'

STANLEY ARAUJO DE SOUSA
Fiscal do Contrato
Portaria GP Nº 419/2021
982109 9566
stanley.sousa@trt16.jus.br

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**21.308.480/0001-22**	DUNS®:	**937025718**
Razão Social:	**AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA**		
Nome Fantasia:	**AR RP CERTIFICACAO DIGITAL**		
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**09/02/2026**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Empresa de Pequeno**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Nada Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN		Validade:	**23/07/2025**	**Automática**
FGTS		Validade:	**14/04/2025**	**Automática**
Trabalhista	**(http://www.tst.jus.br/certidao)**	Validade:	**20/09/2025**	**Automática**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**24/04/2025**
Receita Municipal	Validade:	**21/06/2025**

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **31/05/2025**

CPF: 033.XXX.XXX-28 Nome: IURY FECHINE RAMOS

Ass: _____

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 09/04/2025 16:40:10

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA**
CNPJ: **21.308.480/0001-22**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

TERMO DE JULGAMENTO

UASG 925849 - PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA - AM

PREGÃO 94001/2025

Fundamentação legal:	Lei 14.133/2021	Característica:	SRP - Registro de Preço
Critério de julgamento:	Menor Preço / Maior Desconto	Modo de disputa:	Aberto
Compra emergencial:	Não	UF da UASG:	AM
Objeto da compra:	Registro de preços para futura e eventual aquisição de serviço de emissão e renovação de certificados digitais padrão ICP-Brasil e fornecimento de token criptográficos USB, objetivando atender às necessidades de utilização da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, pelo período de 12 (doze) meses.		
Entrega de propostas:	De 25/02/2025 às 08:00 até 13/03/2025 às 10:00		
Abertura da sessão pública:	Dia 13/03/2025 às 10:00 (horário de Brasília)		

Mensagens do chat da compra

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	13/03/2025 às 10:00:04	A sessão pública está aberta. Até 6 itens poderão estar em disputa simultaneamente e o período de abertura para disputa será entre 10:00 e 17:59. Haverá aviso prévio de abertura dos itens de 10 minutos. Mantenham-se conectados.
Sistema	13/03/2025 às 10:01:43	Bom dia, senhores licitantes. Estamos iniciando a sessão pública do pregão eletrônico n.ª 94001/2025, promovido pelo Ministério Público do Estado do Amazonas/Procuradoria-Geral de Justiça do Amazonas.
Sistema	13/03/2025 às 10:01:52	Antes de iniciar a fase competitiva, peço a atenção de todos para alguns breves avisos a respeito da presente licitação.
Sistema	13/03/2025 às 10:02:46	O pregão eletrônico n.ª 94001/2025 tem por objeto Registro de preços para futura e eventual aquisição de serviço de emissão e renovação de certificados digitais padrão ICP-Brasil e fornecimento de token criptográficos USB, objetivando atender às necessidades de utilização da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, pelo período de 12 (doze) meses.
Sistema	13/03/2025 às 10:04:37	A licitação será pelo menor preço por GLOBAL
Sistema	13/03/2025 às 10:04:49	É importante deixar claro que são de responsabilidade do licitante todas as transações efetuadas em seu nome, especialmente o cadastramento de proposta e o oferecimento de lances, ainda que o acesso ao sistema seja realizado por terceiros.
Sistema	13/03/2025 às 10:05:00	Na presente licitação, será adotado o modo de disputa ABERTO.
Sistema	13/03/2025 às 10:06:18	O envio de lances, sejam eles intermediários ou destinados a cobrir a melhor oferta, devem respeitar o intervalo mínimo de R$ 0,05 (cincocentavos) de modo que as ofertas em desacordo com este critério não serão processadas pelo sistema.
Sistema	13/03/2025 às 10:07:24	A exclusão de lance pelo pregoeiro durante a fase competitiva é medida excepcional e somente será promovida quando houver fortes indícios de inexequibilidade do preço.
Sistema	13/03/2025 às 10:07:53	As eventuais suspensões da sessão pública serão comunicadas pelo pregoeiro no sistema (chat), com indicação da data e horário para a sua retomada, assegurando a todos condições de acompanhar os atos praticados durante a licitação.
Sistema	13/03/2025 às 10:08:09	Prezados, compatibilizados as especificações e os valores iniciais, informo que em breve será iniciada a fase de disputa.

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	13/03/2025 às 10:08:30	Alerto para os cuidados necessários quanto à exequibilidade de suas propostas. Ademais, observem a logística de envio dos produtos e/ou execução dos serviços para o Estado do Amazonas!
Sistema	13/03/2025 às 10:08:42	Quanto aos lances, relembro que estes podem ser inferiores ao próprio lance, no intuito de permanecer em melhor posição na ordem de classificação.
Sistema	13/03/2025 às 10:10:08	Senhores licitantes, destaco que, ainda que seus lances não sejam o de menor valor, é importante participar, reduzindo os valores de seus lances, a fim de ficarem melhor classificados para o caso de desclassificação do lance vencedor.
Sistema	13/03/2025 às 10:58:21	Prezados, Relembro aos participantes que todos os licitantes, que apresentarem valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, deverão apresentar planilha que comprove a exequibilidade da sua oferta.
Sistema	13/03/2025 às 11:00:21	A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Para acompanhá-la acesse a opção "Seleção de fornecedores" na linha do tempo.
Sistema	13/03/2025 às 11:23:21	Prezados, em complemento à mensagem anterior acerca de comprovação de exequibilidade de lances, transcrevo o subitem 10.4 do Edital do presente certame:
Sistema	13/03/2025 às 11:23:29	10.4. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração. 10.4.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove: 10.4.1 1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e 10.4.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da ofer
Sistema	13/03/2025 às 11:25:26	Informo a todos que disponibilizei o QUADRO-RESUMO DO PROCESSO DE COMPRA do presente certame no portal do MP/AM. Para consulta, utilizar o link a seguir: https://www.mpam.mp.br/images/licitacoes/Pregao/QUADRO-RESUMO_DO_PROCESSO_DE_COMPRA_N%C2%BA_332.2024.SCOMS.1437698.2024.019531_f2b1c.pdf
Sistema	13/03/2025 às 11:33:32	O licitante melhor classificado será convocado, nos termos do subitem 9.1. do instrumento convocatório, a enviar sua proposta, conforme modelo do Anexo V junto ao sistema Compras.gov.br, no prazo máximo de 02 (duas) horas. A proposta já deve estar adequada ao último lance ofertado, acompanhada dos documentos complementares.
Sistema	13/03/2025 às 15:30:43	Prezados, considerando a concessão de prazo para diligências a serem realizadas pelo licitante 56.150.801/0001-98, INFORMO que retomaremos os trabalhos no dia 14/03/2025 (sexta-feira), a partir das 15:35h (horário de Brasília).
Sistema	14/03/2025 às 15:49:05	Prezados, boa tarde. Retomamos neste momento os trabalhos do presente certame
Sistema	14/03/2025 às 16:38:23	Prezados, considerando o avançar da hora, declaro SUSPENSA a presente sessão, sem prejuízo do prazo concedido à fornecedora para envio de proposta ajustada.
Sistema	14/03/2025 às 16:39:14	INFORMO que retomaremos os trabalhos do presente certame no dia 17/03/2025 às 10h (Horário de Brasília).
Sistema	17/03/2025 às 10:00:15	Prezados, bom dia!
Sistema	17/03/2025 às 10:00:29	Retomamos nesse instante os trabalhos do presente certame
Sistema	17/03/2025 às 12:32:35	Prezados, em atenção ao princípio da isonomia, decido por conceder 24h de prazo ao Fornecedor TECH MINAS DIGITAL LTDA, CNPJ 34.158.836/0001-30, a fim de que apresente planilha de precificação e documento de cotação junto ao seu fornecedor, para fins de comprovação da exequibilidade da sua oferta.
Sistema	17/03/2025 às 12:34:20	Pois, de igual modo, foi fornecido prazo de 24h para o fornecedor FRANCINEIDE GOMES SANTOS PAMPONET LTDA -56.150.801/0001-98.

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	17/03/2025 às 12:36:33	Atenção! As 24horas serão complementares, portanto, as duas horas ja fornecidas serão contabilizadas no cômputo total.
Sistema	17/03/2025 às 12:39:00	INFORMO que retomaremos os trabalhos do presente certame no dia 18/03/2025 às 10:07h (Horário de Brasília).
Sistema	18/03/2025 às 10:07:28	Prezados, bom dia!
Sistema	18/03/2025 às 10:07:35	Retomamos nesse instante os trabalhos do presente certame.
Sistema	18/03/2025 às 10:13:33	Atenção aos subitens do Edital do presente certame que tratam da comprovação da exequibilidade dos lances:
Sistema	18/03/2025 às 10:13:35	10.3. Será desclassificada a proposta ou lance vencedor que, ressalvado o disposto no subitem 10.8. deste Edital: (...) 10.3.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
Sistema	18/03/2025 às 11:19:26	Considerando que o fornecedor TECH MINAS DIGITAL LTDA MG - 34.158.836/0001-30 não apresentou comprovação da exequibilidade de sua proposta, procedi a sua DESCLASSIFICAÇÃO, conforme subitem 10.3 do Edital.
Sistema	18/03/2025 às 11:26:06	Portanto, dando continuidade ao certame, informo que há EMPATE FICTO entre os fornecedores DIGITAL LOCK SERVICO DE CERTIFICACAO 24.448.443/0001-08 e CARLOS VINICIUS DA SILVA - 57.983.065/0001-11 .
Sistema	18/03/2025 às 11:26:50	Iniciarei a convocação a do fornecedor CARLOS VINICIUS DA SILVA - 57.983.065/0001-11
Sistema	18/03/2025 às 11:47:07	Prezados, considerando que o fornecedor CARLOS VINICIUS DA SILVA SANTOS, CPF/CNPJ 57.983.065/0001-11 não enviou novo lance para desempate ficto, convocarei o fornecedor DIGITAL LOCK SERVIÇO DE CERTIFICAÇÃO - 24.448.443/0001-08.
Sistema	19/03/2025 às 12:13:23	Prezados, bom dia.
Sistema	19/03/2025 às 12:13:34	Confirmo o recebimento dos documentos enviados pelo fornecedor DIGITAL LOCK SERVICO DE CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 24.448.443/0001-08. Serão detidamente analisados.
Sistema	19/03/2025 às 13:02:38	Prezados, informo que foi aprovada a exequibilidade do lance do fornecedor DIGITAL LOCK SERVICO DE CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 24.448.443/0001-08,
Sistema	19/03/2025 às 13:05:40	Nesse momento, encaminharei a Proposta do fornecedor DIGITAL LOCK SERVICO DE CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 24.448.443/0001-08, ao setor técnico (Diretoria de Tecnologia da Informação) para análise do descritivo dos itens ofertados em comparação ao Edital do Certame.
Sistema	19/03/2025 às 13:08:18	Tão logo haja um retorno do setor técnico, informarei a todos através do chat, a fim de prosseguirmos com o andamento do certame.
Sistema	19/03/2025 às 16:12:04	Prezados, informo a todos que, devido a necessidade de aguardar manifestação do setor técnico, encerramos por hoje os trabalhos do presente certame.
Sistema	19/03/2025 às 16:13:44	Retomaremos os trabalhos amanhã, dia 20/03/2025 (quinta-feira) às 15h (horário de Brasília).
Sistema	19/03/2025 às 16:13:59	Até mais
Sistema	20/03/2025 às 15:00:37	Prezados, boa tarde!
Sistema	20/03/2025 às 15:01:10	Retomamos nesse momento os trabalhos do presente certame, conforme agendamento prévio.
Sistema	20/03/2025 às 15:03:30	Obtivemos contato com o setor técnico (Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação), demandante do presente pregão eletrônico, acerca da proposta do fornecedor DIGITAL LOCK SERVICO DE CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 24.448.443/0001-08,
Sistema	20/03/2025 às 15:05:29	Foi verificado pelo setor técnico que a proposta do fornecedor DIGITAL LOCK SERVICO DE CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 24.448.443/0001-08, NÃO contém marca/modelo para os itens ofertados, impossibilitando análise técnica de sua proposta.

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	20/03/2025 às 15:07:51	Portanto, nos termos do subitem 10.9 do Edital do presente certame, concederei duas horas ao fornecedor DIGITAL LOCK SERVICO DE CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 24.448.443/0001-08, a fim de que apresente PROPOSTA CORRIGIDA.
Sistema	20/03/2025 às 15:08:08	10.9. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo máximo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.
Sistema	20/03/2025 às 15:09:06	10.9.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico (...) sob pena de não aceitação da proposta.
Sistema	20/03/2025 às 17:05:43	Prezados, confirmo recebimento da proposta corrigida encaminhada pelo fornecedor DIGITAL LOCK SERVICO DE CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 24.448.443/0001-08.
Sistema	20/03/2025 às 17:06:36	O documento será encaminhado para o setor técnico (Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação), para realização de análise técnica.
Sistema	20/03/2025 às 17:08:57	Portanto, encerraremos os trabalhos do certame por hoje.
Sistema	20/03/2025 às 17:09:26	Solicito a atenção de todos para a data de retorno.
Sistema	20/03/2025 às 17:09:46	Em atenção ao prazo solicitado pelo setor técnico, INFORMO que retomaremos os trabalhos do presente certame no dia 25/03/2025 às 15h (horário de Brasília-DF)
Sistema	20/03/2025 às 17:10:01	Até mais!
Sistema	25/03/2025 às 15:06:04	Prezados, boa tarde!
Sistema	25/03/2025 às 15:09:04	INFORMO que, até o presente momento, não houve resposta do setor técnico.
Sistema	25/03/2025 às 15:09:27	Solicito a atenção de todos para a data de retorno.
Sistema	25/03/2025 às 15:10:22	Retomaremos os trabalhos do presente certame no dia 27/03/2025 (quinta-feira) às 10h (horário de Brasília-DF)
Sistema	25/03/2025 às 15:10:34	Agradeço a compreensão de todos.
Sistema	25/03/2025 às 15:10:41	Até mais.
Sistema	27/03/2025 às 10:18:32	Senhores Licitantes, bom dia.
Sistema	27/03/2025 às 10:21:05	Informo que, por questões internas, não será possível continuar os trabalhos no dia de hoje.
Sistema	27/03/2025 às 10:22:15	Assim, solicito a compreensão de todos para, suspender os trabalhos para retornar à sessão amanhã, sexta-feira (28/03/2025), a partir das 10h (horário Brasília).
Sistema	27/03/2025 às 10:22:33	Aguardo a todos no dia e hora aqui agendados.
Sistema	27/03/2025 às 10:22:58	Agradeço a compreensão e atenção de todos. Bom dia.
Sistema	28/03/2025 às 10:30:48	Prezados Licitantes, bom dia.
Sistema	28/03/2025 às 10:35:05	Senhores, encaminhada a proposta da licitante DIGITAL LOCK SERVIÇO DE CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA. ao setor técnico para análise, o referido setor manifestou-se através do PARECER Nª 50.2025.DTIC.1578223.2024.019531 da seguinte forma:
Sistema	28/03/2025 às 10:41:03	Item 1 - EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL PARA PESSOA FÍSICA DO TIPO A3 (e-CPF) - Solicito diligências, uma vez que: a) a empresa não indicou o(s) local(is) de atendimento presencial na cidade de Manaus, conforme item 2.4 do termo de referência anexo ao edital. b) necessário a demonstração da plataforma do sistema de agendamento e gerenciamento de emissões dos certificados, conforme item 2.6 do mesmo termo de referência retromencionado.
Sistema	28/03/2025 às 10:41:47	Item 2 - EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL PARA PESSOA JURÍDICA TIPO A3 (e-CNPJ) - Atende.

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	28/03/2025 às 10:42:20	Item 3 - EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL SSL WILDCARD PARA SISTEMAS WEB - Ao clicar no link aparecem diversos certificados SSL, e a licitante não especificou qual dos certificados SSL foi ofertado. Solicito diligências, uma vez que a empresa não indicou qual dos certificados SSL WILDCARD foi ofertado para atender ao item .
Sistema	28/03/2025 às 10:42:45	Item 4 - EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL PARA PESSOA JURÍDICA TIPO A1 (e-CNPJ), NO PADRÃO ICP-BRASIL. - Atende.
Sistema	28/03/2025 às 10:43:05	Item 5 - VISITA EXTERNA PARA VALIDAÇÃO E EMISSÃO DE CERTIFICADOS DIGITAIS - Atende.
Sistema	28/03/2025 às 10:43:34	Item 6 - FORNECIMENTO DE MÍDIA CRIPTOGRÁFICA TIPO TOKEN USB - Atende.
Sistema	28/03/2025 às 10:58:10	Por fim, conclui: Diante do exposto, a área técnica OPINA pela necessidade de realizar diligências para os itens apontados na coluna "PARECER" . É o parecer. Manaus, 26 de março de 2025.
Sistema	28/03/2025 às 11:01:09	Informo que o PARECER Nª 50.2025.DTIC.1578223.2024.019531 encontra-se disponível no Portal do MP/AM, disponível a todos os interessados, no seguinte endereço:
Sistema	28/03/2025 às 11:01:21	https://www.mpam.mp.br/servicos/licitacoes/licitacoes-em-andamento/47-licitacoes/pregao-eletronico-em-andamento/18013-pe-94001-2025-cpl-mp-pgj-srp-aquisicao-de-certificados-digitais
Sistema	28/03/2025 às 11:11:37	Assim, informo que o licitante DIGITAL LOCK SERVIÇO DE CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA. será novamente convocado para, no prazo estabelecido no subitem 9.1 do Edital, encaminhar a proposta corrigida dos itens apontados no PARECER Nª 50.2025.DTIC.
Sistema	28/03/2025 às 11:21:00	Solicito atenção ao interessado.
Sistema	28/03/2025 às 14:36:40	Prezados, recebidos os documentos, informo que será novamente encaminhado ao setor técnico para análise.
Sistema	28/03/2025 às 14:38:34	Assim, encerraremos os trabalhos por hoje, retornando na segunda-feira (31/03/2025), a partir das 14h (horário Brasília).
Sistema	28/03/2025 às 14:42:23	Agradeço a atenção. Uma boa tarde e um excelente fim de semana a todos.
Sistema	31/03/2025 às 14:15:04	Prezados, boa tarde
Sistema	31/03/2025 às 14:17:23	Considerando que o setor técnico ainda não apresentou sua manifestação acerca da resposta à diligência do fornecedor DIGITAL LOCK SERVICO DE CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 24.448.443/0001-08;
Sistema	31/03/2025 às 14:19:29	INFORMO que retomaremos os trabalhos do presente certame no dia 02/04/2025 às 10h (Horário de Brasília)
Sistema	31/03/2025 às 14:19:38	Agradeço a compreensão e atenção de todos.
Sistema	02/04/2025 às 10:00:47	Prezados, bom dia
Sistema	02/04/2025 às 10:01:07	Retomamos nesse momento o andamento do presente certame Pregão Eletrônico N 94001/2025 (SRP)
Sistema	02/04/2025 às 10:01:31	Solicito a atenção de todos.
Sistema	02/04/2025 às 10:05:13	Senhores, reencaminhada a proposta da licitante DIGITAL LOCK SERVIÇO DE CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA. ao setor técnico para análise, o referido setor manifestou-se através do PARECER_Nª_52.2025.DTIC.1587758.2024.019531 da seguinte forma:
Sistema	02/04/2025 às 10:08:00	ITEM 01 - EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL PARA PESSOA FÍSICA DO TIPO A3 (e-CPF) - Não atende. a) endereço não encontrato. O CEP 69099244 corresponde à Cidade de Deus, e o endereço corresponde a uma residência, e não a um endereço comercial, o que pode ser verificado no link https://acesse.one/fUfKX.

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	02/04/2025 às 10:08:10	b) Não foi possível verificar a plataforma de modo que se assegure que ela tenha as funcionalidades de agendamento e gerenciamento de emissões dos certificado, permitindo que a CONTRATANTE possa agendar o atendimento para emissão e gravação de certificado em dia e hora disponíveis, alocar/desalocar vouchers a beneficiários do certificado informando no mínimo o nome completo e CPF. Tão puco foi possível identificar a funcionalidade de emissão de r
Sistema	02/04/2025 às 10:08:28	Item 2 - Atende.
Sistema	02/04/2025 às 10:09:03	Item 3 - EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL SSL WILDCARD PARA SISTEMAS WEB - Não atende. O certificado SOLUTI SSL DV GLOBALSIGN não atende aos requisitos especificados no termo de referência, conforme esclarecido no Parecer Nª 43.2025.DTIC.1566926.2024.019531.
Sistema	02/04/2025 às 10:09:21	Item 4 - EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL PARA PESSOA JURÍDICA TIPO A1 (e-CNPJ), NO PADRÃO ICP-BRASIL. - Atende.
Sistema	02/04/2025 às 10:09:28	Item 5 - VISITA EXTERNA PARA VALIDAÇÃO E EMISSÃO DE CERTIFICADOS DIGITAIS - Atende.
Sistema	02/04/2025 às 10:09:39	Item 6 - FORNECIMENTO DE MÍDIA CRIPTOGRÁFICA TIPO TOKEN USB - Atende.
Sistema	02/04/2025 às 10:10:11	Informo que o PARECER Nª PARECER_Nª_52.2025.DTIC.1587758.2024.019531 encontra-se disponível no Portal do MP/AM, disponível a todos os interessados, no seguinte endereço:
Sistema	02/04/2025 às 10:10:16	https://www.mpam.mp.br/images/licitacoes/PARECER_N%C2%BA_52.2025.DTIC.1587758.2024.019531_6132b.pdf
Sistema	02/04/2025 às 10:11:39	Considerando a análise do setor técnico, procedo ao julgamento da proposta da licitante DIGITAL LOCK SERVIÇO DE CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA.
Sistema	02/04/2025 às 10:15:00	Considerando que o presente certame tem como critério de julgamento o menor preço GLOBAL;
Sistema	02/04/2025 às 10:16:28	Considerando que os itens 01 e 03 da proposta da licitante DIGITAL LOCK SERVIÇO DE CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA não atendem as especificações técnicas contidas no Edital e seus anexos.
Sistema	02/04/2025 às 10:17:07	Nos termos do subitem 10.3.2. do Edital do presente certame, DECIDO desclassificar a proposta, visto que não obedece as especificações técnicas contidas no Edital e seus anexos.
Sistema	02/04/2025 às 10:18:01	Portanto, vou desclassificar a proposta da empresa DIGITAL LOCK SERVIÇO DE CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA no sistema.
Sistema	02/04/2025 às 12:33:43	Prezados, considerando que o fornecedor 57.983.065 CARLOS VINICIUS DA SILVA SANTOS, CNPJ 57.983.065/0001-11, não enviou proposta ajustada, procederei a convocação do próximo licitante.
Sistema	03/04/2025 às 15:02:16	Prezados, boa tarde!
Sistema	03/04/2025 às 15:03:08	Encerrado o prazo de 24 horas, para diligências, concedido ao fornecedor AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 21.308.480/0001-22.
Sistema	03/04/2025 às 15:04:37	Confirmo o recebimento da proposta ajustada do fornecedor AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 21.308.480/0001-22 e sua planilha de composição de custos para fins de comprovação de exequibilidade de oferta.
Sistema	03/04/2025 às 15:08:51	Iniciarei nesse momento a análise da exequibilidade da proposta do fornecedor AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 21.308.480/0001-22
Sistema	03/04/2025 às 15:09:38	SUSPENDO por hoje os trabalhos do presente certame.
Sistema	03/04/2025 às 15:11:15	INFORMO que retomaremos os trabalhos do presente certame (Pregão Eletrônico N 94001/2025 (SRP) no dia 04/04/2025 às 12h (Horário de Brasília).
Sistema	03/04/2025 às 15:11:29	Até mais

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	04/04/2025 às 12:04:31	Prezados, bom dia.
Sistema	04/04/2025 às 12:05:05	Nesse instante, retomamos os trabalhos do presente certame, conforme agendamento na data de ontem.
Sistema	04/04/2025 às 12:06:03	Acerca da proposta ajustada enviada pelo fornecedor AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 21.308.480/0001-22, informo que foram encontradas algumas pendências.
Sistema	04/04/2025 às 12:07:06	As pendências serão detalhadas aqui e será concedido um prazo de duas horas ao fornecedor. Portanto, solicito a atenção de todos.
Sistema	04/04/2025 às 12:09:53	Pendências da proposta do fornecedor AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 21.308.480/0001-22:
Sistema	04/04/2025 às 12:14:13	1. Não foi enviado catálogo dos itens ou link para consulta pelo setor técnico;
Sistema	04/04/2025 às 12:14:32	2. A garantia para item 01 deve ser de 36 meses, conforme subitem do 4.1.1 do Edital;
Sistema	04/04/2025 às 12:14:46	3. A contratada não indicou um posto de atendimento para emissão de certificados digitais presenciais na cidade de Manaus-AM;
Sistema	04/04/2025 às 12:16:31	4. A contratada não demonstrou qual plataforma de sistema utilizará para agendamento e gerenciamento de emissões dos certificados contratados, conforme determina o subitem 2.6 do Edital.
Sistema	04/04/2025 às 12:17:08	Assim, concederei um prazo de duas horas ao fornecedor AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 21.308.480/0001-22, para ajustar sua proposta.
Sistema	04/04/2025 às 12:23:11	9.1. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo máximo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
Sistema	04/04/2025 às 12:23:28	9.2 k) Quando solicitada pelo Pregoeiro, documentação técnica (manuais, catálogos ou prospectos), com as características detalhadas (marca, modelo, cor, tipo de material e medidas) e imagens ilustrativas dos produtos propostos, que possibilitem a completa averiguação de conformidade com as especificações, visando facilitar a avaliação a ser realizada por técnicos deste Órgão.
Sistema	04/04/2025 às 12:24:23	4. DA GARANTIA 4.1 Itens 1 e 2 – Certificados de pessoa física (e-CPF A3) e pessoa jurídica (e-CNPJ A3). 4.1.1 A CONTRATADA deverá prover garantia de correção e atualização motivadas por falhas técnicas e mudanças originadas de diretrizes oriundas da ICP-Brasil, pelo período mínimo de 36 (trinta e seis) meses para o certificado do tipo A3, contados a partir da data de emissão do certificado;
Sistema	04/04/2025 às 12:24:39	2.4 A CONTRATADA deverá possuir no mínimo um posto de atendimento para emissão de certificados digitais presenciais na cidade de Manaus-AM, durante toda a vigência da ata de registro de preços.
Sistema	04/04/2025 às 12:25:17	2.6 A CONTRATADA deverá disponibilizar à CONTRATANTE uma plataforma de sistema para agendamento e gerenciamento de emissões dos certificados contratados (...)
Sistema	04/04/2025 às 12:25:35	Fico no aguardo.
Sistema	04/04/2025 às 15:05:48	Prezados, boa tarde.
Sistema	04/04/2025 às 15:06:05	Confirmo o recebimento da proposta ajustada do fornecedor AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 21.308.480/0001-22.
Sistema	04/04/2025 às 15:06:35	INFORMO que encaminharei a proposta para análise do setor técnico.
Sistema	04/04/2025 às 15:23:25	Desta forma, informo que RETOMAREMOS os trabalhos do certame no dia 08/04/2025 (terça-feira) às 11h horário de Brasíla.
Sistema	04/04/2025 às 15:23:37	Até mais.

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	08/04/2025 às 11:04:27	Prezados, bom dia
Sistema	08/04/2025 às 11:06:04	Nesse instante, retomamos os trabalhos do presente certame, conforme agendamento prévio.
Sistema	08/04/2025 às 11:06:39	Acerca da proposta ajustada enviada pelo fornecedor AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 21.308.480/0001-22, informo que foi submetida ao setor técnico.
Sistema	08/04/2025 às 11:10:38	O setor técnico manifestou-se através do PARECER_Nª 54.2025.DTIC.1593095.2024.019531 da seguinte forma:
Sistema	08/04/2025 às 11:11:46	ITEM 01 - EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL PARA PESSOA FÍSICA DO TIPO A3 (e-CPF) - Atende.
Sistema	08/04/2025 às 11:12:17	ITEM 02 - EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL PARA PESSOA JURÍDICA TIPO A3 (e-CNPJ): Atende.
Sistema	08/04/2025 às 11:12:41	Item 3 - EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL SSL WILDCARD PARA SISTEMAS WEB - Atende.
Sistema	08/04/2025 às 11:13:44	Item 04 - EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL PARA PESSOA JURÍDICA TIPO A1 (e-CNPJ), NO PADRÃO ICP-BRASIL. - Necessário diligências. O endereço informado está com aparente ERRO DE DIGITAÇÃO. Pelo site da SOLUTI, o correto seria ter ofertado o certificado do link https://www.soluti.com.br/produtos/e-cnpj-a1-arquivo/?sku=20436.
Sistema	08/04/2025 às 11:13:58	Item 5 - VISITA EXTERNA PARA VALIDAÇÃO E EMISSÃO DE CERTIFICADOS DIGITAIS - Atende.
Sistema	08/04/2025 às 11:14:11	Item 06 - FORNECIMENTO DE MÍDIA CRIPTOGRÁFICA TIPO TOKEN USB - Atende.
Sistema	08/04/2025 às 11:18:27	Ante o exposto, considerando que, aparentemente, houve apenas um erro de digitação do link do produto oferecido para o item 04,
Sistema	08/04/2025 às 11:19:23	CONCEDEREI um prazo de duas horas ao fornecedor AR RP CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA., CNPJ n.ª 21.308.480/0001-22, a fim de que faça os ajustes necessários em sua proposta, sob pena de desclassificação em caso de não atendimento.
Sistema	08/04/2025 às 11:20:37	O inteiro teor do PARECER Nª 54.2025.DTIC.1593095.2024.019531 está disponível no portal www.https://www.mpam.mp.br e pode ser acessado através do link:
Sistema	08/04/2025 às 11:20:53	https://www.mpam.mp.br/images/PARECER_N%C2%BA_54.2025.DTIC.1593095.2024.019531_8c4e1.pdf
Sistema	08/04/2025 às 12:15:36	Prezados, informo que, com apoio do setor técnico (DTIC), a proposta do fornecedor AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 21.308.480/0001-22 pode ser considerada de acordo com os requisitos técnicos estabelecidos no edital do presente certame.
Sistema	08/04/2025 às 12:16:38	Por conseguinte, deve ser decidida a comprovação da exequibilidade da proposta do fornecedor AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 21.308.480/0001-22.
Sistema	08/04/2025 às 12:18:22	Em análise dos documentos de comprovação de exequibilidade, enviados pelo fornecedor AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 21.308.480/0001-22, foram verificadas pendências de informações.
Sistema	08/04/2025 às 12:21:26	É essencial que a planilha de composição de custos seja apresentada de forma INDIVIDUALIZADA PARA CADA ITEM do Edital.
Sistema	08/04/2025 às 12:23:05	Desta forma, CONCEDEREI um prazo de duas horas ao fornecedor AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 21.308.480/0001-22, a fim de que apresente comprovação ajustada de exequibilidade de sua proposta.
Sistema	08/04/2025 às 14:50:41	Prezados, informo a todos que foi realizada análise dos documentos de comprovação de exequibilidade de proposta do fornecedor AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 21.308.480/0001-22.
Sistema	08/04/2025 às 14:56:53	Considerando que, após solicitação de diligências deste pregoeiro, a fim de se demonstrar a exequibilidade do lance do fornecedor AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 21.308.480/0001-22.

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	08/04/2025 às 14:58:21	Considerando que o fornecedor AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 21.308.480/0001-22 apresentou documentação informando detalhadamente, item por item, os custos com despesas administrativas, mão de obra especializada, frete, lucro etc;
Sistema	08/04/2025 às 14:59:41	Nos termos do subitem 10.4 do EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO N.ª 94.001/2025-CPL/MP/PGJ SRP, APROVO a exequibilidade da proposta do fornecedor AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 21.308.480/0001-22.
Sistema	08/04/2025 às 15:01:59	Ante o exposto, este Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.
Sistema	08/04/2025 às 15:24:26	Prezados, solicito a atenção de todos.
Sistema	08/04/2025 às 15:24:31	Nos termos dos itens 9. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA e 10. DA FASE DE JULGAMENTO,
Sistema	08/04/2025 às 15:25:00	Este Pregoeiro decide pela ACEITAÇÃO da proposta do fornecedor AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 21.308.480/0001-22 para os ITENS 01 a 06.
Sistema	08/04/2025 às 16:08:30	Prezados, sem prejuízo do prazo concedido ao fornecedor para envio de seus documentos de habilitação, SUSPENDO por hoje os trabalhos da presente sessão.
Sistema	08/04/2025 às 16:09:58	INFORMO que retomaremos os trabalhos no dia 09/04/2025 (quarta-feira) às 10h (Horário de Brasília-DF).
Sistema	09/04/2025 às 10:07:04	Prezados, bom dia.
Sistema	09/04/2025 às 10:08:31	Conforme agendamento p´révio, retomamos, nesse momento, os trabalhos do Pregão Eletrônico N 94001/2025 (SRP).
Sistema	09/04/2025 às 10:20:35	Em atenção ao item 11 do Edital, procederei à análise dos documentos de habilitação do licitante AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 21.308.480/0001-22.
Sistema	09/04/2025 às 10:20:50	11.1. Os documentos previstos no Termo de Referência e neste Edital, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nª 14.133, de 2021.
Sistema	09/04/2025 às 10:23:41	Tão logo seja concluída a análise da habilitação, o resultado será informado a todos os interessados.
Sistema	09/04/2025 às 16:40:41	Prezados, boa tarde.
Sistema	09/04/2025 às 16:41:16	Após análise completa dos documentos de habilitação para os itens 1 a 6 (G1) do presente certame, passo a decidir.
Sistema	09/04/2025 às 16:41:38	Nessa etapa, verificou-se a autenticidade das certidões negativas de débitos (ou positivas com efeitos de negativa) mediante SICAF, bem como da ausência de distribuição de feitos de falência ou recuperação judicial, junto à Justiça Estadual de domicílio da licitante melhor classificada. Da mesma sorte procedeu-se com os demais documentos de habilitação da interessada que permitiam a convalidação eletrônica.
Sistema	09/04/2025 às 16:46:16	Passo seguinte, verificou-se as condições da licitante quanto à ausência de sanções pela Administração Pública, no SICAF do Compras.gov, bem como na Relação de Empresas com Sanção Administrativa em Vigor, do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS – TCE, na Relação de Licitantes Inidôneos do TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – TCU.
Sistema	09/04/2025 às 16:48:46	Igualmente, na Lista de Empresas Suspensas/Impedidas da COMISSÃO GERAL DE LICITAÇÃO DO ESTADO DO AMAZONAS – CGL, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), da CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO – CGU, no Cadastro Nacional de Condenações Civis por Ato de Improbidade Administrativa (CNCIA) do CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ.
Sistema	09/04/2025 às 16:48:57	Ademais, diligenciou-se à Relação de pessoas jurídicas impedidas de contratar com a Administração Pública da SEFAZ-AM, NÃO sendo constatados registros que indicassem restrições à contratação.
Sistema	09/04/2025 às 16:49:13	Oportunamente, registre-se que, com o objetivo de atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais, presentes nas Leis n.ªs 12.965/14 e 13.460/18; e no Decreto nª 8.638/2016, o Tribunal de Contas da União passou a disponibilizar ferramenta que permite a consulta consolidada de pessoas jurídicas que reúne, em um só lugar.

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	09/04/2025 às 16:49:21	Logo, em relatório único, tem-se as Licitantes Inidôneas do TCU, CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do CNJ; Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas e CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas ambos do Portal da Transparência.
Sistema	09/04/2025 às 16:50:19	Assim, será promovida a juntada da Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica e SICAF da empresa AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA CNPJ: 21.308.480/0001-22, nos autos do procedimento interno desta Instituição, bem como no sítio eletrônico desta Instituição.
Sistema	09/04/2025 às 16:50:44	Aqueles que tiverem interesse, o SICAF e a Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica encontram-se disponível no endereço:
Sistema	09/04/2025 às 17:00:48	https://www.mpam.mp.br/servicos/licitacoes/licitacoes-em-andamento/47-licitacoes/pregao-eletronico-em-andamento/18013-pe-94001-2025-cpl-mp-pgj-srp-aquisicao-de-certificados-digitais
Sistema	09/04/2025 às 17:01:36	Concluída a análise dos documentos de habilitação, conforme item 11 do instrumento convocatório e, estando todos conforme e de acordo com a previsões editalícias, este Pregoeiro decide HABILITAR a empresa AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA CNPJ: 21.308.480/0001-22, para os ITENS 01 a 06.
Sistema	09/04/2025 às 17:02:06	Sendo assim, promoverei a respectiva habilitação no sistema, momento no qual será aberto o prazo de 10 (dez) minutos para registro de eventual intenção recursal.
Sistema	09/04/2025 às 17:02:14	Na hipótese de alguma empresa manifestar interesse recursal, será observado o disposto no art. 165 da Lei nª 14.133, de 2021 e o item 12 do instrumento convocatário.
Sistema	09/04/2025 às 17:02:25	O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
Sistema	09/04/2025 às 17:02:33	O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
Sistema	09/04/2025 às 17:02:40	O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
Sistema	09/04/2025 às 17:02:48	Outrossim, solicito prudência e bom senso nos Senhores, caso queiram fazer uso desta prerrogativa dos recursos, a fim de evitarmos recursos meramente protelatórios.
Sistema	09/04/2025 às 17:03:21	Desde já, gostaria de agradecer a todos pela participação neste Pregão Eletrônico N 94001/2025 (SRP).
Sistema	09/04/2025 às 17:03:40	Até breve,

Eventos da compra

Data/Hora	Descrição
13/03/2025 às 10:00:04	Abertura da sessão pública
13/03/2025 às 11:00:21	Início da etapa de julgamento de propostas

Grupo 1

Valor estimado: R$ 276.691,1700 (total)

Situação: Aberto para recursos

Aceito e Habilitado por CPF ***.497.***-*8 - IURY FECHINE RAMOS para AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 21.308.480/0001-22, melhor lance: R$ 87.070,5000 (total)

Propostas do Grupo G1

Benefício Me/Epp: Conforme Art. 3ª da Lei Complementar nª 123, de 14 de dezembro de 2006
Programa de integridade: Conforme termos previsos na Lei nª 14.133/2021 e no Decreto nª 12.304/2024

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
13.459.067/0001-30 - 13.459.067 EDVAN SOUZA SILVA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: RN	R$ 339.580,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 339.580,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado		
57.983.065/0001-11 - 57.983.065 CARLOS VINICIUS DA SILVA SANTOS Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Não UF endereço: SE	R$ 77.710,0000 (total)	Proposta desclassificada
Valor proposta: R$ 253.300,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado		
21.308.480/0001-22 - AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Não UF endereço: GO	R$ 87.070,5000 (total)	Fornecedor habilitado
Valor proposta: R$ 322.020,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado		
52.046.008/0001-92 - ARMANDO SEMEGHINI NETO Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: SP	R$ 22.589.260,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 22.589.260,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado		
43.794.816/0001-47 - ARS COMERCIO E SERVICOS DE TECNOLOGIA LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: SP	R$ 5.000.000.000,0000 (total)	Proposta desclassificada
Valor proposta: R$ 5.000.000.000,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado		

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
04.468.603/0001-73 - ASAS TECNOLOGIA SERVICOS E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 288.660,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 25.790.000,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado		
39.383.509/0001-04 - CERTIFYSEC TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: RS	R$ 114.870,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 114.870,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado		
22.087.251/0001-98 - CERTISEG SOFTWARE E CERTIFICACAO DIGITAL LTDA. Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: PR	R$ 62.000,0000 (total)	Proposta desclassificada
Valor proposta: R$ 62.000,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado		
26.768.764/0001-15 - CONFIANCA EMPREENDIMENTOS DIGITAL LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Não UF endereço: SP	R$ 87.164,1800 (total)	-
Valor proposta: R$ 261.408,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado		
24.448.443/0001-08 - DIGITAL LOCK SERVICO DE CERTIFICACAO DIGITAL LTDA Benefício Me/Epp: Não Programa de integridade: Não UF endereço: RO	R$ 77.262,0000 (total)	Proposta desclassificada
Valor proposta: R$ 551.000,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado		
19.615.240/0001-29 - E C DE S BULGARELLI LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 127.178,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 293.130,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado		
56.150.801/0001-98 - FRANCINEIDE GOMES SANTOS PAMPONET LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: BA	R$ 46.337,8100 (total)	Proposta desclassificada
Valor proposta: R$ 251.270,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado		
39.532.571/0001-02 - GIUSEPPE ANTONIO FOGACA GERBALDO Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 2.203.500,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 2.203.500,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado		

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
42.066.156/0001-15 - GOTAS DA AMAZONIA LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 344.126,4000 (total)	-
Valor proposta: R$ 344.126,4000 (total) Valor negociado: Não Realizado		
31.250.328/0001-90 - H S DISTRIBUIDORA LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 369.520,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 369.520,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado		
53.874.039/0001-02 - HVD COMERCIO E REPRESENTACAO DE SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 385.060,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 385.060,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado		
57.794.545/0001-34 - IMPERIO CERTIFICADO DIGITAL LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: SP	R$ 632.400,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 632.400,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado		
49.300.396/0001-81 - LEIDE CRISTINA RODRIGUES DA ENCARNACAO Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Não UF endereço: MG	R$ 88.410,6000 (total)	-
Valor proposta: R$ 268.860,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado		
27.879.263/0001-79 - MANAU CERTIFICADORA DIGITAL LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 101.446,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 210.310,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado		
55.153.071/0001-16 - MANAUS ELETRO LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 115.300,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 214.600,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado		
40.829.740/0001-50 - N R SERVICOS DE CERTIFICACAO DIGITAL LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: PA	R$ 101.806,2000 (total)	-
Valor proposta: R$ 322.460,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado		

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
14.848.278/0001-28 - OLIVEIRA E SANTOS CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 206.680,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 358.563,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado		
42.857.843/0001-59 - QUALIZEN CORRETORA DE SEGUROS LTDA. Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 236.490,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 466.440,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado		
15.655.026/0001-45 - RNL TRADE AND FACILITIES LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: DF	R$ 107.249.509.999,9975 (total)	-
Valor proposta: R$ 107.249.509.999,9975 (total) Valor negociado: Não Realizado		
34.158.836/0001-30 - TECH MINAS DIGITAL LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: MG	R$ 46.452,5000 (total)	Proposta desclassificada
Valor proposta: R$ 103.900,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado		

Mensagens do chat do Grupo G1

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	13/03/2025 às 10:00:15	A abertura do item G1 para lances está agendada para daqui a 10 minutos. Mantenham-se conectados.
Sistema	13/03/2025 às 10:10:05	O item G1 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	13/03/2025 às 10:57:54	O item G1 está encerrado.
Sistema para o participante 56.150.801/0001-98	13/03/2025 às 11:35:16	Sr. Fornecedor FRANCINEIDE GOMES SANTOS PAMPONET LTDA, CNPJ 56.150.801/0001-98, você foi convocado para enviar anexos para o item G1. Prazo para encerrar o envio: 13:45:00 do dia 13/03/2025. Justificativa: Solicito proposta de preços e documentos técnicos do item ofertado, conforme os termos do item 9.1 do edital..
Pelo participante 56.150.801/0001-98	13/03/2025 às 13:36:48	O item G1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 13:36:48 de 13/03/2025. 5 anexos foram enviados pelo fornecedor FRANCINEIDE GOMES SANTOS PAMPONET LTDA, CNPJ 56.150.801/0001-98.
Pelo participante 56.150.801/0001-98	13/03/2025 às 13:37:41	Senhor pregoeiro, caso nessecite de mais atestados de capacidade tecnicas nos informe por favor que solicitamos ao nossos clientes!
Sistema para o participante 56.150.801/0001-98	13/03/2025 às 15:22:09	Senhor licitante, Considerando que seu valor ofertado global é inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, é necessário que apresentação de planilha que comprove a exequibilidade da sua oferta, conforme subitem 10.4 do Edital do presente certame;
Sistema para o participante 56.150.801/0001-98	13/03/2025 às 15:22:40	Considerando também que, concomitantemente ao envio de sua proposta atualizada, já encaminhou planilha de precificação; DILIGENCIO solicitando que comprove a exequibilidade de sua oferta, mediante apresentação de documento que demonstre cotação junto ao seu fornecedor, ou link para consulta.

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema para o participante 56.150.801/0001-98	13/03/2025 às 15:26:14	Desta feita, em atenção ao item 10.8 do edital, concedo-lhe o prazo de 24 horas para apresentação de documento que demonstre cotação junto ao seu fornecedor, ou link para realização de consulta.
Sistema para o participante 56.150.801/0001-98	13/03/2025 às 15:26:52	10.8. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata, caso não seja informada na sessão a nova data de reabertura.
Sistema para o participante 56.150.801/0001-98	14/03/2025 às 15:51:40	Sr. Fornecedor FRANCINEIDE GOMES SANTOS PAMPONET LTDA, CNPJ 56.150.801/0001-98, você foi convocado para enviar anexos para o item G1. Prazo para encerrar o envio: 17:52:00 do dia 14/03/2025. Justificativa: Em atenção à solicitação deste pregoeiro referente a envio de documento de composição de custos junto aos seus fornecedores, para fins de comprovação de exequibilidade, e considerando que não foi aberto prazo junto ao sistema Compras.gov, concedo-lhe prazo adicional de 15 minutos para envio do anexo.
Pelo participante 56.150.801/0001-98	14/03/2025 às 15:55:08	Boa tarde senhor pregoeiro!
Sistema para o participante 56.150.801/0001-98	14/03/2025 às 16:00:19	Sr. Fornecedor FRANCINEIDE GOMES SANTOS PAMPONET LTDA, deverá atender a solicitação de envio de documento até 16:07h, sob pena de desclassificação de sua proposta, em caso de não atendimento.
Pelo participante 56.150.801/0001-98	14/03/2025 às 16:01:50	Ok, solicitamos mais 15 minutos após o prazo pedir ao nosso fornecedor coloborador aqui só um instante!
Sistema para o participante 56.150.801/0001-98	14/03/2025 às 16:12:29	Solicitação indeferida, pois já havia sido concedido um prazo de 24 HORAS para apresentação do documento de comprovação de custos. O prazo adicional de 15 minutos até 16:07h do dia 14/03/2025 foi concedido apenas para envio do anexo, visto que não havia aberto no sistema a solicitação de envio de documento.
Sistema para o participante 56.150.801/0001-98	14/03/2025 às 16:19:40	O item G1 teve a convocação para envio de anexos CANCELADA às 16:19:40 de 14/03/2025. Anexos vinculados à esta convocação e enviados pelo fornecedor FRANCINEIDE GOMES SANTOS PAMPONET LTDA, CNPJ 56.150.801/0001-98 foram excluídos. Motivo: Proposta desclassificada.
Sistema para o participante 34.158.836/0001-30	14/03/2025 às 16:24:48	Sr. Fornecedor TECH MINAS DIGITAL LTDA, CNPJ 34.158.836/0001-30, você foi convocado para enviar anexos para o item G1. Prazo para encerrar o envio: 18:25:00 do dia 14/03/2025. Justificativa: Solicito proposta de preços e documentos técnicos do item ofertado, conforme os termos do item 9.1 do edital...
Pelo participante 34.158.836/0001-30	14/03/2025 às 17:24:53	O item G1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 17:24:53 de 14/03/2025. 2 anexos foram enviados pelo fornecedor TECH MINAS DIGITAL LTDA, CNPJ 34.158.836/0001-30.
Sistema para o participante 34.158.836/0001-30	17/03/2025 às 10:05:55	Sr. Fornecedor TECH MINAS DIGITAL LTDA, CNPJ 34.158.836/0001-30, você foi convocado para enviar anexos para o item G1. Prazo para encerrar o envio: 12:06:00 do dia 17/03/2025. Justificativa: Considerando que o valor ofertado é inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor estimado pela Administração, é necessário que apresente planilha de precificação e documento de cotação junto ao seu fornecedor, para fins de comprovação da exequibilidade da sua oferta..
Sistema para o participante 34.158.836/0001-30	17/03/2025 às 12:06:00	O item G1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 12:06:00 de 17/03/2025. Nenhum anexo foi enviado pelo fornecedor TECH MINAS DIGITAL LTDA, CNPJ 34.158.836/0001-30.
Sistema para o participante 34.158.836/0001-30	17/03/2025 às 12:38:09	Sr. Fornecedor TECH MINAS DIGITAL LTDA, CNPJ 34.158.836/0001-30, você foi convocado para enviar anexos para o item G1. Prazo para encerrar o envio: 10:07:00 do dia 18/03/2025. Justificativa: Considerando que o valor ofertado é inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor estimado pela Administração, é necessário que apresente planilha de precificação e documento de cotação junto ao seu fornecedor, para fins de comprovação da exequibilidade da sua oferta..
Pelo participante 34.158.836/0001-30	17/03/2025 às 14:04:49	O item G1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 14:04:49 de 17/03/2025. Nenhum anexo foi enviado pelo fornecedor TECH MINAS DIGITAL LTDA, CNPJ 34.158.836/0001-30.
Sistema	18/03/2025 às 11:27:46	O item G1 terá desempate Me/Epp do lance. Mantenham-se conectados.
Sistema para o participante 57.983.065/0001-11	18/03/2025 às 11:27:46	Sr. Fornecedor 57.983.065 CARLOS VINICIUS DA SILVA SANTOS, CPF/CNPJ 57.983.065/0001-11, em cumprimento à Lei Complementar 123 de 14/12/2006, você poderá enviar ou desistir de apresentar lance final e único para o item G1 até às 11:32:46 do dia 18/03/2025. Acesse a Sala de Disputa.

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	18/03/2025 às 11:32:56	O item G1 teve o 1ª desempate Me/Epp encerrado às 11:32:46 de 18/03/2025. O tempo expirou e o lance não foi enviado pelo fornecedor 57.983.065 CARLOS VINICIUS DA SILVA SANTOS, CPF/CNPJ 57.983.065/0001-11.
Sistema	18/03/2025 às 11:32:56	O item G1 está encerrado.
Sistema para o participante 24.448.443/0001-08	18/03/2025 às 11:54:47	Sr. Fornecedor DIGITAL LOCK SERVICO DE CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 24.448.443/0001-08, você foi convocado para enviar anexos para o item G1. Prazo para encerrar o envio: 13:55:00 do dia 18/03/2025. Justificativa: Solicito proposta de preços ajustada e documentos técnicos do item ofertado, conforme os termos do item 9.1 do edital..
Pelo participante 24.448.443/0001-08	18/03/2025 às 11:55:35	Bom dia!!
Pelo participante 24.448.443/0001-08	18/03/2025 às 11:57:51	O item G1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 11:57:51 de 18/03/2025. 2 anexos foram enviados pelo fornecedor DIGITAL LOCK SERVICO DE CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 24.448.443/0001-08.
Sistema para o participante 24.448.443/0001-08	18/03/2025 às 12:36:03	Prezado, embora tenha enviado declaração de exequibilidade com sua proposta, faz-se necessário enviar planilha de composição de preços e documento de cotação junto ao seu fornecedor, para fins de comprovação da exequibilidade de seu lance.
Pelo participante 24.448.443/0001-08	18/03/2025 às 12:37:26	pode nos conceder 24 horas para o envio ?
Sistema para o participante 24.448.443/0001-08	18/03/2025 às 12:40:16	Para cumprimento da diligência, a fim de comprovar a exequibilidade de seu lance, será concedido um prazo de 24horas para envio de documentos, conforme subitem 10.8. do Edital
Pelo participante 24.448.443/0001-08	18/03/2025 às 12:41:30	Obrigado, sera anexado conforme a solicitação!
Sistema para o participante 24.448.443/0001-08	18/03/2025 às 12:43:39	Sr. Fornecedor DIGITAL LOCK SERVICO DE CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 24.448.443/0001-08, você foi convocado para enviar anexos para o item G1. Prazo para encerrar o envio: 11:44:00 do dia 19/03/2025. Justificativa: Considerando que o lance é inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor estimado pela Administração, é necessário planilha de precificação e documento de cotação junto ao seu fornecedor, para comprovação da exequibilidade da sua oferta. Prazo de 24 horas em cumprimento ao item 10.8 do Edital. .
Sistema para o participante 24.448.443/0001-08	19/03/2025 às 11:44:00	O item G1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 11:44:00 de 19/03/2025. 1 anexo foi enviado pelo fornecedor DIGITAL LOCK SERVICO DE CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 24.448.443/0001-08.
Sistema para o participante 24.448.443/0001-08	20/03/2025 às 15:12:10	Sr. Fornecedor DIGITAL LOCK SERVICO DE CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 24.448.443/0001-08, você foi convocado para enviar anexos para o item G1. Prazo para encerrar o envio: 17:13:00 do dia 20/03/2025. Justificativa: Enviar PROPOSTA CORRIGIDA que contenha as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas e link do site do produto/modelo para consulta..
Pelo participante 24.448.443/0001-08	20/03/2025 às 15:18:41	Boa tarde,ok corrigir.
Pelo participante 24.448.443/0001-08	20/03/2025 às 15:41:29	O item G1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 15:41:29 de 20/03/2025. 1 anexo foi enviado pelo fornecedor DIGITAL LOCK SERVICO DE CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 24.448.443/0001-08.
Sistema para o participante 24.448.443/0001-08	20/03/2025 às 15:59:52	Prezado, recebemos a sua proposta corrigida, no entanto informar apenas a marca não é suficiente para o setor técnico. Envie proposta corrigida que contenha as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas e LINK do site do produto/modelo para consulta.
Sistema para o participante 24.448.443/0001-08	20/03/2025 às 16:02:22	Sr. Fornecedor DIGITAL LOCK SERVICO DE CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 24.448.443/0001-08, você foi convocado para enviar anexos para o item G1. Prazo para encerrar o envio: 18:03:00 do dia 20/03/2025. Justificativa: Enviar PROPOSTA CORRIGIDA até 17:13h. Em caso de não atendimento, sua proposta será DESCLASSIFICADA..

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Pelo participante 24.448.443/0001-08	20/03/2025 às 16:54:31	O item G1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 16:54:31 de 20/03/2025. 1 anexo foi enviado pelo fornecedor DIGITAL LOCK SERVICO DE CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 24.448.443/0001-08.
Sistema para o participante 24.448.443/0001-08	28/03/2025 às 11:22:35	Sr. Fornecedor DIGITAL LOCK SERVICO DE CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 24.448.443/0001-08, você foi convocado para enviar anexos para o item G1. Prazo para encerrar o envio: 13:25:00 do dia 28/03/2025. Justificativa: Solicito seja encaminhada proposta corrigida dos itens apontados no PARECER Nª 50.2025.DTIC..
Pelo participante 24.448.443/0001-08	28/03/2025 às 12:14:52	O item G1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 12:14:52 de 28/03/2025. 1 anexo foi enviado pelo fornecedor DIGITAL LOCK SERVICO DE CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 24.448.443/0001-08.
Sistema para o participante 57.983.065/0001-11	02/04/2025 às 10:23:38	Sr. Fornecedor 57.983.065 CARLOS VINICIUS DA SILVA SANTOS, CNPJ 57.983.065/0001-11, você foi convocado para enviar anexos para o item G1. Prazo para encerrar o envio: 12:25:00 do dia 02/04/2025. Justificativa: Apresentar proposta ajustada. .
Sistema para o participante 57.983.065/0001-11	02/04/2025 às 10:26:48	Considerando que seu lance está abaixo de 50% do valor total estimado já divulgado no portal da instituição (R$ 276.691,1700), é necessário apresentar documento com composição de preços, a fim de demonstrar a exequibilidade de sua proposta. Caso não haja interesse, favor informar e solicitar declínio de sua proposta.
Sistema para o participante 57.983.065/0001-11	02/04/2025 às 12:25:00	O item G1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 12:25:00 de 02/04/2025. Nenhum anexo foi enviado pelo fornecedor 57.983.065 CARLOS VINICIUS DA SILVA SANTOS, CNPJ 57.983.065/0001-11.
Sistema para o participante 21.308.480/0001-22	02/04/2025 às 12:43:27	Sr. Fornecedor AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 21.308.480/0001-22, você foi convocado para enviar anexos para o item G1. Prazo para encerrar o envio: 14:45:00 do dia 02/04/2025. Justificativa: Apresentar proposta adequada ao último lance ofertado e documentação pertinente, conforme item 9.1 do Edital..
Sistema para o participante 21.308.480/0001-22	02/04/2025 às 12:43:56	Considerando que seu lance está abaixo de 50% do valor total estimado já divulgado no portal da instituição (R$ 276.691,1700), é necessário apresentar documento com composição de preços, a fim de demonstrar a exequibilidade de sua proposta. Caso não haja interesse, favor informar e solicitar declínio de sua proposta.
Pelo participante 21.308.480/0001-22	02/04/2025 às 13:19:37	Sr Pregoeiro, boa tarde, encaminharemos, conforme solicitado
Pelo participante 21.308.480/0001-22	02/04/2025 às 14:08:50	O item G1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 14:08:50 de 02/04/2025. 1 anexo foi enviado pelo fornecedor AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 21.308.480/0001-22.
Pelo participante 21.308.480/0001-22	02/04/2025 às 14:09:49	Sr Pregoeiro, enviamos os documentos de proposta, e no sentido de comprovar sua exequibilidade encaminhamos notas fiscais do produto de maior relevância, com valores similares aos da presente proposta.
Sistema para o participante 21.308.480/0001-22	02/04/2025 às 14:53:34	Considerando que o valor ofertado é inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor estimado pela Administração, é necessário que apresente planilha de precificação para TODOS OS ITENS e documento de cotação junto ao seu fornecedor, para fins de comprovação da exequibilidade da sua oferta, sob pena de desclassificação de sua proposta.
Sistema para o participante 21.308.480/0001-22	02/04/2025 às 14:56:10	Sr. Fornecedor AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 21.308.480/0001-22, você foi convocado para enviar anexos para o item G1. Prazo para encerrar o envio: 15:00:00 do dia 03/04/2025. Justificativa: Em atenção ao item 10.8 do Edital do presente certame, CONCEDO um PRAZO de 24 horas para diligenciar o envio de documentos que comprovem a exequibilidade de sua oferta..
Pelo participante 21.308.480/0001-22	03/04/2025 às 10:44:10	O item G1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 10:44:10 de 03/04/2025. 1 anexo foi enviado pelo fornecedor AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 21.308.480/0001-22.
Pelo participante 21.308.480/0001-22	03/04/2025 às 10:45:34	Prezados, seguem no anexo, a planilha de custos discriminada do token (produto) e a planilha de custos dos certificados e visita (serviços), bem como notas fiscais de fornecimento de produtos e valores similares de todos os itens que compõe o lote.
Pelo participante 21.308.480/0001-22	03/04/2025 às 10:46:05	Nos colocamos à disposição.

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema para o participante 21.308.480/0001-22	04/04/2025 às 12:20:18	Sr. Fornecedor AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 21.308.480/0001-22, você foi convocado para enviar anexos para o item G1. Prazo para encerrar o envio: 14:22:00 do dia 04/04/2025. Justificativa: Prazo para complementar proposta ajustada, nos termos detalhados e fundamentados no chat da sessão, sob pena de desclassificação, em caso de não atendimento..
Pelo participante 21.308.480/0001-22	04/04/2025 às 14:15:39	O item G1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 14:15:39 de 04/04/2025. 1 anexo foi enviado pelo fornecedor AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 21.308.480/0001-22.
Pelo participante 21.308.480/0001-22	04/04/2025 às 14:17:58	Prezados, em atenção ao pedido encaminhamos, na proposta corrigida, link de acesso ao site da Soluti para averiguação do certificado, bem como a Política de Certificação A3 que traz aspectos técnicos do mesmo.
Pelo participante 21.308.480/0001-22	04/04/2025 às 14:19:45	Além disso, corrigimos redação da garantia, informamos o posto de atendimento em Manaus que poderá atendê-los. Ainda na proposta corrigida o link ao sistema SDEAL que é o sistema de gerenciamento de vouchers disponibilizados pela AC.
Pelo participante 21.308.480/0001-22	04/04/2025 às 14:20:32	Ainda, os documentos técnicos do token, e a publicação do D.O.U comprando o credenciamento desta AR com a AC SOLUTI desde 2015.
Pelo participante 21.308.480/0001-22	04/04/2025 às 14:20:52	Esperamos ter esclarecido os pontos solicitados.
Sistema para o participante 21.308.480/0001-22	08/04/2025 às 11:23:56	Sr. Fornecedor AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 21.308.480/0001-22, você foi convocado para enviar anexos para o item G1. Prazo para encerrar o envio: 13:25:00 do dia 08/04/2025. Justificativa: Enviar proposta ajustada, considerando que, aparentemente, houve erro de digitação do link do produto oferecido para o item 04,.
Pelo participante 21.308.480/0001-22	08/04/2025 às 11:28:24	O item G1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 11:28:24 de 08/04/2025. 1 anexo foi enviado pelo fornecedor AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 21.308.480/0001-22.
Pelo participante 21.308.480/0001-22	08/04/2025 às 11:29:24	Olá Prezados, encaminhamos a proposta corrigida, com a indicação dos links, e aproveitamos para acrescer a Política de Certificação A1, específica para o Item 04.
Sistema para o participante 21.308.480/0001-22	08/04/2025 às 11:52:20	Confirmo o recebimento da proposta ajustada. Faremos uma nova análise. Em instantes retornamos com mais informações.
Sistema para o participante 21.308.480/0001-22	08/04/2025 às 12:26:29	Sr. Fornecedor AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 21.308.480/0001-22, você foi convocado para enviar anexos para o item G1. Prazo para encerrar o envio: 14:30:00 do dia 08/04/2025. Justificativa: Apresentar comprovação ajustada de exequibilidade de sua proposta, com INDIVIDUALIZAÇÃO por itens..
Pelo participante 21.308.480/0001-22	08/04/2025 às 13:13:13	O item G1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 13:13:13 de 08/04/2025. 1 anexo foi enviado pelo fornecedor AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 21.308.480/0001-22.
Pelo participante 21.308.480/0001-22	08/04/2025 às 13:13:33	Conforme solicitado, segue em anexo. Nos colocamos à disposição.
Sistema para o participante 21.308.480/0001-22	08/04/2025 às 14:49:37	Confirmo recebimento dos documentos de comprovação de exequibilidade de proposta.
Sistema	08/04/2025 às 15:29:21	O item G1 está na etapa de julgamento de proposta no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 08/04/2025 15:39:21.
Sistema para o participante 21.308.480/0001-22	08/04/2025 às 16:02:53	Sr. Fornecedor AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 21.308.480/0001-22, você foi convocado para enviar anexos para o item G1. Prazo para encerrar o envio: 18:03:00 do dia 08/04/2025. Justificativa: Solicito documentos de habilitação do fornecedor, em atenção ao item 11 do EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO N.ª 94.001/2025-CPL/MP/PGJ SRP..
Pelo participante 21.308.480/0001-22	08/04/2025 às 16:13:35	O item G1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 16:13:35 de 08/04/2025. 1 anexo foi enviado pelo fornecedor AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 21.308.480/0001-22.
Sistema	09/04/2025 às 17:05:42	O item G1 está na etapa de habilitação de fornecedores no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 09/04/2025 17:15:42.
Sistema	09/04/2025 às 17:31:04	A fase de recurso do item G1 está aberta até 14/04/2025.

Eventos do Grupo G1

Data/Hora	Descrição
13/03/2025 às 10:00:03	Fornecedor ARS COMERCIO E SERVICOS DE TECNOLOGIA LTDA teve a proposta desclassificada automaticamente pelo sistema. Motivo: A proposta foi desclassificada automaticamente pelo sistema porque existiam itens do grupo sem proposta.
13/03/2025 às 10:00:03	Fornecedor CERTISEG SOFTWARE E CERTIFICACAO DIGITAL LTDA. teve a proposta desclassificada automaticamente pelo sistema. Motivo: A proposta foi desclassificada automaticamente pelo sistema porque existiam itens do grupo sem proposta.
13/03/2025 às 10:10:05	Item aberto para lances.
13/03/2025 às 10:57:51	Item com etapa aberta encerrada.
13/03/2025 às 10:57:54	Item encerrado para lances.
13/03/2025 às 11:35:16	Fornecedor FRANCINEIDE GOMES SANTOS PAMPONET LTDA, CNPJ 56.150.801/0001-98 convocado para o envio de anexo. Prazo de encerramento: 13/03/2025 13:45:00. Motivo: Solicito proposta de preços e documentos técnicos do item ofertado, conforme os termos do item 9.1 do edital..
13/03/2025 às 13:36:48	Fornecedor FRANCINEIDE GOMES SANTOS PAMPONET LTDA, CNPJ 56.150.801/0001-98 finalizou o envio de anexo.
14/03/2025 às 15:51:40	Fornecedor FRANCINEIDE GOMES SANTOS PAMPONET LTDA, CNPJ 56.150.801/0001-98 convocado para o envio de anexo. Prazo de encerramento: 14/03/2025 17:52:00. Motivo: Em atenção à solicitação deste pregoeiro referente a envio de documento de composição de custos junto aos seus fornecedores, para fins de comprovação de exequibilidade, e considerando que não foi aberto prazo junto ao sistema Compras.gov, concedo-lhe prazo adicional de 15 minutos para envio do anexo.
14/03/2025 às 16:19:40	Convocação do fornecedor FRANCINEIDE GOMES SANTOS PAMPONET LTDA, CNPJ 56.150.801/0001-98 para envio de anexos cancelada automaticamente.
14/03/2025 às 16:19:40	Fornecedor FRANCINEIDE GOMES SANTOS PAMPONET LTDA, CNPJ 56.150.801/0001-98 teve a proposta desclassificada, melhor lance: R$ 46.337,8100. Motivo: Nos termos do item 10.3.4 do Edital do presente certame, será desclassificado lance vencedor que não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração..
14/03/2025 às 16:24:48	Fornecedor TECH MINAS DIGITAL LTDA, CNPJ 34.158.836/0001-30 convocado para o envio de anexo. Prazo de encerramento: 14/03/2025 18:25:00. Motivo: Solicito proposta de preços e documentos técnicos do item ofertado, conforme os termos do item 9.1 do edital...
14/03/2025 às 17:24:53	Fornecedor TECH MINAS DIGITAL LTDA, CNPJ 34.158.836/0001-30 finalizou o envio de anexo.
17/03/2025 às 10:05:55	Fornecedor TECH MINAS DIGITAL LTDA, CNPJ 34.158.836/0001-30 convocado para o envio de anexo. Prazo de encerramento: 17/03/2025 12:06:00. Motivo: Considerando que o valor ofertado é inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor estimado pela Administração, é necessário que apresente planilha de precificação e documento de cotação junto ao seu fornecedor, para fins de comprovação da exequibilidade da sua oferta..
17/03/2025 às 12:38:09	Fornecedor TECH MINAS DIGITAL LTDA, CNPJ 34.158.836/0001-30 convocado para o envio de anexo. Prazo de encerramento: 18/03/2025 10:07:00. Motivo: Considerando que o valor ofertado é inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor estimado pela Administração, é necessário que apresente planilha de precificação e documento de cotação junto ao seu fornecedor, para fins de comprovação da exequibilidade da sua oferta..
17/03/2025 às 14:04:49	Fornecedor TECH MINAS DIGITAL LTDA, CNPJ 34.158.836/0001-30 finalizou o envio de anexo.
18/03/2025 às 10:16:59	Fornecedor TECH MINAS DIGITAL LTDA, CNPJ 34.158.836/0001-30 teve a proposta desclassificada, melhor lance: R$ 46.452,5000. Motivo: 10.3. Será desclassificada a proposta ou lance vencedor que, ressalvado o disposto no subitem 10.8. deste Edital: (...) 10.3.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;.
18/03/2025 às 11:27:46	Retorno de item do julgamento para a etapa de desempate Me/Epp.
18/03/2025 às 11:27:46	Item está em 1ª desempate Me/Epp, aguardando lance.
18/03/2025 às 11:32:56	O Item teve o 1ª desempate Me/Epp encerrado às 11:32:46 de 18/03/2025. O tempo expirou e o lance não foi enviado pelo fornecedor 57.983.065 CARLOS VINICIUS DA SILVA SANTOS, CPF/CNPJ: 57.983.065/0001-11.
18/03/2025 às 11:32:56	Item encerrado para lances.

Data/Hora	Descrição
18/03/2025 às 11:54:47	Fornecedor DIGITAL LOCK SERVICO DE CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 24.448.443/0001-08 convocado para o envio de anexo. Prazo de encerramento: 18/03/2025 13:55:00. Motivo: Solicito proposta de preços ajustada e documentos técnicos do item ofertado, conforme os termos do item 9.1 do edital..
18/03/2025 às 11:57:51	Fornecedor DIGITAL LOCK SERVICO DE CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 24.448.443/0001-08 finalizou o envio de anexo.
18/03/2025 às 12:43:39	Fornecedor DIGITAL LOCK SERVICO DE CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 24.448.443/0001-08 convocado para o envio de anexo. Prazo de encerramento: 19/03/2025 11:44:00. Motivo: Considerando que o lance é inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor estimado pela Administração, é necessário planilha de precificação e documento de cotação junto ao seu fornecedor, para comprovação da exequibilidade da sua oferta. Prazo de 24 horas em cumprimento ao item 10.8 do Edital. .
20/03/2025 às 15:12:10	Fornecedor DIGITAL LOCK SERVICO DE CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 24.448.443/0001-08 convocado para o envio de anexo. Prazo de encerramento: 20/03/2025 17:13:00. Motivo: Enviar PROPOSTA CORRIGIDA que contenha as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas e link do site do produto/modelo para consulta..
20/03/2025 às 15:41:29	Fornecedor DIGITAL LOCK SERVICO DE CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 24.448.443/0001-08 finalizou o envio de anexo.
20/03/2025 às 16:02:22	Fornecedor DIGITAL LOCK SERVICO DE CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 24.448.443/0001-08 convocado para o envio de anexo. Prazo de encerramento: 20/03/2025 18:03:00. Motivo: Enviar PROPOSTA CORRIGIDA até 17:13h. Em caso de não atendimento, sua proposta será DESCLASSIFICADA..
20/03/2025 às 16:54:31	Fornecedor DIGITAL LOCK SERVICO DE CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 24.448.443/0001-08 finalizou o envio de anexo.
28/03/2025 às 11:22:35	Fornecedor DIGITAL LOCK SERVICO DE CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 24.448.443/0001-08 convocado para o envio de anexo. Prazo de encerramento: 28/03/2025 13:25:00. Motivo: Solicito seja encaminhada proposta corrigida dos itens apontados no PARECER Nª 50.2025.DTIC..
28/03/2025 às 12:14:52	Fornecedor DIGITAL LOCK SERVICO DE CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 24.448.443/0001-08 finalizou o envio de anexo.
02/04/2025 às 10:19:56	Fornecedor DIGITAL LOCK SERVICO DE CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 24.448.443/0001-08 teve a proposta desclassificada, melhor lance: R$ 77.262,0000. Motivo: Subitem 10.3.2. do Edital. PARECER Nª 52.2025.DTIC.1587758.2024.019531. Considerando que os itens 01 e 03 da proposta da licitante DIGITAL LOCK SERVIÇO DE CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA não atendem as especificações técnicas contidas no Edital e seus anexos..
02/04/2025 às 10:23:38	Fornecedor 57.983.065 CARLOS VINICIUS DA SILVA SANTOS, CNPJ 57.983.065/0001-11 convocado para o envio de anexo. Prazo para encerrar o envio: 12:25:00 do dia 02/04/2025. Justificativa: Apresentar proposta ajustada. .
02/04/2025 às 12:41:17	Fornecedor 57.983.065 CARLOS VINICIUS DA SILVA SANTOS, CNPJ 57.983.065/0001-11 teve a proposta desclassificada, melhor lance: R$ 77.710,0000. Motivo: Não atendimento ao item 9.1 do Edital do certame, que prevê a possibilidade de solicitação de proposta ajustada ao último lance ofertado..
02/04/2025 às 12:43:27	Fornecedor AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 21.308.480/0001-22 convocado para o envio de anexo. Prazo para encerrar o envio: 14:45:00 do dia 02/04/2025. Justificativa: Apresentar proposta adequada ao último lance ofertado e documentação pertinente, conforme item 9.1 do Edital..
02/04/2025 às 14:08:50	Fornecedor AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 21.308.480/0001-22 finalizou o envio de anexo.
02/04/2025 às 14:56:10	Fornecedor AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 21.308.480/0001-22 convocado para o envio de anexo. Prazo para encerrar o envio: 15:00:00 do dia 03/04/2025. Justificativa: Em atenção ao item 10.8 do Edital do presente certame, CONCEDO um PRAZO de 24 horas para diligenciar o envio de documentos que comprovem a exequibilidade de sua oferta..
03/04/2025 às 10:44:10	Fornecedor AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 21.308.480/0001-22 finalizou o envio de anexo.
04/04/2025 às 12:20:18	Fornecedor AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 21.308.480/0001-22 convocado para o envio de anexo. Prazo para encerrar o envio: 14:22:00 do dia 04/04/2025. Justificativa: Prazo para complementar proposta ajustada, nos termos detalhados e fundamentados no chat da sessão, sob pena de desclassificação, em caso de não atendimento..
04/04/2025 às 14:15:39	Fornecedor AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 21.308.480/0001-22 finalizou o envio de anexo.

Data/Hora	Descrição
08/04/2025 às 11:23:56	Fornecedor AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 21.308.480/0001-22 convocado para o envio de anexo. Prazo para encerrar o envio: 13:25:00 do dia 08/04/2025. Justificativa: Enviar proposta ajustada, considerando que, aparentemente, houve erro de digitação do link do produto oferecido para o item 04,.
08/04/2025 às 11:28:24	Fornecedor AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 21.308.480/0001-22 finalizou o envio de anexo.
08/04/2025 às 12:26:29	Fornecedor AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 21.308.480/0001-22 convocado para o envio de anexo. Prazo para encerrar o envio: 14:30:00 do dia 08/04/2025. Justificativa: Apresentar comprovação ajustada de exequibilidade de sua proposta, com INDIVIDUALIZAÇÃO por itens..
08/04/2025 às 13:13:13	Fornecedor AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 21.308.480/0001-22 finalizou o envio de anexo.
08/04/2025 às 15:29:21	Fornecedor AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 21.308.480/0001-22 teve a proposta aceita, melhor lance: R$ 87.070,5000. Motivo: Atendidos os requisitos constantes dos itens 9. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA e 10. DA FASE DE JULGAMENTO do EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO N.ª 94.001/2025-CPL/MP/PGJ SRP..
08/04/2025 às 15:34:20	Fornecedor N R SERVICOS DE CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 40.829.740/0001-50 registra a intenção de recurso na fase julgamento.
08/04/2025 às 16:02:53	Fornecedor AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 21.308.480/0001-22 convocado para o envio de anexo. Prazo para encerrar o envio: 18:03:00 do dia 08/04/2025. Justificativa: Solicito documentos de habilitação do fornecedor, em atenção ao item 11 do EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO N.ª 94.001/2025-CPL/MP/PGJ SRP..
08/04/2025 às 16:13:35	Fornecedor AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 21.308.480/0001-22 finalizou o envio de anexo.
09/04/2025 às 17:05:42	Fornecedor AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 21.308.480/0001-22 foi habilitado.
09/04/2025 às 17:13:49	Fornecedor N R SERVICOS DE CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 40.829.740/0001-50 registra a intenção de recurso na fase habilitação.
09/04/2025 às 17:31:04	Encerramento da sessão 1 de julgamento / habilitação.

Item 1 do Grupo G1 - Emissão de Certificado Digital A3, sem Token Pessoa Física

EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL PARA PESSOA FÍSICA DO TIPO A3 (e-CPF).

Quantidade:	500	Valor estimado:	R$ 368,4800 (unitário)
Unidade de fornecimento:	UNIDADE		R$ 184.240,0000 (total)
Intervalo mínimo entre lances:	R$ 0,0500	Situação:	Aberto para recursos
Critério de julgamento:	Menor Preço		

Aceito e Habilitado por CPF ***.497.***-*8 - IURY FECHINE RAMOS para AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 21.308.480/0001-22, melhor lance: R$ 66,6000 (unitário) / R$ 33.300,0000 (total)

Propostas do Item 1

Benefício Me/Epp: Conforme Art. 3ª da Lei Complementar nª 123, de 14 de dezembro de 2006
Programa de integridade: Conforme termos previsos na Lei nª 14.133/2021 e no Decreto nª 12.304/2024

Fornecedor	Valor ofertado	Situação

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
13.459.067/0001-30 - 13.459.067 EDVAN SOUZA SILVA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: RN	R$ 412,0000 (unitário) R$ 206.000,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 412,0000 (unitário) R$ 206.000,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 500
57.983.065/0001-11 - 57.983.065 CARLOS VINICIUS DA SILVA SANTOS Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Não UF endereço: SE	R$ 65,0000 (unitário) R$ 32.500,0000 (total)	Proposta desclassificada
Valor proposta: R$ 250,0000 (unitário) R$ 125.000,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 500
21.308.480/0001-22 - AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Não UF endereço: GO	R$ 66,6000 (unitário) R$ 33.300,0000 (total)	Fornecedor habilitado
Valor proposta: R$ 400,0000 (unitário) R$ 200.000,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 500
52.046.008/0001-92 - ARMANDO SEMEGHINI NETO Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: SP	R$ 45.000,0000 (unitário) R$ 22.500.000,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 45.000,0000 (unitário) R$ 22.500.000,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 500
04.468.603/0001-73 - ASAS TECNOLOGIA SERVICOS E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 279,0000 (unitário) R$ 139.500,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 10.000,0000 (unitário) R$ 5.000.000,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 500
39.383.509/0001-04 - CERTIFYSEC TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: RS	R$ 110,0000 (unitário) R$ 55.000,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 110,0000 (unitário) R$ 55.000,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 500
22.087.251/0001-98 - CERTISEG SOFTWARE E CERTIFICACAO DIGITAL LTDA. Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: PR	R$ 124,0000 (unitário) R$ 62.000,0000 (total)	Proposta desclassificada
Valor proposta: R$ 124,0000 (unitário) R$ 62.000,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 500

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
26.768.764/0001-15 - CONFIANCA EMPREENDIMENTOS DIGITAL LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Não UF endereço: SP	R$ 90,0200 (unitário) R$ 45.010,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 270,0000 (unitário) R$ 135.000,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 500
24.448.443/0001-08 - DIGITAL LOCK SERVICO DE CERTIFICACAO DIGITAL LTDA Benefício Me/Epp: Não Programa de integridade: Não UF endereço: RO	R$ 53,0000 (unitário) R$ 26.500,0000 (total)	Proposta desclassificada
Valor proposta: R$ 500,0000 (unitário) R$ 250.000,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 500
19.615.240/0001-29 - E C DE S BULGARELLI LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 112,0000 (unitário) R$ 56.000,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 300,0000 (unitário) R$ 150.000,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 500
56.150.801/0001-98 - FRANCINEIDE GOMES SANTOS PAMPONET LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: BA	R$ 37,9500 (unitário) R$ 18.975,0000 (total)	Proposta desclassificada
Valor proposta: R$ 300,0000 (unitário) R$ 150.000,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 500
39.532.571/0001-02 - GIUSEPPE ANTONIO FOGACA GERBALDO Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 1.500,0000 (unitário) R$ 750.000,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 1.500,0000 (unitário) R$ 750.000,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 500
42.066.156/0001-15 - GOTAS DA AMAZONIA LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 332,3400 (unitário) R$ 166.170,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 332,3400 (unitário) R$ 166.170,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 500
31.250.328/0001-90 - H S DISTRIBUIDORA LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 360,0000 (unitário) R$ 180.000,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 360,0000 (unitário) R$ 180.000,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 500

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
53.874.039/0001-02 - HVD COMERCIO E REPRESENTACAO DE SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 380,0000 (unitário) R$ 190.000,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 380,0000 (unitário) R$ 190.000,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 500
57.794.545/0001-34 - IMPERIO CERTIFICADO DIGITAL LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: SP	R$ 600,0000 (unitário) R$ 300.000,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 600,0000 (unitário) R$ 300.000,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 500
49.300.396/0001-81 - LEIDE CRISTINA RODRIGUES DA ENCARNACAO Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Não UF endereço: MG	R$ 84,7000 (unitário) R$ 42.350,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 280,0000 (unitário) R$ 140.000,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 500
27.879.263/0001-79 - MANAU CERTIFICADORA DIGITAL LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 80,0000 (unitário) R$ 40.000,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 200,0000 (unitário) R$ 100.000,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 500
55.153.071/0001-16 - MANAUS ELETRO LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 110,0000 (unitário) R$ 55.000,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 150,0000 (unitário) R$ 75.000,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 500
40.829.740/0001-50 - N R SERVICOS DE CERTIFICACAO DIGITAL LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: PA	R$ 68,7000 (unitário) R$ 34.350,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 160,0000 (unitário) R$ 80.000,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 500
14.848.278/0001-28 - OLIVEIRA E SANTOS CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 200,0000 (unitário) R$ 100.000,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 332,0000 (unitário) R$ 166.000,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 500

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
42.857.843/0001-59 - QUALIZEN CORRETORA DE SEGUROS LTDA. Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 150,0000 (unitário) R$ 75.000,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 300,0000 (unitário) R$ 150.000,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 500
15.655.026/0001-45 - RNL TRADE AND FACILITIES LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: DF	R$ 102.850.000,0000 (unitário) R$ 51.425.000.000,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 102.850.000,0000 (unitário) R$ 51.425.000.000,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 500
34.158.836/0001-30 - TECH MINAS DIGITAL LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: MG	R$ 38,0000 (unitário) R$ 19.000,0000 (total)	Proposta desclassificada
Valor proposta: R$ 100,0000 (unitário) R$ 50.000,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 500

Lances do Item 1

Data/hora	Participante	Lance
13/03/2025 às 10:10:07	26.768.764/0001-15	R$ 107,3100
13/03/2025 às 10:10:28	40.829.740/0001-50	R$ 99,0000
13/03/2025 às 10:10:40	56.150.801/0001-98	R$ 98,0000
13/03/2025 às 10:11:17	57.983.065/0001-11	R$ 97,0000
13/03/2025 às 10:11:41	24.448.443/0001-08	R$ 200,0000
13/03/2025 às 10:11:44	26.768.764/0001-15	R$ 103,5800
13/03/2025 às 10:11:49	24.448.443/0001-08	R$ 100,0000
13/03/2025 às 10:11:49	57.983.065/0001-11	R$ 85,0000
13/03/2025 às 10:11:56	26.768.764/0001-15	R$ 97,2600
13/03/2025 às 10:12:04	56.150.801/0001-98	R$ 84,8500
13/03/2025 às 10:12:07	19.615.240/0001-29	R$ 112,0000
13/03/2025 às 10:12:09	26.768.764/0001-15	R$ 93,1300
13/03/2025 às 10:12:21	26.768.764/0001-15	R$ 92,8700
13/03/2025 às 10:12:23	57.983.065/0001-11	R$ 69,0000
13/03/2025 às 10:12:30	56.150.801/0001-98	R$ 68,8900
13/03/2025 às 10:12:33	04.468.603/0001-73	R$ 279,0000
13/03/2025 às 10:12:43	27.879.263/0001-79	R$ 80,0000
13/03/2025 às 10:12:52	55.153.071/0001-16	R$ 120,0000

Data/hora	Participante	Lance
13/03/2025 às 10:12:52	40.829.740/0001-50	R$ 68,7000
13/03/2025 às 10:13:14	57.983.065/0001-11	R$ 65,0000
13/03/2025 às 10:13:19	56.150.801/0001-98	R$ 64,8900
13/03/2025 às 10:13:21	14.848.278/0001-28	R$ 200,0000
13/03/2025 às 10:15:27	42.857.843/0001-59	R$ 150,0000
13/03/2025 às 10:16:28	55.153.071/0001-16	R$ 110,0000
13/03/2025 às 10:17:09	57.983.065/0001-11	R$ 60,0000 *
13/03/2025 às 10:17:20	24.448.443/0001-08	R$ 90,0000
13/03/2025 às 10:17:28	24.448.443/0001-08	R$ 70,0000
13/03/2025 às 10:19:27	24.448.443/0001-08	R$ 68,0000
13/03/2025 às 10:19:52	24.448.443/0001-08	R$ 65,0000
13/03/2025 às 10:21:04	24.448.443/0001-08	R$ 64,0000
13/03/2025 às 10:21:08	26.768.764/0001-15	R$ 92,7000
13/03/2025 às 10:21:20	56.150.801/0001-98	R$ 63,8900
13/03/2025 às 10:21:21	26.768.764/0001-15	R$ 92,2900
13/03/2025 às 10:21:40	26.768.764/0001-15	R$ 92,2400
13/03/2025 às 10:22:21	24.448.443/0001-08	R$ 60,0000
13/03/2025 às 10:22:33	56.150.801/0001-98	R$ 59,9500
13/03/2025 às 10:22:42	24.448.443/0001-08	R$ 55,0000
13/03/2025 às 10:22:55	49.300.396/0001-81	R$ 84,7000
13/03/2025 às 10:23:02	56.150.801/0001-98	R$ 54,8900
13/03/2025 às 10:23:50	24.448.443/0001-08	R$ 53,0000
13/03/2025 às 10:24:00	56.150.801/0001-98	R$ 52,9500
13/03/2025 às 10:25:41	21.308.480/0001-22	R$ 399,0000
13/03/2025 às 10:27:13	21.308.480/0001-22	R$ 398,0000
13/03/2025 às 10:28:03	21.308.480/0001-22	R$ 397,0000
13/03/2025 às 10:29:16	21.308.480/0001-22	R$ 396,0000
13/03/2025 às 10:30:50	21.308.480/0001-22	R$ 395,0000
13/03/2025 às 10:32:04	21.308.480/0001-22	R$ 394,0000
13/03/2025 às 10:33:22	21.308.480/0001-22	R$ 393,0000
13/03/2025 às 10:34:47	21.308.480/0001-22	R$ 392,0000
13/03/2025 às 10:35:33	21.308.480/0001-22	R$ 391,0000
13/03/2025 às 10:36:48	21.308.480/0001-22	R$ 390,0000

(lances com * foram excluídos)

Data/hora	Participante	Lance
13/03/2025 às 10:37:30	21.308.480/0001-22	R$ 70,0000
13/03/2025 às 10:38:35	26.768.764/0001-15	R$ 92,1900
13/03/2025 às 10:39:13	26.768.764/0001-15	R$ 92,1400
13/03/2025 às 10:39:46	26.768.764/0001-15	R$ 92,0900
13/03/2025 às 10:40:16	26.768.764/0001-15	R$ 92,0400
13/03/2025 às 10:40:37	26.768.764/0001-15	R$ 91,9900
13/03/2025 às 10:41:01	26.768.764/0001-15	R$ 91,9400
13/03/2025 às 10:41:20	26.768.764/0001-15	R$ 91,8900
13/03/2025 às 10:41:51	26.768.764/0001-15	R$ 91,8400
13/03/2025 às 10:42:03	26.768.764/0001-15	R$ 91,7900
13/03/2025 às 10:42:16	26.768.764/0001-15	R$ 91,7400
13/03/2025 às 10:42:28	26.768.764/0001-15	R$ 91,6900
13/03/2025 às 10:42:47	26.768.764/0001-15	R$ 91,6200
13/03/2025 às 10:43:00	26.768.764/0001-15	R$ 91,1900
13/03/2025 às 10:45:04	21.308.480/0001-22	R$ 69,2000
13/03/2025 às 10:45:04	26.768.764/0001-15	R$ 91,1400
13/03/2025 às 10:45:29	21.308.480/0001-22	R$ 69,1500
13/03/2025 às 10:45:35	26.768.764/0001-15	R$ 91,0900
13/03/2025 às 10:46:07	21.308.480/0001-22	R$ 69,1000
13/03/2025 às 10:46:13	26.768.764/0001-15	R$ 91,0400
13/03/2025 às 10:46:24	21.308.480/0001-22	R$ 69,0500
13/03/2025 às 10:46:25	26.768.764/0001-15	R$ 90,9900
13/03/2025 às 10:46:44	21.308.480/0001-22	R$ 69,0000
13/03/2025 às 10:46:50	26.768.764/0001-15	R$ 90,9400
13/03/2025 às 10:47:06	21.308.480/0001-22	R$ 68,9500
13/03/2025 às 10:47:09	26.768.764/0001-15	R$ 90,8900
13/03/2025 às 10:47:21	21.308.480/0001-22	R$ 68,9000
13/03/2025 às 10:47:21	26.768.764/0001-15	R$ 90,8400
13/03/2025 às 10:47:38	21.308.480/0001-22	R$ 68,8500
13/03/2025 às 10:47:40	26.768.764/0001-15	R$ 90,7900
13/03/2025 às 10:47:54	21.308.480/0001-22	R$ 68,8000
13/03/2025 às 10:48:08	21.308.480/0001-22	R$ 68,7500
13/03/2025 às 10:48:13	34.158.836/0001-30	R$ 50,0000

Data/hora	Participante	Lance
13/03/2025 às 10:49:40	21.308.480/0001-22	R$ 68,6500
13/03/2025 às 10:49:44	26.768.764/0001-15	R$ 90,7400
13/03/2025 às 10:49:59	21.308.480/0001-22	R$ 68,6000
13/03/2025 às 10:50:15	21.308.480/0001-22	R$ 68,5000
13/03/2025 às 10:50:16	26.768.764/0001-15	R$ 90,6900
13/03/2025 às 10:50:34	21.308.480/0001-22	R$ 68,4000
13/03/2025 às 10:50:35	26.768.764/0001-15	R$ 90,6400
13/03/2025 às 10:50:35	56.150.801/0001-98	R$ 49,8500
13/03/2025 às 10:51:00	21.308.480/0001-22	R$ 68,2000
13/03/2025 às 10:51:06	26.768.764/0001-15	R$ 90,5600
13/03/2025 às 10:51:31	21.308.480/0001-22	R$ 68,0000
13/03/2025 às 10:51:37	26.768.764/0001-15	R$ 90,4800
13/03/2025 às 10:51:50	21.308.480/0001-22	R$ 67,8000
13/03/2025 às 10:51:51	26.768.764/0001-15	R$ 90,4000
13/03/2025 às 10:52:13	21.308.480/0001-22	R$ 67,6000
13/03/2025 às 10:52:16	26.768.764/0001-15	R$ 90,3300
13/03/2025 às 10:52:45	21.308.480/0001-22	R$ 67,4000
13/03/2025 às 10:52:47	26.768.764/0001-15	R$ 90,2500
13/03/2025 às 10:52:55	34.158.836/0001-30	R$ 45,0000
13/03/2025 às 10:52:57	21.308.480/0001-22	R$ 67,2000
13/03/2025 às 10:53:00	26.768.764/0001-15	R$ 90,1700
13/03/2025 às 10:53:19	56.150.801/0001-98	R$ 44,8900
13/03/2025 às 10:53:26	21.308.480/0001-22	R$ 66,8000
13/03/2025 às 10:53:31	26.768.764/0001-15	R$ 90,0200
13/03/2025 às 10:54:07	21.308.480/0001-22	R$ 66,6000
13/03/2025 às 10:55:03	34.158.836/0001-30	R$ 40,0000
13/03/2025 às 10:55:14	56.150.801/0001-98	R$ 39,8500
13/03/2025 às 10:55:23	34.158.836/0001-30	R$ 38,0000
13/03/2025 às 10:55:41	56.150.801/0001-98	R$ 39,8000
13/03/2025 às 10:55:50	56.150.801/0001-98	R$ 37,9500

Item 2 do Grupo G1 - Emissão de certificado digital a3, sem token pessoa jurídica

EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL PARA PESSOA JURÍDICA TIPO A3 (e-CNPJ).

Quantidade:	10	Valor estimado:	R$ 459,5300 (unitário)
Unidade de fornecimento:	UNIDADE		R$ 4.595,3000 (total)
Intervalo mínimo entre lances:	R$ 0,0500	Situação:	Aberto para recursos
Critério de julgamento:	Menor Preço		

Aceito e Habilitado por CPF ***.497.***-*8 - IURY FECHINE RAMOS para AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 21.308.480/0001-22, melhor lance: R$ 72,0000 (unitário) / R$ 720,0000 (total)

Propostas do Item 2

Benefício Me/Epp: Conforme Art. 3ª da Lei Complementar nª 123, de 14 de dezembro de 2006
Programa de integridade: Conforme termos previsos na Lei nª 14.133/2021 e no Decreto nª 12.304/2024

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
13.459.067/0001-30 - 13.459.067 EDVAN SOUZA SILVA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: RN	R$ 511,0000 (unitário) R$ 5.110,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 511,0000 (unitário) R$ 5.110,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 10
57.983.065/0001-11 - 57.983.065 CARLOS VINICIUS DA SILVA SANTOS Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Não UF endereço: SE	R$ 65,0000 (unitário) R$ 650,0000 (total)	Proposta desclassificada
Valor proposta: R$ 250,0000 (unitário) R$ 2.500,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 10
21.308.480/0001-22 - AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Não UF endereço: GO	R$ 72,0000 (unitário) R$ 720,0000 (total)	Fornecedor habilitado
Valor proposta: R$ 500,0000 (unitário) R$ 5.000,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 10
52.046.008/0001-92 - ARMANDO SEMEGHINI NETO Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: SP	R$ 900,0000 (unitário) R$ 9.000,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 900,0000 (unitário) R$ 9.000,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 10
04.468.603/0001-73 - ASAS TECNOLOGIA SERVICOS E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 184,0000 (unitário) R$ 1.840,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 40.000,0000 (unitário) R$ 400.000,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 10

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
39.383.509/0001-04 - CERTIFYSEC TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: RS	R$ 110,0000 (unitário) R$ 1.100,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 110,0000 (unitário) R$ 1.100,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 10
26.768.764/0001-15 - CONFIANCA EMPREENDIMENTOS DIGITAL LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Não UF endereço: SP	R$ 99,0200 (unitário) R$ 990,2000 (total)	-
Valor proposta: R$ 297,0000 (unitário) R$ 2.970,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 10
24.448.443/0001-08 - DIGITAL LOCK SERVICO DE CERTIFICACAO DIGITAL LTDA Benefício Me/Epp: Não Programa de integridade: Não UF endereço: RO	R$ 55,0000 (unitário) R$ 550,0000 (total)	Proposta desclassificada
Valor proposta: R$ 200,0000 (unitário) R$ 2.000,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 10
19.615.240/0001-29 - E C DE S BULGARELLI LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 152,0000 (unitário) R$ 1.520,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 330,0000 (unitário) R$ 3.300,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 10
56.150.801/0001-98 - FRANCINEIDE GOMES SANTOS PAMPONET LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: BA	R$ 48,8500 (unitário) R$ 488,5000 (total)	Proposta desclassificada
Valor proposta: R$ 180,0000 (unitário) R$ 1.800,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 10
39.532.571/0001-02 - GIUSEPPE ANTONIO FOGACA GERBALDO Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 1.500,0000 (unitário) R$ 15.000,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 1.500,0000 (unitário) R$ 15.000,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 10
42.066.156/0001-15 - GOTAS DA AMAZONIA LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 332,3400 (unitário) R$ 3.323,4000 (total)	-
Valor proposta: R$ 332,3400 (unitário) R$ 3.323,4000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 10

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
31.250.328/0001-90 - H S DISTRIBUIDORA LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 360,0000 (unitário) R$ 3.600,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 360,0000 (unitário) R$ 3.600,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 10
53.874.039/0001-02 - HVD COMERCIO E REPRESENTACAO DE SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 400,0000 (unitário) R$ 4.000,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 400,0000 (unitário) R$ 4.000,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 10
57.794.545/0001-34 - IMPERIO CERTIFICADO DIGITAL LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: SP	R$ 500,0000 (unitário) R$ 5.000,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 500,0000 (unitário) R$ 5.000,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 10
49.300.396/0001-81 - LEIDE CRISTINA RODRIGUES DA ENCARNACAO Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Não UF endereço: MG	R$ 84,7000 (unitário) R$ 847,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 350,0000 (unitário) R$ 3.500,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 10
27.879.263/0001-79 - MANAU CERTIFICADORA DIGITAL LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 80,0000 (unitário) R$ 800,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 230,0000 (unitário) R$ 2.300,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 10
55.153.071/0001-16 - MANAUS ELETRO LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 120,0000 (unitário) R$ 1.200,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 150,0000 (unitário) R$ 1.500,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 10
40.829.740/0001-50 - N R SERVICOS DE CERTIFICACAO DIGITAL LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: PA	R$ 68,7000 (unitário) R$ 687,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 190,0000 (unitário) R$ 1.900,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 10

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
14.848.278/0001-28 - OLIVEIRA E SANTOS CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 200,0000 (unitário) R$ 2.000,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 332,0000 (unitário) R$ 3.320,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 10
42.857.843/0001-59 - QUALIZEN CORRETORA DE SEGUROS LTDA. Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 300,0000 (unitário) R$ 3.000,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 340,0000 (unitário) R$ 3.400,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 10
15.655.026/0001-45 - RNL TRADE AND FACILITIES LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: DF	R$ 102.570.000,0000 (unitário) R$ 1.025.700.000,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 102.570.000,0000 (unitário) R$ 1.025.700.000,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 10
34.158.836/0001-30 - TECH MINAS DIGITAL LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: MG	R$ 50,0000 (unitário) R$ 500,0000 (total)	Proposta desclassificada
Valor proposta: R$ 100,0000 (unitário) R$ 1.000,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 10

Lances do Item 2

Data/hora	Participante	Lance
13/03/2025 às 10:10:07	26.768.764/0001-15	R$ 118,0400
13/03/2025 às 10:10:35	40.829.740/0001-50	R$ 99,0000
13/03/2025 às 10:10:43	56.150.801/0001-98	R$ 98,0000
13/03/2025 às 10:11:21	57.983.065/0001-11	R$ 97,0000
13/03/2025 às 10:11:44	26.768.764/0001-15	R$ 113,9400
13/03/2025 às 10:11:53	57.983.065/0001-11	R$ 85,0000
13/03/2025 às 10:11:56	24.448.443/0001-08	R$ 100,0000
13/03/2025 às 10:11:56	26.768.764/0001-15	R$ 106,9900
13/03/2025 às 10:12:09	26.768.764/0001-15	R$ 102,4400
13/03/2025 às 10:12:10	56.150.801/0001-98	R$ 84,8000
13/03/2025 às 10:12:20	19.615.240/0001-29	R$ 152,0000
13/03/2025 às 10:12:21	26.768.764/0001-15	R$ 102,1600
13/03/2025 às 10:12:25	57.983.065/0001-11	R$ 69,0000

Data/hora	Participante	Lance
13/03/2025 às 10:12:36	56.150.801/0001-98	R$ 68,8900
13/03/2025 às 10:12:45	04.468.603/0001-73	R$ 184,0000
13/03/2025 às 10:12:55	27.879.263/0001-79	R$ 80,0000
13/03/2025 às 10:13:00	40.829.740/0001-50	R$ 68,7000
13/03/2025 às 10:13:00	55.153.071/0001-16	R$ 120,0000
13/03/2025 às 10:13:10	57.983.065/0001-11	R$ 65,0000
13/03/2025 às 10:13:24	56.150.801/0001-98	R$ 64,8000
13/03/2025 às 10:13:30	14.848.278/0001-28	R$ 200,0000
13/03/2025 às 10:15:39	42.857.843/0001-59	R$ 300,0000
13/03/2025 às 10:17:41	24.448.443/0001-08	R$ 70,0000
13/03/2025 às 10:19:33	24.448.443/0001-08	R$ 68,0000
13/03/2025 às 10:19:58	24.448.443/0001-08	R$ 65,0000
13/03/2025 às 10:20:50	24.448.443/0001-08	R$ 60,0000
13/03/2025 às 10:21:09	26.768.764/0001-15	R$ 101,9800
13/03/2025 às 10:21:21	26.768.764/0001-15	R$ 101,5300
13/03/2025 às 10:21:28	56.150.801/0001-98	R$ 59,8900
13/03/2025 às 10:21:39	26.768.764/0001-15	R$ 101,4800
13/03/2025 às 10:22:37	24.448.443/0001-08	R$ 55,0000
13/03/2025 às 10:22:55	49.300.396/0001-81	R$ 84,7000
13/03/2025 às 10:37:45	21.308.480/0001-22	R$ 72,0000
13/03/2025 às 10:38:36	26.768.764/0001-15	R$ 101,4300
13/03/2025 às 10:39:14	26.768.764/0001-15	R$ 101,3800
13/03/2025 às 10:39:45	26.768.764/0001-15	R$ 101,3300
13/03/2025 às 10:40:16	26.768.764/0001-15	R$ 101,2800
13/03/2025 às 10:40:37	26.768.764/0001-15	R$ 101,2300
13/03/2025 às 10:41:01	26.768.764/0001-15	R$ 101,1800
13/03/2025 às 10:41:20	26.768.764/0001-15	R$ 101,1300
13/03/2025 às 10:41:51	26.768.764/0001-15	R$ 101,0800
13/03/2025 às 10:42:03	26.768.764/0001-15	R$ 101,0300
13/03/2025 às 10:42:16	26.768.764/0001-15	R$ 100,9800
13/03/2025 às 10:42:29	26.768.764/0001-15	R$ 100,9200
13/03/2025 às 10:42:48	26.768.764/0001-15	R$ 100,8500
13/03/2025 às 10:43:00	26.768.764/0001-15	R$ 100,3600

Data/hora	Participante	Lance
13/03/2025 às 10:45:04	26.768.764/0001-15	R$ 100,3100
13/03/2025 às 10:45:35	26.768.764/0001-15	R$ 100,2600
13/03/2025 às 10:46:13	26.768.764/0001-15	R$ 100,2100
13/03/2025 às 10:46:25	26.768.764/0001-15	R$ 100,1600
13/03/2025 às 10:46:50	26.768.764/0001-15	R$ 100,1100
13/03/2025 às 10:47:09	26.768.764/0001-15	R$ 100,0600
13/03/2025 às 10:47:21	26.768.764/0001-15	R$ 100,0100
13/03/2025 às 10:47:40	26.768.764/0001-15	R$ 99,9600
13/03/2025 às 10:47:58	26.768.764/0001-15	R$ 99,9100
13/03/2025 às 10:48:11	26.768.764/0001-15	R$ 99,8600
13/03/2025 às 10:48:19	34.158.836/0001-30	R$ 50,0000
13/03/2025 às 10:49:45	26.768.764/0001-15	R$ 99,8100
13/03/2025 às 10:50:04	26.768.764/0001-15	R$ 99,7600
13/03/2025 às 10:50:16	26.768.764/0001-15	R$ 99,7100
13/03/2025 às 10:50:35	26.768.764/0001-15	R$ 99,6600
13/03/2025 às 10:50:39	56.150.801/0001-98	R$ 48,8500
13/03/2025 às 10:51:06	26.768.764/0001-15	R$ 99,5800
13/03/2025 às 10:51:37	26.768.764/0001-15	R$ 99,5000
13/03/2025 às 10:51:51	26.768.764/0001-15	R$ 99,4200
13/03/2025 às 10:52:16	26.768.764/0001-15	R$ 99,3400
13/03/2025 às 10:52:47	26.768.764/0001-15	R$ 99,2600
13/03/2025 às 10:52:59	26.768.764/0001-15	R$ 99,1800
13/03/2025 às 10:53:31	26.768.764/0001-15	R$ 99,0200

Item 3 do Grupo G1 - Emissão de Certificado Digital A1 para Equipamento Servidor

EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL SSL WILDCARD PARA SISTEMAS WEB.

Quantidade:	10	Valor estimado:	R$ 964,5500 (unitário)
Unidade de fornecimento:	UNIDADE		R$ 9.645,5000 (total)
Intervalo mínimo entre lances:	R$ 0,0500	Situação:	Aberto para recursos
Critério de julgamento:	Menor Preço		

Aceito e Habilitado por CPF ***.497.***-*8 - IURY FECHINE RAMOS para AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 21.308.480/0001-22, melhor lance: R$ 964,5500 (unitário) / R$ 9.645,5000 (total)

Propostas do Item 3

Benefício Me/Epp: Conforme Art. 3ª da Lei Complementar nª 123, de 14 de dezembro de 2006
Programa de integridade: Conforme termos previsos na Lei nª 14.133/2021 e no Decreto nª 12.304/2024

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
13.459.067/0001-30 - 13.459.067 EDVAN SOUZA SILVA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: RN	R$ 2.418,0000 (unitário) R$ 24.180,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 2.418,0000 (unitário) R$ 24.180,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 10
57.983.065/0001-11 - 57.983.065 CARLOS VINICIUS DA SILVA SANTOS Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Não UF endereço: SE	R$ 1.299,0000 (unitário) R$ 12.990,0000 (total)	Proposta desclassificada
Valor proposta: R$ 4.000,0000 (unitário) R$ 40.000,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 10
21.308.480/0001-22 - AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Não UF endereço: GO	R$ 964,5500 (unitário) R$ 9.645,5000 (total)	Fornecedor habilitado
Valor proposta: R$ 2.600,0000 (unitário) R$ 26.000,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 10
52.046.008/0001-92 - ARMANDO SEMEGHINI NETO Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: SP	R$ 2.740,0000 (unitário) R$ 27.400,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 2.740,0000 (unitário) R$ 27.400,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 10
04.468.603/0001-73 - ASAS TECNOLOGIA SERVICOS E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 400,0000 (unitário) R$ 4.000,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 10.000,0000 (unitário) R$ 100.000,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 10

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
39.383.509/0001-04 - CERTIFYSEC TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: RS	R$ 2.150,0000 (unitário) R$ 21.500,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 2.150,0000 (unitário) R$ 21.500,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 10
26.768.764/0001-15 - CONFIANCA EMPREENDIMENTOS DIGITAL LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Não UF endereço: SP	R$ 1.300,7400 (unitário) R$ 13.007,4000 (total)	-
Valor proposta: R$ 3.900,0000 (unitário) R$ 39.000,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 10
24.448.443/0001-08 - DIGITAL LOCK SERVICO DE CERTIFICACAO DIGITAL LTDA Benefício Me/Epp: Não Programa de integridade: Não UF endereço: RO	R$ 1.650,0000 (unitário) R$ 16.500,0000 (total)	Proposta desclassificada
Valor proposta: R$ 2.000,0000 (unitário) R$ 20.000,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 10
19.615.240/0001-29 - E C DE S BULGARELLI LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 2.750,0000 (unitário) R$ 27.500,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 3.500,0000 (unitário) R$ 35.000,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 10
56.150.801/0001-98 - FRANCINEIDE GOMES SANTOS PAMPONET LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: BA	R$ 117,8500 (unitário) R$ 1.178,5000 (total)	Proposta desclassificada
Valor proposta: R$ 500,0000 (unitário) R$ 5.000,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 10
39.532.571/0001-02 - GIUSEPPE ANTONIO FOGACA GERBALDO Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 12.000,0000 (unitário) R$ 120.000,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 12.000,0000 (unitário) R$ 120.000,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 10
42.066.156/0001-15 - GOTAS DA AMAZONIA LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 217,0000 (unitário) R$ 2.170,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 217,0000 (unitário) R$ 2.170,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 10

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
31.250.328/0001-90 - H S DISTRIBUIDORA LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 280,0000 (unitário) R$ 2.800,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 280,0000 (unitário) R$ 2.800,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 10
53.874.039/0001-02 - HVD COMERCIO E REPRESENTACAO DE SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 300,0000 (unitário) R$ 3.000,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 300,0000 (unitário) R$ 3.000,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 10
57.794.545/0001-34 - IMPERIO CERTIFICADO DIGITAL LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: SP	R$ 500,0000 (unitário) R$ 5.000,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 500,0000 (unitário) R$ 5.000,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 10
49.300.396/0001-81 - LEIDE CRISTINA RODRIGUES DA ENCARNACAO Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Não UF endereço: MG	R$ 1.452,0000 (unitário) R$ 14.520,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 3.500,0000 (unitário) R$ 35.000,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 10
27.879.263/0001-79 - MANAU CERTIFICADORA DIGITAL LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 900,0000 (unitário) R$ 9.000,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 2.200,0000 (unitário) R$ 22.000,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 10
55.153.071/0001-16 - MANAUS ELETRO LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 350,0000 (unitário) R$ 3.500,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 3.000,0000 (unitário) R$ 30.000,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 10
40.829.740/0001-50 - N R SERVICOS DE CERTIFICACAO DIGITAL LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: PA	R$ 3.000,0000 (unitário) R$ 30.000,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 3.000,0000 (unitário) R$ 30.000,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 10

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
14.848.278/0001-28 - OLIVEIRA E SANTOS CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 120,0000 (unitário) R$ 1.200,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 237,0000 (unitário) R$ 2.370,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 10
42.857.843/0001-59 - QUALIZEN CORRETORA DE SEGUROS LTDA. Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 160,0000 (unitário) R$ 1.600,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 460,0000 (unitário) R$ 4.600,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 10
15.655.026/0001-45 - RNL TRADE AND FACILITIES LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: DF	R$ 101.930.000,0000 (unitário) R$ 1.019.300.000,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 101.930.000,0000 (unitário) R$ 1.019.300.000,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 10
34.158.836/0001-30 - TECH MINAS DIGITAL LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: MG	R$ 118,0000 (unitário) R$ 1.180,0000 (total)	Proposta desclassificada
Valor proposta: R$ 2.000,0000 (unitário) R$ 20.000,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 10

Lances do Item 3

Data/hora	Participante	Lance
13/03/2025 às 10:10:07	26.768.764/0001-15	R$ 1.550,1000
13/03/2025 às 10:10:49	56.150.801/0001-98	R$ 216,0000
13/03/2025 às 10:11:01	57.983.065/0001-11	R$ 1.900,0000
13/03/2025 às 10:11:44	26.768.764/0001-15	R$ 1.496,3100
13/03/2025 às 10:11:56	26.768.764/0001-15	R$ 1.405,0400
13/03/2025 às 10:12:00	57.983.065/0001-11	R$ 1.500,0000
13/03/2025 às 10:12:06	24.448.443/0001-08	R$ 1.690,0000
13/03/2025 às 10:12:09	26.768.764/0001-15	R$ 1.345,3400
13/03/2025 às 10:12:21	26.768.764/0001-15	R$ 1.341,6600
13/03/2025 às 10:12:46	19.615.240/0001-29	R$ 2.750,0000
13/03/2025 às 10:12:56	04.468.603/0001-73	R$ 400,0000
13/03/2025 às 10:12:56	57.983.065/0001-11	R$ 1.299,0000
13/03/2025 às 10:13:25	55.153.071/0001-16	R$ 350,0000

Data/hora	Participante	Lance
13/03/2025 às 10:13:41	14.848.278/0001-28	R$ 120,0000
13/03/2025 às 10:13:51	27.879.263/0001-79	R$ 900,0000
13/03/2025 às 10:14:14	56.150.801/0001-98	R$ 119,8000
13/03/2025 às 10:16:01	42.857.843/0001-59	R$ 160,0000
13/03/2025 às 10:21:08	26.768.764/0001-15	R$ 1.339,3100
13/03/2025 às 10:21:11	24.448.443/0001-08	R$ 1.650,0000
13/03/2025 às 10:21:21	26.768.764/0001-15	R$ 1.333,4500
13/03/2025 às 10:21:39	26.768.764/0001-15	R$ 1.333,3300
13/03/2025 às 10:22:55	49.300.396/0001-81	R$ 1.452,0000
13/03/2025 às 10:38:06	21.308.480/0001-22	R$ 964,5500
13/03/2025 às 10:38:35	26.768.764/0001-15	R$ 1.333,1400
13/03/2025 às 10:39:14	26.768.764/0001-15	R$ 1.332,9900
13/03/2025 às 10:39:45	26.768.764/0001-15	R$ 1.332,8700
13/03/2025 às 10:40:16	26.768.764/0001-15	R$ 1.332,7800
13/03/2025 às 10:40:36	26.768.764/0001-15	R$ 1.332,7200
13/03/2025 às 10:41:01	26.768.764/0001-15	R$ 1.332,6700
13/03/2025 às 10:41:20	26.768.764/0001-15	R$ 1.332,2400
13/03/2025 às 10:41:51	26.768.764/0001-15	R$ 1.331,4900
13/03/2025 às 10:42:03	26.768.764/0001-15	R$ 1.330,8900
13/03/2025 às 10:42:16	26.768.764/0001-15	R$ 1.330,3900
13/03/2025 às 10:42:28	26.768.764/0001-15	R$ 1.329,5800
13/03/2025 às 10:42:47	26.768.764/0001-15	R$ 1.328,5200
13/03/2025 às 10:43:00	26.768.764/0001-15	R$ 1.321,0600
13/03/2025 às 10:45:04	26.768.764/0001-15	R$ 1.320,5200
13/03/2025 às 10:45:35	26.768.764/0001-15	R$ 1.320,1100
13/03/2025 às 10:46:12	26.768.764/0001-15	R$ 1.319,7800
13/03/2025 às 10:46:25	26.768.764/0001-15	R$ 1.319,5100
13/03/2025 às 10:46:50	26.768.764/0001-15	R$ 1.319,3000
13/03/2025 às 10:47:09	26.768.764/0001-15	R$ 1.319,1300
13/03/2025 às 10:47:21	26.768.764/0001-15	R$ 1.319,0000
13/03/2025 às 10:47:40	26.768.764/0001-15	R$ 1.318,9000
13/03/2025 às 10:47:58	26.768.764/0001-15	R$ 1.318,8300
13/03/2025 às 10:48:11	26.768.764/0001-15	R$ 1.318,7800

Data/hora	Participante	Lance
13/03/2025 às 10:49:05	34.158.836/0001-30	R$ 118,0000
13/03/2025 às 10:49:44	26.768.764/0001-15	R$ 1.317,8500
13/03/2025 às 10:50:03	26.768.764/0001-15	R$ 1.317,5700
13/03/2025 às 10:50:16	26.768.764/0001-15	R$ 1.316,9000
13/03/2025 às 10:50:35	26.768.764/0001-15	R$ 1.316,3800
13/03/2025 às 10:50:45	56.150.801/0001-98	R$ 117,8500
13/03/2025 às 10:51:06	26.768.764/0001-15	R$ 1.314,4900
13/03/2025 às 10:51:37	26.768.764/0001-15	R$ 1.312,6300
13/03/2025 às 10:51:51	26.768.764/0001-15	R$ 1.310,7800
13/03/2025 às 10:52:16	26.768.764/0001-15	R$ 1.308,9300
13/03/2025 às 10:52:47	26.768.764/0001-15	R$ 1.306,9000
13/03/2025 às 10:53:00	26.768.764/0001-15	R$ 1.304,9100
13/03/2025 às 10:53:30	26.768.764/0001-15	R$ 1.300,7400

Item 4 do Grupo G1 - Emissão de certificado digital a1 para pessoa jurídica

EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL PARA PESSOA JURÍDICA TIPO A1 (e-CNPJ).

Quantidade:	4	Valor estimado:	R$ 232,0300 (unitário)
Unidade de fornecimento:	UNIDADE		R$ 928,1200 (total)
Intervalo mínimo entre lances:	R$ 0,0500	Situação:	Aberto para recursos
Critério de julgamento:	Menor Preço		

Aceito e Habilitado por CPF ***.497.***-*8 - IURY FECHINE RAMOS para AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 21.308.480/0001-22, melhor lance: R$ 70,0000 (unitário) / R$ 280,0000 (total)

Propostas do Item 4

Benefício Me/Epp: Conforme Art. 3ª da Lei Complementar nª 123, de 14 de dezembro de 2006
Programa de integridade: Conforme termos previsos na Lei nª 14.133/2021 e no Decreto nª 12.304/2024

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
13.459.067/0001-30 - 13.459.067 EDVAN SOUZA SILVA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: RN	R$ 260,0000 (unitário) R$ 1.040,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 260,0000 (unitário) R$ 1.040,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 4

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
57.983.065/0001-11 - 57.983.065 CARLOS VINICIUS DA SILVA SANTOS Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Não UF endereço: SE	R$ 80,0000 (unitário) R$ 320,0000 (total)	Proposta desclassificada
Valor proposta: R$ 200,0000 (unitário) R$ 800,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 4
21.308.480/0001-22 - AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Não UF endereço: GO	R$ 70,0000 (unitário) R$ 280,0000 (total)	Fornecedor habilitado
Valor proposta: R$ 255,0000 (unitário) R$ 1.020,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 4
52.046.008/0001-92 - ARMANDO SEMEGHINI NETO Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: SP	R$ 90,0000 (unitário) R$ 360,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 90,0000 (unitário) R$ 360,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 4
04.468.603/0001-73 - ASAS TECNOLOGIA SERVICOS E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 180,0000 (unitário) R$ 720,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 10.000,0000 (unitário) R$ 40.000,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 4
39.383.509/0001-04 - CERTIFYSEC TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: RS	R$ 130,0000 (unitário) R$ 520,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 130,0000 (unitário) R$ 520,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 4
26.768.764/0001-15 - CONFIANCA EMPREENDIMENTOS DIGITAL LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Não UF endereço: SP	R$ 99,0200 (unitário) R$ 396,0800 (total)	-
Valor proposta: R$ 297,0000 (unitário) R$ 1.188,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 4
24.448.443/0001-08 - DIGITAL LOCK SERVICO DE CERTIFICACAO DIGITAL LTDA Benefício Me/Epp: Não Programa de integridade: Não UF endereço: RO	R$ 53,0000 (unitário) R$ 212,0000 (total)	Proposta desclassificada
Valor proposta: R$ 1.000,0000 (unitário) R$ 4.000,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 4

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
19.615.240/0001-29 - E C DE S BULGARELLI LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 102,0000 (unitário) R$ 408,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 270,0000 (unitário) R$ 1.080,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 4
56.150.801/0001-98 - FRANCINEIDE GOMES SANTOS PAMPONET LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: BA	R$ 39,8900 (unitário) R$ 159,5600 (total)	Proposta desclassificada
Valor proposta: R$ 180,0000 (unitário) R$ 720,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 4
39.532.571/0001-02 - GIUSEPPE ANTONIO FOGACA GERBALDO Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 1.500,0000 (unitário) R$ 6.000,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 1.500,0000 (unitário) R$ 6.000,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 4
42.066.156/0001-15 - GOTAS DA AMAZONIA LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 217,0000 (unitário) R$ 868,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 217,0000 (unitário) R$ 868,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 4
31.250.328/0001-90 - H S DISTRIBUIDORA LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 280,0000 (unitário) R$ 1.120,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 280,0000 (unitário) R$ 1.120,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 4
53.874.039/0001-02 - HVD COMERCIO E REPRESENTACAO DE SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 140,0000 (unitário) R$ 560,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 140,0000 (unitário) R$ 560,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 4
57.794.545/0001-34 - IMPERIO CERTIFICADO DIGITAL LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: SP	R$ 600,0000 (unitário) R$ 2.400,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 600,0000 (unitário) R$ 2.400,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 4

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
49.300.396/0001-81 - LEIDE CRISTINA RODRIGUES DA ENCARNACAO Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Não UF endereço: MG	R$ 48,4000 (unitário) R$ 193,6000 (total)	-
Valor proposta: R$ 90,0000 (unitário) R$ 360,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 4
27.879.263/0001-79 - MANAU CERTIFICADORA DIGITAL LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 99,0000 (unitário) R$ 396,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 190,0000 (unitário) R$ 760,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 4
55.153.071/0001-16 - MANAUS ELETRO LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 150,0000 (unitário) R$ 600,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 150,0000 (unitário) R$ 600,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 4
40.829.740/0001-50 - N R SERVICOS DE CERTIFICACAO DIGITAL LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: PA	R$ 79,8000 (unitário) R$ 319,2000 (total)	-
Valor proposta: R$ 140,0000 (unitário) R$ 560,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 4
14.848.278/0001-28 - OLIVEIRA E SANTOS CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 120,0000 (unitário) R$ 480,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 237,0000 (unitário) R$ 948,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 4
42.857.843/0001-59 - QUALIZEN CORRETORA DE SEGUROS LTDA. Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 160,0000 (unitário) R$ 640,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 235,0000 (unitário) R$ 940,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 4
15.655.026/0001-45 - RNL TRADE AND FACILITIES LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: DF	R$ 102.940.000,0000 (unitário) R$ 411.760.000,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 102.940.000,0000 (unitário) R$ 411.760.000,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 4

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
34.158.836/0001-30 - TECH MINAS DIGITAL LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: MG	R$ 40,0000 (unitário) R$ 160,0000 (total)	Proposta desclassificada

Valor proposta: R$ 100,0000 (unitário) R$ 400,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado Quantidade ofertada: 4

Lances do Item 4

Data/hora	Participante	Lance
13/03/2025 às 10:10:07	26.768.764/0001-15	R$ 118,0400
13/03/2025 às 10:10:52	56.150.801/0001-98	R$ 89,0000
13/03/2025 às 10:10:56	40.829.740/0001-50	R$ 88,0000
13/03/2025 às 10:10:59	57.983.065/0001-11	R$ 80,0000
13/03/2025 às 10:11:08	56.150.801/0001-98	R$ 79,8500
13/03/2025 às 10:11:44	26.768.764/0001-15	R$ 113,9400
13/03/2025 às 10:11:56	26.768.764/0001-15	R$ 106,9900
13/03/2025 às 10:12:09	26.768.764/0001-15	R$ 102,4400
13/03/2025 às 10:12:17	24.448.443/0001-08	R$ 100,0000
13/03/2025 às 10:12:21	26.768.764/0001-15	R$ 102,1600
13/03/2025 às 10:13:09	04.468.603/0001-73	R$ 180,0000
13/03/2025 às 10:13:56	14.848.278/0001-28	R$ 120,0000
13/03/2025 às 10:13:59	40.829.740/0001-50	R$ 79,8000
13/03/2025 às 10:14:01	27.879.263/0001-79	R$ 99,0000
13/03/2025 às 10:14:20	56.150.801/0001-98	R$ 79,5500
13/03/2025 às 10:14:36	19.615.240/0001-29	R$ 102,0000
13/03/2025 às 10:16:09	42.857.843/0001-59	R$ 160,0000
13/03/2025 às 10:18:26	24.448.443/0001-08	R$ 70,0000
13/03/2025 às 10:19:40	56.150.801/0001-98	R$ 69,8000
13/03/2025 às 10:20:10	24.448.443/0001-08	R$ 65,0000
13/03/2025 às 10:20:17	56.150.801/0001-98	R$ 64,8900
13/03/2025 às 10:21:09	26.768.764/0001-15	R$ 101,9800
13/03/2025 às 10:21:21	26.768.764/0001-15	R$ 101,5300
13/03/2025 às 10:21:34	24.448.443/0001-08	R$ 63,0000
13/03/2025 às 10:21:40	26.768.764/0001-15	R$ 101,4800
13/03/2025 às 10:22:44	56.150.801/0001-98	R$ 62,8900

Data/hora	Participante	Lance
13/03/2025 às 10:22:45	49.300.396/0001-81	R$ 62,9500
13/03/2025 às 10:22:48	49.300.396/0001-81	R$ 62,8400
13/03/2025 às 10:22:56	49.300.396/0001-81	R$ 48,4000
13/03/2025 às 10:22:58	24.448.443/0001-08	R$ 55,0000
13/03/2025 às 10:24:18	24.448.443/0001-08	R$ 53,0000
13/03/2025 às 10:25:48	56.150.801/0001-98	R$ 48,3500
13/03/2025 às 10:38:20	21.308.480/0001-22	R$ 70,0000
13/03/2025 às 10:38:36	26.768.764/0001-15	R$ 101,4300
13/03/2025 às 10:39:14	26.768.764/0001-15	R$ 101,3800
13/03/2025 às 10:39:45	26.768.764/0001-15	R$ 101,3300
13/03/2025 às 10:40:16	26.768.764/0001-15	R$ 101,2800
13/03/2025 às 10:40:37	26.768.764/0001-15	R$ 101,2300
13/03/2025 às 10:41:01	26.768.764/0001-15	R$ 101,1800
13/03/2025 às 10:41:20	26.768.764/0001-15	R$ 101,1300
13/03/2025 às 10:41:51	26.768.764/0001-15	R$ 101,0800
13/03/2025 às 10:42:04	26.768.764/0001-15	R$ 101,0300
13/03/2025 às 10:42:16	26.768.764/0001-15	R$ 100,9800
13/03/2025 às 10:42:28	26.768.764/0001-15	R$ 100,9200
13/03/2025 às 10:42:48	26.768.764/0001-15	R$ 100,8500
13/03/2025 às 10:43:00	26.768.764/0001-15	R$ 100,3600
13/03/2025 às 10:45:04	26.768.764/0001-15	R$ 100,3100
13/03/2025 às 10:45:35	26.768.764/0001-15	R$ 100,2600
13/03/2025 às 10:46:13	26.768.764/0001-15	R$ 100,2100
13/03/2025 às 10:46:25	26.768.764/0001-15	R$ 100,1600
13/03/2025 às 10:46:50	26.768.764/0001-15	R$ 100,1100
13/03/2025 às 10:47:09	26.768.764/0001-15	R$ 100,0600
13/03/2025 às 10:47:21	26.768.764/0001-15	R$ 100,0100
13/03/2025 às 10:47:40	26.768.764/0001-15	R$ 99,9600
13/03/2025 às 10:47:58	26.768.764/0001-15	R$ 99,9100
13/03/2025 às 10:48:11	26.768.764/0001-15	R$ 99,8600
13/03/2025 às 10:48:33	34.158.836/0001-30	R$ 45,0000
13/03/2025 às 10:49:44	26.768.764/0001-15	R$ 99,8100
13/03/2025 às 10:50:04	26.768.764/0001-15	R$ 99,7600

Data/hora	Participante	Lance
13/03/2025 às 10:50:16	26.768.764/0001-15	R$ 99,7100
13/03/2025 às 10:50:34	26.768.764/0001-15	R$ 99,6600
13/03/2025 às 10:51:06	26.768.764/0001-15	R$ 99,5800
13/03/2025 às 10:51:07	56.150.801/0001-98	R$ 44,8900
13/03/2025 às 10:51:37	26.768.764/0001-15	R$ 99,5000
13/03/2025 às 10:51:51	26.768.764/0001-15	R$ 99,4200
13/03/2025 às 10:52:16	26.768.764/0001-15	R$ 99,3400
13/03/2025 às 10:52:47	26.768.764/0001-15	R$ 99,2600
13/03/2025 às 10:52:49	34.158.836/0001-30	R$ 40,0000
13/03/2025 às 10:53:00	26.768.764/0001-15	R$ 99,1800
13/03/2025 às 10:53:30	26.768.764/0001-15	R$ 99,0200
13/03/2025 às 10:54:08	56.150.801/0001-98	R$ 39,8900

Item 5 do Grupo G1 - Emissão de Certificado Digital A1 para Equipamento Servidor

VISITA TÉCNICA PARA VALIDAÇÃO E EMISSÃO DE CERTIFICADOS DIGITAIS.

Quantidade:	25	Valor estimado:	R$ 76,6900 (unitário)
Unidade de fornecimento:	UNIDADE		R$ 1.917,2500 (total)
Intervalo mínimo entre lances:	R$ 0,0500	Situação:	Aberto para recursos
Critério de julgamento:	Menor Preço		

Aceito e Habilitado por CPF ***.497.***-*8 - IURY FECHINE RAMOS para AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 21.308.480/0001-22, melhor lance: R$ 5,0000 (unitário) / R$ 125,0000 (total)

Propostas do Item 5

Benefício Me/Epp: Conforme Art. 3ª da Lei Complementar nª 123, de 14 de dezembro de 2006
Programa de integridade: Conforme termos previsos na Lei nª 14.133/2021 e no Decreto nª 12.304/2024

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
13.459.067/0001-30 - 13.459.067 EDVAN SOUZA SILVA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: RN	R$ 150,0000 (unitário) R$ 3.750,0000 (total)	-

Valor proposta:	R$ 150,0000 (unitário) R$ 3.750,0000 (total)	Valor negociado:	Não Realizado	Quantidade ofertada:	25

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
57.983.065/0001-11 - 57.983.065 CARLOS VINICIUS DA SILVA SANTOS Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Não UF endereço: SE	R$ 90,0000 (unitário) R$ 2.250,0000 (total)	Proposta desclassificada
Valor proposta: R$ 1.000,0000 (unitário) R$ 25.000,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 25
21.308.480/0001-22 - AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Não UF endereço: GO	R$ 5,0000 (unitário) R$ 125,0000 (total)	Fornecedor habilitado
Valor proposta: R$ 200,0000 (unitário) R$ 5.000,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 25
52.046.008/0001-92 - ARMANDO SEMEGHINI NETO Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: SP	R$ 100,0000 (unitário) R$ 2.500,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 100,0000 (unitário) R$ 2.500,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 25
04.468.603/0001-73 - ASAS TECNOLOGIA SERVICOS E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 544,0000 (unitário) R$ 13.600,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 10.000,0000 (unitário) R$ 250.000,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 25
39.383.509/0001-04 - CERTIFYSEC TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: RS	R$ 70,0000 (unitário) R$ 1.750,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 70,0000 (unitário) R$ 1.750,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 25
26.768.764/0001-15 - CONFIANCA EMPREENDIMENTOS DIGITAL LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Não UF endereço: SP	R$ 50,0200 (unitário) R$ 1.250,5000 (total)	-
Valor proposta: R$ 150,0000 (unitário) R$ 3.750,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 25
24.448.443/0001-08 - DIGITAL LOCK SERVICO DE CERTIFICACAO DIGITAL LTDA Benefício Me/Epp: Não Programa de integridade: Não UF endereço: RO	R$ 280,0000 (unitário) R$ 7.000,0000 (total)	Proposta desclassificada
Valor proposta: R$ 1.000,0000 (unitário) R$ 25.000,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 25

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
19.615.240/0001-29 - E C DE S BULGARELLI LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 10,0000 (unitário) R$ 250,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 150,0000 (unitário) R$ 3.750,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 25
56.150.801/0001-98 - FRANCINEIDE GOMES SANTOS PAMPONET LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: BA	R$ 4,4500 (unitário) R$ 111,2500 (total)	Proposta desclassificada
Valor proposta: R$ 150,0000 (unitário) R$ 3.750,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 25
39.532.571/0001-02 - GIUSEPPE ANTONIO FOGACA GERBALDO Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 7.500,0000 (unitário) R$ 187.500,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 7.500,0000 (unitário) R$ 187.500,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 25
42.066.156/0001-15 - GOTAS DA AMAZONIA LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 217,0000 (unitário) R$ 5.425,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 217,0000 (unitário) R$ 5.425,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 25
31.250.328/0001-90 - H S DISTRIBUIDORA LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 280,0000 (unitário) R$ 7.000,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 280,0000 (unitário) R$ 7.000,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 25
53.874.039/0001-02 - HVD COMERCIO E REPRESENTACAO DE SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 500,0000 (unitário) R$ 12.500,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 500,0000 (unitário) R$ 12.500,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 25
57.794.545/0001-34 - IMPERIO CERTIFICADO DIGITAL LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: SP	R$ 800,0000 (unitário) R$ 20.000,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 800,0000 (unitário) R$ 20.000,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 25

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
49.300.396/0001-81 - LEIDE CRISTINA RODRIGUES DA ENCARNACAO Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Não UF endereço: MG	R$ 10,0000 (unitário) R$ 250,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 600,0000 (unitário) R$ 15.000,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 25
27.879.263/0001-79 - MANAU CERTIFICADORA DIGITAL LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 50,0000 (unitário) R$ 1.250,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 210,0000 (unitário) R$ 5.250,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 25
55.153.071/0001-16 - MANAUS ELETRO LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 300,0000 (unitário) R$ 7.500,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 300,0000 (unitário) R$ 7.500,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 25
40.829.740/0001-50 - N R SERVICOS DE CERTIFICACAO DIGITAL LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: PA	R$ 58,0000 (unitário) R$ 1.450,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 7.000,0000 (unitário) R$ 175.000,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 25
14.848.278/0001-28 - OLIVEIRA E SANTOS CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 120,0000 (unitário) R$ 3.000,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 237,0000 (unitário) R$ 5.925,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 25
42.857.843/0001-59 - QUALIZEN CORRETORA DE SEGUROS LTDA. Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 250,0000 (unitário) R$ 6.250,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 300,0000 (unitário) R$ 7.500,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 25
15.655.026/0001-45 - RNL TRADE AND FACILITIES LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: DF	R$ 102.109.999,9999 (unitário) R$ 2.552.749.999,9975 (total)	-
Valor proposta: R$ 102.109.999,9999 (unitário) R$ 2.552.749.999,9975 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 25

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
34.158.836/0001-30 - TECH MINAS DIGITAL LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: MG	R$ 4,5000 (unitário) R$ 112,5000 (total)	Proposta desclassificada

Valor proposta: R$ 100,0000 (unitário) R$ 2.500,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado Quantidade ofertada: 25

Lances do Item 5

Data/hora	Participante	Lance
13/03/2025 às 10:10:07	26.768.764/0001-15	R$ 59,6100
13/03/2025 às 10:10:57	57.983.065/0001-11	R$ 100,0000
13/03/2025 às 10:10:58	56.150.801/0001-98	R$ 59,5000
13/03/2025 às 10:11:08	40.829.740/0001-50	R$ 58,0000
13/03/2025 às 10:11:20	56.150.801/0001-98	R$ 57,8900
13/03/2025 às 10:11:44	26.768.764/0001-15	R$ 57,5400
13/03/2025 às 10:11:51	56.150.801/0001-98	R$ 57,0000
13/03/2025 às 10:11:56	26.768.764/0001-15	R$ 54,0300
13/03/2025 às 10:12:09	26.768.764/0001-15	R$ 51,7300
13/03/2025 às 10:12:15	57.983.065/0001-11	R$ 90,0000
13/03/2025 às 10:12:17	56.150.801/0001-98	R$ 51,5500
13/03/2025 às 10:12:21	26.768.764/0001-15	R$ 51,5800
13/03/2025 às 10:12:28	24.448.443/0001-08	R$ 400,0000
13/03/2025 às 10:13:21	04.468.603/0001-73	R$ 544,0000
13/03/2025 às 10:14:04	14.848.278/0001-28	R$ 120,0000
13/03/2025 às 10:14:47	19.615.240/0001-29	R$ 10,0000
13/03/2025 às 10:15:07	27.879.263/0001-79	R$ 50,0000
13/03/2025 às 10:15:23	24.448.443/0001-08	R$ 300,0000
13/03/2025 às 10:16:31	42.857.843/0001-59	R$ 250,0000
13/03/2025 às 10:21:14	26.768.764/0001-15	R$ 51,3400
13/03/2025 às 10:22:06	24.448.443/0001-08	R$ 280,0000
13/03/2025 às 10:22:56	49.300.396/0001-81	R$ 60,5000
13/03/2025 às 10:38:27	21.308.480/0001-22	R$ 27,0000
13/03/2025 às 10:39:13	21.308.480/0001-22	R$ 26,0000
13/03/2025 às 10:39:42	21.308.480/0001-22	R$ 25,0000
13/03/2025 às 10:40:11	21.308.480/0001-22	R$ 24,0000

Data/hora	Participante	Lance
13/03/2025 às 10:40:34	21.308.480/0001-22	R$ 23,0000
13/03/2025 às 10:41:00	21.308.480/0001-22	R$ 22,0000
13/03/2025 às 10:41:18	21.308.480/0001-22	R$ 20,0000
13/03/2025 às 10:41:49	21.308.480/0001-22	R$ 18,0000
13/03/2025 às 10:41:57	21.308.480/0001-22	R$ 16,0000
13/03/2025 às 10:41:57	26.768.764/0001-15	R$ 51,2900
13/03/2025 às 10:42:09	21.308.480/0001-22	R$ 14,0000
13/03/2025 às 10:42:23	21.308.480/0001-22	R$ 12,0000
13/03/2025 às 10:42:29	26.768.764/0001-15	R$ 51,2400
13/03/2025 às 10:42:45	21.308.480/0001-22	R$ 9,0000
13/03/2025 às 10:42:47	49.300.396/0001-81	R$ 10,0000
13/03/2025 às 10:42:47	26.768.764/0001-15	R$ 51,1900
13/03/2025 às 10:42:55	21.308.480/0001-22	R$ 8,0000
13/03/2025 às 10:43:00	26.768.764/0001-15	R$ 50,8700
13/03/2025 às 10:43:05	21.308.480/0001-22	R$ 7,0000
13/03/2025 às 10:43:57	21.308.480/0001-22	R$ 5,0000
13/03/2025 às 10:45:04	26.768.764/0001-15	R$ 50,8200
13/03/2025 às 10:48:11	26.768.764/0001-15	R$ 50,7700
13/03/2025 às 10:48:41	34.158.836/0001-30	R$ 4,5000
13/03/2025 às 10:50:03	26.768.764/0001-15	R$ 50,7200
13/03/2025 às 10:50:16	26.768.764/0001-15	R$ 50,6700
13/03/2025 às 10:50:52	56.150.801/0001-98	R$ 51,0000
13/03/2025 às 10:51:06	26.768.764/0001-15	R$ 50,5900
13/03/2025 às 10:51:15	56.150.801/0001-98	R$ 50,8500
13/03/2025 às 10:51:37	26.768.764/0001-15	R$ 50,5100
13/03/2025 às 10:51:43	56.150.801/0001-98	R$ 4,4500
13/03/2025 às 10:51:51	26.768.764/0001-15	R$ 50,4300
13/03/2025 às 10:52:16	26.768.764/0001-15	R$ 50,3500
13/03/2025 às 10:52:47	26.768.764/0001-15	R$ 50,2700
13/03/2025 às 10:52:59	26.768.764/0001-15	R$ 50,1900
13/03/2025 às 10:53:31	26.768.764/0001-15	R$ 50,0200

Item 6 do Grupo G1 - Módulo eletrônico

Módulo Eletrônico Tipo: Token, Modelo: Portátil, Uso: Usb, Aplicação: Armazenamento De Certificado Digital, Características Adicionais: Certificado Digital Icp Brasil, Usb Tipo A

Quantidade:	500	Valor estimado:	R$ 150,7300 (unitário)
Unidade de fornecimento:	Unidade		R$ 75.365,0000 (total)
Intervalo mínimo entre lances:	R$ 0,0500	Situação:	Aberto para recursos
Critério de julgamento:	Menor Preço		

Aceito e Habilitado por CPF ***.497.***-*8 - IURY FECHINE RAMOS para AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 21.308.480/0001-22, melhor lance: R$ 86,0000 (unitário) / R$ 43.000,0000 (total)

Propostas do Item 6

Benefício Me/Epp: Conforme Art. 3ª da Lei Complementar nª 123, de 14 de dezembro de 2006
Programa de integridade: Conforme termos previsos na Lei nª 14.133/2021 e no Decreto nª 12.304/2024

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
13.459.067/0001-30 - 13.459.067 EDVAN SOUZA SILVA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: RN	R$ 199,0000 (unitário) R$ 99.500,0000 (total)	-

Marca/Fabricante:	SAFENET				
Modelo/versão:	5110				
Valor proposta:	R$ 199,0000 (unitário) R$ 99.500,0000 (total)	Valor negociado:	Não Realizado	Quantidade ofertada:	500

57.983.065/0001-11 - 57.983.065 CARLOS VINICIUS DA SILVA SANTOS Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Não UF endereço: SE	R$ 58,0000 (unitário) R$ 29.000,0000 (total)	Proposta desclassificada

Marca/Fabricante:	Safenet				
Modelo/versão:	5110				
Valor proposta:	R$ 120,0000 (unitário) R$ 60.000,0000 (total)	Valor negociado:	Não Realizado	Quantidade ofertada:	500

21.308.480/0001-22 - AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Não UF endereço: GO	R$ 86,0000 (unitário) R$ 43.000,0000 (total)	Fornecedor habilitado

Marca/Fabricante:	safenet				
Modelo/versão:	5110				
Valor proposta:	R$ 170,0000 (unitário) R$ 85.000,0000 (total)	Valor negociado:	Não Realizado	Quantidade ofertada:	500

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
52.046.008/0001-92 - ARMANDO SEMEGHINI NETO Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: SP	R$ 100,0000 (unitário) R$ 50.000,0000 (total)	-
Marca/Fabricante: propria Modelo/versão: conforme edital Valor proposta: R$ 100,0000 (unitário) R$ 50.000,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado Quantidade ofertada: 500		
43.794.816/0001-47 - ARS COMERCIO E SERVICOS DE TECNOLOGIA LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: SP	R$ 10.000.000,0000 (unitário) R$ 5.000.000.000,0000 (total)	Proposta desclassificada
Marca/Fabricante: Importado Modelo/versão: Importado Valor proposta: R$ 10.000.000,0000 (unitário) R$ 5.000.000.000,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado Quantidade ofertada: 500		
04.468.603/0001-73 - ASAS TECNOLOGIA SERVICOS E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 258,0000 (unitário) R$ 129.000,0000 (total)	-
Marca/Fabricante: Módulo eletrônico Modelo/versão: Módulo eletrônico Valor proposta: R$ 40.000,0000 (unitário) R$ 20.000.000,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado Quantidade ofertada: 500		
39.383.509/0001-04 - CERTIFYSEC TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: RS	R$ 70,0000 (unitário) R$ 35.000,0000 (total)	-
Marca/Fabricante: DEXON Modelo/versão: DXTOKEN Valor proposta: R$ 70,0000 (unitário) R$ 35.000,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado Quantidade ofertada: 500		
26.768.764/0001-15 - CONFIANCA EMPREENDIMENTOS DIGITAL LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Não UF endereço: SP	R$ 53,0200 (unitário) R$ 26.510,0000 (total)	-
Marca/Fabricante: G+D (Giesecke+Devrient) Modelo/versão: CONFORME EDITAL Valor proposta: R$ 159,0000 (unitário) R$ 79.500,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado Quantidade ofertada: 500		

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
24.448.443/0001-08 - DIGITAL LOCK SERVICO DE CERTIFICACAO DIGITAL LTDA Benefício Me/Epp: Não Programa de integridade: Não UF endereço: RO	R$ 53,0000 (unitário) R$ 26.500,0000 (total)	Proposta desclassificada

Marca/Fabricante:	serviço				
Modelo/versão:	serviço				
Valor proposta:	R$ 500,0000 (unitário) R$ 250.000,0000 (total)	Valor negociado:	Não Realizado	Quantidade ofertada:	500

19.615.240/0001-29 - E C DE S BULGARELLI LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 83,0000 (unitário) R$ 41.500,0000 (total)	-

Marca/Fabricante:	Safenet				
Modelo/versão:	Safenet5110				
Valor proposta:	R$ 200,0000 (unitário) R$ 100.000,0000 (total)	Valor negociado:	Não Realizado	Quantidade ofertada:	500

56.150.801/0001-98 - FRANCINEIDE GOMES SANTOS PAMPONET LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: BA	R$ 50,8500 (unitário) R$ 25.425,0000 (total)	Proposta desclassificada

Marca/Fabricante:	Módulo eletrônico G&D				
Modelo/versão:	Módulo Eletrônico Tipo: Token, Modelo: Portátil, U				
Valor proposta:	R$ 180,0000 (unitário) R$ 90.000,0000 (total)	Valor negociado:	Não Realizado	Quantidade ofertada:	500

39.532.571/0001-02 - GIUSEPPE ANTONIO FOGACA GERBALDO Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 2.250,0000 (unitário) R$ 1.125.000,0000 (total)	-

Marca/Fabricante:	TR				
Modelo/versão:	TR				
Valor proposta:	R$ 2.250,0000 (unitário) R$ 1.125.000,0000 (total)	Valor negociado:	Não Realizado	Quantidade ofertada:	500

42.066.156/0001-15 - GOTAS DA AMAZONIA LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 332,3400 (unitário) R$ 166.170,0000 (total)	-

Marca/Fabricante:	SINGULAR				
Modelo/versão:	SINGULAR				
Valor proposta:	R$ 332,3400 (unitário) R$ 166.170,0000 (total)	Valor negociado:	Não Realizado	Quantidade ofertada:	500

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
31.250.328/0001-90 - H S DISTRIBUIDORA LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 350,0000 (unitário) R$ 175.000,0000 (total)	-

Marca/Fabricante: kelly

Modelo/versão: kelly

Valor proposta: R$ 350,0000 (unitário) R$ 175.000,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado Quantidade ofertada: 500

53.874.039/0001-02 - HVD COMERCIO E REPRESENTACAO DE SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 350,0000 (unitário) R$ 175.000,0000 (total)	-

Marca/Fabricante: DIVERSOS

Modelo/versão: UNIDADE

Valor proposta: R$ 350,0000 (unitário) R$ 175.000,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado Quantidade ofertada: 500

57.794.545/0001-34 - IMPERIO CERTIFICADO DIGITAL LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: SP	R$ 600,0000 (unitário) R$ 300.000,0000 (total)	-

Marca/Fabricante: imperio

Modelo/versão: imperio

Valor proposta: R$ 600,0000 (unitário) R$ 300.000,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado Quantidade ofertada: 500

49.300.396/0001-81 - LEIDE CRISTINA RODRIGUES DA ENCARNACAO Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Não UF endereço: MG	R$ 60,5000 (unitário) R$ 30.250,0000 (total)	-

Marca/Fabricante: Safenet

Modelo/versão: Safenet eToken 5110

Valor proposta: R$ 150,0000 (unitário) R$ 75.000,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado Quantidade ofertada: 500

27.879.263/0001-79 - MANAU CERTIFICADORA DIGITAL LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 100,0000 (unitário) R$ 50.000,0000 (total)	-

Marca/Fabricante: GEMALTO

Modelo/versão: E110

Valor proposta: R$ 160,0000 (unitário) R$ 80.000,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado Quantidade ofertada: 500

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
55.153.071/0001-16 - MANAUS ELETRO LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 95,0000 (unitário) R$ 47.500,0000 (total)	-

Marca/Fabricante:	starsign				
Modelo/versão:	token				
Valor proposta:	R$ 200,0000 (unitário) R$ 100.000,0000 (total)	Valor negociado:	Não Realizado	Quantidade ofertada:	500

40.829.740/0001-50 - N R SERVICOS DE CERTIFICACAO DIGITAL LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: PA	R$ 70,0000 (unitário) R$ 35.000,0000 (total)	-

Marca/Fabricante:	safweb				
Modelo/versão:	tipo token				
Valor proposta:	R$ 70,0000 (unitário) R$ 35.000,0000 (total)	Valor negociado:	Não Realizado	Quantidade ofertada:	500

14.848.278/0001-28 - OLIVEIRA E SANTOS CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 200,0000 (unitário) R$ 100.000,0000 (total)	-

Marca/Fabricante:	Syngular				
Modelo/versão:	Syngular				
Valor proposta:	R$ 360,0000 (unitário) R$ 180.000,0000 (total)	Valor negociado:	Não Realizado	Quantidade ofertada:	500

42.857.843/0001-59 - QUALIZEN CORRETORA DE SEGUROS LTDA. Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 300,0000 (unitário) R$ 150.000,0000 (total)	-

Marca/Fabricante:	SOLUTI				
Modelo/versão:	SOLUTI				
Valor proposta:	R$ 600,0000 (unitário) R$ 300.000,0000 (total)	Valor negociado:	Não Realizado	Quantidade ofertada:	500

15.655.026/0001-45 - RNL TRADE AND FACILITIES LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: DF	R$ 101.630.000,0000 (unitário) R$ 50.815.000.000,0000 (total)	-

Marca/Fabricante:	Módulo Eletrônico Tipo: Token, Modelo: Portátil, U				
Modelo/versão:	Módulo Eletrônico Tipo: Token, Modelo: Portátil, U				
Valor proposta:	R$ 101.630.000,0000 (unitário) R$ 50.815.000.000,0000 (total)	Valor negociado:	Não Realizado	Quantidade ofertada:	500

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
34.158.836/0001-30 - TECH MINAS DIGITAL LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: MG	R$ 51,0000 (unitário) R$ 25.500,0000 (total)	Proposta desclassificada

Marca/Fabricante: DEXON

Modelo/versão: DEXON

Valor proposta: R$ 60,0000 (unitário) R$ 30.000,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado Quantidade ofertada: 500

Lances do Item 6

Data/hora	Participante	Lance
13/03/2025 às 10:10:07	26.768.764/0001-15	R$ 63,1900
13/03/2025 às 10:10:55	57.983.065/0001-11	R$ 69,0000
13/03/2025 às 10:11:02	56.150.801/0001-98	R$ 59,0000
13/03/2025 às 10:11:42	57.983.065/0001-11	R$ 58,0000
13/03/2025 às 10:11:44	26.768.764/0001-15	R$ 60,9900
13/03/2025 às 10:11:56	56.150.801/0001-98	R$ 57,8000
13/03/2025 às 10:11:56	26.768.764/0001-15	R$ 57,2700
13/03/2025 às 10:12:09	26.768.764/0001-15	R$ 54,8400
13/03/2025 às 10:12:21	26.768.764/0001-15	R$ 54,6900
13/03/2025 às 10:12:22	56.150.801/0001-98	R$ 54,5000
13/03/2025 às 10:12:42	24.448.443/0001-08	R$ 100,0000
13/03/2025 às 10:13:33	04.468.603/0001-73	R$ 258,0000
13/03/2025 às 10:13:42	55.153.071/0001-16	R$ 100,0000 *
13/03/2025 às 10:14:10	55.153.071/0001-16	R$ 150,0000
13/03/2025 às 10:14:17	55.153.071/0001-16	R$ 120,0000
13/03/2025 às 10:14:54	14.848.278/0001-28	R$ 200,0000
13/03/2025 às 10:14:58	19.615.240/0001-29	R$ 83,0000
13/03/2025 às 10:15:29	27.879.263/0001-79	R$ 100,0000
13/03/2025 às 10:16:35	55.153.071/0001-16	R$ 95,0000
13/03/2025 às 10:16:38	42.857.843/0001-59	R$ 300,0000
13/03/2025 às 10:18:10	24.448.443/0001-08	R$ 70,0000
13/03/2025 às 10:19:40	24.448.443/0001-08	R$ 68,0000
13/03/2025 às 10:20:19	24.448.443/0001-08	R$ 65,0000
13/03/2025 às 10:21:08	26.768.764/0001-15	R$ 54,5900
13/03/2025 às 10:21:21	26.768.764/0001-15	R$ 54,3500

(lances com * foram excluídos)

Data/hora	Participante	Lance
13/03/2025 às 10:21:40	56.150.801/0001-98	R$ 54,3000
13/03/2025 às 10:21:46	24.448.443/0001-08	R$ 60,0000
13/03/2025 às 10:22:12	24.448.443/0001-08	R$ 58,0000
13/03/2025 às 10:22:56	49.300.396/0001-81	R$ 60,5000
13/03/2025 às 10:24:27	24.448.443/0001-08	R$ 53,0000
13/03/2025 às 10:25:41	56.150.801/0001-98	R$ 52,9500
13/03/2025 às 10:38:32	21.308.480/0001-22	R$ 86,0000
13/03/2025 às 10:41:51	26.768.764/0001-15	R$ 54,3000
13/03/2025 às 10:42:04	26.768.764/0001-15	R$ 54,2500
13/03/2025 às 10:42:28	26.768.764/0001-15	R$ 54,2000
13/03/2025 às 10:42:48	26.768.764/0001-15	R$ 54,1500
13/03/2025 às 10:43:00	26.768.764/0001-15	R$ 53,8400
13/03/2025 às 10:47:58	26.768.764/0001-15	R$ 53,7900
13/03/2025 às 10:48:48	34.158.836/0001-30	R$ 51,0000
13/03/2025 às 10:49:44	26.768.764/0001-15	R$ 53,7400
13/03/2025 às 10:50:03	26.768.764/0001-15	R$ 53,6900
13/03/2025 às 10:50:16	26.768.764/0001-15	R$ 53,6400
13/03/2025 às 10:51:00	56.150.801/0001-98	R$ 50,8500
13/03/2025 às 10:51:06	26.768.764/0001-15	R$ 53,5600
13/03/2025 às 10:51:37	26.768.764/0001-15	R$ 53,4800
13/03/2025 às 10:51:51	26.768.764/0001-15	R$ 53,4000
13/03/2025 às 10:52:16	26.768.764/0001-15	R$ 53,3300
13/03/2025 às 10:52:47	26.768.764/0001-15	R$ 53,2500
13/03/2025 às 10:52:59	26.768.764/0001-15	R$ 53,1700
13/03/2025 às 10:53:30	26.768.764/0001-15	R$ 53,0200

belémCertificadora
N R SERV. DE CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA
CNPJ nº 40.829.740 / 0001-50

❖ **End.:** Av. Generalíssimo Deodoro, 962 Nazaré CEP 66055-240 Belém/Pa.
❖ Fone: (91) 2121-4402
❖ Fone Celular: (91) 9 8705-0001
❖ E-mail: belemcertificadora@gmail.com

Recursos Administrativo

À(o) Sr.(a) Pregoeiro(a)
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA - AM
UASG: 925849
Edital PE n° 94001/2025
Objeto: Emissão e Fornecimento de Certificado Digitalp

Prezado(a) na qualidade de participante do CERTAME em referência, eu **Nurrany de Sousa Portilho,** brasileiro, Casado, empresário, Contador, portador do CPF n° 300.946.742-72 residente e Domiciliado a Pass. Santa Teresinha, 30-Altos, Cj. Impérios Amazônico, Bairro do Souza, CEP 66613-760 Belém/Pa., Socio/Titular da empresa N R SERV DE CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA.

Vem mui respeitosamente **apresentar RECURSOS ADIMINSTRATIVO**, em relação a empresa ora classificada neste certame pelo(s) motivo(s) a seguir:

EMPRESA VENCEDORA:
AR RP CERTIFICADORA DIGITAL LTDA
CNPJ n° 21.308.480/0001-11
Fundação:29/10/2014
Goiânia/ GO

MOTIVOS:
1. **Contestação da PLANILHA DE CUSTO DE EXEQUIBILIDADE.**

CONSIDERAÇÕES INICIAIS:
Sr.(a) Pregoeiro(a) dadas as circunstâncias resolvemos aqui expor nossas ponderações após analisadas as documentações apresentadas pela Nobre Empresa Classificada em 6° Lugar aos fatos a segui abordados:

- ✓ A **PLANILHA DE CÁLCULO DO CUSTOS para a exequibilidade** do objeto deste certame e INSUFICIENTE, os dados apresentados não são CONVINCENTES bem como transparentes para justificar redução de 62,09% a 97,06% que esta acima do *limite de 50%* estabelecidos pelas *"Clausulas 10.4 do Edital"*.

> ***Edital PE n° 94001/2025***
> ***10.4*** *No caso de bens e serviços em geral* ***é*** *indício de inexequibilidade das propostas valores* ***inferiores a 50%*** *do valor orçado pela administração,*

belémCertificadora
N R SERV. DE CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA
CNPJ nº 40.829.740 / 0001-50

- **End.:** Av. Generalíssimo Deodoro, 962 Nazaré CEP 66055-240 Belém/Pa.
- Fone: (91) 2121-4402
- Fone Celular: (91) 9 8705-0001
- E-mail: belemcertificadora@gmail.com

safeweb

Planilha de Calculo do CUSTO apresentado **Quadro-1**

Item	Descrição	Qtd	1 Ecpf-A3	%	Qtd	2 Ecnpj A3	%	Qtd	3 SSL	%	Qtd	4 Ecnpj A1	%	Qtd	5 Visita	%	Qtd	6 TOKEN	%
I	mdo		38,76	58,20%		41,90	58,19%		561,37	58,20%		40,74	58,20%		2,91	4,16%		0,00	0,00%
II	Prod Material	500	0,00	0,00%	10	0,00	0,00%	10	0,00	0,00%	4	0,00	0,00%		0,00	0,00%	500	51,60	60,00%
III	Ferramenta		0,00	0,00%		0,00	0,00%		0,00	0,00%		0,00	0,00%		0,00	0,00%		0,00	0,00%
IV	Outros Insumos		1,33	2,00%		1,44	2,00%		19,29	2,00%		1,40	2,00%		0,10	0,14%		0,00	0,00%
V	Desp Adm		1,33	2,00%		1,44	2,00%		19,29	2,00%		1,40	2,00%		0,10	0,14%		3,44	4,00%
VI	Tributos		12,99	19,50%		14,04	19,50%		188,09	19,50%		13,65	19,50%		0,97	1,39%		24,08	28,00%
VII	Lucro		12,19	18,30%		13,18	18,31%		176,51	18,30%		12,81	18,30%		0,92	1,31%		6,88	8,00%
	TOTAL		**66,60**	**100,00%**		**72,00**	100,00%		**964,55**	**100,00%**		**70,00**	**100,00%**		**5,00**	**7,14%**		**86,00**	**100,00%**
	PPI-Preço Prop. Inicial		400,00			500,00			2.600,00			255,00			170,00			170,00	
	Redução		-333,40			-428,00			-1.635,45			-185,00			-165,00			-84,00	
	Percentual Redução		-83,35%			-85,60%			-62,90%			-72,55%			-97,06%			-49,41%	
	Limite Toleravel		50,00%			50,00%			50,00%			50,00%			50,00%			50,00%	

A Planilha de custo não apresenta o valor do material item "II-PRODUTO/MATERIAL" (Certificado digital)

1) e-CPF A3 .....Valor r$0,00
2) e-CNPJ A3.....Valor r$0,00
3) SSL.....Valor r$0,00
4) e-CNPJ A1 .....Valor r$0,00

❖ **End.:** Av. Generalíssimo Deodoro, 962 Nazaré CEP 66055-240 Belém/Pa.
❖ Fone: (91) 2121-4402
❖ Fone Celular: (91) 9 8705-0001
❖ E-mail: belemcertificadora@gmail.com

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Planilha não apresenta os custos dos MATERIAIS para os itens "1 a 4" bem como a redução do preço superior a 50% .

Face aos itens abordados na **TABELA-1**, REQUEREMOS a, DESCLASSIFICAÇÃO da Licitante em referencias, em decorrência dos seguintes fatores:

- ✓ Planilha de Custo INSUFICIENTE
- ✓ Preço da Proposta final abaixo do índice de Exequibilidade 50% atingindo o índice de 62,90% a 97,06% de redução

Edital PE n° 94001/2025

23.1.2. *A CONTRATADA deverá demonstrar de maneira clara a composição do preço de cada item constante de sua proposta, através de Planilha de Custos contendo, por exemplo: as parcelas relativas à mão de obra direta, demais insumos, encargos em geral, lucro e participação percentual em relação ao preço final.*

Atenciosamente,

NURRANY DE S PORTILHO
CPF n° 300.946.742-72
Socio Adm.

CARÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS

Pregão Eletrônico N.º: SEI 94.001/2025;
Objeto: Certificado digital;
Processo Nº: SEI 2024.019531.

AR RP CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o Nº 21.308.480/0001-22, com sede e domicílio na cidade de Ribeirão Preto – SP, por intermédio da sua representante legal **Sra. NIKELY GOMES FIGUEIREDO**, brasileira, casada, portadora do documento de Registro Geral Nº 7950320, expedido pela SSP-TO e do CPF Nº 033.159.391-28 com endereço na cidade de Goiânia/GO, vem, apresentar

CONTRARRAZÕES AO RECURSO INTERPOSTO

Em face do recurso interposto pela empresa **N R SERV DE CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA**, a empresa **AR RP CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA**, por meio de seu representante legal, apresenta tempestivamente suas **CONTRARRAZÕES**, com fundamento no artigo 165, §3º da Lei nº 14.133/2021, no 12.5 do edital do certame, na doutrina e jurisprudência pertinentes, pelas razões de fato e de direito que passa a expor:

Atenciosamente,

Nikely Gomes Figueiredo

Nikely Gomes Figueiredo
Procuradora

21.308.480/0001-22
AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA
AV CENTRAL, nº 1133 – QD.1-A Lt. 12 - JD NOVA ESPERANCA CEP 74.465-100 GOIÂNIA/GO

Colendo Departamento/Comissão de Licitações,
Nobres Julgadores,

I. Juízo de Admissibilidade

As presentes contrarrazões são tempestivamente apresentadas, no prazo legalmente estabelecido, e subscritas por representante legal devidamente habilitado da empresa ora Recorrida. Tratando-se de manifestação direcionada exclusivamente ao mérito do recurso, e estando plenamente em conformidade com o disposto no edital e na legislação vigente, requer-se o regular conhecimento da presente peça, para que seja analisada por Vossa Senhoria e, posteriormente, submetida à deliberação da Autoridade Superior competente para julgamento final.

II. Síntese do Recurso e Contextualização do Certame

O recurso apresentado pela empresa **N R SERV DE CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA** tem por objeto a impugnação da proposta vencedora apresentada por esta Recorrida, sob a alegação de que seria inexequível diante da suposta ausência de detalhamento suficiente na planilha de custos. Fundamenta sua insurgência na Cláusula 10.4 do edital, alegando que os percentuais de redução em relação ao orçamento estimado superariam o limite de 50% estabelecido como parâmetro para indício de inexequibilidade.

Entretanto, as alegações expendidas não se sustentam diante da análise minuciosa da documentação apresentada pela Recorrida, que não apenas elaborou planilha de custos com alto grau de detalhamento, **mas também apresentou farta documentação comprobatória, incluindo notas fiscais emitidas por diversos órgãos públicos em contratações similares**, evidenciando a coerência, plausibilidade e viabilidade econômica da proposta.

Convém destacar, ainda, que esta empresa figurava originalmente na sexta colocação após a etapa de lances, tendo as cinco primeiras sido desclassificadas por razões distintas. Nossa habilitação decorreu do pleno atendimento a todas as exigências do edital, inclusive as condições técnicas específicas relativas à solução ofertada.

.

II. DAS RAZÕES PARA O NÃO PROVIMENTO DO RECURSO

I. Da Interpretação Correta da Cláusula 10.4 do Edital e da Lei n.º 14.133/2021

A interpretação literal e isolada da Cláusula 10.4, como pretendida pela Recorrente,

conduz a uma leitura distorcida de seu alcance jurídico. Trata-se de **mera presunção relativa de inexequibilidade,** cuja superação depende de comprovação idônea, conforme autorizado expressamente pelo art. 59, §2º e §3º, da Lei n.º 14.133/2021.

A nova Lei de Licitações prestigia o contraditório técnico e a análise substancial das propostas, em detrimento de formalismos excessivos ou presunções absolutas. Dessa forma, a simples constatação de que os preços ofertados estão abaixo de determinado percentual **não autoriza, por si só, a desclassificação da proposta,** devendo a Administração oportunizar à licitante a devida demonstração da viabilidade de execução do objeto.

Foi exatamente esse o procedimento adotado, com total observância aos princípios do devido processo legal e da isonomia. A Recorrida apresentou sua defesa técnica com base em **documentos hábeis, e demonstrou com clareza que sua estrutura de custos é compatível com a realidade do setor, inclusive em âmbito nacional**.

II. Da Ampla e Robusta Comprovação da Exequibilidade da Proposta

No tocante à comprovação da exequibilidade, a empresa Recorrida **apresentou planilhas de custo individualizadas por item**, detalhando os componentes essenciais da formação do preço, **tais como mão de obra especializada, tributos, encargos, insumos materiais, margem de lucro e despesas administrativas.** Esse nível de detalhamento atende integralmente ao disposto no item 23.1.2 do edital, sendo inclusive superior ao que normalmente se exige em certames dessa natureza.

Não bastasse isso, **foram anexadas notas fiscais referentes a contratos executados junto a outros órgãos públicos em diversas regiões do país, todas referentes a itens idênticos ou similares, com preços compatíveis com os ora ofertados**. Isso demonstra, de forma inequívoca, que a proposta apresentada não apenas é exequível, como reflete preços já **praticados e aceitos pela Administração Pública em âmbito nacional**.

A Recorrente, por sua vez, limita-se a impugnar a proposta com base em percentuais abstratos, sem apresentar qualquer estudo comparativo, elemento técnico ou dado concreto que comprove, de maneira objetiva, a alegada inexequibilidade. A fragilidade do recurso, portanto, salta aos olhos.

III. Dos Princípios Constitucionais e Licitatórios Aplicáveis

A condução do processo licitatório, sobretudo em sua fase decisória, deve observar com rigor os princípios constitucionais que regem a Administração Pública, notadamente os da legalidade, competitividade, isonomia e da proposta mais vantajosa, todos reafirmados pelo art. 37 da Constituição Federal e expressamente positivados nos artigos 5º e 11 da Lei nº 14.133/2021. A adequada compreensão desses princípios não se limita à sua citação formal, exigindo interpretação sistemática e teleológica que permita ao julgador decidir com segurança, eficiência e justiça.

Tais princípios não operam de maneira isolada, mas se entrelaçam na tessitura de um processo licitatório justo, transparente e eficiente. Desconsiderar qualquer um deles compromete o próprio objetivo do certame, que é assegurar contratações públicas vantajosas, com observância da ordem jurídica e respeito à ampla participação dos licitantes. Por isso, sua invocação não deve ser meramente retórica, mas funcional ao caso concreto, servindo de esteio à legalidade do procedimento e à legitimidade do resultado proclamado.

a) Princípio da Legalidade

A legalidade, enquanto fundamento estruturante da Administração Pública, não apenas impõe a observância estrita da norma jurídica, como também veda interpretações ampliativas ou restritivas que extrapolem o texto legal ou desvirtuem seu espírito. No âmbito das licitações, esse princípio ganha contornos ainda mais rigorosos, pois as decisões administrativas que afastam propostas, habilitam concorrentes ou determinam inabilitações devem necessariamente encontrar respaldo direto na lei e nos comandos editalícios. A legalidade, portanto, não é apenas uma garantia dos licitantes, mas um limite à discricionariedade administrativa. Como leciona **Marçal Justen Filho**, "*a legalidade constitui o único fundamento de validade da atuação administrativa, sendo inválida toda conduta que derive de interpretações subjetivas não albergadas no sistema jurídico.*" (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 19. ed., 2022).

A jurisprudência dos Tribunais de Contas reitera esse entendimento. **O Acórdão TCU nº 1925/2021 - Plenário** estabelece que "*a Administração deve observar o princípio da legalidade em toda a condução do processo licitatório,* ***sendo inadmissível a desclassificação de propostas com base em critérios subjetivos*** *ou não previstos de forma clara no edital ou na legislação.*" **Assim, qualquer tentativa de desclassificar a proposta da Recorrida, com base em presunções generalizadas de inexequibilidade**, sem que haja norma ou análise técnica que a fundamente objetivamente, **representaria flagrante violação à legalidade.**

b) Princípio da Proposta Mais Vantajosa

A busca pela proposta mais vantajosa é a razão de ser das licitações públicas e deve ser compreendida em sua dimensão substancial: **trata-se de obter o melhor resultado possível para a Administração, conciliando economicidade, qualidade técnica e viabilidade de execução.** Não se trata de mera escolha pelo menor preço, mas sim daquela proposta que, uma vez analisada sob critérios objetivos e técnicos, revele-se a mais eficiente para satisfazer o interesse público. Como define o art. 11 da Lei nº 14.133/2021, a seleção da proposta mais vantajosa é finalidade central do procedimento licitatório e parâmetro de validade de todos os seus atos. Nesse sentido, **não se justifica o afastamento de uma proposta por estar abaixo da média estimada se houver robusta demonstração de sua viabilidade**, como fez a Recorrida por meio de planilhas detalhadas e notas fiscais públicas de referência.

Essa compreensão é reforçada pelo **Acórdão TCU nº 1197/2020 – Plenário**, que dispõe: "*a proposta mais vantajosa não é aquela que apenas satisfaz o critério econômico, mas sim a que,* ***sob análise técnica e documental, se mostra exequível, segura e alinhada ao***

interesse público." Seguindo essa linha, o **Parecer Referencial do CNJ** sobre a Lei 14.133/2021 (2022) assevera: "*a atuação do gestor deve priorizar a proposta mais vantajosa,* ***mesmo que o preço ofertado seja significativamente inferior ao estimado, desde que tecnicamente demonstrada sua viabilidade***." Logo, **a proposta da Recorrida, além de ser vantajosa em termos financeiros, demonstrou-se plenamente sustentável**, afastando qualquer risco à execução contratual e atendendo ao interesse público em sua essência.

c) Princípio da Competitividade

A competitividade constitui um dos pilares centrais do regime jurídico das licitações, pois garante a seleção eficiente da proposta mais adequada ao interesse público. O art. 5º da Lei nº 14.133/2021 consagra esse princípio como vetor de interpretação de todas as normas licitatórias, buscando impedir restrições indevidas à ampla participação dos interessados. Toda interpretação que conduza à exclusão arbitrária de propostas, como pretendido pela Recorrente, atenta diretamente contra esse valor fundamental, na medida em que compromete a isonomia entre os licitantes e empobrece o universo concorrencial do certame.

A jurisprudência do Tribunal de Contas da União tem reforçado esse entendimento de maneira reiterada. Conforme dispõe o **Acórdão TCU nº 2.134/2019 - Plenário**, "*a competitividade é elemento essencial à vantajosidade da contratação pública, e qualquer restrição à participação dos interessados deve estar devidamente fundamentada em razão de interesse público primário, e não em suposições ou presunções genéricas.*" Assim, **ao se pretender desclassificar a Recorrida com base em meros percentuais de desconto,** sem comprovação de inviabilidade técnica ou documental, **incorre-se em violação direta ao princípio da competitividade**.

d) Princípio da Isonomia

A isonomia, enquanto vetor do devido processo licitatório, impõe à Administração o dever de conferir tratamento igualitário a todos os licitantes que preencham os requisitos legais e editalícios. Trata-se de princípio que assegura não apenas igualdade formal, mas também proteção contra discriminações indiretas, como aquelas derivadas de julgamentos subjetivos, critérios não previstos ou exigências desproporcionais. O art. 5º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, reforça que o processo licitatório deve garantir a igualdade de condições a todos os concorrentes, sendo vedadas preferências não autorizadas em lei.

Nesse sentido, o **Acórdão TCU nº 3.138/2020 - Plenário** dispõe: *"o princípio da isonomia impõe à Administração o dever de assegurar a imparcialidade e a uniformidade no tratamento de propostas, vedada a adoção de critérios interpretativos distintos para situações semelhantes.*" A tentativa da Recorrente de impor uma desclassificação com base em presunção de inexequibilidade, sem respaldo técnico nem previsão clara no edital, constitui evidente ruptura da isonomia, violando não apenas o direito da Recorrida, mas também a própria credibilidade do certame.

e) Entendimentos técnicos relevantes
Enunciado CGU/ENAP 06/2022: "*A inexequibilidade da proposta somente pode ser*

declarada com base em análise objetiva e fundamentada nos elementos constantes da proposta e de sua composição de custos, ***sendo vedada a desclassificação com base em impressões subjetivas ou meras presunções****."*

Nota Técnica SEI/AGU 00020/2023/DECOR/CGU/AGU: "*Deve a Administração, quando em face de proposta supostamente inexequível,* ***oportunizar contraditório amplo e efetivo, bem como realizar análise técnica dos elementos de comprovação apresentados****, sob pena de violar os princípios do devido processo legal, isonomia e vantajosidade.*"

Parecer Referencial CNJ - PL 14.133/2021 (2022): "*A atuação do gestor deve buscar* ***sempre o interesse público concretizado na seleção da proposta mais vantajosa****, ainda que por* ***valores significativamente inferiores ao orçamento estimado, desde que tecnicamente demonstrada sua viabilidade***."

IV. Da Legalidade e Vantajosidade da Classificação da Recorrida

A Recorrida não apenas atendeu às exigências de ordem financeira, jurídica e fiscal como também às de ordem técnica, e ainda, oferecendo token criptográfico modelo SafeNet 5110, plataforma de gestão em nuvem compatível com os requisitos operacionais do órgão e posto de atendimento presencial na cidade de Manaus/AM, **requisitos esses que foram responsáveis, inclusive, pela inabilitação de diversas concorrentes que não lograram comprovar tais condições**.

Portanto, a classificação da Recorrida decorreu da perfeita convergência entre os critérios de menor preço global e atendimento integral às exigências técnicas do edital, constituindo proposta amplamente vantajosa à Administração.

V. Conclusão: Pedido

À luz de todo o exposto, resta comprovado, de forma técnica, jurídica e documental, que a proposta apresentada pela empresa Recorrida é perfeitamente exequível, atende integralmente às exigências do edital e representa a melhor escolha possível para a Administração Pública.

Nesse sentido, requer-se a Vossa Senhoria que se dignem a:

1. Conhecer e **negar provimento** ao recurso interposto pela empresa **N R SERV DE CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA**, mantendo a decisão que declarou habilitada a empresa **AR RP CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA**;

2. Reafirmar a legalidade do ato administrativo que declarou vencedora a empresa Recorrida, em conformidade com os princípios da legalidade, eficiência e vantajosidade do interesse público

3. Declarar a manutenção da proposta da empresa **AR RP CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA** como vencedora, em respeito aos princípios da legalidade formalismo moderado e da busca pela proposta mais vantajosa.

Goiânia, 17 de abril de 2025.

Atenciosamente,

21.308.480/0001-22
AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA
AV CENTRAL, nº 1133 – QD.1-A Lt. 12 - JD NOVA ESPERANCA CEP 74.465-100 GOIÂNIA/GO

Nikely Gomes Figueiredo
Procuradora

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

DECISÃO Nº 8.2025.CPL.1605613.2024.019531

RAZÕES RECURSAIS APRESENTADAS PELA EMPRESA LICITANTE N R SERV. DE CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA CNPJ n° 40.829.740/0001-50, NO INTERESSE DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 94.001/2025-CPL/MP/PGJ. PRESSUPOSTOS SUBJETIVOS (SUCUMBÊNCIA, LEGITIMIDADE, INTERESSE DE AGIR) ATENDIDOS. PRESSUPOSTOS OBJETIVOS (A EXISTÊNCIA DE UM ATO ADMINISTRATIVO, TEMPESTIVIDADE E FUNDAMENTAÇÃO) ATENDIDOS. MANTER A DECISÃO DE ACEITAÇÃO E HABILITAÇÃO DA VENCEDORA PARA O GRUPO 01 (ITENS 01 A 06).

1. DA DECISÃO

Analisados os aspectos objetivos dos recursos administrativos dirigidos, este **PREGOEIRO**, com fundamento no artigo 60, § 1.º, do ATO PGJ N.º 008/2024, decide:

a) **Receber** e **conhecer** do recurso interposto pela empresa **N R SERV. DE CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA - CNPJ n° 40.829.740/0001-50**, referente ao **GRUPO 1 (Itens 01 a 06)** do Pregão Eletrônico n.º 94.001/2025-CPL/MP/PGJ, pelo qual se busca *Registro de preços para futura e eventual aquisição de serviço de emissão e renovação de certificados digitais padrão ICP-Brasil e fornecimento de token criptográficos USB, objetivando atender às necessidades de utilização da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, pelo período de 12 (doze) meses*, conforme especificações e condições constantes do Edital do certame e seus anexos;

b) Após exame das razões recursais apresentadas pela empresa *susomencionada* no ***subitem "a",*** este Pregoeiro informa as motivações que culminaram nas decisões outrora prolatadas, para, no mérito, **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso interposto pela empresa **N R SERV. DE CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA CNPJ n° 40.829.740/0001-50 (GRUPO 1),** nos termos artigo 165 da Lei n.º 14.133/2021.

2. DO RELATÓRIO

Trata-se de recurso administrativo interposto pela licitante **N R SERV. DE CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA - CNPJ n° 40.829.740/0001-50 (GRUPO 1)**, todos no interesse do Pregão Eletrônico n.º 94.001/2025-CPL/MP/PGJ, pelo qual se busca *Registro de preços para futura e eventual aquisição de serviço de emissão e renovação de certificados digitais padrão ICP-Brasil e fornecimento de token criptográficos USB, objetivando atender às necessidades de utilização da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, pelo período de 12 (doze) meses*, conforme especificações e condições constantes do Edital do certame e seus anexos.

2.1. Da Manifestação de Intento Recursal

Durante a sessão pública do certame em epígrafe, a aludida empresa irresignada manifestou sua intenção de recurso:

2.1.1. N R SERV. DE CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA - CNPJ n° 40.829.740/0001-50 (GRUPO 1):

a) GRUPO 1

Intenção de recurso do julgamento de propostas registrada às 15:34 de 08/04/2025;

Intenção de recurso da habilitação de propostas registrada às 17:13 de 09/04/2025.

Nessa senda, após a fase de habilitação de propostas, foi aberto, em 09/04/2025, o prazo legal de 3 (três) dias úteis para oferecimento das razões de recurso, logo, **com data final até o dia 14 de abril de 2025**, às 23h59min.

2.2. Das Razões de Recurso

2.2.1. N R SERV. DE CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA - CNPJ n° 40.829.740/0001-50 - GRUPO 1 (doc. 1605602):

No dia 12/04/2025, a empresa **N R SERV. DE CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA - CNPJ n° 40.829.740/0001-50 (GRUPO 1)**, anexou ao Sistema Compras.gov suas razões recursais, as quais foram apensadas aos autos e também disponibilizadas na página eletrônica de acompanhamento deste certame (pelo link https://www.mpam.mp.br/servicos/licitacoes/licitacoes-em-andamento/47-licitacoes/pregao-eletronico-em-andamento/18013-pe-94001-2025-cpl-mp-pgj-srp-aquisicao-de-certificados-digitais), arguindo, em suma, suposta irregularidade na aceitação da proposta vencedora, conforme transcrição abaixo:

> (...)
>
> MOTIVOS: 1. Contestação da PLANILHA DE CUSTO DE EXEQUIBILIDADE.
>
> CONSIDERAÇÕES INICIAIS:
>
> Sr.(a) Pregoeiro(a) dadas as circunstâncias resolvemos aqui expor nossas ponderações após analisadas as documentações apresentadas pela Nobre Empresa Classificada em 6° Lugar aos fatos a segui abordados:
>
> □ A PLANILHA DE CÁLCULO DO CUSTOS para a exequibilidade do objeto deste certame e INSUFICIENTE, os dados apresentados não são CONVINCENTES bem como transparentes para justificar redução de 62,09% a 97,06% que esta acima do limite de 50% estabelecidos pelas “Clausulas 10.4 do Edital”.
>
> Edital PE n° 94001/2025 10.4 No caso de bens e serviços em geral é indício de inexequibilidade das propostas valor orçado pela administração.

Planilha de Calculo do CUSTO apresentado

Item	Descrição	Qtd	1 Ecpf-A3	%	Qtd	2 Ecnpj A3	%	Qtd	3 SSL	%	Qtd	4 Ecnpj A1	%	Qtd	5 Visita
I	mdo		38,76	58,20%		41,90	58,19%		561,37	58,20%		40,74	58,20%		2,91
II	Prod Material	500	0,00	0,00%	10	0,00	0,00%	10	0,00	0,00%	4	0,00	0,00%		0,00
III	Ferramenta		0,00	0,00%		0,00	0,00%		0,00	0,00%		0,00	0,00%		0,00
IV	Outros Insumos		1,33	2,00%		1,44	2,00%		19,29	2,00%		1,40	2,00%		0,10
V	Desp Adm		1,33	2,00%		1,44	2,00%		19,29	2,00%		1,40	2,00%		0,10
VI	Tributos		12,99	19,50%		14,04	19,50%		188,09	19,50%		13,65	19,50%		0,97
VII	Lucro		12,19	18,30%		13,18	18,31%		176,51	18,30%		12,81	18,30%		0,92
	TOTAL		**66,60**	**100,00%**		**72,00**	100,00%		**964,55**	**100,00%**		**70,00**	**100,00%**		**5,00**
	PPI-Preço Prop. Inicial		400,00			500,00			2.600,00			255,00			170,00
	Redução		-333,40			-428,00			-1.635,45			-185,00			-165,00
	Percentual Redução		-83,35%			-85,60%			-62,90%			-72,55%			-97,06%
	Limite Toleravel		50,00%			50,00%			50,00%			50,00%			50,00%

A Planilha de custo não apresenta o valor do material item "II-PRODUTO/MATERIAL" (Certificado digital)

1) e-CPF A3 .....Valor r$0,00
2) e-CNPJ A3.....Valor r$0,00
3) SSL.....Valor r$0,00
4) e-CNPJ A1 .....Valor r$0,00

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Planilha não apresenta os custos dos MATERIAIS para os itens "1 a 4" bem como a redução do preço superior a 50% .

Face aos itens abordados na TABELA-1, REQUEREMOS a, DESCLASSIFICAÇÃO da Licitante em referencias, em decorrência dos seguintes fatores:

- Planilha de Custo INSUFICIENTE;
- Preço da Proposta final abaixo do índice de Exequibilidade 50% atingindo o índice de 62,90% a 97,06% de redução

Edital PE n° 94001/2025 23.1.2. A CONTRATADA deverá demonstrar de maneira clara a composição do preço de cada item constante de sua proposta, através de Planilha de Custos contendo, por exemplo: as parcelas relativas à mão de obra direta, demais insumos, encargos em geral, lucro e participação percentual em relação ao preço final.

Atenciosamente,

NURRANY DE S PORTILHO

CPF n° 300.946.742-72

Socio Adm.

2.3. <u>Das Contrarrazões</u>

O prazo final estabelecido e apresentado durante a Sessão realizada no Sistema Compras.gov, para todos os interessados, foi o dia <u>22/04/2025</u>, até 23h59min.

Sendo assim, observada a data final, a empresa **AR RP CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 21.308.480/0001-22**, apresentou suas CONTRARRAZÕES, as quais foram apensadas aos autos e também disponibilizadas na página eletrônica de acompanhamento deste certame (pelo link https:// www.mpam.mp.br/servicos/licitacoes/licitacoes-em-andamento/47-licitacoes/pregao-eletronico-em-andamento/18013-pe-94001-2025-cpl-mp-pgj-srp-aquisicao-de-certificados-digitais), conforme adiante detalhado:

2.3.1. AR RP CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 21.308.480/0001-22 - GRUPO 1 (doc. 1605604):

Em suma, no intuito de refutar os argumentos de suposta inexequibilidade da proposta apresentados pela empresa **AR RP CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 21.308.480/0001-22**, a RECORRIDA alega, *in verbis*:

(...)

Colendo Departamento/Comissão de Licitações,

Nobres Julgadores,

I. Juízo de Admissibilidade

As presentes contrarrazões são tempestivamente apresentadas, no prazo legalmente estabelecido, e subscritas por representante legal devidamente habilitado da empresa ora Recorrida.

Tratando-se de manifestação direcionada exclusivamente ao mérito do recurso, e estando plenamente em conformidade com o disposto no edital e na legislação vigente, requer-se o regular conhecimento da presente peça, para que seja analisada por Vossa Senhoria e, posteriormente, submetida à deliberação da Autoridade Superior competente para julgamento final.

II. Síntese do Recurso e Contextualização do Certame

O recurso apresentado pela empresa N R SERV DE CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA tem por objeto a impugnação da proposta vencedora apresentada por esta Recorrida, sob a alegação de que seria inexequível diante da suposta ausência de detalhamento suficiente na planilha de custos. Fundamenta sua insurgência na Cláusula 10.4 do edital, alegando que os percentuais de redução em relação ao orçamento estimado superariam o limite de 50% estabelecido como parâmetro para indício de inexequibilidade.

Entretanto, as alegações expendidas não se sustentam diante da análise minuciosa da documentação apresentada pela Recorrida, que não apenas elaborou planilha de custos com alto grau de detalhamento, mas também apresentou farta documentação comprobatória, incluindo notas fiscais emitidas por diversos órgãos públicos em contratações similares, evidenciando a coerência, plausibilidade e viabilidade econômica da proposta.

Convém destacar, ainda, que esta empresa figurava originalmente na sexta colocação após a etapa de lances, tendo as cinco primeiras sido desclassificadas por razões distintas. Nossa habilitação decorreu do pleno atendimento a todas as exigências do edital, inclusive as condições técnicas específicas relativas à solução ofertada.

II. DAS RAZÕES PARA O NÃO PROVIMENTO DO RECURSO

I. Da Interpretação Correta da Cláusula 10.4 do Edital e da Lei n.º 14.133/2021

A interpretação literal e isolada da Cláusula 10.4, como pretendida pela Recorrente, conduz a uma leitura distorcida de seu alcance jurídico. Trata-se de mera presunção relativa de inexequibilidade, cuja superação depende de comprovação idônea, conforme autorizado expressamente pelo art. 59, §2º e §3º, da Lei n.º 14.133/2021.

A nova Lei de Licitações prestigia o contraditório técnico e a análise substancial das propostas, em detrimento de formalismos excessivos ou presunções absolutas. Dessa forma, a simples constatação de que os preços ofertados estão abaixo de determinado percentual não autoriza, por si só, a desclassificação da proposta, devendo a Administração oportunizar à licitante a devida demonstração da viabilidade de execução do objeto.

Foi exatamente esse o procedimento adotado, com total observância aos princípios do devido processo legal e da isonomia. A Recorrida apresentou sua defesa técnica com base em documentos hábeis, e demonstrou com clareza que sua estrutura de custos é compatível com a realidade do setor, inclusive em âmbito nacional.

II. Da Ampla e Robusta Comprovação da Exequibilidade da Proposta

No tocante à comprovação da exequibilidade, a empresa Recorrida apresentou planilhas de custo individualizadas por item, detalhando os componentes essenciais da formação do preço, tais como mão de obra especializada, tributos, encargos, insumos materiais, margem de lucro e despesas administrativas. Esse nível de detalhamento atende integralmente ao disposto no item 23.1.2 do edital, sendo inclusive superior ao que normalmente se exige em certames dessa natureza.

Não bastasse isso, foram anexadas notas fiscais referentes a contratos executados junto a outros órgãos públicos em diversas regiões do país, todas referentes a itens idênticos ou similares, com preços compatíveis com os ora ofertados. Isso demonstra, de forma inequívoca, que a proposta apresentada não apenas é exequível, como reflete preços já praticados e aceitos pela Administração Pública em âmbito nacional.

A Recorrente, por sua vez, limita-se a impugnar a proposta com base em percentuais abstratos, sem apresentar qualquer estudo comparativo, elemento técnico ou dado concreto que comprove, de maneira objetiva, a alegada inexequibilidade. A fragilidade do recurso, portanto, salta aos olhos.

III. Dos Princípios Constitucionais e Licitatórios Aplicáveis

A condução do processo licitatório, sobretudo em sua fase decisória, deve observar com rigor os princípios constitucionais que regem a Administração Pública, notadamente os da legalidade, competitividade, isonomia e da proposta mais vantajosa, todos reafirmados pelo art. 37 da Constituição Federal e expressamente positivados nos artigos 5º e 11 da Lei nº 14.133/2021. A adequada compreensão desses princípios não se limita à sua citação formal, exigindo interpretação sistemática e teleológica que permita ao julgador decidir com segurança, eficiência e justiça Tais princípios não operam de maneira isolada, mas se entrelaçam na tessitura de um processo licitatório justo, transparente e eficiente. Desconsiderar qualquer um deles compromete o próprio objetivo do certame, que é assegurar contratações públicas vantajosas, com observância da ordem jurídica e respeito à ampla participação dos licitantes. Por isso, sua invocação não deve ser meramente retórica, mas funcional ao caso concreto, servindo de esteio à legalidade do procedimento e à legitimidade do resultado proclamado.

a) Princípio da Legalidade

A legalidade, enquanto fundamento estruturante da Administração Pública, não apenas impõe a observância estrita da norma jurídica, como também veda interpretações ampliativas ou restritivas que extrapolem o texto legal ou desvirtuem seu espírito. No âmbito das licitações, esse princípio ganha contornos ainda mais rigorosos, pois as decisões administrativas que afastam propostas, habilitam concorrentes ou determinam inabilitações devem necessariamente encontrar respaldo direto na lei e nos comandos editalícios. A legalidade, portanto, não é apenas uma garantia dos licitantes, mas um limite à discricionariedade administrativa. Como leciona Marçal Justen Filho, “a legalidade constitui o único fundamento de validade da atuação administrativa, sendo inválida toda conduta que derive de interpretações subjetivas não albergadas no sistema jurídico.” (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 19. ed., 2022). A jurisprudência dos Tribunais de Contas reitera esse entendimento. O Acórdão TCU nº 1925/2021 - Plenário estabelece que “a Administração deve observar o princípio da legalidade em toda a condução do processo licitatório, sendo inadmissível a desclassificação de propostas com base em critérios subjetivos ou não previstos de forma clara no edital ou na legislação.” Assim, qualquer tentativa de desclassificar a proposta da Recorrida, com base em presunções generalizadas de inexequibilidade, sem que haja norma ou análise técnica que a fundamente objetivamente, representaria flagrante violação à legalidade.

b) Princípio da Proposta Mais Vantajosa

A busca pela proposta mais vantajosa é a razão de ser das licitações públicas e deve ser compreendida em sua dimensão substancial: trata-se de obter o melhor resultado possível para a Administração, conciliando economicidade, qualidade técnica e viabilidade de execução. Não se trata de mera escolha pelo menor preço, mas sim daquela proposta que, uma vez analisada sob critérios objetivos e técnicos, revele-se a mais eficiente para satisfazer o interesse público. Como define o art. 11 da Lei nº 14.133/2021, a seleção da proposta mais vantajosa é finalidade central do procedimento licitatório e parâmetro de validade de todos os seus atos. Nesse sentido, não se justifica o afastamento de uma proposta por estar abaixo da média estimada se houver robusta demonstração de sua viabilidade, como fez a Recorrida por meio de planilhas detalhadas e notas fiscais públicas de referência.

Essa compreensão é reforçada pelo Acórdão TCU nº 1197/2020 – Plenário, que dispõe: “a proposta mais vantajosa não é aquela que apenas satisfaz o critério econômico, mas sim a que, sob análise técnica e documental, se mostra exequível, segura e alinhada ao interesse público.” Seguindo essa linha, o Parecer Referencial do CNJ sobre a Lei 14.133/2021 (2022) assevera: “a atuação do gestor deve priorizar a proposta mais vantajosa, mesmo que o preço ofertado seja significativamente inferior ao estimado, desde que tecnicamente demonstrada sua viabilidade.” Logo, a proposta da Recorrida, além de ser vantajosa em termos financeiros, demonstrou-se plenamente sustentável, afastando qualquer risco à execução contratual e atendendo ao interesse público em sua essência.

c) Princípio da Competitividade A competitividade constitui um dos pilares centrais do regime jurídico das licitações, pois garante a seleção eficiente da proposta mais adequada ao interesse público. O art. 5º da Lei nº 14.133/2021 consagra esse princípio como vetor de interpretação de todas as normas licitatórias, buscando impedir restrições indevidas à ampla participação dos interessados. Toda interpretação que conduza à exclusão arbitrária de propostas, como pretendido pela Recorrente, atenta diretamente contra esse valor fundamental, na medida em que compromete a isonomia entre os licitantes e empobrece o universo concorrencial do certame. A jurisprudência do Tribunal de Contas da União tem reforçado esse entendimento de maneira reiterada. Conforme dispõe o Acórdão TCU nº 2.134/2019 - Plenário, “a competitividade é elemento essencial à vantajosidade da contratação pública, e qualquer restrição à participação dos interessados deve estar devidamente fundamentada em razão de interesse público primário, e não em suposições ou presunções genéricas.” Assim, ao se pretender desclassificar a Recorrida com base em meros percentuais de desconto, sem comprovação de inviabilidade técnica ou documental, incorre-se em violação direta ao princípio da competitividade.

d) Princípio da Isonomia

A isonomia, enquanto vetor do devido processo licitatório, impõe à Administração o dever de conferir tratamento igualitário a todos os licitantes que preencham os requisitos legais e editalícios. Trata-se de princípio que assegura não apenas igualdade formal, mas também proteção contra discriminações indiretas, como aquelas derivadas de julgamentos subjetivos, critérios não previstos ou exigências desproporcionais. O art. 5º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, reforça que o processo licitatório deve garantir a igualdade de condições a todos os concorrentes, sendo vedadas preferências não autorizadas em lei.

Nesse sentido, o Acórdão TCU nº 3.138/2020 - Plenário dispõe: “o princípio da isonomia impõe à Administração o dever de assegurar a imparcialidade e a uniformidade no tratamento de propostas, vedada a adoção de critérios interpretativos distintos para situações semelhantes.” A tentativa da Recorrente de impor uma desclassificação com base em presunção de inexequibilidade, sem respaldo técnico nem previsão clara no edital, constitui evidente ruptura da isonomia, violando não apenas o direito da Recorrida, mas também a própria credibilidade do certame.

e) Entendimentos técnicos relevantes

Enunciado CGU/ENAP 06/2022: “A inexequibilidade da proposta somente pode ser declarada com base em análise objetiva e fundamentada nos elementos constantes da proposta e de sua composição de custos, sendo vedada a desclassificação com base em impressões subjetivas ou meras presunções.”

Nota Técnica SEI/AGU 00020/2023/DECOR/CGU/AGU: “Deve a Administração, quando em face de proposta supostamente inexequível, oportunizar contraditório amplo e efetivo, bem como realizar análise técnica dos elementos de comprovação apresentados, sob pena de violar

os princípios do devido processo legal, isonomia e vantajosidade." Parecer Referencial CNJ - PL 14.133/2021 (2022): "A atuação do gestor deve buscar sempre o interesse público concretizado na seleção da proposta mais vantajosa, ainda que por valores significativamente inferiores ao orçamento estimado, desde que tecnicamente demonstrada sua viabilidade." IV. Da Legalidade e Vantajosidade da Classificação da Recorrida A Recorrida não apenas atendeu às exigências de ordem financeira, jurídica e fiscal como também às de ordem técnica, e ainda, oferecendo token criptográfico modelo SafeNet 5110, plataforma de gestão em nuvem compatível com os requisitos operacionais do órgão e posto de atendimento presencial na cidade de Manaus/AM, requisitos esses que foram responsáveis, inclusive, pela inabilitação de diversas concorrentes que não lograram comprovar tais condições. Portanto, a classificação da Recorrida decorreu da perfeita convergência entre os critérios de menor preço global e atendimento integral às exigências técnicas do edital, constituindo proposta amplamente vantajosa à Administração.

V. Conclusão: Pedido

À luz de todo o exposto, resta comprovado, de forma técnica, jurídica e documental, que a proposta apresentada pela empresa Recorrida é perfeitamente exequível, atende integralmente às exigências do edital e representa a melhor escolha possível para a Administração Pública.

Nesse sentido, requer-se a Vossa Senhoria que se dignem a:

1. Conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela empresa N R SERV DE CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA, mantendo a decisão que declarou habilitada a empresa AR RP CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA;

2. Reafirmar a legalidade do ato administrativo que declarou vencedora a empresa Recorrida, em conformidade com os princípios da legalidade, eficiência e vantajosidade do interesse público

3. Declarar a manutenção da proposta da empresa AR RP CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA como vencedora, em respeito aos princípios da legalidade formalismo moderado e da busca pela proposta mais vantajosa. Goiânia, 17 de abril de 2025.

Atenciosamente,

Nikely Gomes Figueiredo

Procuradora

É o que, em síntese, cabe relatar.

3. DAS RAZÕES DE DECIDIR

Vale ressaltar, em caráter preliminar, que o Pregoeiro conduziu o certame sob os parâmetros dos princípios e regras legais que disciplinam o procedimento licitatório, no presente caso, estabelecidos na **Lei nº. 14.133/2021** (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

Nesse sentido, lembremos que o dever administrativo de adotar critérios claros, objetivos e legais durante a análise das documentações dos concorrentes em uma licitação decorre da obrigação da Administração Pública manter plena transparência de seus atos, a fim de definir qual a licitante reúne condições de qualificação técnica, jurídica, fiscal e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento de seus deveres, sem se desviar da observância necessária do princípio da igualdade entre os licitantes, estimulando o caráter competitivo da licitação, constante no artigo 5º da Lei n.º 14.133/2021, abaixo disposto:

> Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os **princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável**, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

Dentre esses princípios, no caso em foco, destaca-se o da ***vinculação ao instrumento convocatório,*** a um, porque esse primado serviu de lastro para toda a construção do inconformismo da licitante vencida; e, a duas, porque corresponde exatamente ao fundamento primeiro das providências adotadas pelo Pregoeiro do certame. Portanto, esse será o norte para as ponderações e conclusões expostas no presente *decisum*, a seguir delineadas.

Assim, passemos à análise de mérito.

3.1. Considerações ao recurso interposto pela empresa N R SERV. DE CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA - CNPJ n° 40.829.740/0001-50 (GRUPO 1):

Oportunamente, há que se destacar que a empresa **N R SERV. DE CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA - CNPJ n° 40.829.740/0001-50 (GRUPO 1)**, insurge-se quanto à classificação e habilitação da licitante **AR RP CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 21.308.480/0001-22**, para o GRUPO 1, **sob o argumento de que o valor vencedor está muito abaixo do preço estimado pela Administração, e que a Planilha apresentada para fins de comprovação de exequibilidade da proposta, não apresenta os custos dos MATERIAIS para os itens "1 a 4".**

Desta feita, o cerne do pedido da IRRESIGNADA reside na arguição de suposta não comprovação de exequibilidade da proposta da empresa classificada e habilitada (empresa **AR RP CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 21.308.480/0001-22**) para o Grupo 1.

Considerando que o valor da proposta da empresa **AR RP CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 21.308.480/0001-22 para o Grupo 01**, qual seja R$ 87.070,50 (oitenta e sete mil setenta reais e cinquenta centavos) estava abaixo de 50% do valor estimado total (R$ 276.691,17 - duzentos e setenta e seis mil seiscentos e noventa e um reais e dezessete centavos), foi solicitado mediante diligência por este pregoeito, conforme determina o subitem 10.4 do Edital do PE n° 94.001/2025, que a licitante apresentasse planilha de preços, para fins de comprovação de exequibilidade do valor ofertado para o Grupo 01.

> EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO N.º 94.001/2025-CPL/MP/PGJ SRP
>
> (...)
>
> 10.4. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
>
> 10.4.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
>
> 10.4.1 1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
>
> 10.4.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

Em cumprimento, a empresa **AR RP CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 21.308.480/0001-22, apresentou planilha de composição de preços** (doc. 1606892).

PLANILHA DE CUSTOS: ITEM 01 – CERTIFICADO DIGITAL PARA PESSOA FÍSICA DO TIPO A3

DESCRIÇÃO	PERCENTUAL SOBRE OVALOR DA PROPOSTA	VALOR UNITÁRIO À SER CONTRATADO: R$ 66,60	
I. Mão de obra especializada;	58,20%	R$ 38,76	VALOR TOTAL
II. Produtos e outros materiais necessários;	0%	R$ 00,00	VALOR TOTAL
III. Ferramentas e equipamentos;	0%	R$ 00,00	VALOR TOTAL
IV. Outros insumos (uniforme, transporte, seguro, etc);	2%	R$ 1,33	VALOR TOTAL
V. Despesas Administrativa (gastos gerais que não estão ligados diretamente a produção - exemplo: telephone, energia, água, recepção, limpeza, dep.jurídico, etc.);	2%	R$ 1,33	VALOR TOTAL
VI. Tributos: Federal, Estadual, Municipal, Simples Nacional, FAE - Fundo de Apoio ao Empreendedorismo;	19,5%	R$ 12,99	VALOR TOTAL
VII. Lucro;	18,3%	R$ 12,19	VALOR TOTAL

Goiânia, 08 de abril de 2.025

PLANILHA DE CUSTOS: ITEM 02 – CERTIFICADO DIGITAL PARA PESSOA JURÍDICA DO TIPO A3

DESCRIÇÃO	PERCENTUAL SOBRE OVALOR DA PROPOSTA	VALOR UNITÁRIO À SER CONTRATADO: R$ 72,00	
I. Mão de obra especializada;	58,20%	R$ 41,90	VALOR TOTAL
II. Produtos e outros materiais necessários;	0%	R$ 00,00	VALOR TOTAL
III. Ferramentas e equipamentos;	0%	R$ 00,00	VALOR TOTAL
IV. Outros insumos (uniforme, transporte, seguro, etc);	2%	R$ 1,44	VALOR TOTAL
V. Despesas Administrativa (gastos gerais que não estão ligados diretamente a produção - exemplo: telephone, energia, água, recepção, limpeza, dep.jurídico, etc.);	2%	R$ 1,44	VALOR TOTAL
VI. Tributos: Federal, Estadual, Municipal, Simples Nacional, FAE - Fundo de Apoio ao Empreendedorismo;	19,5%	R$ 14,04	VALOR TOTAL
VII. Lucro;	18,3%	R$ 13,18	VALOR TOTAL

Goiânia, 08 de abril de 2.025

PLANILHA DE CUSTOS: ITEM 03 CERTIFICADO SSL WILDCARD

DESCRIÇÃO	PERCENTUAL SOBRE OVALOR DA PROPOSTA	VALOR UNITÁRIO À SER CONTRATADO: R$ 964,55	
I. Mão de obra especializada;	58,20%	R$ 561,37	VALOR TOTAL
II. Produtos e outros materiais necessários;	0%	R$ 00,00	VALOR TOTAL
III. Ferramentas e equipamentos;	0%	R$ 00,00	VALOR TOTAL
IV. Outros insumos (uniforme, transporte, seguro, etc);	2%	R$ 19,29	VALOR TOTAL
V. Despesas Administrativa (gastos gerais que não estão ligados diretamente a produção - exemplo: telephone, energia, água, recepção, limpeza, dep.jurídico, etc.);	2%	R$ 19,29	VALOR TOTAL
VI. Tributos: Federal, Estadual, Municipal, Simples Nacional, FAE - Fundo de Apoio ao Empreendedorismo;	19,5%	R$ 188,09	VALOR TOTAL
VII. Lucro;	18,3%	R$ 176,51	VALOR TOTAL

Goiânia, 08 de abril de 2.025

PLANILHA DE CUSTOS: ITEM 04 – CERTIFICADO DIGITAL DO TIPO A1 PARA PESSOA JURÍDICA

DESCRIÇÃO	PERCENTUAL SOBRE OVALOR DA PROPOSTA	VALOR UNITÁRIO À SER CONTRATADO: R$ 70,00	
I. Mão de obra especializada;	58,20%	R$ 40,74	VALOR TOTAL
II. Produtos e outros materiais necessários;	0%	R$ 00,00	VALOR TOTAL
III. Ferramentas e equipamentos;	0%	R$ 00,00	VALOR TOTAL
IV. Outros insumos (uniforme, transporte, seguro, etc);	2%	R$ 1,40	VALOR TOTAL
V. Despesas Administrativa (gastos gerais que não estão ligados diretamente a produção - exemplo: telephone, energia, água, recepção, limpeza, dep.jurídico, etc.);	2%	R$ 1,40	VALOR TOTAL
VI. Tributos: Federal, Estadual, Municipal, Simples Nacional, FAE - Fundo de Apoio ao Empreendedorismo;	19,5%	R$ 13,65	VALOR TOTAL
VII. Lucro;	18,3%	R$ 12,81	VALOR TOTAL

Goiânia, 08 de abril de 2.025

PLANILHA DE CUSTOS: ITEM 05 - VISITA

DESCRIÇÃO	PERCENTUAL SOBRE OVALOR DA PROPOSTA	VALOR UNITÁRIO À SER CONTRATADO: R$ 5,00	
I. Mão de obra especializada;	58,20%	R$ 2,91	VALOR TOTAL
II. Produtos e outros materiais necessários;	0%	R$ 00,00	VALOR TOTAL
III. Ferramentas e equipamentos;	0%	R$ 00,00	VALOR TOTAL
IV. Outros insumos (uniforme, transporte, seguro, etc);	2%	R$ 0,10	VALOR TOTAL
V. Despesas Administrativa (gastos gerais que não estão ligados diretamente a produção - exemplo: telephone, energia, água, recepção, limpeza, dep.jurídico, etc.);	2%	R$ 0,10	VALOR TOTAL
VI. Tributos: Federal, Estadual, Municipal, Simples Nacional, FAE - Fundo de Apoio ao Empreendedorismo;	19,5%	R$ 0,97	VALOR TOTAL
VII. Lucro;	18,3%	R$ 0,92	VALOR TOTAL

Goiânia, 08 de abril de 2.025

PLANILHA DE CUSTOS: ITEM 06 – TOKEN SAFENET

DESCRIÇÃO	PERCENTUAL SOBRE OVALOR DA PROPOSTA	VALOR UNITÁRIO À SER CONTRATADO: R$ 86,00	
I. Mão de obra especializada;	0%	R$ 00,00	VALOR TOTAL
II. Produtos e outros materiais necessários;	60%	R$ 51,60	VALOR TOTAL
III. Ferramentas e equipamentos;	0%	R$ 00,00	VALOR TOTAL
IV. Outros insumos (uniforme, transporte, seguro, etc);	0%	R$	VALOR TOTAL
V. Despesas Administrativa (gastos gerais que não estão ligados diretamente a produção - exemplo: logística, conta telefônica, energia, água, recepção, limpeza, dep.jurídico, etc.);	4%	R$ 3,44	VALOR TOTAL
VI. Tributos: Federal, Estadual, Municipal, Simples Nacional, FAE - Fundo de Apoio ao Empreendedorismo;	28%	R$ 24,08	VALOR TOTAL
VII. Lucro;	8%	R$ 6,88	VALOR TOTAL

Goiânia, 08 de abril de 2.025

Após detida análise deste pregoeiro, com sua equipe de apoio, restou comprovada de maneira satisfatória a exequibilidade da proposta da licitante, vez que demonstrou a composição do preço para cada item constante de sua proposta, **especificando as parcelas relativas à mão de obra, despesas administrativas, encargos em geral, e lucro.**

Embora a recorrente aponte que a licitante classificada não tenha apresentado em sua planilha de preços os valores referente ao custo dos itens 1 a 4 no campo Materiais, ela os apresentou no campo "Mão de Obra", não havendo, assim, ausência de informação. Ora, em simples análise, é notório que a empresa **AR RP CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 21.308.480/0001-22** preencheu o valor referente ao custo dos produtos junto aos fornecedores no campo "mão de obra" e não no campo de "material", o que, em análise deste Pregoeiro e equipe de apoio, não macula o teor e a legitimidade do documento, visto que os principais itens de precificação se encontram razoavelmente dispostos e, em suas representações matemáticas, corretamente calculadas.

Convém registrar que, nas licitações públicas, em que diversas licitantes disputam pelo êxito em negociar com a Administração, cabe ao pretenso contratado/fornecedor trabalhar corretamente a precificação de seu serviço/produto, afinal, ele é o especialista no mercado em que atua, ele quem detém as informações necessárias e suficientes às boas práticas do preço e da negociação. Por sua vez, conforme exposto, à Adminsitração Pública cabe compreender que o preço é do fornecedor, bem como presumir que as ofertas estarão revestidas de legalidade e profissionalismo que são próprios do mundo dos negócios.

O afastamento de uma contratação mais vantajosa pelo simples fato de existir um eventual erro meramente formal, **constituiria uma violação aos princípios licitatórios, especialmente da economicidade e da razoabilidade e proporcionalidade, bem como da eficiência,** afastando-se uma contratação mais vantajosa e onerando os cofres públicos sem qualquer necessidade.

Marçal Justem Filho, in Comentários à lei de licitações e contratos administrativos, 13. ed, p. 76, ao tratar do princípio da proporcionalidade ensina, in verbis:

> "O princípio da proporcionalidade restringe o exercício das competências públicas, proibindo o excesso. A medida limite é a salvaguarda dos interesses públicos e privados em jogo. Incumbe ao Estado adotar a medida menos danosa possível, através da compatibilização entre os interesses sacrificados e aqueles que se pretende proteger. Os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade acarretam a impossibilidade de impor consequências de severidade incompatível com a irrelevância de defeitos. Sob esse ângulo, as exigências da lei ou do Edital devem ser interpretadas como instrumentais."

Neste sentido, o Tribunal de Contas da União possui diversos entedimentos, dentre eles:

> "Não restando configurada a lesão à obtenção da melhor proposta, não se configura a nulidade do ato**.** Erro no preenchimento da planilha de formação de preço do licitante não constitui motivo suficiente para a desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado." (Acórdão 1811/2014-Plenário)

Portanto, ainda que fosse o ideal a recorrida informar, em sua planilha de preços, o valor do produto no campo "Produtos e outros materiais necessários" e não em "Mão de obra especializada", a forma como os valores foram apresentados para os itens 01 a 04, não resulta em prejuízo à Administração, visto que não há alteração do valor da proposta nem à substância do objeto pretendido. Ademais, não houve qualquer comprometimento à vantajosidade da proposta, garantindo-se a isonomia dentres os participantes do procedimento licitatório.

Observando todos os limites legais, considerou-se que se tratava de mera aplicação de interpretação diversa para composição dos preços da planilha apresentada pela licitante vencedora. Em vez de considerar que o custo do produto deveria ser enquadrado como materiais, foi preenchido como mão de obra, visto que se trata de produto imaterial de certificação digital (itens 01 a 04), o que não acarretou prejuízo algum à Administração ou ao processo licitatório em tela. A interpretação deste pregoeiro e equipe de apoio representa a concreta aplicação do **princípio da instrumentalidade das formas nos atos administrativos, especificamente no Processo licitatório**. Este não é um fim em si mesmo, mas um meio para se alcançar a melhor e mais vantajosa proposta para a Administração Pública, não se olvidando dos princípios que a orientam, especialmente aqueles listados no artigo 37, "caput", da Constituição Federal e na Lei nº 14.133/2021.

É dever do pregoeiro, como de qualquer outro agente estatal, atentar-se para que sua atuação coadune-se com os princípios licitatórios e constitucionais da Administração. A NLLC tem como um de seus escopos possibilitar que os atos jurídico-administrativos sejam aplicados de maneira mais ágil ao caso concreto, visando à desburocratização e maior eficiência da administração pública, conforme determina a escola da administração gerencial, implementada em nosso ordenamento jurídico desde a Reforma Administrativa, oficializada através da Emenda Constitucional 19 de 1998.

Em resumo, meras desconformidades que não prejudicaram a avaliação da proposta da licitante AR RP CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 21.308.480/0001-22, e, consequentemente, não comprometeram o caráter competitivo e objetivo do processo, não devem dar azo ao retardamento processual, prejudicando todo o certame licitatório, a supremacia do interesse público e os princípios da razoabilidade e proporcionalidade e eficiência.

Ante todo o exposto, esvaídas de quaisquer lastros fáticos e/ou jurídicos as razões de irresignação da empresa **N R SERV. DE CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA - CNPJ n° 40.829.740/0001-50**, não há que se falar em reconsideração da decisão de **aceitação da proposta** e **habilitação** da empresa **AR RP CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 21.308.480/0001-22**, para o GRUPO 01.

4. DA CONCLUSÃO

Portanto, pelos fundamentos expostos, por entender que os requisitos e princípios que permeiam os atos da Administração Pública foram devidamente observados, este subscrevente decide:

a) **NEGAR provimento** ao recurso interposto pela empresa **N R SERV. DE CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA - CNPJ n° 40.829.740/0001-50**, referente ao **GRUPO 01** do Pregão Eletrônico n.º 94.001/2025-CPL/MP/PGJ, a fim de dar seguimento ao certame, nos termos do artigo 165, da Lei nº. 14.133/2021;

Desta feita, os autos devem ser submetidos à análise e manifestação do ilustre **Ordenador de Despesas**, a fim de que, caso assim entenda, mantenha a decisão proferida por este Pregoeiro, segundo inteligência do §2º, do artigo 165, da Lei nº. 14.133/2021.

Manaus, 25 de abril de 2025.

Iury Fechine Ramos

Pregoeiro - PORTARIA N° 251/2025/SUBADM

Comissão Permanente de Licitação

Documento assinado eletronicamente por **Iury Fechine Ramos**, **Membro da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 25/04/2025, às 14:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1605613** e o código CRC **0BE585B5**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

RELATÓRIO DE LICITAÇÃO Nº 16.2025.CPL.1608257.2024.019531

RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 94.001/2025-CPL/MP/PGJ/SRP

PROCESSO SEI Nº 2024.019531

Excelentíssimo Senhor Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos,

O Pregoeiro, Sr. **IURY FECHINE RAMOS**, designado por força da *PORTARIA N° 251/2025/SUBADM*, de 11/03/2025 (doc. 1568068), vem apresentar e submeter à apreciação de Vossa Excelência o **relatório circunstanciado** do **Pregão Eletrônico n.º 94.001/2025-CPL/MP/PGJ/SRP**, tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, concernente ao **Processo SEI N.º 2024.019531**, que tem por objeto *registro de preços para futura e eventual aquisição de serviço de emissão e renovação de certificados digitais padrão ICP-Brasil e fornecimento de token criptográficos USB, objetivando atender às necessidades de utilização da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, pelo período de 12 (doze) meses.*

1. DA EVOLUÇÃO DOS AUTOS

A evolução dos autos ocorreu conforme descrição e datas constantes no **Histórico do Processo 2024.019531,** disponível para consulta na rotina "Consultar Andamento".

2. DA PUBLICIDADE

O Aviso da Licitação foi publicado: no *Comprasnet*, em 19/02/2025 (doc. 1459060), a fim de ser disponibilizado a partir do dia 25/02/2025; no matutino local “Jornal do Commercio”, Edição n.º 44.243, de 24/02/2025 (doc. 1608478); no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Amazonas – DOMPE, Edição n.º 3033, no dia 24/02/2025 (doc. 1608474) e no sítio institucional do MPE/AM (www.mpam.mp.br).

3. DA SESSÃO PÚBLICA

3.1. Do Credenciamento – As licitantes credenciaram-se na Secretaria de Logística e Tecnologia de Informação – SLTI, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, através das regras

do sistema *Comprasnet*, no sítio eletrônico https://www.gov.br/compras/pt-br.

3.2. Da Proposta – As propostas foram enviadas pelos licitantes, através da internet, desde 26/02/2025 até a data e hora marcadas para a abertura da sessão, a saber, dia 13/03/2025, às 10h (horário de Brasília/DF).

3.3. Da Fase de Lances – Iniciada a disputa, os interessados tiveram a oportunidade de propor, em lances, condições mais favoráveis que as primeiras, o que ocorreu de fato, encerrando-se a fase com propostas mais vantajosas para a Administração, conforme registrado nos **Termo de Julgamento da Sessão** (docs. 1608398).

3.4. Da Aceitação das Propostas – Na sequência, o Pregoeiro convocou a licitante melhor classificada, de acordo com a ordem de classificação dos lances, para que apresentasse proposta ajustada ao seu último lance, acompanhada dos documentos complementares necessários, para subsequente análise.

Uma vez observado o cumprimento dos prazos fixados e, também, dos aspectos formais reclamados pela Instituição, e diante da necessidade de análise técnica das propostas apresentadas, foram os documentos submetidos ao exame da **Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação - DTIC,** nos termos do item 10.2 do instrumento convocatório (doc. 1555615).

Após algumas desclassificações de propostas, conforme registrado no **Termo de Julgamento da Sessão** (docs. 1608398), com base na análise técnica realizada pela **DTIC**, o Pregoeiro, com auxílio da equipe de apoio, promoveu à **aceitação** da seguinte proposta:

- GRUPO 1 - para empresa **AR RP CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA, CNPJ 21.308.480/0001-22,** melhor lance: R$ 87.070,50 (oitenta e sete mil setenta reais e cinquenta centavos) - doc 1608398;

3.5. Da Habilitação – Dando regular prosseguimento ao feito, o Pregoeiro e equipe de apoio passaram à verificação dos documentos de habilitação da FORNECEDORA acima destacada.

Desta feita, procedeu-se à fase de julgamento das condições de habilitação da fornecedora, utilizando-se, inclusive, das informações do **Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF** do Comprasnet, verificando-se, sobretudo, as condições da licitante quanto à ausência de sanções pela Administração Pública, não sendo constatados registros que indicassem restrições à contratação.

Sobre o exame das condições das licitantes, verificou-se à ausência de sanções pela Administração Pública, no SICAF do *Comprasnet*, bem como na Relação de Empresas com Sanção Administrativa em Vigor, do **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS – TCE**, na Relação de Licitantes Inidôneos do **TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – TCU,** na Lista de Empresas Suspensas/Impedidas da **COMISSÃO GERAL DE LICITAÇÃO DO ESTADO DO AMAZONAS – CGL**, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), da **CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO – CGU**, no Cadastro Nacional de Condenações Civis por Ato de Improbidade Administrativa (CNCIA) do **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ** e na Relação de pessoas jurídicas impedidas de contratar com a Administração Pública da **SEFAZ-AM**, **não** sendo constatados registros que indicassem restrições à contratação.

Além disso, o Pregoeiro e equipe de apoio verificaram a autenticidade das certidões negativa (ou positiva com efeitos de negativa) de débitos mediante SICAF, bem como da de ausência de distribuição de feitos de falência ou recuperação judicial, junto à Justiça Estadual de domicílio da licitante. De igual modo, procedeu-se com os demais documentos de habilitação das interessadas que permitiam a convalidação eletrônica, conforme consta dos autos.

Cabe registrar que o **Tribunal de Contas da União** disponibiliza ferramenta que permite a consulta consolidada de pessoas jurídicas, que reúne, em relatório único, as Licitantes Inidôneos do TCU, CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do CNJ; Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas e CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas ambos do Portal da Transparência. Assim, o Pregoeiro promoveu a juntada da **CONSULTA CONSOLIDADA DE PESSOA JURÍDICA** das licitantes aos autos.

Isto posto, concluída a análise dos documentos habilitatórios, conforme item 11 do instrumento convocatório, procedeu-se à **HABILITAÇÃO** da seguinte licitante:

- GRUPO 01 - para **AR RP CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA, CNPJ 21.308.480/0001-22**, melhor lance: R$ 87.070,50 (oitenta e sete mil setenta reais e cinquenta centavos) - doc 1608398;

4. DOS RECURSOS

Passo seguinte, ao encerrar a sessão pública, este Pregoeiro constatou que licitante **N R SERV. DE CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA - CNPJ n° 40.829.740/0001-50** manifestou intenção de interpor recurso em relação ao **GRUPO 01**.

Em resumo, pelos fundamentos expostos na **DECISÃO Nº 8.2025.CPL.1605613.2024.019531,** este subscrevente decidiu:

> a) **NEGAR provimento** ao recurso interposto pela empresa **N R SERV. DE CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA - CNPJ n° 40.829.740/0001-50**, referente ao **GRUPO 01,** do Pregão Eletrônico n.º 94.001/2025-CPL/MP/PGJ, a fim de dar seguimento ao certame, nos termos do artigo 165, da Lei nº. 14.133/2021;

5. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Em razão da interposição de recurso por parte das interessada **N R SERV. DE CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA - CNPJ n° 40.829.740/0001-50**, referente ao **GRUPO 01 (doc. 1605602)**; os autos devem ser submetidos à análise e manifestação do ilustre **Ordenador de Despesas**, a fim de que, caso assim entenda, mantenha a **DECISÃO Nº 8.2025.CPL.1605613.2024.019531** proferida pelo Pregoeiro, segundo inteligência do artigo 165 da Lei n.° 14.133/21, e proceda, se entender cabível, à adjudicação e homologação do objeto do certame**,** nos termos do artigo 71 da Lei n.° 14.133/21.

6. DA ECONOMICIDADE

Destaque-se que o valor estimado para referida contratação objeto deste certame foi de **R$ 276.691,17 (duzentos e setenta e seis mil seiscentos e noventa e um reais e dezessete centavos),**

conforme **QUADRO-RESUMO DO PROCESSO DE COMPRA Nº 332.2024.SCOMS.1437698.2024.019531**. Assim, considerando o valor a ser adjudicado de **R$ 87.070,50 (oitenta e sete mil setenta reais e cinquenta centavos),** a realização deste Pregão significou uma **economia de R$ 189.620,67 (cento e oitenta e nove mil seiscentos e vinte reais e sessenta e sete centavos)**, ou seja, uma **redução de aproximadamente 68,53% do valor estimado pela Administração**.

É o Relatório.

Manaus, 25 de abril de 2025.

Iury Fechine Ramos

Pregoeiro - PORTARIA N° 251/2025/SUBADM

Comissão Permanente de Licitação

Documento assinado eletronicamente por **Iury Fechine Ramos**, **Membro da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 25/04/2025, às 14:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1608257** e o código CRC **CEB61CE6**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MINUTA Nº DE DESPACHO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

*** MINUTA DE DOCUMENTO**

PROCESSO SEI N.º 2024.019531

Pregão Eletrônico n.º 94.001/2025-CPL/MP/PGJ-SRP

A D J U DI C A Ç Ã O E H O M O L O G A Ç Ã O

CONSIDERANDO a solicitação constante do OFÍCIO Nº 73.2024.DTIC.1412460.2024.019531, bem como o teor do TERMO DE REFERÊNCIA Nº 12.2024.DTIC.1415338.2024.019531;

CONSIDERANDO o disposto na Lei, no Termo de Julgamento de realização do Pregão Eletrônico n.º 9.4001/2025-CPL/MP/PGJ-SRP e demais documentos pertinentes, lavrados pela Comissão Permanente de Licitação entre os dias 20/01/2025 e 25/04/2025, tendo por objeto a *formação de ata de registro de preços para futura e eventual aquisição de serviço de emissão e renovação de certificados digitais padrão ICP-Brasil e fornecimento de token criptográficos USB, objetivando atender às necessidades de utilização da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, pelo período de 12 (doze) meses*, quantificados e qualificados conforme as especificações e as condições constantes do seu Edital e anexos;

CONSIDERANDO a aceitação da proposta e habilitação da empresa **AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 21.308.480/0001-22**, valor total: R$ 87.070,50 (oitenta e sete mil setenta reais e cinquenta centavos), para o **GRUPO 01 (Itens 01 a 06)**;

CONSIDERANDO o RELATÓRIO DE LICITAÇÃO Nº 16.2025.CPL.1608257.2024.019531, no qual consta que a realização do Pregão significou uma economia de **R$ 189.620,67** (cento e oitenta e nove mil seiscentos e vinte reais e sessenta e sete centavos), ou seja, uma **redução de aproximadamente 68,53% do valor estimado** pela Administração;

CONSIDERANDO o teor da Lei Federal N.º 14.133, de 01.04.2021 e do Ato n.º 008/2024/PGJ;

CONSIDERANDO a interposição de Recurso por parte da empresa **N R SERV. DE CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA - CNPJ n° 40.829.740/0001-50**;

CONSIDERANDO o teor da **DECISÃO Nº 8.2025.CPL.1605613.2024.019531** para **NEGAR provimento** ao recurso interposto pela empresa suso mencionada;

CONSIDERANDO o teor da **DECISÃO Nº XXX.2025.XXAJ-SUBADM (XXX)**, através da qual foi mantida a **DECISÃO Nº 8.2025.CPL.1605613.2024.019531**, proferida pelo(a) Sr(a) Pregoeiro(a), segundo inteligência do artigo 71 c/c artigo 165, da Lei n° 14.133/2021;

R E S O L V E:

I – **ADJUDICAR** o objeto do certame à empresa **AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 21.308.480/0001-22**, no valor total: **R$ 87.070,50 (oitenta e sete mil setenta reais e cinquenta centavos)**, para o **GRUPO 01 (Itens 01 a 06).**

II - **HOMOLOGAR** o resultado do procedimento licitatório, referente ao **PREGÃO ELETRÔNICO N.º 94.001/2025-CPL/MP/PGJ-SRP**, em consonância com o Termo de Julgamento (Grupo 1) gerado automaticamente pelo Sistema Compras.gov e o RELATÓRIO DE LICITAÇÃO Nº 16.2025.CPL.1608257.2024.019531 e suas documentações complementares;

III – À **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL**, para as providências cabíveis;

IV – Após, ao **SETOR DE COMPRAS E SERVIÇOS - SCOMS,** para prosseguimento do feito.

Cientifique-se. Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, em Manaus (AM), XX de abril de 2025.

ANDRÉ VIRGÍLIO BELOTA SEFFAIR
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos
Ordenador de Despesas

MINUTA

Documento assinado eletronicamente por **Iury Fechine Ramos**, **Membro da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 25/04/2025, às 14:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1608260** e o código CRC **40BAD0D0**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

DESPACHO Nº 28.2025.CPL.1608261.2024.019531

PROCESSO SEI N.º 2024.019531

Pregão Eletrônico n.º 94.001/2025-CPL/MP/PGJ

OBJETO: *Registro de preços para futura e eventual aquisição de serviço de emissão e renovação de certificados digitais padrão ICP-Brasil e fornecimento de token criptográficos USB, objetivando atender às necessidades de utilização da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, pelo período de 12 (doze) meses.*

Considerando a realização do Pregão Eletrônico n.º 94.001/2025-CPL/MP/PGJ, iniciado no dia 13 de março de 2025 e encerrado no dia 09 abril do corrente ano;

Considerando a interposição de Recurso, por parte da empresa **N R SERV. DE CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA - CNPJ n° 40.829.740/0001-50**, no prazo e condições de que trata o artigo 165 da Lei Federal n.º 14.133/2021;

Considerando o teor da **DECISÃO Nº 8.2025.CPL.1605613.2024.019531** para **NEGAR provimento** ao recurso interposto pela empresa **N R SERV. DE CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA - CNPJ n° 40.829.740/0001-50**;

Considerando que, dentre os requisitos de validade, o resultado do certame necessita da adjudicação e homologação pelo Ordenador de Despesas desta Procuradoria-Geral de Justiça, nos termos da Lei Federal N.º 14.133, de 01.04.2021, e do Ato n.º 008/2024/PGJ;

Encaminhem-se os autos do Procedimento Interno ao Exmo. Sr. Dr. **SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**, para análise e pronunciamento decisório quanto ao teor da **DECISÃO Nº 8.2025.CPL.1605613.2024.019531,** a fim de que, caso assim entenda, mantenha a decisão proferida pelo Sr. Pregoeiro, segundo inteligência do artigo 165, § 2º, da Lei n.° 14.133/2021, e proceda, se entender cabível, à adjudicação e homologação do objeto do certame, nos termos do artigo 71 da Lei n.° 14.133/21.

Manaus, 25 de abril de 2025.

Iury Fechine Ramos

Pregoeiro - PORTARIA N° 251/2025/SUBADM

Documento assinado eletronicamente por **Iury Fechine Ramos**, **Membro da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 25/04/2025, às 14:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1608261** e o código CRC **AD11B6EC**.

DECISÃO Nº 4.2025.01AJ-SUBADM.1626021.2024.019531

Processo nº: 2024.019531

Assunto: Manifestação sobre recurso administrativo apresentado no curso do Pregão Eletrônico n.º 94.001/2025-CPL/MP/PGJ.

Interessado: N R SERV. DE CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA - CNPJ n° 40.829.740/0001-50

I. DO RELATÓRIO

Trata-se de procedimento administrativo iniciado através do **OFÍCIO Nº 73.2024.DTIC** (1412460), de lavra da **Tadeu Azevedo de Medeiros**, **Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (DTIC)**, à época, por meio do qual encaminhou o **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP Nº 10.2024.DTIC** (1412472) e o **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 12.2024.DTIC** (1415338), referente ao registro de preços para futura e eventual aquisição de **serviço emissão e renovação de certificados digitais padrão ICP-Brasil e fornecimento de token criptográficos USB**, visando atender às necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas por 12 (doze) meses.

Neste momento processual, a Comissão Permanente de Licitação acostou aos autos o **Relatório de Licitação 16.2025.CPL (1608257)** referente ao **Pregão Eletrônico n.º 94.001/2025-CPL/MP/PGJ/SRP**, tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, concernente ao **Processo SEI N.º 2024.019531**, que tem por objeto *registro de preços para futura e eventual aquisição de serviço de emissão e renovação de certificados digitais padrão ICP-Brasil e fornecimento de token criptográficos USB, objetivando atender às necessidades de utilização da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, pelo período de 12 (doze) meses.*

Informa o Pregoeiro que, ao encerrar a sessão pública, constatou que a licitante **N R SERV. DE CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA - CNPJ n° 40.829.740/0001-50** manifestou intenção de interpor recurso em relação ao **GRUPO 01**.

Das razões recursais

No dia 12/04/2025, a empresa **N R SERV. DE CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA - CNPJ n° 40.829.740/0001-50 (GRUPO 1)**, anexou ao Sistema Compras.gov suas razões recursais, as quais foram apensadas aos autos e também disponibilizadas na página eletrônica de acompanhamento deste certame (pelo link https://www.mpam.mp.br/servicos/licitacoes/licitacoes-em-andamento/47-licitacoes/pregao-eletronico-em-andamento/18013-pe-94001-2025-cpl-mp-pgj-srp-aquisicao-de-certificados-digitais)**, requerendo em suma:**

a) A PLANILHA DE CÁLCULO DO CUSTOS para a exequibilidade do objeto deste certame e INSUFICIENTE, os dados apresentados não são CONVINCENTES bem como transparentes para justificar redução de 62,09% a 97,06% que esta acima do limite de 50% estabelecido pela cláusula 10.4 do Edital;

b) A Planilha não apresenta os custos dos MATERIAIS para os itens “1 a 4” bem como a redução do preço superior a 50%;

c) Pelo Edital PE n° 94001/2025, item 23.1.2., a CONTRATADA deverá demonstrar de maneira clara a composição do preço de cada item constante de sua proposta, através de Planilha de Custos contendo, por exemplo: as parcelas relativas à mão de obra direta, demais insumos, encargos em geral, lucro e participação percentual em relação ao preço final.

Das Contrarrazões

Sendo assim, observada a data final, a empresa **AR RP CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 21.308.480/0001-22**, apresentou suas CONTRARRAZÕES, as quais foram apensadas aos autos e também disponibilizadas na página eletrônica de acompanhamento deste certame (pelo link https:// www.mpam.mp.br/servicos/licitacoes/licitacoes-em-andamento/47-licitacoes/pregao-eletronico-em-andamento/18013-pe-94001-2025-cpl-mp-pgj-srp-aquisicao-de-certificados-digitais), abaixo detalhadas (doc. 1605604):

Colendo Departamento/Comissão de Licitações,

Nobres Julgadores,

I. Juízo de Admissibilidade

As presentes contrarrazões são tempestivamente apresentadas, no prazo legalmente estabelecido, e subscritas por representante legal devidamente habilitado da empresa ora Recorrida.

Tratando-se de manifestação direcionada exclusivamente ao mérito do recurso, e estando plenamente em conformidade com o disposto no edital e na legislação vigente, requer□se o regular conhecimento da presente peça, para que seja analisada por Vossa Senhoria e, posteriormente, submetida à deliberação da Autoridade Superior competente para julgamento final.

II. Síntese do Recurso e Contextualização do Certame

O recurso apresentado pela empresa N R SERV DE CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA tem por objeto a impugnação da proposta vencedora apresentada por esta Recorrida, sob a alegação de que seria inexequível diante da suposta ausência de detalhamento suficiente na planilha de custos. Fundamenta sua insurgência na Cláusula 10.4 do edital, alegando que os percentuais de redução em relação ao orçamento estimado superariam o limite de 50% estabelecido como parâmetro para indício de inexequibilidade.

Entretanto, **as alegações expendidas não se sustentam diante da análise minuciosa da documentação apresentada pela Recorrida, que não apenas elaborou planilha de custos com alto grau de detalhamento, mas também apresentou farta documentação comprobatória, incluindo notas fiscais emitidas por diversos órgãos públicos em contratações similares, evidenciando a coerência, plausibilidade e viabilidade econômica da proposta.**

Convém destacar, ainda, que esta empresa figurava originalmente na sexta colocação após a etapa de lances, tendo as cinco primeiras sido desclassificadas por razões distintas. Nossa habilitação decorreu do pleno atendimento a todas as exigências do edital, inclusive as condições técnicas específicas relativas à solução ofertada.

II. DAS RAZÕES PARA O NÃO PROVIMENTO DO RECURSO

I. Da Interpretação Correta da Cláusula 10.4 do Edital e da Lei n.º 14.133/2021

A interpretação literal e isolada da Cláusula 10.4, como pretendida pela Recorrente, conduz a uma leitura distorcida de seu alcance jurídico. Trata-se de mera presunção relativa de inexequibilidade, cuja superação depende de comprovação idônea, conforme autorizado expressamente pelo art. 59, §2º e §3º, da Lei n.º 14.133/2021.

A nova Lei de Licitações prestigia o contraditório técnico e a análise substancial das propostas, em detrimento de formalismos excessivos ou presunções absolutas. Dessa forma, a simples constatação de que os preços ofertados estão abaixo de determinado percentual não autoriza, por si só, a desclassificação da proposta, devendo a Administração oportunizar à licitante a devida demonstração da viabilidade de execução do objeto.

Foi exatamente esse o procedimento adotado, com total observância aos princípios do devido processo legal e da isonomia. A Recorrida apresentou sua defesa técnica com base em documentos hábeis, e demonstrou com clareza que sua estrutura de custos é compatível com a realidade do setor, inclusive em âmbito nacional.

II. Da Ampla e Robusta Comprovação da Exequibilidade da Proposta

No tocante à comprovação da exequibilidade, **a empresa Recorrida apresentou planilhas de custo individualizadas por item, detalhando os componentes essenciais da formação do preço, tais como mão de obra especializada, tributos, encargos, insumos materiais, margem de lucro e despesas administrativas.** Esse nível de detalhamento atende integralmente ao disposto no item 23.1.2 do edital, sendo inclusive superior ao que normalmente se exige em certames dessa natureza.

Não bastasse isso, **foram anexadas notas fiscais referentes a contratos executados junto a outros órgãos públicos em diversas regiões do país, todas referentes a itens idênticos ou similares, com preços compatíveis com os ora ofertados.** Isso demonstra, de forma inequívoca, que a proposta apresentada não apenas é exequível, como reflete preços já praticados e aceitos pela Administração Pública em âmbito nacional.

A Recorrente, por sua vez, limita-se **a impugnar a proposta com base em percentuais abstratos, sem apresentar qualquer estudo comparativo, elemento técnico ou dado concreto que comprove, de maneira objetiva, a alegada inexequibilidade**. A fragilidade do recurso, portanto, salta aos olhos.

III. Dos Princípios Constitucionais e Licitatórios Aplicáveis

A condução do processo licitatório, sobretudo em sua fase decisória, deve observar com rigor os princípios constitucionais que regem a Administração Pública, notadamente os da legalidade, competitividade, isonomia e da proposta mais vantajosa, todos reafirmados pelo art. 37 da Constituição Federal e expressamente positivados nos artigos 5º e 11 da Lei nº 14.133/2021. A adequada compreensão desses princípios não se limita à sua citação formal, exigindo interpretação sistemática e teleológica que permita ao julgador decidir com segurança, eficiência e justiça Tais princípios não operam de maneira isolada, mas se entrelaçam na tessitura de um processo licitatório justo, transparente e eficiente. Desconsiderar qualquer um deles compromete o próprio objetivo do certame, que é assegurar contratações públicas vantajosas, com observância da ordem jurídica e respeito à ampla participação dos licitantes. Por isso, sua

invocação não deve ser meramente retórica, mas funcional ao caso concreto, servindo de esteio à legalidade do procedimento e à legitimidade do resultado proclamado.

a) Princípio da Legalidade

A legalidade, enquanto fundamento estruturante da Administração Pública, não apenas impõe a observância estrita da norma jurídica, como também veda interpretações ampliativas ou restritivas que extrapolem o texto legal ou desvirtuem seu espírito. No âmbito das licitações, esse princípio ganha contornos ainda mais rigorosos, pois as decisões administrativas que afastam propostas, habilitam concorrentes ou determinam inabilitações devem necessariamente encontrar respaldo direto na lei e nos comandos editalícios. A legalidade, portanto, não é apenas uma garantia dos licitantes, mas um limite à discricionariedade administrativa. Como leciona Marçal Justen Filho, "a legalidade constitui o único fundamento de validade da atuação administrativa, sendo inválida toda conduta que derive de interpretações subjetivas não albergadas no sistema jurídico." (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 19. ed., 2022). A jurisprudência dos Tribunais de Contas reitera esse entendimento. O Acórdão TCU nº 1925/2021 - Plenário estabelece que "a Administração deve observar o princípio da legalidade em toda a condução do processo licitatório, sendo inadmissível a desclassificação de propostas com base em critérios subjetivos ou não previstos de forma clara no edital ou na legislação." Assim, qualquer tentativa de desclassificar a proposta da Recorrida, com base em presunções generalizadas de inexequibilidade, sem que haja norma ou análise técnica que a fundamente objetivamente, representaria flagrante violação à legalidade.

b) Princípio da Proposta Mais Vantajosa

A busca pela proposta mais vantajosa é a razão de ser das licitações públicas e deve ser compreendida em sua dimensão substancial: trata-se de obter o melhor resultado possível para a Administração, conciliando economicidade, qualidade técnica e viabilidade de execução. Não se trata de mera escolha pelo menor preço, mas sim daquela proposta que, uma vez analisada sob critérios objetivos e técnicos, revele-se a mais eficiente para satisfazer o interesse público. Como define o art. 11 da Lei nº 14.133/2021, a seleção da proposta mais vantajosa é finalidade central do procedimento licitatório e parâmetro de validade de todos os seus atos. Nesse sentido, não se justifica o afastamento de uma proposta por estar abaixo da média estimada se houver robusta demonstração de sua viabilidade, como fez a Recorrida por meio de planilhas detalhadas e notas fiscais públicas de referência.

Essa compreensão é reforçada pelo Acórdão TCU nº 1197/2020 – Plenário, que dispõe: "a proposta mais vantajosa não é aquela que apenas satisfaz o critério econômico, mas sim a que, sob análise técnica e documental, se mostra exequível, segura e alinhada ao interesse público." Seguindo essa linha, o Parecer Referencial do CNJ sobre a Lei 14.133/2021 (2022) assevera: "a atuação do gestor deve priorizar a proposta mais vantajosa, mesmo que o preço ofertado seja significativamente inferior ao estimado, desde que tecnicamente demonstrada sua viabilidade." Logo, a proposta da Recorrida, além de ser vantajosa em termos financeiros, demonstrou-se plenamente sustentável, afastando qualquer risco à execução contratual e atendendo ao interesse público em sua essência.

c) Princípio da Competitividade A competitividade constitui um dos pilares centrais do regime jurídico das licitações, pois garante a seleção eficiente da proposta mais adequada ao interesse público. O art. 5º da Lei nº 14.133/2021 consagra esse princípio como vetor de interpretação de todas as normas licitatórias, buscando impedir restrições indevidas à ampla participação dos interessados. Toda interpretação que conduza à exclusão arbitrária de propostas, como pretendido pela Recorrente, atenta diretamente contra esse valor fundamental, na medida em que compromete a isonomia entre os licitantes e empobrece o universo concorrencial do certame. A jurisprudência do Tribunal de Contas da União tem reforçado esse entendimento de maneira reiterada. Conforme dispõe o Acórdão TCU nº 2.134/2019 - Plenário, "a competitividade é elemento essencial à

vantajosidade da contratação pública, e qualquer restrição à participação dos interessados deve estar devidamente fundamentada em razão de interesse público primário, e não em suposições ou presunções genéricas." Assim, ao se pretender desclassificar a Recorrida com base em meros percentuais de desconto, sem comprovação de inviabilidade técnica ou documental, incorre-se em violação direta ao princípio da competitividade.

d) Princípio da Isonomia

A isonomia, enquanto vetor do devido processo licitatório, impõe à Administração o dever de conferir tratamento igualitário a todos os licitantes que preencham os requisitos legais e editalícios. Trata-se de princípio que assegura não apenas igualdade formal, mas também proteção contra discriminações indiretas, como aquelas derivadas de julgamentos subjetivos, critérios não previstos ou exigências desproporcionais. O art. 5º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, reforça que o processo licitatório deve garantir a igualdade de condições a todos os concorrentes, sendo vedadas preferências não autorizadas em lei.

Nesse sentido, o Acórdão TCU nº 3.138/2020 - Plenário dispõe: "o princípio da isonomia impõe à Administração o dever de assegurar a imparcialidade e a uniformidade no tratamento de propostas, vedada a adoção de critérios interpretativos distintos para situações semelhantes." A tentativa da Recorrente de impor uma desclassificação com base em presunção de inexequibilidade, sem respaldo técnico nem previsão clara no edital, constitui evidente ruptura da isonomia, violando não apenas o direito da Recorrida, mas também a própria credibilidade do certame.

e) Entendimentos técnicos relevantes

Enunciado CGU/ENAP 06/2022: "A inexequibilidade da proposta somente pode ser declarada com base em análise objetiva e fundamentada nos elementos constantes da proposta e de sua composição de custos, sendo vedada a desclassificação com base em impressões subjetivas ou meras presunções."

Nota Técnica SEI/AGU 00020/2023/DECOR/CGU/AGU: "Deve a Administração, quando em face de proposta supostamente inexequível, oportunizar contraditório amplo e efetivo, bem como realizar análise técnica dos elementos de comprovação apresentados, sob pena de violar os princípios do devido processo legal, isonomia e vantajosidade." Parecer Referencial CNJ - PL 14.133/2021 (2022): "A atuação do gestor deve buscar sempre o interesse público concretizado na seleção da proposta mais vantajosa, ainda que por valores significativamente inferiores ao orçamento estimado, desde que tecnicamente demonstrada sua viabilidade." IV. Da Legalidade e Vantajosidade da Classificação da Recorrida A Recorrida não apenas atendeu às exigências de ordem financeira, jurídica e fiscal como também às de ordem técnica, e ainda, oferecendo token criptográfico modelo SafeNet 5110, plataforma de gestão em nuvem compatível com os requisitos operacionais do órgão e posto de atendimento presencial na cidade de Manaus/AM, requisitos esses que foram responsáveis, inclusive, pela inabilitação de diversas concorrentes que não lograram comprovar tais condições. Portanto, a classificação da Recorrida decorreu da perfeita convergência entre os critérios de menor preço global e atendimento integral às exigências técnicas do edital, constituindo proposta amplamente vantajosa à Administração.

V. Conclusão: Pedido

À luz de todo o exposto, resta comprovado, de forma técnica, jurídica e documental, que a proposta apresentada pela empresa Recorrida é perfeitamente exequível, atende integralmente às exigências do edital e representa a melhor escolha possível para a Administração Pública.

Nesse sentido, requer-se a Vossa Senhoria que se dignem a:

1. Conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela empresa N R SERV DE CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA, mantendo a decisão que declarou habilitada a empresa AR RP CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA;

2. Reafirmar a legalidade do ato administrativo que declarou vencedora a empresa Recorrida, em conformidade com os princípios da legalidade,

eficiência e vantajosidade do interesse público

3. Declarar a manutenção da proposta da empresa AR RP CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA como vencedora, em respeito aos princípios da legalidade formalismo moderado e da busca pela proposta mais vantajosa. Goiânia, 17 de abril de 2025.

Atenciosamente,

Nikely Gomes Figueiredo

Procuradora

Análise do Pregoeiro

Em sua decisão, o pregoeiro apontou que:

3.1. Considerações ao recurso interposto pela empresa N R SERV. DE CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA - CNPJ n° 40.829.740/0001-50 (GRUPO 1):

Após detida análise deste pregoeiro, com sua equipe de apoio, restou comprovada de maneira satisfatória a exequibilidade da proposta da licitante, vez que demonstrou a composição do preço para cada item constante de sua proposta, **especificando as parcelas relativas à mão de obra, despesas administrativas, encargos em geral, e lucro.**

Embora a recorrente aponte que a licitante classificada não tenha apresentado em sua planilha de preços os valores referente ao custo dos itens 1 a 4 no campo Materiais, ela os apresentou no campo "Mão de Obra", não havendo, assim, ausência de informação. Ora, em simples análise, é notório que a empresa **AR RP CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 21.308.480/0001-22** preencheu o valor referente ao custo dos produtos junto aos fornecedores no campo "mão de obra" e não no campo de "material", o que, em análise deste Pregoeiro e equipe de apoio, não macula o teor e a legitimidade do documento, visto que os principais itens de precificação se encontram razoavelmente dispostos e, em suas representações matemáticas, corretamente calculadas.

Convém registrar que, nas licitações públicas, em que diversas licitantes disputam pelo êxito em negociar com a Administração, cabe ao pretenso contratado/fornecedor trabalhar corretamente a precificação de seu serviço/produto, afinal, ele é o especialista no mercado em que atua, ele quem detém as informações necessárias e suficientes às boas práticas do preço e da negociação. Por sua vez, conforme exposto, à Adminsitração Pública cabe compreender que o preço é do fornecedor, bem como presumir que as ofertas estarão revestidas de legalidade e profissionalismo que são próprios do mundo dos negócios.

O afastamento de uma contratação mais vantajosa pelo simples fato de existir um eventual erro meramente formal, **constituiria uma violação aos princípios licitatórios, especialmente da economicidade e da razoabilidade e proporcionalidade, bem como da eficiência,** afastando-se uma contratação mais vantajosa e onerando os cofres públicos sem qualquer necessidade.

Marçal Justem Filho, in Comentários à lei de licitações e contratos administrativos, 13. ed, p. 76, ao tratar do princípio da proporcionalidade ensina, in verbis:

"O princípio da proporcionalidade restringe o exercício das competências públicas, proibindo o excesso. A medida limite é a salvaguarda dos interesses públicos e privados em jogo. Incumbe ao Estado adotar a medida menos danosa possível, através da compatibilização entre os interesses sacrificados e aqueles que se pretende proteger. Os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade acarretam a impossibilidade de impor consequências de severidade incompatível com a irrelevância de defeitos. Sob esse ângulo, as exigências da lei ou do Edital devem ser interpretadas como instrumentais."

Neste sentido, o Tribunal de Contas da União possui diversos entedimentos, dentre eles:

"Não restando configurada a lesão à obtenção da melhor proposta, não se configura a nulidade do ato**.** Erro no preenchimento da planilha de formação de preço do licitante não constitui motivo suficiente para a desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado." (Acórdão 1811/2014-Plenário)

Portanto, ainda que fosse o ideal a recorrida informar, em sua planilha de preços, o valor do produto no campo "Produtos e outros materiais necessários" e não em "Mão de obra especializada", a forma como os valores foram apresentados para os itens 01 a 04, não resulta em prejuízo à Administração, visto que não há alteração do valor da proposta nem à substância do objeto pretendido. Ademais, não houve qualquer comprometimento à vantajosidade da proposta, garantindo-se a isonomia dentres os participantes do procedimento licitatório.

Observando todos os limites legais, considerou-se que se tratava de mera aplicação de interpretação diversa para composição dos preços da planilha apresentada pela licitante vencedora. Em vez de considerar que o custo do produto deveria ser enquadrado como materiais, foi preenchido como mão de obra, visto que se trata de produto imaterial de certificação digital (itens 01 a 04), o que não acarretou prejuízo algum à Administração ou ao processo licitatório em tela. A interpretação deste pregoeiro e equipe de apoio representa a concreta aplicação do **princípio da instrumentalidade das formas nos atos administrativos, especificamente no Processo licitatório**. Este não é um fim em si mesmo, mas um meio para se alcançar a melhor e mais vantajosa proposta para a Administração Pública, não se olvidando dos princípios que a orientam, especialmente aqueles listados no artigo 37, "caput", da Constituição Federal e na Lei nº 14.133/2021.

É dever do pregoeiro, como de qualquer outro agente estatal, atentar-se para que sua atuação coadune-se com os princípios licitatórios e constitucionais da Administração. A NLLC tem como um de seus escopos possibilitar que os atos jurídico-administrativos sejam aplicados de maneira mais ágil ao caso concreto, visando à desburocratização e maior eficiência da administração pública, conforme determina a escola da administração gerencial, implementada em nosso ordenamento jurídico desde a Reforma Administrativa, oficializada através da Emenda Constitucional 19 de 1998.

Em resumo, meras desconformidades que não prejudicaram a avaliação da proposta da licitante AR RP CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 21.308.480/0001-22, e, consequentemente, não comprometeram o caráter competitivo e objetivo do processo, não devem dar azo ao retardamento processual, prejudicando todo o certame licitatório, a supremacia do interesse público e os princípios da razoabilidade e proporcionalidade e eficiência.

Ante todo o exposto, esvaídas de quaisquer lastros fáticos e/ou jurídicos as razões de irresignação da empresa **N R SERV. DE CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA - CNPJ n° 40.829.740/0001-50**, não há que se falar em reconsideração da decisão de **aceitação da proposta** e **habilitação** da empresa **AR RP CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 21.308.480/0001-22**, para o GRUPO 01.

Por fim, o Pregoeiro decidiu:

4. DA CONCLUSÃO

Portanto, pelos fundamentos expostos, por entender que os requisitos e princípios que permeiam os atos da Administração Pública foram devidamente observados, este subscrevente decide:

a) **NEGAR provimento** ao recurso interposto pela empresa **N R SERV. DE CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA - CNPJ n° 40.829.740/0001-50**, referente ao **GRUPO 01** do Pregão Eletrônico n.º 94.001/2025-CPL/MP/PGJ, a fim de dar seguimento ao certame, nos termos do artigo 165, da Lei nº. 14.133/2021;

Desta feita, os autos devem ser submetidos à análise e manifestação do ilustre **Ordenador de Despesas**, a fim de que, caso assim entenda, mantenha a decisão proferida por este Pregoeiro, segundo inteligência do §2º, do artigo 165, da Lei nº. 14.133/2021.

Manaus, 25 de abril de 2025.

Iury Fechine Ramos
Pregoeiro - PORTARIA N° 251/2025/SUBADM
Comissão Permanente de Licitação

É o relatório. Passo a decisão.

II. DOS FUNDAMENTOS

O presente processo licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, seguiu o critério de julgamento menor preço global, conforme previsto no art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, com o objetivo de garantir a contratação mais vantajosa para a Administração Pública, nos termos do art. 11, inciso I.

Do recurso de N R SERV. DE CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA - CNPJ n° 40.829.740/0001-50, referente ao **GRUPO 1 (Itens 01 a 06) , na fase de aceitação das propostas e habilitação**

i) A PLANILHA DE CÁLCULO DO CUSTOS para a exequibilidade do objeto deste certame e INSUFICIENTE, os dados apresentados não são CONVINCENTES bem como transparentes para justificar redução de 62,09% a 97,06% que esta acima do limite de 50% estabelecido pela cláusula 10.4 do Edital;

i) A Planilha não apresenta os custos dos MATERIAIS para os itens “1 a 4” bem como a redução do preço superior a 50%;

ii) Pelo Edital PE n° 94001/2025, item 23.1.2., a CONTRATADA deverá demonstrar de maneira clara a composição do preço de cada item constante de sua proposta, através de Planilha de Custos contendo, por exemplo: as parcelas relativas à mão de obra direta, demais insumos, encargos em geral, lucro e participação percentual em relação ao preço final.

O cerne do recurso interposto pela recorrrente reside na **alegação de inexequibilidade das propostas** apresentadas pela empresa declarada vencedora, em suposta violação às cláusulas 10.4 e 23.1.2. do Edital. Vejamos:

> 10.4. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
>
> 10.4.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
>
> 10.4.1 1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
>
> 10.4.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
>
> (...)
>
> 23.1.2. A CONTRATADA deverá demonstrar de maneira clara a composição do preço de cada item constante de sua proposta, através de Planilha de Custos contendo, por exemplo: as parcelas relativas à mão de obra direta, demais insumos, encargos em geral, lucro e participação percentual em relação ao preço final.

O pregoeiro, ao realizar sua análise, destacou que:

i) **restou comprovada de maneira satisfatória a exequibilidade da proposta da licitante**, vez que demonstrou a composição do preço para cada item constante de sua proposta, **especificando as parcelas relativas à mão de obra, despesas administrativas, encargos em geral, e lucro**;

ii) embora a recorrente aponte que a licitante classificada não tenha apresentado em sua planilha de preços os valores referente ao custo dos itens 1 a 4 no campo Materiais, ela os apresentou no campo "Mão de Obra", não havendo, assim, ausência de informação;

iii) a empresa **AR RP CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 21.308.480/0001-22** preencheu o valor referente ao custo dos produtos junto aos fornecedores no campo "mão de obra" e não no campo de "material", o que, em análise deste Pregoeiro e equipe de apoio, não macula o teor e a legitimidade do documento, visto que os principais itens de precificação se encontram razoavelmente dispostos e, em suas representações matemáticas, corretamente calculadas;

iv) ainda que fosse o ideal a recorrida informar, em sua planilha de preços, o valor do produto no campo "Produtos e outros materiais necessários" e não em "Mão de obra especializada", a forma como os valores foram apresentados para os itens 01 a 04, não resulta em prejuízo à Administração, visto que não há alteração do valor da proposta nem à substância do objeto pretendido;

v) o afastamento de uma contratação mais vantajosa pelo simples fato de existir um eventual erro meramente formal, **constituiria uma violação aos princípios licitatórios, especialmente da economicidade e da razoabilidade e proporcionalidade, bem como da eficiência,** afastando-se uma contratação mais vantajosa e onerando os cofres públicos sem qualquer necessidade.;

vi) Neste sentido, o Tribunal de Contas da União possui diversos entedimentos, dentre eles: "Não restando configurada a lesão à obtenção da melhor proposta, não se configura a nulidade do ato**.** Erro no preenchimento da planilha de formação de preço do licitante não constitui motivo suficiente para a desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado." (Acórdão 1811/2014-Plenário);

vii) em vez de considerar que o custo do produto deveria ser enquadrado como materiais, foi preenchido como mão de obra, visto que se trata de produto imaterial de certificação digital (itens 01 a 04), o que não acarretou prejuízo algum à Administração ou ao processo licitatório em tela;

viii) a interpretação deste pregoeiro e equipe de apoio representa a concreta aplicação do **princípio da instrumentalidade das formas nos atos administrativos, especificamente no Processo licitatório;**

ix) meras desconformidades que não prejudicaram a avaliação da proposta da licitante AR RP CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 21.308.480/0001-22, e, consequentemente, não comprometeram o caráter competitivo e objetivo do processo, não devem dar azo ao retardamento processual, prejudicando todo o certame licitatório, a supremacia do interesse público e os princípios da razoabilidade e proporcionalidade e eficiência.

Nesta senda, o **Ato PGJ nº 008/2024**, que regulamenta a aplicação da Lei nº 14.133/2021 no âmbito do MPAM, assegura em art. 55, inciso IV, que o Pregoeiro deve fazer a verificação da propostas e proceder a desclassificação daquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital, fazendo constar no sistema, de forma imediata, a fundamentação que motivou a decisão.

No caso específico, o Pregoeiro agiu em conformidade com as disposições estabelecidas no Edital do certame, que prevê expressamente o seguinte:

> 10.4. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
>
> 10.4.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
>
> 10.4.1 1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
>
> 10.4.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

Dessa forma, a análise do pregoeiro, com auxílio da equipe de apoio, comprovou a exequibilidade da proposta da licitante N R SERV. DE CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA, vez que esta demonstrou a composição do preço para cada item constante de sua proposta, especificando as parcelas relativas à mão de obra, despesas administrativas, encargos em geral, e lucro.

Ademais, nos termos do precedente do Tribunal de Contas da União (Acórdão 1811/2014-Plenário) "não restando configurada a lesão à obtenção da melhor proposta, não se configura a nulidade do ato**.** Erro no preenchimento da planilha de formação de preço do licitante não constitui motivo suficiente para a desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado".

Portanto, a interpretação do pregoeiro e equipe de apoio representou a concreta aplicação do **princípio do formalismo moderado**, especificamente no Processo licitatório.

Sobre o princípio do formalismo moderado, colho do ensinamento de Felipe Dalenogare Alves e Marilene Carneiro Matos (2025, p. 82)[1]**:**

> A Administração deve atuar de forma a preservar a participação de licitantes que apresentem propostas ou documentos contendo vícios ou irregularidades sanáveis, de forma a prestigiar o princípio do formalismo moderado e a máxima competitividade do certame91. Neste sentido, cabe observar que a manutenção de propostas contendo vícios sanáveis adentrou o ordenamento jurídico brasileiro, por inspiração no Direito Europeu das Contratações Públicas, mediante o art. 24 da Lei n. 12.462/2011 – Regime Diferenciado de Contratações Públicas92.
>
> Acerca do assunto, defende Adilson Abreu Dallari93 que há evidentes posicionamentos na doutrina e jurisprudência que defendem que na fase de habilitação não deve haver rigidez excessiva. O foco deve ser na finalidade dessa etapa, ou seja, verificar se o proponente possui a idoneidade necessária. Defeitos mínimos, irrelevantes para essa comprovação, não devem ser motivo de exclusão do licitante. É necessário "haver uma certa elasticidade em função do objetivo, da razão de ser da fase de habilitação; convém ao interesse público, que haja o maior número possível de participantes".

Com efeito, o Tribunal de Contas da União tem consolidado o entendimento — v.g., Acórdãos 1.217/2023-TCU-Plenário e 2.585/2024-TCU-Plenário — de que devem prevalecer o formalismo moderado e o princípio da razoabilidade no julgamento das propostas e na fase de habilitação. Busca-se, assim, evitar que o meio (análise documental) frustre o fim maior da licitação: obter a proposta mais vantajosa para a Administração. Consequentemente, o TCU orienta que não se promova a desclassificação ou a inabilitação de licitantes sem antes oportunizar a correção de falhas sanáveis, desde que demonstrada a existência dos requisitos exigidos antes da abertura do certame.

Diante disso, ainda que o pregoeiro não tenha diligenciado junto ao licitante para ajustar a planilha, tal providência estaria em consonância com a legislação e a jurisprudência caso fosse adotada. De todo modo, o pregoeiro justificou que a partir da análise dos documentos apresentados pelo vencedor, confirmou-se a exequibilidade da proposta.

Assim, constata-se que a análise realizada pelo Pregoeiro observou os **princípios previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal**, com especial destaque para o princípio da **legalidade**. Dessa forma, com fundamento no **art. 5º da Lei nº 14.133/2021**, verifica-se que foram atendidos os critérios de **julgamento objetivo das propostas**, **preservação da competitividade** e **seleção da proposta mais vantajosa**, em conformidade com os dispositivos legais aplicáveis e os princípios que regem as contratações públicas.

Portanto, não há amparo para a desclassificação da empresa recorrida, pois os documentos apresentados conferem segurança técnica e econômica à execução contratual, atendendo às exigências legais e editalícias.

III. DA DECISÃO

Diante do exposto e com fundamento nos **arts. 71 e 165 da Lei nº 14.133/2021**, bem como nos termos do **Ato PGJ nº 008/2024**, DECIDO:

I) CONHECER o recurso interposto pela empresa **N R SERV. DE CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA - CNPJ n° 40.829.740/0001-50**, referente ao **GRUPO 1 (Itens 01 a 06)**, por ser **tempestivo** e **preencher os requisitos legais** de admissibilidade.

II) No mérito, NEGAR PROVIMENTO a presente recurso, mantendo a decisão do Pregoeiro que aceitou a proposta, habilitou e declarou vencedora a empresa **AR RP CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 21.308.480/0001-22.** no **GRUPO 1 (Itens 01 a 06).**

À Comissão Permanente de Licitação - CPL para as providências subsequentes.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, em Manaus, na data de assinatura.

ANDRÉ VIRGÍLIO BELOTA SEFFAIR
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

[1] ALVES, Felipe Dalenogare. Manual de Licitações e Contratos Administrativos / Felipe Dalenogare Alves, Marilene Carneiro Matos, São Paulo: Saraiva-jur, 2025.

Documento assinado eletronicamente por **André Virgílio Belota Seffair**, **Subprocurador(a)-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos**, em 16/05/2025, às 12:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1626021** e o código CRC **45067D49**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

DESPACHO Nº 434.2025.01AJ-SUBADM.1626343.2024.019531

PROCESSO SEI N.º 2024.019531

Pregão Eletrônico n.º 94.001/2025-CPL/MP/PGJ-SRP

A D J U DI C A Ç Ã O E H O M O L O G A Ç Ã O

CONSIDERANDO a solicitação constante do OFÍCIO Nº 73.2024.DTIC.1412460.2024.019531, bem como o teor do TERMO DE REFERÊNCIA Nº 12.2024.DTIC.1415338.2024.019531;

CONSIDERANDO o disposto na Lei, no Termo de Julgamento de realização do Pregão Eletrônico n.º 9.4001/2025-CPL/MP/PGJ-SRP e demais documentos pertinentes, lavrados pela Comissão Permanente de Licitação entre os dias 20/01/2025 e 25/04/2025, tendo por objeto a *formação de ata de registro de preços para futura e eventual aquisição de serviço de emissão e renovação de certificados digitais padrão ICP-Brasil e fornecimento de token criptográficos USB, objetivando atender às necessidades de utilização da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, pelo período de 12 (doze) meses*, quantificados e qualificados conforme as especificações e as condições constantes do seu Edital e anexos*;*

CONSIDERANDO a aceitação da proposta e habilitação da empresa **AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 21.308.480/0001-22**, valor total: R$ 87.070,50 (oitenta e sete mil setenta reais e cinquenta centavos), para o **GRUPO 01 (Itens 01 a 06)**;

CONSIDERANDO o RELATÓRIO DE LICITAÇÃO Nº 16.2025.CPL.1608257.2024.019531, no qual consta que a realização do Pregão significou uma economia de **R$ 189.620,67** (cento e oitenta e nove mil seiscentos e vinte reais e sessenta e sete centavos), ou seja, uma **redução de aproximadamente 68,53% do valor estimado** pela Administração;

CONSIDERANDO o teor da Lei Federal N.º 14.133, de 01.04.2021 e do Ato n.º 008/2024/PGJ;

CONSIDERANDO a interposição de Recurso por parte da empresa **N R SERV. DE CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA - CNPJ n° 40.829.740/0001-50**;

CONSIDERANDO o teor da **DECISÃO Nº 8.2025.CPL.1605613.2024.019531** para **NEGAR provimento** ao recurso interposto pela empresa suso mencionada;

CONSIDERANDO o teor da **DECISÃO Nº 4.2025.01AJ-SUBADM.1626021.2024.019531**, através da qual foi mantida a **DECISÃO Nº 8.2025.CPL.1605613.2024.019531**, proferida pelo(a) Sr(a) Pregoeiro(a), segundo inteligência do artigo 71 c/c artigo 165, da Lei n° 14.133/2021;

R E S O L V E:

I – **ADJUDICAR** o objeto do certame à empresa **AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 21.308.480/0001-22**, no valor total: **R$ 87.070,50 (oitenta e sete mil setenta reais e cinquenta centavos)**, para o **GRUPO 01 (Itens 01 a 06).**

II - **HOMOLOGAR** o resultado do procedimento licitatório, referente ao **PREGÃO ELETRÔNICO N.º 94.001/2025-CPL/MP/PGJ-SRP**, em consonância com o Termo de Julgamento (Grupo 1) gerado automaticamente pelo Sistema Compras.gov e o RELATÓRIO DE LICITAÇÃO Nº 16.2025.CPL.1608257.2024.019531 e suas documentações complementares;

III – À **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL**, para as providências cabíveis;

IV – Após, ao **SETOR DE COMPRAS E SERVIÇOS - SCOMS,** para prosseguimento do feito.

Cientifique-se. Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, em Manaus (AM), 16 de maio de 2025.

ANDRÉ VIRGÍLIO BELOTA SEFFAIR
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos
Ordenador de Despesas

Documento assinado eletronicamente por **André Virgílio Belota Seffair**, **Subprocurador(a)-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos**, em 16/05/2025, às 12:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1626343** e o código CRC **F38D6CBB**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

CERTIDÃO Nº 30.2025.01AJ-SUBADM.1626627.2024.019531

Certifico, para todos os fins, que o documento 1626343 foi inserido, nesta data, no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Amazonas – DOMPE, seguindo para publicação conforme fila do referido sistema eletrônico.

Manaus-AM, data da assinatura eletrônica.

Documento assinado eletronicamente por **Cleiton da Silva Alves**, **Assessor(a) Jurídico(a) de Subprocurador-Geral de Justiça**, em 16/05/2025, às 14:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1626627** e o código CRC **5178AC74**.

Familiar contra Mulher - COPEVID
Dr. Davi Santana da Câmara - Promotor de Justiça de Entrância Final - titular

- Comissão Permanente de Educação - COPEDUC
Dra. Delisa Olívia Vieiralves Ferreira - Procuradora de Justiça - titular

Dê-se ciência, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus (Am.), 15 de maio de 2025.

LEDA MARA NASCIMENTO ALBUQUERQUE
Procuradora-Geral de Justiça

ATOS DA SUBPROCURADORIA-GERAL PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

PORTARIA Nº 515/2025

PORTARIA 515/2025/SUBADM
O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, no uso de suas atribuições legais, e
CONSIDERANDO o teor do Procedimento Interno n.º 2025.008159 – SEI,
CONSIDERANDO o teor do Despacho Nº 408.2025.06AJ-SUBADM.1618407.2025.008159
RESOLVE:

RETIFICAR A PORTARIA Nº 470/2025/SUBADM, para os fins de PRORROGAR o Grupo de Trabalho anteriormente constituído pela Portaria 563/2022/SUBADM, por 6 (seis) meses, a contar de 08/05/2025, com sua nova composição pelos servidores ALEXANDRA LAILA CORDEIRO DE ALMEIDA E SILVA, Agente Técnico - Contador, DANIELLA RAMOS MENEZES DE BARROS, Agente de Apoio - Administrativo, KÁTIA RENATA DA SILVA, Agente de Apoio - Administrativo, LÍGIA MARIA OLIVEIRA SENA, Agente de Apoio - Administrativo, RODRIGO FERREIRA DE PÁDUA, Servidor Cedido, BRUNO CORDEIRO LORENZI, Agente Técnico - Contador, DANIEL STROPA IGESCA, Servidor Cedido – PMAM e GLEUBERSON SILVA DOS SANTOS, Servidor Cedido – PMAM, com pagamento mensal baseado no § 1º do artigo 6º do Ato nº 233/2011/PGJ, após a apresentação de relatório., aguardando análise técnica do Laboratório de Tecnologia Contra Lavagem de Dinheiro, no âmbito da COORDENADORIA DE APOIO OPERACIONAL DE INTELIGÊNCIA, INVESTIGAÇÃO E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO (CAO-CRIMO) do Ministério Público do Estado do Amazonas.

Publique-se, registre-se, cumpra-se.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, em Manaus, na data da assinatura eletrônica.

PORTARIA Nº 516/2025

PORTARIA 516/2025/SUBADM
O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o teor do Procedimento Interno nº 2025.009397 - SEI;

CONSIDERANDO o teor do Memorando Nº 73.2025.NUPA.1623329.2025.009397

RESOLVE:

I - RETIFICAR a PORTARIA 450/2025/SUBADM, para os fins de considerar AUTORIZADA a participação dos servidores Bruna Maia Cordeiro Gomes, Roberta Graça Saldanha Ribeiro, Silvania de Araújo Pereira Ribeiro, Joseíla Cruz da Silva, Kelly Franco Moreira, Lafranckia Saraiva Paz de Souza, Mirlane Fernandes Gadelha, Fernanda Amazonas Maurício Barrozo, Veranice Azevedo de Sousa e da estagiária de Direito Ana Luiza Pinheiro Catunda nas formações de Facilitador em Justiça Restaurativa que serão ministradas pelo NUPA-MPAM, no período de 05 a 09/2025, no DDPM - SEMED, em Manaus.

Publique-se, registre-se, cumpra-se.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, em Manaus/AM, na data da assinatura eletrônica

ANDRÉ VIRGÍLIO BELOTA SEFFAIR
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 434.2025.01AJ-SUBADM.1626343.2024.019531

PROCESSO SEI N.º 2024.019531
Pregão Eletrônico n.º 94.001/2025-CPL/MP/PGJ-SRP

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

CONSIDERANDO a solicitação constante do OFÍCIO Nº 73.2024.DTIC.1412460.2024.019531, bem como o teor do TERMO DE REFERÊNCIA Nº 12.2024.DTIC.1415338.2024.019531;

CONSIDERANDO o disposto na Lei, no Termo de Julgamento de realização do Pregão Eletrônico n.º 9.4001/2025-CPL/MP/PGJ-SRP e demais documentos pertinentes, lavrados pela Comissão Permanente de Licitação entre os dias 20/01/2025 e 25/04/2025, tendo por objeto a formação de ata de registro de preços para futura e eventual aquisição de serviço de emissão e renovação de certificados digitais padrão ICP-Brasil e fornecimento de token criptográficos USB, objetivando atender às necessidades de utilização da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, pelo período de 12 (doze) meses, quantificados e qualificados conforme as especificações e as condições constantes do seu Edital e anexos;

CONSIDERANDO a aceitação da proposta e habilitação da empresa AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 21.308.480/0001-22, valor total: R$ 87.070,50 (oitenta e sete mil setenta reais e cinquenta centavos), para o GRUPO 01 (Itens 01 a 06);

CONSIDERANDO o RELATÓRIO DE LICITAÇÃO Nº 16.2025.CPL.1608257.2024.019531, no qual consta que a realização do Pregão significou uma economia de R$ 189.620,67 (cento e oitenta e nove mil seiscentos e vinte reais e sessenta e sete centavos), ou seja, uma redução de aproximadamente 68,53% do valor estimado pela Administração;

CONSIDERANDO o teor da Lei Federal N.º 14.133, de 01.04.2021 e do Ato n.º 008/2024/PGJ;

CONSIDERANDO a interposição de Recurso por parte da empresa N R SERV. DE CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA - CNPJ n° 40.829.740/0001-50;

CONSIDERANDO o teor da DECISÃO Nº 8.2025.CPL.1605613.2024.019531 para NEGAR provimento ao recurso interposto pela empresa suso mencionada;

CONSIDERANDO o teor da DECISÃO Nº 4.2025.01AJ-SUBADM.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Procuradora-Geral de Justiça:
Leda Mara Nascimento Albuquerque
Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos e Institucionais:
Anabel Vitória Pereira Mendonça de Souza
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos:
André Virgílio Belota Seffair
Corregedora-Geral do Ministério Público:
Silvana Nobre de Lima Cabral
Secretária-Geral do Ministério Público:
Wandete de Oliveira Netto

PROCURADORES DE JUSTIÇA

Câmaras Cíveis
Elvys de Paula Freitas
Sandra Cal Oliveira
Jussara Maria Pordeus e Silva
Mara Nóbia Albuquerque da Cunha
Suzete Maria dos Santos
Nilda Silva de Sousa
Delisa Olívia Vieiralves Ferreira
Jorge Michel Ayres Martins
Anabel Vitória Pereira Mendonça de Souza
Marco Aurélio Lisciotto

Câmaras Criminais
Carlos Lélio Lauria Ferreira
Marlene Franco da Silva
Mauro Roberto Veras Bezerra
Sarah Pirangy de Souza
Aguinelo Balbi Júnior
Liani Mônica Guedes de Freitas Rodrigues
Adelton Albuquerque Matos

Câmaras Reunidas
Karla Fregapani Leite
Públio Caio Bessa Cyrino
Sílvia Abdala Tuma
José Bernardo Ferreira Júnior
Neyde Regina Demósthenes Trindade
Silvana Nobre de Lima Cabral

CONSELHO SUPERIOR

Leda Mara Nascimento Albuquerque (Presidente)
Silvana Nobre de Lima Cabral
Mara Nóbia Albuquerque da Cunha
Adelton Albuquerque Matos
Elvys de Paula Freitas
Jorge Michel Ayres Martins
Nilda Silva de Sousa

OUVIDORIA
Sílvia Abdala Tuma

1626021.2024.019531, através da qual foi mantida a DECISÃO Nº 8.2025.CPL.1605613.2024.019531, proferida pelo(a) Sr(a) Pregoeiro(a), segundo inteligência do artigo 71 c/c artigo 165, da Lei n° 14.133/2021;

RESOLVE:

I – ADJUDICAR o objeto do certame à empresa AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 21.308.480/0001-22, no valor total: R$ 87.070,50 (oitenta e sete mil setenta reais e cinquenta centavos), para o GRUPO 01 (Itens 01 a 06).

II - HOMOLOGAR o resultado do procedimento licitatório, referente ao PREGÃO ELETRÔNICO N.º 94.001/2025-CPL/MP/PGJ-SRP, em consonância com o Termo de Julgamento (Grupo 1) gerado automaticamente pelo Sistema Compras.gov e o RELATÓRIO DE LICITAÇÃO Nº 16.2025.CPL.1608257.2024.019531 e suas documentações complementares;

III – À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL, para as providências cabíveis;

IV – Após, ao SETOR DE COMPRAS E SERVIÇOS - SCOMS, para prosseguimento do feito.

Cientifique-se. Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, em Manaus (AM), 16 de maio de 2025.

ANDRÉ VIRGÍLIO BELOTA SEFFAIR
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos
Ordenador de Despesas

ATOS DA CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

EDITAL Nº 0024/2025/CGMP - CORREIÇÃO

A Excelentíssima Senhora Doutora SILVANA NOBRE DE LIMA CABRAL, Corregedora-Geral do Ministério Público do Estado do Amazonas, nos termos do art. o 125 da Lei Complementar Estadual 011/93 e do art. 34 e ss. do Regimento Interno da Corregedoria-Geral do Ministério Público (Resolução nº 006/2014 – CSMP, de 14 de fevereiro de 2014), comunica a realização de CORREIÇÃO ORDINÁRIA a ser efetuada pela Exma. Sra. Corregedora-Auxiliar, Dra. Marcelle Cristine de Figueiredo Arruda, auxiliada pela Agente Técnico-Jurídico, Roberta Braga de Alencar, na Promotoria de Justiça de Amaturá, nos dias 2 a 5 de junho de 2025. Ficam convocados a acompanhar a presente Correição, a Exma. Promotora de Justiça Dra. Suelen Shirley Rodrigues Da Silva Oliveira e demais auxiliares, que deverão estar presentes na ocasião dos trabalhos correicionais. OUTROSSIM, DECLARO QUE SERÃO RECEBIDAS INFORMAÇÕES, RECLAMAÇÕES, SUGESTÕES OU NOTÍCIAS DE IRREGULARIDADES PERTINENTES AOS SERVIÇOS DA REFERIDA PROMOTORIA DE JUSTIÇA, devendo ser apresentadas através do e-mail cg@mpam.mp.br. E, para que chegue ao conhecimento de todos, manda expedir o presente Edital, que deverá ser publicado no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público (DOMPE). Dado e passado nesta cidade de Manaus/AM, em 15 de maio de 2025.

SILVANA NOBRE DE LIMA CABRAL
Corregedora-Geral do Ministério Público do Estado do Amazonas

EDITAL Nº 0025/2025/CGMP - CORREIÇÃO

A Excelentíssima Senhora Doutora SILVANA NOBRE DE LIMA CABRAL, Corregedora-Geral do Ministério Público do Estado do Amazonas, no uso do que prescreve o art. o 125 da Lei Complementar Estadual 011/93, bem como o art. 34 e ss. do Regimento Interno da Corregedoria-Geral do Ministério Público (aprovado pela Resolução nº 006/2014 – CSMP, de 14 de fevereiro de 2014), bem como o Ato 005.2020.CGMP, que dispõe sobre a realização de correições e inspeções virtuais, comunica a realização do procedimento de CORREIÇÃO ORDINÁRIA a ser efetuada pelo Exma. Sra. Corregedora-Auxiliar, Dr. Lucíola Honório de Valois Coêlho Veiga Lima, auxiliada pela Agente Técnico-Jurídico, Marcela Almeida Novo, na 45ª Promotoria de Justiça no dia 10/06/2025, na modalidade híbrida (presencial e virtual), a partir das 9h. Ficam convocados a acompanhar a presente Correição, a Excelentíssima Promotora de Justiça Dra. Maria Betusa Araújo do Nascimento e demais auxiliares, que deverão estar disponíveis para comunicação na ocasião dos trabalhos correicionais. OUTROSSIM, DECLARO QUE SERÃO RECEBIDAS INFORMAÇÕES, RECLAMAÇÕES, SUGESTÕES OU NOTÍCIAS DE IRREGULARIDADES PERTINENTES AOS SERVIÇOS DA REFERIDA PROMOTORIA DE JUSTIÇA, devendo ser apresentadas através do e-mail cg@mpam.mp.br. E, para que chegue ao conhecimento de todos, manda expedir o presente Edital, que deverá ser publicado no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público (DOMPE). Dado e passado nesta cidade de Manaus/AM, em 16 de maio de 2025.

SILVANA NOBRE DE LIMA CABRAL
Corregedora-Geral do Ministério Público do Estado do Amazonas

ATOS DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA

AVISO

82° PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MANAUS
AVISO DE ARQUIVAMENTO
CLASSE PROCESSUAL: INQUÉRITO POLICIAL

O Promotor de Justiça Dr. Eduardo Gabriel, da 82ª Promotoria de Justiça de Manaus/AM, no uso de suas atribuições, notifica o(a) Sr(a). Vanda Paula Gomes Cavalcante, sobre a DECISÃO DE ARQUIVAMENTO dos Autos n° 0594628-93.2024.8.04.0001. As razões do arquivamento estão expostas no documento de págs. 11/13 que se encontra à disposição nesta Promotoria de Justiça.
Fica consignado que da promoção de arquivamento caberá recurso administrativo, com as respectivas razões, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação deste, nos termos do art. 28, §1° do Código de Processo Penal, e deverá ser encaminhado ao e-mail: 82promotoria.mao@mpam.mp.br. Publique-se no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público.

Manaus (AM), 21 de abril de 2025.

Eduardo Gabriel
Promotor de Justiça

AVISO

AVISO Nº. 11/2025/07PJ

O Promotor de Justiça Dr. Márcio Fernando Nogueira Borges de Campos, atuando na 07ª Promotoria de Justiça de Manaus/AM por substituição legal, no uso de suas atribuições, comunica aos Ilmos Senhores Francisco Torres e Silva, Maikson Alves

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Procuradora-Geral de Justiça:
Leda Mara Nascimento Albuquerque
Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos e Institucionais:
Anabel Vitória Pereira Mendonça de Souza
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos:
André Virgílio Belota Seffair
Corregedora-Geral do Ministério Público:
Silvana Nobre de Lima Cabral
Secretária-Geral do Ministério Público:
Wandete de Oliveira Netto

PROCURADORES DE JUSTIÇA

Câmaras Cíveis
Elvys de Paula Freitas
Sandra Cal Oliveira
Jussara Maria Pordeus e Silva
Mara Nóbia Albuquerque da Cunha
Suzete Maria dos Santos
Nilda Silva de Sousa
Delisa Olívia Vieiralves Ferreira
Jorge Michel Ayres Martins
Anabel Vitória Pereira Mendonça de Souza
Marco Aurélio Lisciotto

Câmaras Criminais
Carlos Lélio Lauria Ferreira
Marlene Franco da Silva
Mauro Roberto Veras Bezerra
Sarah Pirangy de Souza
Aguinelo Balbi Júnior
Liani Mônica Guedes de Freitas Rodrigues
Adelton Albuquerque Matos

Câmaras Reunidas
Karla Fregapani Leite
Públio Caio Bessa Cyrino
Sílvia Abdala Tuma
José Bernardo Ferreira Júnior
Neyde Regina Demósthenes Trindade
Silvana Nobre de Lima Cabral

CONSELHO SUPERIOR

Leda Mara Nascimento Albuquerque (Presidente)
Silvana Nobre de Lima Cabral
Mara Nóbia Albuquerque da Cunha
Adelton Albuquerque Matos
Elvys de Paula Freitas
Jorge Michel Ayres Martins
Nilda Silva de Sousa

OUVIDORIA
Sílvia Abdala Tuma

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

UASG 925849 - PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA - AM

PREGÃO 94001/2025

Às 15:54 horas do dia 16 de maio do ano de 2025, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, ANDRE VIRGILIO BELOTA SEFFAIR, HOMOLOGA a adjudicação referente ao Processo nª 2024.019531, Pregão nª 94001/2025.

Fundamentação legal:	Lei 14.133/2021	Característica:	SRP - Registro de Preço
Critério de julgamento:	Menor Preço / Maior Desconto	Modo de disputa:	Aberto
Compra emergencial:	Não	UF da UASG:	AM
Objeto da compra:	Registro de preços para futura e eventual aquisição de serviço de emissão e renovação de certificados digitais padrão ICP-Brasil e fornecimento de token criptográficos USB, objetivando atender às necessidades de utilização da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, pelo período de 12 (doze) meses.		
Entrega de propostas:	De 25/02/2025 às 08:00 até 13/03/2025 às 10:00		
Abertura da sessão pública:	Dia 13/03/2025 às 10:00 (horário de Brasília)		

Mensagens do chat da compra

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	13/03/2025 às 10:00:04	A sessão pública está aberta. Até 6 itens poderão estar em disputa simultaneamente e o período de abertura para disputa será entre 10:00 e 17:59. Haverá aviso prévio de abertura dos itens de 10 minutos. Mantenham-se conectados.
Sistema	13/03/2025 às 10:01:43	Bom dia, senhores licitantes. Estamos iniciando a sessão pública do pregão eletrônico n.ª 94001/2025, promovido pelo Ministério Público do Estado do Amazonas/Procuradoria-Geral de Justiça do Amazonas.
Sistema	13/03/2025 às 10:01:52	Antes de iniciar a fase competitiva, peço a atenção de todos para alguns breves avisos a respeito da presente licitação.
Sistema	13/03/2025 às 10:02:46	O pregão eletrônico n.ª 94001/2025 tem por objeto Registro de preços para futura e eventual aquisição de serviço de emissão e renovação de certificados digitais padrão ICP-Brasil e fornecimento de token criptográficos USB, objetivando atender às necessidades de utilização da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, pelo período de 12 (doze) meses.
Sistema	13/03/2025 às 10:04:37	A licitação será pelo menor preço por GLOBAL
Sistema	13/03/2025 às 10:04:49	É importante deixar claro que são de responsabilidade do licitante todas as transações efetuadas em seu nome, especialmente o cadastramento de proposta e o oferecimento de lances, ainda que o acesso ao sistema seja realizado por terceiros.
Sistema	13/03/2025 às 10:05:00	Na presente licitação, será adotado o modo de disputa ABERTO.
Sistema	13/03/2025 às 10:06:18	O envio de lances, sejam eles intermediários ou destinados a cobrir a melhor oferta, devem respeitar o intervalo mínimo de R$ 0,05 (cincocentavos) de modo que as ofertas em desacordo com este critério não serão processadas pelo sistema.
Sistema	13/03/2025 às 10:07:24	A exclusão de lance pelo pregoeiro durante a fase competitiva é medida excepcional e somente será promovida quando houver fortes indícios de inexequibilidade do preço.
Sistema	13/03/2025 às 10:07:53	As eventuais suspensões da sessão pública serão comunicadas pelo pregoeiro no sistema (chat), com indicação da data e horário para a sua retomada, assegurando a todos condições de acompanhar os atos praticados durante a licitação.

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	13/03/2025 às 10:08:09	Prezados, compatibilizados as especificações e os valores iniciais, informo que em breve será iniciada a fase de disputa.
Sistema	13/03/2025 às 10:08:30	Alerto para os cuidados necessários quanto à exequibilidade de suas propostas. Ademais, observem a logística de envio dos produtos e/ou execução dos serviços para o Estado do Amazonas!
Sistema	13/03/2025 às 10:08:42	Quanto aos lances, relembro que estes podem ser inferiores ao próprio lance, no intuito de permanecer em melhor posição na ordem de classificação.
Sistema	13/03/2025 às 10:10:08	Senhores licitantes, destaco que, ainda que seus lances não sejam o de menor valor, é importante participar, reduzindo os valores de seus lances, a fim de ficarem melhor classificados para o caso de desclassificação do lance vencedor.
Sistema	13/03/2025 às 10:58:21	Prezados, Relembro aos participantes que todos os licitantes, que apresentarem valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, deverão apresentar planilha que comprove a exequibilidade da sua oferta.
Sistema	13/03/2025 às 11:00:21	A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Para acompanhá-la acesse a opção "Seleção de fornecedores" na linha do tempo.
Sistema	13/03/2025 às 11:23:21	Prezados, em complemento à mensagem anterior acerca de comprovação de exequibilidade de lances, transcrevo o subitem 10.4 do Edital do presente certame:
Sistema	13/03/2025 às 11:23:29	10.4. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração. 10.4.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove: 10.4.1 1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e 10.4.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da ofer
Sistema	13/03/2025 às 11:25:26	Informo a todos que disponibilizei o QUADRO-RESUMO DO PROCESSO DE COMPRA do presente certame no portal do MP/AM. Para consulta, utilizar o link a seguir: https://www.mpam.mp.br/images/licitacoes/Pregao/QUADRO-RESUMO_DO_PROCESSO_DE_COMPRA_N%C2%BA_332.2024.SCOMS.1437698.2024.019531_f2b1c.pdf
Sistema	13/03/2025 às 11:33:32	O licitante melhor classificado será convocado, nos termos do subitem 9.1. do instrumento convocatório, a enviar sua proposta, conforme modelo do Anexo V junto ao sistema Compras.gov.br, no prazo máximo de 02 (duas) horas. A proposta já deve estar adequada ao último lance ofertado, acompanhada dos documentos complementares.
Sistema	13/03/2025 às 15:30:43	Prezados, considerando a concessão de prazo para diligências a serem realizadas pelo licitante 56.150.801/0001-98, INFORMO que retomaremos os trabalhos no dia 14/03/2025 (sexta-feira), a partir das 15:35h (horário de Brasília).
Sistema	14/03/2025 às 15:49:05	Prezados, boa tarde. Retomamos neste momento os trabalhos do presente certame
Sistema	14/03/2025 às 16:38:23	Prezados, considerando o avançar da hora, declaro SUSPENSA a presente sessão, sem prejuízo do prazo concedido à fornecedora para envio de proposta ajustada.
Sistema	14/03/2025 às 16:39:14	INFORMO que retomaremos os trabalhos do presente certame no dia 17/03/2025 às 10h (Horário de Brasília).
Sistema	17/03/2025 às 10:00:15	Prezados, bom dia!
Sistema	17/03/2025 às 10:00:29	Retomamos nesse instante os trabalhos do presente certame
Sistema	17/03/2025 às 12:32:35	Prezados, em atenção ao princípio da isonomia, decido por conceder 24h de prazo ao Fornecedor TECH MINAS DIGITAL LTDA, CNPJ 34.158.836/0001-30, a fim de que apresente planilha de precificação e documento de cotação junto ao seu fornecedor, para fins de comprovação da exequibilidade da sua oferta.

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	17/03/2025 às 12:34:20	Pois, de igual modo, foi fornecido prazo de 24h para o fornecedor FRANCINEIDE GOMES SANTOS PAMPONET LTDA -56.150.801/0001-98.
Sistema	17/03/2025 às 12:36:33	Atenção! As 24horas serão complementares, portanto, as duas horas ja fornecidas serão contabilizadas no cômputo total.
Sistema	17/03/2025 às 12:39:00	INFORMO que retomaremos os trabalhos do presente certame no dia 18/03/2025 às 10:07h (Horário de Brasília).
Sistema	18/03/2025 às 10:07:28	Prezados, bom dia!
Sistema	18/03/2025 às 10:07:35	Retomamos nesse instante os trabalhos do presente certame.
Sistema	18/03/2025 às 10:13:33	Atenção aos subitens do Edital do presente certame que tratam da comprovação da exequibilidade dos lances:
Sistema	18/03/2025 às 10:13:35	10.3. Será desclassificada a proposta ou lance vencedor que, ressalvado o disposto no subitem 10.8. deste Edital: (...) 10.3.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
Sistema	18/03/2025 às 11:19:26	Considerando que o fornecedor TECH MINAS DIGITAL LTDA MG - 34.158.836/0001-30 não apresentou comprovação da exequibilidade de sua proposta, procedi a sua DESCLASSIFICAÇÃO, conforme subitem 10.3 do Edital.
Sistema	18/03/2025 às 11:26:06	Portanto, dando continuidade ao certame, informo que há EMPATE FICTO entre os fornecedores DIGITAL LOCK SERVICO DE CERTIFICACAO 24.448.443/0001-08 e CARLOS VINICIUS DA SILVA - 57.983.065/0001-11 .
Sistema	18/03/2025 às 11:26:50	Iniciarei a convocação a do fornecedor CARLOS VINICIUS DA SILVA - 57.983.065/0001-11
Sistema	18/03/2025 às 11:47:07	Prezados, considerando que o fornecedor CARLOS VINICIUS DA SILVA SANTOS, CPF/CNPJ 57.983.065/0001-11 não enviou novo lance para desempate ficto, convocarei o fornecedor DIGITAL LOCK SERVIÇO DE CERTIFICAÇÃO - 24.448.443/0001-08.
Sistema	19/03/2025 às 12:13:23	Prezados, bom dia.
Sistema	19/03/2025 às 12:13:34	Confirmo o recebimento dos documentos enviados pelo fornecedor DIGITAL LOCK SERVICO DE CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 24.448.443/0001-08. Serão detidamente analisados.
Sistema	19/03/2025 às 13:02:38	Prezados, informo que foi aprovada a exequibilidade do lance do fornecedor DIGITAL LOCK SERVICO DE CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 24.448.443/0001-08,
Sistema	19/03/2025 às 13:05:40	Nesse momento, encaminharei a Proposta do fornecedor DIGITAL LOCK SERVICO DE CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 24.448.443/0001-08, ao setor técnico (Diretoria de Tecnologia da Informação) para análise do descritivo dos itens ofertados em comparação ao Edital do Certame.
Sistema	19/03/2025 às 13:08:18	Tão logo haja um retorno do setor técnico, informarei a todos através do chat, a fim de prosseguirmos com o andamento do certame.
Sistema	19/03/2025 às 16:12:04	Prezados, informo a todos que, devido a necessidade de aguardar manifestação do setor técnico, encerramos por hoje os trabalhos do presente certame.
Sistema	19/03/2025 às 16:13:44	Retomaremos os trabalhos amanhã, dia 20/03/2025 (quinta-feira) às 15h (horário de Brasília).
Sistema	19/03/2025 às 16:13:59	Até mais
Sistema	20/03/2025 às 15:00:37	Prezados, boa tarde!
Sistema	20/03/2025 às 15:01:10	Retomamos nesse momento os trabalhos do presente certame, conforme agendamento prévio.
Sistema	20/03/2025 às 15:03:30	Obtivemos contato com o setor técnico (Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação), demandante do presente pregão eletrônico, acerca da proposta do fornecedor DIGITAL LOCK SERVICO DE CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 24.448.443/0001-08,

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	20/03/2025 às 15:05:29	Foi verificado pelo setor técnico que a proposta do fornecedor DIGITAL LOCK SERVICO DE CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 24.448.443/0001-08, NÃO contém marca/modelo para os itens ofertados, impossibilitando análise técnica de sua proposta.
Sistema	20/03/2025 às 15:07:51	Portanto, nos termos do subitem 10.9 do Edital do presente certame, concederei duas horas ao fornecedor DIGITAL LOCK SERVICO DE CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 24.448.443/0001-08, a fim de que apresente PROPOSTA CORRIGIDA.
Sistema	20/03/2025 às 15:08:08	10.9. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo máximo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.
Sistema	20/03/2025 às 15:09:06	10.9.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico (...) sob pena de não aceitação da proposta.
Sistema	20/03/2025 às 17:05:43	Prezados, confirmo recebimento da proposta corrigida encaminhada pelo fornecedor DIGITAL LOCK SERVICO DE CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 24.448.443/0001-08.
Sistema	20/03/2025 às 17:06:36	O documento será encaminhado para o setor técnico (Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação), para realização de análise técnica.
Sistema	20/03/2025 às 17:08:57	Portanto, encerraremos os trabalhos do certame por hoje.
Sistema	20/03/2025 às 17:09:26	Solicito a atenção de todos para a data de retorno.
Sistema	20/03/2025 às 17:09:46	Em atenção ao prazo solicitado pelo setor técnico, INFORMO que retomaremos os trabalhos do presente certame no dia 25/03/2025 às 15h (horário de Brasília-DF)
Sistema	20/03/2025 às 17:10:01	Até mais!
Sistema	25/03/2025 às 15:06:04	Prezados, boa tarde!
Sistema	25/03/2025 às 15:09:04	INFORMO que, até o presente momento, não houve resposta do setor técnico.
Sistema	25/03/2025 às 15:09:27	Solicito a atenção de todos para a data de retorno.
Sistema	25/03/2025 às 15:10:22	Retomaremos os trabalhos do presente certame no dia 27/03/2025 (quinta-feira) às 10h (horário de Brasília-DF)
Sistema	25/03/2025 às 15:10:34	Agradeço a compreensão de todos.
Sistema	25/03/2025 às 15:10:41	Até mais.
Sistema	27/03/2025 às 10:18:32	Senhores Licitantes, bom dia.
Sistema	27/03/2025 às 10:21:05	Informo que, por questões internas, não será possível continuar os trabalhos no dia de hoje.
Sistema	27/03/2025 às 10:22:15	Assim, solicito a compreensão de todos para, suspender os trabalhos para retornar à sessão amanhã, sexta-feira (28/03/2025), a partir das 10h (horário Brasília).
Sistema	27/03/2025 às 10:22:33	Aguardo a todos no dia e hora aqui agendados.
Sistema	27/03/2025 às 10:22:58	Agradeço a compreensão e atenção de todos. Bom dia.
Sistema	28/03/2025 às 10:30:48	Prezados Licitantes, bom dia.
Sistema	28/03/2025 às 10:35:05	Senhores, encaminhada a proposta da licitante DIGITAL LOCK SERVIÇO DE CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA. ao setor técnico para análise, o referido setor manifestou-se através do PARECER Nª 50.2025.DTIC.1578223.2024.019531 da seguinte forma:

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	28/03/2025 às 10:41:03	Item 1 - EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL PARA PESSOA FÍSICA DO TIPO A3 (e-CPF) - Solicito diligências, uma vez que: a) a empresa não indicou o(s) local(is) de atendimento presencial na cidade de Manaus, conforme item 2.4 do termo de referência anexo ao edital. b) necessário a demonstração da plataforma do sistema de agendamento e gerenciamento de emissões dos certificados, conforme item 2.6 do mesmo termo de referência retromencionado.
Sistema	28/03/2025 às 10:41:47	Item 2 - EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL PARA PESSOA JURÍDICA TIPO A3 (e-CNPJ) - Atende.
Sistema	28/03/2025 às 10:42:20	Item 3 - EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL SSL WILDCARD PARA SISTEMAS WEB - Ao clicar no link aparecem diversos certificados SSL, e a licitante não especificou qual dos certificados SSL foi ofertado. Solicito diligências, uma vez que a empresa não indicou qual dos certificados SSL WILDCARD foi ofertado para atender ao item .
Sistema	28/03/2025 às 10:42:45	Item 4 - EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL PARA PESSOA JURÍDICA TIPO A1 (e-CNPJ), NO PADRÃO ICP-BRASIL. - Atende.
Sistema	28/03/2025 às 10:43:05	Item 5 - VISITA EXTERNA PARA VALIDAÇÃO E EMISSÃO DE CERTIFICADOS DIGITAIS - Atende.
Sistema	28/03/2025 às 10:43:34	Item 6 - FORNECIMENTO DE MÍDIA CRIPTOGRÁFICA TIPO TOKEN USB - Atende.
Sistema	28/03/2025 às 10:58:10	Por fim, conclui: Diante do exposto, a área técnica OPINA pela necessidade de realizar diligências para os itens apontados na coluna "PARECER" . É o parecer. Manaus, 26 de março de 2025.
Sistema	28/03/2025 às 11:01:09	Informo que o PARECER Nª 50.2025.DTIC.1578223.2024.019531 encontra-se disponível no Portal do MP/AM, disponível a todos os interessados, no seguinte endereço:
Sistema	28/03/2025 às 11:01:21	https://www.mpam.mp.br/servicos/licitacoes/licitacoes-em-andamento/47-licitacoes/pregao-eletronico-em-andamento/18013-pe-94001-2025-cpl-mp-pgj-srp-aquisicao-de-certificados-digitais
Sistema	28/03/2025 às 11:11:37	Assim, informo que o licitante DIGITAL LOCK SERVIÇO DE CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA. será novamente convocado para, no prazo estabelecido no subitem 9.1 do Edital, encaminhar a proposta corrigida dos itens apontados no PARECER Nª 50.2025.DTIC.
Sistema	28/03/2025 às 11:21:00	Solicito atenção ao interessado.
Sistema	28/03/2025 às 14:36:40	Prezados, recebidos os documentos, informo que será novamente encaminhado ao setor técnico para análise.
Sistema	28/03/2025 às 14:38:34	Assim, encerraremos os trabalhos por hoje, retornando na segunda-feira (31/03/2025), a partir das 14h (horário Brasília).
Sistema	28/03/2025 às 14:42:23	Agradeço a atenção. Uma boa tarde e um excelente fim de semana a todos.
Sistema	31/03/2025 às 14:15:04	Prezados, boa tarde
Sistema	31/03/2025 às 14:17:23	Considerando que o setor técnico ainda não apresentou sua manifestação acerca da resposta à diligência do fornecedor DIGITAL LOCK SERVICO DE CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 24.448.443/0001-08;
Sistema	31/03/2025 às 14:19:29	INFORMO que retomaremos os trabalhos do presente certame no dia 02/04/2025 às 10h (Horário de Brasília)
Sistema	31/03/2025 às 14:19:38	Agradeço a compreensão e atenção de todos.
Sistema	02/04/2025 às 10:00:47	Prezados, bom dia
Sistema	02/04/2025 às 10:01:07	Retomamos nesse momento o andamento do presente certame Pregão Eletrônico N 94001/2025 (SRP)
Sistema	02/04/2025 às 10:01:31	Solicito a atenção de todos.

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	02/04/2025 às 10:05:13	Senhores, reencaminhada a proposta da licitante DIGITAL LOCK SERVIÇO DE CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA. ao setor técnico para análise, o referido setor manifestou-se através do PARECER_Nª_52.2025.DTIC.1587758.2024.019531 da seguinte forma:
Sistema	02/04/2025 às 10:08:00	ITEM 01 - EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL PARA PESSOA FÍSICA DO TIPO A3 (e-CPF) - Não atende. a) endereço não encontrato. O CEP 69099244 corresponde à Cidade de Deus, e o endereço corresponde a uma residência, e não a um endereço comercial, o que pode ser verificado no link https://acesse.one/fUfKX.
Sistema	02/04/2025 às 10:08:10	b) Não foi possível verificar a plataforma de modo que se assegure que ela tenha as funcionalidades de agendamento e gerenciamento de emissões dos certificado, permitindo que a CONTRATANTE possa agendar o atendimento para emissão e gravação de certificado em dia e hora disponíveis, alocar/desalocar vouchers a beneficiários do certificado informando no mínimo o nome completo e CPF. Tão puco foi possível identificar a funcionalidade de emissão de r
Sistema	02/04/2025 às 10:08:28	Item 2 - Atende.
Sistema	02/04/2025 às 10:09:03	Item 3 - EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL SSL WILDCARD PARA SISTEMAS WEB - Não atende. O certificado SOLUTI SSL DV GLOBALSIGN não atende aos requisitos especificados no termo de referência, conforme esclarecido no Parecer Nª 43.2025.DTIC.1566926.2024.019531.
Sistema	02/04/2025 às 10:09:21	Item 4 - EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL PARA PESSOA JURÍDICA TIPO A1 (e-CNPJ), NO PADRÃO ICP-BRASIL. - Atende.
Sistema	02/04/2025 às 10:09:28	Item 5 - VISITA EXTERNA PARA VALIDAÇÃO E EMISSÃO DE CERTIFICADOS DIGITAIS - Atende.
Sistema	02/04/2025 às 10:09:39	Item 6 - FORNECIMENTO DE MÍDIA CRIPTOGRÁFICA TIPO TOKEN USB - Atende.
Sistema	02/04/2025 às 10:10:11	Informo que o PARECER Nª PARECER_Nª_52.2025.DTIC.1587758.2024.019531 encontra-se disponível no Portal do MP/AM, disponível a todos os interessados, no seguinte endereço:
Sistema	02/04/2025 às 10:10:16	https://www.mpam.mp.br/images/licitacoes/PARECER_N%C2%BA_52.2025.DTIC.1587758.2024.019531_6132b.pdf
Sistema	02/04/2025 às 10:11:39	Considerando a análise do setor técnico, procedo ao julgamento da proposta da licitante DIGITAL LOCK SERVIÇO DE CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA.
Sistema	02/04/2025 às 10:15:00	Considerando que o presente certame tem como critério de julgamento o menor preço GLOBAL;
Sistema	02/04/2025 às 10:16:28	Considerando que os itens 01 e 03 da proposta da licitante DIGITAL LOCK SERVIÇO DE CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA não atendem as especificações técnicas contidas no Edital e seus anexos.
Sistema	02/04/2025 às 10:17:07	Nos termos do subitem 10.3.2. do Edital do presente certame, DECIDO desclassificar a proposta, visto que não obedece as especificações técnicas contidas no Edital e seus anexos.
Sistema	02/04/2025 às 10:18:01	Portanto, vou desclassificar a proposta da empresa DIGITAL LOCK SERVIÇO DE CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA no sistema.
Sistema	02/04/2025 às 12:33:43	Prezados, considerando que o fornecedor 57.983.065 CARLOS VINICIUS DA SILVA SANTOS, CNPJ 57.983.065/0001-11, não enviou proposta ajustada, procederei a convocação do próximo licitante.
Sistema	03/04/2025 às 15:02:16	Prezados, boa tarde!
Sistema	03/04/2025 às 15:03:08	Encerrado o prazo de 24 horas, para diligências, concedido ao fornecedor AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 21.308.480/0001-22.
Sistema	03/04/2025 às 15:04:37	Confirmo o recebimento da proposta ajustada do fornecedor AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 21.308.480/0001-22 e sua planilha de composição de custos para fins de comprovação de exequibilidade de oferta.

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	03/04/2025 às 15:08:51	Iniciarei nesse momento a análise da exequibilidade da proposta do fornecedor AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 21.308.480/0001-22
Sistema	03/04/2025 às 15:09:38	SUSPENDO por hoje os trabalhos do presente certame.
Sistema	03/04/2025 às 15:11:15	INFORMO que retomaremos os trabalhos do presente certame (Pregão Eletrônico N 94001/2025 (SRP) no dia 04/04/2025 às 12h (Horário de Brasília).
Sistema	03/04/2025 às 15:11:29	Até mais
Sistema	04/04/2025 às 12:04:31	Prezados, bom dia.
Sistema	04/04/2025 às 12:05:05	Nesse instante, retomamos os trabalhos do presente certame, conforme agendamento na data de ontem.
Sistema	04/04/2025 às 12:06:03	Acerca da proposta ajustada enviada pelo fornecedor AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 21.308.480/0001-22, informo que foram encontradas algumas pendências.
Sistema	04/04/2025 às 12:07:06	As pendências serão detalhadas aqui e será concedido um prazo de duas horas ao fornecedor. Portanto, solicito a atenção de todos.
Sistema	04/04/2025 às 12:09:53	Pendências da proposta do fornecedor AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 21.308.480/0001-22:
Sistema	04/04/2025 às 12:14:13	1. Não foi enviado catálogo dos itens ou link para consulta pelo setor técnico;
Sistema	04/04/2025 às 12:14:32	2. A garantia para item 01 deve ser de 36 meses, conforme subitem do 4.1.1 do Edital;
Sistema	04/04/2025 às 12:14:46	3. A contratada não indicou um posto de atendimento para emissão de certificados digitais presenciais na cidade de Manaus-AM;
Sistema	04/04/2025 às 12:16:31	4. A contratada não demonstrou qual plataforma de sistema utilizará para agendamento e gerenciamento de emissões dos certificados contratados, conforme determina o subitem 2.6 do Edital.
Sistema	04/04/2025 às 12:17:08	Assim, concederei um prazo de duas horas ao fornecedor AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 21.308.480/0001-22, para ajustar sua proposta.
Sistema	04/04/2025 às 12:23:11	9.1. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo máximo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
Sistema	04/04/2025 às 12:23:28	9.2 k) Quando solicitada pelo Pregoeiro, documentação técnica (manuais, catálogos ou prospectos), com as características detalhadas (marca, modelo, cor, tipo de material e medidas) e imagens ilustrativas dos produtos propostos, que possibilitem a completa averiguação de conformidade com as especificações, visando facilitar a avaliação a ser realizada por técnicos deste Órgão.
Sistema	04/04/2025 às 12:24:23	4. DA GARANTIA 4.1 Itens 1 e 2 – Certificados de pessoa física (e-CPF A3) e pessoa jurídica (e-CNPJ A3). 4.1.1 A CONTRATADA deverá prover garantia de correção e atualização motivadas por falhas técnicas e mudanças originadas de diretrizes oriundas da ICP-Brasil, pelo período mínimo de 36 (trinta e seis) meses para o certificado do tipo A3, contados a partir da data de emissão do certificado;
Sistema	04/04/2025 às 12:24:39	2.4 A CONTRATADA deverá possuir no mínimo um posto de atendimento para emissão de certificados digitais presenciais na cidade de Manaus-AM, durante toda a vigência da ata de registro de preços.
Sistema	04/04/2025 às 12:25:17	2.6 A CONTRATADA deverá disponibilizar à CONTRATANTE uma plataforma de sistema para agendamento e gerenciamento de emissões dos certificados contratados (...)
Sistema	04/04/2025 às 12:25:35	Fico no aguardo.
Sistema	04/04/2025 às 15:05:48	Prezados, boa tarde.

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	04/04/2025 às 15:06:05	Confirmo o recebimento da proposta ajustada do fornecedor AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 21.308.480/0001-22.
Sistema	04/04/2025 às 15:06:35	INFORMO que encaminharei a proposta para análise do setor técnico.
Sistema	04/04/2025 às 15:23:25	Desta forma, informo que RETOMAREMOS os trabalhos do certame no dia 08/04/2025 (terça-feira) às 11h horário de Brasíla.
Sistema	04/04/2025 às 15:23:37	Até mais.
Sistema	08/04/2025 às 11:04:27	Prezados, bom dia
Sistema	08/04/2025 às 11:06:04	Nesse instante, retomamos os trabalhos do presente certame, conforme agendamento prévio.
Sistema	08/04/2025 às 11:06:39	Acerca da proposta ajustada enviada pelo fornecedor AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 21.308.480/0001-22, informo que foi submetida ao setor técnico.
Sistema	08/04/2025 às 11:10:38	O setor técnico manifestou-se através do PARECER_Nª 54.2025.DTIC.1593095.2024.019531 da seguinte forma:
Sistema	08/04/2025 às 11:11:46	ITEM 01 - EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL PARA PESSOA FÍSICA DO TIPO A3 (e-CPF) - Atende.
Sistema	08/04/2025 às 11:12:17	ITEM 02 - EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL PARA PESSOA JURÍDICA TIPO A3 (e-CNPJ): Atende.
Sistema	08/04/2025 às 11:12:41	Item 3 - EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL SSL WILDCARD PARA SISTEMAS WEB - Atende.
Sistema	08/04/2025 às 11:13:44	Item 04 - EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL PARA PESSOA JURÍDICA TIPO A1 (e-CNPJ), NO PADRÃO ICP-BRASIL. - Necessário diligências. O endereço informado está com aparente ERRO DE DIGITAÇÃO. Pelo site da SOLUTI, o correto seria ter ofertado o certificado do link https://www.soluti.com.br/produtos/e-cnpj-a1-arquivo/?sku=20436.
Sistema	08/04/2025 às 11:13:58	Item 5 - VISITA EXTERNA PARA VALIDAÇÃO E EMISSÃO DE CERTIFICADOS DIGITAIS - Atende.
Sistema	08/04/2025 às 11:14:11	Item 06 - FORNECIMENTO DE MÍDIA CRIPTOGRÁFICA TIPO TOKEN USB - Atende.
Sistema	08/04/2025 às 11:18:27	Ante o exposto, considerando que, aparentemente, houve apenas um erro de digitação do link do produto oferecido para o item 04,
Sistema	08/04/2025 às 11:19:23	CONCEDEREI um prazo de duas horas ao fornecedor AR RP CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA., CNPJ n.ª 21.308.480/0001-22, a fim de que faça os ajustes necessários em sua proposta, sob pena de desclassificação em caso de não atendimento.
Sistema	08/04/2025 às 11:20:37	O inteiro teor do PARECER Nª 54.2025.DTIC.1593095.2024.019531 está disponível no portal www.https://www.mpam.mp.br e pode ser acessado através do link:
Sistema	08/04/2025 às 11:20:53	https://www.mpam.mp.br/images/PARECER_N%C2%BA_54.2025.DTIC.1593095.2024.019531_8c4e1.pdf
Sistema	08/04/2025 às 12:15:36	Prezados, informo que, com apoio do setor técnico (DTIC), a proposta do fornecedor AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 21.308.480/0001-22 pode ser considerada de acordo com os requisitos técnicos estabelecidos no edital do presente certame.
Sistema	08/04/2025 às 12:16:38	Por conseguinte, deve ser decidida a comprovação da exequibilidade da proposta do fornecedor AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 21.308.480/0001-22.
Sistema	08/04/2025 às 12:18:22	Em análise dos documentos de comprovação de exequibilidade, enviados pelo fornecedor AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 21.308.480/0001-22, foram verificadas pendências de informações.
Sistema	08/04/2025 às 12:21:26	É essencial que a planilha de composição de custos seja apresentada de forma INDIVIDUALIZADA PARA CADA ITEM do Edital.

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	08/04/2025 às 12:23:05	Desta forma, CONCEDEREI um prazo de duas horas ao fornecedor AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 21.308.480/0001-22, a fim de que apresente comprovação ajustada de exequibilidade de sua proposta.
Sistema	08/04/2025 às 14:50:41	Prezados, informo a todos que foi realizada análise dos documentos de comprovação de exequibilidade de proposta do fornecedor AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 21.308.480/0001-22.
Sistema	08/04/2025 às 14:56:53	Considerando que, após solicitação de diligências deste pregoeiro, a fim de se demonstrar a exequibilidade do lance do fornecedor AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 21.308.480/0001-22.
Sistema	08/04/2025 às 14:58:21	Considerando que o fornecedor AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 21.308.480/0001-22 apresentou documentação informando detalhadamente, item por item, os custos com despesas administrativas, mão de obra especializada, frete, lucro etc;
Sistema	08/04/2025 às 14:59:41	Nos termos do subitem 10.4 do EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO N.ª 94.001/2025-CPL/MP/PGJ SRP, APROVO a exequibilidade da proposta do fornecedor AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 21.308.480/0001-22.
Sistema	08/04/2025 às 15:01:59	Ante o exposto, este Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.
Sistema	08/04/2025 às 15:24:26	Prezados, solicito a atenção de todos.
Sistema	08/04/2025 às 15:24:31	Nos termos dos itens 9. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA e 10. DA FASE DE JULGAMENTO,
Sistema	08/04/2025 às 15:25:00	Este Pregoeiro decide pela ACEITAÇÃO da proposta do fornecedor AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 21.308.480/0001-22 para os ITENS 01 a 06.
Sistema	08/04/2025 às 16:08:30	Prezados, sem prejuízo do prazo concedido ao fornecedor para envio de seus documentos de habilitação, SUSPENDO por hoje os trabalhos da presente sessão.
Sistema	08/04/2025 às 16:09:58	INFORMO que retomaremos os trabalhos no dia 09/04/2025 (quarta-feira) às 10h (Horário de Brasília-DF).
Sistema	09/04/2025 às 10:07:04	Prezados, bom dia.
Sistema	09/04/2025 às 10:08:31	Conforme agendamento p´révio, retomamos, nesse momento, os trabalhos do Pregão Eletrônico N 94001/2025 (SRP).
Sistema	09/04/2025 às 10:20:35	Em atenção ao item 11 do Edital, procederei à análise dos documentos de habilitação do licitante AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 21.308.480/0001-22.
Sistema	09/04/2025 às 10:20:50	11.1. Os documentos previstos no Termo de Referência e neste Edital, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nª 14.133, de 2021.
Sistema	09/04/2025 às 10:23:41	Tão logo seja concluída a análise da habilitação, o resultado será informado a todos os interessados.
Sistema	09/04/2025 às 16:40:41	Prezados, boa tarde.
Sistema	09/04/2025 às 16:41:16	Após análise completa dos documentos de habilitação para os itens 1 a 6 (G1) do presente certame, passo a decidir.
Sistema	09/04/2025 às 16:41:38	Nessa etapa, verificou-se a autenticidade das certidões negativas de débitos (ou positivas com efeitos de negativa) mediante SICAF, bem como da ausência de distribuição de feitos de falência ou recuperação judicial, junto à Justiça Estadual de domicílio da licitante melhor classificada. Da mesma sorte procedeu-se com os demais documentos de habilitação da interessada que permitiam a convalidação eletrônica.
Sistema	09/04/2025 às 16:46:16	Passo seguinte, verificou-se as condições da licitante quanto à ausência de sanções pela Administração Pública, no SICAF do Compras.gov, bem como na Relação de Empresas com Sanção Administrativa em Vigor, do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS – TCE, na Relação de Licitantes Inidôneos do TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – TCU.

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	09/04/2025 às 16:48:46	Igualmente, na Lista de Empresas Suspensas/Impedidas da COMISSÃO GERAL DE LICITAÇÃO DO ESTADO DO AMAZONAS - CGL, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), da CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO - CGU, no Cadastro Nacional de Condenações Civis por Ato de Improbidade Administrativa (CNCIA) do CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ.
Sistema	09/04/2025 às 16:48:57	Ademais, diligenciou-se à Relação de pessoas jurídicas impedidas de contratar com a Administração Pública da SEFAZ-AM, NÃO sendo constatados registros que indicassem restrições à contratação.
Sistema	09/04/2025 às 16:49:13	Oportunamente, registre-se que, com o objetivo de atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais, presentes nas Leis n.ªs 12.965/14 e 13.460/18; e no Decreto nª 8.638/2016, o Tribunal de Contas da União passou a disponibilizar ferramenta que permite a consulta consolidada de pessoas jurídicas que reúne, em um só lugar.
Sistema	09/04/2025 às 16:49:21	Logo, em relatório único, tem-se as Licitantes Inidôneas do TCU, CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do CNJ; Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas e CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas ambos do Portal da Transparência.
Sistema	09/04/2025 às 16:50:19	Assim, será promovida a juntada da Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica e SICAF da empresa AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA CNPJ: 21.308.480/0001-22, nos autos do procedimento interno desta Instituição, bem como no sítio eletrônico desta Instituição.
Sistema	09/04/2025 às 16:50:44	Aqueles que tiverem interesse, o SICAF e a Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica encontram-se disponível no endereço:
Sistema	09/04/2025 às 17:00:48	https://www.mpam.mp.br/servicos/licitacoes/licitacoes-em-andamento/47-licitacoes/pregao-eletronico-em-andamento/18013-pe-94001-2025-cpl-mp-pgj-srp-aquisicao-de-certificados-digitais
Sistema	09/04/2025 às 17:01:36	Concluída a análise dos documentos de habilitação, conforme item 11 do instrumento convocatório e, estando todos conforme e de acordo com a previsões editalícias, este Pregoeiro decide HABILITAR a empresa AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA CNPJ: 21.308.480/0001-22, para os ITENS 01 a 06.
Sistema	09/04/2025 às 17:02:06	Sendo assim, promoverei a respectiva habilitação no sistema, momento no qual será aberto o prazo de 10 (dez) minutos para registro de eventual intenção recursal.
Sistema	09/04/2025 às 17:02:14	Na hipótese de alguma empresa manifestar interesse recursal, será observado o disposto no art. 165 da Lei nª 14.133, de 2021 e o item 12 do instrumento convocatário.
Sistema	09/04/2025 às 17:02:25	O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
Sistema	09/04/2025 às 17:02:33	O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
Sistema	09/04/2025 às 17:02:40	O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
Sistema	09/04/2025 às 17:02:48	Outrossim, solicito prudência e bom senso nos Senhores, caso queiram fazer uso desta prerrogativa dos recursos, a fim de evitarmos recursos meramente protelatórios.
Sistema	09/04/2025 às 17:03:21	Desde já, gostaria de agradecer a todos pela participação neste Pregão Eletrônico N 94001/2025 (SRP).
Sistema	09/04/2025 às 17:03:40	Até breve,

Eventos da compra

Data/Hora	Descrição
13/03/2025 às 10:00:04	Abertura da sessão pública
13/03/2025 às 11:00:21	Início da etapa de julgamento de propostas

Grupo 1

Valor estimado: R$ 276.691,1700 (total)

Situação: Adjudicado e Homologado

Adjudicado e Homologado por CPF ***.287.***-*3 - ANDRE VIRGILIO BELOTA SEFFAIR para AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 21.308.480/0001-22, melhor lance: R$ 87.070,5000 (total)

Propostas do Grupo G1

Benefício Me/Epp: Conforme Art. 3ª da Lei Complementar nª 123, de 14 de dezembro de 2006
Programa de integridade: Conforme termos previsos na Lei nª 14.133/2021 e no Decreto nª 12.304/2024

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
13.459.067/0001-30 - 13.459.067 EDVAN SOUZA SILVA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: RN	R$ 339.580,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 339.580,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado		
57.983.065/0001-11 - 57.983.065 CARLOS VINICIUS DA SILVA SANTOS Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Não UF endereço: SE	R$ 77.710,0000 (total)	Proposta desclassificada
Valor proposta: R$ 253.300,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado		
21.308.480/0001-22 - AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Não UF endereço: GO	R$ 87.070,5000 (total)	Proposta adjudicada
Valor proposta: R$ 322.020,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado		
52.046.008/0001-92 - ARMANDO SEMEGHINI NETO Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: SP	R$ 22.589.260,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 22.589.260,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado		
43.794.816/0001-47 - ARS COMERCIO E SERVICOS DE TECNOLOGIA LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: SP	R$ 5.000.000.000,0000 (total)	Proposta desclassificada
Valor proposta: R$ 5.000.000.000,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado		

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
04.468.603/0001-73 - ASAS TECNOLOGIA SERVICOS E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 288.660,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 25.790.000,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado		
39.383.509/0001-04 - CERTIFYSEC TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: RS	R$ 114.870,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 114.870,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado		
22.087.251/0001-98 - CERTISEG SOFTWARE E CERTIFICACAO DIGITAL LTDA. Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: PR	R$ 62.000,0000 (total)	Proposta desclassificada
Valor proposta: R$ 62.000,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado		
26.768.764/0001-15 - CONFIANCA EMPREENDIMENTOS DIGITAL LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Não UF endereço: SP	R$ 87.164,1800 (total)	-
Valor proposta: R$ 261.408,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado		
24.448.443/0001-08 - DIGITAL LOCK SERVICO DE CERTIFICACAO DIGITAL LTDA Benefício Me/Epp: Não Programa de integridade: Não UF endereço: RO	R$ 77.262,0000 (total)	Proposta desclassificada
Valor proposta: R$ 551.000,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado		
19.615.240/0001-29 - E C DE S BULGARELLI LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 127.178,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 293.130,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado		
56.150.801/0001-98 - FRANCINEIDE GOMES SANTOS PAMPONET LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: BA	R$ 46.337,8100 (total)	Proposta desclassificada
Valor proposta: R$ 251.270,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado		
39.532.571/0001-02 - GIUSEPPE ANTONIO FOGACA GERBALDO Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 2.203.500,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 2.203.500,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado		

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
42.066.156/0001-15 - GOTAS DA AMAZONIA LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 344.126,4000 (total)	-
Valor proposta: R$ 344.126,4000 (total) Valor negociado: Não Realizado		
31.250.328/0001-90 - H S DISTRIBUIDORA LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 369.520,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 369.520,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado		
53.874.039/0001-02 - HVD COMERCIO E REPRESENTACAO DE SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 385.060,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 385.060,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado		
57.794.545/0001-34 - IMPERIO CERTIFICADO DIGITAL LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: SP	R$ 632.400,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 632.400,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado		
49.300.396/0001-81 - LEIDE CRISTINA RODRIGUES DA ENCARNACAO Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Não UF endereço: MG	R$ 88.410,6000 (total)	-
Valor proposta: R$ 268.860,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado		
27.879.263/0001-79 - MANAU CERTIFICADORA DIGITAL LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 101.446,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 210.310,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado		
55.153.071/0001-16 - MANAUS ELETRO LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 115.300,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 214.600,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado		
40.829.740/0001-50 - N R SERVICOS DE CERTIFICACAO DIGITAL LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: PA	R$ 101.806,2000 (total)	-
Valor proposta: R$ 322.460,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado		

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
14.848.278/0001-28 - OLIVEIRA E SANTOS CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 206.680,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 358.563,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado		
42.857.843/0001-59 - QUALIZEN CORRETORA DE SEGUROS LTDA. Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 236.490,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 466.440,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado		
15.655.026/0001-45 - RNL TRADE AND FACILITIES LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: DF	R$ 107.249.509.999,9975 (total)	-
Valor proposta: R$ 107.249.509.999,9975 (total) Valor negociado: Não Realizado		
34.158.836/0001-30 - TECH MINAS DIGITAL LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: MG	R$ 46.452,5000 (total)	Proposta desclassificada
Valor proposta: R$ 103.900,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado		

Mensagens do chat do Grupo G1

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	13/03/2025 às 10:00:15	A abertura do item G1 para lances está agendada para daqui a 10 minutos. Mantenham-se conectados.
Sistema	13/03/2025 às 10:10:05	O item G1 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	13/03/2025 às 10:57:54	O item G1 está encerrado.
Sistema para o participante 56.150.801/0001-98	13/03/2025 às 11:35:16	Sr. Fornecedor FRANCINEIDE GOMES SANTOS PAMPONET LTDA, CNPJ 56.150.801/0001-98, você foi convocado para enviar anexos para o item G1. Prazo para encerrar o envio: 13:45:00 do dia 13/03/2025. Justificativa: Solicito proposta de preços e documentos técnicos do item ofertado, conforme os termos do item 9.1 do edital..
Pelo participante 56.150.801/0001-98	13/03/2025 às 13:36:48	O item G1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 13:36:48 de 13/03/2025. 5 anexos foram enviados pelo fornecedor FRANCINEIDE GOMES SANTOS PAMPONET LTDA, CNPJ 56.150.801/0001-98.
Pelo participante 56.150.801/0001-98	13/03/2025 às 13:37:41	Senhor pregoeiro, caso nessecite de mais atestados de capacidade tecnicas nos informe por favor que solicitamos ao nossos clientes!
Sistema para o participante 56.150.801/0001-98	13/03/2025 às 15:22:09	Senhor licitante, Considerando que seu valor ofertado global é inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, é necessário que apresentação de planilha que comprove a exequibilidade da sua oferta, conforme subitem 10.4 do Edital do presente certame;
Sistema para o participante 56.150.801/0001-98	13/03/2025 às 15:22:40	Considerando também que, concomitantemente ao envio de sua proposta atualizada, já encaminhou planilha de precificação; DILIGENCIO solicitando que comprove a exequibilidade de sua oferta, mediante apresentação de documento que demonstre cotação junto ao seu fornecedor, ou link para consulta.

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema para o participante 56.150.801/0001-98	13/03/2025 às 15:26:14	Desta feita, em atenção ao item 10.8 do edital, concedo-lhe o prazo de 24 horas para apresentação de documento que demonstre cotação junto ao seu fornecedor, ou link para realização de consulta.
Sistema para o participante 56.150.801/0001-98	13/03/2025 às 15:26:52	10.8. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata, caso não seja informada na sessão a nova data de reabertura.
Sistema para o participante 56.150.801/0001-98	14/03/2025 às 15:51:40	Sr. Fornecedor FRANCINEIDE GOMES SANTOS PAMPONET LTDA, CNPJ 56.150.801/0001-98, você foi convocado para enviar anexos para o item G1. Prazo para encerrar o envio: 17:52:00 do dia 14/03/2025. Justificativa: Em atenção à solicitação deste pregoeiro referente a envio de documento de composição de custos junto aos seus fornecedores, para fins de comprovação de exequibilidade, e considerando que não foi aberto prazo junto ao sistema Compras.gov, concedo-lhe prazo adicional de 15 minutos para envio do anexo.
Pelo participante 56.150.801/0001-98	14/03/2025 às 15:55:08	Boa tarde senhor pregoeiro!
Sistema para o participante 56.150.801/0001-98	14/03/2025 às 16:00:19	Sr. Fornecedor FRANCINEIDE GOMES SANTOS PAMPONET LTDA, deverá atender a solicitação de envio de documento até 16:07h, sob pena de desclassificação de sua proposta, em caso de não atendimento.
Pelo participante 56.150.801/0001-98	14/03/2025 às 16:01:50	Ok, solicitamos mais 15 minutos após o prazo pedir ao nosso fornecedor coloborador aqui só um instante!
Sistema para o participante 56.150.801/0001-98	14/03/2025 às 16:12:29	Solicitação indeferida, pois já havia sido concedido um prazo de 24 HORAS para apresentação do documento de comprovação de custos. O prazo adicional de 15 minutos até 16:07h do dia 14/03/2025 foi concedido apenas para envio do anexo, visto que não havia aberto no sistema a solicitação de envio de documento.
Sistema para o participante 56.150.801/0001-98	14/03/2025 às 16:19:40	O item G1 teve a convocação para envio de anexos CANCELADA às 16:19:40 de 14/03/2025. Anexos vinculados à esta convocação e enviados pelo fornecedor FRANCINEIDE GOMES SANTOS PAMPONET LTDA, CNPJ 56.150.801/0001-98 foram excluídos. Motivo: Proposta desclassificada.
Sistema para o participante 34.158.836/0001-30	14/03/2025 às 16:24:48	Sr. Fornecedor TECH MINAS DIGITAL LTDA, CNPJ 34.158.836/0001-30, você foi convocado para enviar anexos para o item G1. Prazo para encerrar o envio: 18:25:00 do dia 14/03/2025. Justificativa: Solicito proposta de preços e documentos técnicos do item ofertado, conforme os termos do item 9.1 do edital...
Pelo participante 34.158.836/0001-30	14/03/2025 às 17:24:53	O item G1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 17:24:53 de 14/03/2025. 2 anexos foram enviados pelo fornecedor TECH MINAS DIGITAL LTDA, CNPJ 34.158.836/0001-30.
Sistema para o participante 34.158.836/0001-30	17/03/2025 às 10:05:55	Sr. Fornecedor TECH MINAS DIGITAL LTDA, CNPJ 34.158.836/0001-30, você foi convocado para enviar anexos para o item G1. Prazo para encerrar o envio: 12:06:00 do dia 17/03/2025. Justificativa: Considerando que o valor ofertado é inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor estimado pela Administração, é necessário que apresente planilha de precificação e documento de cotação junto ao seu fornecedor, para fins de comprovação da exequibilidade da sua oferta..
Sistema para o participante 34.158.836/0001-30	17/03/2025 às 12:06:00	O item G1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 12:06:00 de 17/03/2025. Nenhum anexo foi enviado pelo fornecedor TECH MINAS DIGITAL LTDA, CNPJ 34.158.836/0001-30.
Sistema para o participante 34.158.836/0001-30	17/03/2025 às 12:38:09	Sr. Fornecedor TECH MINAS DIGITAL LTDA, CNPJ 34.158.836/0001-30, você foi convocado para enviar anexos para o item G1. Prazo para encerrar o envio: 10:07:00 do dia 18/03/2025. Justificativa: Considerando que o valor ofertado é inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor estimado pela Administração, é necessário que apresente planilha de precificação e documento de cotação junto ao seu fornecedor, para fins de comprovação da exequibilidade da sua oferta..
Pelo participante 34.158.836/0001-30	17/03/2025 às 14:04:49	O item G1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 14:04:49 de 17/03/2025. Nenhum anexo foi enviado pelo fornecedor TECH MINAS DIGITAL LTDA, CNPJ 34.158.836/0001-30.
Sistema	18/03/2025 às 11:27:46	O item G1 terá desempate Me/Epp do lance. Mantenham-se conectados.
Sistema para o participante 57.983.065/0001-11	18/03/2025 às 11:27:46	Sr. Fornecedor 57.983.065 CARLOS VINICIUS DA SILVA SANTOS, CPF/CNPJ 57.983.065/0001-11, em cumprimento à Lei Complementar 123 de 14/12/2006, você poderá enviar ou desistir de apresentar lance final e único para o item G1 até às 11:32:46 do dia 18/03/2025. Acesse a Sala de Disputa.

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	18/03/2025 às 11:32:56	O item G1 teve o 1ª desempate Me/Epp encerrado às 11:32:46 de 18/03/2025. O tempo expirou e o lance não foi enviado pelo fornecedor 57.983.065 CARLOS VINICIUS DA SILVA SANTOS, CPF/CNPJ 57.983.065/0001-11.
Sistema	18/03/2025 às 11:32:56	O item G1 está encerrado.
Sistema para o participante 24.448.443/0001-08	18/03/2025 às 11:54:47	Sr. Fornecedor DIGITAL LOCK SERVICO DE CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 24.448.443/0001-08, você foi convocado para enviar anexos para o item G1. Prazo para encerrar o envio: 13:55:00 do dia 18/03/2025. Justificativa: Solicito proposta de preços ajustada e documentos técnicos do item ofertado, conforme os termos do item 9.1 do edital..
Pelo participante 24.448.443/0001-08	18/03/2025 às 11:55:35	Bom dia!!
Pelo participante 24.448.443/0001-08	18/03/2025 às 11:57:51	O item G1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 11:57:51 de 18/03/2025. 2 anexos foram enviados pelo fornecedor DIGITAL LOCK SERVICO DE CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 24.448.443/0001-08.
Sistema para o participante 24.448.443/0001-08	18/03/2025 às 12:36:03	Prezado, embora tenha enviado declaração de exequibilidade com sua proposta, faz-se necessário enviar planilha de composição de preços e documento de cotação junto ao seu fornecedor, para fins de comprovação da exequibilidade de seu lance.
Pelo participante 24.448.443/0001-08	18/03/2025 às 12:37:26	pode nos conceder 24 horas para o envio ?
Sistema para o participante 24.448.443/0001-08	18/03/2025 às 12:40:16	Para cumprimento da diligência, a fim de comprovar a exequibilidade de seu lance, será concedido um prazo de 24horas para envio de documentos, conforme subitem 10.8. do Edital
Pelo participante 24.448.443/0001-08	18/03/2025 às 12:41:30	Obrigado, sera anexado conforme a solicitação!
Sistema para o participante 24.448.443/0001-08	18/03/2025 às 12:43:39	Sr. Fornecedor DIGITAL LOCK SERVICO DE CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 24.448.443/0001-08, você foi convocado para enviar anexos para o item G1. Prazo para encerrar o envio: 11:44:00 do dia 19/03/2025. Justificativa: Considerando que o lance é inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor estimado pela Administração, é necessário planilha de precificação e documento de cotação junto ao seu fornecedor, para comprovação da exequibilidade da sua oferta. Prazo de 24 horas em cumprimento ao item 10.8 do Edital. .
Sistema para o participante 24.448.443/0001-08	19/03/2025 às 11:44:00	O item G1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 11:44:00 de 19/03/2025. 1 anexo foi enviado pelo fornecedor DIGITAL LOCK SERVICO DE CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 24.448.443/0001-08.
Sistema para o participante 24.448.443/0001-08	20/03/2025 às 15:12:10	Sr. Fornecedor DIGITAL LOCK SERVICO DE CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 24.448.443/0001-08, você foi convocado para enviar anexos para o item G1. Prazo para encerrar o envio: 17:13:00 do dia 20/03/2025. Justificativa: Enviar PROPOSTA CORRIGIDA que contenha as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas e link do site do produto/modelo para consulta..
Pelo participante 24.448.443/0001-08	20/03/2025 às 15:18:41	Boa tarde,ok corrigir.
Pelo participante 24.448.443/0001-08	20/03/2025 às 15:41:29	O item G1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 15:41:29 de 20/03/2025. 1 anexo foi enviado pelo fornecedor DIGITAL LOCK SERVICO DE CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 24.448.443/0001-08.
Sistema para o participante 24.448.443/0001-08	20/03/2025 às 15:59:52	Prezado, recebemos a sua proposta corrigida, no entanto informar apenas a marca não é suficiente para o setor técnico. Envie proposta corrigida que contenha as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas e LINK do site do produto/modelo para consulta.
Sistema para o participante 24.448.443/0001-08	20/03/2025 às 16:02:22	Sr. Fornecedor DIGITAL LOCK SERVICO DE CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 24.448.443/0001-08, você foi convocado para enviar anexos para o item G1. Prazo para encerrar o envio: 18:03:00 do dia 20/03/2025. Justificativa: Enviar PROPOSTA CORRIGIDA até 17:13h. Em caso de não atendimento, sua proposta será DESCLASSIFICADA..

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Pelo participante 24.448.443/0001-08	20/03/2025 às 16:54:31	O item G1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 16:54:31 de 20/03/2025. 1 anexo foi enviado pelo fornecedor DIGITAL LOCK SERVICO DE CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 24.448.443/0001-08.
Sistema para o participante 24.448.443/0001-08	28/03/2025 às 11:22:35	Sr. Fornecedor DIGITAL LOCK SERVICO DE CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 24.448.443/0001-08, você foi convocado para enviar anexos para o item G1. Prazo para encerrar o envio: 13:25:00 do dia 28/03/2025. Justificativa: Solicito seja encaminhada proposta corrigida dos itens apontados no PARECER Nª 50.2025.DTIC..
Pelo participante 24.448.443/0001-08	28/03/2025 às 12:14:52	O item G1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 12:14:52 de 28/03/2025. 1 anexo foi enviado pelo fornecedor DIGITAL LOCK SERVICO DE CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 24.448.443/0001-08.
Sistema para o participante 57.983.065/0001-11	02/04/2025 às 10:23:38	Sr. Fornecedor 57.983.065 CARLOS VINICIUS DA SILVA SANTOS, CNPJ 57.983.065/0001-11, você foi convocado para enviar anexos para o item G1. Prazo para encerrar o envio: 12:25:00 do dia 02/04/2025. Justificativa: Apresentar proposta ajustada. .
Sistema para o participante 57.983.065/0001-11	02/04/2025 às 10:26:48	Considerando que seu lance está abaixo de 50% do valor total estimado já divulgado no portal da instituição (R$ 276.691,1700), é necessário apresentar documento com composição de preços, a fim de demonstrar a exequibilidade de sua proposta. Caso não haja interesse, favor informar e solicitar declínio de sua proposta.
Sistema para o participante 57.983.065/0001-11	02/04/2025 às 12:25:00	O item G1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 12:25:00 de 02/04/2025. Nenhum anexo foi enviado pelo fornecedor 57.983.065 CARLOS VINICIUS DA SILVA SANTOS, CNPJ 57.983.065/0001-11.
Sistema para o participante 21.308.480/0001-22	02/04/2025 às 12:43:27	Sr. Fornecedor AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 21.308.480/0001-22, você foi convocado para enviar anexos para o item G1. Prazo para encerrar o envio: 14:45:00 do dia 02/04/2025. Justificativa: Apresentar proposta adequada ao último lance ofertado e documentação pertinente, conforme item 9.1 do Edital..
Sistema para o participante 21.308.480/0001-22	02/04/2025 às 12:43:56	Considerando que seu lance está abaixo de 50% do valor total estimado já divulgado no portal da instituição (R$ 276.691,1700), é necessário apresentar documento com composição de preços, a fim de demonstrar a exequibilidade de sua proposta. Caso não haja interesse, favor informar e solicitar declínio de sua proposta.
Pelo participante 21.308.480/0001-22	02/04/2025 às 13:19:37	Sr Pregoeiro, boa tarde, encaminharemos, conforme solicitado
Pelo participante 21.308.480/0001-22	02/04/2025 às 14:08:50	O item G1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 14:08:50 de 02/04/2025. 1 anexo foi enviado pelo fornecedor AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 21.308.480/0001-22.
Pelo participante 21.308.480/0001-22	02/04/2025 às 14:09:49	Sr Pregoeiro, enviamos os documentos de proposta, e no sentido de comprovar sua exequibilidade encaminhamos notas fiscais do produto de maior relevância, com valores similares aos da presente proposta.
Sistema para o participante 21.308.480/0001-22	02/04/2025 às 14:53:34	Considerando que o valor ofertado é inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor estimado pela Administração, é necessário que apresente planilha de precificação para TODOS OS ITENS e documento de cotação junto ao seu fornecedor, para fins de comprovação da exequibilidade da sua oferta, sob pena de desclassificação de sua proposta.
Sistema para o participante 21.308.480/0001-22	02/04/2025 às 14:56:10	Sr. Fornecedor AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 21.308.480/0001-22, você foi convocado para enviar anexos para o item G1. Prazo para encerrar o envio: 15:00:00 do dia 03/04/2025. Justificativa: Em atenção ao item 10.8 do Edital do presente certame, CONCEDO um PRAZO de 24 horas para diligenciar o envio de documentos que comprovem a exequibilidade de sua oferta..
Pelo participante 21.308.480/0001-22	03/04/2025 às 10:44:10	O item G1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 10:44:10 de 03/04/2025. 1 anexo foi enviado pelo fornecedor AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 21.308.480/0001-22.
Pelo participante 21.308.480/0001-22	03/04/2025 às 10:45:34	Prezados, seguem no anexo, a planilha de custos discriminada do token (produto) e a planilha de custos dos certificados e visita (serviços), bem como notas fiscais de fornecimento de produtos e valores similares de todos os itens que compõe o lote.
Pelo participante 21.308.480/0001-22	03/04/2025 às 10:46:05	Nos colocamos à disposição.

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema para o participante 21.308.480/0001-22	04/04/2025 às 12:20:18	Sr. Fornecedor AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 21.308.480/0001-22, você foi convocado para enviar anexos para o item G1. Prazo para encerrar o envio: 14:22:00 do dia 04/04/2025. Justificativa: Prazo para complementar proposta ajustada, nos termos detalhados e fundamentados no chat da sessão, sob pena de desclassificação, em caso de não atendimento..
Pelo participante 21.308.480/0001-22	04/04/2025 às 14:15:39	O item G1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 14:15:39 de 04/04/2025. 1 anexo foi enviado pelo fornecedor AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 21.308.480/0001-22.
Pelo participante 21.308.480/0001-22	04/04/2025 às 14:17:58	Prezados, em atenção ao pedido encaminhamos, na proposta corrigida, link de acesso ao site da Soluti para averiguação do certificado, bem como a Política de Certificação A3 que traz aspectos técnicos do mesmo.
Pelo participante 21.308.480/0001-22	04/04/2025 às 14:19:45	Além disso, corrigimos redação da garantia, informamos o posto de atendimento em Manaus que poderá atendê-los. Ainda na proposta corrigida o link ao sistema SDEAL que é o sistema de gerenciamento de vouchers disponibilizados pela AC.
Pelo participante 21.308.480/0001-22	04/04/2025 às 14:20:32	Ainda, os documentos técnicos do token, e a publicação do D.O.U comprando o credenciamento desta AR com a AC SOLUTI desde 2015.
Pelo participante 21.308.480/0001-22	04/04/2025 às 14:20:52	Esperamos ter esclarecido os pontos solicitados.
Sistema para o participante 21.308.480/0001-22	08/04/2025 às 11:23:56	Sr. Fornecedor AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 21.308.480/0001-22, você foi convocado para enviar anexos para o item G1. Prazo para encerrar o envio: 13:25:00 do dia 08/04/2025. Justificativa: Enviar proposta ajustada, considerando que, aparentemente, houve erro de digitação do link do produto oferecido para o item 04,.
Pelo participante 21.308.480/0001-22	08/04/2025 às 11:28:24	O item G1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 11:28:24 de 08/04/2025. 1 anexo foi enviado pelo fornecedor AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 21.308.480/0001-22.
Pelo participante 21.308.480/0001-22	08/04/2025 às 11:29:24	Olá Prezados, encaminhamos a proposta corrigida, com a indicação dos links, e aproveitamos para acrescer a Política de Certificação A1, específica para o Item 04.
Sistema para o participante 21.308.480/0001-22	08/04/2025 às 11:52:20	Confirmo o recebimento da proposta ajustada. Faremos uma nova análise. Em instantes retornamos com mais informações.
Sistema para o participante 21.308.480/0001-22	08/04/2025 às 12:26:29	Sr. Fornecedor AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 21.308.480/0001-22, você foi convocado para enviar anexos para o item G1. Prazo para encerrar o envio: 14:30:00 do dia 08/04/2025. Justificativa: Apresentar comprovação ajustada de exequibilidade de sua proposta, com INDIVIDUALIZAÇÃO por itens..
Pelo participante 21.308.480/0001-22	08/04/2025 às 13:13:13	O item G1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 13:13:13 de 08/04/2025. 1 anexo foi enviado pelo fornecedor AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 21.308.480/0001-22.
Pelo participante 21.308.480/0001-22	08/04/2025 às 13:13:33	Conforme solicitado, segue em anexo. Nos colocamos à disposição.
Sistema para o participante 21.308.480/0001-22	08/04/2025 às 14:49:37	Confirmo recebimento dos documentos de comprovação de exequibilidade de proposta.
Sistema	08/04/2025 às 15:29:21	O item G1 está na etapa de julgamento de proposta no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 08/04/2025 15:39:21.
Sistema para o participante 21.308.480/0001-22	08/04/2025 às 16:02:53	Sr. Fornecedor AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 21.308.480/0001-22, você foi convocado para enviar anexos para o item G1. Prazo para encerrar o envio: 18:03:00 do dia 08/04/2025. Justificativa: Solicito documentos de habilitação do fornecedor, em atenção ao item 11 do EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO N.ª 94.001/2025-CPL/MP/PGJ SRP..
Pelo participante 21.308.480/0001-22	08/04/2025 às 16:13:35	O item G1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 16:13:35 de 08/04/2025. 1 anexo foi enviado pelo fornecedor AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 21.308.480/0001-22.
Sistema	09/04/2025 às 17:05:42	O item G1 está na etapa de habilitação de fornecedores no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 09/04/2025 17:15:42.
Sistema	09/04/2025 às 17:31:04	A fase de recurso do item G1 está aberta até 14/04/2025.

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	15/04/2025 às 00:00:02	A fase de recurso do item G1 foi finalizada no prazo previsto. O item está aberto para registro de contrarrazão até 22/04/2025.
Sistema	23/04/2025 às 00:00:04	A fase de contrarrazão do item G1 foi finalizada no prazo previsto. O item está aberto para decisão do pregoeiro.

Eventos do Grupo G1

Data/Hora	Descrição
13/03/2025 às 11:35:16	Fornecedor FRANCINEIDE GOMES SANTOS PAMPONET LTDA, CNPJ 56.150.801/0001-98 convocado para o envio de anexo. Prazo de encerramento: 13/03/2025 13:45:00. Motivo: Solicito proposta de preços e documentos técnicos do item ofertado, conforme os termos do item 9.1 do edital..
13/03/2025 às 13:36:48	Fornecedor FRANCINEIDE GOMES SANTOS PAMPONET LTDA, CNPJ 56.150.801/0001-98 finalizou o envio de anexo.
14/03/2025 às 15:51:40	Fornecedor FRANCINEIDE GOMES SANTOS PAMPONET LTDA, CNPJ 56.150.801/0001-98 convocado para o envio de anexo. Prazo de encerramento: 14/03/2025 17:52:00. Motivo: Em atenção à solicitação deste pregoeiro referente a envio de documento de composição de custos junto aos seus fornecedores, para fins de comprovação de exequibilidade, e considerando que não foi aberto prazo junto ao sistema Compras.gov, concedo-lhe prazo adicional de 15 minutos para envio do anexo.
14/03/2025 às 16:19:40	Convocação do fornecedor FRANCINEIDE GOMES SANTOS PAMPONET LTDA, CNPJ 56.150.801/0001-98 para envio de anexos cancelada automaticamente.
14/03/2025 às 16:24:48	Fornecedor TECH MINAS DIGITAL LTDA, CNPJ 34.158.836/0001-30 convocado para o envio de anexo. Prazo de encerramento: 14/03/2025 18:25:00. Motivo: Solicito proposta de preços e documentos técnicos do item ofertado, conforme os termos do item 9.1 do edital...
14/03/2025 às 17:24:53	Fornecedor TECH MINAS DIGITAL LTDA, CNPJ 34.158.836/0001-30 finalizou o envio de anexo.
17/03/2025 às 10:05:55	Fornecedor TECH MINAS DIGITAL LTDA, CNPJ 34.158.836/0001-30 convocado para o envio de anexo. Prazo de encerramento: 17/03/2025 12:06:00. Motivo: Considerando que o valor ofertado é inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor estimado pela Administração, é necessário que apresente planilha de precificação e documento de cotação junto ao seu fornecedor, para fins de comprovação da exequibilidade da sua oferta..
17/03/2025 às 12:38:09	Fornecedor TECH MINAS DIGITAL LTDA, CNPJ 34.158.836/0001-30 convocado para o envio de anexo. Prazo de encerramento: 18/03/2025 10:07:00. Motivo: Considerando que o valor ofertado é inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor estimado pela Administração, é necessário que apresente planilha de precificação e documento de cotação junto ao seu fornecedor, para fins de comprovação da exequibilidade da sua oferta..
17/03/2025 às 14:04:49	Fornecedor TECH MINAS DIGITAL LTDA, CNPJ 34.158.836/0001-30 finalizou o envio de anexo.
18/03/2025 às 11:54:47	Fornecedor DIGITAL LOCK SERVICO DE CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 24.448.443/0001-08 convocado para o envio de anexo. Prazo de encerramento: 18/03/2025 13:55:00. Motivo: Solicito proposta de preços ajustada e documentos técnicos do item ofertado, conforme os termos do item 9.1 do edital..
18/03/2025 às 11:57:51	Fornecedor DIGITAL LOCK SERVICO DE CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 24.448.443/0001-08 finalizou o envio de anexo.
18/03/2025 às 12:43:39	Fornecedor DIGITAL LOCK SERVICO DE CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 24.448.443/0001-08 convocado para o envio de anexo. Prazo de encerramento: 19/03/2025 11:44:00. Motivo: Considerando que o lance é inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor estimado pela Administração, é necessário planilha de precificação e documento de cotação junto ao seu fornecedor, para comprovação da exequibilidade da sua oferta. Prazo de 24 horas em cumprimento ao item 10.8 do Edital. .
20/03/2025 às 15:12:10	Fornecedor DIGITAL LOCK SERVICO DE CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 24.448.443/0001-08 convocado para o envio de anexo. Prazo de encerramento: 20/03/2025 17:13:00. Motivo: Enviar PROPOSTA CORRIGIDA que contenha as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas e link do site do produto/modelo para consulta..
20/03/2025 às 15:41:29	Fornecedor DIGITAL LOCK SERVICO DE CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 24.448.443/0001-08 finalizou o envio de anexo.

Data/Hora	Descrição
20/03/2025 às 16:02:22	Fornecedor DIGITAL LOCK SERVICO DE CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 24.448.443/0001-08 convocado para o envio de anexo. Prazo de encerramento: 20/03/2025 18:03:00. Motivo: Enviar PROPOSTA CORRIGIDA até 17:13h. Em caso de não atendimento, sua proposta será DESCLASSIFICADA..
20/03/2025 às 16:54:31	Fornecedor DIGITAL LOCK SERVICO DE CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 24.448.443/0001-08 finalizou o envio de anexo.
28/03/2025 às 11:22:35	Fornecedor DIGITAL LOCK SERVICO DE CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 24.448.443/0001-08 convocado para o envio de anexo. Prazo de encerramento: 28/03/2025 13:25:00. Motivo: Solicito seja encaminhada proposta corrigida dos itens apontados no PARECER Nª 50.2025.DTIC..
28/03/2025 às 12:14:52	Fornecedor DIGITAL LOCK SERVICO DE CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 24.448.443/0001-08 finalizou o envio de anexo.
02/04/2025 às 10:23:38	Fornecedor 57.983.065 CARLOS VINICIUS DA SILVA SANTOS, CNPJ 57.983.065/0001-11 convocado para o envio de anexo. Prazo para encerrar o envio: 12:25:00 do dia 02/04/2025. Justificativa: Apresentar proposta ajustada. .
02/04/2025 às 12:43:27	Fornecedor AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 21.308.480/0001-22 convocado para o envio de anexo. Prazo para encerrar o envio: 14:45:00 do dia 02/04/2025. Justificativa: Apresentar proposta adequada ao último lance ofertado e documentação pertinente, conforme item 9.1 do Edital..
02/04/2025 às 14:08:50	Fornecedor AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 21.308.480/0001-22 finalizou o envio de anexo.
02/04/2025 às 14:56:10	Fornecedor AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 21.308.480/0001-22 convocado para o envio de anexo. Prazo para encerrar o envio: 15:00:00 do dia 03/04/2025. Justificativa: Em atenção ao item 10.8 do Edital do presente certame, CONCEDO um PRAZO de 24 horas para diligenciar o envio de documentos que comprovem a exequibilidade de sua oferta..
03/04/2025 às 10:44:10	Fornecedor AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 21.308.480/0001-22 finalizou o envio de anexo.
04/04/2025 às 12:20:18	Fornecedor AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 21.308.480/0001-22 convocado para o envio de anexo. Prazo para encerrar o envio: 14:22:00 do dia 04/04/2025. Justificativa: Prazo para complementar proposta ajustada, nos termos detalhados e fundamentados no chat da sessão, sob pena de desclassificação, em caso de não atendimento..
04/04/2025 às 14:15:39	Fornecedor AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 21.308.480/0001-22 finalizou o envio de anexo.
08/04/2025 às 11:23:56	Fornecedor AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 21.308.480/0001-22 convocado para o envio de anexo. Prazo para encerrar o envio: 13:25:00 do dia 08/04/2025. Justificativa: Enviar proposta ajustada, considerando que, aparentemente, houve erro de digitação do link do produto oferecido para o item 04,.
08/04/2025 às 11:28:24	Fornecedor AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 21.308.480/0001-22 finalizou o envio de anexo.
08/04/2025 às 12:26:29	Fornecedor AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 21.308.480/0001-22 convocado para o envio de anexo. Prazo para encerrar o envio: 14:30:00 do dia 08/04/2025. Justificativa: Apresentar comprovação ajustada de exequibilidade de sua proposta, com INDIVIDUALIZAÇÃO por itens..
08/04/2025 às 13:13:13	Fornecedor AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 21.308.480/0001-22 finalizou o envio de anexo.
08/04/2025 às 16:02:53	Fornecedor AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 21.308.480/0001-22 convocado para o envio de anexo. Prazo para encerrar o envio: 18:03:00 do dia 08/04/2025. Justificativa: Solicito documentos de habilitação do fornecedor, em atenção ao item 11 do EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO N.ª 94.001/2025-CPL/MP/PGJ SRP..
08/04/2025 às 16:13:35	Fornecedor AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 21.308.480/0001-22 finalizou o envio de anexo.
12/04/2025 às 13:34:40	Fornecedor N R SERVICOS DE CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 40.829.740/0001-50 registra recurso.
17/04/2025 às 11:53:22	Fornecedor AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 21.308.480/0001-22 registra contrarrazão ao recurso do fornecedor 40.829.740/0001-50.
25/04/2025 às 16:35:50	Agente de contratação registra a decisão para os recursos cadastrados.
16/05/2025 às 15:37:46	Autoridade competente registra a revisão da decisão para os recursos cadastrados.
16/05/2025 às 15:38:23	Fornecedor AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 21.308.480/0001-22 teve a proposta adjudicada, melhor lance: R$ 87.070,5000.
16/05/2025 às 15:54:32	Item homologado.

Item 1 do Grupo G1 - Emissão de Certificado Digital A3, sem Token Pessoa Física

EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL PARA PESSOA FÍSICA DO TIPO A3 (e-CPF).

Quantidade:	500	Valor estimado:	R$ 368,4800 (unitário)
Unidade de fornecimento:	UNIDADE		R$ 184.240,0000 (total)
Intervalo mínimo entre lances:	R$ 0,0500	Situação:	Adjudicado e Homologado
Critério de julgamento:	Menor Preço		

Adjudicado e Homologado por CPF ***.287.***-*3 - ANDRE VIRGILIO BELOTA SEFFAIR para AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 21.308.480/0001-22, melhor lance: R$ 66,6000 (unitário) / R$ 33.300,0000 (total)

Propostas do Item 1

Benefício Me/Epp: Conforme Art. 3ª da Lei Complementar nª 123, de 14 de dezembro de 2006
Programa de integridade: Conforme termos previsos na Lei nª 14.133/2021 e no Decreto nª 12.304/2024

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
13.459.067/0001-30 - 13.459.067 EDVAN SOUZA SILVA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: RN	R$ 412,0000 (unitário) R$ 206.000,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 412,0000 (unitário) R$ 206.000,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 500
57.983.065/0001-11 - 57.983.065 CARLOS VINICIUS DA SILVA SANTOS Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Não UF endereço: SE	R$ 65,0000 (unitário) R$ 32.500,0000 (total)	Proposta desclassificada
Valor proposta: R$ 250,0000 (unitário) R$ 125.000,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 500
21.308.480/0001-22 - AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Não UF endereço: GO	R$ 66,6000 (unitário) R$ 33.300,0000 (total)	Proposta adjudicada
Valor proposta: R$ 400,0000 (unitário) R$ 200.000,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 500
52.046.008/0001-92 - ARMANDO SEMEGHINI NETO Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: SP	R$ 45.000,0000 (unitário) R$ 22.500.000,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 45.000,0000 (unitário) R$ 22.500.000,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 500
04.468.603/0001-73 - ASAS TECNOLOGIA SERVICOS E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 279,0000 (unitário) R$ 139.500,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 10.000,0000 (unitário) R$ 5.000.000,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 500

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
39.383.509/0001-04 - CERTIFYSEC TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: RS	R$ 110,0000 (unitário) R$ 55.000,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 110,0000 (unitário) R$ 55.000,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 500
22.087.251/0001-98 - CERTISEG SOFTWARE E CERTIFICACAO DIGITAL LTDA. Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: PR	R$ 124,0000 (unitário) R$ 62.000,0000 (total)	Proposta desclassificada
Valor proposta: R$ 124,0000 (unitário) R$ 62.000,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 500
26.768.764/0001-15 - CONFIANCA EMPREENDIMENTOS DIGITAL LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Não UF endereço: SP	R$ 90,0200 (unitário) R$ 45.010,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 270,0000 (unitário) R$ 135.000,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 500
24.448.443/0001-08 - DIGITAL LOCK SERVICO DE CERTIFICACAO DIGITAL LTDA Benefício Me/Epp: Não Programa de integridade: Não UF endereço: RO	R$ 53,0000 (unitário) R$ 26.500,0000 (total)	Proposta desclassificada
Valor proposta: R$ 500,0000 (unitário) R$ 250.000,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 500
19.615.240/0001-29 - E C DE S BULGARELLI LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 112,0000 (unitário) R$ 56.000,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 300,0000 (unitário) R$ 150.000,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 500
56.150.801/0001-98 - FRANCINEIDE GOMES SANTOS PAMPONET LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: BA	R$ 37,9500 (unitário) R$ 18.975,0000 (total)	Proposta desclassificada
Valor proposta: R$ 300,0000 (unitário) R$ 150.000,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 500
39.532.571/0001-02 - GIUSEPPE ANTONIO FOGACA GERBALDO Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 1.500,0000 (unitário) R$ 750.000,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 1.500,0000 (unitário) R$ 750.000,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 500

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
42.066.156/0001-15 - GOTAS DA AMAZONIA LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 332,3400 (unitário) R$ 166.170,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 332,3400 (unitário) R$ 166.170,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 500
31.250.328/0001-90 - H S DISTRIBUIDORA LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 360,0000 (unitário) R$ 180.000,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 360,0000 (unitário) R$ 180.000,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 500
53.874.039/0001-02 - HVD COMERCIO E REPRESENTACAO DE SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 380,0000 (unitário) R$ 190.000,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 380,0000 (unitário) R$ 190.000,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 500
57.794.545/0001-34 - IMPERIO CERTIFICADO DIGITAL LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: SP	R$ 600,0000 (unitário) R$ 300.000,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 600,0000 (unitário) R$ 300.000,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 500
49.300.396/0001-81 - LEIDE CRISTINA RODRIGUES DA ENCARNACAO Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Não UF endereço: MG	R$ 84,7000 (unitário) R$ 42.350,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 280,0000 (unitário) R$ 140.000,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 500
27.879.263/0001-79 - MANAU CERTIFICADORA DIGITAL LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 80,0000 (unitário) R$ 40.000,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 200,0000 (unitário) R$ 100.000,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 500
55.153.071/0001-16 - MANAUS ELETRO LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 110,0000 (unitário) R$ 55.000,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 150,0000 (unitário) R$ 75.000,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 500

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
40.829.740/0001-50 - N R SERVICOS DE CERTIFICACAO DIGITAL LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: PA	R$ 68,7000 (unitário) R$ 34.350,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 160,0000 (unitário) R$ 80.000,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 500
14.848.278/0001-28 - OLIVEIRA E SANTOS CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 200,0000 (unitário) R$ 100.000,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 332,0000 (unitário) R$ 166.000,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 500
42.857.843/0001-59 - QUALIZEN CORRETORA DE SEGUROS LTDA. Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 150,0000 (unitário) R$ 75.000,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 300,0000 (unitário) R$ 150.000,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 500
15.655.026/0001-45 - RNL TRADE AND FACILITIES LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: DF	R$ 102.850.000,0000 (unitário) R$ 51.425.000.000,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 102.850.000,0000 (unitário) R$ 51.425.000.000,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 500
34.158.836/0001-30 - TECH MINAS DIGITAL LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: MG	R$ 38,0000 (unitário) R$ 19.000,0000 (total)	Proposta desclassificada
Valor proposta: R$ 100,0000 (unitário) R$ 50.000,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 500

Lances do Item 1

Data/hora	Participante	Lance
13/03/2025 às 10:10:07	26.768.764/0001-15	R$ 107,3100
13/03/2025 às 10:10:28	40.829.740/0001-50	R$ 99,0000
13/03/2025 às 10:10:40	56.150.801/0001-98	R$ 98,0000
13/03/2025 às 10:11:17	57.983.065/0001-11	R$ 97,0000
13/03/2025 às 10:11:41	24.448.443/0001-08	R$ 200,0000
13/03/2025 às 10:11:44	26.768.764/0001-15	R$ 103,5800
13/03/2025 às 10:11:49	24.448.443/0001-08	R$ 100,0000
13/03/2025 às 10:11:49	57.983.065/0001-11	R$ 85,0000
13/03/2025 às 10:11:56	26.768.764/0001-15	R$ 97,2600

Data/hora	Participante	Lance
13/03/2025 às 10:12:04	56.150.801/0001-98	R$ 84,8500
13/03/2025 às 10:12:07	19.615.240/0001-29	R$ 112,0000
13/03/2025 às 10:12:09	26.768.764/0001-15	R$ 93,1300
13/03/2025 às 10:12:21	26.768.764/0001-15	R$ 92,8700
13/03/2025 às 10:12:23	57.983.065/0001-11	R$ 69,0000
13/03/2025 às 10:12:30	56.150.801/0001-98	R$ 68,8900
13/03/2025 às 10:12:33	04.468.603/0001-73	R$ 279,0000
13/03/2025 às 10:12:43	27.879.263/0001-79	R$ 80,0000
13/03/2025 às 10:12:52	55.153.071/0001-16	R$ 120,0000
13/03/2025 às 10:12:52	40.829.740/0001-50	R$ 68,7000
13/03/2025 às 10:13:14	57.983.065/0001-11	R$ 65,0000
13/03/2025 às 10:13:19	56.150.801/0001-98	R$ 64,8900
13/03/2025 às 10:13:21	14.848.278/0001-28	R$ 200,0000
13/03/2025 às 10:15:27	42.857.843/0001-59	R$ 150,0000
13/03/2025 às 10:16:28	55.153.071/0001-16	R$ 110,0000
13/03/2025 às 10:17:09	57.983.065/0001-11	R$ 60,0000 *
13/03/2025 às 10:17:20	24.448.443/0001-08	R$ 90,0000
13/03/2025 às 10:17:28	24.448.443/0001-08	R$ 70,0000
13/03/2025 às 10:19:27	24.448.443/0001-08	R$ 68,0000
13/03/2025 às 10:19:52	24.448.443/0001-08	R$ 65,0000
13/03/2025 às 10:21:04	24.448.443/0001-08	R$ 64,0000
13/03/2025 às 10:21:08	26.768.764/0001-15	R$ 92,7000
13/03/2025 às 10:21:20	56.150.801/0001-98	R$ 63,8900
13/03/2025 às 10:21:21	26.768.764/0001-15	R$ 92,2900
13/03/2025 às 10:21:40	26.768.764/0001-15	R$ 92,2400
13/03/2025 às 10:22:21	24.448.443/0001-08	R$ 60,0000
13/03/2025 às 10:22:33	56.150.801/0001-98	R$ 59,9500
13/03/2025 às 10:22:42	24.448.443/0001-08	R$ 55,0000
13/03/2025 às 10:22:55	49.300.396/0001-81	R$ 84,7000
13/03/2025 às 10:23:02	56.150.801/0001-98	R$ 54,8900
13/03/2025 às 10:23:50	24.448.443/0001-08	R$ 53,0000
13/03/2025 às 10:24:00	56.150.801/0001-98	R$ 52,9500
13/03/2025 às 10:25:41	21.308.480/0001-22	R$ 399,0000
13/03/2025 às 10:27:13	21.308.480/0001-22	R$ 398,0000

(lances com * foram excluídos)

Data/hora	Participante	Lance
13/03/2025 às 10:28:03	21.308.480/0001-22	R$ 397,0000
13/03/2025 às 10:29:16	21.308.480/0001-22	R$ 396,0000
13/03/2025 às 10:30:50	21.308.480/0001-22	R$ 395,0000
13/03/2025 às 10:32:04	21.308.480/0001-22	R$ 394,0000
13/03/2025 às 10:33:22	21.308.480/0001-22	R$ 393,0000
13/03/2025 às 10:34:47	21.308.480/0001-22	R$ 392,0000
13/03/2025 às 10:35:33	21.308.480/0001-22	R$ 391,0000
13/03/2025 às 10:36:48	21.308.480/0001-22	R$ 390,0000
13/03/2025 às 10:37:30	21.308.480/0001-22	R$ 70,0000
13/03/2025 às 10:38:35	26.768.764/0001-15	R$ 92,1900
13/03/2025 às 10:39:13	26.768.764/0001-15	R$ 92,1400
13/03/2025 às 10:39:46	26.768.764/0001-15	R$ 92,0900
13/03/2025 às 10:40:16	26.768.764/0001-15	R$ 92,0400
13/03/2025 às 10:40:37	26.768.764/0001-15	R$ 91,9900
13/03/2025 às 10:41:01	26.768.764/0001-15	R$ 91,9400
13/03/2025 às 10:41:20	26.768.764/0001-15	R$ 91,8900
13/03/2025 às 10:41:51	26.768.764/0001-15	R$ 91,8400
13/03/2025 às 10:42:03	26.768.764/0001-15	R$ 91,7900
13/03/2025 às 10:42:16	26.768.764/0001-15	R$ 91,7400
13/03/2025 às 10:42:28	26.768.764/0001-15	R$ 91,6900
13/03/2025 às 10:42:47	26.768.764/0001-15	R$ 91,6200
13/03/2025 às 10:43:00	26.768.764/0001-15	R$ 91,1900
13/03/2025 às 10:45:04	21.308.480/0001-22	R$ 69,2000
13/03/2025 às 10:45:04	26.768.764/0001-15	R$ 91,1400
13/03/2025 às 10:45:29	21.308.480/0001-22	R$ 69,1500
13/03/2025 às 10:45:35	26.768.764/0001-15	R$ 91,0900
13/03/2025 às 10:46:07	21.308.480/0001-22	R$ 69,1000
13/03/2025 às 10:46:13	26.768.764/0001-15	R$ 91,0400
13/03/2025 às 10:46:24	21.308.480/0001-22	R$ 69,0500
13/03/2025 às 10:46:25	26.768.764/0001-15	R$ 90,9900
13/03/2025 às 10:46:44	21.308.480/0001-22	R$ 69,0000
13/03/2025 às 10:46:50	26.768.764/0001-15	R$ 90,9400
13/03/2025 às 10:47:06	21.308.480/0001-22	R$ 68,9500
13/03/2025 às 10:47:09	26.768.764/0001-15	R$ 90,8900

Data/hora	Participante	Lance
13/03/2025 às 10:47:21	21.308.480/0001-22	R$ 68,9000
13/03/2025 às 10:47:21	26.768.764/0001-15	R$ 90,8400
13/03/2025 às 10:47:38	21.308.480/0001-22	R$ 68,8500
13/03/2025 às 10:47:40	26.768.764/0001-15	R$ 90,7900
13/03/2025 às 10:47:54	21.308.480/0001-22	R$ 68,8000
13/03/2025 às 10:48:08	21.308.480/0001-22	R$ 68,7500
13/03/2025 às 10:48:13	34.158.836/0001-30	R$ 50,0000
13/03/2025 às 10:49:40	21.308.480/0001-22	R$ 68,6500
13/03/2025 às 10:49:44	26.768.764/0001-15	R$ 90,7400
13/03/2025 às 10:49:59	21.308.480/0001-22	R$ 68,6000
13/03/2025 às 10:50:15	21.308.480/0001-22	R$ 68,5000
13/03/2025 às 10:50:16	26.768.764/0001-15	R$ 90,6900
13/03/2025 às 10:50:34	21.308.480/0001-22	R$ 68,4000
13/03/2025 às 10:50:35	26.768.764/0001-15	R$ 90,6400
13/03/2025 às 10:50:35	56.150.801/0001-98	R$ 49,8500
13/03/2025 às 10:51:00	21.308.480/0001-22	R$ 68,2000
13/03/2025 às 10:51:06	26.768.764/0001-15	R$ 90,5600
13/03/2025 às 10:51:31	21.308.480/0001-22	R$ 68,0000
13/03/2025 às 10:51:37	26.768.764/0001-15	R$ 90,4800
13/03/2025 às 10:51:50	21.308.480/0001-22	R$ 67,8000
13/03/2025 às 10:51:51	26.768.764/0001-15	R$ 90,4000
13/03/2025 às 10:52:13	21.308.480/0001-22	R$ 67,6000
13/03/2025 às 10:52:16	26.768.764/0001-15	R$ 90,3300
13/03/2025 às 10:52:45	21.308.480/0001-22	R$ 67,4000
13/03/2025 às 10:52:47	26.768.764/0001-15	R$ 90,2500
13/03/2025 às 10:52:55	34.158.836/0001-30	R$ 45,0000
13/03/2025 às 10:52:57	21.308.480/0001-22	R$ 67,2000
13/03/2025 às 10:53:00	26.768.764/0001-15	R$ 90,1700
13/03/2025 às 10:53:19	56.150.801/0001-98	R$ 44,8900
13/03/2025 às 10:53:26	21.308.480/0001-22	R$ 66,8000
13/03/2025 às 10:53:31	26.768.764/0001-15	R$ 90,0200
13/03/2025 às 10:54:07	21.308.480/0001-22	R$ 66,6000
13/03/2025 às 10:55:03	34.158.836/0001-30	R$ 40,0000
13/03/2025 às 10:55:14	56.150.801/0001-98	R$ 39,8500

Data/hora	Participante	Lance
13/03/2025 às 10:55:23	34.158.836/0001-30	R$ 38,0000
13/03/2025 às 10:55:41	56.150.801/0001-98	R$ 39,8000
13/03/2025 às 10:55:50	56.150.801/0001-98	R$ 37,9500

Item 2 do Grupo G1 - Emissão de certificado digital a3, sem token pessoa jurídica

EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL PARA PESSOA JURÍDICA TIPO A3 (e-CNPJ).

Quantidade:	10	Valor estimado:	R$ 459,5300 (unitário)
Unidade de fornecimento:	UNIDADE		R$ 4.595,3000 (total)
Intervalo mínimo entre lances:	R$ 0,0500	Situação:	Adjudicado e Homologado
Critério de julgamento:	Menor Preço		

Adjudicado e Homologado por CPF ***.287.***-*3 - ANDRE VIRGILIO BELOTA SEFFAIR para AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 21.308.480/0001-22, melhor lance: R$ 72,0000 (unitário) / R$ 720,0000 (total)

Propostas do Item 2

Benefício Me/Epp: Conforme Art. 3ª da Lei Complementar nª 123, de 14 de dezembro de 2006
Programa de integridade: Conforme termos previsos na Lei nª 14.133/2021 e no Decreto nª 12.304/2024

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
13.459.067/0001-30 - 13.459.067 EDVAN SOUZA SILVA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: RN	R$ 511,0000 (unitário) R$ 5.110,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 511,0000 (unitário) R$ 5.110,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 10
57.983.065/0001-11 - 57.983.065 CARLOS VINICIUS DA SILVA SANTOS Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Não UF endereço: SE	R$ 65,0000 (unitário) R$ 650,0000 (total)	Proposta desclassificada
Valor proposta: R$ 250,0000 (unitário) R$ 2.500,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 10
21.308.480/0001-22 - AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Não UF endereço: GO	R$ 72,0000 (unitário) R$ 720,0000 (total)	Proposta adjudicada
Valor proposta: R$ 500,0000 (unitário) R$ 5.000,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 10

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
52.046.008/0001-92 - ARMANDO SEMEGHINI NETO Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: SP	R$ 900,0000 (unitário) R$ 9.000,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 900,0000 (unitário) R$ 9.000,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 10
04.468.603/0001-73 - ASAS TECNOLOGIA SERVICOS E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 184,0000 (unitário) R$ 1.840,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 40.000,0000 (unitário) R$ 400.000,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 10
39.383.509/0001-04 - CERTIFYSEC TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: RS	R$ 110,0000 (unitário) R$ 1.100,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 110,0000 (unitário) R$ 1.100,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 10
26.768.764/0001-15 - CONFIANCA EMPREENDIMENTOS DIGITAL LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Não UF endereço: SP	R$ 99,0200 (unitário) R$ 990,2000 (total)	-
Valor proposta: R$ 297,0000 (unitário) R$ 2.970,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 10
24.448.443/0001-08 - DIGITAL LOCK SERVICO DE CERTIFICACAO DIGITAL LTDA Benefício Me/Epp: Não Programa de integridade: Não UF endereço: RO	R$ 55,0000 (unitário) R$ 550,0000 (total)	Proposta desclassificada
Valor proposta: R$ 200,0000 (unitário) R$ 2.000,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 10
19.615.240/0001-29 - E C DE S BULGARELLI LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 152,0000 (unitário) R$ 1.520,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 330,0000 (unitário) R$ 3.300,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 10
56.150.801/0001-98 - FRANCINEIDE GOMES SANTOS PAMPONET LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: BA	R$ 48,8500 (unitário) R$ 488,5000 (total)	Proposta desclassificada
Valor proposta: R$ 180,0000 (unitário) R$ 1.800,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 10

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
39.532.571/0001-02 - GIUSEPPE ANTONIO FOGACA GERBALDO Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 1.500,0000 (unitário) R$ 15.000,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 1.500,0000 (unitário) R$ 15.000,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 10
42.066.156/0001-15 - GOTAS DA AMAZONIA LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 332,3400 (unitário) R$ 3.323,4000 (total)	-
Valor proposta: R$ 332,3400 (unitário) R$ 3.323,4000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 10
31.250.328/0001-90 - H S DISTRIBUIDORA LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 360,0000 (unitário) R$ 3.600,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 360,0000 (unitário) R$ 3.600,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 10
53.874.039/0001-02 - HVD COMERCIO E REPRESENTACAO DE SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 400,0000 (unitário) R$ 4.000,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 400,0000 (unitário) R$ 4.000,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 10
57.794.545/0001-34 - IMPERIO CERTIFICADO DIGITAL LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: SP	R$ 500,0000 (unitário) R$ 5.000,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 500,0000 (unitário) R$ 5.000,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 10
49.300.396/0001-81 - LEIDE CRISTINA RODRIGUES DA ENCARNACAO Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Não UF endereço: MG	R$ 84,7000 (unitário) R$ 847,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 350,0000 (unitário) R$ 3.500,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 10
27.879.263/0001-79 - MANAU CERTIFICADORA DIGITAL LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 80,0000 (unitário) R$ 800,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 230,0000 (unitário) R$ 2.300,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 10

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
55.153.071/0001-16 - MANAUS ELETRO LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 120,0000 (unitário) R$ 1.200,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 150,0000 (unitário) R$ 1.500,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 10
40.829.740/0001-50 - N R SERVICOS DE CERTIFICACAO DIGITAL LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: PA	R$ 68,7000 (unitário) R$ 687,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 190,0000 (unitário) R$ 1.900,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 10
14.848.278/0001-28 - OLIVEIRA E SANTOS CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 200,0000 (unitário) R$ 2.000,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 332,0000 (unitário) R$ 3.320,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 10
42.857.843/0001-59 - QUALIZEN CORRETORA DE SEGUROS LTDA. Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 300,0000 (unitário) R$ 3.000,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 340,0000 (unitário) R$ 3.400,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 10
15.655.026/0001-45 - RNL TRADE AND FACILITIES LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: DF	R$ 102.570.000,0000 (unitário) R$ 1.025.700.000,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 102.570.000,0000 (unitário) R$ 1.025.700.000,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 10
34.158.836/0001-30 - TECH MINAS DIGITAL LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: MG	R$ 50,0000 (unitário) R$ 500,0000 (total)	Proposta desclassificada
Valor proposta: R$ 100,0000 (unitário) R$ 1.000,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 10

Lances do Item 2

Data/hora	Participante	Lance
13/03/2025 às 10:10:07	26.768.764/0001-15	R$ 118,0400
13/03/2025 às 10:10:35	40.829.740/0001-50	R$ 99,0000
13/03/2025 às 10:10:43	56.150.801/0001-98	R$ 98,0000
13/03/2025 às 10:11:21	57.983.065/0001-11	R$ 97,0000
13/03/2025 às 10:11:44	26.768.764/0001-15	R$ 113,9400

Data/hora	Participante	Lance
13/03/2025 às 10:11:53	57.983.065/0001-11	R$ 85,0000
13/03/2025 às 10:11:56	24.448.443/0001-08	R$ 100,0000
13/03/2025 às 10:11:56	26.768.764/0001-15	R$ 106,9900
13/03/2025 às 10:12:09	26.768.764/0001-15	R$ 102,4400
13/03/2025 às 10:12:10	56.150.801/0001-98	R$ 84,8000
13/03/2025 às 10:12:20	19.615.240/0001-29	R$ 152,0000
13/03/2025 às 10:12:21	26.768.764/0001-15	R$ 102,1600
13/03/2025 às 10:12:25	57.983.065/0001-11	R$ 69,0000
13/03/2025 às 10:12:36	56.150.801/0001-98	R$ 68,8900
13/03/2025 às 10:12:45	04.468.603/0001-73	R$ 184,0000
13/03/2025 às 10:12:55	27.879.263/0001-79	R$ 80,0000
13/03/2025 às 10:13:00	40.829.740/0001-50	R$ 68,7000
13/03/2025 às 10:13:00	55.153.071/0001-16	R$ 120,0000
13/03/2025 às 10:13:10	57.983.065/0001-11	R$ 65,0000
13/03/2025 às 10:13:24	56.150.801/0001-98	R$ 64,8000
13/03/2025 às 10:13:30	14.848.278/0001-28	R$ 200,0000
13/03/2025 às 10:15:39	42.857.843/0001-59	R$ 300,0000
13/03/2025 às 10:17:41	24.448.443/0001-08	R$ 70,0000
13/03/2025 às 10:19:33	24.448.443/0001-08	R$ 68,0000
13/03/2025 às 10:19:58	24.448.443/0001-08	R$ 65,0000
13/03/2025 às 10:20:50	24.448.443/0001-08	R$ 60,0000
13/03/2025 às 10:21:09	26.768.764/0001-15	R$ 101,9800
13/03/2025 às 10:21:21	26.768.764/0001-15	R$ 101,5300
13/03/2025 às 10:21:28	56.150.801/0001-98	R$ 59,8900
13/03/2025 às 10:21:39	26.768.764/0001-15	R$ 101,4800
13/03/2025 às 10:22:37	24.448.443/0001-08	R$ 55,0000
13/03/2025 às 10:22:55	49.300.396/0001-81	R$ 84,7000
13/03/2025 às 10:37:45	21.308.480/0001-22	R$ 72,0000
13/03/2025 às 10:38:36	26.768.764/0001-15	R$ 101,4300
13/03/2025 às 10:39:14	26.768.764/0001-15	R$ 101,3800
13/03/2025 às 10:39:45	26.768.764/0001-15	R$ 101,3300
13/03/2025 às 10:40:16	26.768.764/0001-15	R$ 101,2800
13/03/2025 às 10:40:37	26.768.764/0001-15	R$ 101,2300
13/03/2025 às 10:41:01	26.768.764/0001-15	R$ 101,1800

Data/hora	Participante	Lance
13/03/2025 às 10:41:20	26.768.764/0001-15	R$ 101,1300
13/03/2025 às 10:41:51	26.768.764/0001-15	R$ 101,0800
13/03/2025 às 10:42:03	26.768.764/0001-15	R$ 101,0300
13/03/2025 às 10:42:16	26.768.764/0001-15	R$ 100,9800
13/03/2025 às 10:42:29	26.768.764/0001-15	R$ 100,9200
13/03/2025 às 10:42:48	26.768.764/0001-15	R$ 100,8500
13/03/2025 às 10:43:00	26.768.764/0001-15	R$ 100,3600
13/03/2025 às 10:45:04	26.768.764/0001-15	R$ 100,3100
13/03/2025 às 10:45:35	26.768.764/0001-15	R$ 100,2600
13/03/2025 às 10:46:13	26.768.764/0001-15	R$ 100,2100
13/03/2025 às 10:46:25	26.768.764/0001-15	R$ 100,1600
13/03/2025 às 10:46:50	26.768.764/0001-15	R$ 100,1100
13/03/2025 às 10:47:09	26.768.764/0001-15	R$ 100,0600
13/03/2025 às 10:47:21	26.768.764/0001-15	R$ 100,0100
13/03/2025 às 10:47:40	26.768.764/0001-15	R$ 99,9600
13/03/2025 às 10:47:58	26.768.764/0001-15	R$ 99,9100
13/03/2025 às 10:48:11	26.768.764/0001-15	R$ 99,8600
13/03/2025 às 10:48:19	34.158.836/0001-30	R$ 50,0000
13/03/2025 às 10:49:45	26.768.764/0001-15	R$ 99,8100
13/03/2025 às 10:50:04	26.768.764/0001-15	R$ 99,7600
13/03/2025 às 10:50:16	26.768.764/0001-15	R$ 99,7100
13/03/2025 às 10:50:35	26.768.764/0001-15	R$ 99,6600
13/03/2025 às 10:50:39	56.150.801/0001-98	R$ 48,8500
13/03/2025 às 10:51:06	26.768.764/0001-15	R$ 99,5800
13/03/2025 às 10:51:37	26.768.764/0001-15	R$ 99,5000
13/03/2025 às 10:51:51	26.768.764/0001-15	R$ 99,4200
13/03/2025 às 10:52:16	26.768.764/0001-15	R$ 99,3400
13/03/2025 às 10:52:47	26.768.764/0001-15	R$ 99,2600
13/03/2025 às 10:52:59	26.768.764/0001-15	R$ 99,1800
13/03/2025 às 10:53:31	26.768.764/0001-15	R$ 99,0200

Item 3 do Grupo G1 - Emissão de Certificado Digital A1 para Equipamento Servidor

EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL SSL WILDCARD PARA SISTEMAS WEB.

Quantidade:	10	Valor estimado:	R$ 964,5500 (unitário)
Unidade de fornecimento:	UNIDADE		R$ 9.645,5000 (total)
Intervalo mínimo entre lances:	R$ 0,0500	Situação:	Adjudicado e Homologado
Critério de julgamento:	Menor Preço		

Adjudicado e Homologado por CPF ***.287.***-*3 - ANDRE VIRGILIO BELOTA SEFFAIR para AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 21.308.480/0001-22, melhor lance: R$ 964,5500 (unitário) / R$ 9.645,5000 (total)

Propostas do Item 3

Benefício Me/Epp: Conforme Art. 3ª da Lei Complementar nª 123, de 14 de dezembro de 2006
Programa de integridade: Conforme termos previsos na Lei nª 14.133/2021 e no Decreto nª 12.304/2024

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
13.459.067/0001-30 - 13.459.067 EDVAN SOUZA SILVA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: RN	R$ 2.418,0000 (unitário) R$ 24.180,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 2.418,0000 (unitário) R$ 24.180,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 10
57.983.065/0001-11 - 57.983.065 CARLOS VINICIUS DA SILVA SANTOS Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Não UF endereço: SE	R$ 1.299,0000 (unitário) R$ 12.990,0000 (total)	Proposta desclassificada
Valor proposta: R$ 4.000,0000 (unitário) R$ 40.000,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 10
21.308.480/0001-22 - AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Não UF endereço: GO	R$ 964,5500 (unitário) R$ 9.645,5000 (total)	Proposta adjudicada
Valor proposta: R$ 2.600,0000 (unitário) R$ 26.000,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 10
52.046.008/0001-92 - ARMANDO SEMEGHINI NETO Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: SP	R$ 2.740,0000 (unitário) R$ 27.400,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 2.740,0000 (unitário) R$ 27.400,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 10
04.468.603/0001-73 - ASAS TECNOLOGIA SERVICOS E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 400,0000 (unitário) R$ 4.000,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 10.000,0000 (unitário) R$ 100.000,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 10

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
39.383.509/0001-04 - CERTIFYSEC TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: RS	R$ 2.150,0000 (unitário) R$ 21.500,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 2.150,0000 (unitário) R$ 21.500,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 10
26.768.764/0001-15 - CONFIANCA EMPREENDIMENTOS DIGITAL LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Não UF endereço: SP	R$ 1.300,7400 (unitário) R$ 13.007,4000 (total)	-
Valor proposta: R$ 3.900,0000 (unitário) R$ 39.000,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 10
24.448.443/0001-08 - DIGITAL LOCK SERVICO DE CERTIFICACAO DIGITAL LTDA Benefício Me/Epp: Não Programa de integridade: Não UF endereço: RO	R$ 1.650,0000 (unitário) R$ 16.500,0000 (total)	Proposta desclassificada
Valor proposta: R$ 2.000,0000 (unitário) R$ 20.000,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 10
19.615.240/0001-29 - E C DE S BULGARELLI LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 2.750,0000 (unitário) R$ 27.500,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 3.500,0000 (unitário) R$ 35.000,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 10
56.150.801/0001-98 - FRANCINEIDE GOMES SANTOS PAMPONET LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: BA	R$ 117,8500 (unitário) R$ 1.178,5000 (total)	Proposta desclassificada
Valor proposta: R$ 500,0000 (unitário) R$ 5.000,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 10
39.532.571/0001-02 - GIUSEPPE ANTONIO FOGACA GERBALDO Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 12.000,0000 (unitário) R$ 120.000,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 12.000,0000 (unitário) R$ 120.000,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 10
42.066.156/0001-15 - GOTAS DA AMAZONIA LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 217,0000 (unitário) R$ 2.170,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 217,0000 (unitário) R$ 2.170,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 10

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
31.250.328/0001-90 - H S DISTRIBUIDORA LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 280,0000 (unitário) R$ 2.800,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 280,0000 (unitário) R$ 2.800,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 10
53.874.039/0001-02 - HVD COMERCIO E REPRESENTACAO DE SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 300,0000 (unitário) R$ 3.000,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 300,0000 (unitário) R$ 3.000,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 10
57.794.545/0001-34 - IMPERIO CERTIFICADO DIGITAL LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: SP	R$ 500,0000 (unitário) R$ 5.000,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 500,0000 (unitário) R$ 5.000,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 10
49.300.396/0001-81 - LEIDE CRISTINA RODRIGUES DA ENCARNACAO Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Não UF endereço: MG	R$ 1.452,0000 (unitário) R$ 14.520,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 3.500,0000 (unitário) R$ 35.000,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 10
27.879.263/0001-79 - MANAU CERTIFICADORA DIGITAL LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 900,0000 (unitário) R$ 9.000,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 2.200,0000 (unitário) R$ 22.000,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 10
55.153.071/0001-16 - MANAUS ELETRO LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 350,0000 (unitário) R$ 3.500,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 3.000,0000 (unitário) R$ 30.000,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 10
40.829.740/0001-50 - N R SERVICOS DE CERTIFICACAO DIGITAL LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: PA	R$ 3.000,0000 (unitário) R$ 30.000,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 3.000,0000 (unitário) R$ 30.000,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 10

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
14.848.278/0001-28 - OLIVEIRA E SANTOS CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 120,0000 (unitário) R$ 1.200,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 237,0000 (unitário) R$ 2.370,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 10
42.857.843/0001-59 - QUALIZEN CORRETORA DE SEGUROS LTDA. Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 160,0000 (unitário) R$ 1.600,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 460,0000 (unitário) R$ 4.600,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 10
15.655.026/0001-45 - RNL TRADE AND FACILITIES LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: DF	R$ 101.930.000,0000 (unitário) R$ 1.019.300.000,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 101.930.000,0000 (unitário) R$ 1.019.300.000,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 10
34.158.836/0001-30 - TECH MINAS DIGITAL LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: MG	R$ 118,0000 (unitário) R$ 1.180,0000 (total)	Proposta desclassificada
Valor proposta: R$ 2.000,0000 (unitário) R$ 20.000,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 10

Lances do Item 3

Data/hora	Participante	Lance
13/03/2025 às 10:10:07	26.768.764/0001-15	R$ 1.550,1000
13/03/2025 às 10:10:49	56.150.801/0001-98	R$ 216,0000
13/03/2025 às 10:11:01	57.983.065/0001-11	R$ 1.900,0000
13/03/2025 às 10:11:44	26.768.764/0001-15	R$ 1.496,3100
13/03/2025 às 10:11:56	26.768.764/0001-15	R$ 1.405,0400
13/03/2025 às 10:12:00	57.983.065/0001-11	R$ 1.500,0000
13/03/2025 às 10:12:06	24.448.443/0001-08	R$ 1.690,0000
13/03/2025 às 10:12:09	26.768.764/0001-15	R$ 1.345,3400
13/03/2025 às 10:12:21	26.768.764/0001-15	R$ 1.341,6600
13/03/2025 às 10:12:46	19.615.240/0001-29	R$ 2.750,0000
13/03/2025 às 10:12:56	04.468.603/0001-73	R$ 400,0000
13/03/2025 às 10:12:56	57.983.065/0001-11	R$ 1.299,0000
13/03/2025 às 10:13:25	55.153.071/0001-16	R$ 350,0000

Data/hora	Participante	Lance
13/03/2025 às 10:13:41	14.848.278/0001-28	R$ 120,0000
13/03/2025 às 10:13:51	27.879.263/0001-79	R$ 900,0000
13/03/2025 às 10:14:14	56.150.801/0001-98	R$ 119,8000
13/03/2025 às 10:16:01	42.857.843/0001-59	R$ 160,0000
13/03/2025 às 10:21:08	26.768.764/0001-15	R$ 1.339,3100
13/03/2025 às 10:21:11	24.448.443/0001-08	R$ 1.650,0000
13/03/2025 às 10:21:21	26.768.764/0001-15	R$ 1.333,4500
13/03/2025 às 10:21:39	26.768.764/0001-15	R$ 1.333,3300
13/03/2025 às 10:22:55	49.300.396/0001-81	R$ 1.452,0000
13/03/2025 às 10:38:06	21.308.480/0001-22	R$ 964,5500
13/03/2025 às 10:38:35	26.768.764/0001-15	R$ 1.333,1400
13/03/2025 às 10:39:14	26.768.764/0001-15	R$ 1.332,9900
13/03/2025 às 10:39:45	26.768.764/0001-15	R$ 1.332,8700
13/03/2025 às 10:40:16	26.768.764/0001-15	R$ 1.332,7800
13/03/2025 às 10:40:36	26.768.764/0001-15	R$ 1.332,7200
13/03/2025 às 10:41:01	26.768.764/0001-15	R$ 1.332,6700
13/03/2025 às 10:41:20	26.768.764/0001-15	R$ 1.332,2400
13/03/2025 às 10:41:51	26.768.764/0001-15	R$ 1.331,4900
13/03/2025 às 10:42:03	26.768.764/0001-15	R$ 1.330,8900
13/03/2025 às 10:42:16	26.768.764/0001-15	R$ 1.330,3900
13/03/2025 às 10:42:28	26.768.764/0001-15	R$ 1.329,5800
13/03/2025 às 10:42:47	26.768.764/0001-15	R$ 1.328,5200
13/03/2025 às 10:43:00	26.768.764/0001-15	R$ 1.321,0600
13/03/2025 às 10:45:04	26.768.764/0001-15	R$ 1.320,5200
13/03/2025 às 10:45:35	26.768.764/0001-15	R$ 1.320,1100
13/03/2025 às 10:46:12	26.768.764/0001-15	R$ 1.319,7800
13/03/2025 às 10:46:25	26.768.764/0001-15	R$ 1.319,5100
13/03/2025 às 10:46:50	26.768.764/0001-15	R$ 1.319,3000
13/03/2025 às 10:47:09	26.768.764/0001-15	R$ 1.319,1300
13/03/2025 às 10:47:21	26.768.764/0001-15	R$ 1.319,0000
13/03/2025 às 10:47:40	26.768.764/0001-15	R$ 1.318,9000
13/03/2025 às 10:47:58	26.768.764/0001-15	R$ 1.318,8300
13/03/2025 às 10:48:11	26.768.764/0001-15	R$ 1.318,7800
13/03/2025 às 10:49:05	34.158.836/0001-30	R$ 118,0000

Data/hora	Participante	Lance
13/03/2025 às 10:49:44	26.768.764/0001-15	R$ 1.317,8500
13/03/2025 às 10:50:03	26.768.764/0001-15	R$ 1.317,5700
13/03/2025 às 10:50:16	26.768.764/0001-15	R$ 1.316,9000
13/03/2025 às 10:50:35	26.768.764/0001-15	R$ 1.316,3800
13/03/2025 às 10:50:45	56.150.801/0001-98	R$ 117,8500
13/03/2025 às 10:51:06	26.768.764/0001-15	R$ 1.314,4900
13/03/2025 às 10:51:37	26.768.764/0001-15	R$ 1.312,6300
13/03/2025 às 10:51:51	26.768.764/0001-15	R$ 1.310,7800
13/03/2025 às 10:52:16	26.768.764/0001-15	R$ 1.308,9300
13/03/2025 às 10:52:47	26.768.764/0001-15	R$ 1.306,9000
13/03/2025 às 10:53:00	26.768.764/0001-15	R$ 1.304,9100
13/03/2025 às 10:53:30	26.768.764/0001-15	R$ 1.300,7400

Item 4 do Grupo G1 - Emissão de certificado digital a1 para pessoa jurídica

EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL PARA PESSOA JURÍDICA TIPO A1 (e-CNPJ).

Quantidade:	4	Valor estimado:	R$ 232,0300 (unitário)
Unidade de fornecimento:	UNIDADE		R$ 928,1200 (total)
Intervalo mínimo entre lances:	R$ 0,0500	Situação:	Adjudicado e Homologado
Critério de julgamento:	Menor Preço		

Adjudicado e Homologado por CPF ***.287.***-*3 - ANDRE VIRGILIO BELOTA SEFFAIR para AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 21.308.480/0001-22, melhor lance: R$ 70,0000 (unitário) / R$ 280,0000 (total)

Propostas do Item 4

Benefício Me/Epp: Conforme Art. 3ª da Lei Complementar nª 123, de 14 de dezembro de 2006
Programa de integridade: Conforme termos previsos na Lei nª 14.133/2021 e no Decreto nª 12.304/2024

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
13.459.067/0001-30 - 13.459.067 EDVAN SOUZA SILVA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: RN	R$ 260,0000 (unitário) R$ 1.040,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 260,0000 (unitário) R$ 1.040,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 4

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
57.983.065/0001-11 - 57.983.065 CARLOS VINICIUS DA SILVA SANTOS Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Não UF endereço: SE	R$ 80,0000 (unitário) R$ 320,0000 (total)	Proposta desclassificada
Valor proposta: R$ 200,0000 (unitário) R$ 800,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 4
21.308.480/0001-22 - AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Não UF endereço: GO	R$ 70,0000 (unitário) R$ 280,0000 (total)	Proposta adjudicada
Valor proposta: R$ 255,0000 (unitário) R$ 1.020,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 4
52.046.008/0001-92 - ARMANDO SEMEGHINI NETO Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: SP	R$ 90,0000 (unitário) R$ 360,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 90,0000 (unitário) R$ 360,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 4
04.468.603/0001-73 - ASAS TECNOLOGIA SERVICOS E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 180,0000 (unitário) R$ 720,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 10.000,0000 (unitário) R$ 40.000,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 4
39.383.509/0001-04 - CERTIFYSEC TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: RS	R$ 130,0000 (unitário) R$ 520,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 130,0000 (unitário) R$ 520,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 4
26.768.764/0001-15 - CONFIANCA EMPREENDIMENTOS DIGITAL LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Não UF endereço: SP	R$ 99,0200 (unitário) R$ 396,0800 (total)	-
Valor proposta: R$ 297,0000 (unitário) R$ 1.188,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 4
24.448.443/0001-08 - DIGITAL LOCK SERVICO DE CERTIFICACAO DIGITAL LTDA Benefício Me/Epp: Não Programa de integridade: Não UF endereço: RO	R$ 53,0000 (unitário) R$ 212,0000 (total)	Proposta desclassificada
Valor proposta: R$ 1.000,0000 (unitário) R$ 4.000,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 4

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
19.615.240/0001-29 - E C DE S BULGARELLI LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 102,0000 (unitário) R$ 408,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 270,0000 (unitário) R$ 1.080,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 4
56.150.801/0001-98 - FRANCINEIDE GOMES SANTOS PAMPONET LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: BA	R$ 39,8900 (unitário) R$ 159,5600 (total)	Proposta desclassificada
Valor proposta: R$ 180,0000 (unitário) R$ 720,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 4
39.532.571/0001-02 - GIUSEPPE ANTONIO FOGACA GERBALDO Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 1.500,0000 (unitário) R$ 6.000,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 1.500,0000 (unitário) R$ 6.000,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 4
42.066.156/0001-15 - GOTAS DA AMAZONIA LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 217,0000 (unitário) R$ 868,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 217,0000 (unitário) R$ 868,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 4
31.250.328/0001-90 - H S DISTRIBUIDORA LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 280,0000 (unitário) R$ 1.120,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 280,0000 (unitário) R$ 1.120,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 4
53.874.039/0001-02 - HVD COMERCIO E REPRESENTACAO DE SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 140,0000 (unitário) R$ 560,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 140,0000 (unitário) R$ 560,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 4
57.794.545/0001-34 - IMPERIO CERTIFICADO DIGITAL LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: SP	R$ 600,0000 (unitário) R$ 2.400,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 600,0000 (unitário) R$ 2.400,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 4

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
49.300.396/0001-81 - LEIDE CRISTINA RODRIGUES DA ENCARNACAO Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Não UF endereço: MG	R$ 48,4000 (unitário) R$ 193,6000 (total)	-
Valor proposta: R$ 90,0000 (unitário) R$ 360,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 4
27.879.263/0001-79 - MANAU CERTIFICADORA DIGITAL LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 99,0000 (unitário) R$ 396,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 190,0000 (unitário) R$ 760,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 4
55.153.071/0001-16 - MANAUS ELETRO LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 150,0000 (unitário) R$ 600,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 150,0000 (unitário) R$ 600,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 4
40.829.740/0001-50 - N R SERVICOS DE CERTIFICACAO DIGITAL LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: PA	R$ 79,8000 (unitário) R$ 319,2000 (total)	-
Valor proposta: R$ 140,0000 (unitário) R$ 560,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 4
14.848.278/0001-28 - OLIVEIRA E SANTOS CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 120,0000 (unitário) R$ 480,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 237,0000 (unitário) R$ 948,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 4
42.857.843/0001-59 - QUALIZEN CORRETORA DE SEGUROS LTDA. Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 160,0000 (unitário) R$ 640,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 235,0000 (unitário) R$ 940,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 4
15.655.026/0001-45 - RNL TRADE AND FACILITIES LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: DF	R$ 102.940.000,0000 (unitário) R$ 411.760.000,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 102.940.000,0000 (unitário) R$ 411.760.000,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 4

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
34.158.836/0001-30 - TECH MINAS DIGITAL LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: MG	R$ 40,0000 (unitário) R$ 160,0000 (total)	Proposta desclassificada

Valor proposta: R$ 100,0000 (unitário) R$ 400,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado Quantidade ofertada: 4

Lances do Item 4

Data/hora	Participante	Lance
13/03/2025 às 10:10:07	26.768.764/0001-15	R$ 118,0400
13/03/2025 às 10:10:52	56.150.801/0001-98	R$ 89,0000
13/03/2025 às 10:10:56	40.829.740/0001-50	R$ 88,0000
13/03/2025 às 10:10:59	57.983.065/0001-11	R$ 80,0000
13/03/2025 às 10:11:08	56.150.801/0001-98	R$ 79,8500
13/03/2025 às 10:11:44	26.768.764/0001-15	R$ 113,9400
13/03/2025 às 10:11:56	26.768.764/0001-15	R$ 106,9900
13/03/2025 às 10:12:09	26.768.764/0001-15	R$ 102,4400
13/03/2025 às 10:12:17	24.448.443/0001-08	R$ 100,0000
13/03/2025 às 10:12:21	26.768.764/0001-15	R$ 102,1600
13/03/2025 às 10:13:09	04.468.603/0001-73	R$ 180,0000
13/03/2025 às 10:13:56	14.848.278/0001-28	R$ 120,0000
13/03/2025 às 10:13:59	40.829.740/0001-50	R$ 79,8000
13/03/2025 às 10:14:01	27.879.263/0001-79	R$ 99,0000
13/03/2025 às 10:14:20	56.150.801/0001-98	R$ 79,5500
13/03/2025 às 10:14:36	19.615.240/0001-29	R$ 102,0000
13/03/2025 às 10:16:09	42.857.843/0001-59	R$ 160,0000
13/03/2025 às 10:18:26	24.448.443/0001-08	R$ 70,0000
13/03/2025 às 10:19:40	56.150.801/0001-98	R$ 69,8000
13/03/2025 às 10:20:10	24.448.443/0001-08	R$ 65,0000
13/03/2025 às 10:20:17	56.150.801/0001-98	R$ 64,8900
13/03/2025 às 10:21:09	26.768.764/0001-15	R$ 101,9800
13/03/2025 às 10:21:21	26.768.764/0001-15	R$ 101,5300
13/03/2025 às 10:21:34	24.448.443/0001-08	R$ 63,0000
13/03/2025 às 10:21:40	26.768.764/0001-15	R$ 101,4800
13/03/2025 às 10:22:44	56.150.801/0001-98	R$ 62,8900

Data/hora	Participante	Lance
13/03/2025 às 10:22:45	49.300.396/0001-81	R$ 62,9500
13/03/2025 às 10:22:48	49.300.396/0001-81	R$ 62,8400
13/03/2025 às 10:22:56	49.300.396/0001-81	R$ 48,4000
13/03/2025 às 10:22:58	24.448.443/0001-08	R$ 55,0000
13/03/2025 às 10:24:18	24.448.443/0001-08	R$ 53,0000
13/03/2025 às 10:25:48	56.150.801/0001-98	R$ 48,3500
13/03/2025 às 10:38:20	21.308.480/0001-22	R$ 70,0000
13/03/2025 às 10:38:36	26.768.764/0001-15	R$ 101,4300
13/03/2025 às 10:39:14	26.768.764/0001-15	R$ 101,3800
13/03/2025 às 10:39:45	26.768.764/0001-15	R$ 101,3300
13/03/2025 às 10:40:16	26.768.764/0001-15	R$ 101,2800
13/03/2025 às 10:40:37	26.768.764/0001-15	R$ 101,2300
13/03/2025 às 10:41:01	26.768.764/0001-15	R$ 101,1800
13/03/2025 às 10:41:20	26.768.764/0001-15	R$ 101,1300
13/03/2025 às 10:41:51	26.768.764/0001-15	R$ 101,0800
13/03/2025 às 10:42:04	26.768.764/0001-15	R$ 101,0300
13/03/2025 às 10:42:16	26.768.764/0001-15	R$ 100,9800
13/03/2025 às 10:42:28	26.768.764/0001-15	R$ 100,9200
13/03/2025 às 10:42:48	26.768.764/0001-15	R$ 100,8500
13/03/2025 às 10:43:00	26.768.764/0001-15	R$ 100,3600
13/03/2025 às 10:45:04	26.768.764/0001-15	R$ 100,3100
13/03/2025 às 10:45:35	26.768.764/0001-15	R$ 100,2600
13/03/2025 às 10:46:13	26.768.764/0001-15	R$ 100,2100
13/03/2025 às 10:46:25	26.768.764/0001-15	R$ 100,1600
13/03/2025 às 10:46:50	26.768.764/0001-15	R$ 100,1100
13/03/2025 às 10:47:09	26.768.764/0001-15	R$ 100,0600
13/03/2025 às 10:47:21	26.768.764/0001-15	R$ 100,0100
13/03/2025 às 10:47:40	26.768.764/0001-15	R$ 99,9600
13/03/2025 às 10:47:58	26.768.764/0001-15	R$ 99,9100
13/03/2025 às 10:48:11	26.768.764/0001-15	R$ 99,8600
13/03/2025 às 10:48:33	34.158.836/0001-30	R$ 45,0000
13/03/2025 às 10:49:44	26.768.764/0001-15	R$ 99,8100
13/03/2025 às 10:50:04	26.768.764/0001-15	R$ 99,7600
13/03/2025 às 10:50:16	26.768.764/0001-15	R$ 99,7100

Data/hora	Participante	Lance
13/03/2025 às 10:50:34	26.768.764/0001-15	R$ 99,6600
13/03/2025 às 10:51:06	26.768.764/0001-15	R$ 99,5800
13/03/2025 às 10:51:07	56.150.801/0001-98	R$ 44,8900
13/03/2025 às 10:51:37	26.768.764/0001-15	R$ 99,5000
13/03/2025 às 10:51:51	26.768.764/0001-15	R$ 99,4200
13/03/2025 às 10:52:16	26.768.764/0001-15	R$ 99,3400
13/03/2025 às 10:52:47	26.768.764/0001-15	R$ 99,2600
13/03/2025 às 10:52:49	34.158.836/0001-30	R$ 40,0000
13/03/2025 às 10:53:00	26.768.764/0001-15	R$ 99,1800
13/03/2025 às 10:53:30	26.768.764/0001-15	R$ 99,0200
13/03/2025 às 10:54:08	56.150.801/0001-98	R$ 39,8900

Item 5 do Grupo G1 - Emissão de Certificado Digital A1 para Equipamento Servidor

VISITA TÉCNICA PARA VALIDAÇÃO E EMISSÃO DE CERTIFICADOS DIGITAIS.

Quantidade:	25	Valor estimado:	R$ 76,6900 (unitário)
Unidade de fornecimento:	UNIDADE		R$ 1.917,2500 (total)
Intervalo mínimo entre lances:	R$ 0,0500	Situação:	Adjudicado e Homologado
Critério de julgamento:	Menor Preço		

Adjudicado e Homologado por CPF ***.287.***-*3 - ANDRE VIRGILIO BELOTA SEFFAIR para AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 21.308.480/0001-22, melhor lance: R$ 5,0000 (unitário) / R$ 125,0000 (total)

Propostas do Item 5

Benefício Me/Epp: Conforme Art. 3ª da Lei Complementar nª 123, de 14 de dezembro de 2006
Programa de integridade: Conforme termos previsos na Lei nª 14.133/2021 e no Decreto nª 12.304/2024

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
13.459.067/0001-30 - 13.459.067 EDVAN SOUZA SILVA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: RN	R$ 150,0000 (unitário) R$ 3.750,0000 (total)	-

Valor proposta:	R$ 150,0000 (unitário) R$ 3.750,0000 (total)	Valor negociado:	Não Realizado	Quantidade ofertada:	25

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
57.983.065/0001-11 - 57.983.065 CARLOS VINICIUS DA SILVA SANTOS Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Não UF endereço: SE	R$ 90,0000 (unitário) R$ 2.250,0000 (total)	Proposta desclassificada
Valor proposta: R$ 1.000,0000 (unitário) R$ 25.000,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 25
21.308.480/0001-22 - AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Não UF endereço: GO	R$ 5,0000 (unitário) R$ 125,0000 (total)	Proposta adjudicada
Valor proposta: R$ 200,0000 (unitário) R$ 5.000,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 25
52.046.008/0001-92 - ARMANDO SEMEGHINI NETO Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: SP	R$ 100,0000 (unitário) R$ 2.500,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 100,0000 (unitário) R$ 2.500,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 25
04.468.603/0001-73 - ASAS TECNOLOGIA SERVICOS E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 544,0000 (unitário) R$ 13.600,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 10.000,0000 (unitário) R$ 250.000,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 25
39.383.509/0001-04 - CERTIFYSEC TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: RS	R$ 70,0000 (unitário) R$ 1.750,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 70,0000 (unitário) R$ 1.750,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 25
26.768.764/0001-15 - CONFIANCA EMPREENDIMENTOS DIGITAL LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Não UF endereço: SP	R$ 50,0200 (unitário) R$ 1.250,5000 (total)	-
Valor proposta: R$ 150,0000 (unitário) R$ 3.750,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 25
24.448.443/0001-08 - DIGITAL LOCK SERVICO DE CERTIFICACAO DIGITAL LTDA Benefício Me/Epp: Não Programa de integridade: Não UF endereço: RO	R$ 280,0000 (unitário) R$ 7.000,0000 (total)	Proposta desclassificada
Valor proposta: R$ 1.000,0000 (unitário) R$ 25.000,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 25

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
19.615.240/0001-29 - E C DE S BULGARELLI LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 10,0000 (unitário) R$ 250,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 150,0000 (unitário) R$ 3.750,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 25
56.150.801/0001-98 - FRANCINEIDE GOMES SANTOS PAMPONET LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: BA	R$ 4,4500 (unitário) R$ 111,2500 (total)	Proposta desclassificada
Valor proposta: R$ 150,0000 (unitário) R$ 3.750,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 25
39.532.571/0001-02 - GIUSEPPE ANTONIO FOGACA GERBALDO Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 7.500,0000 (unitário) R$ 187.500,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 7.500,0000 (unitário) R$ 187.500,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 25
42.066.156/0001-15 - GOTAS DA AMAZONIA LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 217,0000 (unitário) R$ 5.425,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 217,0000 (unitário) R$ 5.425,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 25
31.250.328/0001-90 - H S DISTRIBUIDORA LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 280,0000 (unitário) R$ 7.000,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 280,0000 (unitário) R$ 7.000,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 25
53.874.039/0001-02 - HVD COMERCIO E REPRESENTACAO DE SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 500,0000 (unitário) R$ 12.500,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 500,0000 (unitário) R$ 12.500,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 25
57.794.545/0001-34 - IMPERIO CERTIFICADO DIGITAL LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: SP	R$ 800,0000 (unitário) R$ 20.000,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 800,0000 (unitário) R$ 20.000,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 25

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
49.300.396/0001-81 - LEIDE CRISTINA RODRIGUES DA ENCARNACAO Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Não UF endereço: MG	R$ 10,0000 (unitário) R$ 250,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 600,0000 (unitário) R$ 15.000,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 25
27.879.263/0001-79 - MANAU CERTIFICADORA DIGITAL LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 50,0000 (unitário) R$ 1.250,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 210,0000 (unitário) R$ 5.250,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 25
55.153.071/0001-16 - MANAUS ELETRO LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 300,0000 (unitário) R$ 7.500,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 300,0000 (unitário) R$ 7.500,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 25
40.829.740/0001-50 - N R SERVICOS DE CERTIFICACAO DIGITAL LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: PA	R$ 58,0000 (unitário) R$ 1.450,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 7.000,0000 (unitário) R$ 175.000,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 25
14.848.278/0001-28 - OLIVEIRA E SANTOS CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 120,0000 (unitário) R$ 3.000,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 237,0000 (unitário) R$ 5.925,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 25
42.857.843/0001-59 - QUALIZEN CORRETORA DE SEGUROS LTDA. Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 250,0000 (unitário) R$ 6.250,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 300,0000 (unitário) R$ 7.500,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 25
15.655.026/0001-45 - RNL TRADE AND FACILITIES LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: DF	R$ 102.109.999,9999 (unitário) R$ 2.552.749.999,9975 (total)	-
Valor proposta: R$ 102.109.999,9999 (unitário) R$ 2.552.749.999,9975 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 25

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
34.158.836/0001-30 - TECH MINAS DIGITAL LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: MG	R$ 4,5000 (unitário) R$ 112,5000 (total)	Proposta desclassificada

Valor proposta: R$ 100,0000 (unitário) R$ 2.500,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado Quantidade ofertada: 25

Lances do Item 5

Data/hora	Participante	Lance
13/03/2025 às 10:10:07	26.768.764/0001-15	R$ 59,6100
13/03/2025 às 10:10:57	57.983.065/0001-11	R$ 100,0000
13/03/2025 às 10:10:58	56.150.801/0001-98	R$ 59,5000
13/03/2025 às 10:11:08	40.829.740/0001-50	R$ 58,0000
13/03/2025 às 10:11:20	56.150.801/0001-98	R$ 57,8900
13/03/2025 às 10:11:44	26.768.764/0001-15	R$ 57,5400
13/03/2025 às 10:11:51	56.150.801/0001-98	R$ 57,0000
13/03/2025 às 10:11:56	26.768.764/0001-15	R$ 54,0300
13/03/2025 às 10:12:09	26.768.764/0001-15	R$ 51,7300
13/03/2025 às 10:12:15	57.983.065/0001-11	R$ 90,0000
13/03/2025 às 10:12:17	56.150.801/0001-98	R$ 51,5500
13/03/2025 às 10:12:21	26.768.764/0001-15	R$ 51,5800
13/03/2025 às 10:12:28	24.448.443/0001-08	R$ 400,0000
13/03/2025 às 10:13:21	04.468.603/0001-73	R$ 544,0000
13/03/2025 às 10:14:04	14.848.278/0001-28	R$ 120,0000
13/03/2025 às 10:14:47	19.615.240/0001-29	R$ 10,0000
13/03/2025 às 10:15:07	27.879.263/0001-79	R$ 50,0000
13/03/2025 às 10:15:23	24.448.443/0001-08	R$ 300,0000
13/03/2025 às 10:16:31	42.857.843/0001-59	R$ 250,0000
13/03/2025 às 10:21:14	26.768.764/0001-15	R$ 51,3400
13/03/2025 às 10:22:06	24.448.443/0001-08	R$ 280,0000
13/03/2025 às 10:22:56	49.300.396/0001-81	R$ 60,5000
13/03/2025 às 10:38:27	21.308.480/0001-22	R$ 27,0000
13/03/2025 às 10:39:13	21.308.480/0001-22	R$ 26,0000
13/03/2025 às 10:39:42	21.308.480/0001-22	R$ 25,0000
13/03/2025 às 10:40:11	21.308.480/0001-22	R$ 24,0000

Data/hora	Participante	Lance
13/03/2025 às 10:40:34	21.308.480/0001-22	R$ 23,0000
13/03/2025 às 10:41:00	21.308.480/0001-22	R$ 22,0000
13/03/2025 às 10:41:18	21.308.480/0001-22	R$ 20,0000
13/03/2025 às 10:41:49	21.308.480/0001-22	R$ 18,0000
13/03/2025 às 10:41:57	21.308.480/0001-22	R$ 16,0000
13/03/2025 às 10:41:57	26.768.764/0001-15	R$ 51,2900
13/03/2025 às 10:42:09	21.308.480/0001-22	R$ 14,0000
13/03/2025 às 10:42:23	21.308.480/0001-22	R$ 12,0000
13/03/2025 às 10:42:29	26.768.764/0001-15	R$ 51,2400
13/03/2025 às 10:42:45	21.308.480/0001-22	R$ 9,0000
13/03/2025 às 10:42:47	49.300.396/0001-81	R$ 10,0000
13/03/2025 às 10:42:47	26.768.764/0001-15	R$ 51,1900
13/03/2025 às 10:42:55	21.308.480/0001-22	R$ 8,0000
13/03/2025 às 10:43:00	26.768.764/0001-15	R$ 50,8700
13/03/2025 às 10:43:05	21.308.480/0001-22	R$ 7,0000
13/03/2025 às 10:43:57	21.308.480/0001-22	R$ 5,0000
13/03/2025 às 10:45:04	26.768.764/0001-15	R$ 50,8200
13/03/2025 às 10:48:11	26.768.764/0001-15	R$ 50,7700
13/03/2025 às 10:48:41	34.158.836/0001-30	R$ 4,5000
13/03/2025 às 10:50:03	26.768.764/0001-15	R$ 50,7200
13/03/2025 às 10:50:16	26.768.764/0001-15	R$ 50,6700
13/03/2025 às 10:50:52	56.150.801/0001-98	R$ 51,0000
13/03/2025 às 10:51:06	26.768.764/0001-15	R$ 50,5900
13/03/2025 às 10:51:15	56.150.801/0001-98	R$ 50,8500
13/03/2025 às 10:51:37	26.768.764/0001-15	R$ 50,5100
13/03/2025 às 10:51:43	56.150.801/0001-98	R$ 4,4500
13/03/2025 às 10:51:51	26.768.764/0001-15	R$ 50,4300
13/03/2025 às 10:52:16	26.768.764/0001-15	R$ 50,3500
13/03/2025 às 10:52:47	26.768.764/0001-15	R$ 50,2700
13/03/2025 às 10:52:59	26.768.764/0001-15	R$ 50,1900
13/03/2025 às 10:53:31	26.768.764/0001-15	R$ 50,0200

Item 6 do Grupo G1 - Módulo eletrônico

Módulo Eletrônico Tipo: Token, Modelo: Portátil, Uso: Usb, Aplicação: Armazenamento De Certificado Digital, Características Adicionais: Certificado Digital Icp Brasil, Usb Tipo A

Quantidade:	500	Valor estimado:	R$ 150,7300 (unitário)
Unidade de fornecimento:	Unidade		R$ 75.365,0000 (total)
Intervalo mínimo entre lances:	R$ 0,0500	Situação:	Adjudicado e Homologado
Critério de julgamento:	Menor Preço		

Adjudicado e Homologado por CPF ***.287.***-*3 - ANDRE VIRGILIO BELOTA SEFFAIR para AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, CNPJ 21.308.480/0001-22, melhor lance: R$ 86,0000 (unitário) / R$ 43.000,0000 (total)

Propostas do Item 6

Benefício Me/Epp: Conforme Art. 3ª da Lei Complementar nª 123, de 14 de dezembro de 2006
Programa de integridade: Conforme termos previsos na Lei nª 14.133/2021 e no Decreto nª 12.304/2024

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
13.459.067/0001-30 - 13.459.067 EDVAN SOUZA SILVA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: RN	R$ 199,0000 (unitário) R$ 99.500,0000 (total)	-

Marca/Fabricante:	SAFENET				
Modelo/versão:	5110				
Valor proposta:	R$ 199,0000 (unitário) R$ 99.500,0000 (total)	Valor negociado:	Não Realizado	Quantidade ofertada:	500

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
57.983.065/0001-11 - 57.983.065 CARLOS VINICIUS DA SILVA SANTOS Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Não UF endereço: SE	R$ 58,0000 (unitário) R$ 29.000,0000 (total)	Proposta desclassificada

Marca/Fabricante:	Safenet				
Modelo/versão:	5110				
Valor proposta:	R$ 120,0000 (unitário) R$ 60.000,0000 (total)	Valor negociado:	Não Realizado	Quantidade ofertada:	500

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
21.308.480/0001-22 - AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Não UF endereço: GO	R$ 86,0000 (unitário) R$ 43.000,0000 (total)	Proposta adjudicada

Marca/Fabricante:	safenet				
Modelo/versão:	5110				
Valor proposta:	R$ 170,0000 (unitário) R$ 85.000,0000 (total)	Valor negociado:	Não Realizado	Quantidade ofertada:	500

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
52.046.008/0001-92 - ARMANDO SEMEGHINI NETO Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: SP	R$ 100,0000 (unitário) R$ 50.000,0000 (total)	-

Marca/Fabricante:	propria				
Modelo/versão:	conforme edital				
Valor proposta:	R$ 100,0000 (unitário) R$ 50.000,0000 (total)	Valor negociado:	Não Realizado	Quantidade ofertada:	500

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
43.794.816/0001-47 - ARS COMERCIO E SERVICOS DE TECNOLOGIA LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: SP	R$ 10.000.000,0000 (unitário) R$ 5.000.000.000,0000 (total)	Proposta desclassificada
Marca/Fabricante: Importado Modelo/versão: Importado Valor proposta: R$ 10.000.000,0000 (unitário) R$ 5.000.000.000,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado Quantidade ofertada: 500		
04.468.603/0001-73 - ASAS TECNOLOGIA SERVICOS E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 258,0000 (unitário) R$ 129.000,0000 (total)	-
Marca/Fabricante: Módulo eletrônico Modelo/versão: Módulo eletrônico Valor proposta: R$ 40.000,0000 (unitário) R$ 20.000.000,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado Quantidade ofertada: 500		
39.383.509/0001-04 - CERTIFYSEC TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: RS	R$ 70,0000 (unitário) R$ 35.000,0000 (total)	-
Marca/Fabricante: DEXON Modelo/versão: DXTOKEN Valor proposta: R$ 70,0000 (unitário) R$ 35.000,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado Quantidade ofertada: 500		
26.768.764/0001-15 - CONFIANCA EMPREENDIMENTOS DIGITAL LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Não UF endereço: SP	R$ 53,0200 (unitário) R$ 26.510,0000 (total)	-
Marca/Fabricante: G+D (Giesecke+Devrient) Modelo/versão: CONFORME EDITAL Valor proposta: R$ 159,0000 (unitário) R$ 79.500,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado Quantidade ofertada: 500		
24.448.443/0001-08 - DIGITAL LOCK SERVICO DE CERTIFICACAO DIGITAL LTDA Benefício Me/Epp: Não Programa de integridade: Não UF endereço: RO	R$ 53,0000 (unitário) R$ 26.500,0000 (total)	Proposta desclassificada
Marca/Fabricante: serviço Modelo/versão: serviço Valor proposta: R$ 500,0000 (unitário) R$ 250.000,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado Quantidade ofertada: 500		

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
19.615.240/0001-29 - E C DE S BULGARELLI LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 83,0000 (unitário) R$ 41.500,0000 (total)	-

Marca/Fabricante:	Safenet				
Modelo/versão:	Safenet5110				
Valor proposta:	R$ 200,0000 (unitário) R$ 100.000,0000 (total)	Valor negociado:	Não Realizado	Quantidade ofertada:	500

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
56.150.801/0001-98 - FRANCINEIDE GOMES SANTOS PAMPONET LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: BA	R$ 50,8500 (unitário) R$ 25.425,0000 (total)	Proposta desclassificada

Marca/Fabricante:	Módulo eletrônico G&D				
Modelo/versão:	Módulo Eletrônico Tipo: Token, Modelo: Portátil, U				
Valor proposta:	R$ 180,0000 (unitário) R$ 90.000,0000 (total)	Valor negociado:	Não Realizado	Quantidade ofertada:	500

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
39.532.571/0001-02 - GIUSEPPE ANTONIO FOGACA GERBALDO Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 2.250,0000 (unitário) R$ 1.125.000,0000 (total)	-

Marca/Fabricante:	TR				
Modelo/versão:	TR				
Valor proposta:	R$ 2.250,0000 (unitário) R$ 1.125.000,0000 (total)	Valor negociado:	Não Realizado	Quantidade ofertada:	500

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
42.066.156/0001-15 - GOTAS DA AMAZONIA LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 332,3400 (unitário) R$ 166.170,0000 (total)	-

Marca/Fabricante:	SINGULAR				
Modelo/versão:	SINGULAR				
Valor proposta:	R$ 332,3400 (unitário) R$ 166.170,0000 (total)	Valor negociado:	Não Realizado	Quantidade ofertada:	500

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
31.250.328/0001-90 - H S DISTRIBUIDORA LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 350,0000 (unitário) R$ 175.000,0000 (total)	-

Marca/Fabricante:	kelly				
Modelo/versão:	kelly				
Valor proposta:	R$ 350,0000 (unitário) R$ 175.000,0000 (total)	Valor negociado:	Não Realizado	Quantidade ofertada:	500

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
53.874.039/0001-02 - HVD COMERCIO E REPRESENTACAO DE SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 350,0000 (unitário) R$ 175.000,0000 (total)	-

Marca/Fabricante:	DIVERSOS				
Modelo/versão:	UNIDADE				
Valor proposta:	R$ 350,0000 (unitário) R$ 175.000,0000 (total)	Valor negociado:	Não Realizado	Quantidade ofertada:	500

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
57.794.545/0001-34 - IMPERIO CERTIFICADO DIGITAL LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: SP	R$ 600,0000 (unitário) R$ 300.000,0000 (total)	-

Marca/Fabricante:	imperio				
Modelo/versão:	imperio				
Valor proposta:	R$ 600,0000 (unitário) R$ 300.000,0000 (total)	Valor negociado:	Não Realizado	Quantidade ofertada:	500

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
49.300.396/0001-81 - LEIDE CRISTINA RODRIGUES DA ENCARNACAO Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Não UF endereço: MG	R$ 60,5000 (unitário) R$ 30.250,0000 (total)	-

Marca/Fabricante:	Safenet				
Modelo/versão:	Safenet eToken 5110				
Valor proposta:	R$ 150,0000 (unitário) R$ 75.000,0000 (total)	Valor negociado:	Não Realizado	Quantidade ofertada:	500

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
27.879.263/0001-79 - MANAU CERTIFICADORA DIGITAL LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 100,0000 (unitário) R$ 50.000,0000 (total)	-

Marca/Fabricante:	GEMALTO				
Modelo/versão:	E110				
Valor proposta:	R$ 160,0000 (unitário) R$ 80.000,0000 (total)	Valor negociado:	Não Realizado	Quantidade ofertada:	500

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
55.153.071/0001-16 - MANAUS ELETRO LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 95,0000 (unitário) R$ 47.500,0000 (total)	-

Marca/Fabricante:	starsign				
Modelo/versão:	token				
Valor proposta:	R$ 200,0000 (unitário) R$ 100.000,0000 (total)	Valor negociado:	Não Realizado	Quantidade ofertada:	500

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
40.829.740/0001-50 - N R SERVICOS DE CERTIFICACAO DIGITAL LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: PA	R$ 70,0000 (unitário) R$ 35.000,0000 (total)	-
Marca/Fabricante: safweb Modelo/versão: tipo token Valor proposta: R$ 70,0000 (unitário) R$ 35.000,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado Quantidade ofertada: 500		
14.848.278/0001-28 - OLIVEIRA E SANTOS CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 200,0000 (unitário) R$ 100.000,0000 (total)	-
Marca/Fabricante: Syngular Modelo/versão: Syngular Valor proposta: R$ 360,0000 (unitário) R$ 180.000,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado Quantidade ofertada: 500		
42.857.843/0001-59 - QUALIZEN CORRETORA DE SEGUROS LTDA. Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: AM	R$ 300,0000 (unitário) R$ 150.000,0000 (total)	-
Marca/Fabricante: SOLUTI Modelo/versão: SOLUTI Valor proposta: R$ 600,0000 (unitário) R$ 300.000,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado Quantidade ofertada: 500		
15.655.026/0001-45 - RNL TRADE AND FACILITIES LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: DF	R$ 101.630.000,0000 (unitário) R$ 50.815.000.000,0000 (total)	-
Marca/Fabricante: Módulo Eletrônico Tipo: Token, Modelo: Portátil, U Modelo/versão: Módulo Eletrônico Tipo: Token, Modelo: Portátil, U Valor proposta: R$ 101.630.000,0000 (unitário) R$ 50.815.000.000,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado Quantidade ofertada: 500		
34.158.836/0001-30 - TECH MINAS DIGITAL LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: MG	R$ 51,0000 (unitário) R$ 25.500,0000 (total)	Proposta desclassificada
Marca/Fabricante: DEXON Modelo/versão: DEXON Valor proposta: R$ 60,0000 (unitário) R$ 30.000,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado Quantidade ofertada: 500		

Lances do Item 6

Data/hora	Participante	Lance
13/03/2025 às 10:10:07	26.768.764/0001-15	R$ 63,1900

Data/hora	Participante	Lance
13/03/2025 às 10:10:55	57.983.065/0001-11	R$ 69,0000
13/03/2025 às 10:11:02	56.150.801/0001-98	R$ 59,0000
13/03/2025 às 10:11:42	57.983.065/0001-11	R$ 58,0000
13/03/2025 às 10:11:44	26.768.764/0001-15	R$ 60,9900
13/03/2025 às 10:11:56	56.150.801/0001-98	R$ 57,8000
13/03/2025 às 10:11:56	26.768.764/0001-15	R$ 57,2700
13/03/2025 às 10:12:09	26.768.764/0001-15	R$ 54,8400
13/03/2025 às 10:12:21	26.768.764/0001-15	R$ 54,6900
13/03/2025 às 10:12:22	56.150.801/0001-98	R$ 54,5000
13/03/2025 às 10:12:42	24.448.443/0001-08	R$ 100,0000
13/03/2025 às 10:13:33	04.468.603/0001-73	R$ 258,0000
13/03/2025 às 10:13:42	55.153.071/0001-16	R$ 100,0000 *
13/03/2025 às 10:14:10	55.153.071/0001-16	R$ 150,0000
13/03/2025 às 10:14:17	55.153.071/0001-16	R$ 120,0000
13/03/2025 às 10:14:54	14.848.278/0001-28	R$ 200,0000
13/03/2025 às 10:14:58	19.615.240/0001-29	R$ 83,0000
13/03/2025 às 10:15:29	27.879.263/0001-79	R$ 100,0000
13/03/2025 às 10:16:35	55.153.071/0001-16	R$ 95,0000
13/03/2025 às 10:16:38	42.857.843/0001-59	R$ 300,0000
13/03/2025 às 10:18:10	24.448.443/0001-08	R$ 70,0000
13/03/2025 às 10:19:40	24.448.443/0001-08	R$ 68,0000
13/03/2025 às 10:20:19	24.448.443/0001-08	R$ 65,0000
13/03/2025 às 10:21:08	26.768.764/0001-15	R$ 54,5900
13/03/2025 às 10:21:21	26.768.764/0001-15	R$ 54,3500
13/03/2025 às 10:21:40	56.150.801/0001-98	R$ 54,3000
13/03/2025 às 10:21:46	24.448.443/0001-08	R$ 60,0000
13/03/2025 às 10:22:12	24.448.443/0001-08	R$ 58,0000
13/03/2025 às 10:22:56	49.300.396/0001-81	R$ 60,5000
13/03/2025 às 10:24:27	24.448.443/0001-08	R$ 53,0000
13/03/2025 às 10:25:41	56.150.801/0001-98	R$ 52,9500
13/03/2025 às 10:38:32	21.308.480/0001-22	R$ 86,0000
13/03/2025 às 10:41:51	26.768.764/0001-15	R$ 54,3000
13/03/2025 às 10:42:04	26.768.764/0001-15	R$ 54,2500
13/03/2025 às 10:42:28	26.768.764/0001-15	R$ 54,2000

(lances com * foram excluídos)

Data/hora	Participante	Lance
13/03/2025 às 10:42:48	26.768.764/0001-15	R$ 54,1500
13/03/2025 às 10:43:00	26.768.764/0001-15	R$ 53,8400
13/03/2025 às 10:47:58	26.768.764/0001-15	R$ 53,7900
13/03/2025 às 10:48:48	34.158.836/0001-30	R$ 51,0000
13/03/2025 às 10:49:44	26.768.764/0001-15	R$ 53,7400
13/03/2025 às 10:50:03	26.768.764/0001-15	R$ 53,6900
13/03/2025 às 10:50:16	26.768.764/0001-15	R$ 53,6400
13/03/2025 às 10:51:00	56.150.801/0001-98	R$ 50,8500
13/03/2025 às 10:51:06	26.768.764/0001-15	R$ 53,5600
13/03/2025 às 10:51:37	26.768.764/0001-15	R$ 53,4800
13/03/2025 às 10:51:51	26.768.764/0001-15	R$ 53,4000
13/03/2025 às 10:52:16	26.768.764/0001-15	R$ 53,3300
13/03/2025 às 10:52:47	26.768.764/0001-15	R$ 53,2500
13/03/2025 às 10:52:59	26.768.764/0001-15	R$ 53,1700
13/03/2025 às 10:53:30	26.768.764/0001-15	R$ 53,0200

Fase Recursal do Item/Grupo *

* Maiores detalhes sobre recursos, contrarrazões, decisões e revisões deverão ser consultados no sistema.

Sessão 1

Prazos:

Intenção de recurso no julgamento:	08/04/2025 15:39:21
Intenção de recurso na habilitação:	09/04/2025 17:15:42
Recurso:	14/04/2025 23:59:59
Contrarrazão:	22/04/2025 23:59:59

Recursos realizados:

40.829.740/0001-50 - N R SERVICOS DE CERTIFICACAO DIGITAL LTDA

Intenção de recurso no julgamento:		08/04/2025 15:34:20
Intenção de recurso na habilitação:		09/04/2025 17:13:49
Recurso:	(Cadastrado)	12/04/2025 13:34:40
Contrarrazões:		
21.308.480/0001-22 - AR RP CERTIFICACAO DIGITAL	(Cadastrado)	17/04/2025 11:53:22

Decisão do agente de contratação:	(Não procede)	25/04/2025 16:35:50
Revisão da autoridade competente:	(Mantida decisão não procede)	16/05/2025 15:37:46

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 9.2025.CPL.1630198.2024.019531

PREGÃO ELETRÔNICO N.° 94.001/2025-CPL/MP/PGJ/SRP
PROCEDIMENTO INTERNO N.º 2024.019531

Pelo presente instrumento, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, órgão gerenciador deste Registro de Preços, situado na Avenida Coronel Teixeira, n.º 7995, Bairro Nova Esperança, CEP 69037-473, representado neste ato por seu Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Dr. **ANDRÉ VIRGÍLIO BELOTA SEFFAIR**, inscrito no CPF sob nº 590.287.772-53, portador da Identidade Funcional nº 239 PGJ/AM, residente e domiciliado nesta Capital; e a empresa **AR RP CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA.**, inscrita no CNPJ sob N.º 21.308.480/0001-22; DORAVANTE denominada **Fornecedora**, firmam a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto **REGISTRAR** os preços de *serviço de emissão e renovação de certificados digitais padrão ICP-Brasil e fornecimento de token criptográficos USB, objetivando atender às necessidades de utilização da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, pelo período de 12 (doze) meses,* ofertados pelas empresa(s) vencedora(s) do certame licitatório referente ao **Pregão Eletrônico n.º 94.001/2025-CPL/MP/PGJ**, na modalidade de Sistema de Registro de Preços, conforme as especificações mínimas e os quantitativos constantes do Edital do cotejo em epígrafe, descritos e qualificados na forma de seu Anexo.

I. Eis os itens registrados em favor da Fornecedora:

AR RP CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA., inscrita no CNPJ sob N.º 21.308.480/0001-22

GRUPO 1

ITEM 1 - EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL PARA PESSOA FÍSICA DO TIPO A3 (e-CPF).

Quantidade registrada: 500 unidades

Marca/Modelo: AC Soluti

Valor Unitário do Item: R$ 66,60 (sessenta e seis reais e sessenta centavos)

ITEM 2 - EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL PARA PESSOA JURÍDICA TIPO A3 (e-CNPJ).

Quantidade registrada: 10 unidades

Marca/Modelo: AC Soluti

Valor Unitário do Item: R$ 72,00 (setenta e dois reais)

ITEM 3 - EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL SSL WILDCARD PARA SISTEMAS WEB.

Quantidade registrada: 10 unidades

Marca/Modelo: AC Soluti

Valor Unitário do Item: R$ 964,55 (novecentos e sessenta e quatro reais e cinquenta e cinco centavos)

ITEM 4 - EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL PARA PESSOA JURÍDICA TIPO A1 (e-CNPJ), NO PADRÃO ICP-BRASIL.

Quantidade registrada: 04 unidades

Marca/Modelo: AC Soluti

Valor Unitário do Item: R$ 70,00 (setenta reais)

ITEM 5 - VISITA EXTERNA PARA VALIDAÇÃO E EMISSÃO DE CERTIFICADOS DIGITAIS.

Quantidade registrada: 25 unidades

Marca/Modelo: -

Valor Unitário do Item: R$ 5,00 (cinco reais)

ITEM 6 - FORNECIMENTO DE MÍDIA CRIPTOGRÁFICA TIPO TOKEN USB.

Quantidade registrada: 500 unidades

Marca/Modelo: Safenet 5110

Valor Unitário do Item: R$ 86,00 (oitenta e seis reais)

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DA ATA

A presente **Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação no PNCP e no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Amazonas - DOMPE.

Subcláusula Primeira. O prazo de vigência da ata de registro de preços poderá ser prorrogado, por igual período de 12 (doze) meses, desde que comprovado o preço vantajoso.

Subcláusula Segurnda. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preço poderá ser usada por todos os órgãos da Administração Pública, desde que autorizados pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**.

Subcláusula primeira. O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado nesta Ata.

Subcláusula segunda. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente a mesma.

Subcláusula terceira. Em cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada pelas empresas detentoras da presente Ata, as quais também a integram.

CLÁUSULA QUARTA – DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

A ordem de classificação dos licitantes observará suas propostas finais ofertadas durante o certame, conforme exposto na Ata da Sessão, para fins de formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata

CLÁUSULA QUINTA – DO FORNECIMENTO E EXECUÇÃO

A FORNECEDORA deverá efetuar a entrega do objeto contratado dentro do prazo e de acordo com as especificações constantes do Edital da licitação e deste Instrumento, observando estreitamente as prescrições e as recomendações do fabricante, a legislação estadual ou municipal, se houver, bem como outras normas correlatas, ainda que não estejam explicitamente aqui citadas.

Subcláusula Primeira. Deverá, ainda, no ato da entrega do objeto, a FORNECEDORA fornecer **TERMO DE GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA** ou documento substitutivo, informando o período do licenciamento e do serviço de suporte técnico, de acordo com as exigências constantes no Termo de Referência nº 4.2025.DTIC.1540068.2024.019531**.**

Subcláusula Segunda. Entregar os produtos embalados, de forma que não sejam danificados durante a operação de transporte, carga e descarga, assinalando na embalagem a marca e características que possibilitem a conferência.

Subcláusula Terceira. Responsabilizar-se pelo transporte dos produtos, desde o local da embalagem até a sua entrega no horário e endereço indicados pela CONTRATANTE.

Subcláusula Quarta. Apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, e de impedimento de execução por fato ou ato de terceiro reconhecido pela CONTRATANTE em documento contemporâneo a sua ocorrência, quando não puder cumprir os prazos estipulados para a execução, total ou parcial, do objeto.

Subcláusula Quinta. Aceitar todas as decisões, métodos de inspeção, verificação e controle, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos e explicações que o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS julgar necessário;

Subcláusula Sexta. Manter, durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Subcláusula Sétima. A empresa vencedora, quando da solicitação do material, deverá retirar a nota de empenho no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da comunicação efetivada, **sob pena de decair o direito à contratação.**

I - Como condição inafastável para que seja emitida Nota de Empenho à Fornecedora, esta deverá, também, estar cadastrada junto ao **SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE – CADASTRAMENTO DE CREDORES – da SECRETARIA DA FAZENDO DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ.**

II - Como condição para emissão da nota de empenho a licitante vencedora deverá manter as mesmas condições de habilitação, cuja confirmação será feita através de consulta ao SICAF ou através da internet nos respectivos sites dos órgãos emissores das certidões de regularidade fiscal.

III - O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

IV - Se a licitante vencedora não apresentar situação de regularidade documental, no ato da emissão da nota de empenho, ou recusar-se injustificadamente a receber a nota de empenho no prazo estabelecido, os demais licitantes serão convocados para celebrar o contrato, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

CLÁUSULA SEXTA – DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO

As solicitações do material serão efetuadas pelo **SETOR DE INFRAESTRUTURA E TELECOMUNICAÇÕES - SIET da Procuradoria-Geral de Justiça**, na medida das necessidades da PGJ, mediante Nota de Autorização de Fornecimento, que serão disponibilizadas e enviadas à FORNECEDORA, devendo ser assinada eletronicamente via Sistema SEI por funcionário/representante da FORNECEDORA. As autorizações de fornecimento para a prestação dos serviços objeto do contrato serão expedidas conforme necessidade da CONTRATANTE.

Subcláusula Primeira. O prazo para a entrega para todos os itens não poderá ultrapassar **30 (trinta) dias corridos**, contados do primeiro dia útil subsequente ao do recebimento, pela empresa FORNECEDORA, da Nota de Empenho e da Ordem de Serviço.

Subcláusula Segunda. O objeto será recebido da seguinte forma:

a) PROVISORIAMENTE: Quando da efetiva entrega dos Certificados e/ou Tokens, devidamente acompanhado da nota fiscal, constituindo-se na inspeção quantitativa, para posterior verificação da conformidade com as especificações.

b) DEFINITIVAMENTE: No prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento provisório, após a verificação da conformidade dos referidos produtos com as condições, especificações e obrigações contratuais, cabendo à **CONTRATADA** o dever de substituir os itens que não estejam de acordo com as especificações, observando-se o disposto no pertinente diploma legal.

b.1.) Para avaliação da qualidade, após o recebimento provisório, o Fiscal Técnico da **CONTRATANTE** submeterá os produtos recebidos a testes de aceitação, de todos os componentes disponíveis na solução, através de procedimentos próprios, findo o qual será elaborado relatório técnico com a análise dos resultados.

Subcláusula Terceira. Os testes de aceitação serão desenvolvidos de acordo com os eventos e atividades descritos a seguir:

a) Conferência de entrega: oportunidade em que se procederá a identificação e conferência da solução entregue.

b) Testes de instalação: configuração das funcionalidades do objeto contratado.

c) Testes de ativação: operacionalização da solução, com a verificação de suas características, de suas funcionalidades e de sua compatibilidade.

Subcláusula Quarta. Com o processo de recebimento, realizar-se-á a verificação detalhada do cumprimento de todas obrigações da contratada, bem como a conformidade do objeto com as condições e especificações constantes no instrumento compromissório.

Subcláusula Quinta. Cumpridos os requisitos editalícios do objeto e contratuais e, por conseguinte, seja constatada a viabilidade do recebimento, a equipe de **FISCALIZAÇÃO** e **GESTÃO** expedirá **Termo de Recebimento Definitivo** que será assinada pela equipe e pelos representantes da **CONTRATADA**.

a) Nenhum pagamento será efetivado sem que a área solicitante, emita o **Termo de Recebimento Definitivo** e ateste que o objeto contratado está integralmente sendo entregue/disponibilizado pela **CONTRATADA**.

Subcláusula Sexta. Na eventualidade de serem encontradas restrições para recebimento do objeto, a **FISCALIZAÇÃO** fará constar, em seu relatório técnico, as pendências encontradas, comunicando-as à **CONTRATADA**.

a) A **CONTRATADA** deverá sanar as pendências no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, observando-se o disposto na Lei n.º 14.133/21.

b) A **CONTRATADA** deverá efetuar as devidas correções, sem qualquer ônus para a **CONTRATANTE**.

Subcláusula Sétima. No caso de substituição, o novo produto que vier a ser oferecido deverá conter, necessariamente, todas as funcionalidades e prover todos os serviços daquele que substituiu.

Subcláusula Oitava. Quando do recebimento dos materiais fornecidos, a FORNECEDORA deverá assinar um entregar um CONTRATO ADMINISTRATIVO ou documento substitutivo, de acordo com as exigências constantes no Edital.

Subcláusula Nona. O recebimento dos produtos será realizado por técnicos da CONTRATANTE, na forma prevista no art. 140 da Lei n.º 14.133/21.

Subcláusula Dez. O Recebimento Provisório não constitui aceitação do objeto.

Subcláusula Onze. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

Subcláusula Doze. Se, a qualquer tempo, vier a ser constatado que o produto fornecido o foi em desacordo com as especificações e, em decorrência desse fato, observar-se qualquer tipo de dano ao equipamento onde está sendo utilizado, o reparo do equipamento ou, se for o caso, a sua substituição, será de inteira responsabilidade da **CONTRATADA**, nos termos da lei pertinente.

Subcláusula Treze. A FORNECEDORA deverá corrigir, sem ônus adicionais, qualquer erro ou defeito no produto entregue e aceito pela CONTRATANTE que não estiver de acordo com os requisitos acordados, nos termos do art. 119 da Lei n.º 14.133/21, durante o período de vigência da garantia.

Subcláusula Catorze. A FORNECEDORA será responsável pelo transporte dos produtos, desde o local de sua fabricação/embalagem, conforme o caso, até o local de entrega, o qual será indicado **na Autorização de Fornecimento de Material, pelo SETOR DE PATRIMÔNIO E MATERIAL – SPAT**, mesmo em caso de susbtituição.

Subcláusula Quinze. A entrega dos equipamentos deverá ser previamente agendada com o SETOR DE INFRAESTRUTURA E TELECOMUNICAÇÕES - SIET pelos telefones nº (92) 3655-06710, em dias úteis, no horário de 08h às 14h.

Subcláusula Dezesseis. Todos os materiais/produtos deverão, no que couber, ser entregues lacrados, de forma a proteger o material da ação da luz, poeira e umidade. As embalagens que apresentarem violação de qualquer espécie deverão ser substituídas pela fornecedora, caso necessário, ainda na fase de inspeção.

Subcláusula Dezessete. A FORNECEDORA deverá atentar para que os produtos sejam reconhecidamente de primeira qualidade e de primeiro uso, novos, sem qualquer vício ou avaria, com garantia do fabricante, devendo, se for o caso, constar em suas embalagens suas respectivas especificações, sob pena de ser recusado.

Subcláusula Dezoito. A FORNECEDORA fica obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

Subcláusula Dezenove. A FORNECEDORA deverá, obrigatoriamente, entregar a totalidade do produto solicitado, não sendo admitido o parcelamento, sob pena das sanções legais cabíveis, acompanhados dos manuais correspondentes e termos de garantia.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

O pagamento devido à CONTRATADA/FORNECEDORA será creditado em conta-corrente por meio de ordem bancária, efetuado mediante apresentação do documento fiscal apresentado e visada pelos órgãos de fiscalização e acompanhamento do fornecimento do material, no prazo e condições previstas no Edital e ainda no ATO Nº 008/2024/PGJ.

> I – A respectiva nota fiscal/fatura dos mateiais/produtos, emitidas em conformidade com o Protocolo ICMS 42/2009 (NF-e), deverá estar devidamente discriminada, em nome da **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, CNPJ n.º 04.153.748/0001-85**, e acompanhada das respectivas Certidões Negativas de Débito para com a Seguridade Social, para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, e ainda, Certidão Negativa de Débito Trabalhista, Certidão de regularidade junto a Fazenda Federal, Estadual e Municipal;

II – Nenhum pagamento será efetuado à FORNECEDORA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

Subcláusula Primeira. Qualquer atraso ocorrido na apresentação da nota fiscal/fatura, ou dos documentos exigidos como condição de pagamento por parte da FORNECEDORA , importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do CONTRATANTE.

Subcláusula Segunda. Nenhum pagamento isentará o fornecedor das responsabilidades atinentes ao produto, nem tampouco implicará a aprovação definitiva da entrega, total ou parcialmente.

Subcláusula Terceira. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a FORNECEDORA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela CONTRATANTE, entre a data de vencimento e a do dia do efetivo pagamento da Fatura/Nota Fiscal, a serem incluídos na fatura do mês seguinte ao da ocorrência, serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{i}{365} = I = \frac{6/100}{365} = I = 0{,}00016438$$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%".

Subcláusula Quarta. Nenhum pagamento será efetivado sem que a área solicitante, emita o Termo de Recebimento Definitivo e ateste que o objeto contratado está integralmente sendo entregue/disponibilizado pela FORNECEDORA .

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

Se a FORNECEDORA, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir preceitos legais, serão aplicadas as **sanções previstas no TERMO DE REFERÊNCIA N.º 4.2025.DTIC.1540068.2024.019531 e no Edital da Licitação**, segundo a gravidade da falta, observando-se os limites estabelecidos no **item 22.4 do instrumento convocatório.**

Subcláusula Primeira. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pelos motivos legais.

Subcláusula Segunda. Caso a multa aplicada seja superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a FORNECEDORA pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

Subcláusula Terceira. O Ministério Público do Estado do Amazonas poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil, quando o valor da multa não for suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do Contratada.

Subcláusula Quarta. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

Subcláusula Quinta. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

Subcláusula Sexta. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Estadual resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

CLÁUSULA NONA – DO REEQUILÍBRIO CONTRATUAL

Subcláusula Primeira. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as necessárias negociações junto aos fornecedores ou, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados.

Subcláusula Segunda. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:

a) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado; frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;

b) convocar os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação.

Subcláusula Terceira. Quando o preço de mercado torna-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmado a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

b) convocar os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação.

Subcláusula Quarta. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA DEZ – DO REAJUSTE DE PREÇOS

Nos termos do art. 83, caput, do Ato n.º 008/2024/PGJ, os preços inicialmente contratados poderão ser reajustados, por requerimento da **CONTRATADA**, desde que observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, de acordo com a variação do Índice de Custo da Tecnologia da Informação (ICTI), computado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), ou outro que venha substituí-lo, na forma e periodicidade regulamentadas.

Parágrafo primeiro. Caberá à **CONTRATADA** efetuar os cálculos relativos ao reajustamento e demais documentos comprobatórios, submetendo-os à apreciação da **FISCALIZAÇÃO**.

Parágrafo segundo. O interregno mínimo de 1 (um) ano para o primeiro reajustamento será contado a partir da data do orçamento estimado pela **CONTRATANTE** a que a proposta se referir.

Parágrafo terceiro. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno de 1 (um) ano será contado a partir da data de início dos efeitos financeiros do último reajustamento ocorrido.

Parágrafo quarto. O prazo para a **FISCALIZAÇÃO** responder ao pedido de reajustamento será de 1 (um) mês, contado do recebimento do pedido.

Parágrafo quinto. Caso a **CONTRATADA** não requeira tempestivamente o reajustamento e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.

Parágrafo sexto. A **CONTRATANTE** poderá restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do ajuste em seu favor, visando à adequação dos preços contratuais, quando se verificar que houve redução dos preços dos serviços no mercado, observando-se o disposto no art. 124 da Lei n.º 14.133/2021.

Parágrafo sétimo. A **FISCALIZAÇÃO** poderá solicitar à **CONTRATADA**, durante a vigência deste contrato, a revisão dos preços e dos percentuais de desconto contratados quando o contrato mostrar-se desvantajoso para a Administração.

CLÁUSULA ONZE – DA FISCALIZAÇÃO

O Ordenador de Despesas delega competência ao servidor responsável pelo **SETOR DE INFRAESTRUTURA E TELECOMUNICAÇÕES – SIET** da PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, para solicitar a aquisição do objeto ora registrado e fiscalizar a execução desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DOZE – DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES

Subcláusula Primeira. Compete ao órgão gerenciador:

a) Acompanhar e fiscalizar, como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse, na forma prevista na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que dispõe sobre a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o exato cumprimento das obrigações previstas neste Termo.

b) Designar servidor qualificado para acompanhar a(s) entrega(s) do objeto e o cumprimento dos termos contratuais, editalícios e seus anexos;

c) Registrar e notificar o fornecedor, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições, defeitos, vícios, vencimento do produto, fixando prazo para a sua substituição;

d) Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as especificações deste Termo;

e) Efetuar regularmente o pagamento à Contratada, dentro dos critérios estabelecidos neste Termo, após o cumprimento das formalidades legais, por meio de Ordem Bancária, após o "atesto" das notas fiscais, bem como da apresentação pela Contratada dos demais documentos exigidos para tal fim (requerimento de pagamento, recibo de pagamento, certidões: Federal, Estadual, Municipal, Trabalhista e FGTS).

Subcláusula Segunda. Compete às Entidades Participantes destinatários:

a) Requisitar o fornecimento de materiais cujos preços encontram-se registrados nesta Ata.

b) Emitir Nota de Empenho a crédito do fornecedor no valor total correspondente a quantidade de material solicitado.

c) Elaborar termo contratual, quando necessário nas situações previstas em Lei.

d) Efetuar o pagamento referente a aquisição do material nos termos previstos no edital da Licitação de Registro de Preços.

Subcláusula Terceira. Compete à FORNECEDORA, além daquelas previstas no **ITEM 9** do **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 4.2025.DTIC.1540068.2024.019531** (Anexo I do Edital):

a) Fornecer durante 12 (doze) meses, a contar da publicação do extrato desta Ata no PNCP e na Imprensa Oficial, os itens relacionados na presente Ata, na forma e condições fixadas no Edital e na proposta, mediante autorização e Nota de Empenho, devidamente assinada pelo responsável, em conformidade com o Edital e demais informações constantes da Licitação de Registro de Preços.

b) Retirar a Nota de Empenho no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação para recebimento, nos termos do Edital, parte integrante desta Ata de Registro de Preços.

c) Entregar os materiais no local previsto no instrumento convocatório, de acordo com os termos do Edital.

d) Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelos órgãos e entidades referentes à forma de fornecimento dos materiais e ao cumprimento das demais obrigações assumidas nesta Ata.

e) Em havendo necessidade, assente no que preceitua o art. 124, I, c/c Art. 125 da Lei Federal nº 14.133, de 1 de abril de 2.021, aceitar os acréscimos ou supressões nos quantitativos que se fizerem indispensáveis, sempre nas mesmas condições registradas.

f) Ressarcir os prejuízos causados ao Estado do Amazonas ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometidas na execução das obrigações assumidas na presente Ata;

g) Cumprir as obrigações descritas no Edital e seus Anexos.

CLÁUSULA TREZE – DO CANCELAMENTO DA ATA E REGISTRO DE PREÇOS

Esta Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

I - Pela Administração, quando:

a) a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

b) a detentora não assinar o contrato no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

c) a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente do registro de preços;

e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

f) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

II - Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços.

Subcláusula Primeira: a solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser dirigida ao FISCAL da Ata de Registro de Preços ou à COMISSÃO PEMANENTE DE LICITAÇÃO por meio do endereço eletrônico protocolo@mpam.mp.br.

Subcláusula Segunda: a comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste documento e, a oportunização do contraditório e ampla defesa, serão feitos por correio eletrônico (preferencialmente) nos endereços de e-mails constantes da Proposta de Preços e SICAF ou por correspondência com aviso de recebimento ou, ainda, por meio de entrega pelo Setor de Transportes (no caso de empresa sediada no mesmo município da Contratante), juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.

Subcláusula Terceira: no caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na IMPRENSA OFICIAL, considerando-se cancelado o preço registrado após a publicação.

CLÁUSULA CATORZE - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DAS ORDENS DE FORNECIMENTO

As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pelo(a) Ordenador(a) de Despesas do **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS.**

Subcláusula Primeira. A emissão das autorizações de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão igualmente autorizados pelo órgão requisitante.

Subcláusula Segunda. Durante o prazo de validade do Registro de Preços, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** poderá ou não contratar o objeto deste pregão;

CLÁUSULA QUINZE – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

Subcláusula Primeira: Integram esta Ata, o Edital do **Pregão Eletrônico n.º 94.001/2025-CPL/MP/PGJ-SRP** e as propostas do(s) Fornecedor(es).

Subcláusula Segunda: Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços deverão ser compatíveis com a conjuntura do mercado.

Subcláusula Terceira: Os pedidos de alteração de marcas e/ou modelo do objeto registrado deverão ser protocolados em até **5 (cinco) dias do recebimento da Nota de Empenho**, com a devida documentação comprobatória dos fatos alegados, sob pena de não apreciação dos pedidos por inépcia.

Subcláusula Quarta: Fica eleito o Foro da Cidade de Manaus/AM para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Subcláusula Quinta: Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as disposições constantes do Ato n.º 008/2024/PGJ e da Lei 14.133/2021, e das demais normas legais aplicáveis.

Manaus (AM), 27 de maio de 2025.

ANDRÉ VIRGÍLIO BELOTA SEFFAIR
SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS
Ordenador de Despesas

AR RP CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA
CNPJ N.º 21.308.480/0001-2
NIKELY GOMES FIGUEIREDO
CPF n.º 033.159.391-28

Documento assinado eletronicamente por **André Virgílio Belota Seffair**, **Subprocurador(a)-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos**, em 28/05/2025, às 08:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Nikely Gomes Figueiredo**, **Usuário Externo**, em 03/06/2025, às 16:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1630198** e o código CRC **F5828366**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

EXTRATO Nº 6.2025.CPL.1630505.2024.019531

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 9.2025.CPL.1630198.2024.019531

DECORRENTE DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 94.001/2025-CPL/MP/PGJ/SRP

INTERESSADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS.

Aos vinte e sete dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco, no Órgão Gerenciador, são registrados os preços da empresa abaixo mencionada, para *formação de ata de registro de preços para futura e eventual aquisição de serviço de emissão e renovação de certificados digitais padrão ICP-Brasil e fornecimento de token criptográficos USB, objetivando atender às necessidades de utilização da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, pelo período de 12 (doze) meses,* conforme as especificações mínimas e os quantitativos constantes do Edital do cotejo em epígrafe, descritos e qualificados na forma de seu Anexo. As especificações constantes do respectivo Processo, assim como os termos das propostas de preços, integram o presente registro, independentemente de transcrição. O contrato, ou instrumento hábil que vier a substituí-lo, na forma do art. 95 da Lei n.° 14.133/21, indicará o(s) local(is) de entrega dos produtos. **O presente registro terá vigência de 12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação no Portal Nacional de Compras Públicas - PNCP e no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Amazonas - DOMPE.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 9.2025.CPL.1630198.2024.019531

I. Eis os itens registrados em favor do Fornecedor:

AR RP CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA., inscrita no CNPJ sob N.º 21.308.480/0001-22

GRUPO 1

ITEM 1 - EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL PARA PESSOA FÍSICA DO TIPO A3 (e-CPF).

Quantidade registrada: 500 unidades

Marca/Modelo: AC Soluti

Valor Unitário do Item: R$ 66,60 (sessenta e seis reais e sessenta centavos)

ITEM 2 - EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL PARA PESSOA JURÍDICA TIPO A3 (e-CNPJ).

Quantidade registrada: 10 unidades

Marca/Modelo: AC Soluti

Valor Unitário do Item: R$ 72,00 (setenta e dois reais)

ITEM 3 - EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL SSL WILDCARD PARA SISTEMAS WEB.

Quantidade registrada: 10 unidades

Marca/Modelo: AC Soluti

Valor Unitário do Item: R$ 964,55 (novecentos e sessenta e quatro reais e cinquenta e cinco centavos)

ITEM 4 - EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL PARA PESSOA JURÍDICA TIPO A1 (e-CNPJ), NO PADRÃO ICP-BRASIL.

Quantidade registrada: 04 unidades

Marca/Modelo: AC Soluti

Valor Unitário do Item: R$ 70,00 (setenta reais)

ITEM 5 - VISITA EXTERNA PARA VALIDAÇÃO E EMISSÃO DE CERTIFICADOS DIGITAIS.

Quantidade registrada: 25 unidades

Marca/Modelo: -

Valor Unitário do Item: R$ 5,00 (cinco reais)

ITEM 6 - FORNECIMENTO DE MÍDIA CRIPTOGRÁFICA TIPO TOKEN USB.

Quantidade registrada: 500 unidades

Marca/Modelo: Safenet 5110

Valor Unitário do Item: R$ 86,00 (oitenta e seis reais)

DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O(A) Ordenador(a) de Despesas delega competência ao servidor responsável pelo **SETOR DE INFRAESTRUTURA E TELECOMUNICAÇÕES - SIET** para solicitar a aquisição do objeto ora registrado e fiscalizar a execução da Ata de Registro de Preços aqui mencionada.

ANDRÉ VIRGÍLIO BELOTA SEFFAIR
SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS
Ordenador de Despesas

Documento assinado eletronicamente por **André Virgílio Belota Seffair**, **Subprocurador(a)-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos**, em 28/05/2025, às 08:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1630505** e o código CRC **A972D179**.

Superior do Ministério Público do Estado do Amazonas, INSTAURAR o presente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, tendo por objeto o acompanhamento da execução do Projeto Sede de Aprender no Município. de Tefé/AM.

Tefé/AM, 04 de junho de 2025.

VÍTOR RAFAEL DE MORAIS HONORATO
Promotor de Justiça

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO Nº 1641443 - CPL

AVISO DO RESULTADO DE JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

CREDENCIAMENTO Nº 18/2024/CPL/PGJ
PROCEDIMENTO INTERNO Nº 2021.004543

OBJETO: Credenciamento, com fundamento nos arts. 74 e 79 da Lei nº 14.133/2021, para pré-qualificar pessoas físicas e jurídicas interessadas em prestar serviços de perícias, laudos técnicos, estudos, pareceres, informações, esclarecimentos e outras manifestações técnicas especializadas, em procedimentos administrativos em trâmite no Núcleo de Apoio Técnico – NAT, direcionadas ao apoio técnico dos membros do Ministério Público do Estado do Amazonas na instrução de procedimentos institucionais, mediante as condições estabelecidas neste documento, no Edital, seus Anexos e na Resolução/CPJ N.º 032/2023-CPJ.

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS, com fundamento na análise técnica das documentações e com base nos critérios para julgamento previstos nos itens 5 e 6 do Edital do CREDENCIAMENTO Nº 18/2024/CPL/PGJ, decide por:

1. NÃO HABILITAR o requerente MORFEO E PAIM ENGENHARIA LTDA., CNPJ n.º 14.924.881/0001-41;

2. FIXAR o prazo de 3 (três) dias úteis para interposição de eventuais recursos, nos termos do artigo 165, inciso I, alínea "c" da Lei Federal nº 14.133/2021, a contar da publicação deste resultado no DOMPE/AM.

As razões que motivaram a decisão encontram-se à disposição dos interessados, para consulta, na Av. Coronel Teixeira, Nº 7.995, bairro Nova Esperança - CEP: 69037-473, no horário de 8h às 14h, pelo Telefone (92) 3655-0743 (WhatsApp Business) ou pelo e-mail: licitacao@mpam.mp.br.

Manaus, 04 de junho de 2025.

Sarah Madalena Barbosa Côrtes de Melo
Presidente da Comissão Permanente de Licitação
Ato PGJ n.º 496/2024 - DOMPE, Ed. 2957, de 01.11.2024
Presidente da Comissão de Contratação do Credenciamento
Portaria 1567/2024/SUBADM - DOMPE, Ed. 2976, de 02.12.2024

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 6.2025.CPL.1630505.2024.019531

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 9.2025.CPL.1630198.2024.019531

DECORRENTE DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 94.001/2025-CPL/MP/PGJ/SRP

INTERESSADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS.

Aos vinte e sete dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco, no Órgão Gerenciador, são registrados os preços da empresa abaixo mencionada, para formação de ata de registro de preços para futura e eventual aquisição de serviço de emissão e renovação de certificados digitais padrão ICP-Brasil e fornecimento de token criptográficos USB, objetivando atender às necessidades de utilização da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, pelo período de 12 (doze) meses, conforme as especificações mínimas e os quantitativos constantes do Edital do cotejo em epígrafe, descritos e qualificados na forma de seu Anexo. As especificações constantes do respectivo Processo, assim como os termos das propostas de preços, integram o presente registro, independentemente de transcrição. O contrato, ou instrumento hábil que vier a substituí-lo, na forma do art. 95 da Lei n.° 14.133/21, indicará o(s) local(is) de entrega dos produtos. O presente registro terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir de sua publicação no Portal Nacional de Compras Públicas - PNCP e no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Amazonas - DOMPE.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 9.2025.CPL.1630198.2024.019531

I. Eis os itens registrados em favor do Fornecedor:

AR RP CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA., inscrita no CNPJ sob N.º 21.308.480/0001-22

GRUPO 1

ITEM 1 - EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL PARA PESSOA FÍSICA DO TIPO A3 (e-CPF).
Quantidade registrada: 500 unidades
Marca/Modelo: AC Soluti
Valor Unitário do Item: R$ 66,60 (sessenta e seis reais e sessenta centavos)

ITEM 2 - EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL PARA PESSOA JURÍDICA TIPO A3 (e-CNPJ).
Quantidade registrada: 10 unidades
Marca/Modelo: AC Soluti
Valor Unitário do Item: R$ 72,00 (setenta e dois reais)

ITEM 3 - EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL SSL WILDCARD PARA SISTEMAS WEB.
Quantidade registrada: 10 unidades
Marca/Modelo: AC Soluti
Valor Unitário do Item: R$ 964,55 (novecentos e sessenta e quatro reais e cinquenta e cinco centavos)

ITEM 4 - EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL PARA PESSOA JURÍDICA TIPO A1 (e-CNPJ), NO PADRÃO ICP-BRASIL.
Quantidade registrada: 04 unidades
Marca/Modelo: AC Soluti
Valor Unitário do Item: R$ 70,00 (setenta reais)

ITEM 5 - VISITA EXTERNA PARA VALIDAÇÃO E EMISSÃO DE CERTIFICADOS DIGITAIS.
Quantidade registrada: 25 unidades
Marca/Modelo: -

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Procuradora-Geral de Justiça:
Leda Mara Nascimento Albuquerque
Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos e Institucionais:
Anabel Vitória Pereira Mendonça de Souza
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos:
André Virgílio Belota Seffair
Corregedora-Geral do Ministério Público:
Silvana Nobre de Lima Cabral
Secretária-Geral do Ministério Público:
Wandete de Oliveira Netto

PROCURADORES DE JUSTIÇA

Câmaras Cíveis
Elvys de Paula Freitas
Sandra Cal Oliveira
Jussara Maria Pordeus e Silva
Mara Nóbia Albuquerque da Cunha
Suzete Maria dos Santos
Nilda Silva de Sousa
Delisa Olívia Vieiralves Ferreira
Jorge Michel Ayres Martins
Anabel Vitória Pereira Mendonça de Souza
Marco Aurélio Lisciotto

Câmaras Criminais
Carlos Lélio Lauria Ferreira
Marlene Franco da Silva
Mauro Roberto Veras Bezerra
Sarah Pirangy de Souza
Aguinelo Balbi Júnior
Liani Mônica Guedes de Freitas Rodrigues
Adelton Albuquerque Matos

Câmaras Reunidas
Karla Fregapani Leite
Públio Caio Bessa Cyrino
Sílvia Abdala Tuma
José Bernardo Ferreira Júnior
Neyde Regina Demósthenes Trindade
Silvana Nobre de Lima Cabral

CONSELHO SUPERIOR

Leda Mara Nascimento Albuquerque (Presidente)
Silvana Nobre de Lima Cabral
Mara Nóbia Albuquerque da Cunha
Adelton Albuquerque Matos
Elvys de Paula Freitas
Jorge Michel Ayres Martins
Nilda Silva de Sousa

OUVIDORIA
Sílvia Abdala Tuma

Valor Unitário do Item: R$ 5,00 (cinco reais)

ITEM 6 - FORNECIMENTO DE MÍDIA CRIPTOGRÁFICA TIPO TOKEN USB.
Quantidade registrada: 500 unidades
Marca/Modelo: Safenet 5110
Valor Unitário do Item: R$ 86,00 (oitenta e seis reais)

DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O(A) Ordenador(a) de Despesas delega competência ao servidor responsável pelo SETOR DE INFRAESTRUTURA E TELECOMUNICAÇÕES - SIET para solicitar a aquisição do objeto ora registrado e fiscalizar a execução da Ata de Registro de Preços aqui mencionada.

ANDRÉ VIRGÍLIO BELOTA SEFFAIR
SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS
Ordenador de Despesas

ATOS DA DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA Nº 305/2025/DRH/DRH ESTAGIO

O CHEFE DA DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS, no uso de suas atribuições, e CONSIDERANDO o teor do Procedimento Administrativo SEI 2025.011307;

RESOLVE:

DESIGNAR o(a) estagiário(a) de Nível Superior em Jornalismo VANESSA ADNA DA SILVA MELO, para exercer suas atribuições junto à(o) Assessoria de Comunicação - ASCOM, a contar de 02/06/2025, no horário de 08:00 às 12:00 horas.

Publique-se, registre-se, cumpra-se.

Manaus (Am.), 04 de junho de 2025

JHERALMY HASTEM SANTOS ARAÚJO DA SILVA
Chefe da Divisão de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 306/2025/DRH/DRH ESTAGIO

O CHEFE DA DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS, no uso de suas atribuições, e CONSIDERANDO o teor do Procedimento Administrativo SEI 2025.011296;

RESOLVE:

DESIGNAR o(a) estagiário(a) de Nível Superior em Direito LANDISSON LIMA GOMES, para exercer suas atribuições junto à(o) 88ª Promotoria de Justiça, a contar de 06/06/2025, no horário de 08:00 às 12:00 horas.

Publique-se, registre-se, cumpra-se.

Manaus/AM, na data da assinatura eletrônica.

JHERALMY HASTEM SANTOS ARAÚJO DA SILVA
Chefe da Divisão de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 307/2025/DRH/DRH ESTAGIO

O CHEFE DA DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS, no uso de suas atribuições, e CONSIDERANDO o teor do Procedimento Administrativo SEI 2025.010638;

RESOLVE:

RELOTAR o estagiário de Nível Superior Direito EDSON CARLOS DA SILVA JESUS JUNIOR, para exercer suas atribuições junto a(o) 77ª Promotoria de Justiça, a contar de 06/06/2025, no horário de 08:00 às 12:00 horas.

Publique-se, registre-se, cumpra-se.

Manaus (Am.), na data da assinatura eletrônica.

JHERALMY HASTEM SANTOS ARAÚJO DA SILVA
Chefe da Divisão de Recursos Humanos

REQUERIMENTO Nº 399324/2025

Interessado: Silvia Vasconcelos dos Santos
A DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, resolve:
Autorizar o afastamento do(a) servidor(a) em epígrafe, no período de 01/07/2025 a 08/07/2025, em compensação aos serviços prestados à Justiça Eleitoral nas eleições de 2º turno do pleito 2024, perfazendo o total de 5 dia(s) de dispensa.
Jheralmy Hastem Santos Araújo da Silva
CHEFE DA DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

REQUERIMENTO Nº 399390/2025

Interessado: Robson Luiz de Almeida
A DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, autoriza o gozo de 10 dia(s) de férias ao(à) servidor(a) em epígrafe, relativos ao período aquisitivo 2025, originalmente previstas para no período de 23/06/2025 a 02/07/2025, para fruição no período de 10/12/2025 a 19/12/2025.
Jheralmy Hastem Santos Araújo da Silva
CHEFE DA DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

REQUERIMENTO Nº 399482/2025

Interessado: Tadeu Azevedo de Medeiros
A DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, autoriza o gozo de 10 dia(s) de férias ao(à) servidor(a) em epígrafe, relativas ao período aquisitivo 2025, para fruição no período no período de 26/08/2025 a 04/09/2025.
Jheralmy Hastem Santos Araújo da Silva
CHEFE DA DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DOCUMENTAL

AVISO Nº 1641447 - CPL

AVISO DO RESULTADO DE JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

CREDENCIAMENTO Nº 18/2024/CPL/PGJ
PROCEDIMENTO INTERNO Nº 2021.004543

OBJETO: Credenciamento, com fundamento nos arts. 74 e 79

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Procuradora-Geral de Justiça:
Leda Mara Nascimento Albuquerque
Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos e Institucionais:
Anabel Vitória Pereira Mendonça de Souza
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos:
André Virgílio Belota Seffair
Corregedora-Geral do Ministério Público:
Silvana Nobre de Lima Cabral
Secretária-Geral do Ministério Público:
Wandete de Oliveira Netto

PROCURADORES DE JUSTIÇA

Câmaras Cíveis
Elvys de Paula Freitas
Sandra Cal Oliveira
Jussara Maria Pordeus e Silva
Mara Nóbia Albuquerque da Cunha
Suzete Maria dos Santos
Nilda Silva de Sousa
Delisa Olívia Vieiralves Ferreira
Jorge Michel Ayres Martins
Anabel Vitória Pereira Mendonça de Souza
Marco Aurélio Lisciotto

Câmaras Criminais
Carlos Lélio Lauria Ferreira
Marlene Franco da Silva
Mauro Roberto Veras Bezerra
Sarah Pirangy de Souza
Aguinelo Balbi Júnior
Liani Mônica Guedes de Freitas Rodrigues
Adelton Albuquerque Matos

Câmaras Reunidas
Karla Fregapani Leite
Públio Caio Bessa Cyrino
Sílvia Abdala Tuma
José Bernardo Ferreira Júnior
Neyde Regina Demósthenes Trindade
Silvana Nobre de Lima Cabral

CONSELHO SUPERIOR

Leda Mara Nascimento Albuquerque (Presidente)
Silvana Nobre de Lima Cabral
Mara Nóbia Albuquerque da Cunha
Adelton Albuquerque Matos
Elvys de Paula Freitas
Jorge Michel Ayres Martins
Nilda Silva de Sousa

OUVIDORIA
Sílvia Abdala Tuma

Contratos.gov.br | IURY FECHINE RAMOS - UASG: 925849

Ata de Registro de Preços

Ata de Registro de Preços

Ata de Registro de Preços > Visualizar

Número:	00009/2025
Situação:	Ativa
Unidade gerenciadora da ata:	925849 - PROCURADORIA GE
Tipo UASG:	Gerenciadora
Vigência inicial:	05/06/2025
Vigência final:	05/06/2026
Número da compra/Ano:	94001/2025
Número do processo:	2024.019531
Data da assinatura:	28/05/2025
Valor total:	R$ 87.070,50
Autoridades:	
Modalidade da compra:	05 - Pregão
Compra centralizada:	Não

Unidade participante:

Código	UASG	Tipo
925849	PROCURADORIA GE	Gerenciadora

Item da ata:

CNPJ	Fornecedor (Classificação)	Número	Item	Quantidade Registrada	Valor unitário	Valor total	Qtd. limte adesão	Qtd. limte adesão informada na compra	Aceita adesão
21.308.480/0001-22	AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA (001)	00001	EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL PARA PESSOA FÍSICA DO TIPO A3 (e-CPF).	500,00000	66,6000	33.300,0000	1000	1000	Sim
21.308.480/0001-22	AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA (001)	00002	EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL PARA PESSOA JURÍDICA TIPO A3 (e-CNPJ).	10,00000	72,0000	720,0000	20	20	Sim
21.308.480/0001-22	AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA (001)	00003	EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL SSL WILDCARD PARA SISTEMAS WEB.	10,00000	964,5500	9.645,5000	20	20	Sim
21.308.480/0001-22	AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA (001)	00004	EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL PARA PESSOA JURÍDICA TIPO A1 (e-CNPJ).	4,00000	70,0000	280,0000	8	8	Sim
21.308.480/0001-22	AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA (001)	00005	VISITA TÉCNICA PARA VALIDAÇÃO E EMISSÃO DE CERTIFICADOS DIGITAIS.	25,00000	5,0000	125,0000	50	50	Sim
21.308.480/0001-22	AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA (001)	00006	MÓDULO ELETRÔNICO, MODELO PORTÁTIL, APLICAÇÃO ARMAZENAMENTO DE CERTIFICADO DIGITAL, USO USB, TIPO TOKEN, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CERTIFICADO DIGITAL ICP BRASIL, USB TIPO A	500,00000	86,0000	43.000,0000	1000	1000	Sim

Data da criação da ata: 04/06/2025, 11:22

Histórico da ata:

Situação	Data/hora
Ata Inicial	04/06/2025 11:22

Ações